



João Orlindo Simão Ventura Marques

Pelos meandros do xisto: o património rural na Freguesia de Vide

Volume I

Tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade de Museologia e Património Cultural,
orientada pela Professora Doutora Maria Irene Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas e pela Professora Doutora Margarida Sobral da Silva Neto e
apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Julho 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**Pelos meandros do xisto:
o património rural na Freguesia de Vide**

João Orlindo Simão Ventura Marques

Julho 2014

João Orlindo Simão Ventura Marques

Pelos meandros do xisto:
o património rural na Freguesia de Vide

Sob orientação científica de:
Professora Doutora Maria Irene Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas
Professora Doutora Margarida Sobral da Silva Neto

Área Científica: Tese de doutoramento em Letras, área de História, especialidade de
Museologia e Património Cultural

Julho 2014

Resumo

Em pleno Parque Natural da Serra da Estrela apresenta-se um pecúlio cultural que praticamente se desvaneceu da memória de quem com ele conviveu.

Na freguesia da Vide, os indivíduos que nela encontram as suas origens foram agora questionados sobre o conceito de património cultural e rural sendo convidados a dar a sua colaboração para encontrar os meios mais eficazes que possam salvaguardar a sua memória e identidade.

Recorda-se o pensamento que afirma “um povo sem história é um povo sem identidade”. Conhecer o património cultural deste território rural, os hábitos e costumes da sua população, forneceu a perspectiva socioeconómica das suas gentes e da sua história. Foi esse caminho o que se pretendeu percorrer: recuperar, hoje mais através da memória, um património esquecido.

Os aspectos da economia rural, das várias aldeias que integram o território, as culturas agrícolas, as práticas diárias e as artes e ofícios tradicionais, marcaram com relevo o desenvolvimento económico de tempos antigos mas correm o risco de se perderem no tempo presente.

Procura-se descrever para melhor conhecer as infraestruturas dos aglomerados urbanos, em que as habitações, as edificações de carácter religioso ou as escolas se revelavam como elementos mais expressivos. Também se evidenciam outras estruturas de utilização colectiva, como as fontes, os fornos e as eiras, imprescindíveis na subsistência das populações que delas se serviram.

Percorrendo esse ambiente de vivências rurais, apresentam-se os moinhos de cereais, os lagares de vinho ou ainda os lagares de azeite, essenciais no processo de transformação dos produtos agrícolas. Dão-se a conhecer as diferentes formas de organização do espaço dedicado à exploração agrícola, bem como os diferentes sistemas de rega e outras edificações de cariz rural, utilizados no território em estudo.

Com a apresentação do património da freguesia de Vide, das existências agora registadas com a colaboração dos actores locais, colocam-se dúvidas sobre quais as perspectivas do seu futuro. O que fazer com esta tomada de consciência do património rural?

Que projectos desenvolvidos podem fornecer indicadores para delinear e reforçar um programa para a revitalização do tecido produtivo local? Quais os resultados dos programas de reabilitação patrimonial em territórios próximos, com características socioeconómicas similares, implementados nas últimas décadas?

Colocadas estas questões, analisados os ensaios já efectuados noutros locais, a tese “Pelos meandros do xisto: o património rural na Freguesia de Vide” procura apresentar uma proposta de salvaguarda para o património rural da freguesia de Vide, na esperança de que esse património engendrado em múltiplas gerações consiga aproximar as gerações vindouras ao território e aos habitantes que ainda por ali resistem.

O mundo rural tradicional desaparece a passos largos perdendo irremediavelmente capacidade de adaptação aos novos tempos e à nova realidade socioeconómica. Consagra-se pelas políticas das últimas quatro décadas que as cidades são única saída para a sobrevivência das gerações rurais mais jovens.

Só o passar do tempo poderá aclarar se o Interior de Portugal voltará à sua condição de território maninho.

Abstract

In the Natural Park of Serra da Estrela-presents a cultural annuity that virtually vanished from the memory of those who lived with him.

In the parish of Vide, individuals who trace their origins to it were now asked about the concept of cultural and rural heritage being invited to give their cooperation to find the most effective ways that can safeguard your memory and identity.

Remembers thinking that says "a people without history is a people without identity." Knowing the cultural heritage of this rural area, the habits and customs of the population, provided the socio-economic perspective of its people and its history. It was this road that was intended go: recover, today more through memory, a forgotten heritage.

Aspects of the rural economy, the various villages that make up the territory, crops, daily practices and traditional arts and crafts, with marked relief the economic development of ancient times but are at risk of being lost in this time.

Wanted to know better describe the infrastructure of urban areas, where homes, buildings religious or schools revealed themselves as more expressive elements. Also show other structures for collective use, as sources, the ovens and the floors, indispensable in people's livelihood that served themselves of them.

Traversing this environment of rural experiences presents the grain mills, oil mills of wine or oil mills, essential in the processing of agricultural products. Give to know the different ways of organizing space devoted to farm, as well as the different irrigation systems and other buildings in rural environment, used in the territory under study.

With the presentation of the heritage of the parish Vide, stocks are now registered with the collaboration of local actors put themselves questions about what are the prospects for its future. What to do with this awareness of the rural heritage? Developed projects that can provide indicators to delineate and enforce a program to revitalize the local productive fabric? What are the results of asset rehabilitation programs in areas nearby with similar socio-economic characteristics, implemented in recent decades?

Placed these issues, analyzed the tests already carried out elsewhere, the thesis "On those intricacies Shale: the rural heritage of the parish See" seeks to present a proposal to

safeguard the rural heritage of the parish Vide, hoping that this heritage engendered multiple generations able to come closer to the territory and the inhabitants there still resist generations.

The traditional rural world disappears striding irretrievably losing the ability to adapt to new times and the new socio-economic reality. Is consecrated by the policies of the last four decades that cities are only out to the survival of younger rural generations.

Only over time can clarify whether Interior Portugal will return to its condition maninho territory.

ÍNDICE

1. Introdução	15
2. À volta do conceito de património cultural e rural	32
2.1. Análise dos resultados dos questionários	84
3. Contextualização geográfica, demográfica, económica, social e institucional	122
3.1 – Enquadramento geográfico	122
3.2 - Povoamento e evolução da população.....	139
3.3 - Economia.....	154
3.3.1 – Os cereais	162
3.3.1.1 - O milho	162
3.3.1.2 - O centeio	166
3.3.1.3 - O pastoreio.....	170
3.3.2 - A economia e a organização dos espaços florestais	175
3.3.2.1 – A intervenção dos Serviços Florestais.....	175
3.3.2.2 - Terras e usos comunitários	183
3.3.2.3 - A resina	188
3.3.3 - Outros aspectos do desenvolvimento económico	192
3.4 – A administração e práticas de governo local.....	201
4. O património construído	240
4.1 – As infraestruturas dos aglomerados urbanos	241
4.1.1 – A casa de habitação.....	244
4.1.2 – As edificações religiosas	282
4.1.3 - A escola	293
4.2 – Estruturas de uso colectivo.....	297
4.2.1 - Os fontanários.....	297
4.2.2 – A eira e o forno de pão	306
4.2.3 - O galinheiro e o curral do porco.....	315
4.2.4 - A valorização dos dejectos humanos	318
4.3 - A rua no núcleo urbano	320
4.4 - As vias de comunicação.....	323
4.5 – Meios de transformação de produtos agrícolas.....	339
4.5.1 - Os moinhos de cereais e os lagares de azeite	355
4.6 – As formas de organização do espaço agrícola	379
4.6.1 - As courelas, as leiras, os prados, os fortes e as “obras”	381
4.6.2 - As serventias, as canadas e os valados	390
4.7 – A organização dos sistemas de rega	398
4.7.1 - Os açudes e as noras	400
4.7.2 - As poças, poços e minas	405
4.7.3 - As levadas e os “canos”	412
4.7.4 - Os regadios tradicionais	417
4.8 - Outras edificações de cariz rural: as palheiras, os currais, os poisos e os apiários	424
5. Que perspectivas de futuro para este património rural?	436
5.1 – Projectos antigos.....	438
5.2 – Experiências actuais	446
5.2.1 – Olhar actual pela aldeia de Piódão	464

5.3 - Uma proposta para a salvaguarda do património rural da Freguesia de Vide	467
6. Conclusão	521
7. Glossário regionalismos (Freguesia de Vide)	530
8. Fontes e Bibliografia.....	538

Índice de gráficos

Gráfico n.º1: Registo altimétrico das aldeias da freguesia	133
Gráfico n.º2: Temperaturas no período de 1955-1980	134
Gráfico n.º3: Humidade relativa do ar no período de 1955-1980	135
Gráfico n.º4: Precipitação no período de 1955-1980	136
Gráfico n.º5: Ocorrência de geada	136
Gráfico n.º6: Evolução dos fogos habitados no período de 1527-2011.....	144
Gráfico n.º7: Evolução demográfica de Vide, 1864-2011	146
Gráfico n.º8: Evolução demográfica do concelho, 1864-2011	147
Gráfico n.º9: Dados demográficos da freguesia, por aldeias, 1940 e 2001	149
Gráfico n.º10: Pirâmide etária em 1864	153
Gráfico n.º11: Pirâmide etária em 2011	153
Gráfico n.º12: Densidade populacional, 1864-2011.....	154
Gráfico n.º13: Cota altimétrica do caminho pedestre entre Vide e Oliveira do Hospital.....	326
Gráfico n.º14: Cota altimétrica do caminho pedestre entre Vide e Seia.....	327

Índice de quadros

Quadro n.º1: Percentagem de questionários devolvidos por grupos	84
Quadro n.º2: Divisão por sexo dos participantes	85
Quadro n.º3: Repartição dos participantes por faixas etárias.....	85
Quadro n.º4: Repartição dos inquiridos por nível de escolaridade	87
Quadro n.º5: Estado civil dos participantes.....	88
Quadro n.º6: Local de residência.....	89
Quadro n.º7: Participação na vida cultural e associativa das aldeias.....	90
Quadro n.º8: Pensa um dia residir permanentemente na aldeia?	92
Quadro n.º9: Conhecimento do conceito de património cultural	93
Quadro n.º10: Significado de património rural no grupo de indivíduos residente na aldeia.....	94
Quadro n.º11: Significado de património rural no grupo de indivíduos que saiu da aldeia	96
Quadro n.º12: Significado de património rural no grupo de indivíduos que não nasceu no território	97
Quadro n.º13: Associações com o património na actualidade	98
Quadro n.º14: Associações com o património na actualidade	100
Quadro n.º15: Associações com o património na actualidade	102
Quadro n.º16: Tradições a recuperar nas aldeias.....	103
Quadro n.º17: Tradições a recuperar nas aldeias.....	105
Quadro n.º18: Tradições a recuperar nas aldeias.....	108
Quadro n.º19: Acontecimentos mais importantes na aldeia	109
Quadro n.º20: Acontecimentos mais importantes na aldeia	111
Quadro n.º21: Acontecimentos mais importantes na aldeia	112
Quadro n.º22: Acontecimentos importantes na juventude	113
Quadro n.º23: Acontecimentos importantes na juventude	115
Quadro n.º24: Acontecimentos importantes na juventude	117
Quadro n.º 25: Distância das aldeias à sede de Freguesia em Vide	132

Quadro n.º 26: Número de fogos e recrutas convocados em freguesias limítrofes, em 1798	145
Quadro n.º27: Relação de bens de Simão Correia	155
Quadro n.º28: Produção de milho no Distrito da Guarda	165
Quadro n.º29: Produção de centeio no Distrito da Guarda	169
Quadro n.º30: N.º de animais na freguesia de Vide, em 1934 e 1955	172
Quadro n.º31: Locais públicos que foram divididos pela população	178
Quadro n.º32: Valores e produtos pagos por alguns foros no século XIX.....	186
Quadro n.º33: Caracterização da população residente em 2010	199
Quadro n.º34: Caracterização da população activa em 2010	199
Quadro n.º35: Caracterização do emprego por sector de actividade em 2010	200
Quadro n.º36: Fogos nos concelhos limítrofes no concelho de Vide em 1527	202
Quadro n.º37: Nomes e cargos exercidos no concelho de Vide (Outubro de 1836)	210
Quadro n.º38: Elementos da 1.ª Junta de Paróquia de Vide (1837).....	213
Quadro n.º39: Distribuição por freguesia da derrama do Concelho de Loriga (1843).....	214
Quadro n.º40: Padrões de medidas utilizado em Vide, em 1859.....	218
Quadro n.º41: Zeladores da CMS na freguesia de Vide em 1858	219
Quadro n.º42: Orçamento Suplementar da Junta de Paróquia de Vide, 1879.....	222
Quadro n.º43: Repartição das famílias por grupo social	232
Quadro n.º44: Produtos oferecidos pela comunidade barrioseense para o almoço anual em 1968	235
Quadro n.º45: Capelas indicadas para construção em 1741	283
Quadro n.º46: Aldeias com capela, em 2012	283
Quadro n.º47: Aldeias com vestígios arqueológicos e orais relacionados com lagares de vinho	346
Quadro n.º48: Custos do programa de reabilitação de Casal do Rei.....	439
Quadro n.º49: Dados socioeconómicos de Casal do Rei, 1986 e 2013	441
Quadro n.º50: Evolução demográfica da Freguesia de Piódão	453
Quadro n.º51: Evolução demográfica da aldeia de Piódão	453
Quadro n.º52: Caracterização das unidades geradoras de emprego em Piódão	454

Quadro n.º53: Organigrama do Museu Território de Xisto	481
Quadro n.º54: Museu Território de Xisto.....	485
Quadro n.º55: Componente produtiva e promoção comercial do museu.....	503
Quadro n.º56: Prevenção de riscos e manutenção de espaços públicos.....	511

Índice de gravuras

Gravura n.º 1: Disposição da aldeia de Casal do Rei nas encostas do Vale de Loriga	129
Gravura n.º 2: Malha urbana da aldeia de Casal do Rei.....	242
Gravura n.º 3: Pintura de “casa de brasileiro” demolida na aldeia de Barriosa	265
Gravura n.º4: Projecto executado para as vias de acesso aos terrenos	442
Gravura n.º5: Área projectada para a intervenção de rega por aspersão.....	444

Índice de fotografias

Foto n.º 1: Ribeira de Alvoco.....	126
Foto n.º 2: A aldeia de Vide em 1926 - Foto n.º 3: A aldeia de Vide em 2012	127
Foto n.º 4: Marco que assinala o 1.º regadio tradicional em Vide	164
Foto n.º 5: Cavadores de terra para a cultura de milho, na aldeia de Barriosa, em 2011	166
Foto n.º 6: Malhadores de centeio na aldeia de Balocas, década de 1940	168
Fotografia n.º 7: Trabalhadores das Minas da Panasqueira, na década de 1940	180
Fotos n.º 8, 9 e 10: Resineiro preparando as árvores para a resinagem	190
Foto n.º 11: 1.ª casa de habitação com garagem construída na aldeia de Vide.....	195
Fotos n.º 12 e 13: Documentos da constituição do mercado mensal, em 1946	196
Foto n.º 14: “Camioneta da carreira” Barriosa, Vide – Coimbra, década de 1960.....	196
Foto n.º 15: Carrinha que transportava o correio, década de 1960.....	197
Foto n.º 16: Capitel do pelourinho de Vide	204
Fotos n.º 17, 18 e 19: Casas na aldeia de Baloquinhas e em Vide.....	245
Fotos n.º 20, 21 e 22: Ombreiras de janela em xisto mole	247
Fotos n.º 23, 24 e 25: Janelas com poiais	248
Fotos n.º 26, 27 e 28: Aspectos da arquitectura de casas de habitação	249
Fotos n.º 29, 30 e 31: Casas de habitação com dois e três pisos.....	253
Fotos n.º 32, 33 e 34: Casa tradicional de habitação na aldeia de Silvadal	254
Fotos n.º 35, 36 e 37: Casa que foi habitação do Padre Cândido Abranches.....	256
Fotos n.º 38, 39 e 40: Varandas com diferentes épocas de construção	258
Fotos n.º 41, 42 e 43: Casa da Venda	259
Fotos n.º 44, 45 e 46: Casas de habitação construídas em Vide a partir da década de 1960.....	267
Foto n.º 47: Casa de habitação construída pelo Reverendo Emídio	275
Fotos n.º 48, 49 e 50: Tipos e usos de balcões na freguesia de Vide	280
Foto n.º 51: Oratório granítico existente na aldeia de Frádigas	284

Fotos n.º 52, 53 e 54: Capelas nas aldeias de Cide, de Vide e de Baloquinhas.....	285
Fotos n.º 55, 56 e 57: Altares das capelas de Baloquinhas, de Gondufo e de Casal do Rei.....	287
Fotos n.º 58, 59 e 60: Interior da Igreja Matriz de Vide	291
Fotos n.º 61, 62 e 63: Primeira escola de Barriosa, escola primária de Vide, em 1950 e edifício actual	295
Fotos n.º 64, 65 e 66: Fonte do século XVIII, fonte de 1913 e fonte de 1960.....	300
Fotos n.º 67, 68 e 69: Fornos das aldeias de Balocas, de Gondufo e de Baloquinhas.....	308
Fotos n.º 70, 71 e 72: Eiras que existiram na freguesia de Vide.....	313
Fotos n.º 73, 74 e 75: Tipos de galinheiros utilizados na freguesia de Vide	317
Fotos n.º 76, 77 e 78: Diferentes tipos de pontes existentes na freguesia de Vide	334
Foto n.º 79: Ponte construída sobre a Ribeira de Alvoco, E. N. 230, em Vide.....	337
Fotos n.º 80, 81 e 82: Lagares de vinho na freguesia de Vide	344
Fotos n.º 83, 84 e 85: Moinhos situados na freguesia de Vide	358
Fotos n.º 86, 87 e 88: Uma ida ao moinho; Picagem da mó; o último moleiro de Vide	362
Fotos n.º 89, 90 e 91: Aspectos do funcionamento de lagares de azeite na freguesia de Vide.....	371
Fotos n.º 92, 93 e 94: Escadarias de acesso a socialcos.....	382
Fotos n.º 95, 96 e 97: Socialcos conhecidos localmente como leiras	383
Fotos n.º 98, 99 e 100: Escadarias de acesso a leiras	384
Fotos n.º 101, 102 e 103: Cortes dos meandros das ribeiras de Loriga e de Alvoco	388
Fotos n.º 104, 105 e 106: Tipos de canadas construídas na freguesia de Vide	396
Fotos n.º 107, 108 e 109: Açudes nas Ribeiras de Loriga e de Alvoco, na freguesia de Vide.....	401
Fotos n.º 110, 111 e 112: Levadas nas aldeias de Barriosa, de Vide e de Casal do Rei.....	413
Fotos n.º 113, 114 e 115: Diferente tipos de edificações de palheiras na freguesia de Vide.....	426

Índice de anexos (Volume II)

Anexo I	1
• Mapa da Freguesia de Vide	
• Mapa das alterações dos limites territoriais, 1836 – 2012	
Anexo II	4
• Mapa com as linhas de água do território da Freguesia de Vide	
Anexo III	6
• Acta da Junta de Paróquia sobre delimitação da freguesia	
Anexo IV	9
• Mapas de enquadramento regional segundo as Memórias Paroquiais de 1758	
Anexo V	12
• Documentos sobre a Roda dos Expostos na freguesia de Vide	
Anexo VI	25
• 1.ª Acta da Junta Republicana da Freguesia de Vide	
Anexo VII	30
• Documentos de associações de melhoramentos locais	
Anexo VIII	34
• Orçamento de fontanário em 1913	
Anexo IX	36
• Mapas de caminhos e estradas da Freguesia de Vide, 1957-2012	
Anexo X	41
• Mapa com localização de moinhos e lagares de azeite	
• Relação de nome e localização de moinhos	
• Elementos sobre os moinhos de cereais da freguesia de Vide:	
Anexo XI	48
• Mapa sinalizador dos aproveitamentos agrícolas no leito das ribeiras	
Anexo XII	50
• Escritura de acordo sobre águas de rega entre as aldeias de Vide e de Casal do Rei	
Anexo XIII	57
• Mapas sinalizadores de infraestruturas de rega na aldeia de Vide	
Anexo XIV	60
• Escrituras de constituição de regadios tradicionais	
Anexo XV	74

- Documentos de compromisso de compra e venda de propriedades

Anexo XVI.....77

- Documentos de origem religiosa:

Anexo XVII86

- Modelos utilizados nas recolhas de campo
- Modelos utilizados nos questionários

1. Introdução

Tem este estudo o propósito de estudar o património cultural associado a uma zona implantada nas serras da Estrela e do Açor, definida administrativamente pela Freguesia de Vide, do concelho de Seia.

O território estudado funda a sua matriz identitária na agricultura, na pastorícia e na silvicultura revelando-se a característica montanhosa como um elemento comum e unificador a todos os aglomerados urbanos. O rural encontra-se intimamente associado ao espaço natural onde a paisagem se manifesta no presente como uma mais valia na salvaguarda do património cultural das comunidades agrícolas. De certa forma, hoje são os valores ambientais e de paisagem que poderão resgatar o mundo rural de “baixa densidade” do seu abandono.

Correm no tempo presente, pelo menos de forma aparente, múltiplas manifestações de preocupação sobre o futuro dos territórios identificados como de montanha, ou rurais de baixa densidade, apontando-se diversos caminhos a percorrer para que não se tornem irremediavelmente espaços vazios de gente. De órgãos públicos nacionais a instituições europeias ou mundiais, através de associações de desenvolvimento local a organizações de âmbito global, de todos parece surgir uma mobilização, mais ou menos concertada, procurando identificar problemas associados ao espaço agrícola tradicional. Simultaneamente procuram-se soluções para inverter a situação.

Os actores envolvidos nessa missão, conscientemente, sabem que não é a perda do factor produtivo tradicional que se revela mais preocupante. Na verdade, o esquecimento das técnicas tradicionais, a erosão dos valores de memória e a perda de identidades surgem como apreensão central. Os territórios a que se convencionou designar de “interior” caracterizam-se geralmente por terrenos agrícolas pobres, quase sempre confinantes com espaços florestais de difícil ordenamento e rentabilidade sendo, na sua maioria, localizados longe dos grandes mercados urbanos. Condicionantes que são muitas vezes agravadas pelas rudimentares vias de comunicação rodoviárias que os servem.

Uma análise às acções desenvolvidas para a salvaguarda desse “mundo rural” parece demonstrar que a preocupação das políticas actuais se centra na tentativa de não deixar desaparecer vestígios de uma cultura material com um valor civilizacional. Esses indícios são repositórios da capacidade do Homem na utilização dos recursos naturais locais, por mais

singelos que se apresentassem, para a transformação de um meio agreste num espaço de vida e de subsistência.

A percepção de que o mundo rural tradicional sofreria mutações que poderiam levar à sua extinção remontam a finais do século XIX. Os projectos museológicos dos “folk museums” na Escandinávia, o Museu Nórdico de Estocolmo, em 1873, e o primeiro museu ao ar livre em Skansen, em 1891, indicam já nessa época, como escreve Paulo Carvalho, uma apreensão com a manutenção do património rural na Europa¹.

No entanto, segundo Choay, será com o terminar da Segunda Guerra Mundial que o património rural começa a valorizar-se quando, em Inglaterra, se principia a utilizar o termo arquitectura vernacular para identificar edificações de cariz popular, ou em Itália a expressão arquitectura menor, para designar elementos do mundo rural².

Ainda nessa época têm início, em França, algumas experiências museológicas que a partir da década de 1970 revolucionam a forma de estar dos museus perante o meio que os acolhe. Na verdade, remontará a 1947 a génese do ecomuseu quando se funda o Museu de Bretanha, um projecto que procurou congregar o espaço e o tempo com as relações do Homem com a Natureza³. Esses intentos, segundo testemunho de George Henri Rivière, tinham sido levados à prática, até à década de 1950, em certas intervenções museológicas nos Estados Unidos quando se trabalhava com o espaço natural e a humanização em parques naturais.

Terá sido a partir da década de 1970 que a arquitectura rural e a sua paisagem se impõem como preocupação de salvaguarda patrimonial à escala mundial. A emigração massiva das populações rurais para os meios urbanos e industrializados, por vezes também para países do Norte da Europa, com especial enfoque nas décadas 1950-70, conduziu ao rápido abandono das práticas agrícolas e a um êxodo que votou ao abandono o património granjeado e transmitido ao longo de várias gerações. Segundo Paulo de Carvalho, terá sido esse abandono que despertou consciências para a importância da Arquitectura Rural e o Ordenamento do

¹ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã, 2009, p.74.

² - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008, p.12.

³ - RIVIÉRE, Georges Henri, *La Museologia, curso de museologia, texto y testimonios*, Torrójón de Ardoz, Ediciones Akal, 1993, pp.189-206.

Território e que, em 1976, deu origem a um dos primeiros documentos que aborda de forma mais aprofundada essa problemática⁴.

Surge então, a partir desse período, uma preocupação com a salvaguarda do património cultural, material, imaterial, natural e paisagístico, dando indicações de que o ordenamento integrado do território passaria pela articulação da agricultura tradicional, do artesanato, das pequenas indústrias e das actividades de lazer.

Em 1975, através de uma directiva da Comunidade Económica Europeia, considerava-se que era necessário assegurar a manutenção do espaço natural em zonas de montanha e noutras “zonas desfavorecidas”⁵. Esse documento dá orientações para ser criado pelos estados membros um regime de ajudas para melhorar o rendimento dos agricultores dessas zonas como estratégia para manter um “mínimo de povoamento” e a manutenção do espaço natural.

Na década de 1990, com a Carta do Património Vernáculo Construído, que defendia “O Património Tradicional como um lugar privilegiado no afecto e carinho de todos os povos”⁶, passa a olhar-se esse património como uma consequência do trabalho do Homem e de uma criação do Tempo representando, ainda, a expressão fundamental da identidade de uma comunidade e das suas conexões com o local que habita. A base do presente estudo funda-se precisamente na tentativa de recolha junto dos actores locais da sua relação com o meio onde se inserem, das formas como trabalham o espaço, das relações socioeconómicas que mantiveram a vitalidade demográfica nas décadas de 1950 a 1980. Nessa pesquisa fica claro o preconizado na Carta do Património Vernáculo Construído que descreve o “tradicional” como um lugar de afecto e carinho.

O tempo que as comunidades levaram a transformar a paisagem natural do território apresentado abrange um arco de aproximadamente cinco séculos. O seu esboroamento será bastante mais rápido podendo ocorrer o desaparecimento total nas próximas décadas. A simplicidade das construções, associadas à perenidade dos materiais, concorrem para o desmantelamento de todo um conhecimento e saber fazer angariado ao longo de muitas gerações.

⁴ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, pp.89-90.

⁵ - Directiva do Conselho 75/268/CEE, de 28 de Abril de 1975. www.eur-lex.europa.eu, 24/06/2014, 22h3m.

⁶ - Carta do Património Vernáculo Construído, http://www.international.icomos.org/charters/vernacular_sp.pdf, 10/06/2013, 19h 56m.

Como afirma Paulo de Carvalho, a “artificialização” da terra nem sempre se revelou um processo linear, homogéneo e conciliador. Porém, foi a acção de apropriação do território que concedeu à paisagem uma matriz identitária passando esta a reflectir diferentes modos de estar, de sentir, de perceber e de valorizar alguns territórios moderados em recurso naturais⁷. Deste modo, com o gradual abandono do território rural, estes espaços transformam-se em “lugares de memória” onde restará uma dimensão material e funcional em acelerado declínio coexistindo com outra simbólica e imaterial com uma vocação de salvaguarda do património cultural associado através do turismo⁸.

Muito embora o turismo se revele como um aliado importante para a salvaguarda do património rural, os projectos implementados em Portugal parecem indicar que só com uma forte participação do poder central, através de políticas de subsidiação e de promoção mediática, conseguem tornar esse património turisticamente “vendável” e atractivo⁹. No entanto, o quadro actual assinala que mesmo com apoios, nomeadamente comunitários, provavelmente não será possível a salvaguarda das infraestruturas que garantiam a produção de bens agrícolas centrando-se todas as atenções nos núcleos urbanos das aldeias, sejam elas integradas nas redes de aldeias históricas, de xisto ou de montanha.

A tomada de consciência das sociedades urbanas para a salvaguarda do património rural parece ter diferentes níveis de actuação segundo o nível de urbanização e industrialização de cada país, do poder económico das sociedades ou da sensibilidade tida com a matriz identitária de cada uma delas. O Japão tem registado movimentos de cidadania que visam a salvaguarda do património rural passando pela manutenção das práticas produtivas locais, ou de actividades tradicionais.

Uma das acções consiste em famílias urbanas que se organizam em cooperativas, adquirindo produtos agrícolas cultivados de forma tradicional por agricultores. Essa experiência mobiliza no Japão centenas de milhares de pessoas registando o grupo maior, o

⁷ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, p.22.

⁸ - TAVARES, António Luís Marques, *Património Cultural: Gestão e Programação à Escala Municipal, Uma proposta para o Município de Magualde, contributo para o desenvolvimento local*, Viseu, Edição Arqueohoje, Ld.ª, 2014, pp.135-138.

⁹ - Turismo e Desenvolvimento Rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal), http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo28_29/JC_117-130_Turismo_e_desenvolvimento_rural.pdf, 21/06/2014, 23h43m.

Seikatsu Club, mais de 250 mil membros¹⁰. Essas pessoas viabilizam a manutenção das práticas agrícolas em pequenas parcelas de terreno, dispostas em terraço e, dessa forma, conseguem diminuir a sua preocupação com a segurança alimentar e, simultaneamente, com a protecção do ambiente¹¹.

Na verdade, embora o abastecimento de produtos agrícolas às sociedades modernas não pareça possível com a tradicional produção de excedentes, característica das comunidades rurais de baixa densidade, a participação dos cidadãos consumindo produtos produzidos de forma ambientalmente sustentável pode viabilizar economicamente um território agrícola condenado ao abandono.

No entanto, continua a parecer incontornável que o sector agro-industrial representa a resposta mais viável para que os alimentos cheguem a horas, e nas quantidades necessárias, aos mercados das grandes cidades. Se for aceite essa “inevitabilidade”, pode parecer dispensável o sector rural tradicional enquanto produtor de bens agrícolas, sendo provável que uma política de incentivos à produção se apresente como uma missão meramente paliativa.

Recuando à década de 1970, compreende-se que o problema do abandono das regiões rurais economicamente pouco atractivas já nessa época preocupava os agentes políticos. A Directiva 75/268/CEE reconhecia que havia diferenças significativas de rendimento entre as regiões de montanha devido a desvantagens naturais de carácter permanente que importava desvanecer através de políticas de incentivo à produção¹². O facto de Portugal não pertencer nessa data à Comunidade Económica Europeia poderá ter apressado o abandono do interior do país e, conseqüentemente, incrementado a saída de pessoas, nem sempre jovens, para regiões mais urbanas e economicamente desenvolvidas. A falta de incentivos à manutenção nesses territórios originou o que o documento preconizava no seu preâmbulo se nada fosse feito: “Manter a actividade agrícola a longo prazo nestas zonas depende, por conseguinte, em última análise, da obstinação dos agricultores”.

¹⁰ - <http://community-wealth.org/content/seikatsu-club-consumers-co-operative-union>, 02/05/2013, 21h53m.

¹¹ - Yoshihiko Oyama, *Agricultura e Desenvolvimento Rural no Japão*, in <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/art03d.htm>, 28/08/2013. Yoshihiko Oyama estuda as questões rurais, tanto no Japão como no Reino Unido. Coordena grupos de estudos japoneses na Europa, informa regularmente o público japonês sobre as iniciativas de desenvolvimento rural na Europa e adquiriu uma vasta experiência neste domínio, devido ao seu envolvimento nos Groundwork Trusts britânicos, parceiros locais ao serviço do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

¹² - Relatório sobre a política comunitária para as zonas de montanha, file:///C:/Documents%20and%20Settings/orlindo2/Os%20meus%20documentos/Downloads/GFHA03002PTC_001.pdf, 22/06/2014, 17h23m.

Na verdade, nem essa teimosia de certos habitantes conseguiu travar o descalabro demográfico que os últimos censos da população revelaram, ou seja, um país com as regiões do interior sem gente. Um processo que foi ampliado por políticas concelhias, em determinados municípios, que aumentaram o número de residentes nas cidades e vilas sedes municipais à custa da transferência das suas populações rurais. Se numa primeira fase essa estratégia resultou na manutenção do número de habitantes, por vezes até num acréscimo, a falta de desenvolvimento industrial e de serviços tem resultado na última década na perda acentuada de população.

Em Portugal as políticas de incentivos ao rural de baixa densidade têm privilegiado o turismo como a estratégia mais adequada, não só para impulsionar o desenvolvimento local, como para a salvaguarda do património rural. No entanto, em determinadas circunstâncias, a preocupação na captação de turistas poderá originar que sejam os seus interesses a orientar os programas de intervenção. Se ocorrer, essa condicionante conduz a um tratamento fragmentado do património edificado, esquecendo a componente produtiva primária o que origina o abandono de elementos importantes do património material e do património imaterial das comunidades.

Tal parece evidente na intervenção realizada na Aldeia Histórica de Piódão em que o lagar de azeite, assim como os moinhos de cereais, próximos à área urbana da aldeia não foram, pelo menos até ao presente, resgatados de forma a garantir a sua salvaguarda ou a protecção das memórias associadas a essas edificações. No entanto, faltará descortinar se faz sentido manter infraestruturas agrícolas sem lhes dar a função produtiva para que foram construídas e que não produzindo se tornam meras representações de uma identidade que desaparece pelo seu novo estatuto de património cultural.

Paulo Peixoto defende que “o património e a identidade apresentam-se como termos de uma mesma equação” mas, alerta o autor, o património e a identidade podem ser figuras retóricas dos processos de morte e de vida das práticas e dos objectos sociais em que “o momento da atribuição de um estatuto patrimonial corresponde também ao reconhecimento da morte de uma identidade”¹³.

¹³ - PEIXOTO, Paulo, *O património mata a identidade*, em *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, 2006, pp.65-74.

A identificação do património cultural rural passa obrigatoriamente pela forte mediação dos actores locais. Procurar que todos os elementos do património edificado, assim como o valor de memória e identidade associados, representem o sentir de quem o detém, ou deteve, e usufrui. Será importante que a identificação do património cultural não se revele como o resultado de uma determinação de quem, vindo de fora, por vezes, o pode conduzir aos interesses de quem “encomenda” um projecto ou determina um processo de “salvaguarda” do património cultural.

Por esse motivo se apresenta fundamental avaliar a consciência dos actores locais sobre o património cultural do território que habitam: se o reconhecem, se o consideram factor de salvaguarda da sua memória comum ou se reconhecem elementos que se apresentem como linhas condutoras de uma identidade local. Também se revela imprescindível associar a essa pesquisa o enquadramento geográfico do território, identificar os espaços usufruídos pela população, conhecer qual a interacção entre comunidades de diferentes aldeias e, simultaneamente, inventariar de forma sistemática os recursos naturais acessíveis à matriz socioeconómica do território.

Por outro lado, importa definir os contextos económicos, sociais e administrativos que moldaram determinado território procurando reconhecer de que forma esses factores, ao longo do tempo, atraíram, mantiveram ou afastaram as populações.

Também se revela necessário catalogar os elementos do património edificado presentes, procurando, junto das comunidades, uma descrição exaustiva da sua função, do saber fazer associado e da importância que tiveram, ou têm, para a construção ou afirmação de uma identidade local.

A componente imaterial associada à parte edificada nas suas vertentes de práticas agrícolas, da componente religiosa, das formas de entreajuda, da amplitude da convivência social ou da história oral permitirá conhecer certas formas de regulação social que tacitamente coordenavam o dia a dia das comunidades rurais.

A realidade dada a conhecer ao longo do presente estudo foi moldada, social e economicamente, na arquitectura típica do xisto criando, ao longo de várias gerações, um testemunho da sua relação com o meio e com a natureza. Recordando o que escreveu Paulo de Carvalho “Durante quase cinco séculos de história conhecida o homem teimou e foi ficando

como símbolo de um esforço que não conhece limites”¹⁴. Na verdade, quando se observa a intensa malha de construções elas são o testemunho da capacidade do Homem em moldar o meio, por vezes agreste, e da sua perseverança.

A “singeleza” dos recursos naturais do território não terá permitido uma criação de significativos testemunhos históricos monumentais, edificados ou escritos, sendo que muitos dos que foram edificados ou lavrados podem ter-se perdido no tempo¹⁵. Aqui, de certa forma, o acervo documental são pedras de xisto, serão ainda as culturas produtivas associadas, não esquecendo a importância do saber fazer que vai permanecendo nos grupos etários mais idosos: sejam as técnicas de construção, os modos de trabalhar a terra, as tradições mais implantadas em diferentes aldeias, componentes do património imaterial que tanto se apoia na memória individual de um artesão como colectiva de toda uma comunidade.

Para obter um resultado seguro revela-se essencial uma atenção redobrada ao trabalho de campo e ao contacto directo com as populações. Auscultar os habitantes obriga a uma selecção baseada no conhecimento directo das pessoas, quando se faz parte do grupo, ou em informações de quem, em cada aldeia, se revele a melhor fonte. Essa selecção conduz à demanda dos elementos mais idosos na comunidade procurando, na sua longevidade, uma maior veracidade nas informações recolhidas. No entanto, por vezes, a idade avançada nem sempre se associa à expressividade e à capacidade de recordar. Por esse motivo, no caminho percorrido abandonam-se pistas que não encaixam, trocam-se alguns actores que não revelavam coerência nas memórias, confrontam-se informação recolhida utilizando diferentes origens. Os testemunhos dos habitantes locais prevalecem na reconstituição da matriz identitária de uma comunidade.

Paulo de Carvalho afirma que o valor de memória, ou do imaginário colectivo, ajuda na configuração do património cultural enquanto elemento gerador da imagem e da identidade local¹⁶.

Por outro lado, a observação do património rural edificado, nas suas variadas formas e utilidades, permite compreender a dinâmica económica e produtiva de um território

¹⁴ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, p.391.

¹⁵ - Embora o território estudado fosse concelho desde pelo menos os inícios do século XVI, até 1836, poucos documentos foram encontrados.

¹⁶ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, p.73.

demonstrando que a transformação e modelação da paisagem, associadas à regulação do uso e fruição, construíram o património cultural de uma comunidade.

O estudo aqui apresentado centra-se numa aldeia rural situada entre as serras da Estrela e do Açor, detentora de uma realidade socioeconómica que se confunde com muitas aldeias espalhadas pela Cordilheira Central.

A estruturação da investigação levantou à partida uma questão: se considerar um território ocupado por uma comunidade ou avaliar as várias aldeias que constituem a realidade administrativa da freguesia como diferentes comunidades espalhadas por cada uma das aldeias existentes. O território foi ao longo de séculos enformado administrativamente pela figura do concelho, até à década de 1830, e pela configuração da freguesia até ao presente. Porém, não pode ser esquecida a componente religiosa e de fé que a paróquia apresentou revelando-se, provavelmente, como o elemento mais expressivo de vivências comuns a todas as povoações. A extensa dimensão do território, aumentada pela distância física que separou as aldeias até à chegada das vias rodoviárias, poderá ter promovido diferentes modos de vida e, conseqüentemente, diferentes valores de memória e identidade.

No entanto, tal como a vertente religiosa já descrita, também a montanha se revela como um elemento comum e unificador a todos os aglomerados urbanos, sendo esse espaço, associado aos recursos hídricos disponíveis, que fomentaram uma partilha comunitária desses recursos.

Na verdade, estudar o património edificado em vinte e nove aldeias poderá significar outras tantas vontades na afirmação de uma identidade distinta entre elas. Se, por um lado, os recursos naturais disponíveis foram os mesmos e a sua apreensão se revele de certa forma idêntica, por outro lado, a sua utilização, assim como a forma de regulação social, poderá ser significativamente diferente entre povoações confinantes: se na aldeia de Gondufo se cultivava o centeio no espaço florestal de forma individual, já na vizinha aldeia de Balocas essa prática era comunitária, partilhada por todos os habitantes, independentemente do seu estatuto social.

Nesse sentido, uma das linhas metodológicas seguidas incidiu na caracterização dos valores de identidade e de memória associados ao património rural através de entrevistas

directas e questionários de resposta não presencial¹⁷.

A pesquisa de campo pretendeu determinar, presencialmente, junto de actores locais se os vinte e quatro elementos constantes da matriz estavam, ou estiveram, associados às suas aldeias. O inquérito incidiu no património edificado, no tipo de ensino proporcionado, nos cuidados de saúde prestados assim como nas acessibilidades, no culto religioso, nos processos de produção, nas tradições regulares ou nas artes populares existentes ou, entretanto, desaparecidas.

O mapeamento foi realizado com a colaboração de, pelo menos, um habitante em cada aldeia, exigindo algumas recolhas com mais do que uma deslocação, principalmente, devido aos afazeres agrícolas dos participantes que, embora idosos, continuam a praticar uma agricultura de auto-abastecimento. E, embora o contacto pessoal tenha sido facilitado pelo conhecimento pessoal do entrevistador, com frequência foi necessário explicar os objectivos e as finalidades dos dados recolhidos. A pesquisa centrou-se numa recolha participante dando ao entrevistado autonomia na resposta aos questionários entregues¹⁸.

Em determinadas situações aceitaram-se testemunhos dados na terceira pessoa, ou seja, “lembro-me de o meu avô dizer que...” para explicar determinado facto ou fundamentar certas informações prestadas¹⁹.

Esse trabalho foi executado com o auxílio de um gravador de voz e todas as entrevistas foram registadas em suporte informático. Procedeu-se, também, ao registo fotográfico dos intervenientes no contexto em que se realizou a entrevista.

Por seu lado, o recurso aos questionários teve como finalidade procurar captar qual a percepção que os actores locais têm do seu território: como se organizam as suas ligações à “terra”, como interpretam o património edificado e quais os valores que para si representavam os elementos do património cultural no contexto local. Os inquéritos foram dirigidos a diferentes grupos sociais pertencentes a várias povoações. Se, por um lado, se procurou auscultar os habitantes que ao longo da sua vida nunca deixaram a sua aldeia para viver ou

¹⁷ - POCINHO, Margarida, *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*, Lisboa, Edição Lidel, 2012, pp.55-106.

¹⁸ - PEREIRO, Xerardo, *Apontamentos de antropologia sociocultural*, [http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/docencias/manual_de_antropologia_sociocultural_2011_2012/MANUAL%20DE%20ANTROPOLOGIA%20SC%20\(XP\).PDF](http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/docencias/manual_de_antropologia_sociocultural_2011_2012/MANUAL%20DE%20ANTROPOLOGIA%20SC%20(XP).PDF), 21/05/2014, 23h21m.

¹⁹ - CARMO, Hermano; Ferreira, Manuela, *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp.125-148.

trabalhar representando, de certa forma, os genuínos autóctones, por outro lado, interessava ouvir também todos aqueles que, embora nascidos nas aldeias, firmaram o seu percurso de vida num ambiente citadino, ou com forte carga urbana, mas que sempre mantiveram uma relação de proximidade com o local de nascimento. Por último, revelava-se igualmente importante perceber qual a visão daqueles que, tendo nascido fora do contexto rural, se mantêm ligados à realidade sociocultural do território: seja através de ligações familiares, de ocasiões de lazer ou de férias ou, ainda, pelos vínculos afectivos aos locais da sua ascendência familiar, ou seja, para quem o mundo rural explica as suas origens e, de certa forma, representa “o seu lado no mundo globalizado”.

Para se compreender uma região nas suas múltiplas componentes revelava-se necessário um enquadramento geográfico, social, económico e administrativo. Por mais simples que se apresente, as freguesias rurais fundamentam-se em regulamentos firmados no compromisso de vizinhança e na legislação que regulava o acto governativo local ou municipal. Foram pesquisados documentos que validam uma superintendência jurídica e administrativa devidamente regulamentada, desde a segunda metade do século XVI.

Os aspectos geográficos auxiliaram também a compreender o desenvolvimento económico e demográfico registado a partir de século XVIII. Se, por um lado, as montanhas de encostas escarpadas dificultaram uma agricultura extensiva de sequeiro, por outro lado, os abundantes recursos hídricos, que percorriam os sopés dos vales, permitiram que o milho americano encontrasse locais com condições ideais para o seu cultivo, traduzidas em produções generosas daquela cultura.

Com a chegada desse novo cereal, a pedra de xisto transformou-se num recurso natural abundante e potenciador da colonização dos terrenos maninhos ou de pastagem extensiva. As amplitudes térmicas, derivadas da acentuada variação da altitude, permitiu criar diferentes patamares de cultura desde os 270 aos 850 metros de elevação onde foi possível associar à cultura do milho, por vezes no mesmo socalco, outros produtos agrícolas que viabilizaram economicamente a edificação de muros de sustentação da manta de cultivo, para a constituição de uma vasta rede regadio ou para a construção de determinados edifícios de apoio à actividade agrícola.

Terá sido essa profunda “revolução” agrária o que contribuiu para o desenvolvimento do interior rural impulsionando o crescimento de edificações e o aumento da ocupação humana

até à década de 1950. A economia sustentou-se secularmente na actividade agrícola assente numa existência produtiva de auto-consumo e geradora de alguns, poucos, excedentes para o comércio. Por seu lado, a pastorícia destinava-se objectivamente à obtenção monetária não sendo de estranhar que apenas se matasse um animal em ocasiões especiais, por norma para um casamento ou em dia de festa do padroeiro. A partir da segunda década do século XX essa matriz económica recebeu o impulso do sector florestal que, através da exploração da resina, permitia a “exportação” regular de produtos que não dependiam das variáveis climatéricas que condicionavam os anos agrícolas. Esta actividade dinamizou economicamente o território ao permitir emprego e melhores salários relativamente ao sector agrário.

O contexto socioeconómico revelava-se em comunidades que viviam do que produziam, utilizando processos rudimentares, sendo os terrenos disponíveis insuficientes para a pressão demográfica que se fazia sentir.

Na generalidade do território estudado, o individualismo agrário convivía com o comunitarismo: cada agricultor cultivava a sua propriedade, no entanto, repartia com os seus vizinhos a água de rega num sistema comunitário. Praticava-se também o “torna jeira” ajudando na realização de tarefas recebendo em troca o mesmo tempo de mão-de-obra dispendido.

O convívio, nos poucos momentos livres, era mais habitual no período de Inverno divergindo segundo o género: os homens faziam-no no espaço público da rua ou num local a coberto da chuva e do frio, por vezes no lagar de azeite ou no alambique quando em laboração; por sua vez, as mulheres conviviam no forno, enquanto se cozia o pão, num “sobradinho” a fiar linho ou a costurar ou, ainda, na ribeira a lavar roupa. No entanto, em determinadas épocas do ano, juntavam-se rapazes e raparigas em bailaricos que, por vezes, competiam entre diferentes partes da aldeia.

Também se convivía nos balcões de entrada das casas que serviam para descansar em dias ou noites de calor mais intenso ou mais abafadas. A varanda com cobertura era outro elemento da arquitectura vernacular que promovia a interacção social nas aldeias. Na verdade, as ruas estreitas permitiam uma proximidade entre esses “palanques” facilitando a comunicação verbal entre vários vizinhos.

Por sua vez, a administração pública, que se confundia muitas das vezes com o poder da igreja, foi acompanhando o desenvolvimento do território legislando localmente sobre muitos

aspectos que impulsionaram a melhoria das condições de vida das comunidades aldeãs. Se, por um lado, aumentavam o imposto do “real da água”, por outro lado, construíam uma ponte, melhoravam um caminho, ou promoviam o ensino escolar.

Os recursos económicos, quase sempre escassos, retardaram o acesso das populações dessas aldeias a infraestruturas hoje consideradas indispensáveis. A água potável por fontanários ou a electricidade chegaram quando a sangria emigratória se mostrava um processo, aparentemente, sem retorno.

Afigurava-se fundamental para esta investigação identificar o património construído, ou edificado, na freguesia de Vide. Na verdade, estas povoações radicam o seu interesse nas formas que o xisto lhes concedeu. Procurou-se entender a funcionalidade e o sentido simbólico das diversas construções, bem como a importância que lhes é actualmente atribuída ou se continuam a ser consideradas representativas do património cultural local.

Essa pesquisa permitiu identificar todo o tipo de edifícios ou estruturas agrícolas, implementadas no espaço natural ou no núcleo urbano das aldeias. A separação entre elementos essencialmente urbanos ou agrícolas não se revelou tarefa facilitada pois imperava o sentido prático da sua utilização. Se o primeiro piso de uma casa estava reservado à habitação do proprietário, o rés-do-chão podia ser partilhado com os animais como estábulo. Na verdade, quase tudo o que se construiu ao longo de cinco séculos tinha, acima de tudo, a função de assegurar a subsistência familiar.

A fertilidade da imaginação destas comunidades para utilizar em seu proveito o material localmente mais acessível e menos dispendioso “semeou” por todas as aldeias elementos que ainda hoje testemunham essa capacidade. No entanto, para que tal fosse possível, algumas comunidades desenvolveram um corpo técnico informal que transmitiu e melhorou continuamente o saber-fazer que fora partilhado de geração em geração.

De forma a se poder contextualizar os elementos do património rural tornou-se necessário contactar directamente com os vestígios arqueológicos presentes no território. Outro elemento importante e distintivo do mundo rural, porventura o mais difícil de apreender, firma-se na gestualidade. Este está presente até nos mais pequenos detalhes das tarefas diárias executadas.

O estudo visou ainda identificar o património cultural imaterial associado não só às construções, às práticas agrícolas como a outros aspectos da vivência quotidiana de uma comunidade rural. No entanto, essa vertente intangível, bastante rica e presente na memória

dos habitantes locais, não foi objecto de uma investigação aprofundada o que se afigurava inconciliável com este estudo.

A vida rural não correspondia a uma forma “automática” de executar tarefas. O simples processo de moer cereais incluía uma dimensão sagrada observando-se um profundo respeito por um ser superior que regularia “as coisas do mundo terreno”. Roubar nas maquinas significava uma tentação de seres diabólicos, queurgia contrariar para continuar a aspirar a um lugar no paraíso. Uma oração, ou desenhar uma cruz sobre o produto transformado, antes da medição ou da pesagem, garantiria a paz de espírito isenta de qualquer influência menos honesta. De certa forma, esses mecanismos, promoviam a prevenção do pequeno ou do grande delito.

Essa espécie de auto-regulação da segurança pública passava também pelos valores éticos e pela moralidade que certas estórias pretendiam transmitir. Os momentos passados em volta da lareira, principalmente nos longos serões de Inverno, revelavam-se propícios a essa prática ancestral de “contar um conto” que tanto poderia narrar um feito épico, como uma história moralista ou uma fábula.

Também as tradições religiosas marcavam o mundo imaterial das comunidades ao longo de todo o ano, tendo cada festividade associada uma prática de culto que se transmitia de geração para geração. Por vezes, solicitar a protecção divina acarretava custos só acessíveis a quem tivesse lautos rendimentos: dar pão aos pobres ou leite aos mais necessitados chamava a si melhores produções agrícolas e garantiria a protecção dos animais.

Na verdade, poder-se-á afirmar que a componente imaterial representa uma das maiores riquezas patrimoniais das comunidades rurais. A identidade procura afirmar-se nos valores de memória, das raízes, procurando fundar-se em sentimentos de pertença a um lugar. Elementos que se apresentam como dimensões do património cultural imaterial.

Por outro lado, revelava-se importante a avaliação de projectos de salvaguarda do património rural já implementados. A região circundante ao território estudado é um espaço que tem sido objecto de aplicação de alguns programas de reabilitação do património cultural que, de certa forma, marcam um determinado paradigma no contexto nacional. A proximidade ao território aqui apresentado permite, por um lado, perceber quais os pontos fortes eventualmente aplicáveis na salvaguarda do património identificado e, por outro lado, procurar sinergias que possam alavancar projectos que garantam a continuidade das várias

infraestruturas descritas e as práticas associadas à sua fruição tradicional.

Um exemplo de intervenção, já bastante desenvolvido, e conhecido, desenrola-se na Aldeia Histórica de Piódão, no concelho de Arganil, tendo-se como objectivo que a reabilitação urbana de uma aldeia impulsione e promova a salvaguarda do património rural a ela associado²⁰. O êxito desta intervenção revela-se pelo elevado número de turistas e pela percentagem dos que utilizam os alojamentos da aldeia para permanecerem mais do que um dia, cerca de 73%²¹. A criação de emprego na indústria hoteleira inverteu a regressão demográfica que afectou Piódão até ao ano 2001.

Outro projecto importante para a salvaguarda do património rural funda-se numa intervenção com uma escala espacial mais abrangente, o qual envolve diferentes concelhos do interior centro de Portugal. Este programa apresenta-se como uma acção concertada em torno de sinergias, elencando a paisagem e a natureza como “parceiros” privilegiados, formalizando-se numa Rede de Aldeias de Xisto²².

De certa forma, este projecto parece apresentar-se como o mais praticável na salvaguarda do património rural característico da Freguesia de Vide. Permite que se tenha a percepção de como incluir, num só programa, várias aldeias e lugares respeitando as especificidades de cada local e de cada comunidade.

Por último, avaliou-se o caminho percorrido pela Rede das Aldeias de Montanha que, face ao seu desenho ainda recente, poderá ser considerado um projecto ainda embrionário²³. Inicialmente impulsionado por uma autarquia, vai ganhando autonomia de acção, e de gestão, através de uma associação gestora do programa de intervenção. Tem por fundamento uma filosofia que procura o envolvimento directo dos actores locais ambicionando desenvolver e reforçar as suas capacidades de inovação e empreendedorismo que conduzam à dinamização e à salvaguarda do seu património cultural. A tarefa não se revela fácil. Na verdade, a falta de jovens leva a uma perda de dinamismo económico desmotivando os mais jovens na captura e transmissão de “práticas que são, por si só, elementos da identidade, da memória e do

²⁰ - <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com>, 12/05/2014, 12h34m.

²¹ - CORREIA, Juliana Bento, *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha, O exemplo do Piódão*, Piódão, Edição da Associação de Compartes de Piódão, Junta de Freguesia de Piódão e Câmara Municipal de Arganil, 2010, pp.96-99.

²² - <http://aldeiasdoxisto.pt>, 14/05/2014, 16h34m.

²³ - <http://www.cm-seia.pt/aldeias.html>, 14/05/2014, 17h25m.

património cultural”²⁴.

Denominador comum a todos os projectos avaliados será o facto de que esta nova forma de desenvolvimento local se produza associando o património cultural ao turismo. Na verdade, a captação de visitantes revela-se como o principal objectivo, residindo nessa atracção a garantia da sustentabilidade económica, factor indispensável para a viabilidade de qualquer projecto de salvaguarda patrimonial.

Para concluir o estudo, revelou-se indispensável a apresentação de uma proposta que apontasse um caminho a seguir na salvaguarda do património rural descrito. Confrontaram-se diferentes projectos em implementação, foi consultado material teórico sobre as práticas de intervenção a serem respeitadas, procuraram-se alternativas que viabilizassem o património identificado em toda a sua plenitude: o edificado, o produtivo, a paisagem, a natureza e, principalmente, o elemento humano enquanto parte integrante desses elementos. Como afirma Hugues de Varine, o património cultural faz-se do solo, da paisagem, da memória, dos modos de vida, das construções ou da produção de bens²⁵.

Na verdade, as pessoas mais idosas que vão permanecendo no território foram determinantes nesta tentativa de construção de uma matriz patrimonial da Freguesia de Vide. Ao longo de cinco anos trabalhou-se com cerca de vinte e cinco pessoas residentes nas várias aldeias tendo falecido, nesse período, nove dos participantes na recolha de campo. Essa realidade desperta para o maior problema com que se debate o mundo rural, o desaparecimento galopante das pessoas que, deixando as aldeias desertas de gente, ficam também vazias de testemunhos e de memória sobre o património existente.

A dissipação das vivências e do conhecimento do mundo rural colocará em risco a reabilitação patrimonial de um território. O turista ou o visitante não procurará um território vazio de gente onde as edificações se apresentam como elementos decorativos de paisagem. A história revela-se importante para descodificação de uma comunidade e, face à singeleza do edificado e à falta de acervo documental, essa história só pode ser completa se veiculada por quem nela reside. Segundo Hugues de Varine, o património rural e o desenvolvimento local

²⁴ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, o Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, Porto Alegre, Editora Medianiz, 2012, p.24.

²⁵ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, o Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit., pp.18-20.

“é antes de tudo um assunto de actores e, sobretudo, actores locais”²⁶

O presente estudo pretendeu, também, resgatar do esquecimento um conjunto de construções que, pela sua aparente insignificância histórica, correm o risco de desaparecer. É do conhecimento geral que a componente agropecuária, as artes e os ofícios nos territórios rurais, principalmente os que se caracterizam pela baixa densidade demográfica, têm sofrido um abandono acentuado nas duas últimas décadas. Para além do êxodo rural e inevitável abandono das práticas produtivas, a nefasta e determinante acção dos incêndios florestais têm concorrido drasticamente para pôr em risco a manutenção e salvaguarda do património edificado.

Não parece fácil uma inversão na devastação que resulta da débil presença humana e da fraca economia do mundo rural de baixa densidade. No entanto, será sempre possível procurar outros caminhos que indiquem novos usos que viabilizem o território.

²⁶ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, o Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit., p.18.

2. À volta do conceito de património cultural e rural

A grande difusão de “patrimónios”, devidamente legitimados por várias instituições nacionais e mundiais, das quais se destacam a UNESCO, o ICOM e o ICOMOS, recordam sempre a questão pragmática do que leva o Homem a procurar preservar, através de vários percursos, o seu passado. Aparentemente, a preocupação em resguardar vestígios do passado tem, na sua génese, interesses diversos e muitas vezes contraditórios. Exemplo disso, como nos conta Choay, é o que aconteceu com a Igreja Católica, que no final da Idade Média, procurava, por um lado, preservar os monumentos da Civilização Romana e, por outro, utilizar os materiais desses mesmos edifícios para a construção de novos templos²⁷. Na verdade, reconhecia-se a necessidade de salvaguardar elementos do passado; no entanto, impunha-se a necessidade material do presente para perpetuar, através da edificação de construções monumentais, esse tempo no futuro.

Manuel João Ramos observou que essa ambiguidade no tratamento das questões do património também parece revelar-se nos dias de hoje quando afirma que “a atitude do Homem moderno perante a sua própria existência é equívoca e tem algo de contraditório pois vivendo no presente procura tornar tangível o futuro mas receia o desaparecimento do seu passado”²⁸. Poder-se-á pensar, então, que a problemática da salvaguarda do património cultural tem feito um caminho paralelo ao do próprio património, com uma dinâmica que se ultrapassa e renova intrinsecamente com o passar do tempo.

Esta atitude recua vários séculos, podendo ser assinalado, como nível base da preocupação com a salvaguarda do património cultural edificado, o século XV quando o Papa Martinho V restabelece a sede do papado em Roma e pretende devolver a essa cidade o poder e prestígio que usufruía no Período Clássico²⁹. Já no século XVIII, com influências da Revolução Francesa, por preponderância de alguns intelectuais revolucionários, que se opõem

²⁷ - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008, pp.11-33.

²⁸ - RAMOS, Manuel João, *A Matéria do Património, Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.7-10.

²⁹ - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, *ob. cit.*, pp.11-33. Segundo a autora será após o Grande Cisma que se desenvolve um novo clima intelectual, a partir do qual se avalia a “desmantelagem” da cidade, considerando o passado fabuloso de Roma como uma história a preservar. Terá sido nesse momento singular da história da humanidade o nascimento do “monumento histórico”. No entanto, segunda a mesma obra, foi em 1790 que surge pela primeira vez escrito o termo de monumento histórico quando são elaborados, no contexto da Revolução Francesa, os conceitos de preservação (museus, inventários, classificação, reutilização) que lhes estão associados.

ao “vandalismo ideológico”, surge uma nova preocupação em salvaguardar edifícios, quer pela sua arquitectura quer pela sua história, criando normativos e cargos públicos que pretendiam ser mecanismos de apoio nessa missão. Terá sido em 1790, em França, que L. A. Milin passa a escrito o conceito de monumento histórico e os instrumentos considerados necessários à sua preservação. Posteriormente, em 1830, e no mesmo país, são criadas a categoria de “inspector dos Monumentos Históricos” e, em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos que tinha como missão a salvaguarda, não apenas de vestígios da Antiguidade Clássica, como de edifícios de cariz religioso construídos durante a Idade Média e de alguns castelos. Esta situação ocorre em França, país onde, durante os séculos XVII e XVIII, se destruíram “centenas de igrejas góticas em nome do embelezamento urbano, sendo substituídas por edifícios barrocos ou clássicos”³⁰. Tudo indica que, apesar das diferenças do seu grau de industrialização, foi neste período que a maioria dos países europeus consagrou o “monumento histórico”.

Terá sido a “primeira” industrialização, enquanto processo de transformação económica e social da sociedade europeia, quem mais contribuiu para uma evolução de mentalidades, associando pela primeira vez ao monumento histórico os valores da sensibilidade, nomeadamente estéticos, em que terá tido a colaboração do movimento do Romantismo³¹. Segundo Choay, a viragem do século XIX é assinalada, especialmente em Itália e na Áustria, por um questionar complexo dos valores e das práticas desse monumento histórico.

No entanto, a mutação operada com o desenvolvimento industrial atinge não só os modos de vida como também a organização espacial das cidades coevas, tornando os tecidos urbanos desadequados às novas necessidades de mobilidade e conforto. Os monumentos que aí se inserem surgem, então, como entraves ao progresso de um novo modo de urbanização. Outro problema prendia-se com a negligência com a manutenção dos edifícios antigos, onde as obras de restauro não obedeciam a “conhecimentos” regulamentados. Essa ausência de critério científico levava ao paradoxo de se destruir, com as intervenções de restauro, situação designada, principalmente em França e Inglaterra, como “vandalismo destruidor e restaurador”. Porém, terão sido essas contingências que auxiliaram aqueles que então

³⁰ - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, ob. cit., p.152.

³¹ - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, ob. cit., p.137.

defendiam a criação de uma “legislação de protecção e uma disciplina de conservação” para os monumentos tornados património³².

Em alguns países também os movimentos nacionalistas contribuíram para a legitimação e salvaguarda do património edificado. Na sua afirmação como Nações socorreram-se, na Europa de finais de 1800 e princípios do século XX, de tudo o que poderia comprovar raízes antigas ou permanência de determinados povos num território. O património surge, então, como impulsionador de acções políticas ou reivindicações autonomistas, que ajudavam a legitimar a independência de um determinado país.

Já em 1931 tem lugar o I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos em Monumentos³³. Desta reunião resulta o documento conhecido como Carta de Atenas, onde se apresentaram os princípios gerais e as doutrinas existentes para a protecção de monumentos na Europa, pois que, segundo Choay apenas participaram representantes de países europeus. Embora a temática principal se prenda com a nova arquitectura urbana, na verdade, foi nessa reunião que se estabeleceu aquele que é considerado o primeiro acto normativo internacional, puramente dedicado ao património, e incidindo sobre a problemática do restauro de monumentos³⁴.

Foi então aprovada, por unanimidade, a consagração de um certo direito da colectividade relativamente à propriedade privada. O documento aconselha a que cada país elabore um inventário relativo aos seus monumentos históricos, considerando o envolvimento das populações essencial à defesa do património. É também referida a importância de equipas multidisciplinares para a sua preservação, sugerindo-se que os arquitectos e conservadores se socorram de representantes “das ciências físicas, químicas e naturais” para encontrar a melhor solução em diferentes problemas.

Não menos importante terá sido a decisão de apelar aos “educadores” no sentido de sensibilizarem a infância e a juventude para não degradarem os monumentos, “quaisquer que sejam”, e lhes fizessem compreender o valor dos “testemunhos das civilizações antigas”. A Carta de Atenas reconhece a relevância do património histórico como veículo na educação dos cidadãos. Importará também realçar a recomendação no sentido da ocupação dos

³² - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, *ob. cit.*, p.151-155.

³³ - Carta de Atenas, <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, 06/06/2013, 16h38m.

³⁴ - <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-restauro-de-monumentos-1931>, 07/06/2013, 13h45m.

monumentos com novas funções que assegurassem a continuidade da sua vida, respeitando sempre o seu carácter histórico ou artístico.

Em 1954 tem lugar a Convenção de Haia, que procurou proteger os “bens culturais” em caso de conflito armado. Esta convenção, que decorre no seguimento do efeito devastador da II Guerra Mundial, marca uma etapa fundamental no processo de defesa do património cultural³⁵.

No entanto, a preocupação com a salvaguarda³⁶ continua em torno do “monumento histórico”, laico ou religioso, das obras de arte, dos sítios arqueológicos, (...) das colecções científicas ou das importantes colecções de livros ou de arquivos. Preceitua ainda a defesa dos conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, dando continuidade à atenção tida com o património “erudito”.

Voltando a citar Choay no final desse conflito mundial, o número de bens inventariados tinha multiplicado por dez, sem evoluir a sua natureza, pois que, derivavam essencialmente da arqueologia e da história erudita da arquitectura. Segundo a autora, foi a partir dessa época que todas as artes de edificar, eruditas ou populares, urbanas ou rurais, sumptuárias ou populares foram sendo anexadas sob novas designações³⁷. Poderá remontar à década de 1950 a génese da preocupação de salvaguarda do património do mundo rural à escala global, na medida em que começa então a usar-se em Inglaterra a designação de “arquitectura vernacular”. Esta nova designação distinguia nesse país, entre outros testemunhos, edifícios característicos de diversos territórios enquanto em Itália se passariam a designar de “arquitectura menor” as construções privadas não monumentais.

No entanto convirá referir projectos museológicos anteriores que levam Paulo Carvalho a afirmar que a preocupação com a conservação do património rural teve início na Europa com a criação dos “folk museums” na Escandinávia: o Museu Nórdico de Estocolmo,

³⁵ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã, 2009, p.82. Foram então considerados como bens culturais, qualquer que fosse a sua origem ou o seu proprietário, “os bens, móveis ou imóveis, que apresentassem uma grande importância para o património cultural dos povos”. Convenção de Haia: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-haia.html>, 12/06/2013, 21h56m.

³⁶ - Pode entender-se por salvaguarda, a identificação, a protecção, a conservação e o restauro.

³⁷ - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, *ob. cit.*, p.12.

em 1873, e o primeiro museu ao ar livre em Skansen, em 1891³⁸.

Em 1964, realizou-se em Veneza o II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, tendo resultado desse encontro o documento conhecido como a Carta de Veneza³⁹. Preconiza esse documento que a noção de monumento histórico passe a englobar a criação arquitectónica isolada, assim como o “sítio rural ou urbano desde que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico”.

A regulamentação para a salvaguarda do património cultural à escala global pretende ser conseguida com o documento resultante da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972. Conhecida como Convenção para a Protecção do Património Mundial Natural e Cultural, traça, nos seus 38 artigos, as normas para a classificação do “Património Mundial”⁴⁰. Reconhece que os bens culturais e naturais de valor excepcional constituíam um bem e uma responsabilidade de todos os povos⁴¹.

A convenção reconheceu também que as transformações económicas e sociais hegemonizavam as técnicas de construção, assim como as formas arquitectónicas. O documento elaborado procurava contrariar a descaracterização ambiental e a dissolução dos valores culturais e sociais de cada nação ou grupo, que a globalização já ameaçava, procurando-se alcançar o compromisso de todos os países.

Uma decisão importante da Convenção consistiu na classificação de “sítios mistos”, resultado da interligação do meio natural com a assistência do Homem, que promoveram construções e modos de vida tradicionais, conceito utilizado para significar “que representavam a partir daí a ligação entre a natureza e a cultura”⁴².

A mais valia desta reunião revela-se também ao conseguir associar no mesmo

³⁸ - TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho, *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha, o exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, p.74.

³⁹ - Carta de Veneza, <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>, 09/06/2013, 17h 45m.

⁴⁰ - Convenção para a Protecção do Património Mundial Natural e Cultural <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, 11/06/2013, 16h34m.

⁴¹ - CUSTÓDIO, Jorge (Coord.), *100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, Lisboa, 2.ª Edição IGESPAR, 2011, pp.373-386. Esta obra apresenta uma cronologia histórica de assuntos relacionados com o património em Portugal de 1875 até 2010, e uma súmula evolutiva das diversas Cartas, Convenções, Recomendações internacionais, entre outros, desde 1972 até 2005.

⁴² - TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho, *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha, o exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, p.84.

documento os bens naturais e culturais que, depois de ratificado por cada Estado, permitiria a uma organização supra nacional, neste caso a UNESCO, ter autorização para classificar e proteger um determinado património, independentemente do país onde se situasse. Os efeitos desta resolução revelam-se no reconhecimento actual da comunidade internacional do valor cultural e simbólico do património entretanto classificado⁴³.

O Conselho da Europa elege 1975 como o Ano Europeu do Património Arquitectónico, originando a publicação da Carta Europeia do Património Arquitectónico que determinava no seu ponto 1.º: “O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”⁴⁴. Esta será a resolução que mais directamente foca o património rural concedendo directrizes para a sua salvaguarda.

Segundo Paulo Carvalho, é a partir da década de 1970 que em Portugal a arquitectura rural e a sua paisagem se impõem como preocupação de salvaguarda patrimonial devido à ameaça de desaparecimento, fruto do rápido abandono das práticas agrícolas e do êxodo para a cidade e ainda, da emigração para a Europa. Invoca também o documento sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território, em 1976, como um dos primeiros testemunhos que aborda de forma mais aprofundada essa problemática⁴⁵. O documento apontou uma mudança de orientação que privilegiava o ordenamento integrado do território. Anotava soluções para a salvaguarda desse património que passavam pela “conservação integrada”, através da articulação de actuações diversificadas em torno da agricultura tradicional, do artesanato, das pequenas indústrias e das actividades de lazer. Apresentava-se como o primeiro documento que tratava de maneira específica a problemática da salvaguarda

⁴³ - Em 2013, a Universidade de Coimbra, a parte alta da cidade e a Rua da Sofia foram classificadas como Património Mundial.

⁴⁴ - Carta Europeia do Património Arquitectónico, <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>, 14/06/2013, 18h36m.

⁴⁵ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, pp.89-90. Este documento, aprovado pelo Conselho da Europa, reconhecia que a arquitectura rural e a sua paisagem se encontravam em risco de desaparecer por acção de desequilíbrios ecológicos. Estes, resultantes do desenvolvimento industrial da agricultura, originavam o abandono populacional, total ou parcial, das regiões onde a actividade agrícola tradicional deixava de ser rentável.

da arquitectura rural e da sua paisagem⁴⁶.

Em 1999, patrocinada pelo ICOMOS, é publicada a Carta do Património Vernáculo Construído que, na sua introdução, afirmava: “ O Património Tradicional ocupa um lugar privilegiado no afecto e carinho de todos os povos”⁴⁷. Esta Carta alerta para o património vernáculo como uma obra que resulta do trabalho do Homem e de uma criação do Tempo. Afirma ainda que esse mesmo património representa também a expressão fundamental da identidade de uma comunidade e das suas relações com o território. Aparentemente este documento apresenta-se como uma ampliação das preocupações emanadas da Carta de Veneza, estabelecendo as bases de trabalho para o “cuidado e protecção” do património vernacular.

Esse património vernáculo poderia assumir várias formas: um modo de construir saído da própria comunidade; um carácter local ou regional reconhecidamente ligado ao território; a coerência de feição, forma, aparência e uso de estilos arquitectónicos tradicionalmente estabelecidos; o saber tradicional no desenho e na construção transmitidos informalmente; a aplicação de sistemas, ofícios e técnicas tradicionais na construção.

Aconselhava, também, que os princípios de conservação deveriam ser definidos por equipas multidisciplinares, respeitando sempre a identidade cultural estabelecida na comunidade.

Mais tarde, em Florença no ano de 2000, realizou-se a Convenção Europeia da Paisagem que procurava determinar uma política europeia de protecção da paisagem natural, estabelecendo uma relação harmoniosa entre “as necessidades sociais, as actividades económicas e o meio ambiente”⁴⁸. Defendeu-se que a paisagem contribui para a formação de culturas locais representando uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, cooperando para a consolidação de uma identidade europeia. No seu artigo 1.º define “paisagem” como parte do território, tal como é apreendida pelas populações, e cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e, ou, humanos.

Já no início da década de 1970, em França, surgira uma nova abordagem na

⁴⁶ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã, ob. cit.*, pp.89-90.

⁴⁷ - Carta do Património Vernáculo Construído, http://www.international.icomos.org/charters/vernacular_sp.pdf, 10/06/2013, 19h 56m.

⁴⁸ - Convenção Europeia da Paisagem, <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>, 10/06/2013, 22h 35m.

salvaguarda do património cultural que apresentava a paisagem com a função de elo de ligação de um território. Essa experiência ficou conhecida como Ecomuseu, apoiando-se num novo conceito de museologia que se revelava no espaço de todo um território e envolvia as comunidades.

Segundo Georges Rivière remontará a 1947 a génese do Ecomuseu com a criação do Museu de Bretanha, baseado num programa de história interdisciplinar sistematizada. Esse projecto procurava congregar o espaço e o tempo, assim como as relações do Homem com a Natureza⁴⁹. Ainda segundo o mesmo autor, estas noções tinham sido levadas à prática, até à década de 1950, em certas intervenções museológicas nos Estados Unidos, nos estados de New York e do Novo México, no domínio da observação do espaço natural e da componente humana em parques naturais.

Nas décadas de 1950 e 60 vão aparecendo vários projectos no campo da museologia, focados na história e no ambiente, que se apresentavam como potenciais ecomuseus, embora o conceito ainda não fosse conhecido. Destacavam-se pela sua forte componente ambiental e pela participação das comunidades envolvidas. Terá sido em 1971, em França e na cidade de Dijon, no âmbito de uma reunião do ICOM que, Robert Poujad, Ministro do Ambiente francês, formaliza o termo e o conceito “Ecomuseu”, designação criada por Hugues de Varine.

A primeira intervenção ocorre em Le Creusot-Montceau-Les-Mines, em França, e está intimamente ligada às transformações da sociedade francesa na década de 1960.

Ainda segundo Rivière um ecomuseu é um “instrumento” que um poder público e uma comunidade concebem, desenvolvem e exploram conjuntamente num determinado território. Este deve tornar-se um espelho onde a população se reveja, se reconheça, e promova um melhor conhecimento do meio em todas as suas facetas económicas, sociais e culturais⁵⁰. Trata-se de uma concepção de conservação dinâmica do património, que tinha como função proteger a natureza, revelar identidades e promover um desenvolvimento económico harmonioso. Para o conseguir necessitava imperiosamente de um território definido onde habitasse uma comunidade.

Já no século XXI, em 2003, a UNESCO promove uma reunião, em Paris, que ficou

⁴⁹ - RIVIÉRE, Georges Henri, *La Museologia, curso de museologia, texto y testimonios*, Torrójón de Ardoz, Ediciones Akal, 1993, pp.189-206.

⁵⁰ - RIVIÉRE, Georges Henri, *La Museologia, curso de museologia, texto y testimonios, ob. cit.*, p.191.

conhecida como a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial⁵¹. Segundo Ana Carvalho esta convenção veio preencher um hiato no sistema jurídico de protecção internacional do património cultural que, até esse documento, tinha principal enfoque no património material⁵². Segundo a autora, que cita Kōichiro Matsuura, este convénio procura resolver também as assimetrias causadas pela Convenção de 1972, que resultaram pela maior inscrição de monumentos dos países do Norte da Europa, face aos do Sul, na Lista de Património Mundial. Este documento revela-se essencial para a salvaguarda do património rural, principalmente em territórios de baixa densidade demográfica e com edificações de valor arquitectónico e artístico menor. São definidos como património imaterial: as tradições e expressões orais; as práticas sociais, os rituais e os actos festivos; os conhecimentos e as práticas relacionados com a natureza e o universo; assim como as técnicas artesanais tradicionais, ressaltando-se a importância do saber fazer. Importará referir que, dos 120 estados-membros presentes, nenhum votou contra o documento elaborado, no entanto, alguns países abstiveram-se: Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Reino Unido e Suíça⁵³.

Quanto a Portugal, a preocupação com a salvaguarda do património cultural parece remontar, enquanto atitude política, ao reinado de D. João V, quando este atribuiu à Real Academia de História a tarefa de inventariar e conservar os monumentos antigos que existissem no reino desde o tempo das Civilizações Clássicas. Ordenava o monarca que ninguém poderia desfazer ou destruir qualquer edifício, mesmo em ruína, que revelasse ser desse recuado período⁵⁴.

Segundo Rodrigues dos Santos, atribui-se a Alexandre Herculano, no século XIX, um papel pioneiro na identificação e salvaguarda do património arquitectónico e artístico

⁵¹ - Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>, 12/06/2013, 12h 45m.

⁵² - CARVALHO, Ana, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial, estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p.51.

⁵³ - CARVALHO, Ana, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial, estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, *ob. cit.*, p.50.

⁵⁴ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, *ob. cit.*, p.97.

português⁵⁵. Promoveu, através da imprensa periódica, a defesa dos monumentos históricos, nos quais incluiu os castelos medievais. Segundo o mesmo autor, “Para Herculano, os monumentos possuíam um passado cujos valores contrapunham aos do mundo moderno, tendo-se insurgido contra o estado de abandono e degradação em que estes se encontravam”.

Tal situação terá sido agravada quando, no período do Liberalismo, ocorreu a extinção das ordens religiosas, o que conduziu à dispersão da sua propriedade tendo um forte impacto na alteração do património e da paisagem portuguesa, pois transformou “uma grande parte dessas casas de tesouro em desertos ou ruínas”⁵⁶.

O primeiro passo no sentido de salvaguardar os monumentos foi dado em 1880, pelo Ministério das Obras Públicas, ao solicitar à Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos a constituição de um inventário para classificar os primeiros edifícios como Monumentos Nacionais e, deste modo, proceder à sua protecção⁵⁷.

Em 1901 foi constituído o Conselho dos Monumentos, sendo também no princípio do século XX que são classificados os monumentos considerados mais “emblemáticos”, como os Mosteiro dos Jerónimos ou da Batalha. A República produz nova legislação sobre a classificação do património, surgindo como novidade a preocupação com a salvaguarda de pontes, chafarizes, inscrições, padrões comemorativos, alargando o conceito de património a classificar⁵⁸.

Em 1932, a legislação introduz pela primeira vez a figura de “Imóvel de Interesse Público”. Este conceito abrangia os imóveis que não merecessem a classificação de monumento nacional, mas que tivessem “considerável interesse público sob o ponto de vista artístico ou turístico”⁵⁹. Revela-se curiosa a referência ao “interesse turístico”, dado o seu carácter inseparável do património cultural na actualidade.

⁵⁵ - SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, “Alexandre Herculano: A Idealização de uma Imagem do «Castelo Medieval Português»” http://www.academia.edu/1128708/Alexandre_Herculano_A_Idealizacao_de_uma_Imagem_do_Castelo_Medieval_Portugues, 12/06/2103, 15h54m.

⁵⁶ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, ob. cit., pp.98-99.

⁵⁷ - ALVES, Carlos Filipe Pereira, *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História. A Sé de Viseu*. http://www.academia.edu/648868/As_Intervencoes_da_Direccao_Geral_dos_Edificios_e_Monumentos_Nacionais_na_Catedral_de_Viseu, 14/06/2013, 14h 56m.

⁵⁸ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, ob. cit., pp.99-100.

⁵⁹ - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, ob. cit., p.100.

Em 1949, é publicada a Lei n.º 2032 que preconiza a classificação de “património de interesse concelhio”. Na sua Base I determina que as câmaras municipais “devem” promover a classificação a monumentos nacionais, ou como móveis ou imóveis de interesse público, de todos os elementos de interesse arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existente nos seus concelhos. Se tal não fosse aprovado com essa categoria pelas entidades nacionais competentes os municípios poderiam propor a sua classificação como elementos de “interesse concelhio”⁶⁰.

O Decreto-lei n.º 613, de 1976, normaliza os princípios a que deve obedecer a conservação da Natureza e, entre outros, a protecção de paisagens e sítios. No preâmbulo admite-se ser o restauro de monumentos insuficiente para garantir a permanência dos valores culturais da paisagem portuguesa, defendendo como “marcos indispensáveis da cultura e educação de um povo” a árvore centenária, a azenha, o povoado rural ou o recorte da paisagem marcado pelas penedias ou pela obra do Homem, tudo “motivos indispensáveis de agrado e caracterização própria sem os quais não há turismo”⁶¹. O documento propunha a salvaguarda de manifestações de diversas ocorrências de origem natural ou humana, onde se poderiam incluir as povoações e os aglomerados rurais⁶².

A Lei do Património Cultural Português, de 1985, classifica o património cultural português em bens materiais e imateriais, os quais, “pelo seu reconhecido valor próprio”, se revelem de interesse para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo. O ponto 2 do artigo 7.º determinava que todos os bens podem ser classificados em valores locais, regionais, ou internacionais. O artigo 8.º, alínea b, determinava que a classificação de “sítios” envolvia património resultante de obras do homem, ou obras conjuntas com a natureza, que se apresentassem como espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente. A sua notabilidade poderia revelar-se pela sua história, pela arqueologia, arte, ciência ou pelo contexto social.

A Lei conhecida como de “bases do património cultural” foi promulgada em 2001. A

⁶⁰ - Lei n.º 2032, <http://cimbrenet/images/stories/AUTORES/dlopes/castbranco/pt/legislacao/2032-49.pdf>, 14/06/2013, 16h 21m.

⁶¹ - Decreto-lei n.º 613/76, <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19762709%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>, 15/06/2013, 15h 35m.

⁶² - É neste ano de 1976 que é criado o Parque Natural da Serra da Estrela, onde foi incluído parte do território da Freguesia de Vide, com as suas componentes paisagística e humana.

alínea 8 do artigo 2.º estabelece que “A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria”. A finalidade da protecção e da salvaguarda do património cultural, artigo 12.º, defende como um dos objectivos “Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local” (alínea c). Estabelece, ainda, que um “bem cultural” poderá ser classificado de interesse nacional, interesse público ou de interesse municipal. Fica evidente no documento a preocupação com a cultura tradicional, característica do mundo rural, sendo traçado como um dos objectivos do património cultural, o bem estar e o desenvolvimento económico locais.

Em 2009, é publicada a Lei n.º 139, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em desenvolvimento ao disposto na lei referida no parágrafo anterior, e dando resposta a um dos requisitos fundamentais impostos pela Convenção da UNESCO. Na verdade, esta Lei revela-se como primordial na salvaguarda do património rural, na medida em que o património cultural imaterial se apresenta como uma componente estruturante de qualquer manifestação de património em territórios rurais, concretamente no que é objecto do presente estudo. No seu preâmbulo, reconhece-se o papel importante do património cultural imaterial na “sedimentação” das identidades colectivas, locais ou nacionais, propiciando um “espaço privilegiado de diálogo, conhecimento e compreensão mútuos entre diferentes tradições”⁶³.

No artigo 2.º afirma-se que a salvaguarda do património cultural imaterial se alcança, entre outros objectivos, através da identificação, da documentação e do estudo sendo a sua salvaguarda um testemunho de identidade e de memória colectivas. Já no art.º 5.º se declara que a iniciativa de inventariação tanto pode resultar do Estado, das Regiões Autónomas, das Autarquias como de qualquer comunidade, grupo, indivíduo ou organização não governamental. Aparentemente este último ponto revela-se profundamente abrangente, e democratizante, mas ou mesmo tempo responsabilizador para os detentores desse património, que não poderão alegar falta de legitimidade para iniciativas que visem a sua salvaguarda.

Os princípios orientadores instituídos por este Decreto-lei foram complementados com a Portaria n.º 196, de 9 de Abril de 2010, que regulamenta o processo para a inventariação

⁶³ - Diário da República, 1.ª série, n.º 113, 15 de Junho de 2009, pp.3647-3653.

nacional de manifestações do património cultural imaterial⁶⁴. Ana Carvalho escreve que esta legislação, e normativos nacionais ou da Unesco, contariam a ideia da primazia do objecto sobre as práticas que lhe estavam associadas. Com a Convenção de 2003, as práticas tornam-se o objecto patrimonial por excelência, passando os objectos a ser associados às práticas “ainda que representem um suporte indispensável à sua existência e continuidade”⁶⁵.

A sinopse traçada demonstra que a preocupação com o património cultural se revela antiga e que, principalmente a partir dos conflitos mundiais, foi um elemento galvanizador entre os países para encontrar mecanismos que permitissem tornar homogénea a sua salvaguarda. De certa forma, a evolução das normas e da legislação têm feito do património cultural um elemento de cooperação e de proximidade entre países, sendo ainda promotor de paz entre os signatários das convenções internacionais levadas a cabo pela UNESCO.

O estudo de caso que constitui o presente trabalho revela-se como um desafio na identificação do património cultural existente em contexto rural, principalmente na sua componente construída. Embora sendo, à partida, um território com uma dimensão espacial demarcada administrativamente, onde reside uma população identificadora das possíveis manifestações de património cultural da freguesia, na verdade apresenta, na sua essência, muitas componentes de memória e de identidade semelhantes a outros locais, mais próximos ou longínquos, do mundo rural agro pastoril nos territórios de montanha em Portugal.

O património edificado na Freguesia de Vide utilizou quase sempre os materiais locais, associados a técnicas rudimentares, que registam, no entanto, evoluções através de várias gerações. O adágio “a cada roca seu fuso e a cada terra seu uso” parece lembrar que o património cultural, ou a cultura popular, se enformam em criações permanentes e contínuas sofrendo transformações entre gerações que originam “perdas” ao longo do tempo. Essas modificações revelam-se à partida como alertas de que a memória e a identidade também são dinâmicas e que têm, na sua raiz, um limite temporal de resgate a partir do qual as comunidades transformam a sua herança cultural.

Tal como afirma Hélder Pacheco, convém recordar que, no mundo rural, os criadores populares viveram num contexto social que primava pela ausência de um corpo formal, e

⁶⁴ - Diário da República, 1.ª série, n.º 69, 9 de Abril de 2010, pp.1163-1167.

⁶⁵ - CARVALHO, Ana, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial, estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, ob. cit., p.53.

sistemizado, que lhes transmitisse a componente teórica dos conhecimentos, levando a que a sua apreensão resultasse da imitação repetida de processos, por herança e, frequentemente, por necessidade de viver⁶⁶. De igual forma, revelava-se muito importante a transmissão oral das sabedorias como forma de aprendizagem e socialização. Aparentemente ocorria uma espécie de “socialização do trabalho”, ou seja, um processo através do qual os membros de uma comunidade aprendiam o modo de vida do grupo a que pertenciam e lhe davam continuidade. Um processo semelhante ao que Giddens identifica como o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações⁶⁷.

É do conhecimento comum que o conceito de património esteve profundamente arreigado ao mundo rural quase sempre traduzido pela ideia de uma herança ou da posse individual de determinados bens materiais. No entanto, convirá não esquecer que esta forma de organização social obrigava muitas vezes à partilha de infraestruturas e a uma fruição que, por vezes, se multiplicava no número de possuidores, aquando da transmissão desses “bens” por morte de ascendentes, implementando na comunidade uma espécie de comunitarismo informal. Aparentemente essa funcionalidade repartida veicula no tempo presente uma valorização, enquanto património colectivo. Através da perda de funcionalidade como elemento produtivo, ganham-se novos valores de uso com o actual conceito de património cultural. Aparentemente o facto de ter deixado de integrar as práticas económicas e sociais de um grupo, impele os indivíduos para a necessidade da salvaguarda patrimonial, inscrevendo todo o processo e infraestruturas na sua memória colectiva, marcando também um valor de identidade, fundados no valor que essa componente desempenhou na sua sobrevivência. Por outro lado, o património cultural parece procurar relembrar os familiares há muito perdidos, rendendo-lhe uma homenagem pela sua perseverança e capacidade edificadora, juntando à sua identidade o “sentimento” como valor equiparado ao de memória.

Por outro lado, o Homem do tempo presente, ao participar na salvaguarda de manifestações do património cultural, procura garantir que o “seu” passado permanece vivo e, de certa forma, alimenta a ilusão que a vida poderá perpetuar-se no tempo.

Diversos autores defendem o património cultural como a junção entre património e cultura, parecendo, no entanto, existir uma aparente oposição entre ambos pois também

⁶⁶ - PACHECO, Helder, *Portugal, Património Cultural Popular 1, o ambiente dos homens*, Lisboa, Areal Editores, p.22.

⁶⁷ - GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, 4.ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p.27.

definem o património como predominantemente estático enquanto a cultura se revela como algo dinâmico. Nesse sentido, defende-se que a identidade não é espontânea, forjando-se num processo em que a actividade humana e o tempo não param, produzindo “um vasto e complexo conjunto de factores que se ligam estruturalmente ao património”⁶⁸. Tavares Rodrigues apresenta a memória como a afirmação da identidade, na qual o “imaginário” tem um papel importante na afirmação das particularidades de um grupo, contribuindo para a pluralidade e para a especificidade que constroem essa identidade. Se atrás se apresentou o “sentimento” como valor de codificação patrimonial, o autor citado alega que o “imaginário” desempenha um papel relevante na afirmação de aspectos sociais de um grupo, sendo a memória o “melhor tesouro” na afirmação de uma identidade.

Colocadas as variáveis anteriores em campo, será pertinente questionar se o património rural se firma apenas em valores de memória e de identidade, e se o “sentimento” e o “imaginário” são variáveis constitutivas da memória, da identidade ou de ambas, ou se podem ser considerados como valores autónomos a ter em conta num processo de salvaguarda de património cultural. Por outro lado, importará perceber se existem outros aspectos que possam ser apreciados, importantes num processo de patrimonialização.

O sociólogo Boaventura Sousa Santos parece apresentar outros vectores em jogo afirmando que as “raízes” e as opções constituem duas das referências mais básicas da acção social. E exemplifica que “O pensamento das raízes é o pensamento de tudo aquilo que é profundo, permanente, único e singular, tudo aquilo que dá confiança e consistência”⁶⁹. Aparentemente o valor da “raiz” impõe-se também com relevância na salvaguarda do património cultural, pois enraíza-se em valores cognitivos e sensoriais, mais fiáveis que os valores de memória que podem dissipar-se com a passagem do tempo. Um camponês ao longo de uma vida foi jovem, adulto ou idoso, foi pobre ou rico, foi socialmente activo ou não, e de todas as suas vivências construiu memórias que um dia poderá não conseguir lembrar ou codificar em símbolos patrimoniais. No entanto, conservará sempre intacta a sua percepção de camponês ou de homem que sempre, ou durante parte significativa da sua vida, viveu da “terra”.

⁶⁸ - RODRIGUES, Carlos Tavares, *A identidade local no contexto europeu*, em *Regionalização e identidades locais, Preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp.189-201.

⁶⁹ - SANTOS, Boaventura de Sousa, *Tempo, códigos barrocos e canonização*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 51, Junho de 1998, pp.3-20.

Já Jesus Oliva defende que “ter raízes num determinado lugar é ter um porto seguro de onde se pode olhar o mundo”, tratando-se de um local especial com o qual se tem uma vinculação significativa do ponto de vista espiritual e psicológico⁷⁰. Poder-se-á então pensar que as raízes são o âmago da relação imaterial dos indivíduos com o seu contexto socioeconómico, sendo através delas que se criam e vivificam imaginários que por vezes se transformam em símbolos patrimoniais. A ser assim, as raízes parecem fazer parte da matriz genética do indivíduo acompanhando-o para todo o lado durante a sua vida tendo um referencial fixo no espaço e no tempo. Por sua vez, a memória vai-se alterando num processo dinâmico acompanhando a natural evolução do tempo, do seu tempo.

A chamada das “raízes” no presente trabalho revela-se indispensável na medida em que muitos indivíduos, embora tenham nascido no território, cedo saíram e fundaram o seu modo de vida, quase sempre em local urbano, longe da aldeia natal. A partir do momento em que emigraram ou imigraram, este mundo rural passou a representar o oásis, uma espécie de local de peregrinação, onde se voltava várias vezes durante o ano, não apenas para “matar” saudades dos que ficaram ou retemperar forças, mas para participar também na vida económica e social da comunidade: cavavam terra, ajudavam à sementeira, participavam nas colheitas, oravam preces ao seu padroeiro, confraternizavam e partiam muitas vezes de “lágrima no olho” ansiando pelo próximo regresso sazonal. Poder-se-á dizer que voltavam para revivificar as suas raízes que ao longo do ano seriam sustentadas à distância pela memória. Voltando a citar Jesus Oliva “essas raízes imaginárias definiam de certa forma a sua esquina no Mundo” e, de certa forma também, seriam essas mesmas raízes quem os dotava de uma forma de ser e de estar próprias e lhes conferiam um carácter portador de uma identidade local⁷¹.

Enquanto se mantiveram as visitas regulares das gerações que partiram foram trazendo consigo os filhos, a primeira geração nascida longe da comunidade e da aldeia, tanto em longas permanências, nos meses de Verão, como em curtas férias de Natal e Páscoa. De uma maneira diferente, mas não menos forte ou legítima, também esses criaram as suas “raízes” e construíram as suas memórias da aldeia sentindo-a, à sua maneira, como sendo também o seu

⁷⁰ - OLIVA, Jesus; CAMARERO, Luís A., *Paisages sociales y metáforas del lugar, Una exploración de la ruralidade itinerante en Navarra*, Navarra, España, Edition Universidade Pública de Navarra, 2002, pp.66-77.

⁷¹ - OLIVA, Jesus; CAMARERO, Luís A., *Paisages sociales y metáforas del lugar, Una exploración de la ruralidade itinerante en Navarra, ob. cit.*, p.74.

território. Revela-se importante não esquecer que o património cultural em estudo se enformará das memórias de gerações que ficaram na aldeia, de outras gerações que partiram e nunca regressaram definitivamente ao local de nascimento, e das gerações que tendo nascido fora da aldeia e do grupo consideram como seus os valores de socialização que se firmam na ancestralidade da comunidade. Poder-se-á então pensar que as raízes são acima de tudo pontos de referência geográfica, cristalizados no tempo e no espaço, aparentemente imutáveis à dinâmica da memória e da identidade que se alteram e renovam continuamente.

Outra questão que se colocará prende-se com o saber determinar se a memória e a identidade destes actores sociais essencialmente urbanos, que nasceram e residem em locais mais ou menos afastados da aldeia de ligação, se formam num território físico concreto ou a partir de um território arquitectado à distância. Pesará aqui mais o “sentimento” fruto de uma carga de saudade e de afectividade, em contraponto com a vivência íntima com o contexto real de que são portadores os “nativos”? Será que os valores de memória de que os vários grupos são portadores resultam no mesmo significado histórico, cultural e simbólico? Podem estes diferentes grupos criar identidades diversas no mesmo contexto patrimonial?

Aparentemente o património e a cultura de um determinado território poderá ser estabelecido a partir de uma diversidade de perspectivas, de acordo com as vivências e a realidade social de cada actor, podendo resultar numa manifestação de património cultural com significados variados numa mesma comunidade. No entanto, se isso acontecer, provavelmente todas elas terão uma componente comum, que passa pela aparente santificação dessas manifestações patrimoniais, materiais ou imateriais, atribuindo-lhes uma aura de exemplaridade, de singularidade ou um estatuto de imprescindível, conferindo-lhes mesmo um valor extraordinário.

Poderá então o estudo de uma freguesia rural de “baixa densidade” demográfica, com menos de 600 residentes, distribuídos por 52 km², confrontar-se com um quadro de dispersão de sentimentos e anseios, com diferentes graus de envolvimento com o meio resultando numa diferente codificação de símbolos de uma comunidade? A realidade constatada diz-nos que, embora se sinta unida por raízes comuns, a comunidade identificada com o território encontra-se separada por vivências diversas que englobam o rural e o urbano. Daí poderá resultar que, para as mesmas construções, ou práticas económicas e sociais, se verifiquem perspectivas diferentes das manifestações de património cultural, podendo resultar na

formação de “várias” identidades e diferentes codificações da memória dentro da unidade administrativa que enforma a freguesia.

Interpretando os sentimentos, o imaginário e as raízes, não como valores autónomos mas como substância dos valores de memória e de identidade poder-se-á definir o património cultural como a associação do património, material ou imaterial, com a cultura que lhe está subjacente. Cultura que será resultante de um determinado contexto histórico, económico ou social, autenticado pela memória e pela identidade, que poderá levar a diferentes abordagens com o mesmo objectivo, a salvaguarda do património.

No entanto Paulo Peixoto escreve que, embora o património e a identidade se apresentem como termos de uma mesma equação, em que o património representa e faz prova de uma determinada identidade, a consciência patrimonial e o património cultural nascem onde uma identidade vivida e partilhada desapareceu ou é branqueada⁷². O autor apresenta o património e a identidade como figuras retóricas dos processos de morte e vida das práticas e dos objectos sociais. Aparentemente não são conciliáveis e “o momento da atribuição de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento da morte de uma identidade”. Aparentemente a pretensa morte dessa identidade, necessária para a legitimação do património, poderá hipotecar a sua afirmação. O que o autor parece querer demonstrar, como foi focado anteriormente, é que a identidade resulta de um processo de construção dinâmico, que poderá acompanhar a perda de muitas das manifestações com potencial patrimonial. Na verdade, frequentemente, quando uma manifestação de património atinge o estatuto de património cultural é porque deixa de ter funcionalidade, resultando na cristalização e morte da identidade levando Paulo Peixoto a afirmar que “A consagração patrimonial é um acto de luto”⁷³.

Por sua vez, Duarte Centeno questiona se o património cultural material for apresentado com uma vivência diferente do contexto sociocultural onde foi alcançado não poderá direccionar a acção de patrimonialização para uma mera representação⁷⁴.

Segundo o mesmo autor uma característica intrínseca do património, enquanto

⁷² - PEIXOTO, Paulo, *O património mata a identidade*, em *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, 2006, pp.65-74.

⁷³ - PEIXOTO, Paulo, *O património mata a identidade*, em *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, 2006, pp.65-74.

⁷⁴ - JORGE, José Duarte Centeno, *A Matéria do Património*, em *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.11-16.

herança cultural, revela-se com a sua imaterialidade, pois será ela constitutiva da significação do próprio conceito de património⁷⁵. Centeno Jorge defende que o facto do património cultural radicar na memória o torna de imediato pertença do imaterial, pois a sua presença no presente só é possível graças à lembrança, já que esse património radica no passado. De facto, se uma manifestação patrimonial material for percebida como o suporte de uma herança, de uma memória, ou mesmo de uma identidade, será a dimensão “espiritual” que a legitima como património cultural. Poder-se-á observar um “objecto” na sua funcionalidade, ou admirar um edifício na componente plástica e artística, ou seja, no seu aspecto físico e material, mas serão a história e a memória quem lhes dará sentido na sua função patrimonial.

Aparentemente são essencialmente os valores de memória que o património cultural consagra e, no caso concreto do património rural, geralmente destituído de valor artístico ou de monumentalidade, o imaterial assume uma importância redobrada. O seu valor patrimonial, de memória e de identidade, ancora no saber fazer, nos comportamentos sociais ou na ritualização das práticas diárias que davam protecção ao trabalho e à vivência do dia a dia.

Essa ritualização parece estar presente no uso que se dá a manifestações do património, quando se recupera a sua funcionalidade fora do contexto de origem que radica noutro tempo, em diferente organização espacial e desagregado dos seus criadores directos. Isso acontece porque se está a ressuscitar objectos que, de certa forma, perderam o sentido pois deixaram de ser usados para o fim para o qual tinham sido criados.

A Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial vem legitimar essa perspectiva imaterial do património, reconhecendo o valor cultural do intangível para a salvaguarda de património “menor”. Este é essencialmente resultante de sociedades e comunidades que produziram uma cultura material “pobre”, e que dificilmente resistiu à erosão do tempo e do qual só é possível resgatar sob a forma de memória.

Na mesma corrente de pensamento Fernando Pinto escreve que “para que os objectos e artefactos sejam eles próprios peças patrimoniais, terá que haver um conhecimento do intangível da função, qualquer que ela seja”⁷⁶. Só o conhecimento profundo da imaterialidade

⁷⁵ - JORGE, José Duarte Centeno, *A Matéria do Património*, em *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, ob. cit., p.13.

⁷⁶ - PINTO, Fernando, *Ler o Património*, em *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.17-21.

da manifestação patrimonial poderá obstar à perda de sentido decorrente do passar do tempo. Caso contrário, afirma o autor, pode perder-se a função a algo de que apenas se retém a forma. O autor mencionado também evoca a importância do gesto na salvaguarda do património. A gestualidade pode ser determinante no condicionamento do registo do saber fazer, pois a “reprodução do gesto não substitui a recriação do próprio gesto, qualquer que ele seja”. Esta circunstância, diremos nós, terá maior enfoque quando se inventaria e salvaguarda manifestações do património rural onde o edificado, os artefactos ou as práticas económicas e sociais fundavam parte importante do seu valor no gesto: o mestre de lagar quando procedia à medição do azeite desenhava sobre este uma cruz com a “tenta”, benzia-se e beijava o dedo polegar dessa mão, a mesma que iria repartir o produto de uma colheita anual, tudo em profundo silêncio. Esse gesto firmava um compromisso “sagrado” de proceder com a máxima seriedade ao acto, dando confiança ao camponês que receberia todo o seu azeite. “Só a própria vida recria, não os seus registos ou reproduções”. Por isso muitas vezes para garantir a sua salvaguarda o património tem de ser vivido, não apenas transmitido.

Parece ponderada a ideia de que será na imaterialidade que se funda a génese de todos os patrimónios, uma ajuda para compreender e interpretar a organização funcional de uma manifestação patrimonial, da qual se capta no início principalmente a sua forma física, apresentado por Salvação Barreto da seguinte forma: “o património construído não vale por estar construído, vale pelo valor imanente e intangível que lhe está associado”⁷⁷.

Já Deolinda Folgado defende que o património cultural, independentemente da sua génese, é uma versão da memória colectiva, em permanente construção, legitimadora de identidades⁷⁸. Esta autora traça uma evolução do conceito de património histórico-artístico até ao de património inclusivo, classificando-o em “quatro grandes etapas”. Defende também que é a partir da década de 1990 que se regista um aumento da diversidade patrimonial, reflectindo-se no envolvimento de um património abrangente e tendencialmente representado por várias manifestações culturais, com origem em diversos actores sociais⁷⁹. Terá sido esta nova forma de valorizar o património que levou à sua democratização, integrando a partir daí

⁷⁷ - BARRETO, Patrícia Salvação, *A Bem ou a Mal: As Incógnitas da Protecção Jurídica dos Bens Imateriais*, em *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.39-45.

⁷⁸ - FOLGADO, Deolinda, *Património inclusivo. Das experiências aos desafios*, em CUSTÓDIO, Jorge (Coord.), *100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, Lisboa, 2.ª Edição IGESPAR, 2011, p.323.

⁷⁹ - FOLGADO, Deolinda, *Património inclusivo. Das experiências aos desafios*, em CUSTÓDIO, Jorge (Coord.), *100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, ob. cit, pp.323-330.

novos valores bem diferentes da raridade ou da excepcionalidade, paradigmas até aí normalmente impulsionadores da salvaguarda de manifestações culturais.

Ainda segundo Deolinda Folgado, a quarta etapa dessa evolução ocorre a partir de 2003 ancorando na convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Coincide este período com os efeitos mais fortes da globalização e que, de certa forma, impulsionaram uma visão mercantil da cultura. Passa a falar-se então num património “diluído” territorialmente, onde se agregam saberes, práticas sociais e a oralidade. Esse novo tipo de visão apresentava outra preocupação que passava por integrar, nas necessidades de intervenção e gestão, a concepção do património como um produto para um público-alvo, que o visita e cria as condições de viabilização económica das instituições culturais. Esta forma de encarar as manifestações de património questiona se a aproximação do património cultural com o movimento turístico, permitirá a manutenção do valor identitário e da diversidade cultural que o conceito de património imaterial consagra no suporte normativo e legislativo que o enforma.

Corresponderá a este novo desígnio do património uma “domesticação” da memória e da identidade, em que estes valores deixam de ser o âmago do património e passam a ser apenas um veículo para atingir outras finalidades? Na verdade, embora as novas abordagens ao património o defendam como um processo onde é essencial o envolvimento da população, continuará a pertencer aos serviços públicos um papel determinante, por exemplo ao nível do conhecimento, e ao poder político um papel ainda mais condicionante, que se prende com o financiamento dos projectos de patrimonialização. De certa forma, a viabilidade económica ou a sustentabilidade dos projectos podem relegar os valores da memória e da identidade para um plano secundário.

Parece existir um alargado consenso quanto ao facto de que o património cultural continuará a legitimar-se na memória e na identidade, e a personificar-se a partir de uma herança transmitida ao longo de gerações. Segundo o antropólogo Xerardo Pereiro essa condição resulta de processos sociais de atribuição de valores, sentidos, usos e significados que afirmam e legitimam “determinadas” identidades⁸⁰. Xerardo Pereiro parece defender o património cultural como uma “fabricação social”, em que um indivíduo, ou indivíduos,

⁸⁰ - PEREIRO, Xerardo, *Património cultural: o casamento entre património e cultura*, em ADRA, n.º 2, Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp.23-41.

identificam como suas heranças e memórias, sobrepondo-se às condicionantes anteriormente enunciadas.

Sendo o presente estudo sobre “um mundo rural” levanta-se, à partida, a questão de saber o que nele poderá ser considerado como património cultural. Poderá ser feito um exercício mental na busca dos elementos constitutivos do mundo rural e, neste caso concreto, quais serão os aspectos essenciais do rural de territórios de baixa densidade demográfica. É sabido que esse olhar deverá ser distanciado, evitando-se aquilo que certos autores designam como “histeria” do património impulsionada pelos voluntarismos que o alargamento do conceito de património cultural tem permitido, nem sempre com o estudo e a reflexão necessárias⁸¹. Por outro lado, não deve ser esquecido o papel do poder político que muitas vezes valoriza os seus projectos patrimoniais no período da sua inauguração e que, em seguida, passa a considerá-los como uma dor de cabeça financeira.

Outra dificuldade pode centrar-se nos valores em que uma comunidade rural se fundamenta para considerar um determinado elemento como manifestação do património cultural. De certa forma, dependendo da configuração da abordagem e do estudo, quase tudo poderá ser o que uma comunidade ou grupo consegue memorizar. Devem as práticas ser privilegiadas em relação às técnicas, por mais rudimentares que se apresentem? O edificado urbano terá um maior significado para as comunidades do que as construções agrícolas, ou são valorizadas de modo idêntico? Estas questões levam Santos Pereira a alertar que “considerar tudo património não é definir mas sim confundir” apresentando-se um qualquer projecto de valorização patrimonial como um exercício complexo, porventura numa realidade rural de forma mais acentuada⁸².

Em 2003, o secretário-geral do Conselho da Europa lançou o desafio para que cada país membro ordenasse a adaptação às suas realidades nacionais do Guia Europeu de Observação do Património Rural. Em 2009, a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural dá visibilidade a esse desafio publicando um guia que, “de forma organizada e didáctica”, pretendeu dar informação sobre os diferentes tipos de património

⁸¹ - BRITO, Joaquim Pais de, *Retrato de uma aldeia com espelho, Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.

⁸² - PEREIRA, António dos Santos, *Património rural, ambiente e educação*, pp.1-18, <http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/2010/ubiletraspdf/Pereira-antonio-santos-patrimonio.pdf>, 21/06/2013, 14h 23m.

rural presentes em Portugal⁸³.

Segundo esse estudo, o conceito de património rural tem sofrido uma evolução no sentido do seu alargamento. Nas últimas décadas deixou de ter uma abordagem restritiva, centrada nos edifícios associados à exploração agrícola e ao “pequeno património rural”, constituído por lavadouros, moinhos ou espigueiros, assumindo actualmente novo desígnio graças a uma maior abrangência passando, também, a contemplar outros elementos, tangíveis e intangíveis, que comprovam as relações que uma comunidade estabeleceu com o território onde se radicou⁸⁴.

No entanto, voltando à argumentação daquilo que pode considerar-se património cultural, fundamentada em valores de memória e de identidade, importa abordar o contexto em que o rural se poderá ter firmado em muitas das aldeias desta região. Ocorre recordar uma citação de Carminda Cavaco sobre comunidades agrícolas da Serra do Açor, muito próximas do espaço e da realidade do território em estudo neste trabalho: “Três aldeias da Beira xistenta (Lomba, Nogueira e Avelira) próximas e unidas por destinos afins: aldeias pobres, nascidas do solo pobre de xisto, e em que tudo o que existe é insuficiente. Pobres também os meios de vida, a estruturação social, a própria felicidade. Aldeias de mulheres (...) vêem ir-se os pais, os maridos, os filhos, com a promessa de voltarem um dia, e muitas vezes não voltam. Elas próprias têm apenas um desejo: ir também”⁸⁵.

Na verdade terá sido esta a realidade económica e social do agrícola desta região durante séculos, sair para ganhar a vida noutras paragens, pois que, na aldeia de nascimento, tal se revelava problemático. Um partir difícil, principalmente devido ao medo da nova realidade laboral e social que se iria encontrar, que se sobrepunha à importância do pecúlio que ficara para trás. Por vezes, enquanto os que não deixaram família na aldeia rapidamente cortaram raízes com o local de procedência, outros procuraram regressar o mais rápido possível para junto dos seus, fazendo-se substituir, por vezes, pelos filhos nessa odisséia migratória.

O abandono massivo das aldeias das serras do Açor e da Estrela tem o seu prenúncio

⁸³ - *Guia de Observação do Património Rural*, Lisboa, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2009, p.3.

⁸⁴ - *Guia de Observação do Património Rural*, *ob. cit.*, p.17.

⁸⁵ - CAVACO, Carminda, *Portugal Rural, da Tradição ao Moderno*, Lisboa, Edição do Ministério da Agricultura, 1992, p.66.

na contígua Serra da Lousã que, precocemente, mostra à região como será o corte profundo dos autóctones com o seu local de nascimento. Aparentemente aí os motivos foram os mesmos que predispunham as mulheres, citadas por Carminda Cavaco, a ansiar pela partida. Um abandono que terá inícios na década de 1950 e que, contrariamente ao que sucedeu com outras regiões rurais, na década de 1980 apenas tinha uma aldeia com habitantes locais, concretamente na única com estrada alcatroada. Também aqui, à semelhança do que ocorreu noutras partes do Portugal com uma economia predominantemente de subsistência, foi a perda de importância económica da agricultura e do pastoreio aí praticados, que deixou o espaço sem uma função produtiva e unificadora da sociedade rural com o seu território, deixando os socos à mercê dos incultos e a paisagem entregue a uma floresta desordenada e abandonada⁸⁶.

O êxodo rural desta região radicou também na falta de confiança num futuro, que se apresentava arredo de condições de vida mais fáceis que começaram a conhecer através do contacto com as cidades. Oliveira Baptista apresenta as sangrias migratórias das aldeias para a cidade, como uma fuga a um mundo sem esperança pois quando a agricultura deixou de assegurar a vitalidade da sociedade rural contribuiu para o conseqüente declínio e desmoronamento da estrutura das relações sociais que nela se firmavam⁸⁷.

Que património cultural se poderá resgatar destas vivências? Será que o abandono desse espaço foi acompanhado pelo apagar de memórias? A morte das actividades produtivas, que davam sentido ao território, matou de igual forma uma identidade associada? Se assim fosse, como parece defender Paulo Peixoto, a identidade que se firma no valor da função ou da produção não fará parte do processo de patrimonialização. Dessa forma, o abandono das práticas produtivas poderá significar o cristalizar de uma identidade, o seu “branqueamento” ou até mesmo a sua perda.

Quem percorrer a Freguesia de Vide auscultando os habitantes mais idosos ouvirá contar histórias de vida que atestam as dificuldades vividas há muitas décadas e que motivaram o abandono das aldeias. Até à década de 1970, as suas memórias transmitem um cenário de privação e de luta árdua e permanente pela sobrevivência. Na verdade, o mundo

⁸⁶ - DINIS, Isabel; MALTA, Miguel, *Da desvitalização da Serra da Lousã à nova realidade, identidades sociais e destinos do território*, em *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp.111-127.

⁸⁷ - BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Declínio de um tempo longo*, em *O voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1996, pp.36-73.

rural actual vive de uma realidade aparentemente contrastante com o passado: ao período longo de privação material, mas sobrepovoado, que caracterizou as décadas até 1960, contrapõe-se o passado mais recente em que a melhoria das condições de vida trouxe o vazio de gente.

Um problema relevante dos projectos de patrimonialização prende-se com as visões "adocicadas" do mundo rural que muitas vezes não passam do branqueamento dos valores de memória, da identidade e do património, promovida por visões exteriores à realidade vivida. João Ramos faz alguns reparos que remetem para a antropologia clássica a responsabilidade na criação de visões edíficas que, frequentemente, transmitem para a população urbana uma mensagem de simbiose com o meio natural, de práticas sociais de entreajuda, de relativa conflitualidade e até de segurança, fazendo acreditar que é mais estável e seguro viver no campo. O autor alerta que os antropólogos, assim como outros intervenientes, quando são chamados a participar na qualidade de mediadores, muitas vezes são convidados por "autoridades" que chamam a si a responsabilidade de avaliar a memória e identidade de grupos ou comunidades, sem que por elas estejam legitimadas. Por outro lado, a preocupação em colocar o património cultural ao serviço do turismo, por vezes, torna estes profissionais, assim como outros ligados à área, co-responsáveis pela eternização de mal entendidos, ou pela patrimonialização por si induzida, fruto de interpretações e valorizações de objectos, ou pelas práticas sociais que transmitem às comunidades autóctones⁸⁸.

Esta aparente intromissão do elemento técnico poderá provocar alteração ou incorporação de imagens ou símbolos que não se fundam na realidade social de um grupo ou comunidade, mas na captura que o especialista tem de uma vivência que não é a sua ou, ainda mais negativo, nas necessidades que sirvam os objectivos de quem o contratou.

Disto mesmo parece dar conta Pais de Brito, relatando o que, na sua opinião, aconteceu com a aldeia de Rio de Onor em estudos ali desenvolvidos em várias décadas. Segundo a sua perspectiva, essas investigações originaram localmente processos de produção e incorporação de imagens e representações, que não se alicerçavam na memória e identidade de aldeia comunitária apreendida pela comunidade mas na apropriação da imagem que do "seu comunitarismo lhe foi devolvida" pelos citados estudos. Ainda segundo Pais de Brito a

⁸⁸ - RAMOS, Manuel João, *E Tudo o Fumo Levou, as Memórias e as Identidades, em A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, ob. cit., pp.52-53.

“produção do conhecimento em Antropologia é cheia de encontros em que o sujeito individual fica submerso no colectivo”. Um olhar exógeno pode ser insuficiente, se confinado à materialidade das coisas, pelo que se revelam importantes as novas abordagens da antropologia aplicada, que engloba novos tipos de estudo em que se foca o “sujeito”, aquele que dentro do grupo é chamado a nomear, enunciar e a reivindicar uma identidade⁸⁹.

Outro problema que se poderá colocar no levantamento de manifestações de património cultural prende-se com o facto de uma parte dos actores não viverem, ou não terem vivido, permanentemente no território. Na verdade, importará determinar se a legitimação dos valores de memória e de identidade de um grupo ou comunidade conta com todos aqueles que detêm a memória independentemente do local onde residam, do território de ligação, do local onde trabalham ou de onde gozem a sua aposentadoria. Esta será a realidade do presente estudo que reparte os actores por diversas vivências sociais e culturais todas ancoradas num ponto comum, as aldeias de origem.

A estratégia encontrada para procurar “conciliar” essa situação passou pela elaboração de questionários diligenciando o contacto directo com actores que ajudaram a construir a realidade socioeconómica e cultural destes territórios, independentemente do local onde viveram. Na actualidade são uma maioria os elementos nascidos nas comunidades rurais que habitam em cidades, evidenciando-se também pelas idades mais baixas e por uma formação escolar mais elevada, face aos que sempre viveram no meio rural.

Se o património cultural associado for resgatado segundo as vivências e memórias de habitantes expostos a diversos contextos socioeconómicos poderá resultar em visões díspares de uma identidade. Embora se encontrem unidos pelo mesmo espaço territorial, pelo mesmo contexto de socialização, até por valores de memórias comuns, na verdade podem ocorrer diferentes concepções de património e de identidade, condicionadas não só pela forma de ligação à aldeia de origem como também pelo acesso a diferentes recursos culturais. Tal como acontece com a pretensa politização das memórias e identidades, quando resgatadas em projectos de salvaguarda patrimonial para servir interesses turísticos, também aqui poderá existir a tentação de criar um mundo à imagem do que gostariam “que tivesse sido e representado” assentando a sua ligação em aspectos essencialmente benévolos da realidade

⁸⁹ - BRITO, Joaquim Pais, *Retrato de aldeia com espelho: ensaio sobre o Rio de Onor*, Lisboa, Edições D. Quixote, 1996.

social e cultural⁹⁰.

Na verdade, no presente, o território da Freguesia de Vide é na sua larga maioria pertença de indivíduos que, embora mantenham fortes laços de ligação com o espaço, fazem parte de uma população citadina que procura nas aldeias de origem componentes de lazer, nem sempre observadoras dos valores constituintes do seu património cultural. No entanto, não se podem confundir estes indivíduos com os neo rurais que se fixaram na proximidade contígua da Serra da Lousã que, não tendo ligação de familiaridade com o território, nem sempre são cidadãos nacionais.

Percorrendo as aldeias, facilmente se encontram exemplos de intervenções de pseudo salvaguarda do património que apenas procuram aumentar a componente de lazer desses indivíduos. Quase sempre se legitimam essas intervenções com o pretexto de valorizar a povoação e melhorar as condições de vida da população residente, embora nem sempre os habitantes permanentes fruam dos melhoramentos alcançados⁹¹.

Parece aceitável que a vivência rural agrícola seja presentemente avaliada pelos actores sociais, não residentes, com uma visão urbana e que, da mesma forma, procuram resgatar as mesmas manifestações do património apreendidas pelos que ficaram, mas com diferentes valores de memória e identidade.

Aparentemente impera o sentido da mudança das coisas levando Margarida Marques a escrever que a identidade e a memória são processos sociais dinâmicos, sempre em movimento, como uma espécie de “filme sempre em rodagem em que a identidade se actualiza, se transmite, se aprende, modifica-se e se constrói em miríades de encontros e

⁹⁰ - Com isto procura-se alertar que o actor que não habitou permanentemente na aldeia de origem invoca frequentemente as festividades religiosas e outras actividades de lazer como referências da sua memória colectiva, mais facilmente fala das patuscadas que fazia no forno da aldeia quando regressava de férias do que na dificuldade em cultivar o milho que garantia o funcionamento da infra-estrutura. Contrariamente ao investigador será mais fácil ouvir aos actores que nunca tenham saído da sua aldeia relatos da sua luta pela construção do forno ou das contrariedades em obter água para a rega do cereal ali transformado em pão.

⁹¹ - Podem dar-se dois exemplos de “melhoramentos” realizados com o pretexto de valorizar as aldeias, mas que não beneficiam quem nelas sempre viveu: Na aldeia de Frádigas foi instalado um ponto de acesso livre à Internet, num dos equipamentos da associação de melhoramentos local, com o pretexto de tornar acessível este novo meio de informação e comunicação à comunidade residente (menos de 20 pessoas). No entanto, a falta de formação para o uso das tecnologias informáticas faz com que os indivíduos residentes não desfrutem dele de forma directa, sendo a comunidade sazonal, residente nas grandes cidades, quem usufrui desta ligação global. Na verdade este “melhoramento” foi pedido pela população não residente que desta forma “exigiu” esta mais valia, mantendo-se mais dias de férias na aldeia; Já na aldeia de Gondufo foi construída uma piscina que utiliza as águas de um regadio tradicional. Uma vez mais a população residente, muito idosa e sem hábitos de frequentar estes equipamentos, não vai desfrutar do investimento realizado, sendo uma vez mais os habitantes sazonais os beneficiados.

desencontros entre pessoas e entre grupos sociais”⁹². Poderá, então, aceitar-se uma visão patrimonial multidimensional onde um objecto, um facto ou um território, pode ser alvo de uma observação diversa, com interpretações diferentes entre os vários actores, que podem produzir diferentes manifestações de património cultural e diferentes perspectivas para a sua salvaguarda.

Surge no entanto uma dúvida, quando aceite o formulado no parágrafo anterior, relacionada com a convivência das diferentes abordagens e dos diferentes grupos de indivíduos. Colocando o problema da salvaguarda de um regadio tradicional: a comunidade não residente defende que, para viabilizar economicamente uma intervenção de conservação se deva construir uma piscina onde a água passe antes de ser utilizada na rega de culturas, criando dessa forma um equipamento de lazer. Sendo que a sua ligação à agricultura é quase nula, participam apenas como proprietários absentistas de terra e encaram esta solução como muito vantajosa, pois permite “matar dois coelhos” com um único financiamento. Por um lado, criou-se um ponto de atractividade e permanência na aldeia para os visitantes e moradores ocasionais recuperando-se, por outro lado, um regadio ancestral que faz parte da memória e identidade do próprio território.

No entanto, a comunidade residente, em menor número, mais idosa, ainda cultiva pequenas parcelas com a preocupação de auto-consumo, necessitando da água para regar com um uso de função produtiva e não de lazer. Não necessariamente cristalizados em técnicas e saberes antigos, encaram o uso da água para banhos como um factor de contaminação opondo-se firmemente a esse propósito. Feitas as aproximações possíveis para ultrapassar o diferendo conclui-se que os interesses são inconciliáveis. Qual será então a solução a adoptar? Alguma das partes terá legitimidade para impor o seu ponto de vista? Estarão ambas em igualdade de circunstâncias face à memória e à identidade presente? Será este dilema um confronto entre uma visão forjada na vida urbana e outra fundada num contexto rural?

Importa aqui lembrar que esta questão das influências do urbano em espaço rural se coloca em outras escalas, havendo quem defenda que o mundo rural evoluiu no sentido da sua urbanização mesmo a partir da população que sempre residiu no território.

Segundo Gil Nave “sempre nos habituámos a pensar o mundo rural como uma parte da

⁹² - MARQUES, Emília Margarida, *Identidades vidreiras: da Marinha à região?* em *Património e Identidade*, Porto, Profedições Ld.^a, 2009, p.17.

sociedade organizada em torno de uma função primordial, a produção alimentar”. No entanto esse mundo rural alterou-se significativamente a partir da década de 1950 assumindo, numa primeira fase, um papel de fornecedor de mão-de-obra à indústria que resultou na conhecida sangria migratória das aldeias. Posteriormente, surgem políticas que assumem nessa época uma feição alargada, ultrapassando a escala regional ou mesmo nacional, e que diluíram fronteiras, assentes em acordos económicos nos quais a actual União Europeia terá a sua génese. A necessidade de dar resposta de abastecimento de bens alimentares ao galopante crescimento demográfico das cidades promove não só a modernização das técnicas de produção agrícola, como faz emergir um modelo agro-industrial que relega para segundo plano o tradicional mundo rural produtor de excedentes. Segundo o autor, terá começado aqui a construção social de um mundo rural sem agricultura, sem uma directa função produtiva, que tem o seu pico de desenvolvimento na actualidade⁹³. Dessa forma o rural agrícola, identificado com uma sociedade tradicional, assente em valores de sociabilização, foi-se diluindo e acompanhando a desactivação de práticas e vivências que o caracterizavam e identificavam.

Por outro lado, a chegada da electricidade às aldeias, embora tardia, acentuou essa aparente urbanização do mundo rural. O aparecimento da televisão permitiu o acesso à informação através da imagem proporcionando um contacto estreito com a realidade das grandes cidades. Também as melhorias verificadas nas vias de comunicação possibilitaram a chegada de produtos produzidos noutros locais, por vezes muito distantes, a preços mais acessíveis do que os produzidos localmente. Por sua vez, a falta de procura dos excedentes, assim como o dinheiro recebido de familiares, ou as pensões de reforma para rurais, instituídas pelo Estado Novo, contribuíram para que a partir da década de 1980 as aldeias perdessem praticamente a sua função produtiva e passassem a albergar grupos de indivíduos com uma vivência, pode afirmar-se, puramente urbana.

Terá sido dessa forma que se moldou o mundo rural neste território de baixa densidade como se observa no presente, um espaço vazio de gente que corre aceleradamente para um estatuto de não-lugar. Como diz Gil Nave esta fase de urbanização, ou pseudo urbanização, alterou radicalmente o contexto económico e social das aldeias, levando à criação de um

⁹³ - NAVE, Joaquim Gil, *O Rural e os Seus Duplos em Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 129-147.

mundo rural sem agricultura⁹⁴.

Na verdade, os grupos ou comunidades residentes nas aldeias rurais do território em estudo vivem segundo padrões modernos, mais próximos dos contextos socioeconómicos urbanos. Não trabalham as terras, têm acesso a uma série de bens materiais iguais aos existentes na cidade e, com a generalização das comunicações de voz, de televisão por satélite ou internet, comentam os mesmos assuntos, sofrem dos mesmos receios, procuram os mesmos produtos que qualquer cidadão noutra parte de Portugal ou do Mundo.

Será que estas influências alteraram os valores de memória e de identidade destas pequenas comunidades? Tal como alertou Pais de Brito, relativamente ao ocorrido em Rio de Oñor, também aqui poderá surgir uma transformação na forma como os autóctones vêem e apreendem o seu “pequeno” mundo, atribuindo-lhes novos valores simbólicos à imagem do que observam noutros locais longínquos.

Provavelmente com esta perda do factor produtivo surge uma mutação nas funcionalidades e na percepção do território pela população residente, que passou a ter uma visão patrimonialista da sua ruralidade. Os habitantes permanentes atribuem ao seu património, mesmo que inconscientemente, novas funções de cariz ambiental e simbólico identitárias, ficando disponíveis para participar na única saída socioeconómica que se vislumbra para o território, o turismo. O aldeão, outrora camponês, deixa de mostrar ao visitante “como se faz” e passa a enumerar ao turista “como se fazia”. Ficam as dúvidas sobre a genuidade da mensagem e do elemento patrimonial em presença, pois este património cultural poderá ser moldado, não sobre valores de memória e identidade, não sobre o saber-fazer, mas essencialmente sobre os elementos simbólicos, culturais ou ideológicos que, na sua perspectiva ou na perspectiva do poder instituído, tragam mais valias económicas ao território.

Ultrapassando estas condicionantes que podem auxiliar a uma melhor abordagem daquilo que poderá significar património rural, ou património cultural rural, importará percorrer, ainda que de forma sintética, os elementos potenciais de patrimonialização presentes no território em estudo. Uma abordagem que será desenvolvida mais em pormenor nos capítulos dois e três do presente estudo.

⁹⁴ - NAVE, Joaquim Gil, *O Rural e os Seus Duplos em Portugal Chão*, ob. cit., p. 136. Actualmente o contexto rural destas aldeias está confinado ao núcleo urbano. O espaço onde se desenvolvia a componente produtiva, há muito tempo abandonada, voltou a ser maninho e, raramente, floresta.

É facilmente perceptível e reconhecido que o rural tem uma forte componente de paisagem natural. Na verdade, antes de haver património construído não haveria espaço rural, apenas paisagem. Não quer isto dizer que essa paisagem não fosse já humanizada com comunidades recolectoras e pastoris, que percorriam o espaço de acordo com as suas necessidades de sobrevivência e as alternâncias das estações do ano. O espaço não intervencionado pela mão do Homem revela-se largamente superior ao que foi possível moldar para as actividades socioeconómicas: a agricultura bordejou os fundos dos vales e das linhas de água permanentes; a floresta surgia logo que não se conseguia água disponível para regar culturas. No entanto isso não corresponde a uma menor relação de intimidade entre ambos, pois a floresta, com as suas cumeadas nas montanhas, revelava-se imprescindível à “colonização” agrária dos sopés dos vales. Durante vários séculos os recursos disponíveis nesse espaço complementavam as colheitas e os proventos tirados à terra: matos para fertilizar as culturas, pastos para alimentar os gados, lenhas e arbustos para cozinhar e para aquecer. A ligação desse espaço com o camponês, que quase sempre era também pastor, era diária e, tal como aconteceu em muitas regiões de Portugal, foi abalada por imposição de políticas governamentais, povoando os espaços baldios com pinheiro bravo⁹⁵.

Seja qual for a perspectiva com que seja observada actualmente a paisagem, não se poderá esquecer que toda ela integra uma forte componente humanizada muito antiga, representada por fortes marcos históricos e simbólicos expressos por gravações rupestres milenares.

Esta paisagem rural poderá ser definida por aspectos ligados à orografia do território, com as suas serras e vales, ou pela sua estrutura fundiária assente no minifúndio e na macro repartição da propriedade em pequenos socalcos. No entanto não poderá esquecer-se a história dos grupos humanos que a circundavam, ali viviam e a exploravam através de uma intrincada rede de vias de comunicação que, até à década de 1960, assentavam em percursos pedonais⁹⁶. A paisagem rural, mesmo sem as edificações da colonização humana, revela-se na sua totalidade como uma construção do Homem, através dos usos que lhe deu ao longo dos

⁹⁵ - Não significa que o abandono dos espaços florestais não acontecesse mais tarde mas, na verdade, a acção do Estado Novo acelerou o processo de saída massiva de camponeses para os meios urbanos, onde eram necessários como mão-de-obra para uma indústria nacional em franca expansão.

⁹⁶ - Guia de Observação do Património Rural, ob. cit., p.24. Esta obra chama a atenção para a importância destas vias vicinais, como elementos da identidade das interacções entre grupos humanos nas montanhas.

tempos.

Pais de Brito escreveu que a “extensão do território habitado, explorado e fruído por uma população é objecto de permanentes intervenções e também de apropriações e abandonos”. Esses factores elaboram o território como um texto de múltiplas leituras que se deixa ver, ou se esconde, consoante os olhares e as interrogações que sobre ele se colocarem⁹⁷.

O local estudado, na sua componente de paisagem, pode ser observado em várias vertentes com diferentes perspectivas: à escala local, percorrendo a área administrativa institucional, moldada pela figura de freguesia; numa perspectiva regional, enquanto parte integrante da Serra do Açor onde existe uma Área de Paisagem Protegida, criada a 3 de Março de 1982 pelo Decreto-Lei 67/82; e no contexto nacional pois parte do território integra a área de intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela. Existe uma forte componente identificada com a Natureza, enquanto espaço privilegiado de ecossistemas e biodiversidade. A importância desses vectores parece evidenciada pela regulação institucional, por parte das autoridades nacionais, de parte significativa do espaço onde se implanta a freguesia de Vide, com vista à salvaguarda dos seus valores ambientais.

Convém lembrar que, a nível internacional, a Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença no ano de 2000, procurou desenvolver uma política europeia de protecção da paisagem natural, estabelecendo uma relação harmoniosa entre “as necessidades sociais, as actividades económicas e o meio ambiente”⁹⁸. O documento determina que “«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos”. Esta apreensão das populações sustentou-se durante séculos na boa, ou na má, vizinhança entre aldeias, regulando os direitos consuetudinários sobre os baldios e os “logradouros do povo”, onde procuraram recursos económicos essenciais à sua subsistência.

A preocupação do documento promovido pelo Conselho da Europa vai no sentido de alcançar um desenvolvimento sustentável, estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente. Estas políticas, seguidas pelos países subscritores eram destinadas a garantir uma uniformização do

⁹⁷ - BRITO, Joaquim Pais, *Museu, Memória e Projecto*, em *Portugal Chão*, ob. cit., pp.265-277.

⁹⁸ - Convenção Europeia da Paisagem, <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>, 10/06/2013, 22h 35m.

território europeu na salvaguarda desse património que classificaram de comum. Simultaneamente, a paisagem foi também considerada imprescindível à consolidação de uma identidade europeia.

Embora de forma indirecta, Choay aborda também o problema da paisagem rural, afirmando que em grande parte da Europa, “nomeadamente em França”, se comparava o “campo” com um imenso e sábio monumento⁹⁹. No entanto deixa sem resposta a questão sobre o que fazer quando a agricultura ancestral se torna obsoleta e o território fica condenado ao baldio, afirmando que “não existem precedentes para ajudar a resolver essas desafecções territoriais”.

Segundo Paul Claval na década de 1980, na Grã-Bretanha, havia quem sugerisse que a paisagem oferecia uma imagem de harmonia entre as forças naturais e humanas, representando também um recurso económico e social. Esse pensamento evoluiu para o interesse contemporâneo nas paisagens como “sítios de memória”¹⁰⁰ e como um elemento chave na construção e na preservação de identidades colectivas à escala local, principalmente em territórios rurais¹⁰¹.

A paisagem acolhe também entre si vários cursos de água, que conduzem o elemento que permitiu o povoamento do território e a humanização do espaço e, frequentemente serviu ainda como fronteira natural na delimitação do território entre as comunidades serranas. A água teve sempre um valor primordial e de valor inestimável para o agricultor. Pela sua posse se associavam vizinhos ou se lhes movia “guerra”. À imagem do que ocorreu por todo o país, o adágio “a necessidade aguça o engenho” identifica a intrincada rede de aproveitamentos hídricos implantados pelo território, uma marca identitária dos grupos de indivíduos que o povoaram.

O valor da água, embora mudando de interesse para a comunidade, deixando a produção agrícola e a força motriz para plano secundário, continua a marcar o ritmo de vida

⁹⁹ - CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, ob. cit., p.235.

¹⁰⁰ - CLAVAL, Paul, *Changing conceptions of Heritage and Landscape*, em *Heritage, Memory and politics of Identify, New perspectives on the Cultural Landscape*, Hampshire, England, Ashgate Publishing, 2007, pp.85-93.

¹⁰¹ - No território existem duas aldeias com exploração comum dos terrenos baldios onde foi instalado um parque de energia eólica. Tal foi possível porque as duas comunidades conseguiram provar que aqueles terrenos representavam interesses comuns desde tempos ancestrais onde ambas praticavam a pastorícia, a cultura de centeio e a recolha de outros produtos. No entanto ainda é possível ouvir contar aos mais velhos histórias de vida de quando iam roubar mato e lenha aos baldios de outras aldeias limítrofes: “Antigamente íamos roubar mato aos de Alvoco e aos de S. Gião”.

das aldeias como abastecimento domiciliário durante todo o ano, e animando áreas de lazer durante o período de Verão.

Muitas das obras de arquitectura que durante séculos surgiram para “submeter” a água às necessidades do Homem, continuam a revelar-se como potenciadoras não só dos valores da paisagem como da manutenção da biodiversidade do território.

Por outro lado, importa também lembrar o contributo das paisagens, ou da paisagem natural, na construção de manifestações do património imaterial destas comunidades rurais. O espaço florestal esteve sempre ligado ao imaginário fantástico dos grupos humanos que nesta região não se revela diferente. Os territórios rurais eram retalhados por pequenas veredas pedonais que ligavam as aldeias entre si, ou com o urbanismo distante, das vilas e cidades de contacto mais assíduo. Nesses caminhos só os mais afoitos se atreviam a circular durante a noite mercê das estórias de mouras, de lobisomens ou de bruxas que, diziam, faziam danças à luz de archotes em noites de lua cheia. Num plano mais palpável surgiam as atalhias montadas por saltadores a almoceves, que ligavam a “beira” do mar à “beira” do interior, ou de lobos que, por vezes, contam os mais antigos, faziam “escolta” aos caminhantes nocturnos.

A religiosidade e a feitiçaria também saíam reforçadas desta relação íntima com o espaço de montanha e floresta: As “almas penadas” que, não encontrando lugar no Paraíso ou no Inferno, ficavam condenadas a percorrer essas veredas, atentando os pobres mortais; as práticas de bruxaria, que usavam os cruzamentos das vias para realização de cultos eram frequentes e deixavam por ali verdadeiros banquetes para servir seres poderosos, invisíveis ao olhar humano, mas que eram degustados pelos passantes mais corajosos.

A forma como eram encaradas essas condicionantes marcava uma determinada categoria de homens dentro das comunidades rurais ou de montanha, considerados destemidos ou corajosos, que alcançavam dessa forma uma certa consideração social. Por sua vez, os mais cautelosos evitavam percorrer a floresta durante a noite, pois consideravam que “ele há coisas com as quais não se brinca”¹⁰².

De outras ocorrências mais práticas e funcionais se falará no capítulo terceiro do estudo, onde fica expressa a sociabilidade que o espaço florestal e paisagístico promoveu nas comunidades.

Como afirma Pais de Brito “ (...) sempre houve dimensões do território que

¹⁰² - Conversa tida sobre o assunto com o senhor José Joaquim Freire da aldeia de Gondufo.

desencadearam um intenso imaginário no âmbito de uma sociedade rural”¹⁰³. Árvores que se destacavam por alguma singularidade, a forma de determinadas fragas (rochas) que recebiam nomes sugestivos pela sua plasticidade, os contornos das cumeadas ou construções para as quais não se conhecia qualquer função... tudo contribuiu para o imaginário fértil dos indivíduos ao longo dos tempos¹⁰⁴.

Poder-se-á dizer que também na paisagem rural, se apenas for considerado o contributo da vertente material, esta se pode revelar muito redutora para a identificação do património cultural. Talvez seja oportuno voltar a citar Santos Pereira: “ A natureza na sua pluralidade, o homem na sua totalidade, a civilização material na sua pluralidade e a cultura espiritual na sua capacidade de tolerância devem formar o quadro de qualquer abordagem do património”¹⁰⁵.

Também Rosa Medeiros considera que o ”território é um espaço de identidade ou um espaço de identificação”, em que a sua componente física ficará num plano secundário pois será o sentimento quem revela a fundamentação da parte patrimonial¹⁰⁶.

A potencialidade patrimonial da paisagem parece ancorar em múltiplos factores, por vezes aparentemente heterogéneos, que podem conjugar às manifestações anteriormente focadas muitas outras: a contemplação do relevo ou do coberto vegetal das montanhas; o serpentear dos cursos de água; a sazonalidade de cores que metamorfoseiam as espécies arbustivas ou arbóreas que cobrem o terreno, ou ainda as ocorrências geológicas que se revelam como obras de “arte” da Natureza. Existe também a importância da biodiversidade dos territórios que valorizam outros vectores em ligação com os anteriores, garantindo habitats de espécies botânicas e de animais selvagens. Entre eles interpõe grande parte da paisagem humanizada que se apresenta, na atualidade, como natural, pois que, os socalcos e construções acessórias têm sido envolvidos pela vegetação.

¹⁰³ - BRITO, Joaquim Pais, *Museu, Memória e Projecto*, em *Portugal Chão*, ob. cit., p.270.

¹⁰⁴ - As comunidades socorriam-se sempre de ocorrências geológicas, morfológicas ou botânicas para sinalizar locais emblemáticos por causas variadas: a Pedra da Lomba, em Gondufo; o Penedo Furado, em Chão Cimeiro; o Barroco da Bjanca, em Oبرا; o Barroco da Panca, em Coucedeira; o Cântaro de Ouro, em Barriosa ou as Sobreiras em Vide. Também no limite das aldeias de Balocas e de Gondufo, junto ao caminho pedestre para as Minas da Panasqueira, existe uma cratera cuja origem ou função se desconhece e que as comunidades distinguiam como a “Buraca da Moura”.

¹⁰⁵ - PEREIRA, António dos Santos, *Património rural, ambiente e educação*, pp.1-18, <http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/2010/ubiletraspdf/Pereira-antonio-santos-patrimonio.pdf>, 21/06/2013, 14h 23m.

¹⁰⁶ - MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, *Território, Espaço de Identidade*, em *Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos*, S. Paulo, Brasil, Editora Expressão Popular, 2009, pp. 217-227.

O olhar contemporâneo da paisagem também não poderá esquecer a forma como o Homem que durante séculos, provavelmente milénios, conviveu com o território e que observava a paisagem com uma preocupação prática no auxílio à sua vida diária. Observava o nevoeiro em determinados montes circundantes, para a previsão do tempo atmosférico; apurava de que vertente provinha o vento e a chuva, o que lhe permitia prever a sua duração e intensidade; acompanhava a floração de alguns arbustos de encosta e de altitude, que lhe fornecia indicações sobre o antecipar ou retardar das sementeiras¹⁰⁷.

Parece evidente que a transformação da paisagem como património cultural, e neste caso rural, obriga a uma observação atenta de todos os factores que possam potenciar os valores de memória e de identidade. A apreensão de um território resultará num compromisso entre passado e presente, necessário para o enquadramento futuro que um processo de patrimonialização pressupõe. O elemento humano parece revelar-se como repositório da construção da paisagem, podendo este vir a manifestar-se como salvaguarda do “mundo rural”, ancorando não apenas em valores estéticos e de biodiversidade.

Uma tarefa que parece não seria fácil em determinadas regiões rurais, observando o que escreveu Oliveira Baptista, citando Castro Caldas: “Os Montanhesees queimaram a Torga e com ela, dramaticamente, as raízes que os prendiam à Montanha onde nasceram. Abandonaram-na e até agora nenhum voltou (...)”¹⁰⁸. A memória e a identidade de uma paisagem, logo o património cultural a si associado, não será algo que se possa apresentar na sua forma inteira e definitiva, pois constroem-se e transformam-se ao longo das existências, boas ou más¹⁰⁹. Esta fase evolutiva em direcção a um novo estatuto da paisagem e do território, poderá também fazer regenerar as “raízes” daqueles que saíram sem esperança e que agora vislumbrem uma oportunidade de futuro, para si e para o seu local de origem.

O património edificado, por outro lado, revela-se como um arquivo da memória e da identidade que dá suporte material a toda a civilização do xisto. A sua morfologia depende de variados factores, destacando-se a sua funcionalidade, os lugares onde se edificaram, os

¹⁰⁷ - Um dos provérbios conhecidos localmente parece demonstrar isso mesmo: “Em Janeiro sobe ao outeiro, se vires negrejar, põe-te a cantar, se vires verdejar, põe-te a chorar”. Indicava o negrejar a terra sem verdura, negra, condicionada por fortes geadas que raramente surgiriam no início da Primavera quando as culturas já se encontravam desenvolvidas. A verdejar relacionava-se com chuvas abundantes neste mês o que proporcionava o crescimento de ervas e o retardar das geadas que dessa forma surgiriam nos meses seguintes, nefastas pelos motivos apontados.

¹⁰⁸ - BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Declínio de um tempo longo*, em *O voo do Arado*, ob. cit., p.64.

¹⁰⁹ - MARGARIDO, Cristóvão, *Património e Identidade*, Porto, Profedições Ld.ª, 2009, pp.28-29.

materiais, a época de construção ou técnicas construtivas aplicadas¹¹⁰. Através destes vestígios é possível determinar se existiu, ou não, um estilo arquitectónico específico de uma determinada comunidade, que materiais foram utilizados e de que forma se revelaram inovadores, ou apontadores de estratos sociais.

O seu estudo aconselha a que se analisem cuidadosamente não só os tipos de construção que se promoveram, mas também especificidades das características locais ou as técnicas e especialização desenvolvidas dentro da comunidade ou grupo. Todos os elementos de apreciação se revelam auxiliares preciosos para ultrapassar a condicionante da ausência de documentação coeva à edificação. Por isso, a necessidade de estar atento a vários factores: localização no espaço; características arquitectónicas e época de construção; tipicidade, da traça e de eventuais funções decorativas; técnicas de construção e estado de conservação; acessibilidades; função social; tipos de utilização no passado e no presente¹¹¹.

Paulo de Carvalho afirma que o património construído é a imagem e a identidade serrana, quase sempre definidas pela utilização dos recursos materiais locais¹¹². Na verdade, o xisto é a imagem de marca do território em estudo e o uso de materiais de construção existentes próximo às edificações é a prática usual até à década de 1950, quando chegaram as primeiras estradas.

Predominava então uma arquitectura popular que se destacava pela negrura das paredes de xisto e pelas coberturas em lousa, e onde o termo “popular” designava mais a matriz estética e plástica dos materiais utilizados, do que um estilo arquitectónico vigente. Para Gomes Alvarez a arquitectura popular surgiu como um fenómeno profundamente enraizado na terra e no povo, como resposta directa às necessidades funcionais e a adaptação aos materiais disponíveis. A técnica empregue pelos seus “criadores-utilizadores” era enformada pelo acatamento das tradições cultural e religiosa e pelo condicionalismo da zona em que se inseria¹¹³. Efectivamente, esse respeito resultaria mais da dimensão económica do grupo e do constrangimento do transporte de materiais de outros locais, do que da vontade de quem continuava práticas ancestrais de edificação. Isso mesmo parece ficar evidente noutra

¹¹⁰ - *Guia de Observação do Património Rural*, ob. cit., p.27.

¹¹¹ - *Guia de Observação do Património Rural*, ob. cit., p.32.

¹¹² - CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã, 2009, pp.383-389.

¹¹³ - ALVAREZ, José Gomes, *inventário do património cultural construído*, Lisboa, Edição da Secretaria de Estado do Ambiente, data n.d., pp.35-90.

parte do trabalho/estudo onde se traça uma “evolução” nas técnicas e nos materiais utilizados, a partir de meados de 1700.

Por seu lado, Pais de Brito afirma que são “As arquitecturas, ou seja, todo o tipo de construções que exprimem um primeiro grande registo da materialidade de uma cultura”¹¹⁴. Parece evidente que a consolidação de um discurso em torno do património rural depende essencialmente da sua ancoragem no património construído, que permitirá uma matriz do desenvolvimento social e económico de uma determinada comunidade. A tudo isso se junta a imaterialidade funcional das técnicas, que regulava modos de saber fazer quase sempre herdados no seio familiar, ao longo de gerações.

Ainda segundo o mesmo autor, a casa de habitação representa o centro que mais densamente permite compreender o universo de práticas e representações do mundo rural. No entanto, convém não esquecer que o serrano deste território da Estrela e do Açor foi acompanhado durante séculos pelo adágio “casa onde caibas e terra que não saibas”¹¹⁵. Esta expressão revela a importância que a terra tinha para o camponês, entenda-se solo agrícola, face à habitação. Esta era frequentemente relegada para uma função meramente utilitária, onde não aplicava grandes recursos económicos pois eles revelavam-se escassos para ampliar permanentemente a área cultivada.

No elencar de prioridades, o habitante rural elegia o investimento nas estruturas produtivas pois eram estas quem garantia o sustento económico. Construir mais um socalco, edificar uma palheira ou curral, comprar uma belga de terreno mesmo que maninho, eis um triângulo de canalização dos recursos económicos disponíveis que deixava, quase sempre, a casa de habitação distanciada para plano secundário.

Os emigrantes saídos das aldeias, à semelhança do que ocorreu noutras regiões, tiveram inicialmente como principal preocupação utilizar as primeiras economias para a compra de terrenos agrícolas. A estratificação social desta comunidade regia-se pelos valores fundiários que possuía pois que, ter terra em grande área era ser grande proprietário e senhorio, era ser dono e patrão. No entanto, a realidade socioeconómica destas “elites” da Estrela e do Açor era muito diferente da dos senhores que Oliveira Baptista enumera: “(...) instalados em palacetes e assentados nos seus domínios fundiários, arrecadavam rendas e

¹¹⁴ - BRITO, Joaquim Pais, *Museu, Memória e Projecto*, em *Portugal Chão*, ob. cit., p.270.

¹¹⁵ - SIMÕES, Viriato, *A Serra da Estrela e as suas beiras*, Lisboa, Edição do Autor, 1979, p.43

outros proventos, e administravam os súbditos locais”¹¹⁶. Mesmo que arrendasse propriedades, o senhorio deste território quase sempre trabalhava a terra de melhor índice produtivo para si.

Como se verá noutro local deste estudo dedicado aos regadios, estes proprietários mais abastados foram importantes no empreendimento do diversificado património construído, principalmente no arroteamento de terras bravias, na construção de socalcos e infra-estruturas de apoio ao regadio, como as levadas e os açudes, ou nas unidades de transformação de produtos, lagares de azeite ou moinhos de cereais. Como defende Gonçalo Monteiro, parece existir uma dependência do mundo rural e do património edificado das elites locais, embora o património raramente surja no território com monumentalidade¹¹⁷. No entanto essa ausência de “monumentalidade” revela-se muito subjectiva na medida em que, na verdade, existem construções de regadio ou de lagares de azeite que, face aos locais onde foram implementados, à sua extensão ou custo económico se revelam como empreendimentos arrojados, exigentes e de apurada técnica construtiva.

Este grupo social, detentor das maiores porções de “terra”, é o primeiro a diluir-se na erosão do rural que aqui se aborda. Os filhos são os primeiros a sair para estudar e raramente continuaram o modo de vida dos ancestrais. Hoje mantêm com o território uma relação residual, mais com preocupação de lazer, e as suas memórias dificilmente representam a “elite” social que, de certa forma, se revelou estruturante para a sociedade local¹¹⁸.

Entretanto as remessas económicas dos “migrantes” proporcionaram a compra de propriedades, muitas vezes facilitadas pela necessidade económica das famílias abastadas em pagar o “estudo” dos filhos. Na verdade, essas “elites” ficaram agarradas à terra, que gradualmente passou a representar cada vez menos uma fonte de riqueza, e de estatuto social diferenciador, necessitando de vender propriedades para fazer face às novas despesas.

A partir da década de 1960, o património edificado presente no território sofre uma forte transmutação no seu regime de propriedade e de utilização, revelando-se a partir dessa

¹¹⁶ - BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Um rural sem território*, em *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp.47-64.

¹¹⁷ - MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *A patrimonialização do espaço social rural e o património edificado*, em *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp.217-229.

¹¹⁸ - Este grupo foi impulsor de vários melhoramentos que, sem a sua acção, dificilmente chegariam ao território ou viriam muito depois, como por exemplo a primeira estrada que chegou à freguesia de Vide, em 1928, e que marcou uma viragem na utilização de novas técnicas e de materiais de construção.

época bastante diferente daquilo que representou durante vários séculos. Lentamente passou do estatuto de propriedade em que a exploração económica garantia o auto sustento e a venda de excedentes, para o de investimento, canalizando para o território as economias daqueles que tinham saído para trabalhar noutra localidade.

O património edificado acompanha tangencialmente a evolução demográfica das aldeias, adaptando-se às necessidades coevas dos seus indivíduos. De forma célere, nas três últimas décadas do século XX, passou-se da “fome” de socos de cultivo e construções acessórias, para uma valorização, por vezes pretensiosa, das edificações no núcleo urbano. Esta troca ditou o abandono da componente produtiva do edificado difuso pelo território, e a transformação das comunidades agrícolas em comunidades urbanas. A partir daí a maior parte do dia deixa de ser gasta no campo de cultivo, ou nas florestas limítrofes, passando a concentrar-se nas aldeias.

Esta alteração muda o sentido de circulação dos grupos, que deixa de ser aldeia, espaços produtivos, aldeia, passando a ser aldeia, cidades ou vilas mais próximas, aldeia.

Esta nova realidade rural reforça aquilo que Gil Nave defendeu como a transição de um mundo rural agrícola, assente na produção de bens, para um mundo rural urbano, em que as populações adquirem padrões de vida muito próximos aos dos indivíduos que vivem em cidades ou vilas.

No presente, o valor do património edificado assenta nos testemunhos das memórias daqueles que o viveram e sentiram, de uma forma bem diferente daquela que se apresenta hoje, podendo originar uma construção simbólica divergente da realidade outrora vivida. A sua nova condição de rurais urbanos pode condicionar a sua visão sobre esse património, muitas vezes fundado em sacrifício e privação para a sua posse, resgatando apenas motivos de conforto memorial, procurando construir uma identidade que não os envergonhe social e culturalmente perante os outros.

Outra vertente importante do mundo rural centra-se na componente económica que permitiu a evolução das infra-estruturas disseminadas pelo território ao longo da sua existência. Tratando-se de uma economia de subsistência não deixava de possuir a sua complexidade estrutural, sendo o papel de cada um bem definido no grupo e no acesso aos recursos disponíveis: quem produzia com recursos próprios, quem arrendava espaços de produção; os que vendiam a sua força de trabalho; os que transaccionavam os produtos e

excedentes locais; aqueles que regulavam as actividades comerciais através da cobrança de impostos e que se apresentavam como um verdadeiro sector de prestação de serviços.

A estrutura económica condicionou também o desenvolvimento das aldeias em ritmos bastante desiguais. Para isso contribuíram as vias de comunicação para fora do território a que cada uma tinha acesso. O simples acesso a carro de bois, que até à década de 1950 acontecia apenas em três das vinte e nove aldeias, permitiu uma evolução na arquitectura local, que se traduziu na inclusão de materiais de construção impensáveis noutras povoações sem acesso à “estrada”. O dinheiro necessário a este tipo de construção distintiva era maioritariamente provento das actividades comerciais que a centralidade dessas aldeias impulsionava: ali se concentravam os negociantes que recebiam os excedentes agrícolas, animais ou silvícolas que comercializavam com os mercados de escoamento.

Determinadas aldeias, mesmo sem serem servidas por essa vias rudimentares, também conseguiam ter relevância económica através de actividades artesanais, pois situavam-se em cruzamento de veredas de ligação entre várias povoações. Era então possível encontrar em pequenos aglomerados artífices em todas as casas habitadas: ferreiros, sapateiros, alfaiates, tecedeiras ou canastreiros. Actividades que acompanhavam a profissão endémica ao meio e às gentes, a de agricultor.

O território em estudo foi durante séculos essencialmente um mundo de camponeses e pequenos artesãos, e a essa condição ficaram arreigados, até meados do século XX, aqueles que nasceram nestas aldeias. Salvaram-se dessa circunstância alguns filhos de agricultores mais abastados que seguiram a actividade religiosa a que, por vezes, assessoravam um negócio ou a prática administrativa do poder político. O desenvolvimento económico sentido a partir de década de 1930, significativo face ao nível de atraso registado, contou com a chegada de novos habitantes que procuravam oportunidades de negócio. Esses comerciantes contribuíram para uma alteração dos padrões de vida dos residentes, promovendo um maior escoamento de novos produtos, onde se destacavam a batata, o vinho e derivados e a resina, uma matéria prima que se revelou de primordial importância na entrada de dinheiro na comunidade, fosse como explorador, comerciante ou proprietário de pinheiros.

A história económica destes meios rurais raramente assentou em documentos reguladores das actividades ou dos indivíduos entre si. O investigador depara-se frequentemente com a condicionante de poder apenas recorrer à tradição oral ou à história de

vida. As trocas comerciais, as vendas de património ou os arrendamentos fundiários assentavam principalmente na boa conduta e nos princípios de boa vizinhança. A palavra de honra, ou a própria honra, eram o selo de confirmação de qualquer negócio, que se firmava na presença de duas testemunhas escolhidas pelos intervenientes.

Três factores principais regulavam esta estrutura informal do negócio, assente nos acordos verbais ou elaboração de documentos sem valor legal. Por um lado, a falta de dinheiro para formalizar os contratos de compra, que se referiam por vezes a valores muito baixos, levava que se evitasse fazer através de um notário aquilo que a seriedade dos homens podia assegurar. Outro aspecto prendia-se com a confiança pessoal que irmanava os intervenientes no processo sendo desnecessário chamar terceiros a um compromisso que se regulava pela censura comunitária em caso de incumprimento. Por último, a questão religiosa estava sempre presente pois tratava-se de indivíduos profundamente religiosos aos quais atormentava uma vida eterna passada no inferno ou mesmo no purgatório¹¹⁹.

Apesar de tudo isso, os abusos existiram e as negociatas mais obscuras e lesivas das classes menos abastadas fizeram a arte de elementos menos escrupulosos.

Já as “elites” representadas principalmente por clérigos, negociantes ou proprietários abastados, procuravam quase sempre um notário para redigir os seus contratos. Os regadios principais são provas disso mesmo, assim como a confirmação de alguns dotes sacerdotais ou testamentos permanecendo documentos como repositórios desses actos pelo menos desde o século XVI.

Claro que a sociabilidade que vigorava nas comunidades, fundada nas boas relações de vizinhança, na entreaajuda que caracterizava o normal funcionamento das actividades agrícolas ou na protecção mútua que garantia a segurança do grupo, ajudava ao informalismo das transacções.

Segundo Giddens as culturas tradicionais, onde se verificava um nível reduzido de divisão de trabalho, caracterizavam-se por uma solidariedade mecânica. Em virtude da maioria dos membros da comunidade estar envolvida em actividades similares, havia uma verdadeira união em torno de uma experiência comum e de crenças partilhadas. Quando eram

¹¹⁹ - Uma prova disso será as inúmeras “Alminhas” espalhadas um pouco por todo o território na sua maioria em evocação de “Almas do Purgatório”. Acreditava-se que as almas que ali permanecessem, num estado intermédio entre o Céu e o Inferno, andavam pelo mundo terreno atentando (pedindo) que rezassem por elas de forma a alcançarem o Paraíso.

quebrados os laços solidários, as forças assumiam uma natureza repressiva, pois a comunidade tendia a castigar quem punha em causa os modos de vida convencionais¹²⁰.

Por outro lado, este autor refere também as identidades sociais que implicam uma dimensão colectiva e estabelecem as formas pelas quais os indivíduos se “assemelham” uns aos outros, resultando em identidades repartidas, decorrentes de um conjunto de objectivos, valores e experiências comuns que podiam constituir uma fonte importante de sentido.

Poder-se-á admitir que o território em estudo foi estruturado sobre marcadores sociais que permitiram o desenvolvimento com uma intervenção mínima de forças reguladoras, administrativas ou de segurança. As necessidades transversais aos indivíduos terão sido providas por a auto regulação, a melhor resposta para organizar o grupo, a criação de infra-estruturas ou gestão de factores de produção, tendo como processo a socialização. Ou seja, um processo através do qual novos membros de uma sociedade (ou comunidade) aprendem o modo de vida da sociedade (ou grupo) em que vivem¹²¹. Este processo terá constituído o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações. Sendo assim a cultura destas comunidades não seria dinâmica mas sim regulada e pouco aberta à inovação, logo bastante conservadora.

Para se compreender um território e o grupo que o ocupou e ocupa será, pois, imprescindível avaliar as componentes económica e social evitando, na fase de patrimonialização, um branqueamento de memória e de identidade. Estas componentes, impulsionadas pelas dinâmicas económicas e sociais decorrentes da alteração de padrões de vida que forneceu novos símbolos e novos valores aos depositários das representações, marcam os aspectos patrimoniais de uma determinada cultura.

D’Oliveira Martins escreve que o “valor da cultura para a sociedade contemporânea assenta numa realidade que favoreça a compreensão das pessoas” e dessa forma subentende-se que o património cultural não poderá ser a cristalização de um passado¹²². Embora seja um recurso herdado do passado, o património não pode resumir-se a uma visão retrospectiva de uma determinada realidade, devendo assumir reflexos de valores, crenças, saberes e tradições que “fazem parte de um movimento incessante que atravessa o tempo”.

¹²⁰ - GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, 4.ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p.9.

¹²¹ - GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, *ob. cit.*, p.27.

¹²² - MARTINS, Guilherme d’Oliveira, *Património como valor humano*, em *100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, *ob. cit.*, pp.337-340.

Por outro lado, o património cultural raramente se encontra dissociado do “saber-fazer” nas comunidades rurais. Pais de Brito defende que é “nos saberes-fazer” que uma sociedade sedimenta os conhecimentos e as práticas, que atestam o modo de vida e as condições de reprodução¹²³. A sua transmissão entre gerações fez-se durante muitos séculos dentro de um imobilismo técnico e material, que facilmente perpetuava a tradição.

Esta temática parece ganhar importância quando no Portugal presente, e no Mundo de uma forma geral, se atravessa uma crise económica que nos recorda a potencialidade das técnicas tradicionais para vencer constrangimentos vários, como não importar materiais ou produtos por falta de recursos para os adquirir.

O mundo rural actual é muito diferente do que precedeu a década de 1970, onde 10% da população, que representam os agricultores de hoje, produzem mais que os mais de 50% que nessa época viviam do sector primário. Esta evolução fez-se com o recurso à modernização tecnológica e biológica das práticas agrícola e pecuária, aparentemente incompatíveis com o rural tradicional face à falta de condições físicas e tecnológicas para a inclusão de novos métodos de produção. O resultado imediato traduz-se no abandono generalizado de grandes áreas de terrenos de cultivo, das infra-estruturas associadas e das técnicas, não só de construção como do saber cultivar em terrenos pobres e muito compartimentados, apenas com recurso à força animal ou humana.

Boaventura Sousa Santos escreveu: “Um dia teremos pateticamente de inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos “atrasados”¹²⁴. Este pensamento vai ao encontro daqueles agricultores que durante décadas contrariaram a erosão do “rural agrícola”, mantendo as técnicas tradicionais sempre com a esperança, porventura quimérica, de que um dia haveria um regresso em massa para o Interior, em busca da sobrevivência impossível na grande cidade que “apenas tem casas e ruas asfaltadas”¹²⁵. Aos olhos deste agricultor, a máquina não sabe fazer o trabalho tão bem como ele: pode cortar uma raiz que faz falta à planta; não revolve a terra como ele com a enxada; não consegue regar com a água “ao

¹²³ - BRITO, Joaquim Pais, Museu, *Memória e Projecto*, em *Portugal Chão*, *ob. cit.*, p.271.

¹²⁴ - Boaventura de Sousa Santos, no *Jornal de Letras Artes e Ideias*, de 11 de Maio de 1994.

¹²⁵ - Com o decorrer do trabalho de campo foi possível auscultar habitantes que sempre insistiram em ficar nas aldeias. Estes continuam a afirmar que um dia os terrenos abandonados hão-de voltar a ser cultivados por indivíduos que, não conseguindo sobreviver na cidade, terão nas aldeias uma forma de produzir o que lhes é necessário. Face à realidade actual, e ao conhecimento Global que o rural de hoje tem, esta parece ser uma forma de legitimarem uma opção que economicamente, quase sempre, se revelou errada, quando confrontados os seus rendimentos com os daqueles que saíram da aldeia.

morto”, evitando a escorrência da magra manta de cultivo... a sua técnica de secar o cardo ou preparar o coalho do cabrito para o queijo, de fazer o fermento para o pão, geram produtos com o mesmo sabor e textura que os seus antepassados experienciaram e lhe transmitiram¹²⁶.

O mundo rural que aqui se estuda e fala não é viável economicamente sob os padrões actuais de produção e tecnologia. No entanto, se, num cenário meramente especulativo, houvesse a necessidade de o reaproveitar ele seria completamente inviável pela perda do saber fazer. Na verdade, este mundo foi construído por homens simples, com técnicas “rudimentares” elaboradas num cenário de autarcia, adaptando os recursos mais próximos do local de edificação. Contudo, a boa conjugação destes factores dependia de um manancial cognitivo, refinado em cada geração, enformado pelo “gesto”. Como foi citado anteriormente, a gestualidade é um repositório imprescindível ao saber fazer. Não basta conseguir carregar um molho de mato às costas, é necessário dar a curvatura ideal ao corpo para que não se desfaça durante o transporte, assim como não conseguirá cavar terra de forma correcta se não souber dar o movimento à alfaia, para tirar “meia escorva” indispensável a que a “manta enleive” bem.

O saber fazer também é cultura e como escreve d’Oliveira Martins não é possível reconhecer a uma comunidade o direito ao património cultural sem o ligar ao seu direito de participar na vida cultural ou seja no conhecimento de como se faz¹²⁷. Daí a necessidade de reconhecer que existe uma responsabilidade individual e colectiva perante o património de que se é depositário. Cada indivíduo tem o direito de participar na construção do património cultural e beneficiar da sua acção mas, simultaneamente, terá a responsabilidade de o conhecer com o objectivo da sua salvaguarda.

Dentro desse pensamento, considerando o património cultural um referencial dos valores de memória e de identidade de um grupo, nação ou raça, importa saber a “versão” dos indivíduos constituintes do território em estudo. Hélder Pacheco defende que “os fundamentos democráticos de uma sociedade assentam na maneira como ela proporciona aos

¹²⁶ - Começa a ouvir-se o termo “Geração Branca” que não tem qualquer conotação étnica ou racista mas que pretende identificar o tempo presente em que as pessoas acorrem às grandes superfícies comerciais em busca dos produtos de linha branca, sem preocupação de saber a sua proveniência. A actual crise económica também contribui para este fenómeno pois as pessoas com reduzidos rendimentos escolhem os produtos economicamente mais acessíveis.

¹²⁷ - MARTINS, Guilherme d’Oliveira, *Património como valor humano, em 100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010, ob. cit., p.337.*

seus habitantes a descoberta e o respeito pela sua própria cultura”¹²⁸, impondo-se então que se deveria envolver directamente a comunidade com este estudo, organizando um trabalho de campo centrado não apenas na história oral, mas também na recolha de testemunhos através da realização de questionários.

O primeiro obstáculo, na impossibilidade de todos auscultar, prendeu-se com a selecção dos actores que deveriam contribuir com o seu testemunho e abordar as questões de memória e identidade e património. Dever-se-ia incluir apenas aqueles que nunca deixaram as aldeias? Seria correcto considerar a totalidade dos actuais residentes, independentemente do tempo de permanência no território? Por outro lado, importava determinar se seria correcto deixar de fora quem tivesse ligações familiares e sentimentais à “terra”, mesmo que tenha nascido e viva fora dela. Nesta miríade de questões, optou-se por recolher os testemunhos de indivíduos que se relacionam, e relacionaram, de forma diferente com o território. Indivíduos que ficaram divididos por três grupos, cada qual com legitimidade para determinar quais as manifestações de memória e de identidade que associam às aldeias e à comunidade.

Foram elaborados questionários que tiveram como missão inquirir diferentes gerações dentro do mesmo grupo, indagando vivências diversas com o território. Procurou-se determinar se as manifestações patrimoniais possuem uma representação coincidente entre eles: se criaram uma mesma simbologia com o património existente; se a interpretação do contexto natural, económico e social tem a mesma apreensão; se a valorização das memórias é coincidente no sentido da sua salvaguarda e ainda, qual o papel do património imaterial na sua lista de prioridades.

Optou-se por elaborar este inquérito recorrendo a um questionário, uma vez que este método evita a interacção entre o investigador e inquirido no momento do seu preenchimento. Procedeu-se a uma abordagem directa em que foi explicada qual a finalidade do documento exploratório e o prazo de devolução. A estratégia adoptada levanta alguns problemas conceptuais que se prendem, essencialmente, com a autonomia dada ao inquirido, que muitas vezes não consegue interpretar as perguntas formuladas¹²⁹. O questionário foi estruturado

¹²⁸ - PACHECO, Hélder, *Portugal, Património Cultural Popular I, o ambiente dos homens, ob. cit.*, p.9.

¹²⁹ - CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da Investigação, Guia para a auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp.119-148. Segundo os autores, para vencer esses constrangimentos devem definir-se rigorosamente, entre outros, os objectivos a alcançar, formular hipóteses e questões orientadoras ou identificar as variáveis relevantes.

procurando obter dados de identificação e informações sobre o inquirido, sendo incluídas algumas perguntas de controlo destinadas a verificar a veracidade das respostas, em diferentes itens do questionário.

Não se revelando o património cultural como um conceito fácil a todos os participantes, procurou evitar-se a ambiguidade das perguntas e determinar qual o grau de conhecimento dos cooperadores sobre a temática abordada, incluindo uma pergunta fechada (se conhece, ou não, o conceito de património cultural) e duas perguntas abertas, uma para fundamentar a resposta anterior e outra ainda para aferir sobre o que significará a expressão “património rural”.

Houve a preocupação de evitar “não respostas” que, aparentemente, é um dos maiores problemas dos inquéritos por questionário. Outra condicionante dos inquéritos por questionário é a sua inacessibilidade a analfabetos. Este problema colocou-se aos indivíduos do grupo que nunca saiu do território, para viver ou trabalhar, devendo ser considerada essa condicionante nos questionários recolhidos.

Procurou saber-se qual a visão e qual a apreensão do território nas variáveis de memória e identidade, a ligação efectiva às actividades da comunidade, descurando, propositadamente para não tornar o documento extenso, aspectos da economia, sociabilidade, natureza e outros aspectos da cultura material e imaterial. A semelhança das perguntas entre os vários questionários, pretendeu-se recolher dados comparativos das representações que assumem dentro do mesmo grupo geracional, ou entre os três grupos em si, os elementos patrimoniais em estudo.

Como lembra Paulo Peixoto, se falarmos com um camponês muito dificilmente se ouvirá a palavra património ou natureza¹³⁰. Muito provavelmente o seu código de ligação aos modos de vida tradicionais faz do património os “bens” e da natureza a “terra”. Quando diz que os bens estão ao abandono significará o mesmo que os discursos científicos designam por património em risco, sendo igual quando se referem a terrenos que ficaram incultos ou a espaços florestais que ficaram cheios de matos: em ambas as situações revelará a sua preocupação com a natureza e a subsistência.

O grupo que permaneceu na aldeia é constituído por indivíduos que ficaram por

¹³⁰ - PEIXOTO, Paulo, *Os meios rurais e a descoberta do património*, p.6, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>, 29/06/2013, 16h 37m.

variados motivos: valorizavam mais o património familiar, enquanto “bem”, ficando arreigados num legado que fundeava na tradição de manter, e se possível ampliar, o que se herdava; representam aqueles que não tendo “terra” se revelavam menos dinâmicos e conformados com a sua vida deixando-se ficar, dando continuidade a uma pobreza que se revelava endémica, atenuada nas últimas décadas com uma melhoria significativa das condições de vida; mas, provavelmente na sua maioria, assenta em famílias em que o patrono saiu, mantendo o agregado na aldeia, sempre na esperança que essa separação fosse temporária. Convém não esquecer que a prática generalizada de enviar os filhos adolescentes a trabalhar para a grande cidade, ao cuidado de um familiar, amigo ou conhecido, enviando parte do salário para a família que restou, resultou na manutenção de muita gente nas aldeias.

Dentro deste grupo existem também gerações que nascem, crescem e morrem como rurais, embora por vezes tivessem contacto com outras formas de produção, essencialmente a silvicultura, que os aliviava da escassez de dinheiro, mas não os afastava da função principal de camponeses.

No segundo grupo os indivíduos nasceram rurais, foram camponeses até à sua adolescência ou juventude, mas viveram urbanos durante a maior parte das suas vidas. Um número significativo perdeu as “raízes” ao território, em concordância com a morte dos que lhe tinham ficado na aldeia. Para este grupo a morte poderá mesmo ser a mais forte ligação ao território na actualidade, numa ligação entre o material e o intangível ambos sustentados por muralhas: por um lado os muros brancos dos cemitérios que guardam os restos mortais dos seus antepassados, revelando-se como repositórios de símbolos afectivos; por outro, os muros negros de xisto, por vezes ocultados pela vegetação, onde repousam vestígios da cultura material, económica e social de algo que foi “sustento” e hoje se revela preocupação¹³¹.

É expectável que este grupo tenha um olhar diferente sobre o território, uma vez que a componente edificada e a organização sociocultural representam um simbolismo da “terra” mais como local de pertença do que como solo produtivo. Quando se deslocam às aldeias de origem usam, normalmente na sua socialização urbana diária, a expressão “vou uns dias à terra” ou “estive uns dias na terra”. No entanto, na verdade, para estes indivíduos terra tanto poderá significar a aldeia onde nasceram, como o local de produção de produtos agrícolas

¹³¹ - Exceptuando a casa de habitação situada no núcleo urbano da aldeia, onde cada vez menos se vem passar períodos prolongados de férias, na verdade, o património rural constitui, na actualidade, um encargo e preocupação desta geração de proprietários que, não raras vezes, opta pelo seu abandono.

herdados dos seus ascendentes.

Será também este o grupo responsável por uma modificação da relação do Homem com o meio rural, podendo mesmo dizer-se que, através da sua nova realidade económica e social, resultante da sua saída, promoveram a urbanização do rural. Gradualmente, como maior incidência a partir da Revolução de 1974, o interesse deste grupo deslocou-se da preocupação em comprar terrenos agrícolas que, após a sua aposentação ou regresso antecipado ao local de origem, garantiriam a sua ocupação e rendimento, para a construção ou recuperação de habitação própria na aldeia. Prova disso é o aumento do parque habitacional que, até à década de 2000, tem registado um contra ciclo com o despovoamento humano do território.

Também foram eles quem, a partir da década de 1960, promoveu uma alteração significativa nos hábitos higiénicos e de conforto das aldeias, quando começaram a “impor” aos familiares a construção de casas de banho, ou angariando receitas nas cidades de residência para implementar redes de água potável ao domicílio ou financiando a construção de tanques colectivos de lavar roupa. Tudo isso decorre em clima de inovação, confrontação e até mesmo rotura com usos e costumes na utilização do solo e dos mananciais hídricos: o grupo que ficou sempre nas aldeias continuava a olhar a água como utilização exclusivamente produtiva, vocacionada para a rega do terreno agrícola ou para a moagem de cereais; por sua vez o grupo que saíra procurava tornar esse “bem” uma fonte de conforto que, quando vinha de férias, permitia ter as condições de higiene próximas das que tinham no seu local de residência.

A relação do grupo que emigrou com o mundo rural é diversa e diferente entre as várias aldeias e comunidades. Se no início continuaram a ajudar o agregado familiar que ficara radicado no território, cavando, semeando e colhendo, gastando sempre todas as suas férias nessas tarefas, gradualmente foram abandonando as práticas agrícolas e transformaram o seu “torrão natal” num espaço de lazer.

Por sua vez, o terceiro grupo inquirido, porventura o de estrutura etária mais jovem, revela-se como aquele que não tem laços de nascimento com o território, sendo a afectividade familiar e de amizade o seu principal vínculo. Provavelmente são quem tem melhor conhecimento sobre o significado de cultura e de património cultural, e aqueles que melhor sentem o território como sustentáculo das suas “raízes”. Actualmente o seu relacionamento

prende-se essencialmente com o materialismo do património, focando-se na vertente essencialmente urbana e de natureza. Em algumas aldeias não existe qualquer interacção social com a comunidade residente, vivendo muitas vezes numa espécie de “marginalização” provocada pela falta de convívio regular que os cada vez menores períodos de férias na aldeia tem vindo a incentivar.

O seu envolvimento com o território raramente extravasa o contexto da aldeia de origem, e quando o faz parte em busca dos cursos de água como praias naturais, ou das montanhas circundantes para caminhadas que ritualizam actividades tidas desde sempre em períodos de férias. Essa vertente imaterial assenta ainda em elementos de significação sentimental, “sacralizando” locais específicos do núcleo urbano, ou próximos, que servem de referencial de conversas tidas, de tardes passadas a nadar no rio ou nas brincadeiras repetidas ano após ano. Esses elementos apresentam-se intemporais, pois a sua importância permanece ao longo da evolução etária chegando à idade adulta, ou mesmo idosa, como referenciais da ligação “à terra”. A afectividade familiar, pelos avós ou outros parentes que se mantiveram na aldeia, assume frequentemente uma posição secundária perante as amizades conquistadas. As actividades pagãs que animam as festividades religiosas, bailes e almoços convívio, reforçam, por sua vez, o regresso regular à aldeia. Não na perspectiva de revivificar os que residem todo o ano, mas na esperança de reencontrar aqueles que vivem nas grandes cidades e que, devido a contingências da vida urbana, não se conseguem encontrar com regularidade nem tempo.

Para este grupo regressar ou permanecer alguns dias na aldeia resulta como uma catarse ao urbanismo, que enforma a sua realidade socioeconómica diária e que muitas vezes não lhe permite ter “raízes” no lugar onde reside ou trabalha.

No entanto, tudo tem vindo a alterar-se com o esvaziamento demográfico do território. As estadias antigas de quatro meses ao longo do ano, que acompanhavam as férias escolares, a festa do padroeiro ou outras celebrações do calendário católico, como o Natal ou a Páscoa, estão reduzidas a poucos dias. A interacção com a comunidade local ou com o meio também têm tendência a dissipar-se pois não existindo jovens com quem conviver, acabam por transportar consigo um manancial tecnológico que os mantém ligados à escala global e à sua vivência urbana, deixando pouco tempo, e interesse, para procurar actividades que radiquem no meio rural onde se encontram.

No entanto, a aldeia continua a ser um referencial de origem, de uma determinada

identidade, procurando readaptar a sua ligação, agora enformada por uma nova realidade de “dita global e virtual”, fazendo dela o seu ponto de referência no Mundo, balizando as suas raízes ao território de origem dos seus ascendentes.

Outro problema que se colocou prendeu-se com a importância da formação escolar dos inquiridos na apreensão do património cultural. Parece certo que, por variadas razões, o nível académico poderá facilitar ou condicionar o processo de patrimonialização, principalmente no âmbito das novas abordagens ao património nas suas vertentes imaterial e de natureza. Fernandes Morais escreveu que a questão da identidade ancora na herança e na memória cultural, e que a ligação das pessoas ao património cultural tem uma relação directa com o nível de formação escolar da população abrangida¹³². Referia-se a uma experiência no Centro Histórico de Évora, onde os habitantes com formação escolar acima da média valorizavam mais o facto de residir em pleno centro histórico, “apresentando uma relação afectiva especial com aquilo que consideravam ser um privilégio”.

Como foi dito, a formação académica dos inquiridos é bastante divergente entre os três grupos, condicionando a recolha de testemunhos da população analfabeta e que determinou a distribuição dos questionários. Este factor atingiu principalmente a comunidade que nunca abandonou a aldeia e a selecção destes participantes teve de centrar-se em pessoas com capacidade de leitura e de escrita, excluindo, à partida, potenciais entrevistados devido à sua iliteracia. Esta condicionante poderá ter tornado a recolha de dados mais injusta, ao excluir um grupo da população que se revela igualmente importante. No entanto, procurou-se a sua inclusão activa neste estudo, integrando-o através de histórias de vida e da recolha da tradição oral recebidas aquando do trabalho de campo.

A geração que emigrou, mais alfabetizada, teve muitos dos seus membros como frequentadores do ensino de adultos que, muitas vezes, concluiu o ensino primário quando prestava serviço militar. O facto de genericamente todos saberem ler e escrever sem dificuldade não obrigou a qualquer selecção prévia de participantes, baseando-se a escolha na deslocação às diferentes aldeias onde as pessoas foram abordadas directamente e a quem foram explicados os objectivos dos questionários, sendo imediata e voluntária a sua aceitação.

¹³² - MORAIS, Luís Fernandes, *Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local*, Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, pp.1-14. <http://web.letras.up.pt/xiici/comunicacoes/168.pdf>, 20/06/2013, 17h 23m.

O último grupo revela-se como o mais capacitado em termos académicos. No entanto, revelou-se o mais relutante em aceitar o repto lançado. Conhecedores de que um estudo na área do património cultural pode ter subentendida uma qualquer intervenção para salvaguarda e valorização, questionaram possíveis objectivos que não constavam no questionário e que se revelavam determinantes para a sua colaboração. À cabeça apresentou-se quase sempre a preocupação de que os dados serviriam para desenvolver projectos que, de alguma forma, dessem novo uso ao território através de movimentos turísticos massificados.

Na verdade, parece existir algum conflito de interesses neste grupo, que defende as manifestações de património e de cultura no território como um “bem” de uso exclusivo. Para esta geração, aparentemente, o território merece protecção de molde a manter “espaço virgem”, fechado à influência de movimentos turísticos que, de certa forma e involuntariamente, se apropriam do património cultural local, tornando-o um produto nem sempre respeitador dos valores de memória e de identidade.

Por vezes, sendo o património representado por demonstrações de pequena escala, afasta o indivíduo que tem ligação de afectividade com o território para segundo plano, sendo o turista ocasional quem desfruta desse recurso patrimonial, ou de lazer, que tradicionalmente não lhe estava destinado¹³³.

Esta aparente conflituosidade parece não acontecer com os outros dois grupos intervenientes: por um lado, os indivíduos do grupo que nunca saiu do território representam o garante do tradicionalismo e da originalidade que o turista procura nestes contextos; por outro, os indivíduos do grupo que saiu ainda é detentora de “saber-fazer” e memória que lhes permite substituir o residente em várias actividades como repositórios do património cultural, material ou imaterial.

¹³³ - Um exemplo prático prende-se com as praias fluviais naturais onde raramente os espaços têm dimensão para comportar muitas pessoas. Quando são frequentadas por muitos turistas estes, de certa forma, “empurram” aqueles que têm ligação afectiva com o meio obrigando-os a procurar outros locais.

2.1. Análise dos resultados dos questionários

Foram elaborados 50 questionários para cada grupo em estudo. Estes foram distribuídos a habitantes de 18 aldeias da freguesia de Vide, todas povoadas permanentemente¹³⁴. Destaca-se nesta atribuição a sede de freguesia, a mais habitada desde sempre na história demográfica do território, com cerca de 20% dos inquiridos. Importará referir que nenhum dos grupos entregou na sua totalidade os inquéritos atribuídos.

Quadro n.º1: Percentagem de questionários devolvidos por grupos

Residentes	Grupo nascido fora da aldeia	Grupo forâneo
84 %	86 %	90 %

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário*¹³⁵

Esta situação revelou-se, de certa forma, uma surpresa pois a falta ocorreu em variadas faixas etárias, abrangendo diferentes aldeias, reflectindo diversos níveis académicos. Embora tenha sido feita uma pressão significativa para a devolução dos respectivos inquéritos, foram sendo dadas variadas justificações ao longo do tempo determinado para o retorno dos questionários, o período de Agosto de 2012 até à Páscoa de 2013.

No entanto, convirá referir que se pretendeu uma participação voluntária e que, embora fossem feitas bastantes tentativas para a devolução dos questionários, procurou-se não “coagir” os participantes a fazê-lo o que poderia originar respostas sem naturalidade.

Não foram previamente definidas quotas de homens ou mulheres para a recolha de concepções, sendo a distribuição feita de forma casual e informal, em deslocações feitas no âmbito do trabalho de campo desenvolvido nas aldeias em apreço, que permitiram o contacto com diferentes grupos etários que se convidaram a participar.

Os elementos masculinos destacam-se na participação a nível dos grupos de residentes e de quem saiu da sua aldeia para fazer vida noutra local em percentagens muito próximas. Por outro lado, o grupo que não nasceu na aldeia apresenta uma inversão de género na participação sendo o elemento feminino mais predisposto a conceder o seu contributo neste trabalho. Não se encontra uma explicação cabal, podendo ser alvitado que os residentes e aqueles que nasceram no território vivam segundo aspectos mais tradicionais em que o

¹³⁴ - Presentemente, na Freguesia de Vide, existem várias aldeias, assim como pequenos núcleos urbanos, sem habitantes permanentes ao longo do ano.

¹³⁵ - As percentagens podem apresentar ligeiras distorções na soma total por arredondamento.

elemento masculino “é o chefe de família”, enquanto o grupo não nascido na aldeia, mais jovem na sua constituição obedece a parâmetros familiares mais emancipados, sendo também mais motivados para participarem no inquérito.

Quadro n.º2: Divisão por sexo dos participantes

Sexo	Residentes	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
Masculino	61,90 %	64,44 %	39,53 %
Feminino	38,10 %	35,55 %	60,46 %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Quanto à estrutura etária dos participantes ela reflecte, de certa forma, a realidade esperada, e conhecida, dos grupos cooperadores. Os residentes apresentam as idades mais elevadas, com cerca de 40% acima dos 70 anos, enquanto que no grupo forâneo apenas 13,33% ultrapassa aquela idade. O grupo de quem nasceu fora da aldeia não apresenta qualquer indivíduo acima desse nível etário. Não se registaram participantes com idade inferior a 20 anos em qualquer dos grupos.

As concentrações mais elevadas de indivíduos por faixa etária revelam em cada grupo os seguintes valores: nos residentes os participantes com mais de 70 anos constituíram 40,47%; o grupo que saiu das aldeias concentrou nas idades entre os 61 e os 70 anos 28,88% dos inquiridos; aqueles que não nasceram na aldeia tiveram um maior número de participantes em idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, ou seja, 32,55% do total.

Quadro n.º3: Repartição dos participantes por faixas etárias

Idade	Residentes	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
<20	-	-	-
21-30	7,14 %	6,66 %	32,55 %
31-40	4,76 %	-	23,25 %
41-50	9,52 %	24,44 %	27,90 %
51-60	19,04 %	26,66 %	11,62 %
61-70	21,42 %	28,88 %	4,65 %
>70	40,47 %	13,33 %	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Por sua vez, verifica-se que no grupo que nunca saiu da aldeia houve menos participantes nas idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos, com 4,76%. Já o grupo dos indivíduos que saíram do território apresenta menos cooperadores na faixa entre os 21 e os 30, com 6,66% e no grupo que nasceu fora da aldeia verificam-se os valores mais baixos entre as idades dos 61 aos 70 anos, com 4,65%.

Ainda no âmbito das faixas etárias, o questionário dedicava uma pergunta ao grupo dos nascidos na aldeia e que imigraram, procurando determinar com que idades partiram de uma forma definitiva do território em estudo para viver noutra local. Destes, 35,55 % saíram da sua aldeia com idades compreendidas entre os 10-15 anos; 33,33 % apresentavam entre 16-20 anos; com idade entre os 21-25 partiram 20 % dos inquiridos; com idade inferior a 10 anos registaram-se 6,66 % e apenas 4,44 % se encontravam entre os 35-40 anos quando rumaram para outros locais.

Percebe-se que a maioria, 35,55%, partiu com menos de 15 anos. Este dado reflecte o sucedido, pode dizer-se tradicionalmente, após a conclusão do ensino primário, em que muitos jovens eram enviados para uma cidade, quase sempre Lisboa, onde procuravam aprender uma profissão, ou ganhar dinheiro para auxiliar o agregado familiar radicado na aldeia.

Seguidamente, a maior sangria demográfica ocorreu nas idades entre os 16 e os 20 anos (33,33%) e na faixa etária dos 21 aos 25 anos (20,00%), ou seja, 53,33% no conjunto. Não sendo estranho a este factor o serviço militar obrigatório que coincidia com uma saída nem sempre voluntária e que muitas vezes abria as “portas” para melhores condições de vida daquelas que tinham na aldeia, contribuindo para que já não regressassem ao território definitivamente.

O nível de escolaridade dos inquiridos mostra uma aparente desproporção entre os três grupos de participantes, sem que se revele uma surpresa pois era expectável que os residentes se revelassem como aqueles que detinham um menor nível de qualificações académicas.

Com menos que a 4.^a Classe verificaram-se 11,90% dos sempre residentes nas aldeias e 4,44% daqueles que saíram. Tradicionalmente, até à década de 1950, as famílias menos abastadas mandavam os filhos para a escola até saberem ler e escrever, encontrando-se alguns habitantes que concluíram o 3.^o ano de escolaridade do ensino básico, assumindo-se esse facto como a aquisição de um nível escolar mínimo necessário. Uma parte significativa dos que

saíram das aldeias concluiu a 4.^a Classe durante o período do serviço militar, ou após essa fase das suas vidas, propondo-se à realização de exames especiais de adultos para ingressar em determinados empregos.

Quadro n.º4: Repartição dos inquiridos por nível de escolaridade

Escolaridade	Residentes	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
<4. ^a Classe	11,90 %	4,44 %	-
4. ^a Classe	52,38 %	35,55%	-
6. ^o Ano	19,04 %	6,66 %	-
9. ^o Ano	11,90 %	11,11 %	9,30 %
Secundário	9,52 %	22,22 %	32,55 %
Superior	-	20,00 %	58,13 %

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário*

Verifica-se que nenhum dos participantes do grupo dos residentes concluiu o ensino superior, e que “apenas” 9,52% completaram o ensino secundário. A maioria detém, como formação académica, a 4.^a Classe (52,38%), seguido daqueles que concluíram o 6.^o Ano, 19,04%. O ensino escolar existiu no território desde o 3.^o quartel do século XIX, embora distante da maioria das aldeias. A partir da década de 1930 é construída uma rede de edifícios escolares, recebendo a sede de freguesia um estabelecimento de ensino integrado no Plano dos Centenários em 1948, complementado por uma rede de escolas, nove escolas primárias, em outras tantas aldeias, nas décadas de 1960 e 70.

Ainda neste grupo revelou-se importante a constituição do Posto de Telescola n.º 38, no início da década de 1970, facto que explica que 19,04% dos residentes tenham como habilitações literárias o 6.^o Ano¹³⁶.

Quanto ao grupo que saiu verifica-se que maioritariamente é constituído por indivíduos que tem como habilitação a 4.^a Classe (35,55%). Porém, dentro deste grupo 22,22% concluiu o ensino secundário e 20,00% um curso superior. Aparentemente uma das vantagens do êxodo rural foi o acesso mais facilitado a estabelecimentos de ensino, que ainda

¹³⁶ - A Telescola revelou-se um importante método de ensino para a população das aldeias da Freguesia de Vide, assim como de outras freguesias limítrofes que frequentaram o Posto de Telescola aí instalado, dando a possibilidade de contacto com uma língua estrangeira, o francês, e outras disciplinas desconhecidas no meio, como a Educação Musical. [http://www.infopedia.pt/\\$telescola;jsessionid=BUz2TCu85Fxp-y0enD9-Q](http://www.infopedia.pt/$telescola;jsessionid=BUz2TCu85Fxp-y0enD9-Q), 18 de Outubro de 2013, 11h46m.

hoje se encontram distantes das aldeias, a cerca de três horas de deslocações em ambos os sentidos. Não deixa de ser significativo que 4,44% dos inquiridos, neste grupo, não tenham como habilitação a 4.^a Classe.

Por último, o grupo nascido fora da aldeia apresenta cerca de 9,30% de indivíduos com a escolaridade mínima de nove anos e mais de 50,00% com, pelo menos, uma licenciatura.

O questionário foi elaborado com a necessidade de também se compreender as relações de casamento no território, pois revelava-se necessário avaliar e comparar o estado civil dos indivíduos que saíram das aldeias com aqueles que nasceram fora delas de forma a se poder compreender os laços afectivos que se mantinham com a freguesia de Vide. Para tal fez-se, ainda, o levantamento da naturalidade dos respectivos cônjuges procurando identificar se predominaram casamentos entre indivíduos com ancestralidade nas aldeias de naturalidade, ou de ligação familiar.

Quadro n.º5: Estado civil dos participantes

Estado civil	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
Casado	80,00 %	53,48 %
Solteiro	11,42 %	32,55 %
Divorciado	2,85 %	11,62 %
Viúvo	5,71 %	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Contabilizaram-se para este item 82,85% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos que saíram das aldeias, e 65,42% dos que não nasceram no território, total dos casados e divorciados de cada conjunto, registando-se uma não resposta em 4,44% dos inquiridos.

De entre os indivíduos que migraram, contraíram matrimónio na Freguesia de Vide 22,22% enquanto a maioria escolheu cônjuges naturais de concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (28,88%) já cerca de 2,22% casaram fora de Portugal. Em relação ao grupo não nascido nas aldeias, 6,97% optaram por não especificar a naturalidade, 11,62% casaram com naturais das aldeias de ligação, 31,14% escolheram cônjuges da Área Metropolitana de Lisboa e 9,28% casaram com naturais de países estrangeiros.

Por outro lado, importou saber o local de nascimento do grupo que, embora tenha

ancestralidade na aldeia, nasceu fora dela. Destes, 86,04 % nasceram em concelhos da Área Metropolitana de Lisboa; 6,97 % são originários do estrangeiro, e os restantes 6,99% nasceram noutras localidades nacionais.

Os dados referidos no parágrafo anterior deixam indicações de que a larga maioria dos que saíram das aldeias, assim como aqueles que mantêm uma relação familiar e afectivas com elas, se concentram na área da Grande Lisboa de uma forma quase “natural”, face à preferência que as populações rurais destas povoações sempre manifestaram por aquela região¹³⁷.

Na verdade, 75,55 %, declararam viver na região de Lisboa, 8,88% noutras localidades portuguesas e igual percentagem em países estrangeiros. Quanto aos participantes que não nasceram na freguesia de Vide, 85,70 % vivem próximo à capital de Portugal, 9,29 % noutras localidades e 4,64 % vivem em países estrangeiros.

Quadro n.º6: Local de residência

Local de residência	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
Área M. de Lisboa	75,55 %	85,70 %
Outras Localidades	8,88 %	9,29 %
Fora de Portugal	8,88 %	4,64 %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Outro dos objectivos do questionário procurava captar o grau de envolvimento dos indivíduos pertencentes ao grupo dos que saíram da freguesia, no sentido de determinar se ajudavam nas tarefas agrícolas, quando voltavam à aldeia de origem. Destes, 68,88 % respondeu afirmativamente, contra 26,66 % que afirmou não o fazer; sendo que 4,44 % esclareceram que raramente o fazia.

Determinar esta participação nas actividades tradicionais das aldeias revelava-se importante para conhecer o interesse deste grupo, não só em manter o saber fazer tradicional como determinar qual o seu envolvimento com a componente produtiva do território. De certa forma, este grupo representa uma geração de ligação simultaneamente herdeira e transmissora dos valores de memória e identidade, que assentam nos vectores produtivo e cultural de uma

¹³⁷ - <http://www.aml.pt/>, 21/03/2014, 17h15. Considerou-se neste estudo como “Grande Lisboa” a Área Metropolitana de Lisboa que é constituída por 18 concelhos em ambas as margens do Rio Tejo.

determinada comunidade.

A forte participação nas actividades locais revela, de certa forma, uma relação estreita, não só com o território como com aquilo que marcou a sua importância económica e social, a produção de produtos e bens. Deste modo, este grupo pode transformar-se num repositório de memórias e de saber fazer, indispensável à manutenção demográfica das aldeias. Por outro lado, uma garantia de que muita da história económica e social, assim como os usos e costumes locais, se poderão prolongar para lá do desaparecimento da comunidade residente, previsível a médio prazo¹³⁸.

Também se afigurava igualmente importante avaliar do envolvimento dos elementos não residentes na vida associativa e cultural da comunidade local, quando permanecem na aldeia.

Os valores apresentados no quadro não podem ser analisados comparativamente, pois, na verdade, a percepção sobre a questão apresentada pode ser diferente entre os dois grupos. Essa divergência pode resultar de uma visão diferente sobre a cultura e o associativismo locais, elaborada a partir da experiência pessoal de cada participante. No entanto, é significativo que a larga maioria considere que participa na vida sociocultural da sua aldeia demonstrando interesse na sua continuidade.

Quadro n.º7: Participação na vida cultural e associativa das aldeias

	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
Participa	68,88 %	74,41 %
Não participa	31,11 %	25,58 %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

No grupo dos não nascidos no território (74,41%) revela que colabora na vida associativa e cultural da povoação onde se encontra ligado. Porém, quando questionados de que maneira o fazia, as actividades referenciadas revelam-se aparentemente menos “substanciais” no tempo e no esforço dispendidos, face às expostas pelo grupo que saiu do território. O facto mais mencionado por este grupo foi a participação numa procissão religiosa carregando um andor, não havendo quem tenha afirmado ajudar no embelezamento das ruas, ou outras actividades mais demoradas na organização dos festejos anuais. Por seu lado, no

¹³⁸ - No próximo capítulo traça-se uma evolução demográfica do território feita a partir dos recenseamentos oficiais da população portuguesa. A afirmação feita ancora na curva descendente da população residente.

total dos 25,58% membros deste grupo que declararam não participar em qualquer actividade terá que ser tido em conta o facto de em algumas aldeias onde os inquéritos foram recolhidos, por vezes devido à sua dimensão, não existir qualquer actividade associativa ou cultural ao longo do ano.

Já a análise aos dados recolhidos no grupo que saiu das aldeias revela que 68,88% participa no associativismo e nas actividades da cultura local. Porém, face aos outros participantes, essa colaboração apresenta-se como uma participação mais “profunda”, sendo frequente serem os elementos deste grupo a manterem as associações em funcionamento regular ao longo do ano. Os mesmos indivíduos garantem também, em algumas aldeias, os festejos tradicionais ao padroeiro assim como a realização de almoços de convívio anuais.

Muitos daqueles que afirmaram não participar, 31,11 %, na verdade, fizeram-no porque têm uma visão de envolvimento na vida associativa e cultural diferente daqueles que não nasceram no território. Parte significativa deles considerará que fazer parte de uma manifestação religiosa não significará necessariamente participar activamente em uma actividade associativa ou cultural da aldeia, revelando-se sim como um acto de fé com uma conotação íntima e emocional.

Por último, no que concerne a questões destinadas especificamente a estes dois grupos, considerou-se importante conhecer a opinião, ou intenção, dos participantes sobre um dia virem a residir permanentemente nas suas aldeias de origem, ou de ligação afectiva. Desta forma poder-se-á compreender se, na actualidade, as aldeias são vistas como o local ideal para um dia viver uma vida tranquila, ou se a sua opção passa por ter uma casa secundária no campo ou na terra dos seus ascendentes.

Os nascidos no território declararam, maioritariamente, não perspectivarem um dia residirem de forma permanente nas aldeias, enquanto cerca de um quarto desses participantes deram uma resposta indefinida ponderando a hipótese, sem no entanto terem uma certeza. Da totalidade dos que saíram das aldeias, um quinto pensa um dia regressar definitivamente ao local de origem para residir todo o ano.

Quem não pretende regressar deu como razões para o não fazer a falta de assistência médica, a escassez de transportes públicos, o isolamento face aos centros urbanos de média dimensão mais próximos, assim como a distância dos seus descendentes, elegendo a proximidade física permanente com eles nos centros urbanos onde vivem actualmente.

Aqueles que responderam afirmativamente ao regresso permanente à aldeia, deram como razão mais forte o terem já construído habitação na localidade de origem a intenção de viverem na sua terra natal, sentindo-se fartos de ruído e de insegurança. Por sua vez, os que responderam de forma ambígua declaram que não conseguem perspectivar um regresso definitivo. Neste grupo, a vontade dita o regresso mas a sensatez, perante algumas condicionantes referidas, apela à ponderação pelo que projectam para o futuro uma decisão definitiva.

Quadro n.º8: Pensa um dia residir permanentemente na aldeia?

	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
Sim	20 %	11,62 %
Não	57,77 %	79,06 %
Talvez	24,44 %	9,30 %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Por seu lado, 79,06% do grupo dos não nascidos na aldeia afirma que nunca viverá em permanência na aldeia de ligação. Maioritariamente não revelaram motivos, embora parte declarasse que, embora gostem de visitar a aldeia, lhes agrada viver numa cidade. O número reduzido de inquiridos que responderam afirmativamente, ou talvez, alegaram, como elementos determinantes da decisão, a qualidade de vida, o contacto com a natureza ou o chamamento das “raízes”.

Não perdendo de vista que os indicadores anunciados se fundam numa amostra de indivíduos ligados por família ao território, poder-se-á, no entanto, dizer que, na verdade, a percentagem daqueles que pretendem voltar a viver permanentemente no território se revela animadora. Provavelmente seria essa a melhor forma de manter povoadas as aldeias, mesmo que o potencial produtivo do território fosse relegado para plano secundário, pois que, quem pondera voltar pensa fazê-lo numa situação de aposentadoria.

Procurando o presente estudo respostas nas vertentes de património cultural revelava-se importante verificar a compreensão que os participantes tinham sobre o conceito de património cultural, assim como o de património rural. As respostas afirmativas sobre o conhecimento do conceito de património cultural destacam-se no grupo dos indivíduos nascidos fora do território que, como se viu mais atrás neste trabalho, é o mais qualificado em termos académicos. Apenas 6,97% declararam que não tinham a noção do seu significado.

Quadro n.º9: Conhecimento do conceito de património cultural

	Residentes	Grupo forâneo	Grupo não nascido na aldeia
Sim	59,52 %	71,11 %	93,02 %
Não	33,33 %	22,22 %	6,97 %
Não respondeu	-	6,66 %	-
Pouco	7,14 %	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Por seu turno, o grupo saído das aldeias foi o único em que se registaram participantes que não responderam a essa pergunta, 6,66%. No entanto 70,11% afirmou conhecer o conceito, enquanto menos de um quarto respondeu que não conhecia.

Quanto à população residente nas aldeias do território em estudo, 59,52% afirmou conhecer o significado de património cultural, enquanto que 7,14% exprimiu que conhecia mal tal conceito.

Foi elaborada uma questão que pretendia a confirmação do conhecimento de conceito de património, sendo solicitado a cada elemento que descrevesse, de forma sintética, o significado de património rural. Foi elaborada uma síntese do que foi respondido em cada um dos grupos, conteúdos retratados nos três quadros que se seguem.

Nesta espécie de cruzamento de conteúdos o grupo dos indivíduos residentes, em que apenas 59,52% dos inquiridos afirmara conhecer o conceito de património cultural, 83,33% dos participantes escreveram sobre elementos que, na sua opinião, tinham o significado de património rural. Aparentemente os indivíduos residentes revelam uma compreensão distinta entre o património rural e o património cultural, assumindo provavelmente este último algo com carácter monumental ou excepcional. No entanto, neste grupo houve descrições que manifestamente não representariam o conhecimento dos participantes, sendo reflexo da ajuda de terceiros, por vezes nitidamente transcritas de pesquisas Web. Por outro lado houve respostas que em nada se enquadravam ao pedido, como um dos exemplos que indicaram a Junta de Freguesia ou o clube desportivo. Optou-se por apenas transcrever aquelas que, no contexto dos questionários preenchidos, se revelaram genuínas e de acordo com o preceituado como património cultural.

Quadro n.º10: Significado de património rural no grupo de indivíduos residente na aldeia

Bens que se herdam e que se deve ter a sabedoria de os cultivar e conservar; O conjunto de objectos, costumes e tradições que nos identificam como povo; É muito importante; Todo o legado comunitário, material e imaterial; Actividades e construções tradicionais; Tem a ver com a preservação das tradições da aldeia; Os lagares de azeite; os moinhos; os fornos; A sabedoria dos antigos que nos foi passada pelas actividades agrícolas; Trabalhar no campo; Tudo o que tem a ver com modos de vida e actividades rurais;

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Paralelamente às menções aos lagares de azeite, aos moinhos ou aos fornos importará referir algumas formulações escritas tais como “bens que se herdam”, fazendo uma associação entre património e herança representando um conceito que se mantém nas comunidades agro-pastoris até ao presente que é considerar património os bens incorporados no seu pecúlio particular. Dois elementos associaram o património rural à sabedoria: por um lado, à sabedoria dos antigos que, na sua opinião, era transmitida pelas práticas tradicionais; por outro, a sabedoria que se deve ter no presente para cultivar e conservar os bens que se herdam.

A resposta “É muito importante” parece revelar que existe uma consciência desperta para a valorização do património rural sem, no entanto, conseguir explicar que elementos integram esse mesmo património.

Uma das respostas considerou o património rural como “Trabalhar no campo”, numa aparente alusão ao tradicionalismo produtivo, característico do território até há algumas décadas atrás. Património rural parece ter aqui uma conotação de produção de bens que afinal, uma vez mais, eram tradicionalmente identificados como património pessoal ou familiar e de enorme importância para o sustento do dia a dia das gentes da freguesia de Vide e da região.

Cruzando os dados obtidos no inquérito com os que foram recolhidos em entrevistas de campo, parece existir uma espécie de esquecimento memorial para determinados vestígios das actividades tradicionais neste pequeno mundo agro pastoril. A título de exemplo pode indicar-se os lagares de vinho com vara que, nunca tendo sido mencionados nas respostas obtidas, exibem vestígios arqueológicos presentes na maioria das aldeias. Por vezes, perante a confrontação feita pelo investigador sobre um determinado elemento dessas construções tradicionais, ao qual não reconhece função no contexto rural, é facilmente accionada nos

intervenientes a reconstituição de um engenho de prensagem de uvas, adquirindo assim alguma importância como componente do património rural.

As vivências diárias das populações rurais levam muitas das vezes à não valorização consciente e imediata de estruturas por elas tradicionalmente utilizadas. A situação relatada parece indicar uma realidade do conhecimento comum dos investigadores que reside na necessidade de associar várias ferramentas de investigação para um despertar da memória das comunidades.

Já no grupo de indivíduos que saíram da aldeia 71,11% responderam dando exemplos da significação de património rural, coincidindo essa percentagem com aquela em que afirmaram conhecer o conceito de património cultural.

Para este grupo, as tradições surgem como o elemento mais citado enquanto representação do património rural, havendo mesmo quem o entenda como a continuação das tradições.

As “raízes” são mencionadas por um elemento que adianta o património rural como aquilo que caracteriza as raízes de um povo. Esta expressão reflecte o que atrás foi dito sobre as ligações de pertença e afectividade a um determinado território, uma certa maneira de alguém identificar a sua “esquina no mundo”.

Também a “memória” foi mencionada enquanto característica do património rural, afirmando que este “É tudo o que faz parte da memória do Homem do campo”. Esta perspectiva do património vem ao encontro daquilo que se preconiza, na actualidade, como valores base do património cultural.

Recolheram-se no grupo que saiu do território respostas mais elaboradas, que definem o património rural como referencial de identidade: o “conjunto de elementos da vida cultural importantes para a formação da identidade colectiva rural”; uma “herança transmitida entre gerações que definem uma identidade”. Os valores de memória e identidade apresentam-se então como agregadores do património rural, também constituído e complementado por múltiplas referências a outros elementos.

Ainda neste grupo foi feito o reconhecimento da “nostalgia” como o património rural. Esta resposta parece ser portadora de uma mensagem de saudade do mundo agrícola tradicional em que já se viveu, podendo simultaneamente ser entendida como um lamento pela sua erosão, e de desânimo pela previsível perda.

Por seu lado 95% dos indivíduos integrados no grupo dos não nascidos na aldeia apresentou o que na sua opinião descreveria o património rural com frases constantes no próximo quadro.

Quadro n.º11: Significado de património rural no grupo de indivíduos que saiu da aldeia

Tradições e gastronomia; Tradições de um povo; Tudo o que se relaciona com o mundo rural desde objectos a tradições e actividades; Tudo o que existe no campo; Conjunto de bens materiais e imateriais que herdamos dos nossos antepassados; Nostalgia; A continuação das tradições; Tudo o que está relacionado com a actividade humana no meio rural; Património edificado ao longo do tempo; Património não monumental relacionado com actividades tradicionais; O que caracteriza as raízes de um povo; Tudo o que existe da vida do meio rural; Tudo o que faz parte da memória do Homem do campo; É o património cultural de uma zona rural; Toda a envolvência do meio rural; É o conjunto de valores ligados ao mundo rural; as construções em xisto e os regadios; As actividades e bens relacionados com a agricultura; Tudo o relacionado com a agricultura; Um moinho é património rural; Bens e estruturas relativas aos campos ou aldeias rurais; Conjunto de elementos da vida cultural importantes para a formação da identidade colectiva rural; Herança transmitida entre gerações que definem uma identidade; Todo o legado geracional construído no espaço de uma aldeia; Construções, regadios e utensílios agrícolas; As tradições, a gastronomia e as construções das aldeias; Conjunto de todos os bens e das tradições rurais relacionadas com a agricultura.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Embora estes participantes fossem portadores de um nível académico superior aos restantes grupos, na verdade as respostas, na sua generalidade, revelaram-se dispersas e generalistas. Podemos encontrar algumas que identificam o património rural como “todos os objectos e formas de arte locais”, “tudo o que diz respeito ao mundo rural”, ou ainda “tudo o que está ligado à agricultura”.

As respostas revelam-se primordialmente focadas em representações materiais do património em contexto rural, sendo a componente imaterial citada de forma autónoma uma única vez, com a afirmação “O conjunto de hábitos, actividades e tradições de uma comunidade agrícola”. Aparentemente todos os grupos participantes olham para o património sem o separar em vertentes material ou imaterial, embora destaquem aspectos do imaterial no contexto territorial em estudo.

Outras das respostas afirma que o património rural será “Um objecto ou local que pelo seu prestígio devem ser conservados” podendo revelar confusão entre património monumental e objecto etnográfico dos quais não se conhece concomitância no território.

Houve participantes que descreveram o património rural como “A identidade de um território rural”, ou ainda como “Conjunto de elementos culturais que formam a identidade de uma comunidade rural”. Para estes indivíduos o património está relacionado com a

identidade, embora não refiram outros factores como sejam os valores da memória.

A tendência de tudo salvaguardar como valores de património também se revelou em respostas como “Tudo o que é transmitido de geração em geração” ou “Tudo o que está ligado à agricultura”.

Quadro n.º12: Significado de património rural no grupo de indivíduos que não nasceu no território

As tradições, os usos e costumes e as construções rurais; Tudo o que envolve a vida em meio rural; É a componente do património cultural relacionada com as aldeias; Todos os objectos que as pessoas usavam para cultivar as terras; Todos os objectos e formas de arte locais; Um objecto ou local que pelo seu prestígio devem ser conservados; reconhecimento de um conjunto de edifícios que fazem parte da identidade de um local; O folclore, a comida, a linguagem, as tradições e as construções em contexto rural; O mesmo que património cultural relativo às áreas rurais; O conjunto de paisagens, gentes, construções que caracterizam a vida fora dos centros urbanos; Características das zonas rurais; O património cultural de uma aldeia; A história de um povo e base do que somos hoje; As práticas e tradições de uma comunidade rural; Conjunto de hábitos, actividades e tradições de uma comunidade agrícola; O património cultural ligado à actividade rural; Um conjunto de realidades de um meio rural; A identidade de um território rural; Estruturas físicas, gastronomia, e actividades características de uma aldeia; Conjunto de elementos culturais que formam a identidade de uma comunidade rural; O património material edificado e a paisagem desde que tenham características diferenciadoras; Tudo o que diz respeito ao mundo rural; Tudo o que é transmitido de geração em geração; Espaço de evasão ao stress com o envolvimento nas actividades locais; Tudo o que está ligado à agricultura; Tudo o que os antigos construíram nas aldeias.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Uma das respostas desenvolve o seu raciocínio declarando o património como “Espaço de evasão ao stress com o envolvimento nas actividades locais”, contemplando na verdade aquilo que se preconiza na actualidade como estratégia de intervenção para a salvaguarda e fruição do património rural, com o envolvimento do turista nas actividades tradicionais.

Por duas vezes surgem referências à paisagem como componentes do património rural, nunca de forma isolada, sublinhando que para que tal aconteça devem ter características diferenciadoras, sem no entanto especificarem quais. Aparentemente o contacto, pode dizer-se íntimo, com o meio natural dos participantes no inquérito não leva a uma especial sensibilidade para essa vertente patrimonial, com significado de memória e de identidade.

Para além da apresentação do conceito do património rural, o questionário pretendia ainda que fossem referidas até 5 realidades actuais da aldeia, que representem o património cultural e rural. Procuravam-se obter respostas sobre aquilo que, segundo os herdeiros naturais do território, ainda poderá ser resgatado no contexto patrimonial nas várias aldeias.

Em nenhum dos grupos se verificou uma participação total neste item: 7,14% dos indivíduos residentes não indicaram nenhuma existência patrimonial, o mesmo aconteceu com 11,11% dos elementos do grupo dos que saíram da aldeia. O grupo que abrangia a geração nascida fora do território revelou-se o mais participativo, com uma abstenção de 6,97%. Possivelmente estas não respostas dos que residem e nasceram nas aldeias reflectirão mais a dificuldade de “verbalizar” o que se revela como património, do que o desconhecimento de elementos que de certo ainda permanecem pelo território.

Quanto aos nascidos fora das aldeias acredita-se que tenham outra sensibilidade e uma maior atenção para elementos e valores que podem representar o património cultural ainda hoje existente no território.

Procurou-se sintetizar em quadros, e por elementos que de alguma forma fizessem parte da mesma categoria de temática, as respostas recolhidas: o património religioso; a arquitectura civil nos núcleos habitacionais das aldeias; as construções de apoio às práticas agrícolas tradicionais; as manifestações de património imaterial ou ainda as menções ao património histórico e arqueológico, como as gravuras rupestres, e património natural, com as suas paisagens ou cursos de água.

Quadro n.º13: Associações com o património na actualidade

Grupo residente na aldeia	%
Manifestações de património referidas	
Festa do padroeiro (9,75%), capela ou igreja (9,75%), arte sacra (4,87%), festividades do Natal (4,87%) festividades da Páscoa (2,43%)	31,67%
Lagar de azeite (2,43%), o forno 2,43%, os moinhos de cereais (9,75%)	14,61%
Casas e ruas antigas (4,87%), fontes (4,87%), pontes (2,43%), a escola (2,43%), o centro de saúde (2,43%)	17,03%
As eiras (2,43%), os regadios tradicionais (4,87%)	7,30%
As cantigas antigas (2,43%), as histórias contadas pelos antigos (4,87%), o artesanato de trapo (2,43%), o almoço convívio anual (4,87%), actividades tradicionais (4,87%), o Carnaval (2,43%)	21,90%
As gravuras rupestres (4,87%), a ribeira (2,43%)	7,30%

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário*

No grupo dos residentes, de todos os itens que referiram, 31,67% realçaram o património religioso, nas suas vertentes materiais e imateriais e, dentro dessa temática, o

património construído e integrado acompanha em nomeações o imaterial de diversas festividades católicas. As festividades ao padroeiro marcam um ponto importante da vida da aldeia como mais à frente se verá noutra parte do questionário. O fim da tradicional visita pascal relega para última posição as menções feitas nesta temática.

O grupo constituído por aspectos das heranças imateriais presentes nas comunidades recebeu 21,90% das referências, embora isoladamente se revelem com alguma importância dentro dos itens mencionados. Destaca-se a valorização da oralidade como manifestação patrimonial, com a escolha das histórias contadas pelos antigos e as cantigas tradicionais da região. Nas escolhas surge ainda o artesanato de trapos, realidade que não se identificou no território durante o trabalho de campo elaborado¹³⁹.

As construções de cariz produtivo e de apoio às actividades tradicionais, embora maioritariamente fora de funcionamento ou utilização receberam 21,91% das referências totais. De todas, destacam-se os moinhos de cereais, 9,75%, provavelmente por serem as infra-estruturas que ainda vão funcionando em algumas aldeias. Os lagares de azeite, as eiras e os fornos revelam-se como os menos citados, embora a recuperação dos fornos de cozer pão seja a salvaguarda de património mais visível pelas aldeias. Os regadios tradicionais, muitos deles ainda em funcionamento, servindo os últimos agricultores que vão resistindo ao abandono dos terrenos de cultura, não foram esquecidos pelos participantes do grupo dos residentes, que os referiram em 4,87%. No entanto, regista menos menções que nos restantes grupos, 8,21% no que saiu das aldeias, 5,60% nos nascidos fora do território. Provavelmente porque os residentes ainda os olham como equipamentos de apoio à produção e não como elementos patrimoniais, pois que, no seu entendimento pode pesar o facto de se tratarem de elementos que ainda não perderam a sua função.

As construções ou equipamentos implantados no centro urbano das aldeias receberam 17,03% de referências. As casas e os fontenários surgem acompanhados pela escola e pela extensão de saúde, embora esta seja uma conquista da década de 1940, e funcione num edifício relativamente recente.

Ainda no grupo dos residentes, 7,30% escolheram também as gravuras rupestres e a ribeira como elementos do património cultural local.

Por sua vez, os indivíduos que saíram do território escolheram maioritariamente como

¹³⁹ - Na verdade nãofoi possível descortinar que tipo de artesanato se fazia com trapos.

manifestações de património local diversos tipos de construções e de manifestações com significado não religioso. Esta situação parece evidenciar uma diferença de relacionamento espiritual com o Divino, em que quem saiu do território depende menos, no seu dia a dia, de uma protecção espiritual, da qual o agricultor necessitava, ao longo de todo ano, para obter boas colheitas. Quem ficou nas aldeias rezava para chover, orava para vir tempo bom, pedia protecção do Sagrado tanto para as colheitas, como para os animais. Por sua vez, aqueles que trabalhavam numa fábrica ou nos serviços raramente precisavam de protecção celestial para que a produção decorresse da melhor forma ao longo do ano. Aquele que ficou a trabalhar a terra rezava para protecção das produções, que garantiriam a sua subsistência, os que partiram faziam-no pedindo protecção para a sua saúde.

Ainda no âmbito do património religioso, aqueles que saíram do território mostram uma certa incongruência nas suas escolhas ao não referirem as festas do padroeiro local. Embora existam participantes de aldeias onde não haja edifícios religiosos, uma deslocação anual obrigatória é para participar nas festas religiosas locais. No entanto, noutro ponto do questionário, avaliado mais à frente no presente estudo, 59,25% deste grupo elegeu a festa anual dedicada ao padroeiro como o acontecimento mais importante que se realiza actualmente na sua aldeia. Este facto poderá querer dizer que, embora considerem a festa religiosa anual um acontecimento importante a nível local, não o consideram, talvez pelo seu carácter espiritual, como elemento do património cultural.

Quadro n.º14: Associações com o património na actualidade

Grupo forâneo	%
Manifestações de património referidas	
Festa do padroeiro (0%), capela (4,10%), festividades do Natal e festividades da Páscoa (2,05%)	6,15
Lagar de azeite, o forno, os moinhos de cereais e o alambique	39,04%
Construções em xisto (11,64%), as fontes (3,42%), ponte românica (1,36%), caminhos antigos (0,68%), lavadouros públicos (3,42%),	20,52
As eiras (1,36%), os regadios tradicionais (8,21%), objectos etnográficos e alfaias (4,79%)	14,36
Bailes, convívios e brincadeiras (1,36%), matança do porco (2,05%), actividades tradicionais (6,84%), usos e costumes (0,68%)	10,93
A Natureza (2,73%), a ribeira (5,74%)	8,47

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário*

Os lagares de azeite, os moinhos e os alambiques receberam no seu conjunto 39,04% das referências. Na verdade, tanto os lagares como os alambiques representam, na significação patrimonial deste grupo, uma importância acrescida. Poderemos considerar que seja decorrente da convivialidade que estes equipamentos proporcionavam em determinadas épocas do ano, quer antes da saída definitiva quer aquando dos regressos sazonais¹⁴⁰.

As construções e equipamentos urbanos receberam 20,52% de indicações, surgindo também a alusão aos caminhos antigos e aos lavadouros de roupa públicos. A importância dos últimos revelava-se pela comodidade de, nos períodos de chuva, em que os cursos de água aumentavam os caudais e transportavam sedimentos, as mulheres poderem lavar a roupa em água límpida.

As manifestações de património imaterial receberam 10,95% de citações, destacando-se a morte do porco, que continua a realizar-se em algumas aldeias, graças às tradições mantidas por algumas associações de melhoramentos.

As escolhas com uma componente ambiental receberam 8,47% de preferências dos participantes deste grupo, focando em geral a Natureza e a ribeira principal que passa no território em foco.

O grupo constituído por indivíduos não nascidos no território apresentou como elementos do património actual da sua aldeia de ligação as manifestações enumeradas no quadro seguinte.

Este grupo elencou em maior percentagem manifestações no âmbito do património imaterial das suas aldeias de ligação, 25,63%. Surgem maioritariamente as actividades tradicionais, referem-se os usos e costumes ou os produtos locais, e consideram a gastronomia local, bem como a qualidade dos produtos empregues, como património. A questão da gastronomia e da qualidade dos produtos produzidos no território revelam-se como dois elementos da potenciação patrimonial e do desenvolvimento local: por um lado, realça a importância do sector produtivo tradicional para a obtenção de produtos de elevada qualidade, por outro, assume a gastronomia como um potencial aliado a essa produção.

As edificações da indústria transformadora local seguem no leque das opções mais citadas por este grupo como elementos do património local, com 24,29%. O lagar de azeite, o forno, o moinho ou o alambique são entendidos, tal como no grupo de quem saiu do território,

¹⁴⁰ - No capítulo destinado às infra-estruturas este tema é mais desenvolvido e fundamentado.

como elementos elegíveis na realidade presente das aldeias. Também os elementos nascidos fora da aldeia valorizam a componente convival desses locais que se revelavam pontos de encontro, em aldeias que nada mais tinham para oferecer como “divertimento” nocturno.

Por sua vez, as construções em xisto, as vias pedestres, os fontanários ou lavadouros receberam 20,48% de referências.

Uma vez mais as paisagens surgem na interpretação dos participantes como elementos do património cultural, no entanto importa referir que a ribeira foi opção de todos os grupos com um valor crescente: 2,43% para os residentes, 5,74% para os que saíram do território, 7,47% para quem não nasceu nas aldeias.

A componente religiosa representou para este grupo 10,28% das manifestações efectuadas, com predominância para o património edificado. Curiosamente, a componente festiva associada ao Natal ou à Páscoa não receberam qualquer menção¹⁴¹. Na verdade, estas duas épocas festivas do calendário católico há muito que perderam a tradição de festejos diferenciados, onde se destacavam a Missa do Galo e a Visita Pascal a todas as casas da freguesia. Será provável que a idade dos participantes deste grupo contribua para uma dissociação sentimental com essas festividades na aldeia.

Quadro n.º15: Associações com o património na actualidade

Grupo que não nasceu no território	%
Manifestações de património referidas	
Festa do padroeiro (4,67%), capela (5,60%), festividades do Natal e festividades da Páscoa (0%)	10,28
Lagar de azeite (6,54%), o forno (8,41%), os moinhos de cereais (6,54%), o alambique (2,80%)	24,29
Construções em xisto (10,21%), as fontes (7,47%), ponte românica e caminhos antigos (2,80%), lavadouros públicos (0%)	20,48
As eiras (0%), os regadios tradicionais (5,60%)	5,60
Bailes (1,06%), matança do porco (2,05%), actividades tradicionais (14,00%), usos e costumes (3,73%), gastronomia e qualidade dos produtos (3,73%), produtos locais (1,06%)	25,63
A paisagem (6,54%), a ribeira (7,47%)	14,01

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário*

¹⁴¹ - Estranha-se em parte esta ocorrência pois houve elementos deste grupo que têm ligações a uma aldeia, Frádigas, onde ainda se mantém a visita pascal em Domingo de Páscoa.

O questionário procurou ainda recolher junto de todos os participantes quais as tradições da sua juventude, apenas características da sua aldeia de ligação, que gostaria de ver recuperadas, pedindo-se para o efeito que indicassem até cinco manifestações. A receptividade a este repto não registou a participação de todos os inquiridos. No que respeita ao grupo constituído pelos residentes, “apenas” 54,76% preencheu na totalidade esta parte do inquérito, assinalando manifestações do património da sua juventude que gostaria de ver resgatadas. Já 66,66% daqueles que saíram do território contribuíram com o máximo de indicações pedidas. Do grupo de indivíduos que não nasceram nas aldeias apenas 25,58% referiu o máximo de tradições, enquanto 23,25% destes elementos não indicou qualquer tradição da sua juventude que gostasse de ver recuperada. Uma vez mais poderá ter pesado nestas percentagens a sua juventude e a sua permanência casual no território em causa.

Para os residentes nas aldeias revela-se como mais importante a salvaguarda de manifestações do património imaterial, em que o religioso e o profano representam 54,74% das preferências dos participantes. As festividades católicas englobam as conhecidas festividades da Páscoa e do Natal, havendo indicação para a salvaguarda de peregrinações a romarias da região. Curiosa é a alusão à recuperação de uma prática religiosa ligada à falta de chuva conhecida como “ladainhas”. Na fronteira do religioso com o pagão surge a vontade de salvaguarda das Fogueiras de S. João, uma tradição muito arreigada às aldeias do território em estudo.

Quadro n.º16: Tradições a recuperar nas aldeias

Grupo residente na aldeia	%
Manifestações referidas	
Festividades da Quaresma e visita Pascal (9,52%), Fogueira de Natal e pelo S. João (7,14%), Ladainhas (2,38%), Ida às romarias da região (2,38%)	21,42
Recuperação da actividade dos lagares de azeite, dos moinhos, dos fornos e dos alambiques,	19,04
Bailes e brincadeiras (23,80%), Festejos de Carnaval e Chorar o Entrudo (7,14%), Cantar as Janeiras (2,38%)	33,32
Reactivar as actividades agrícolas tradicionais (11,90%), Matança do porco (7,14%), o ensino nas escolas da terra (2,38%)	21,42
Repovoar as ribeiras de peixes (2,38%), Os rebanhos (2,38%)	4,76

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Por seu lado, no âmbito do imaterial não religioso referem-se os bailes populares com bastante frequência, mostrando vontade para a sua recuperação enquanto prática associada ao património cultural local. Na verdade, o trabalho de campo desenvolvido confirma que a principal actividade lúdica regular na juventude dos residentes desenrolava-se com bailes semanais ao Domingo, por vezes com competição entre diferentes bairros ou locais da povoação¹⁴², exceptuando determinadas épocas festivas religiosas como a Quaresma. Outra tradição sinalizada, normalmente da “competência” dos mais jovens e das crianças, foi o “cantar da janeiras”, também conhecida como o “pedir as janeiras”. Na actualidade algumas associações de melhoramentos começam a recuperar essa prática para a recolha de fundos monetários¹⁴³.

Outra tradição, há muito caída em desuso, que mereceu 7,14% das menções, relembra a prática de “Chorar o Entrudo”¹⁴⁴. Outra das inquietações demonstradas prende-se com o repovoar as ribeiras com peixes, preocupação ligada a uma actividade tradicional de pesca que entretanto desapareceu. A pesca revelava-se muito importante para as comunidades locais, não só por ser uma actividade de lazer como por complementar a austera dieta dos camponeses, servindo muitas vezes de presente diferenciado para acompanhar algum pedido de ajuda¹⁴⁵.

De certa forma, pode dizer-se que “apenas” 11,90% das escolhas recaíram sobre o

¹⁴² - O senhor Manuel Dias, da aldeia de Baiol, conta que, na sua terra, todos os Domingos havia baile no terreiro do forno que, provavelmente devido ao excesso de álcool ou às picardias na disputa das raparigas, invariavelmente terminava com cenas de pancadaria entre os homens participantes. Quando essas disputas se revelavam em rivalidades entre rapazes de diferentes aldeias, o “ajuste de contas” dava-se, de certa forma por tradição, na Festa anual de S. Pedro, nos fins do mês de Julho, na aldeia de Baloquinhas.

¹⁴³ - Na aldeia de Casal do Rei, desde o início do século XXI, que a associação de melhoramentos local recuperou a tradição do pedir as janeiras. No primeiro dia de cada ano, um grupo de adultos percorre a aldeia cantando à porta de todas as casas habitadas e recolhendo os produtos ou o dinheiro oferecido. Cada participante, voluntário, tem uma função distinta. Ou recolhe o vinho, a aguardente, o milho, o feijão, as batatas e os enchidos ou queijos. No final do dia juntam-se à porta da capela e leiloam entre os presentes os produtos recebidos, terminando a jornada com um jantar colectivo na sede da associação.

¹⁴⁴ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, pp.51-58. Este autor descreve em pormenor a tradição de “Os Compadres e as Comadres do Carnaval” em várias regiões de Portugal, que se assemelhava a uma prática ancestral da freguesia de Vide conhecida como o “Chorar o Entrudo”. Tratava-se de declamar na noite de Entrudo acontecimentos da vida particular de determinados habitantes de uma aldeia, de forma jocosa e frequentemente provocatória. A principal diferença para o que constatou Ernesto Veiga de Oliveira consistia no anonimato dos galhofeiros que se abrigavam na escuridão da noite, mudando repetidamente de sítio para não serem descobertos. Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

¹⁴⁵ - MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico I*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1986, pp.7-27. Este autor apresenta uma descrição muito completa não só dos métodos de pesca das aldeias da freguesia de Vide, como da importância da pesca na economia local.

reactivar das actividades agrícolas tradicionais. Esta relativa preocupação dos residentes poderá ter duas leituras: ou reflecte uma descrença na viabilidade económica do tecido produtivo local, situação que hoje é evidente para quem vive nas aldeias; ou uma recusa das formas tradicionais de vida assentes nos sectores agro-silvo-pastoril, bastante exigentes no esforço dispendido e parco nos recursos disponibilizados. Poder-se-á sempre ponderar sobre o efeito que uma má experiência de vida pode ter na salvaguarda do património rural. Será difícil alguém querer resgatar uma actividade enquanto tradição a salvaguardar, que se recorda como uma fonte de trabalho extenuante.

Por outro lado, a prática do ensino nas escolas da terra como tradição a recuperar, testemunha “nostalgia” que um dos inquiridos identificou como manifestação do património rural.

O grupo de indivíduos que saiu das aldeias manifestou os seus anseios na salvaguarda das tradições da sua juventude, de acordo com o quadro que se segue.

Curiosamente, na componente religiosa existe uma coincidência de valores, seja nas festividades como na promoção da recuperação da tradição de deslocação às romarias. Aparentemente será o resultado de se tratarem de indivíduos que viveram realidades locais comuns, tanto económicas como religiosas e culturais. Pelo menos até à sua saída, compartilharam as mesmas tradições, os mesmos modos de vida, vivendo em conjunto, nessas mesmas festividades, os melhores eventos de lazer e convivialidade.

Quadro n.º17: Tradições a recuperar nas aldeias

Grupo forâneo	%
Manifestações referidas	
Festividades da Quaresma e visita Pascal (9,52%), Fogueira de Natal e pelo S. João (7,14%), Ladainhas (0%), Ida às romarias da região (2,38%)	20,36
Actividade dos lagares de azeite, dos moinhos, dos fornos e dos alambiques,	21,29
Bailes e brincadeiras (17,59%), Futebol, conviver com os amigos pelas adegas (1,84%), Cantar as Janeiras (5,55%)	24,98
Reactivar as actividades agrícolas tradicionais (14,74%), Morte do porco (8,33%), Recuperar a gastronomia local (5,55%)	28,62
Construções em xisto (1,85%), Biblioteca Itinerante da Gulbenkian (0,92%), Barulho da nora (0,92%)	4,76

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Esta situação repete-se noutras áreas patrimoniais com ligeiras variações entre si. As unidades transformadoras de produtos mantêm um peso significativo nas preocupações de salvaguarda, lagares de azeite, moinhos e alambiques, embora o grupo que saiu das aldeias não tenha feito qualquer referência às eiras ou aos regadios tradicionais. Provavelmente porque, por um lado não reconhece utilidade em recuperar um equipamento que há muito perdeu utilidade na comunidade, a eira, e por outro não se considera necessário resgatar infraestruturas que ainda se encontram em funcionamento, no caso dos regadios tradicionais.

No plano do património imaterial revelaram-se também significativas as menções aos bailes e às brincadeiras. Renovou-se a alusão ao “pedir das janeiras”, repetindo-se o que se expôs anteriormente para as manifestações do património religioso, atitude verificada entre os grupos de indivíduos nascidos no território.

A preocupação em reactivar as actividades tradicionais revelou-se mais significativa neste grupo do que no dos residentes, assumindo-se como vontade também a recuperação da gastronomia tradicional local. Por outro lado, surge a referência, com um profundo sentimento cultural, à acção das bibliotecas itinerantes da Fundação Gulbenkian. Efectivamente, durante largas décadas, eram as visitas mensais desses equipamentos que permitiam o acesso da comunidade do território à leitura regular. Embora não possa ser considerada uma “tradição”, muito menos específica destas aldeias, será importante realçar o papel que estas bibliotecas desempenharam no panorama do património rural em Portugal, ao ponto de um dos inquiridos a ter considerado como uma “tradição a salvaguardar”.

A gastronomia local também se revelou como uma tradição que interessa, segundo os indivíduos deste grupo, recuperar. Como foi dito, a salvaguarda do património gastronómico local poderá impulsionar a produção de produtos endógenos no território.

A nostalgia surge uma vez mais associada às tradições que importaria recuperar: um dos participantes, elencou a recuperação do barulho da nora da sua aldeia como uma memória que gostaria de salvaguardar. Esta escolha chama a atenção para uma perda que se pode revelar irreparável no contexto do património rural, o desaparecimento dos sons associados, não só às práticas tradicionais como às infraestruturas¹⁴⁶. Como resgatar o barulho da nora? E a chiadeira da galga do lagar de azeite? O som do movimento “perpétuo” das mós do

¹⁴⁶ - <http://luisantero.bandcamp.com/>, 17/11/2013, 11h23m. Luís Antero dedica-se à recolha de sons de elementos ligados à Natureza ou de actividades humanas na região da Ribeira de Alvoco, nos concelhos de Seia e de Oliveira do Hospital, locais coincidentes com o território aqui retratado.

moinho¹⁴⁷? E os odores da gastronomia local se forem substituídos por outros os ingredientes produzidos localmente?

Na verdade, parece existir uma série de elementos que dificilmente não se perderão com a desactivação das actividades tradicionais e produtivas. Não só os agora mencionados, mas também outros já abordados anteriormente neste capítulo como o “gesto” necessário para reabilitar o saber-fazer.

Importará referir que existem pelas aldeias elementos com potencial de património rural que não foram referidos por nenhum destes grupos, inclusive por quem de perto conviveu com eles. No decorrer do levantamento de campo identificaram-se, em quase todas as aldeias, diversos lagares de vinho com vara de prensagem¹⁴⁸. Provavelmente a maioria dos inquiridos nascidos no território teve um contacto directo com aquele equipamento, mas a chegada às aldeias, na década de 1960, das prensas de vinho mecânicas relegou para o abandono os lagares de vinho. Apesar da sua excepcionalidade, o seu desuso leva inevitavelmente ao esquecimento, o que pode ter ocorrido com muitos outros elementos, infraestruturas ou objectos que só por casualidade se recordam e vivificam¹⁴⁹.

Por último, no próximo quadro apresentam-se as tradições que o grupo de indivíduos nascidos fora das aldeias designou como a salvaguardar. As tradições religiosas revelam-se num patamar de preferências muito semelhante aos outros dois grupos de participantes, 21,41%. No entanto é a recuperação das actividades dos lagares de azeite, dos moinhos, dos fornos e dos alambiques que merece especial atenção, com 29,71% de alusões. As tradições que enformam o património imaterial revelam menções residuais, referindo-se os bailes e brincadeiras 1,88%, contrariamente ao que ocorrera com os outros grupos. Aparentemente trata-se de um reflexo da evolução tecnológica, da melhoria dos transportes que facilitaram o acesso a discotecas e outros locais de diversão na região, e alteraram as formas de lazer e de convívio tradicionais.

¹⁴⁷ - Curiosamente, tal como acontecia com o barulho dos comboios a vapor que pareciam sussurrar “pouca terra, pouca terra”, nas aldeias associa-se o barulho repetitivo das mós do moinho a um monólogo “venha grão, venha grão”.

¹⁴⁸ - Sobre os lagares de vinho consultar o 3.º capítulo deste estudo.

¹⁴⁹ - MARQUES, João Orlindo, *Murmúrios de um tempo... o objecto etnográfico, repositório de memória*, Lisboa, Apenas Livros, 2011, p.23. A bebedeira era uma alfaia que permitia a modelação de arcos de pipos feitos com correias de madeira de castanheiro. Durante a pesquisa de campo para a elaboração do trabalho publicado não foi possível encontrar alguém que identificasse sem dúvidas o objecto. Posteriormente, através da fotografia publicada, surgiram alguns habitantes que tinham saído da aldeia afirmando que também tinham em casa uma alfaia com a mesma finalidade.

Quadro n.º18: Tradições a recuperar nas aldeias

Grupo que não nasceu no território	%
Manifestações referidas	
Festividades da Quaresma, Visita Pascal, Fogueira de Natal e pelo S. João	21,41
Actividade dos lagares de azeite, dos moinhos, dos fornos e dos alambiques,	29,71
Bailes e brincadeiras (1,88%), Carnaval (3,77%), Cantar as Janeiras e Almoço de convívio anual (1,88%), jogos tradicionais (4,66%) Biblioteca Itinerante da Gulbenkian (1,88%)	14,07
Actividades agrícolas tradicionais (13,98%), Matança do porco (9,43%), Gastronomia (3,77%), usos e costumes (1,88%)	29,06
Recuperar as construções em xisto (3,77%), o Ambiente (1,88%)	5,65

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

A reactivação das actividades agrícolas tradicionais, da matança do porco ou a recuperação da gastronomia mereceram aproximadamente cerca de 30% das preferências dos participantes deste grupo.

Foi feita uma referência à biblioteca da Fundação Gulbenkian que poderá parecer descontextualizada pois esse serviço, desactivado na década de 1980, não estava disponível para não residentes. No entanto, haverá que ter em consideração que esta menção pode ancorar na memória daqueles que, passando as férias escolares nas aldeias, que duravam vários meses durante o ano, se recordem da animação que significava a vinda da carrinha. De igual forma, se pode considerar pouco compreensível uma menção ao ambiente, não sendo claro se se pretendeu significar o “ambiente” enquanto agregador da biodiversidade, ou “ambiente” como contexto de convivialidade existente nas comunidades.

A análise dos quadros anteriores mostra que existe uma grande coerência entre os elementos apontados, por todos os grupos, e os revelados como património, bem como o que foi considerado serem as tradições de algumas décadas recuadas.

As edificações de uso comum, não necessariamente comunitárias, destacam-se na percepção que todos os participantes têm do património cultural: os lagares de azeite, os fornos de pão, os moinhos de cereais ou os alambiques. Provavelmente essa “preferência” terá raízes, como já foi dito, nos momentos de convivialidade que as actividades aí desenvolvidas proporcionavam.

Por sua vez, a componente religiosa revela-se muito importante nas tradições mais

valorizadas no território, situação normal considerando a fé católica arreigada dos habitantes das aldeias envolvidas.

A referência às construções de apoio, às actividades agrícolas e de pastorícia saldaram-se pelas eiras e pelos regadios tradicionais. Os socalcos, as palheiras, os currais ou as serventias de acesso não mereceram qualquer menção. Apesar disso, pode dizer-se que o quadro de referências percorrido por todos os grupos reflecte manifestações do património rural em presença no território.

A finalizar o questionário foram colocadas duas questões, a todos os grupos, que pediam a enumeração dos acontecimentos, não necessariamente de índole cultural, mais importantes realizados actualmente nas aldeias, bem como no período da sua juventude. Curiosamente apenas os elementos residentes nas aldeias responderam na totalidade, os indivíduos que saíram da aldeia e os não nascidos no território nem sempre o fizeram.

Não se limitou a resposta a uma única opção, podendo o participante enunciar todos acontecimentos que reconhecesse dignos de relevo.

Para este grupo a festa do padroeiro revela-se como o principal acontecimento ocorrido ao longo do ano. Curiosamente, este grupo não referiu qualquer outra manifestação religiosa, como o Natal ou a Páscoa, provavelmente porque cada vez mais se trocam os locais desses festejos. Hoje torna-se mais fácil a deslocação dos residentes a casa dos familiares nas grandes cidades, evitando que estes tenham que tirar férias ou alterar a sua vida profissional para festejar em família essas datas.

Quadro n.º19: Acontecimentos mais importantes na aldeia

Grupo residente na aldeia	
Eventos enunciados	%
Festa do padroeiro	45,23
Almoço convívio anual	30,95
Morte do porco (7,14%), Pedir as Janeiras (4,76%)	11,90
Feira mensal (2,38%), Não acontece nada (4,76%) Outros ¹⁵⁰ (4,76%)	11,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

¹⁵⁰ - Foram elencados, provavelmente por engano ou desejo de as recuperar, actividades que já não se praticam como por exemplo fabricar azeite.

Dos residentes que participaram no inquérito, 30,95%, indicaram como evento mais importante os almoços convívio realizados anualmente nas aldeias. Esta forte citação revela a importância de realização deste tipo de encontros periódicos. Nas aldeias onde existem associações de melhoramentos, é habitual marcar datas específicas com almoços anuais que reúnem os seus associados e familiares. Enquanto nas décadas de 1960,70 e 80 se realizavam convívios na Região de Lisboa para a angariação de fundos, principalmente na Serra de Monsanto, no presente, fazem-no na aldeia sendo essa a forma encontrada para, em dia diferente da festa do padroeiro, reunirem toda a comunidade imigrada com os já poucos residentes¹⁵¹.

A tradição da morte do porco e a de pedir as janeiras mereceram 11,90% das preferências. Aparentemente trata-se de acontecimentos que há muito não se realizam de forma espontânea, desaparecendo da realidade socioeconómica do dia a dia das aldeias. Na verdade, é o movimento associativo que promove estes eventos, como forma de angariar fundos: a matança do porco para a festa do padroeiro, as janeiras para os melhoramentos na aldeia.

Surge também a indicação da feira mensal realizada na sede de freguesia, muito provavelmente pela componente de convívio que promove com a sua componente gastronómica, traduzida pelo cozinhar de carne de porco em caçoilas de barro. Acorrem pessoas de toda a região, servindo também como ponto de encontro mensal de amigos que não se vêem no restante período¹⁵².

Alguns participantes declararam que, na sua aldeia, não se passa nada de relevo ao longo do ano, o que se compreende, pois que, como foi dito, existem aldeias que pela sua dimensão nunca tiveram capela ou associação, tendo como acontecimento anual mais marcante, há muitos anos atrás, a visita pascal.

¹⁵¹ - Esta alteração faz com que nas aldeias de Frádigas e Barriosa se realize este almoço pelo Carnaval, em Balocas e Gondufo pelos Santos, em Malhada Cilhas por altura das vindimas, em Casal do Rei no fim de semana mais próximo ao dia 19 de Março, dia de S. José Padroeiro local.

¹⁵² - A tradição consta em percorrer os vendedores de carne de porco, que se encontram em talhos ambulantes junto ao local, e que antigamente vendiam em bancas de madeiras, adquirindo a carne que desejam para confeccionar. De igual forma compram na tenda das frutas e legumes outros ingredientes necessários, como cebolas, alhos, pimentos. É ainda adquirido, na tenda das especiarias, o colorau indispensável ao sabor tradicional. Depois dirigem-se a uma tenda onde trabalha uma “figura” típica da feira, a D. Libânia, a quem encarregam de cozinhar os ingredientes e que, além de algumas eventuais gorjetas, faz o seu negócio vendendo o pão e o vinho necessários ao repasto. É essa feirante quem fornece a lenha, empresta as caçoilas de barro para o evento assim como coloca à disposição dos comensais mesas e bancos.

Já no grupo de indivíduos que saiu do território 8,88% não indicou qualquer acontecimento relevante. Na verdade, parte destes elementos convivem com a realidade descrita no parágrafo anterior para determinadas povoações.

As festividades religiosas marcam significativamente as escolhas deste grupo, apresentando a festa do padroeiro uma preferência superior à indicada pelos indivíduos residentes. Esta situação poderá decorrer do facto desses festejos serem na actualidade promovidos essencialmente por quem não reside permanentemente no território, associações de melhoramentos ou os cidadãos individualmente. Na verdade, quem vive nas aldeias tem idade avançada e nem sempre participa na vertente pagã dos festejos, contrariamente aos que saíram do território.

Por outro lado, verifica-se que existem elementos deste grupo que continuam a privilegiar a quadra natalícia na aldeia, mantendo-se em algumas delas a tradição da fogueira de Natal. Para a comunidade em geral, o Natal continua a ser a festa da família, onde se promove sempre que possível a reunião do maior número de pessoas, sendo a casa de família na aldeia o ponto privilegiado para essa “necessidade”.

Quadro n.º20: Acontecimentos mais importantes na aldeia

Grupo forâneo	
Eventos enunciados	%
Festa do padroeiro (59,25%), Festividades de Natal (11,11%), Páscoa (3,70%)	74,06
Almoço convívio anual	24,07
Feira mensal (1,85%),	1,85

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Por sua vez a referência à Páscoa tem essencialmente ligações a indivíduos de uma aldeia que há poucos anos retomou, e tem mantido, a visita pascal. Este revelava-se outro período festivo, marcante na convivialidade nas aldeias em que, contrariamente ao Natal que se destacava por ser uma quadra intimista reservada à família, se promovia a visita a todas as casas da aldeia, independentemente do grau de parentesco ou laços de vizinhança.

O almoço convívio parece afirmar-se como um dos acontecimentos mais importantes de algumas aldeias e, aparentemente, com mais impacto na comunidade residente do que naqueles que saíram do território, em que 24,07% decidiu a sua indicação. Na verdade, os

almoços convívio têm para os residentes um valor acrescido, pois trazem a animação às aldeias em períodos mortos do ano.

Por sua vez, a feira mensal continua a marcar presença na preferência deste grupo como acontecimento importante ao longo do ano no território. Para este grupo, a feira foi, na sua juventude, um local de recreação mensal onde se deslocavam para comprar certas quinilharias com que se divertiam. Comprar uns óculos de sol, uma gaita de beiços, mandar reparar um despertador ou relógio de pulso, ou outros artigos que no presente apenas fazem parte da memória das pessoas.

Quanto ao grupo de indivíduos que não nasceu na aldeia, 13,95% não indicou nenhum acontecimento de relevo que se realize na comunidade de ligação. Este aparente alheamento estará relacionado com o facto de, como foi dito, em algumas aldeias não haver qualquer evento cultural ou religioso ao longo do ano, bem como algum distanciamento provocado pelas vivências em locais afastados do território.

Também a festa do padroeiro marca a principal preferência deste grupo, com 81,16% das referências, lembrando que é nessa data que a aldeia se reveste de uma série de animações de índole pagã, as preferidas pelos mais jovens. Já a referência à Páscoa enraíza, provavelmente, nas razões atrás apontadas, centrando-se numa aldeia específica.

Quadro n.º21: Acontecimentos mais importantes na aldeia

Grupo que não nasceu no território	
Eventos enunciados	%
Festa do padroeiro (81,16%), Páscoa (3,57%)	84,73
Magusto (5,20%), Torneio da malha (3,57%), Feira mensal (6,50%)	15,27

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Verificam-se alusões aos magustos, que em tempos antigos se revelavam um evento tradicional de quase todas as aldeias, e que ainda se mantêm anualmente pelo menos nas aldeias de Balocas e de Gondufo. Por outro lado, a referência ao jogo da malha prende-se com uma realização enquadrada nos festejos religiosos anuais, e não uma prática corrente tradicional de qualquer aldeia.

Ocorre neste grupo um destaque mais acentuado à feira mensal e que provavelmente terá nestas pessoas motivações diferentes dos outros dois grupos. Os elementos

galvanizadores centram-se mais na tipicidade do evento, e na componente gastronómica anteriormente descrita.

Por último, o questionário pretendeu recolher informações sobre os acontecimentos mais marcantes, para cada um dos grupos, que se realizavam na sua juventude. Pretendeu-se desta forma compreender, por um lado, se aconteceram mudanças, e quais, e, por outro, verificar se cada grupo se manteve ligado aos mesmos valores culturais ao longo da sua vida.

Os indivíduos residentes no território declararam preferencialmente festividades religiosas, como acontecera no que concerne à sua perspectiva actual. No entanto, a festa do padroeiro viu diminuída, em 7,14%, a importância que representava aquando da juventude dos inquiridos, em relação à actualidade. Por outro lado, não o tendo feito na questão anterior, referenciou eventos religiosos como a visita pascal e outros acontecimentos religiosos locais ou regionais, onde se destaca as “Ladainhas”. Esta prática religiosa era realizada em períodos de seca prolongada, traduzida numa procissão em que se invocavam vários santos no sentido de conseguir chuva. Esta prática oratória revelava-se a última esperança para a salvaguarda das culturas agrícolas face à ausência de água para rega.

Quadro n.º22: Acontecimentos importantes na juventude

Grupo residente na aldeia	%
Eventos enunciados	%
Festa do padroeiro (38,09%), Visita Pascal (5,55%), Outras festividades religiosas ¹⁵³ (11,90%)	55,54
Os bailes (21,42%), Morte do porco (11,90%), A vinda dos emigrantes (4%)	37,32
As actividades agrícolas tradicionais	7,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

¹⁵³ - Foram mencionadas as romarias da região e as Ladainhas, tradição religiosa que invocava chuva ou afastava pragas que danificavam as culturas agrícolas. Havia dois tipos de celebrações, as ordinárias e as gerais: As ordinárias tinham lugar a 3 de Maio, Dia de Santa Cruz, realizando-se em cada aldeia da freguesia que tinha capela, orava-se dentro do templo e finalizava-se dando três voltas ao redor da capela. Na sede da paróquia, em Vide, estas manifestações de fé eram feitas na Capela do Sr. do Calvário, pois a igreja paroquial só podia ser utilizada para as Ladainhas gerais. As Ladainhas gerais tinham início na igreja matriz, numa cerimónia a que todas as casas da paróquia tinham que enviar um representante, sempre com mais de oito anos de idade. Finalizava com uma procissão sem estandartes onde se iam evocando todos os santos para que chovesse. Fonte oral, o senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide. Quanto às romarias religiosas regionais, tradicionalmente para a população do território em estudo, revelavam-se a Sr.^a da Guia, em Loriga; A Sr.^a da Saúde, em Valezim; Nossa Sr.^a do Desterro, em S. Romão; A Santa Eufémia, em Paranhos da Beira; A Nossa Sr.^a do Montalto, em Arganil e, a mais próxima e mais importante para as aldeias da freguesia de Vide, a Nossa Sr.^a das Preces, na freguesia de Aldeia das Dez.

Foram também identificadas várias realizações de convívio e lazer, em que se destacam os bailes populares, com 21,42% das preferências. A recolha da tradição oral desenvolvida no âmbito do presente estudo permite confirmar esta tendência, sendo possível identificar que, nas décadas de 1940 e 50, em várias aldeias se realizavam bailes ao som de harmónicas ou de um bandolim, um por cada zona da povoação rivalizando entre si no mesmo aglomerado. Na verdade, no período entre o Natal e a Quaresma, com especial intensidade no Carnaval, intensificavam-se os convívios através de bailaricos, antecipando um período de “jejum convivial” que a Quaresma impunha e que a comunidade fazia questão de respeitar¹⁵⁴.

Seguidamente, registou-se uma preferência pela tradicional morte do porco que, em muitas aldeias, se transformava em festa da família mobilizando todos os seus membros nas diferentes tarefas associadas e que, de certa forma, reproduziam uma espécie de ritual¹⁵⁵.

Ainda para este grupo se revelava importante a vinda dos “emigrantes” pois que, na realidade, o regresso de amigos e familiares permitia um período largo de convívio e transformava a estrutura social das aldeias. Mais vida nocturna, refeições diferenciadas, passeios a determinados locais mais distantes, o recebimento de alguns presentes, enfim o matar saudades de longos períodos de ausência, por vezes anual.

Por último, neste grupo de residentes, 7,14% declararam que eram os ciclos das actividades agrícolas, pastoris e silvícolas tradicionais, os acontecimentos mais marcantes das aldeias na sua juventude. Na verdade, a cava, a sacha, as vindimas, a apanha da azeitona, entre muitas outras actividades, traziam com elas uma específica forma de convívio, característica de cada actividade¹⁵⁶.

¹⁵⁴ - MARQUES, João Orlindo, *Esta vida é uma cantiga! Ocasos do viver numa aldeia serrana*, Lisboa, Apenas Livros, 2010, pp.44-48. Este trabalho, centrado no património imaterial de uma das aldeias em estudo, Barriosa, relata a vivência da comunidade durante o período de Carnaval e da Quaresma. Uma realidade convivial muito distinta em cada um deles.

¹⁵⁵ - MARQUES, João Orlindo, *Murmúrios de um tempo... o objecto etnográfico, repositório de memória*, ob. cit., pp.13-16. Por exemplo, na aldeia de Balocas os homens da aldeia juntavam-se em determinados dias do ano, quase sempre os dias 1 e 8 de Dezembro, e matavam todos os porcos nesses dois dias numa tradição que juntava não só a família como os restantes vizinhos.

¹⁵⁶ - Por exemplo, durante as cavas dos terrenos cantava-se ou manobrava-se a enxada a mando de um dos cavadores. As maltas eram constituídas pelos “pontas” e pelos “braçais”, elementos que se posicionavam do exterior para o meio. Quando a “malta” era constituída por um número impar de homens, o elemento do meio, chamado “mango”, mandava entre a hora do “miau”, refeição ligeira dada a meio da manhã, e a hora do “jantar” servido a seguir ao meio-dia. Tradicionalmente estava convencionado que eram os homens das pontas quem mandava alternadamente enquanto cortavam “monte” (eito), exceptuando o período descrito, quando o número de cavadores não era par. Os homens das pontas só podiam ficar sozinhos no corte ao final do dia de trabalho dando, em conjunto, as cavadelas finais e posteriormente selando com um aperto de mão um dia de trabalho sem

No entanto, a referência às actividades tradicionais marcará também uma certa saudade do mundo rural produtivo, que mantinha os campos cheios de vida e as aldeias repletas de gente.

Por sua vez, 6,66% dos participantes do grupo de indivíduos que saiu do território não indicou qualquer acontecimento de relevância que ocorresse na sua juventude, na aldeia ou no território. Regista-se neste grupo uma dispersão de preferências, assinalando vários eventos ou ocorrências como acontecimentos importantes ligados às aldeias, na sua mocidade.

Uma larga maioria assinalou eventos de cariz religioso, onde a celebração da festa anual em honra do padroeiro se revela a mais importante, com 34,21% das menções. Por sua vez, os períodos de Natal e da Páscoa revelam-se igualmente importantes para este grupo, recebendo maior preferência do que aconteceu com os outros grupos participantes. De certa forma são compreensíveis estas preferências pois tratava-se de duas quadras festivas que proporcionavam a vinda dos que saíram à aldeia de origem onde confraternizavam com familiares e amigos. Simultaneamente, enquanto se manteve a componente produtiva do território, estes elementos conjugavam as celebrações com a ajuda nas tarefas agrícolas da época, apanhavam azeitona pelo Natal e ajudavam às sementeiras pela Páscoa.

Quadro n.º23: Acontecimentos importantes na juventude

Grupo forâneo	%
Eventos enunciados	
Festa do padroeiro (34,21%), Festividades de Natal e Páscoa (26,31%)	60,52
Actividades agrícolas tradicionais (13,15%) Morte do porco (9,21%)	22,36
Almoço convívio anual (1,31%), Bailes (7,89%), Feira mensal (3,49%)	12,69
Biblioteca Itinerante da Gulbenkian (1,31%), Futebol (1,31%)	2,62
Na juventude apenas havia trabalho e fome	1,31

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

As actividades agrícolas tradicionais e a morte do porco revelam-se práticas mais importantes para os elementos do grupo que saiu, do que para os restantes participantes.

problemas. Quando o agricultor contratava cavadores com direito a comida – o jornaleiro ajudava a “seco”, quando só tinha direito a vinho, ou “a comer”, quando era alimentado todo o dia pelo contratante – servia várias refeições ao longo de dia: Antes de iniciar a cava à sua porta, que servia como reunião dos cavadores, servia a “dejua”; pelas 9 horas era dado o almoço; perto das 11 horas o “miau”; a partir das 13 horas serviam o jantar; Entre as 17 e as 18 horas davam a merenda e à noite concluíam com a ceia.

Provavelmente o facto de terem, na sua maioria, saído das aldeias “empurrados” pelas conjunturas socioeconómicas coevas, e raramente por opção própria, fará com que valorizem mais estes aspectos da economia e da tradição local que, de certa forma, os ajudava a revivificar das mazelas na sua vida urbana. Participar nas actividades produtivas auxiliava a mitigar as saudades e mantinha viva a esperança de que um dia voltariam para continuar a tarefa dos seus ascendentes, na manutenção do património familiar. Este grupo detém, na verdade, a mais valia do saber-fazer associado aos seus locais de origem e que a desertificação demográfica do território, na actualidade, fundamentada na morte dos mais idosos, tem erodido de forma galopante.

Por outro, lado a morte do porco permitia que parte do fumeiro fosse transportada para o seu local de residência, mantendo um contacto íntimo com produtos da gastronomia local que ajudavam a amenizar as saudades dessa distância física.

A feira mensal, assim como os bailes populares, marcam também as preferências destes elementos, que elegem ainda os almoços convívio anuais. Verificaram-se ainda alusões ao futebol e, uma vez mais, à biblioteca itinerante da Fundação Gulbenkian.

Um dos participantes afirmou que, na sua juventude, e na sua aldeia, apenas havia trabalho e fome. De certa maneira, este “brado” recorda as muitas dificuldades que se viveram no território, que serviram como impulso à saída para locais distantes. Muita gente em pouco território, poucos recursos e muitas necessidades, caracterizavam um quadro socioeconómico assente na escassez de alimentos e bens de primeira necessidade, em que a roupa, o calçado e a habitação não existiam ou eram de fraca qualidade.

De certa forma, poderá ser dito que a fé católica marcou, de maneira mais acentuada, este grupo que muito provavelmente se valia de preces ao seu padroeiro, quando a angústia da partida se fazia sentir.

Quanto a quem nasceu fora da Freguesia de Vide verificou-se que 27,90% não deram qualquer indicação. Convirá recordar, uma vez mais, que havia algumas aldeias em que a única festa digna do nome seria a visita pascal.

Também para este grupo, os festejos anuais em honra do padroeiro se revelam como o acontecimento realizado nas aldeias mais importante da sua juventude. Seguidamente, elencaram a celebração da Páscoa, evidenciando que a componente religiosa das aldeias se sobrepõem a qualquer outro acontecimento.

Quadro n.º24: Acontecimentos importantes na juventude

Grupo que não nasceu no território	%
Eventos enunciados	
Festa do padroeiro	57,82
Celebração da Páscoa	14,28
Sem indicação	27,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos através de questionário

Aparentemente quem não nasceu no território parece desconhecer outros eventos que não estejam associados à componente religiosa. Provavelmente, a fraca participação destes indivíduos nas actividades produtivas das aldeias, “descapitalizou” a sua capacidade de identificar variados elementos da vida sociocultural do território. No entanto, convirá recordar que os valores apurados em questionário confrontam uma preferência pelas celebrações religiosas de 72,10% na juventude destas pessoas, com 84,73% das suas escolhas na actualidade.

Mesmo a elevada taxa de não respostas a este item transmite a ideia de que a sua interacção com o território se baseava numa vertente lúdica, em que as festividades cíclicas de índole religiosa constituíam o elo decisivo e determinante com as aldeias.

A invocação às memórias que algumas perguntas reclamavam permite traçar um caminho e uma matriz patrimonial caracterizadores das diferentes aldeias, trabalho que se revela imprescindível quando se pretende investigar património cultural. Mais à frente pode juntar-se a recolha de campo efectuada com outros “actores”, estes residentes, numa tentativa de complementar uma investigação que se pretende o mais representativa possível.

Ficou visível para o investigador que um questionário com perguntas abertas, embora se possa revelar mais complexo e trabalhoso no tratamento de dados, proporciona uma maior liberdade de explanação de ideias ao participante. Se fosse constituído por questões fechadas poder-se-ia, muitas vezes, induzir a orientação de resposta a quem é convidado a responder.

Estes documentos permitiram, independentemente dos grupos etários ou dos níveis académicos dos participantes, conhecer melhor as percepções do património cultural de quem está ligado ao território de forma intimista, sabendo previamente onde nasceram, onde vivem, de onde são os cônjuges, que projectos pessoais têm na sua relação com as aldeias de ligação.

A resposta peremptória daqueles que nascidos no território pretendem regressar permanentemente às aldeias (20%), apresenta-se provavelmente como um dos dados mais surpreendentes face à aparente reduzida percentagem. Quase três em cada cinco afirma que não o pretende fazer e pouco mais de dois responde com um evasivo talvez. As razões apontadas para este padrão de respostas são várias: a falta de assistência médica; a ausência de transportes públicos para os meios urbanos mais próximos onde se situam os serviços; a insuficiência de comércio de proximidade ou mesmo a escassez demográfica em algumas aldeias.

Desta forma, afigura-se como improvável um revigoramento humano, e consequentemente socioeconómico e cultural, das aldeias envelhecidas e esvaídas de gente, através do regresso daqueles que partiram e, de quem sempre se “disse”, que um dia voltariam. Este facto revela-se também como preocupante para possíveis projectos de salvaguarda patrimonial, pois que, estas pessoas, revelam-se detentores de um saber-fazer tradicional partilhado com o grupo de residentes, mas praticamente desconhecido daqueles que não nasceram no território.

Outro elemento que o inquérito forneceu é a escolha maioritária da Área Metropolitana de Lisboa como local de residência e de trabalho de três quartos da população que abandonou o território. No capítulo seguinte explica-se e compreende-se esta dinâmica migratória que têm na sua génese a protecção informal de familiares e amigos que, uma vez saídos para Lisboa, condicionavam as escolhas na hora de abandonar a aldeia. O cruzamento de dados com o trabalho de campo confirma ainda a tendência registada de elementos emigrados de Portugal: 8,88% no grupo que saiu, e 4,64% daqueles que não nasceram nas aldeias. Estes valores são, no entanto, enganadores quanto ao número efectivo de pessoas oriundas do território em estudo que, nas décadas de 1960 e 70, deixaram o país, pois uma parte substancial regressou às aldeias de origem passados alguns anos, os suficientes para comprar ou recuperar uma habitação própria. Ainda neste contexto importa lembrar os emigrantes sul-americanos que, uma vez saídos, nunca mais voltaram à sua aldeia de origem ou o fazem com espaços temporais de décadas¹⁵⁷.

¹⁵⁷ - Na verdade, os emigrantes saídos para o Brasil e para a Argentina, principalmente nas décadas de 1950 e 60, cortaram os laços regulares com as aldeias de origem. No topo das causas estará as dificuldades económicas dos países de acolhimento, que raramente possibilitavam um regresso de férias ou mesmo o regresso definitivo. No próximo capítulo voltar-se-á ao assunto.

Por outro lado, importa realçar o facto de a maioria dos elementos participantes do questionário terem afirmado que participavam nas iniciativas culturais e associativas do território. Esta tomada de posição garante uma ligação estreita às aldeias e possibilita, de certa forma, uma manutenção de determinadas práticas tradicionais das comunidades. Este envolvimento representará ainda uma preocupação de grupo na salvaguarda de uma identidade que garante o seu interesse colectivo pela aldeia de origem, promovendo o seu regresso regular.

Quanto ao conhecimento do conceito de património cultural parece existir uma consonância entre esta apreensão e as habilitações académicas dos participantes. No entanto, esta observação poderá não ser correcta, pois aquilo que um residente considera uma alfaia agrícola, que o auxilia nas tarefas do seu dia a dia, para os outros dois grupos poderá representar um objecto patrimonial englobado em práticas que significam para eles o património cultural. Confrontados com o pedido de uma breve delineação sobre o que significará o património rural apuraram-se uma série de expressões avulsas e raramente consistentes. Isto poderá alertar o investigador para a dificuldade que se poderá encontrar no trabalho de campo, quando se pretende aferir junto da comunidade quais os elementos constitutivos da sua memória e identidade.

Na parte do questionário em que se solicitava aos participantes a sua perspectiva concreta sobre as manifestações de património cultural existentes no presente, em cada aldeia, revelou diferentes perspectivas entre grupos como seria de esperar. Porém, à luz da museologia actual, todos os elementos declarados com valor patrimonial podem ser adoptados como elegíveis. No entanto, muitos factores ficaram sem indicação por qualquer dos elementos, sendo mais evidente o total esquecimento dos mosaicos de xisto, proporcionados pelos socalcos modeladores de parte significativa da paisagem. Este olvidar parece acompanhar o gradual, mas galopante, abandono da componente produtiva dos territórios de muito baixa densidade, relegando para plano secundário todo um património material e imaterial, onde a componente do saber-fazer se impõe sobre os restantes valores associados, sejam eles de memória ou de identidade.

Esta tendência manteve-se na parte do questionário que pretendeu recolher os anseios dos participantes face à possibilidade de recuperação de elementos do património cultural local, traduzidos por tradições da sua juventude a retomar para o tempo presente. Na verdade,

13,54% foi a média das escolhas de reactivação das actividades agrícolas tradicionais, enquanto práticas produtivas do potencial da área cultivável, no conjunto dos três grupos. Como foi dito mais atrás, parece haver um reconhecimento, para alguns o conformismo, de que o rural de baixa densidade e de propriedade micro repartida, característico destas aldeias, não têm viabilidade, nem merece a atenção que justifique uma salvaguarda patrimonial.

A ideia forte deste inquérito revela que a componente religiosa marcou no passado, tal como continua a marcar no presente, a vida dos habitantes e de todos aqueles que de alguma forma se encontram ligados às aldeias, pela sua ascendência ou nascimento.

Seguidamente, procura-se traçar uma cronologia desta vivência de fé que explica em muito a matriz “genética” do território. Os embaraços que se adivinham, a cada passo dado pela região, decorrentes das dificuldades em modelar o meio físico para a produção de bens de consumo, foram minoradas pela presença de uma fé católica que transmitia o valor do sofrimento como elemento purificador da alma. A imagem do padecimento de Jesus Cristo na cruz ajudava a aliviar as dificuldades sentidas pelo trabalho árduo, pela falta de recursos económicos e pelas privações de variada ordem. Dificuldades essas que acompanharam gerações sucessivas, que transformaram permanentemente o território em local de manutenção contínua das comunidades humanas.

Por outro lado, era também na religião que o camponês destas aldeias, à imagem de outras que compunham o interior rural de Portugal, garantia um tempo de descanso e de lazer que a luta diária pela sobrevivência nem sempre permitia. Os dias santos de guarda, entretanto relegados para os domingos ou apenas esquecidos, multiplicavam-se ao longo do ano e possibilitavam o descanso do corpo e o alívio para o retemperar de forças, tal como determinados dias festivos, momentos de convívio e divertimento.

A comprovar aquilo que se comentou nos parágrafos anteriores aludem-se os resultados das duas últimas perguntas deste trabalho exploratório através de questionários. A festa anual em honra do padroeiro destaca-se para todos os participantes como o acontecimento mais importante das aldeias, tanto hoje como o era na juventude daqueles que pertenciam ao seu universo social e económico. A religião católica surge então como traço principal da identidade do território, e o santo local como agregador do revivificar cíclico de tradições e repositório de memórias das comunidades.

Os próximos dois capítulos pretendem, ao longo das suas páginas, complementar os

resultados dos questionários até aqui analisados. Para a sua elaboração serviu, como elemento comprovativo, a recolha de histórias orais junto da esfera das aldeias. Foram então ouvidos elementos das comunidades, assinalados pela sua pretensa capacidade de narrar com exactidão aspectos das manifestações do património cultural, material e imaterial, de cada uma das povoações.

Junto de um ou de vários habitantes, em cada uma das aldeias, lançaram-se temas da mais variada índole que pretendeu reunir um vasto leque de elementos que fizeram, ou fazem, parte da realidade geográfica, histórica, social, económica e cultural do território em estudo.

3. Contextualização geográfica, demográfica, económica, social e institucional

3.1 – Enquadramento geográfico

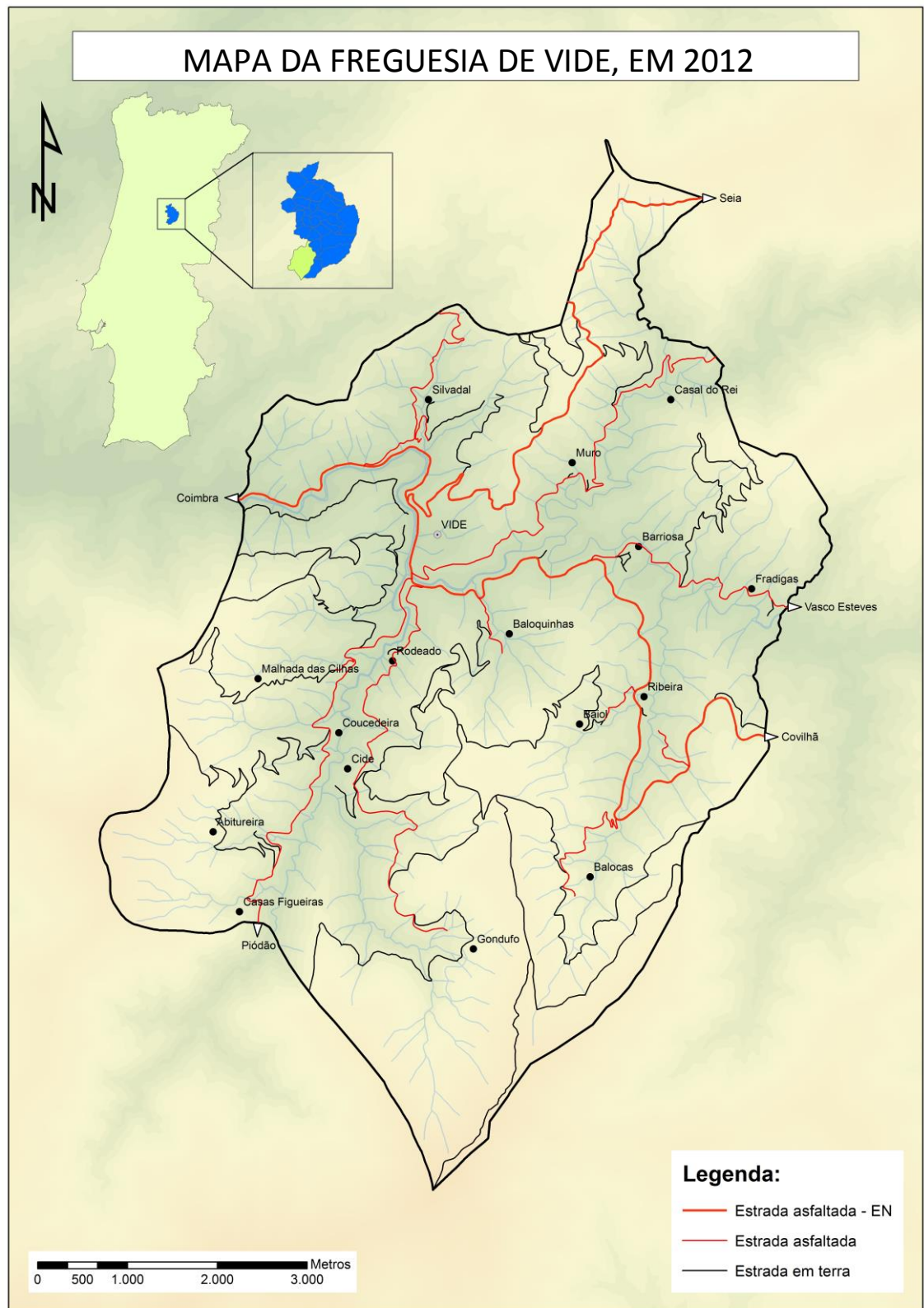
A freguesia de Vide pertence ao concelho de Seia, no distrito da Guarda. A sua implantação no terreno desenvolve-se na encosta da Serra da Estrela, a Sudoeste, prolongando-se a Sul e a Oeste pela Serra do Açor em altitudes compreendidas entre os 275 metros, no limite da freguesia de Alvoco das Várzeas, do concelho de Oliveira do Hospital, e os 1344 metros no denominado Cabeço do Gondufo, em plena Serra do Açor, junto à nascente do rio Ceira. Neste local ocorre a divisão oficial de três distritos, da Guarda, de Coimbra e de Castelo Branco, assim como de outros tantos concelhos, de Seia, da Covilhã e de Arganil. Daqui é possível avistar, em dias claros, cinco cidades circundantes: Fundão, Seia, Oliveira do Hospital, Nelas e Mangualde. Curiosamente, as águas pluviais deste local escorrem para as bacias hidrográficas dos dois maiores rios totalmente portugueses: a Este para o rio Zêzere e a Oeste para o rio Mondego.

Importa referir que a unidade administrativa que procuramos estudar, a freguesia de Vide, tem de ser conhecida no enquadramento de várias freguesias circundantes que, principalmente as do concelho de Seia, formam a malha geográfica, humana e administrativa da Bacia Hidrográfica da Ribeira do Alvoco.

Esta região apresenta uma geografia diversa, desde vales abertos de influência glacial a que sucedem vales cavados, quer em granito quer em xisto, que permitiu uma ocupação humana com múltiplas actividades, interligadas por uma cadeia de relações económicas, sociais e religiosas que promoveram, em certa medida, uma homogeneização mais acentuada do que as peculiaridades características das diversas freguesias.

Parte da área de implantação da freguesia de Vide ocorre na zona de intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela desde a sua criação, em 1976, comportando alguns reajustamentos até ao presente. No entanto, as elevações registadas nesta parte do território, não excedem os 1000 metros de altitude, no Alto das Abelheiras¹⁵⁸.

¹⁵⁸ - Consultar o anexo I onde se reproduz o mapa da Freguesia de Vide.



Trata-se de uma freguesia com uma extensão significativa relativamente à área total do concelho de Seia (436 km²), abrangendo uma superfície de cerca de 52 km², ou seja, aproximadamente 12% de todo o território concelhio¹⁵⁹. Tem fronteiras administrativas com dez freguesias de três concelhos e dois distritos: Teixeira, Loriga, Cabeça, e Sazes da Beira, do concelho de Seia (distrito da Guarda); São Gião, Alvôco das Várzeas, Aldeia das Dez, do concelho de Oliveira do Hospital (distrito de Coimbra); Pomares e Piódão, do concelho de Arganil (distrito de Coimbra); e, por último, Sobral de São Miguel, do concelho da Covilhã (distrito de Castelo Branco).

O povoamento desenvolveu-se em patamares, ao longo da montanha, aproveitando os melhores caminhos pedonais e em torno dos principais recursos hídricos da região que confluem para o rio Alva, afluente do rio Mondego. O principal curso de água desta região, a Ribeira do Alvoco, forma-se no planalto da Torre, um centro de dispersão hídrica por excelência¹⁶⁰. Considerando o seu início no ponto mais distante da sua foz poder-se-á dizer que a ribeira nasce a cerca de 1980 metros de altitude juntando-se na parte inicial às águas do Covão d'Alva aos 1500 metros¹⁶¹. Corre no sentido de Sudoeste terminando o seu percurso no Rio Alva, na localidade de Ponte das Três Entradas, no concelho de Oliveira do Hospital, após percorrer cerca de 25 km¹⁶².

O seu principal afluente, a ribeira de Loriga, entronca no seu leito já em plena freguesia de Vide, no sítio denominado “Entre Águas”. Resulta este curso de água da junção da ribeira de S. Bento e da ribeira da Nave. A primeira inicia a sua bacia de recepção próximo ao Alto de S. Bento, a 1516 metros de altitude, enquanto que a ribeira da Nave corre num vale glaciário apresentando o seu percurso primitivo um acentuado declive entrecortado por quatro

¹⁵⁹ - Os censos de 2011 mostram que a freguesia de Vide, embora detenha 12% do território, apenas alcança 2,36 % da população concelhia. Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

¹⁶⁰ - Muito próximo da nascente da Ribeira de Alvoco ocorre também a nascente do Rio Zêzere.

¹⁶¹ - *Rotas e Percursos da Serra da Estrela – Planalto Superior*, Edição CISE – Município de Seia, Seia, 2012. Informação recolhida no mapa destacável desta obra.

¹⁶² - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Os Vales de Loriga e de Alvoco na Serra da Estrela, Estudo de Geografia Humana, Finisterra*, Vol. I, N.º2, 1966. Em 1966, Carminda Cavaco e Isabel Marques publicaram na revista citada um estudo pormenorizado sobre a geografia humana do vale da ribeira de Alvôco com especial enfoque nas freguesias de Loriga, de Alvôco da Serra e de Vide.

covões: Covão Boeiro; Covão do Meio; Covão da Nave e o Covão da Areia¹⁶³. O curso de água mais distante da foz tem também a sua origem junto à Torre, a cerca de 1900 metros de altitude, conhecido como Ribeiro do Covão do Quelhas.

Tanto a Ribeira do Alvoco como a de Loriga têm o seu início assente em duas das línguas do glaciário da Estrela. A de Loriga registava uma extensão de 6,7 km descendo até aos 800 metros de altitude, a de Alvoco, exposta a uma maior insolação e com uma bacia de recepção de neve mais pequena, não descia abaixo dos 1290 metros¹⁶⁴.

O granito assume-se como a rocha predominante nos começos dos cursos de água descritos, tanto na parte de Loriga como de Alvôco da Serra, no entanto, quando se alcançam no limite de Vide, já correm em vales acentuados cavados em xisto.

A ribeira de Alvoco, no que respeita ao território do concelho de Seia, recebe 76 cursos de água com extensões compreendidas entre 1 e 10 km¹⁶⁵. Desses afluentes, 20 ocorrem na freguesia de Vide, destacando-se dois deles devido às suas águas que se matêm permanentes ao longo do ano: o mais pequeno é conhecido como a ribeira de Balocas; o outro curso hídrico é a ribeira do Piódão que tem a sua foz dentro da aldeia de Vide¹⁶⁶. Este último tem a nascente na Serra do Açor, a montante da conhecida Aldeia Histórica do Piódão, de quem terá recebido o nome.

As restantes linhas de água situadas na freguesia podem considerar-se secundárias, devido ao seu cariz sazonal decorrente do seu aproveitamento para regadios dos terrenos envolventes, sendo a de maior caudal, e extensão, a Ribeira do Gondufo com origem, também, na Serra do Açor¹⁶⁷.

Os recursos piscícolas têm desaparecido nas últimas décadas por motivos que não é

¹⁶³ - O percurso da ribeira da Nave é conhecido como a “Garganta de Loriga”. Existe no seu caminho um trilho pedestre, muito procurado pelos amantes de turismo de natureza, que liga a Torre à vila de Loriga. Na década de 1950, no Covão do Meio, foi construída uma barragem, complementada por um túnel, que permite o encaminhamento das águas deste lado da serra para a barragem da Lagoa Comprida, achando-se por esse motivo integrada no Aproveitamento Hidroelétrico da Serra da Estrela.

¹⁶⁴ - *Rotas e Percursos da Serra da Estrela – Planalto Superior*, ob. cit., p.46.

¹⁶⁵ - MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico I*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1986, pp.8-23. Este autor publica uma relação elaborada pela Direcção Hidráulica do Mondego, relativa ao Cantão n.º 29, identificando cada um dos 76 cursos de água que compõem a bacia hidrográfica da Ribeira de Alvoco na área administrativa do Distrito da Guarda.

¹⁶⁶ - Em muitos documentos dos séculos XV a XIX, a aldeia de Vide era designada como “Vide da Foz do Piódão” ou, também, Vide do Monte.

¹⁶⁷ - Para melhor conhecimento dos cursos de água consultar o anexo II. Os recursos hídricos provenientes das proximidades do Cabeço do Gondufo, serra do Açor, são significativos: ribeira de Balocas; ribeira do Gondufo; ribeira da Teixeira; ribeira do Sobral de S. Miguel; ribeira do Chãs d’Égua e o mais importante, o rio Ceira.

possível definir mas que, aparentemente, tem relação directa com a poluição da água, erosão agressiva procedente dos incêndios florestais. Esta diminuição da fauna aquática tem contribuindo também para o desaparecimento de algumas espécies ripícolas das margens. Até à década de 1950 as Ribeira de Alvoco, de Loriga e do Piódão envolviam na sua fauna etiológica espécies como a truta, o barbo, o bordalo, a boga e a enguia. A lontra também faz parte do ecossistema destas ribeiras¹⁶⁸.

Nas margens das ribeiras podem encontrar-se diversas espécies arbóreas predominantemente amieiros e salgueiros, ocorrendo em algumas zonas poucos exemplares de azereiro, de sabugueiro e de freixo¹⁶⁹.

Estes recursos hídricos condicionaram, ou proporcionaram, a modelação humana do território que se observa através da construção de socacos agrícolas entre os 275 metros de elevação, no Candam, e os 879 metros de altitude, na aldeia de Balocas. Importa referir que, no passado, até à década de 1970, em determinadas épocas do ano, todo o solo era aproveitado em benefício da subsistência, contribuindo a floresta e os pontos mais altos da freguesia (até 1344 metros de altitude) com as pastagens e o mato para o gado, as lenhas para uso doméstico, os medronhos para aguardente ou torgas para a produção de carvão, melhorando assim o orçamento familiar.



Foto n.º 1: Ribeira de Alvoco

Fonte: Autor

O povoamento apresentava-se com uma malha urbana centralizada, aberta por ruas estreitas que, até à década de 1970, apenas possibilitavam o acesso pedonal. Uma leitura dos

¹⁶⁸ - MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico I, ob. cit.*, pp.10-25. O autor explica as cinco formas tradicionais de pesca praticadas nas aldeias da freguesia de Vide até à década de 1930. Informa que, em 1934, raramente se via um pescador de cana e anzol “e quando aparecia era olhado como um lunático, um homem de imensa paciência”.

¹⁶⁹ - DUARTE, Maria Cristina Reis de Lima; ALVES, João Manuel da Silva, *A Vegetação Natural de Casal do Rei (Parque Natural da Serra da Estrela)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1989, pp.35-40.

dados dos Censos com espaçamento de meio século, 1940 a 1991, mostra que entre o referido período muitos casais deixaram de existir passando a maioria dessa população dispersa a viver nos núcleos urbanos das aldeias¹⁷⁰. A confrontação das Cartas Militares Escala 1:25 000 dos anos de 1946 e de 1999 também deixam transparecer essa ocorrência: o desaparecimento de um povoamento disperso ao longo das linhas de água e dos terrenos agrícolas¹⁷¹.



Foto n.º 2: A aldeia de Vide em 1926 - Foto n.º 3: A aldeia de Vide em 2012

Fontes: Desconhecida - Autor

Essa ocupação reflecte, de forma um pouco generalizada, o que ocorreu em várias regiões do interior norte de Portugal condicionada, quase sempre, pelos recursos naturais disponíveis¹⁷². Como escreveu Teresa Peralta, o meio físico onde o Homem assenta a sua existência, representa sempre um estímulo às suas capacidades para a transformação do território tentando obter aquilo que necessita para a sua sobrevivência¹⁷³. A ocupação das encostas e dos vales repete-se nas diversas aldeias da freguesia a partir do aglomerado urbano em direcção ao espaço ocupado pela floresta.

O modelo de organização do espaço agrícola era o seguinte:

Os terrenos mais próximos das casas de habitação eram utilizados na horticultura com espécies de crescimento rápido mais necessárias no dia-a-dia das pessoas, onde predominava a couve-galega, conhecida localmente como caldo negro, ou uns nabos de cabeça¹⁷⁴. Alguns agricultores mais abastados ocupavam esse terreno com a cultura dos apelidados “mimos”

¹⁷⁰ - Os casais nesta freguesia poderiam representar até duas ou três famílias distintas num mesmo local.

¹⁷¹ - Cartas Militares de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, n.º 222; 223; 233; 234, Trabalhos de Campo de 1946, Papelaria Fernandes. Cartas Militares de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, n.º 222; 223; 233; 234, Série M 888, Reimpressão de 1999. O território da Freguesia de Vide distribui-se por estes quatro documentos.

¹⁷² - LEMA, Paula Bordalo; REBELO, Fernando, *Geografia de Portugal, Meio Físico e Recursos Naturais*, Lisboa, Universidade Aberta, 1997.

¹⁷³ - MENDES, Maria Teresa Dias Peralta, *Montemuro: Um despertar de antanho*, Viseu, Palimage Editores, 2006, p.60.

¹⁷⁴ - A couve negra era o vegetal mais consumido pela população sendo cozinhada de diversas maneiras: na sopa, cozida com batatas ou misturada com farinha de milho com que se fazia a “papa labeça”.

como por exemplo alfaces, cebolas, alhos, tomates, cenouras e pimentos¹⁷⁵. Quem tinha terreno suficiente semeava também favas, ervilha de vagem e grão-de-bico. Seguidamente, em espaços cada vez mais afastados do povoado, surgiam os campos (será mais correcto falar em socalcos) onde se faziam as sementeiras e plantações anuais ocupando o milho o lugar de cultura predominante, sempre associado ao feijão e às abóboras e, a partir da década de 1950, de forma mais generalizada, à batata. A oliveira e a videira complementavam as culturas tradicionais cruzadas aqui e ali por algumas árvores de fruto, sempre com um papel secundário no interesse do agricultor. Era na ponta das leiras que se plantavam algumas cerejeiras, macieiras, pereiras, figueiras e alguns pessegueiros, poucas laranjeiras e, em casas mais ricas, romãzeiras¹⁷⁶. Poder-se-á dizer que, na freguesia de Vide, ocorria o que Orlando Ribeiro observou noutras regiões do país em que o território arroteado, até aos 800 metros de altitude, contava com culturas de influência mediterrânica, sendo essa altitude o nível máximo onde encontramos a oliveira no território estudado¹⁷⁷.

Normalmente nestes locais mais afastados, por questões práticas, situavam-se os “currais” para alojar os gados, não apenas por ficarem mais perto dos sítios de pasto de Inverno, mas também porque aqui se produziam os estrumes para fertilização das terras que desta forma ficavam mais próximo do local para onde era necessário transportá-los¹⁷⁸. Nos espaços onde os terrenos não dispunham de água para rega, mas que ofereciam condições de construção de socalcos, plantavam-se sobretudo oliveiras, associadas, quando possível, a lavouras de Inverno, como o centeio, cultivando-se também produtos de crescimento rápido como as batatas “temporãs”¹⁷⁹.

¹⁷⁵ - Na década de 1940 a freguesia de Vide era conhecida pela produção de colorau. *Revista Altitude*, Boletim da Federação de Municípios da Beira-Serra, N.ºs 1 a 3, Janeiro a Março de 1944, p. 36.

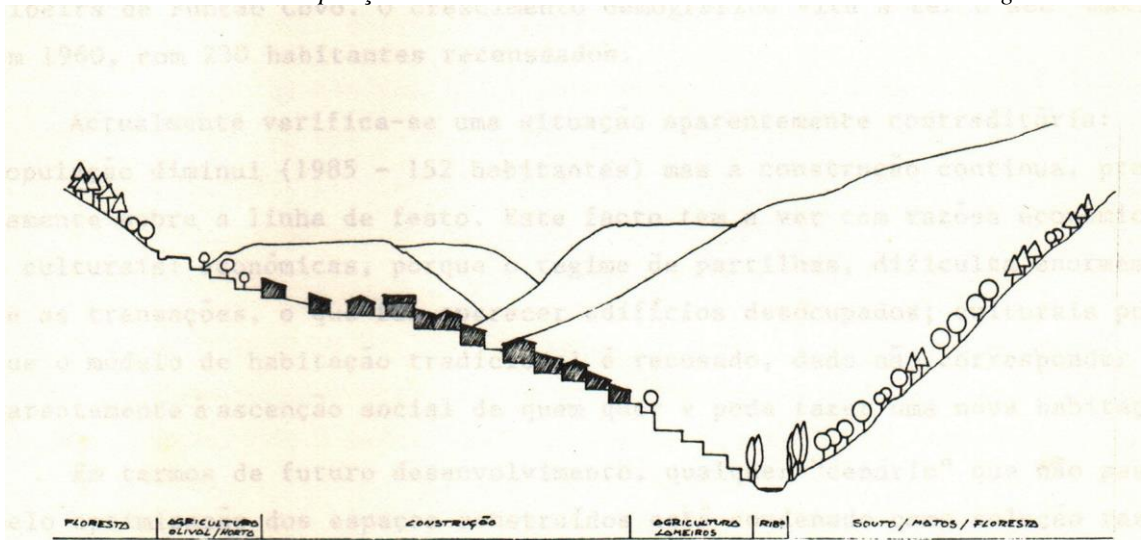
¹⁷⁶ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide, contou que o espaço disponível era escasso e a fruta uma tentação em tempos de crise alimentar convidando ao furto dando mais preocupações que benefícios ao proprietário.

¹⁷⁷ - RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de relações geográficas*, Lisboa, 5.ª Edição, Livraria Sá da Costa, 1987, p.5.

¹⁷⁸ - Não se conhecem no território casos de utilização de animais de trabalho, ou num período mais recente de tractores, sendo todo o trabalho feito à custa de “braço”.

¹⁷⁹ - Era uma prática comum a todas as aldeias plantar sob a copa das oliveiras batatas “temporãs” nos meses de Janeiro e Fevereiro. Dessa forma conseguia-se aproveitar o efeito de estufa que a ramagem perene proporcionava abrigo para as plantas da formação de geadas que ocorriam até aos meses de Março e Abril.

Gravura n.º 1: Disposição da aldeia de Casal do Rei nas encostas do Vale de Loriga



Fonte: Elementos fornecidos pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral

Mais afastados dos agregados populacionais localizavam-se os terrenos florestais com vários tipos de usufruto pelas comunidades. Cortavam-se os matos para alimento dos animais e para produção de estrume, utilizavam-se os espaços para as pastagens que garantiam a alimentação dos ovinos e caprinos durante o período em que os socalcos estavam ocupados com culturas anuais, recolhiam-se lenhas para uso doméstico, cortavam-se madeiras para a construção e, a partir da década de 1920, extraía-se resina dos pinheiros¹⁸⁰.

O espaço florestal era importante para a recolção de medronhos mas apresentava-se também como local onde se recolhiam algumas espécies de cogumelos destinadas à alimentação. Na freguesia de Vide apenas se comiam, e comem, o tortulho (*macrolepiota procera*) e o míscaro amarelo com tom esverdeado (*Tricholoma equestris*)¹⁸¹. Em tempos recuados, estes fungos revelavam-se importantes na alimentação e na gastronomia das comunidades sendo muito apreciado o arroz de míscaros ou a cebolada de tortulhos. No entanto, sempre houve muito receio na selecção destes produtos e, embora se reconheçam mais de vinte espécies comestíveis na região, apenas duas são consumidas¹⁸².

¹⁸⁰ - JPV, Livro de Actas, fl.22 vs.

¹⁸¹ - O tortulho desta região é o mesmo que é conhecido como gasalho na região de Viseu, de roca na região de Chaves, e frade em certas aldeias perto da cidade da Guarda. Informação recolhida numa pesquisa feita na Internet através do motor de busca Google.

¹⁸² - Das mais de vinte espécies comestíveis apenas seis ou sete têm interesse culinário. Fonte oral: Hélder Pechorro, habitante na vila de Avô, profundo conhecedor de cogumelos silvestres que já testou perto de trinta espécies recolhidas nesta região.

Também no espaço florestal, em locais específicos chamados “bouchas”, era semeado centeio que, em conjunto com os soutos de castanheiros associados à pastorícia, representaram culturas que, até à introdução da cultura do milho americano, marcaram a base de subsistência das comunidades aqui estabelecidas.

Como espécies de árvores florestais mais antigas, destaca-se o castanheiro, o sobreiro e a azinheira da qual se conhece como último bosque as partes altas das matas na aldeia de Gondufo, acima dos 1000 metros, e alguns exemplares na “Mata de Casal do Rei”¹⁸³. No espaço de migração entre os terrenos de cultura e o espaço de floresta prevaleceram alguns carvalhos. Durante o século XX desenvolve-se a cultura do pinheiro bravo que, após a intervenção semeadora do Estado Novo, se implantou como espécie dominante, apresentando-se no território praticamente como monocultura.

Em 1944 existiam na freguesia de Vide 861 hectares de pinheiro bravo e 407 de castanheiros registando-se uma evolução da área ocupada pelo pinheiro e um quase desaparecimento do castanheiro enquanto área específica de cultura apresentando-se, cada vez mais, como árvore isolada¹⁸⁴.

Em pequenos nichos ecológicos continuam a resistir algumas espécies de árvores, outrora significativas na constituição das florestas da região, das quais se destaca o carvalho, o azereiro, o azevinho e o folhado.

As espécies arbustivas presentes no território variavam com a altitude e quase todas encontravam aproveitamento pelas comunidades. A carqueja, a urze branca, a “urgueira”, a queiró ou as “estevas” que, associadas ao tojo e ao sargaço, representavam uma mais valia para a produção de estrume e na limpeza da corte dos animais. Em situações de recurso, cortava-se também o lentisco bastardo, a gilbardeira ou o trovisco. Outro arbusto que se revelou importante nas culturas de montanha foi a giesta pois, enquanto se cultivou o centeio nas encostas florestais, teve para a comunidade uma importância acrescida uma vez que era com ela que fertilizavam essa sementeira.

O rosmaninho também se faz apresentar em todo o território sendo muito procurado, desde há longas décadas, pelas gentes das aldeias no mês de Junho para fazerem fogueiras na

¹⁸³ - DUARTE, Maria Cristina Reis de Lima; ALVES, João Manuel da Silva, *A Vegetação Natural de Casal do Rei (Parque Natural da Serra da Estrela)*, ob. cit.

¹⁸⁴ - *Revista Altitude*, Boletim da Federação de Municípios da Beira-Serra, N.ºs 1 a 3, Janeiro a Março de 1944, p.26.

noite dos santos populares.

Característica comum da freguesia é a divisão do território de cada aldeia em espaços devidamente identificados pelo nome. Em 1985, um estudo promovido pelo Parque Natural da Serra da Estrela, em Casal do Rei, determinou que a comunidade organizara as suas propriedades em 15 locais distintos¹⁸⁵. O mesmo trabalho conduziu a um levantamento das matrizes rústicas da localidade que definiu a estrutura da terra: 1393 propriedades, distribuídas por 125 proprietários, resultando numa média de 11 parcelas de terreno por possuidor, em 15 locais distintos do limite da aldeia¹⁸⁶.

Já em Vide, no regadio da Levada de Cima, a área total cultivada cifrava-se no seu apogeu em cerca de 22 hectares distribuídos por 437 propriedades¹⁸⁷. A maior tinha uma área de 5345m² e a mais pequena de 30m².

A aldeia de Gondufo foi organizada com uma divisão em 74 espaços agrícolas, florestais e urbanos identificados por diferentes nomes. O espaço especificamente florestal contava com 18 designações; os terrenos exclusivamente dedicados à agricultura distribuía-se por 22 locais; os espaços mistos, onde havia terrenos florestais anexos a terrenos de cultura, eram 16; as áreas de floresta onde rotativamente se semeava centeio, com uma folha de seis anos, eram 10; existiam também 3 locais onde se usufruía de floresta, boucha e terrenos de cultura; existiam 4 núcleos urbanos e 1 ponto onde se situavam as principais nascentes para rega dos terrenos agrícolas¹⁸⁸.

Na actualidade, a freguesia é constituída por vinte e duas aldeias habitadas permanentemente¹⁸⁹. Sete delas encontram-se implantadas em território da serra da Estrela, dezasseis ocupam as encostas da serra do Açor, estando algumas destas sem habitantes permanentes durante parte do ano (período de Inverno).

¹⁸⁵ - *Casal do Rei, Tradição e Mudança*, Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale de Loriga, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986, p.15.

¹⁸⁶ - *Casal do Rei, Tradição e Mudança*, *ob. cit.*, p.14. Esta aldeia tem uma vasta área que confina com as freguesias de Cabeça, de Loriga, de Sazes da Beira e de S. Gião.

¹⁸⁷ - SANTOS, Joaquim Augusto dos, *Regadio Tradicional de Vide, Levada de Cima e Levada de Baixo, Sua História e seu Futuro*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2008, p.28.

¹⁸⁸ - ADG, Matrizes Prediais Rústicas de Seia, 1903-1989, PT/ADGRD/AC/RFSEI/001. Fonte oral: O senhor Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo.

¹⁸⁹ - Destas aldeias oito têm poucos fogos habitados: Monteiros(2), Costeiras(1), Rodeado(1), Barreira(1), Abitureira(2), Fontes do Cide(1), Barroco da Malhada(2) e Foz da Rigueira(1).

Quadro n.º 25: Distância das aldeias à sede de Freguesia em Vide¹⁹⁰

Aldeia e localização geográfica (Serra)	Primeira ligação rodoviária (km) ¹⁹¹	Ligação rodoviária actual (km)
Abitureira – Açor	35	7
Baiol – Açor	8	5
Balocas – Açor	50	8
Baloquinhas – Açor	2,5	2,5
Barreira – Açor	2,5	2,5
Barriosa – Açor	3,5	3,5
Barroco da Malhada – Açor	10	4
Carvalhinho – Açor	2	2
Casal do Rei – Estrela	9	5
Casas Figueiras – Açor	35	8
Cide – Açor	8	3
Costeiras – Estrela	2,5	2,5
Couceira – Açor	30	4
Fontes do Cide – Açor	8	5
Foz da Rigueira – Açor	10	4
Frádigas – Estrela	7	7
Gondufo – Açor	52	6
Malhada Cilhas – Açor	2,5	2,5
Monteiros – Estrela	2,5	2,5
Muro – Estrela	3	3
Outeiro – Açor	35	7
Ribeira – Açor	5	5
Rodeado – Açor	2	2
Silvadal – Estrela	3	3
Vale do Cide - Açor	2	2
Vide – Estrela e Açor	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo e das Cartas Militares de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, n.º 222; 223; 233; 234, Trabalhos de Campo de 1946, Papelaria Fernandes; Cartas Militares de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, n.º 222; 223; 233; 234, Série M 888, Reimpressão de 1999

O declive do terreno e a diferente distribuição de recursos naturais ditaram uma dispersão das aldeias pelas montanhas, originando maiores facilidades ou mais dificuldades, provocando entre elas algumas assimetrias. Não se tratando de um território homogéneo em orografia resultou daí um aproveitamento agrícolas mais fácil e de maior dimensão em determinadas aldeias, o que permitiu um desenvolvimento económico e demográfico mais acentuado.

Esta ocorrência torna-se um paradigma de todo o Vale da Ribeira de Alvoco onde, por

¹⁹⁰ - Consideraram-se apenas as aldeias que registam ocupação humana na maior parte do ano. Noutro quadro far-se-á a avaliação dos dados demográficos, o qual poderá indicar um número distinto de aldeias. Esse facto decorre da supressão de lugares entretanto extintos demograficamente.

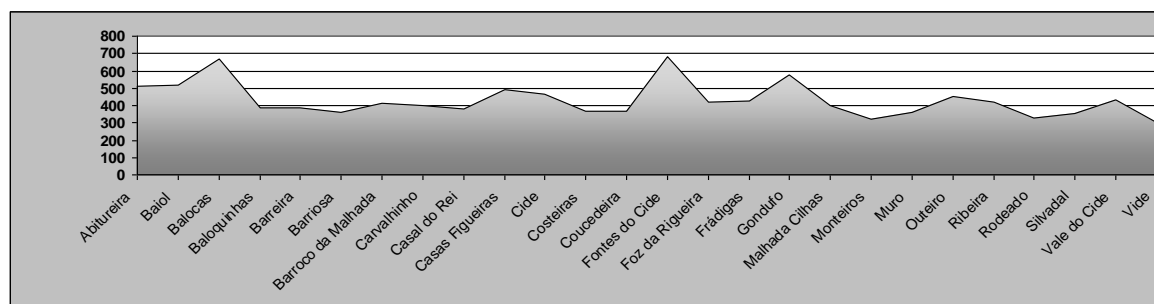
¹⁹¹ - A primeira ligação rodoviária era em terra batida, entre a aldeia e a sede da freguesia, Vide. A coluna seguinte representa a distância actual, quase sempre em asfalto.

vezes, o percurso hídrico estreitado se abre na natureza mostrando entre os meandros da ribeira vastos campos-prado, com o núcleo mais extenso em Alvoco de Várzeas, já nos últimos cinco quilómetros do seu percurso.

As aldeias implantaram-se desde os 280 metros na aldeia da Obra até aos 680 metros na aldeia de Fontes do Cide. Curiosamente, a primeira situa-se na margem direita, na serra da Estrela, e a segunda na margem esquerda, na serra do Açor. A altitude média das aldeias é de 430 metros, encontrando-se quinze acima dos 400 metros e onze abaixo dessa cota. Na serra do Açor as povoações situam-se entre os 302 metros, em Vide, e os 680 metros de altitude na aldeia mais alta da freguesia. Já na encosta da Estrela regista-se no aglomerado urbano da Obra 280 metros e a aldeia da Frádigas aos 426.

Os valores apresentados traduzem as altitudes médias das aldeias. Característica comum à maioria é o facto de se estenderem pelas encostas criando especificidades como a da aldeia de Silvadal. Esta regista a maior discrepância entre a altitude que assinala na sua base, junto à Estrada Nacional 230, 288 metros, e o ponto mais elevado do aglomerado urbano, a cerca de 455 metros.

Gráfico n.º1: Registo altimétrico das aldeias da freguesia



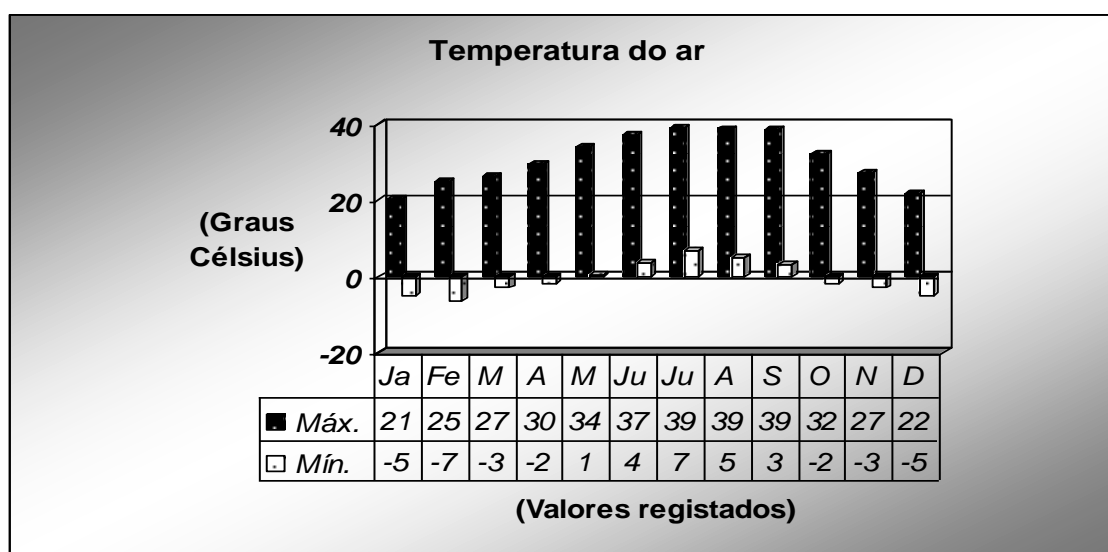
Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo e de cartas do Instituto Geográfico do Exército

Esta diferenciação altimétrica concorre para uma amplitude atmosférica entre as aldeias verdadeiramente de montanha, a altitudes superiores a 500 metros, e as restantes. Na área dos cerca de 52 km² da freguesia de Vide é possível chover no mesmo dia em determinados povoados enquanto noutros não chove. A neve, que todos os anos visita o território, ocorre com mais intensidade na área da serra do Açor onde se mantém por várias semanas. As aldeias abaixo da cota dos 600 metros raramente ficam condicionadas por nevões.

Não é possível indicar com rigor as variações climáticas ao longo do ano, pois que as estações meteorológicas mais próximas que fazem monitorizações se encontram em locais díspares do território nacional, Penhas Douradas, a cerca de 1400 metros de altitude e em Nelas a 440. Será importante também consultar as recolhas de três estações meteorológicas instaladas nesta região, entre Janeiro e Agosto de 2006, pelo NICIF¹⁹².

Optou-se por adoptar os dados da estação de Nelas – 40°,31 N; 7°,31 O – que aparentemente se identificam mais da consistência do território em estudo. Outra razão prende-se com o facto de estes dados serem utilizados pelo município de Oliveira do Hospital no seu Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios Florestais¹⁹³, trabalho que aborda a contiguidade do território de Seia – a Freguesia de Vide tem limites com três freguesias de Oliveira do Hospital – e que, aparentemente, melhor se afigura adaptar à realidade abordada.

Gráfico n.º2: Temperaturas no período de 1955-1980



Fonte: *O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, Normais Climatológicas da região de “Entre Douro e Minho” e “Beira Litoral”, correspondentes a 1951-1980, Lisboa, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1990, pp.55-56*

A informação anual, relativa ao período de 1955 a 1980, regista uma temperatura

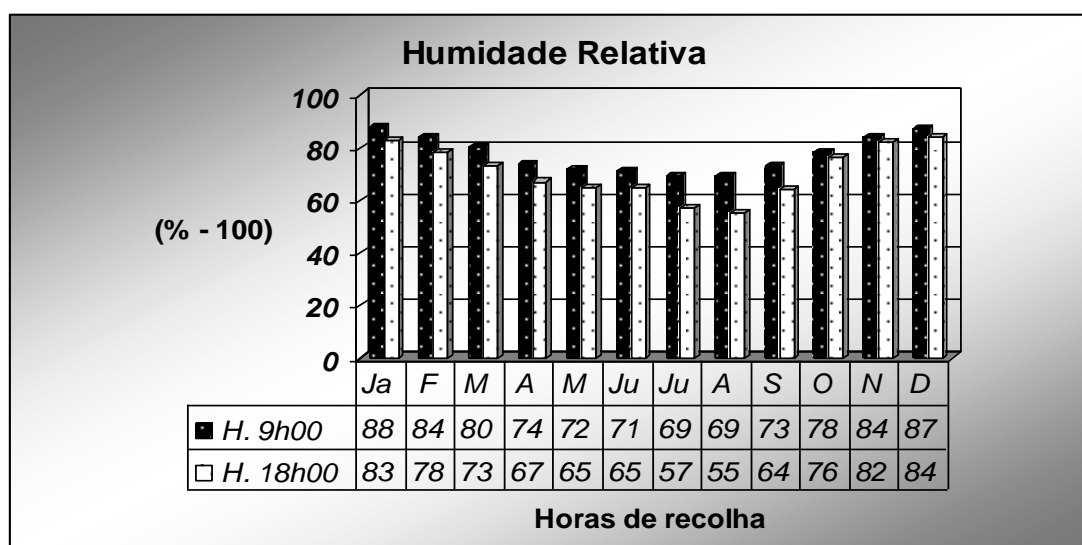
¹⁹² - LOURENÇO, Luciano (Coord.), *Recuperação de paisagens de socacos e prevenção de riscos naturais nas serras do Açor e Estrela*, Lousã, Projecto Terrisc, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp.19-20.

¹⁹³ - Agradece-se o contributo do Sr. Eng. José Carlos Silva, técnico pela Protecção Civil deste município, o apoio na obtenção de diversas informações climáticas da região.

máxima de 39,2 graus, em Julho, e mínima de 6,5 negativos, em Fevereiro¹⁹⁴.

Quanto à humidade relativa do ar, registaram-se, no mesmo intervalo de tempo, como valores médios anuais 77%, em recolhas às 09h00, com o valor máximo nos meses de Dezembro e Janeiro, 87 e 88 %, e mínimos nos meses de Julho e Agosto com 69%.

Gráfico n.º3: Humidade relativa do ar no período de 1955-1980



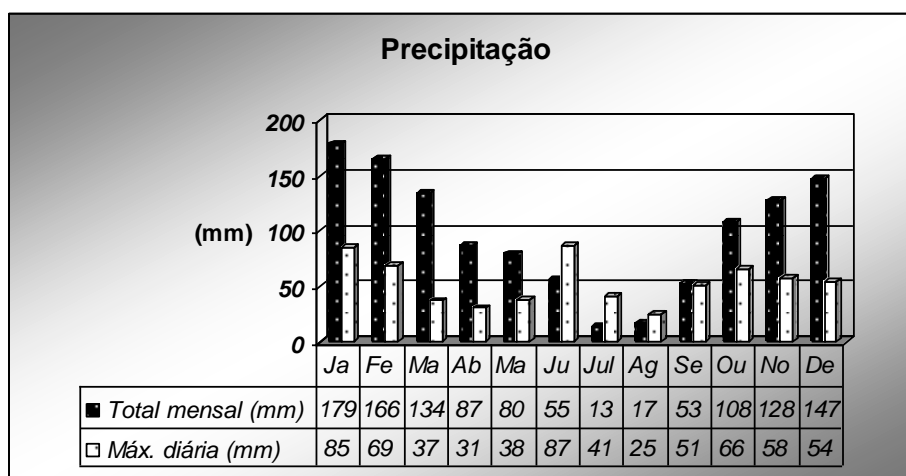
Fonte: *O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, ob. cit., pp.55-56*

A insolação registada neste período foi de 2448,30 horas anuais com o máximo nos meses de Julho, 320,70 horas, e o mínimo em Dezembro, 120,10 horas.

A precipitação cifrou-se em 1167,10 mm anuais. Embora Dezembro se revelasse o mês com mais chuva, média de 179,30 mm, na verdade o mês de Junho foi aquele que registou uma maior precipitação num só dia com 87 mm por metro quadrado.

¹⁹⁴ - *O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, Normais Climatológicas da região de “Entre Douro e Minho” e “Beira Litoral”, correspondentes a 1951-1980*, Lisboa, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1990, p.55-56.

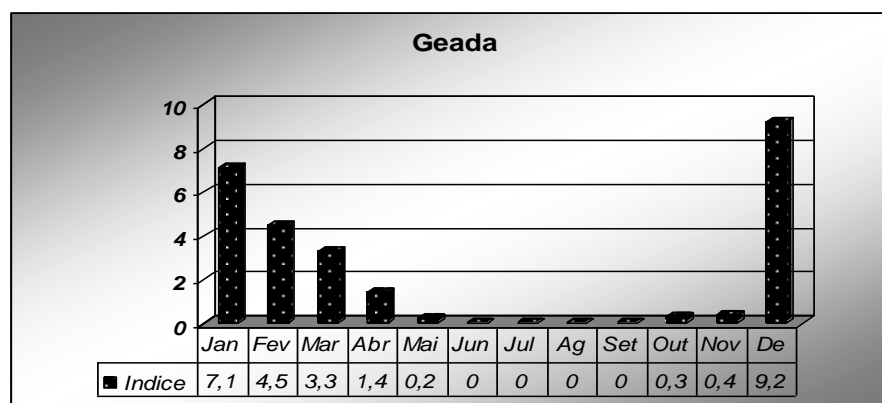
Gráfico n.º4: Precipitação no período de 1955-1980



Fonte: *O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, ob. cit., pp.55-56*

A geada formou-se com forte incidência nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Dezembro. Os meses de Abril registaram valores mais baixos mas ainda assim significativos relativamente a Maio, Outubro e Novembro.

Gráfico n.º5: Ocorrência de geada



Fonte: *O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, ob. cit., pp.55-56*

Poder-se-á dizer que ocorre no território da freguesia aquilo que Orlando Ribeiro descreveu como o “clima português”, um tipo especial, caracterizado por Invernos moderados, estios discretos, embora quentes e secos, amplitudes anuais reduzidas na maioria do território¹⁹⁵.

¹⁹⁵ - RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de relações geográficas*, Lisboa, 5.ª Edição, Livraria Sá da Costa, 1987, p.5.

A maioria das aldeias regista valores climáticos de acordo com o tipificado para cada estação do ano. Fazendo uma análise empírica, recorrendo a pessoas idosas das aldeias, poder-se-á dizer que as temperaturas de Outono se revelam amenas permitindo a realização das vindimas assim como as colheitas e secagem dos cereais mais serôdios. O Inverno já não se revela como a estação sempre chuvosa mas continua fria, registando temperaturas nocturnas que podem chegar a 5 graus negativos. Os dias podem ser mais ou menos frios dependendo da intensidade e da proveniência do vento. No entanto, em dias serenos com sol, ocorrem temperaturas agradáveis aproveitadas pelos mais idosos para socializarem um pouco nos locais mais soalheiros das aldeias. As características climáticas permitem sementeiras temporãs de batatas logo no final do mês de Janeiro, em terrenos mais abrigados. A Primavera revela-se normalmente quente, embora possam ocorrer geadas até meados do mês de Abril, marcando este mês uma amplitude térmica acentuada articulando noites e manhãs frias com dias quentes, por vezes com temperaturas a rondar os 30 graus centígrados. Por vezes, os meses de Maio e de Junho revelam-se os mais chuvosos do ano, situação que concorria para anos de más colheitas agrícolas, decorrentes da proliferação de míldio e oídio, nas culturas de vinho e batata, e do excesso de infestantes nas restantes culturas. O Verão será a estação mais coerente com a sua especificidade, apresentando noites abafadiças e dias muito quentes que passam, por vezes, os 40 graus centígrados fazendo das ribeiras praias naturais muito procuradas. No entanto, importa referir que nos últimos anos as noites desta estação revelam-se frescas sendo poucas as pessoas que recordam o calor de tempos antigos que obrigava os aldeões a dormir nas varandas de madeira e nos balcões de entrada de suas casas.

Uma ocorrência difere fortemente dos valores registados na estação meteorológica que foi consultada pois não se registam dias completos de nevoeiro no território¹⁹⁶. Nas aldeias acima dos 500 metros de altitude ocorre com maior frequência, sem se revelar permanente ao longo do dia. Abaixo dessa quota altimétrica não ultrapassa meia dúzia de dias anuais em que se registre alguma neblina, raramente ultrapassando as 10 horas da manhã.

Das considerações feitas, referentes à quase totalidade das aldeias e do território, haverá que salvaguardar o clima da povoação de Balocas. Situada na serra do Açor a 670 metros de altitude, exposta a nordeste com vista directa sobre o Maciço Central da Estrela,

¹⁹⁶ - *O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, ob. cit.*, pp.55-56. No período referenciado foi contabilizada uma média anual de 22,40 dias com nevoeiro com o máximo de dias em Janeiro (2,6) e o menor no mês de Setembro (0,9).

revela-se como a única povoação da freguesia de Vide onde neva praticamente todos os anos. Os ventos fortes predominantes de norte são aí frequentes assim como o nevoeiro, principalmente em dias nublados. Contudo, convivem nos terrenos da comunidade até aos 770 metros de altitude espécies arbóreas com características atlânticas como o castanheiro e mediterrânicas como a oliveira e a figueira.

Na actualidade, o espaço florestal da freguesia de Vide encontra-se praticamente despido de árvores de porte adulto. O pinheiro bravo tem ardido com uma frequência que impede as árvores de alcançar o tamanho ideal para a comercialização e por vezes sem ter gerado semente para o repovoamento “selvagem”, dando lugar à proliferação de espécies arbustivas sem qualquer interesse económico ou ecológico. Entretanto, surgiu uma doença, o nemátodo da madeira, que está a alastrar entre a espécie sem que se vislumbre uma solução, o que preocupa as entidades responsáveis do sector silvícola¹⁹⁷.

Por sua vez, o castanheiro, cuja área de ocupação recuou significativamente no século XIX devido à “doença da tinta”, praticamente deixou de se agrupar em soutos apresentando-se as árvores dispersas pelo espaço florestal e, frequentemente, por terrenos que já foram agrícolas.

O eucalipto surge de forma residual revelando-se uma árvore pouco acolhida pelas comunidades que sempre temeram que esta espécie secasse os recursos hídricos.

As espécies arbustivas têm ganho um espaço que já foi seu durante muitos séculos revelando-se as cumeadas portadoras de matos característicos do período agro-pastoril, quando estas comunidades subiam aos pontos mais altos das serras para apascentarem os gados. O medronheiro continua a marcar uma posição de relevo para a economia local, havendo aldeias em que se continua a apanhar medronhos para a produção de aguardente.

Apesar do abandono das práticas de pastoreio, do corte de matos para estrume ou da recolha de lenhas para combustíveis, os espaços florestais baldios ganharam nova importância económica para as comunidades com as rendas recebidas pela instalação de parques eólicos.

Quanto aos terrenos agrícolas, a realidade actual pauta-se por um abandono generalizado, acarretando o desaparecimento das práticas agrícolas tradicionais. A cedência desse espaço a espécies predominantemente florestais tem esbatido a separação, outrora

¹⁹⁷ - *Nemátodo da madeira do pinheiro*, http://www.forestis.pt/forestis/multimedia/File/ficha_NMP_1.pdf, 25/11/2012, 18.50 horas.

marcada pelas culturas, entre os espaços agrícolas e florestais havendo núcleos urbanos que se fundiram neste espaço¹⁹⁸.

A degradação dos socalcos acompanha essa tendência diluindo um esforço hercúleo que durante séculos foi empreendido pelas comunidades na modelação do meio. Tendencialmente o meio físico indica um futuro em que, exceptuando os pequenos aglomerados urbanos, o espaço florestal desordenado tende a ser único na ocupação do território.

3.2 - Povoamento e evolução da população

Apresentamos neste capítulo alguns dados referentes à ocupação e povoamento do território da comunidade em análise, bem como à evolução da população.

A ocupação humana do território desenrola-se provavelmente desde a Idade do Ferro, como parecem atestar as muitas gravuras rupestres existentes em vários pontos da freguesia¹⁹⁹. Provavelmente terá principiado com ocupações sazonais de pastores nómadas que tinham como base da sua subsistência a transumância²⁰⁰. Os vários núcleos de arte rupestres já identificados na área da freguesia de Vide são caracterizados por componentes variadas, tais como círculos, serpentiniformes, podomorfos e figuras antropomórficas²⁰¹.

Também se poderá considerar que remonta à proto-história a ocupação do espaço por populações que se dedicavam à prospecção e à exploração de minérios, como parecem atestar os grandes amontoados de pedras existentes em determinados locais junto do principal curso

¹⁹⁸ - Esta situação tem trazido novos problemas de segurança para as aldeias pois os campos cultivados serviam também como anéis de segurança dos núcleos urbanos face à ocorrência de incêndios florestais. No incêndio florestal de 2005 arderam pela primeira vez várias casas de habitação em diferentes povoações tendo sido necessário, também pela primeira vez, evacuar os habitantes de 16 aldeias para a sede de freguesia.

¹⁹⁹ - Informações recolhidas junto da Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica, Núcleo de Vide, em 22/01/2011.

²⁰⁰ - Em rigor, não existem dados concretos estando actualmente no terreno um grupo de arqueólogos da Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica (APIA) que estuda as gravuras existentes na Freguesia de Vide. Também na vizinha freguesia de Piódão, o antropólogo Paulo Ramalho fez um estudo tentando situar cronologicamente manifestações rupestres existentes naquela área administrativa contígua à freguesia de Vide. Esses trabalhos de investigação deram, para já, origem a dois Centros Interpretativos de Arte Rupestre, um em Vide, da responsabilidade da APIA, outro na aldeia de Chãs d'Égua, freguesia de Piódão, da tutela da Câmara Municipal de Arganil. Embora o objecto de estudo e a zona de implantação sejam comuns, estes dois projectos trabalham, aparentemente, de "costas voltadas".

²⁰¹ - Núcleo de Vide, <http://www.apia.pt>, 17/2/2010, 19h 34m.

de água, a Ribeira do Alvôco²⁰². A própria designação deste rio poderá derivar do teónimo “Alboco”, havendo estudos que apontam para a designação de um deus protector de uma montanha de onde se extraía ouro²⁰³. Nada de concreto se pode estabelecer, tendo concluído Jorge de Alarcão que os “grandes remeximentos fluviais, visíveis nas margens do Rio Alva, são resultado de exploração de ouro sem um tempo cronológico palpável²⁰⁴. Ainda segundo o mesmo autor, tal garimpo pode ter ocorrido durante o século XII ou ter-se-á mantido ao longo de vários séculos.

Ainda sobre o nome desta ribeira, defende o Cónego Mendes Aparício na sua *Monografia de Alvôco da Serra*, que o topónimo em uso ou deriva do termo Alvo ou se liga à designação do Rio Alva²⁰⁵. No entanto fá-lo de forma muito sucinta, lançando mais dúvidas do que certezas, não ficando claro qual a sua origem. Não será de excluir uma ligação ao Covão d’Alva face à proximidade da nascente desta ribeira.

Voltando aos montes de reboas existentes nas margens da Ribeira de Alvôco, poder-se-á avaliar que a relativa distância até ao acampamento militar romano, que parece ter existido em Arganil (Lomba do Canho), pode convergir para a hipótese do garimpo não só do leito do Rio Alva, mas também deste seu afluente.

No entanto, ter-se-á que admitir que embora existam muitos vestígios que se consideram de origem romana nas freguesias limítrofes de Vide, estes não permitem definir uma área administrativa. Esses testemunhos relacionam-se principalmente com as vias de comunicação e as pontes. Os mais significativos surgem pelo lado Norte do território, Valezim, Loriga e Alvôco da Serra, caminhos que em tudo se assemelham aos construídos pelos romanos mas que, segundo Jorge Alarcão, não passariam de um percurso medieval,

²⁰² - Existem muitos locais onde se podem observar enormes quantidades de pedras do rio que foram retiradas do leito para a margem. Normalmente encontram-se em cotas superiores ao curso de água. A sua localização faz supor que estes inertes eram carregados de locais afastados para um ponto determinado, geralmente um terreno plano com alguma dimensão. Na comunidade estes pontos são conhecidos como moledos. Há regiões do país em que os mesmos são conhecidos como “conheiras”.

²⁰³ - SILVA, Armando Coelho Ferreira da; GOMES, Mário Varela, *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p.91.

²⁰⁴ - ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, 3.^a Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995, p.128.

²⁰⁵ - APARÍCIO, António Mendes, *Monografia de Alvôco da Serra*, Alvoco da Serra, Edição do Autor, 2007, pp.37-38.

quem sabe herdeiro de outro mais antigo, que venceria a serra a meia encosta²⁰⁶. Também na Vila de Avô, a cerca de 16 km para Oeste, se encontra outro troço de uma calçada supostamente romana, que poderia fazer parte de uma via que ligava Aeminium e Bobadela²⁰⁷.

O advogado Joaquim António Mascarenhas, natural de Vide, que dedicou bastante tempo investigando a possibilidade de alguma via romana atravessar este território concluiu que embora o território de Vide se posicionasse muito próximo de alguns itinerários romanos, e beneficiasse desse facto, estes nunca atravessaram esta povoação ou a sua proximidade²⁰⁸.

Importa no entanto referir que, em 1884, na vizinha aldeia de Aguincho, freguesia de Alvoco da Serra, foi recolhido um “tesouro” de denários romanos republicanos, embora ninguém saiba quantificar o seu valor, visto este achado ter sido disperso²⁰⁹.

Não se dispõe de informação de natureza quantitativa nem qualitativa credível que permita conhecer a ocupação humana do território na época medieva.

A comunidade de Vide organizar-se-ia num pequeníssimo concelho, com um reduzido número de habitantes, característica difusa à época que, segundo alguns autores, alastrava da Beira para a Estremadura, regulada geralmente pela orientação dos principais cursos de água²¹⁰. As primeiras aldeias do território respeitaram essa disposição fixando-se ao longo dos dois principais cursos de água, ribeiras de Alvoco e Loriga, implantando-se preferencialmente do lado das encostas da serra do Açor.

A primeira informação de natureza quantitativa referente à população de Vide é registada no “numeramento” de D. João III.

Como é sabido, nessa época recensearam-se moradores, ou fogos, não havendo unanimidade quanto ao número de pessoas que habitariam em cada um deles. No caso concreto de Vide, foram contabilizados três núcleos urbanos e uma quinta, com um total

²⁰⁶ - *Vias romanas em Portugal*, <http://viasromanas.planetaclix.pt/vrinfo.html#miliarios>, 18/2/2010, 21.46 horas. No entanto não é possível constatar a tradicional técnica de construção romana que contemplava os seguintes elementos: *stratum, nucleus, rudus ou stratumen*.

²⁰⁷ - Alarcão, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, *ob. cit.*, pp.102-105. Segundo este autor esta poderia ser a ligação mais curta entre essas duas cidades.

²⁰⁸ - MASCARENHAS, Joaquim António, *O Médio e o Baixo Alvôco I*, Lisboa, Edição de Autor, 1990, pp.13-19.

²⁰⁹ - ALARCÃO, Jorge de, *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas, Instituto da Conservação da Natureza, Parque Natural da Serra da Estrela, 1993, p.12.

²¹⁰ - GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, p.26.

indeterminado de moradores: a aldeia de Vide, 9 fogos; Gondufo, 7 moradores; Cide, 4 casas habitadas e a Quinta da Teixeira com um casal²¹¹.

A conversão de fogos, ou vizinhos, em número de habitantes revela-se um exercício complexo atendendo às várias análises desenvolvidas ao longo da história. Se o trabalho de Galego e Daveau anteriormente citado assentou numa relação de 4 moradores por fogo²¹², outros defendem que esses valores são difíceis de aplicar. De facto, há que ter em conta factores impossíveis de quantificar, na medida em que a dimensão dos núcleos familiares varia com as épocas, os locais, actividade económica principal ou o grupo social de pertença²¹³.

Isso mesmo parece confirmar as autoras citadas, quando reconhecem que, no povoamento da Serra da Estrela, os vales de Verdelhos e Unhais da Serra tinham melhores condições de dimensão e disposição para desenvolver centros locais com maior autonomia, do que os vales “acanhados” de Loriga e Alvoco²¹⁴.

Aceitando como válido 4 habitantes por fogo, anexando aos povoados recenseados na freguesia de Vide a aldeia de Barriosa, que nesta época pertencia ao concelho de Alvoco da Serra, contaria o território em estudo com 88 habitantes dispersos por cerca de 50 km², provavelmente com uma densidade populacional de 1,76 por km², muito longe dos valores médios apontados para a região da Beira nesse período, um mínimo de 17 e um máximo de 20 habitantes²¹⁵. Na verdade, o território de Vide necessitaria de acolher 840 habitantes para se situar nessa média.

Um confronto dos dados do século XVI relativos dos concelhos limítrofes de Vide, situados nas bacias desse rio e da ribeira de Alvoco, evidenciam uma tendência já descrita que revela os cursos de água mais significativos, e os vales mais abertos, como promotores de

²¹¹ - COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Cadastro da População do Reino (1527)*, Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira, Lisboa, 1931.

²¹² - GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico*, ob. cit., p.27.

²¹³ - RODRIGUES, Teresa Ferreira, (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008, p.77.

²¹⁴ - GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico*, ob. cit., p.59.

²¹⁵ - RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, ob. cit., p.172.

uma ocupação humana mais significativa²¹⁶. Enquanto os concelhos limítrofes situados no Rio Alva, Avô e Penalva de Alva contavam com 255 e 128 moradores respectivamente, na Ribeira de Alvoco, além de Vide, contabilizava-se Loriga com 78 fogos e Alvoco da Serra com 50 moradores.

Regista-se um expressivo hiato entre o recenseamento de D. João III e os dados obtidos através da obra do Padre Carvalho da Costa no início do século XVIII. A fazer-se fé nos dados fornecidos por esse trabalho, poder-se-á dizer que a evolução demográfica do território de Vide, entre os séculos XVI e inícios de XVIII, revela-se em contraciclo com o que ocorreu em Portugal²¹⁷.

Os dados constantes na obra de Carvalho da Costa, que se reportam a recolhas efectuadas entre 1692 e 1695²¹⁸, assinalam 120 vizinhos agregados à paróquia de Vide²¹⁹. Provavelmente esse número não se reportaria apenas ao concelho de Vide. Analisando alguns registos paroquiais constata-se que, nessa época, havia aldeias limítrofes que, embora pertencessem administrativamente aos municípios de Avô e de Alvoco da Serra, integravam a paróquia de Vide²²⁰. Essas aldeias eram Barriosa, Balocas, Baiol, Teixeira de Cima e Chãs d'Égua.

Confrontando estes dados com os do século XVI, verifica-se um aumento de 500% no número de fogos em Vide, para o período mencionado.

Importa referir que os valores constantes da obra têm originado algumas dúvidas sobre a sua exactidão, revelando-se algo exagerados para algumas regiões²²¹.

Em 1721 o pároco da paróquia de Vide, Padre Idelfonso Mafra, informa o Cabido da Sé de Coimbra que Vide tinha “107 moradores e 382 fregueses”²²². Verifica-se existir neste

²¹⁶ - Esta conclusão deriva de um confronto da área actual das respectivas freguesias. A freguesia de Avô será a única que poderá ser significativamente menor pois no século XVI os seus limites estendiam-se por várias aldeias dispersas pela serra do Açor.

²¹⁷ - RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, ob. cit., p.159. Segundo esta obra a população portuguesa entre finais do século XV e meados do século XVIII não chegou a duplicar.

²¹⁸ - RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, ob. cit., p.146.

²¹⁹ - Padre António Carvalho da Costa, *Coreografia Portuguesa e Descrição Topográfica, Tomo II*, p. 235.

²²⁰ - A Paróquia de Vide pertence à Diocese da Guarda desde o último quartel do século XIX. Até essa época pertencia à Diocese de Coimbra.

²²¹ - RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, ob. cit., p.147.

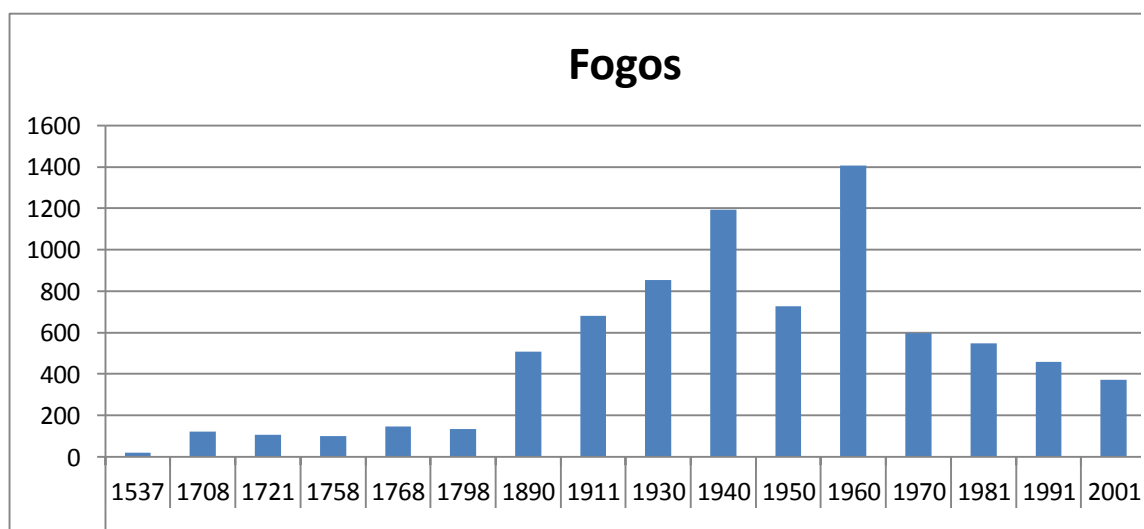
²²² - ADC, Cabido da Sé e Mitra CX III, n.º1.

período a relação de aproximadamente 3,5 habitantes por fogo. Face às dúvidas que suscitam os dados de Carvalho da Costa não será aconselhável estabelecer qualquer comparação, nem considerar a aparente quebra demográfica registada.

As Memória Paroquiais de 1758, promovidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, procuraram, através dos principais prelados, fazer chegar a todos os párocos o inquérito sobre as paróquias e suas povoações, pedindo não só as descrições geográficas como ainda informações históricas, económicas e administrativas. Pretendia-se também saber que estragos teria provocado o terramoto de 1755²²³. No que concerne à paróquia de Vide este documento revelou-se muito pobre e sucinto em informações, no entanto, no que concerne a dados demográficos era claro: “Vide da Foz do Piódão tem 100 fogos com 380 almas”²²⁴.

Aparentemente os dados são iguais aos mencionados no registo de 1721, ficando a dúvida se as informações registadas na Memórias Paroquiais de 1758 para Vide não serão as mesmas. A confrontação da caligrafia e do conteúdo deixa claro que não foi a mesma pessoa a redigir o texto de 1721 e de 1758²²⁵.

Gráfico n.º6: Evolução dos fogos habitados no período de 1527-2011



Fonte: Elaboração a partir dos documentos referidos neste capítulo. No entanto chama-se a atenção para a provável inexactidão dos dados relativos a 1940 e 1960

²²³ - RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, ob. cit., p.148.

²²⁴ - “Memórias Paroquiais” <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4242844>, 02/12/2012, 20.45horas.

²²⁵ - No entanto haverá que ponderar a possibilidade de o documento de 1758 poder ter como base as informações de 1721. O documento original do registo de 1721 encontra-se no acervo do Arquivo Distrital de Coimbra.

Importa assinalar que, em 1739, foi publicada outra obra, da autoria de António Oliveira Freire, que menciona os mesmos dados demográficos relativos ao concelho da “Foz de Piódão”, que nessa época pertencia à “comarca” de Viseu. Esta fonte menciona resumidamente que esta unidade administrativa era composta de uma freguesia com 100 fogos e 380 habitantes²²⁶. Embora não mencione Vide pelo seu nome trata-se, sem dúvida, deste concelho.

Pinho Leal, no seu *Dicionário Portugal Antigo e Moderno*, informa que, em 1768, Vide tinha 146 fogos. Não informa, porém, qual a fonte da informação, sendo a edição consultada de 1882.

O Censo de Pina Manique, datado de 1798, teve como objectivo identificar o número de fogos existentes no reino, para a obtenção de recrutas a integrar no exército português²²⁷. Os seus registos não contemplaram o número de habitantes porque, aparentemente, o poder régio determinou que o número de recrutas deveria resultar em função de uma determinada quantidade de fogos. Dessa forma, as “vilas” com 50 vizinhos deveriam concorrer com 3 recrutas, as “freguesias” com 100 unidades familiares cooperavam levando 5 homens para as armas.

No que respeita ao “Termo de Vide, Freguesia de Nossa Senhora da Assunção”, foram recenseados 135 fogos, contribuindo este concelho com 6 mancebos²²⁸.

Quadro n.º 26: Número de fogos e recrutas convocados em freguesias limítrofes, em 1798

Aldeia	Fogos	Recrutas
Vide	135	6
Alvoco da Serra	136	6
Loriga	243	10
Alvoco das Várzeas ²²⁹	100	-
Piódão ²³⁰	75	-

Fonte: *A População de Portugal em 1798 – O Censo de Pina Manique*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970, pp.32-66

²²⁶ - FREIRE, António de Oliveira, *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739, p.61.

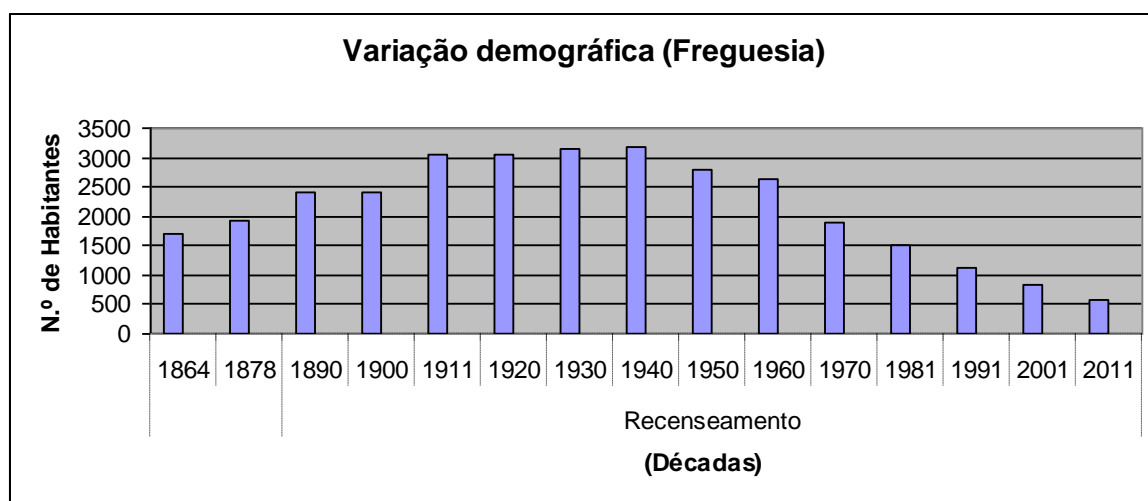
²²⁷ - *A População de Portugal em 1798 – O Censo de Pina Manique*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970, pp.XI-XXVIII.

²²⁸ - *A População de Portugal em 1798 – O Censo de Pina Manique*, ob. cit., pp.32-66.

²²⁹ - Fazia parte do concelho de Penalva de Alva tendo contribuído com um número de recrutas não revelado.

²³⁰ - Integrava o concelho de Avô tendo contribuído com um número de recrutas não revelado.

Gráfico n.º7: Evolução demográfica de Vide, 1864-2011



Fonte: Recenseamentos gerais da população

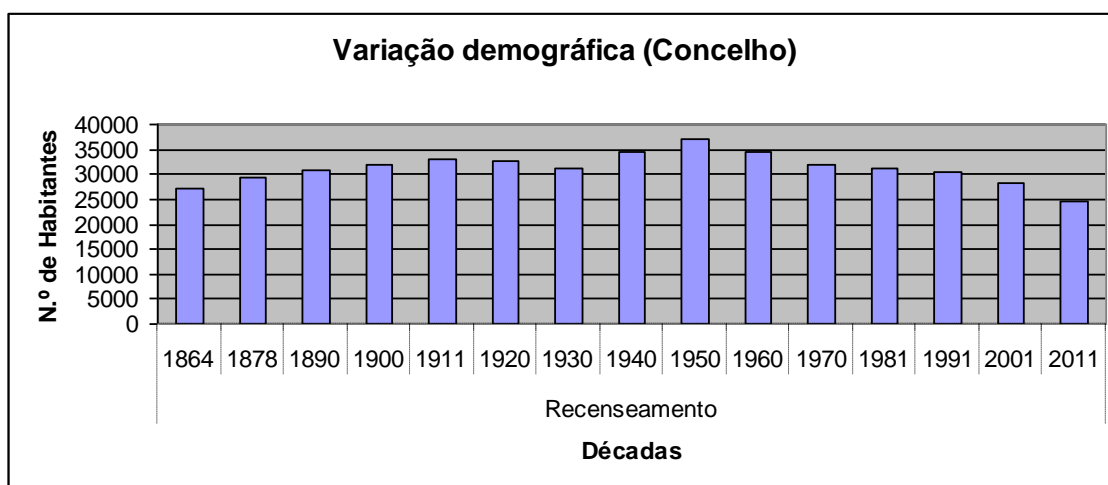
Os dados sobre a constituição populacional da freguesia de Vide surgem, de forma credível, a partir de meados do século XIX com o primeiro recenseamento geral da população, em 1864, que identifica 1700 habitantes na freguesia²³¹. Nesta época já não se colocam dúvidas sobre o território abrangido, estando a freguesia devidamente escalonada pela reforma administrativa do século XIX, que a integrou primeiro no concelho de Loriga, até 1855, a partir dessa data, no município de Seia. A partir desse período, a Paróquia de Vide é coincidente com os limites da freguesia²³². Desta reforma resultou um aumento do território de Vide que passou a integrar cinco aldeias do, também extinto, concelho de Alvoco da Serra.

Verifica-se desde 1864 um crescimento ininterrupto da população até aos censos de 1940, com variações entre o 0,50%, em 1940, e os 25,74%, em 1911. Nos censos realizados entre 1911 e 1940, a aldeia de Teixeira fazia parte da freguesia de Vide e os dados divulgados nos gráficos referentes a esse período contemplam a população dessas novas anexas.

²³¹ - *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, Tomo I, Prédios e Fogos; População – Dados retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1960, p.53-150.

²³² - Os levantamentos paroquiais feitos em Vide ao longo de vários séculos foram contabilizando paroquianos de aldeias de diferentes concelhos. Em 1864 registava-se uma concomitância entre a freguesia e a respectiva paróquia.

Gráfico n.º8: Evolução demográfica do concelho, 1864-2011



Fonte: Recenseamentos gerais da população

Durante as três últimas décadas do século XIX a população adensou a uma média de 20 novos habitantes ao ano. O registo de 1878 contabiliza um aumento de 13,52%, o de 1890 24,35% e em 1900 0,79%. Um aumento de 719 habitantes o que corresponde a 42,29% da população averiguada em 1864. A última década de 1800 regista uma contracção significativa na evolução demográfica para a qual não se encontrou nenhuma explicação documentada.

Do início do século XX até ao pico demográfico do território na década de 1940, o aumento foi inferior ao registado no último quartel de XIX, cerca de 18,5 habitantes ao ano, evoluindo num total de mais 745 pessoas, 30,79% de crescimento relativamente a 1900.

De todos os recenseamentos disponíveis, a década de maior crescimento decorreu entre 1900 e 1911 com mais 623 recenseados, um aumento de 25,74%. Como foi dito, este aumento terá relação directa com a integração da população de Teixeira na freguesia de Vide.

A estagnação da população que se observa entre 1911 e 1920, como se viu já tinha registado uma variação semelhante 20 anos antes, aparentemente parece não ter tido a contribuição do primeiro conflito mundial pois esta freguesia contribuiu com poucos militares.

Possivelmente a forte contracção no crescimento demográfico poderá ter ligação à pneumónica que assolou fortemente Portugal a partir de 1918 em que a vizinha vila de Loriga

foi fortemente fustigada²³³.

Também a sangria emigratória para os Continente Americano, e em menor escala para África, sendo significativa no concelho de Seia e na bacia da Ribeira de Alvoco, não se revelou muito intensa na freguesia de Vide.

Por um lado não bastava querer emigrar, era também necessário ter meios económicos para fazer face às despesas decorrentes. Poucos, ou mesmo nenhuns, teriam o dinheiro necessário, obrigando a recorrerem a prestamistas, dando como garantia o seu “parco” património ou da família. Dos emigrantes conhecidos no território, raros alcançaram fortuna para resgatar os seus haveres ou arranjar um pé-de-meia que permitisse comprar outros bens, havendo famílias que pioraram de situação económica face à falta de meios para cumprimento dos empréstimos assumidos²³⁴.

No entanto importa sublinhar que, embora se verifique que muitos emigrantes atlânticos seguiram o caminho legal para obtenção de passaporte, na verdade há conhecimento, através de fontes orais, que na segunda metade do século XIX, e também durante o século XX, existiram saídas de homens para a Argentina e Brasil, de forma clandestina.

Após 1920 os ganhos de população não se revelam significativos. Em 1930 observa-se uma variação de mais 95 habitantes, crescimento de 3,01%, e em 1940 a população tinha aumentado 16 residentes, o que traduziu um acréscimo de meio ponto percentual.

Em termo absoluto, o pico demográfico de Vide ocorreu na década de 1940, com 3164 habitantes recenseados no final da década. Em 1950 a freguesia de Vide contava com 2785 pessoas, menos 379 que no censo anterior, uma diminuição de 11,97%. No entanto, há que salientar que a freguesia de Teixeira ganhara de novo autonomia administrativa, contando nesse censo com 531 pessoas as quais não foram contabilizadas em Vide, como tinha acontecido nos recenseamentos anteriores.

²³³ - Não foi possível consultar os registos paroquiais em posse da Comissão Fabriqueira da Paróquia de Vide. Por várias vezes se contactou pessoalmente o senhor padre João Barroso, responsável máximo da Paróquia de Vide, pedindo autorização para verificar alguns dados que se presume constem nos livros de assentos paroquiais não obtendo resposta favorável.

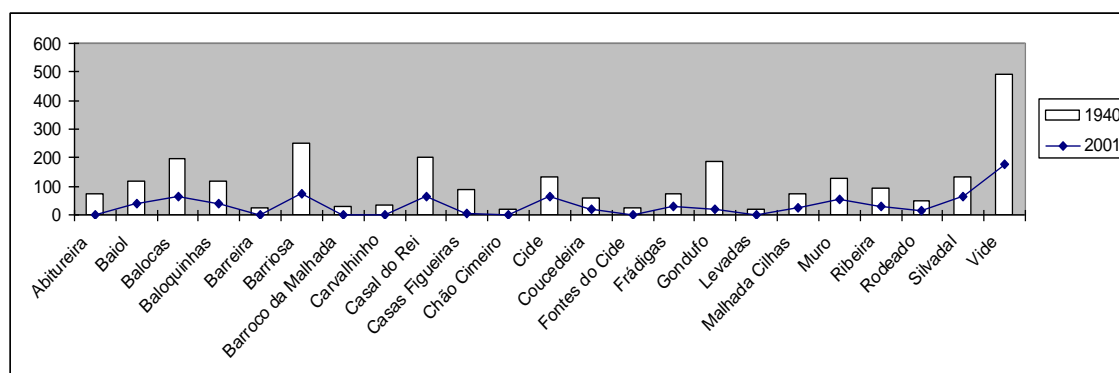
²³⁴ - Segundo o testemunho de José Abranches Borges Mendes, da aldeia de Barriosa, a emigração para o Brasil e Argentina, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, “foram a desgraça” de muitas famílias de proprietários rurais. Estes, embora com um bom património agrário à escala local, não possuíam o dinheiro necessário para os seus filhos partirem em busca da “árvore das patacas”. Dessa forma deram como garantia de empréstimos financeiros as suas propriedades. Registam-se a partir daí comerciantes e industriais da região, de outras freguesias, como donos de terrenos, casas ou lagares de azeite no território.

A diminuição demográfica que se verifica desde 1950 – 2785 habitantes –, até ao recenseamento de 2011, em que foi apurada uma população residente de 583 pessoas, decorre por motivos diferentes. Até 1970 tem como causa principal a saída de pessoas sendo que, após esta data, a população decresce principalmente devido à baixa natalidade e à elevada taxa de mortalidade registada devido a uma população cada vez mais idosa.

Essa tendência foi transversal a todas as aldeias registando-se uma diminuição de população em praticamente todas elas a partir de 1960. A quebra populacional da década de 60 regista-se em todo o país. A tendência inverteu-se nos anos 70 ainda que para um crescimento muito ténue²³⁵.

Exceptuando as emigrações atlânticas, das quais se falou, pode dizer-se que a primeira leva de habitantes ocorre de forma sazonal, durante períodos curtos de semanas ou meses, dependendo dos locais de destino. Durante o período da Segunda Guerra Mundial algumas centenas de pessoas foram trabalhar para as Minas da Panasqueira, ficando ali a residir. No entanto, a grande maioria regressava às aldeias de origem com frequência semanal ou quinzenal para buscar mantimentos e ver a família²³⁶.

Gráfico n.º9: Dados demográficos da freguesia, por aldeias, 1940 e 2001



Fonte: Recenseamentos gerais da população

O fim desse conflito mundial arrasta muitos aldeãos para o desemprego, obrigando a procurar outros destinos para trabalhar. Como foi dito numa primeira fase vão engrossar os

²³⁵ - RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, ob. cit., p.436.

²³⁶ - Fonte oral: O senhor António Cândido, da aldeia de Fontes do Cide, que nessa época também trabalhava na mineração.

batalhões de homens que trabalhavam na Serra da Estrela para a empresa hidroeléctrica EHESE, sediada na vila de Seia. No entanto, os fracos salários aí praticados, assim como o curto período de tempo que se trabalhava devido à neve, não se revelava alternativa ao emprego perdido na mineração. Durante o Inverno, quando os homens vinham para casa, coincidia com um período de tempo em que não se arranjava trabalho nos campos. E terá sido nesta época que se registaram as primeiras saídas acentuadas de gente, homens que deixavam na aldeia a família, para a cidade de Lisboa²³⁷.

Na década anterior começara também um movimento sazonal de trabalhadores para a região do Ribatejo para trabalharem na agricultura²³⁸. Aqui as ausências revelavam-se mais espaçadas decorrendo desde o mês de Março até Novembro. As “vindas a casa” aconteciam apenas no final do contrato, não só devido à falta de meios de transporte como aos fracos rendimentos auferidos, que limitavam a tiragem de uns dias²³⁹. Esta situação precária levava a que, por vezes, quem para aí migrava não assistisse a funerais de familiares mais chegados como pais ou irmãos.

O elemento feminino também participou nestes movimentos, embora em menor número, quase sempre acompanhando um familiar directo, o pai, um tio ou um irmão. No recenseamento de 1950 foram contabilizados 104 homens e 22 mulheres ausentes temporariamente da freguesia de Vide, 4,42% da população total, a maior percentagem registada no concelho de Seia. Este fluxo era acompanhado de perto pela vizinha Vila de Loriga, com 61 homens e 52 mulheres ausentes de forma não definitiva, 3,79% dos seus habitantes²⁴⁰. A média verificada no concelho de Seia neste censo fora de 2,16%.

Provavelmente terá sido a partir daqui que se intensifica a migração para a capital por iniciativa de alguns homens que, quando finalizada a campanha, optavam por não regressar à aldeia de origem. A proximidade à cidade de Lisboa incentivava-os a tentarem ali novo emprego. Houve mesmo quem, qualificando o trabalho agrícola de “escravatura”, tenha

²³⁷ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide, que se lembra perfeitamente de vários conterrâneos que percorreram o circuito de trabalho nas minas, nas obras da serra e que depois saíram para Lisboa.

²³⁸ - Fonte oral: O senhor Joaquim Cardoso, da aldeia de Muro, que em 1941 foi para a “Borda d’Água” com a idade de 14 anos.

²³⁹ - O contrato estabelecido entre o trabalhador e o patrão contemplava duas viagens por conta do último, uma da aldeia para a quinta e outra, no sentido inverso no final da safra.

²⁴⁰ - *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950, ob. cit.*, pp.142-145.

abandonado o serviço durante o segundo ano de faina e rumado a Lisboa, em 1947²⁴¹.

Esta inversão na tendência de regressar à aldeia de origem, após o contrato sazonal, justificava-se pelos fracos recursos económicos gerados nas aldeias provenientes de uma agricultura feita em terrenos pobres, com fraca produtividade, onde a exaustão dos aproveitamentos hídricos já não permitia a ampliação da área cultivada para fazer face às necessidades alimentares, que o aumento da população reivindicava²⁴².

A década de 1950 regista uma saída acentuada de gente, principalmente para Lisboa. Embora o decréscimo não se revele significativo, uma diminuição de 5,60% na população, essa ocorrência terá relação directa com o facto dos habitantes geralmente terem deixado o núcleo familiar na aldeia de origem e parte desses homens terem sido registados aí.

Significativamente os habitantes da freguesia de Vide, talvez devido ao apego à terra, característica intrínseca dos serranos, partiram inicialmente para pontos próximos do seu local de origem. Mesmo na década de maior migração, 1960, optaram preferencialmente pela cidade de Lisboa, em detrimento de outros destinos de emigração como foram a França ou a Alemanha. Isso não significa que, na actualidade, não haja naturais destas aldeias um pouco por todo o globo. A necessidade de manter laços estreitos com as suas aldeias, onde quase sempre ficavam pais, cônjuges, filhos e amigos, incutiam aos primeiros imigrantes, como objectivo de curto prazo, ganhar algum dinheiro e voltar à aldeia para trabalhar a terra. Numa recolha de campo, efectuada junto de habitantes que emigraram directamente da freguesia para a Europa, constatou-se que a média de permanência nos países de acolhimento não ultrapassou os 15 anos. Durante esse período quase todos deixaram o núcleo familiar na aldeia, regressando logo que construíram ou melhoraram a casa de habitação, pagaram alguma dívida ou compraram mais umas propriedades.

A década de 1960 continua a acompanhar a tendência anterior, característica do que ocorreu no interior de Portugal, registando uma forte diminuição da população residente no

²⁴¹ - ALMEIDA, Vasco dos Santos, *A alma do meu velho Piódão e da minha Vide, com história vividas e salpicos de natureza política*, Arganil, Tipografia da Empresa a Comarca de Arganil, 2007, contracapa.

²⁴² - RIBEIRO, Orlando Ribeiro, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, *ob. cit.*, pp.82-84. A miséria era endémica nesta comunidade existindo mesmo uma classe social que Orlando Ribeiro apelidava de “pobres de pedir”. Atingindo mais certas aldeias, obrigava as pessoas à mendicidade sistemática. À aldeia de Vide, porque era o maior aglomerado urbano da freguesia, convergiam ranchos de pedintes, com um característico “cesto barreiro”, aos quais os habitantes do lugar, ironicamente, apelidavam de “Música do Cesto”. Verdaderamente estes pedintes de porta a porta, só desapareceram do quotidiano local na década de 1970, a partir da instituição das pensões de reforma para os trabalhadores agrícolas, protagonizada pelo governo de Marcelo Caetano.

território. Uma vez mais, esta prende-se com a saída de mão de obra em direcção ao litoral, a emigração para países europeus ou a participação na guerra colonial. Este último factor revelou-se importante para uma saída acelerada de jovens, que doutra forma tardiamente o fariam. O contacto com realidades diferentes e as novas relações sociais decorrentes da alteração do grupo de amigos, concorreram para que, findo o serviço militar, poucos se arreigassem na povoação de origem.

A contracção demográfica registada nesta década, 724 habitantes, evidencia um número de habitantes mais elevado que o total de residentes recenseados pelo censo de 2011, 584 pessoas. Contribui então a década de 1970 com uma diminuição de 19,94% pessoas face ao período anterior.

Provavelmente verifica-se a partir daí uma mudança no paradigma de decréscimo assente, até aí, na saída de pessoas. Sai menos gente mas, em contrapartida, nascem menos crianças e morrem mais indivíduos. No entanto, no início da década, continuaram a construir-se escolas em várias aldeias, decisão essa que transitava dos anos de 1960.

A descolonização trouxe de volta alguns naturais da freguesia de Vide, principalmente de Angola e Moçambique. No entanto, este regresso às origens serviu, na sua maioria, como um trampolim para outros destinos, que entretanto foram procurados, sendo que o número total de agregados familiares radicados definitivamente não ultrapassou uma dúzia.

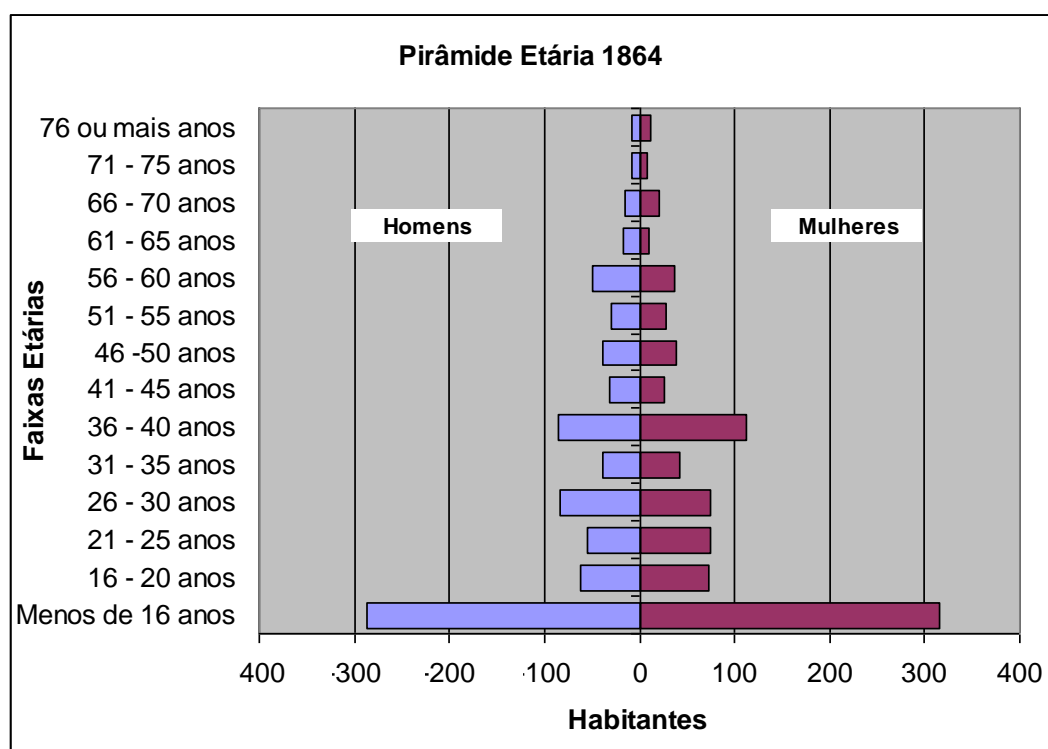
As décadas de 1980 e 90 revelaram decréscimos na ordem dos 23% em cada período, proporcionados principalmente pelo aumento da população idosa, que conseqüentemente se tem traduzido numa elevada taxa de mortalidade contrastante com a quase nula de natalidade²⁴³.

O século XX termina com a tendência registada nas últimas décadas e 2001 confirma uma descida de residentes em 24,42%.

Em 2011, trabalhando com dados similares, foram registados 583 habitantes em toda a freguesia de Vide, uma quebra de 30,72% face ao recenseamento anterior, a mais elevada entre censos, desde 1864.

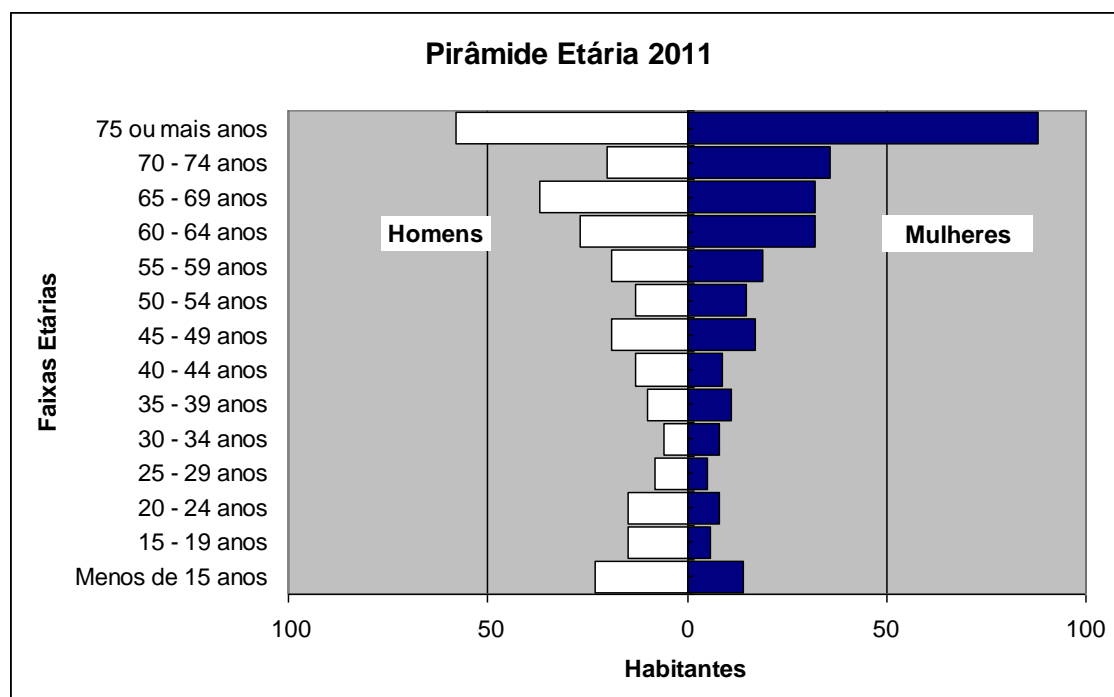
²⁴³ - No ano de 2012 registou-se o nascimento de apenas duas crianças na freguesia de Vide.

Gráfico n.º10: Pirâmide etária em 1864



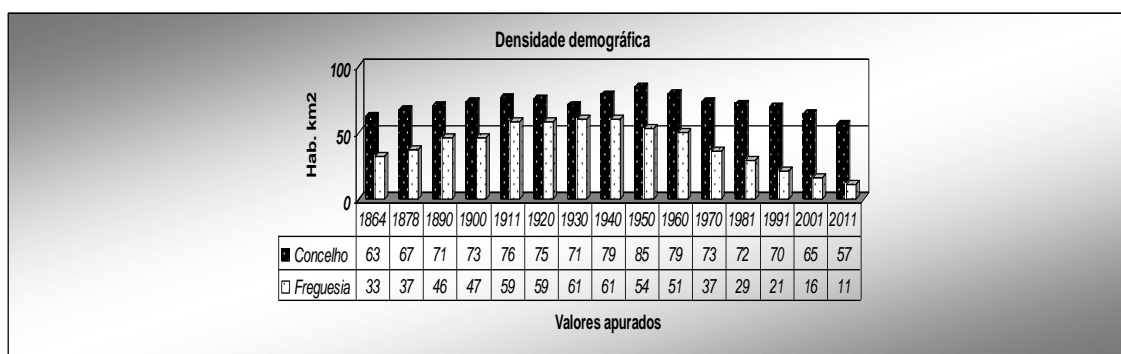
Fonte: Recenseamentos gerais da população

Gráfico n.º11: Pirâmide etária em 2011



Fonte: Recenseamentos gerais da população

Gráfico n.º12: Densidade populacional, 1864-2011



Fonte: Recenseamentos gerais da população

Esta ocupação indica uma densidade populacional de 11 habitantes por km², contrastante com a taxa verificada na década de 1940 que contava com 64,84 residentes por cada unidade. No entanto, esta diminuição ultrapassou largamente a contracção registada no Concelho de Seia que, mantendo uma curva descendente desde o seu máximo registado na década de 1940, diminuiu 23%, enquanto a densidade populacional na freguesia de Vide recuou 84%.

A elevada idade dos residentes, associada à baixa taxa de natalidade, prognostica para as próximas décadas um elevado despovoamento do território não existindo, neste momento, possibilidade de antevisão de políticas que permitam inverter esta tendência.

3.3 - Economia

Apresentação das paisagens da organização do espaço agrícola e florestal e a identificação dos principais recursos já foram tratados no capítulo referente ao enquadramento geográfico. Esboçaremos agora alguns aspectos referentes à evolução conjuntural da vida económica e social desta comunidade de montanha.

Como já foi referido, a documentação mais antiga encontrada sobre o povoamento do território remonta a 1527-1532 através do “Numeramento” de D. João III. A aldeia de Vide surge então como sede de um concelho que, embora detentor de uma vasta área territorial, apresentava três núcleos urbanos Vide, Gondufo e Cide, e um casal, a Quinta da Teixeira²⁴⁴.

²⁴⁴ - Fonte: O então concelho de Vide tinha praticamente a área actual, cerca de 52 km², para uma população de 20 moradores o que se revela um extenso território e uma densidade demográfica muito escassa.

Data do final do século XVI, de 13 de Fevereiro de 1589, o primeiro registo escrito que fornece alguns elementos mais seguros sobre a economia do então concelho de Vide²⁴⁵. Trata-se de uma escritura de dote sacerdotal, a partir da qual é possível entrever alguns aspectos da organização económica local do final desse século²⁴⁶. Entre os bens afectos ao património eclesiástico são referidos os seguintes: um pomar, não classificando as árvores cultivadas; uma casa que servia de estrebaria; metade de uma vinha; um souto com olival; colmeias; gado miúdo e uma terra de pão. Menciona-se também uma “confraria do linho”, sugerindo que essa cultura faria parte das culturas praticadas. Indica, ainda, um local denominado como a horta.

Quadro n.º27: Relação de bens de Simão Correia

Descrição	Localidade	Valor
Metade das vinhas dos Ortos	Alvôco das Várzeas	1.000 rs
Terras do Caneiro	Alvôco das Várzeas	5.000 rs
Courela acima da ponte	Alvôco das Várzeas	5.000 rs
Souto entre o de Montim Mouro e o do Barreiro	Alvôco das Várzeas	5.000 rs
¼ das casas onde vive Luís de Gouveia ²⁴⁷ e o pomar	Vide	20.000 rs
½ da casa de estrebaria e arrecadação de palha	Vide	10.000 rs
Metade de uma vinha	Vide	4.000 rs
Metade da Aveleira, com o seu souto e olival	Vide	20.000 rs
Souto da Confraria do Linho	Vide	14.000 rs
23 Colmeias	Vide	10.000 rs
Sete cabeças de gado miúdo	Vide	2.000 rs
Uma arca grande	Vide	1.500 rs
Uma dorna grande	Vide	1.500 rs

Fonte: ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38

Segundo este documento a economia da freguesia de Vide já nessa época se alicerçava

²⁴⁵ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

²⁴⁶ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38. Este documento foi gentilmente transcrito pela Professora Doutora Leontina Ventura, da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, à qual se exara um profundo agradecimento.

²⁴⁷ - Pai de Simão Correia.

em vários produtos e técnica produtivas²⁴⁸. As terras de pão reportavam-se provavelmente ao granjeio de centeio, fazia-se vinho, cultivava-se o linho, criava-se gado miúdo, explorava-se a apicultura, produzia-se azeite, tratavam-se soutos para apanha de castanhas, desconhecendo-se apenas quais as culturas que se praticavam na horta.

Mencionam-se também as vinhas e pomares que, enquanto sistemas organizados de exploração agrícola, desapareceram posteriormente da estrutura do espaço agrário da freguesia.

Um século mais tarde, o padre Carvalho da Costa declara sucintamente na sua corografia que “Vide da Foz do Piódão” é uma terra rica em “trutas e gado cabrum”²⁴⁹. Estes dados, certamente recolhidos no final do século XVII, apontam a pastorícia como uma actividade muito importante na comunidade. Fica também subentendida a relevância da ribeira face ao peixe que poderia dispensar para a dieta alimentar da comunidade²⁵⁰. No entanto, Luís Ferrand de Almeida declara que a obra citada anteriormente sofre de visível falta de critério na recolha e divulgação de dados²⁵¹.

As memórias paroquiais de 1758, contrariamente ao que sucedeu com as freguesias vizinhas, não registam qualquer informação relativa às culturas praticadas, assim como aos produtos produzidos, na paróquia de Vide.

A documentação disponível para o século XIX permite-nos identificar as seguintes colheitas:

Vinha

Como cultura dominante, do ponto de vista comercial, surge o vinho, posicionando-se como a principal fonte de receita para os cofres da Câmara Municipal de Vide, em 1835. Efectivamente os últimos actos administrativos, antes da extinção do município, em 1836, dão

²⁴⁸ - Os valores apontados destacam também a importância de determinados animais para a comunidade como se verifica pelo preço de uma colmeia, cerca de 435 réis, relativamente a uma cabeça de gado miúdo, cabra ou ovelha, que valia 286 réis.

²⁴⁹ - COSTA, Padre António Carvalho da, *Coreografia Portuguesa e Descrição Topográfica, Tomo II*, p.235.

²⁵⁰ - Curiosamente, em 1914, a Junta de Freguesia de Vide manifestava enorme preocupação com os recursos piscícolas. Pagava então, a quem participasse de alguém que deitasse “peste” no rio ou pescasse em época de defeso. Pela 1.ª participação, pagava 1\$00 escudo, pela 2.ª, 0\$50 centavos, as restantes eram gratificadas com 0\$40. A situação era encarada com tal gravidade, devido às muitas transgressões, que foram propostos, à Câmara Municipal de Seia, Augusto Amaral, José da Costa, José Fonseca e Albano Luís para guardas do rio.

²⁵¹ - ALMEIDA, Luís Ferrand de, *Sobre a introdução e a difusão do milho máis em Portugal*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, p.165.

conta do manifesto de vinho para venda nas aldeias de Gondufo e Coucedeira²⁵².

Das árvores que Orlando Ribeiro considera incontestavelmente de origem mediterrânica, foi bastante difundida a oliveira e, em muito menor escala, a figueira²⁵³. Destacou-se também o sobreiro que teve entre a comunidade um uso intenso com o aproveitamento dos seus derivados, da cortiça para colmeias, da bolota para alimentação dos animais ou da própria árvore para lenha. Quando adulta, era arrancada com raiz sendo utilizada como prensa nos lagares de vinho e de azeite da freguesia.

Castanha

O castanheiro também marcou de forma indelével a economia local. Pelo menos desde 1500 que é apresentado como um património seguro servindo como garantia de valores patrimoniais²⁵⁴. Em 1879, no contexto de promessas ou de testamento por morte, surgiram como um dos produtos mais oferecidos à igreja paroquial de Vide. Ofereceram-se nesse ano oliveiras, castanheiros, milho, castanhas, queijos e feijão²⁵⁵. Poder-se-á pensar que estes seriam os produtos mais valiosos entre a comunidade.

A venda de castanhas contribuiu também para o orçamento da freguesia durante vários anos. Em 1929, venderam-se as castanhas de diversos soutos da freguesia e a madeira de castanho das árvores que a Junta de Freguesia possuía nas aldeias de Balocas, de Cide e no Carpido²⁵⁶. Desconhece-se a repercussão económica e social que o declínio do número de castanheiros, ocorrido no século XIX com a doença da tinta, teve na freguesia de Vide. As alusões a esta região que se encontram em várias obras não são claras em termos do impacto destas culturas na vida das comunidades²⁵⁷.

Sabe-se que a cultura da videira ocorre nesta região, comprovadamente, desde pelo menos o século XVI. Possivelmente a origem da toponímia da aldeia de Vide estará ligada a esta cultura.

Do século XIX chegam vários documentos que dão conta da importância do vinho na

²⁵² - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide, fl.8.

²⁵³ - RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, ob. cit., p.115.

²⁵⁴ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

²⁵⁵ - JPV, Livro de Actas, fls.1, 1vs. e 3.

²⁵⁶ - JPV, Livro de Actas, fls.132 vs. e 134 vs.

²⁵⁷ - CALDAS, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Edição do Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, p.265. Segundo este autor, com a doença da tinta a superfície de cultura do castanheiro diminuiu de 250 000 para 70 000 hectares durante o século XIX.

economia local. Em 1835, na aldeia de Barriosa, pagou-se o “real de água”, para se poder vender vinho a retalho nas respectivas casas, nada menos que sete comerciantes com um imposto mínimo de 240 réis e máximo de 3100²⁵⁸.

Significativamente os últimos actos administrativos lavrados pela Câmara Municipal de Vide destinaram-se a cobrar impostos pela venda de vinho nas aldeias de Coucedeira e de Gondufo²⁵⁹.

Contrariamente ao que se verificou durante o século XX, quando a videira era predominantemente cultivada em cordão à volta dos socalcos de xisto, nos seus primórdios a viticultura era praticada em espaço próprio designado de “vinha”. Esta região não terá ficado imune à devastação que a filoxera provocou na espécie durante o século XIX²⁶⁰. Poder-se-á basear esta afirmação em dois factores observáveis no terreno. Por um lado, a constatação de haver vários locais designados de vinha, ou de vinha morta (mortório), onde ninguém conheceu qualquer cultura estruturada de videiras mas que, no entanto, continuam a receber esta designação. Por outro lado, nos mesmos locais, agora com videiras plantadas em cordão à volta do socalco, surgem cepas de produtor americano que, como se sabe, foram largamente distribuídas para refazer a cultura, por demonstrarem melhor resistência à doença²⁶¹.

Na freguesia de Vide, que integra a denominada Região Demarcada do Dão, as varas do “americano” possibilitaram uma replantação acessível e económica, permitindo explorar terrenos de fraca qualidade, graças à adaptabilidade da espécie, que ganhava raízes com muita facilidade. Essa característica permitia que, a partir de uma cepa colocada em terrenos agrícolas, fosse feita a exploração através da extensão da planta por terrenos de mato ou improdutivos. Após a década de 1950 já todos os terrenos se encontravam restabelecidos com videiras, tendo principiado a enxertia do produtor americano com outras castas. As cepas adultas permitiam a colocação de vários “garfos” (enxerto), podendo produzir no ano seguinte ou, em alternativa, proceder à enxertia da cepa por fases, mantendo metade da cepa em produção. Procurava-se, dessa forma, contrariar a quebra da quantidade de vinho.

Até à década de 1990, o vinho revelou-se um produto muito lucrativo graças à procura

²⁵⁸ - APARÍCIO, António Mendes, *ob. cit.*, p.127.

²⁵⁹ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide, fl.2.

²⁶⁰ - VAQUINHAS; Irene Maria; NETO, Margarida, *Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações, História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, Volume V, *O Liberalismo*, Editorial Estampa, pp. 325-337.

²⁶¹ - AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta, dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 2003

intensa que se verificava²⁶². A comunidade imigrada nas grandes cidades impunha que o vinho consumido tivesse origem na região natal. As várias deslocações à aldeia ao longo do ano, pelo Natal, na Páscoa e durante as férias de Verão, contribuíam para o escoamento do produto, não apenas pelo consumo no local como pela quantidade transportada para os locais de residência.

Batata

Outro produto que se revelou importante na economia rural foi a batata. O século XIX revela-se como o período em que a cultura deste tubérculo se difunde largamente na Europa, integrando-se na alimentação de animais e humanos, principalmente das classes mais pobres²⁶³. Em 1643, já se cultivava na Região de Coimbra, sendo motivo de conflito entre o mosteiro de Santa Cruz e os moradores do couto de Quiaios que se recusavam a pagar parte das batatas que cultivavam nessa concessão²⁶⁴. A data de chegada desta cultura à Beira Alta, distritos de Viseu e Guarda, poderá ter ocorrido no final do século XVIII. Isso mesmo defende António Amaro, enquadrando a difusão do tubérculo no contexto de grande escassez conjuntural de pão provocada pela Guerra dos Sete Anos, 1756-1763²⁶⁵. Em meados do século XIX já esta província se situava entre os maiores produtores de batatas em Portugal.

Carminda Cavaco defendeu que a difusão da cultura da batata talvez fosse o mais importante aspecto da evolução da agricultura no século XX em Portugal²⁶⁶. Principiou com a rotação das terras centeeiras, ganhando terreno ao utilizar as terras mais secas, por fim alcançou o espaço do milho. Muita da vantagem desta cultura prendia-se com a sua menor dependência de regas frequentes, encontrando-se já criada a partir de Junho.

Na freguesia de Vide a difusão desta cultura ocorre na segunda metade de 1940²⁶⁷. A

²⁶² - Outro produto que se revelava lucrativo, derivado do vinho, era a aguardente de “cachiço” (bagaço do vinho). Destilada em alambiques artesanais, revelava-se um digestivo apreciado quando fizesse estágio em barris de madeira. Hoje, embora exista alguma produção, não tem consumo porque é proibida a sua comercialização a partir do pequeno produtor. Também se destilava aguardente de medronho, muito importante em ganhos económicos, e aguardente de mel, esta com pequena produção devido às dificuldades de fermentação e destilação.

²⁶³ - NETO, Maria Margarida Sobral, *Introdução e expansão da cultura da batata na Região de Coimbra (Sècs. XVII-XIX)*, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIX, Coimbra, 1994, p.55.

²⁶⁴ - NETO, Maria Margarida Sobral, *Introdução e expansão da cultura da batata na Região de Coimbra (Sècs. XVII-XIX)*, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIX, Coimbra, 1994, p.55.

²⁶⁵ - AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *ob. cit.*, p. 212.

²⁶⁶ - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p.210.

²⁶⁷ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

falta de terrenos disponíveis, a escassez monetária para comprar sementes e adubos, bem como outras condicionantes, relegavam a batata para um plano secundário. Também não será de estranhar que, em 1940, registando o concelho de Seia a mais baixa produção desta cultura no contexto do distrito da Guarda e da Beira Alta, se tenha assistido a uma tardia propagação do cultivo na freguesia de Vide²⁶⁸.

Apesar de tudo, não deverá esquecer-se que na década de 1860 a cultura do tubérculo estava disseminada por todos os concelhos de Coimbra, com especial incidência no vizinho concelho de Oliveira do Hospital²⁶⁹.

Na freguesia de Vide, os primeiros terrenos ocupados com o seu cultivo são as terras centeeiras em espaço florestal onde fazia rotação com o centeio. Se aquele cereal só utilizava a terra de seis em seis anos já a batata poderia fazê-lo anualmente assim houvesse semente disponível²⁷⁰.

Até à década de 1940 a batata era então um produto marginal, que se tentava cultivar sem ocupar o espaço de outras culturas, nunca se impondo como opção na dieta alimentar das aldeias. Segundo uma fonte oral, a cultura da batata tem o seu incremento na freguesia de Vide através de ajuda dos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Terá sido com a oferta de batatas de semente, que eram conhecidas entre a comunidade como “batata americana”, de muito boa produção e qualidade, que se difundiu a agricultura deste tubérculo²⁷¹.

Ainda de acordo com a informação recolhida, foi através da batata americana que chega também a primeira praga da planta. É convicção da população que o escaravelho da batateira, desconhecido até à chegada desse auxílio, se propagou através das sementes recebidas. O combate a este flagelo faz-se com “DDT” (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) sem se ter a noção que era um produto de elevada toxicidade. A rama das batateiras era cortada e servia como alimento dos ovinos e caprinos locais tendo morrido muitos animais no primeiro ano de tratamento da cultura.

Poder-se-á dizer que, em 1950, a produção de batata já se havia instalado definitivamente nas preocupações dos agricultores que cada vez mais apostavam em comprar

²⁶⁸ - AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *ob. cit.*, p.220.

²⁶⁹ - NETO, Maria Margarida Sobral, *A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do Sec. XIX, ob. cit.*, p.74. Os laços comerciais, e também jurídicos, com este concelho eram nessa data muito estreitos pelo que não será de estranhar que a cultura da batata na freguesia de Vide fosse há muito conhecida.

²⁷⁰ - Fonte oral: O senhor Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo.

²⁷¹ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

sementes certificadas. Foi nesse ano que, pela primeira vez, um negociante local comercializa batatas da marca “primor” que se revela muito temporã, de fácil cultura e com boa produtividade²⁷².

Posteriormente, a utilização de adubos veio tornar muito produtiva a lavoura, gerando bons ganhos económicos, e incentivando à sua lavra. Tornou-se quase um hábito generalizado presentear familiares ou amigos, que vivessem em meios urbanos, com uma ou várias sacas de batatas²⁷³.

Actualmente é a única cultura que vai sobrevivendo nos amanhos das terras, gerando quase sempre excedentes, nem sempre absorvidos pelo mercado local. Não havendo animais para comer os sobejos de produção, quando o ano se revela de produção excepcional, os agricultores enterram muitas toneladas de tubérculos.

Azeite

A oliveira, e a produção de azeite, revelam-se muito antigas na região. De facto, como foi dito, já no século XVI se registavam olivais na freguesia de Vide.

Tal como acontecia noutras partes da Beira Alta, poucos eram os agricultores que plantavam oliveiras como cultura isolada²⁷⁴. Porém era possível encontrar olivais como monocultura em determinados terrenos que não tinham nascentes ou sistemas de rega para associação de outras plantações. Quando tal acontecia, semeava-se aí centeio e algumas batatas temporãs. Quando o solo não mostrava aptidão para outras espécies agrícolas destinavam-se esses olivais para o pastoreio.

Quando a oliveira surgia consociada em terrenos de várias culturas era detentora de um elevado porte para permitir que se produzisse milho, batata ou feijão sob a sua ramagem.

Segundo António Amaro a produção de azeite no distrito da Guarda foi sempre crescendo entre 1900 e 1940 tendência que, provavelmente, foi acompanhada na freguesia de Vide.

²⁷² - Verdadeiramente a espécie de batata comercializada designava-se “Bintje”. Registava uma produção significativa mas em período temporão pelo que as pessoas lhe chamavam um “primor”. Como não seria fácil pronunciar correctamente o nome da variedade a população apelidou-a de “batata avintes”, nome pelo qual ainda hoje é conhecida.

²⁷³ - Durante várias décadas o camião que transportava o correio de Vide para Serpins, Ramal da Lousã, tinha uma actividade paralela que permitia aos agricultores enviarem através de comboio, ao longo de todo o ano, vários produtos agrícolas produzidos para familiares residentes na cidade de Lisboa.

²⁷⁴ - AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *ob. cit.*, pp.224-226.

Os sete lagares de vara existentes no território atestam a importância da cultura e alertam para a quantidade de azeitona produzida.

Hoje revela-se como a única árvore que vai sendo mantida, e os seus frutos recolhidos, principalmente porque, ao contrário de outras culturas, se mostra muito resistente à falta de amanhã dos solos onde foi plantada. Uma oliveira pode passar vários anos sem ser mondada ou estrumada e manter produção.

Seguidamente dar-se-á atenção mais detalhada a outras actividades, espaços ou culturas que se praticaram no território e marcaram estruturalmente a economia e vivência social das comunidades durante séculos.

3.3.1 – Os cereais

3.3.1.1 - O milho

Se fosse necessário atribuir uma denominação ao contexto civilizacional da comunidade em estudo, tal como em outras regiões, certamente a mais adequada seria a “civilização do milho, do xisto e da água”.

Proveniente da América, o milho *maiz* chegou à Europa no século XVI, disseminando-se por todo o espaço europeu nas centúrias seguintes. A nova cultura provocou um grande impacto nas paisagens agrárias, nos sistemas de cultivo e nas condições de vida das populações, em particular na dieta alimentar, sobretudo das mais pobres. Por isso foi apelidada de planta revolucionária por autores portugueses (Orlando Ribeiro) e estrangeiros (Braudel).

Parece inquestionável que grande parte das aldeias nasceu e se desenvolveu graças à produção deste cereal. Em Portugal, como na Europa, a cultura do milho provocou um crescimento demográfico, dando mesmo origem à criação de novos agregados populacionais na região litorânea do país. A multiplicidade de infraestruturas, que mais à frente se abordarão em pormenor, surgiu no contexto de comunidades que se organizaram para adaptar o meio. Este território, desprovido de condições naturais para o cultivo do milho de regadio, ganhou nova configuração paisagística provocada pela difusão de construções destinadas à rega e armazenamento que garantiram uma subsistência mais fácil e menor carência de “pão”.

Determinados autores apontam para que esta cultura tenha chegado ao Baixo

Mondego nos finais do século XVI, ou princípios do seguinte²⁷⁵. Segundo Orlando Ribeiro, na primeira metade do século XVII, a broa de milho maíz já desempenhava um papel indispensável na alimentação das classes populares do Minho e da Beira. Segundo o mesmo autor, a cultura do milho, em menos de um século, ganhou as terras baixas atlânticas e que a difusão até às regiões mais montanhosas do interior do país ocorreu nos séculos seguintes, relegando o centeio para cereal secundário e auxiliando as populações na decadência verificada nos soutos²⁷⁶.

Não temos informação que nos permita datar a chegada do milho grosso a Vide. A Câmara de Coimbra, em 1578, considera este cereal como “o principal de que o povo se sustenta”²⁷⁷. Será de admitir que a chegada do milho ao “Concelho da Vide” possa ter ocorrido precocemente, pois nessa época a paróquia de Vide pertencia à Diocese de Coimbra, existindo forte ligação religiosa, económica e social com essa cidade²⁷⁸. Encontram-se documentos do Cabido da Sé relacionados com estas aldeias serranas desde, pelo menos, o século XVI²⁷⁹.

Foi em finais do século XVIII que se construiu em Vide o mais extenso regadio tradicional, documentado por elementos epigráficos, com um comprimento aproximado de sete quilómetros e que, nesse período, provavelmente serviria apenas a aldeia de Vide. Uma obra de grande investimento, que de certo mobilizou importantes recursos económicos só compensadores se a cultura assim o ajudasse²⁸⁰.

²⁷⁵ - ALMEIDA, Luís Ferrand de, *ob. cit.*, p.161. Já Orlando Ribeiro, no seu trabalho *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, na página 115, escreve que o maíz foi introduzido nos campos de Coimbra entre 1515 e 1525.

²⁷⁶ - RIBEIRO, Orlando, *ob. cit.*, p.115. Orlando Ribeiro afirma que a menor procura de castanha provocou uma decadência nos soutos.

²⁷⁷ - Luís Ferrand de Almeida, *ob. cit.*, pp.158-159.

²⁷⁸ - CARVALHO, Joaquim Ramos de; NETO, Margarida Sobral (Coord.), “A rede de correios na Segunda Metade do século XVIII”, *As Comunicações na Idade Moderna*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, pp.78-94. Na página 153 publica-se o roteiro das aldeias que os enviados do Bispo de Coimbra percorriam nessa época. Principiava em Ceira e terminava em Friúmes passando pela aldeia de Vide. Percorria 31 paróquias distribuídas por oito concelhos contemporâneos. Por aqui poder-se-á confirmar que a teia de relações a grande distância, embora condicionada por uma rede viária deficitária, se fazia com certa facilidade.

²⁷⁹ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

²⁸⁰ - Embora esta levada se deva ao regadio dos campos da aldeia de Vide, a existência de um lagar de azeite, do qual se falará mais à frente, terá sido também um dos motivos para este arrojado empreendimento.



Foto n.º 4: Marco que assinala o 1.º regadio tradicional em Vide

Fonte: Autor

Provavelmente é a partir dessa época que tem início a colonização agrícola das encostas a jusante do canal de rega, construindo-se socalcos que permitiram criar condições para a fixação de terra em patamares povoados com culturas de regadio.

As Memórias Paroquiais de 1758, recolhidas em Vide, não dão indicações sobre qualquer tipo de cultura praticada na área da paróquia. No entanto, na vizinha freguesia de Alvoco de Várzeas o padre indicou que naquela aldeia se cultivava, entre outros cereais, o milho grosso²⁸¹.

A evolução demográfica do território, que regista um forte crescimento sobretudo a partir de meados do século XIX até à década de 1940, parece acompanhar o incremento da cultura do milho maíz. O desenvolvimento desta cultura propiciou constantes arroteias, construções de socalcos, disseminação de regadios e o aparecimento de infraestruturas apoiadas economicamente na boa produção do cereal.

Por sua vez o abandono da cultura do milho, que terá ocorrido a partir da década de 1970, acompanhou de perto o fim dos rebanhos, das capoeiras, da criação de porcos, dos moinhos e dos fornos a lenha. Várias razões se podem apontar: a idade avançada dos agricultores e proprietários; a exiguidade da propriedade; a ausência de mecanização; a falta de trabalhadores agrícolas; os custos de produção desajustados à produção e rentabilidade obtida. Inúmeras razões que levaram ao abandono da cultura do milho a partir da década de 1980.

²⁸¹ - Embora se indique como primeira cultura o milho grosso, esta paróquia, que era de apresentação ao vigário de Penalva de Alva, pagava a “côngrua” com centeio, vinho, trigo e dinheiro.

Quadro n.º28: Produção de milho no Distrito da Guarda

Período	Quantidade (toneladas)
1882-1885	111 166
1900-1909	437 100
1910-1919	63 115
1920-1929	59 552
1930-1939	66 757

Fonte: AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *ob. cit.*, p.200

Impactos no sistema agrário

A introdução do milho grosso provocou uma alteração profunda nos sistemas agrários. Uma das vantagens do cultivo do milho grosso era a sua associação a outras espécies igualmente importantes na economia agrícola que, permanentemente, lutava contra a escassez de terrenos e de água. Dessa forma era possível ter o feijão enleado nos canões do milho, as abóboras (também denominadas de botelhas) e os nabos. Não menos significativa na economia local revelava-se, ainda, a forragem de palha para os animais vencerem o período de Inverno ou para o pequeno proprietário realizar algum dinheiro com a sua venda²⁸². Por último, nos terrenos de prado ou lameiro cresciam também pastos – conhecidos na comunidade como erva de semente – que na sua fase de maturação forneciam fenos para alimentar os animais estabulados.

Os socalcos onde se semeava milho estavam, quase sempre, bordejados de corrimões de videiras e algumas árvores de fruto, convivendo, não raramente, com algumas oliveiras²⁸³.

Formas de comunitarismo agro-pastoril

Não se poderá estabelecer uma conexão entre a introdução da cultura do milho e o desaparecimento do comunitarismo agro-pastoril no território. Os autores que defendem que as culturas das terras secas forjaram o comunitarismo não deixam de salientar que, embora as

²⁸² - Como é sabido o milho revelou-se para estas comunidades, ao longo dos séculos, uma fonte de pão e de receita pecuniária. As “bandolas” – as bandeiras do milho – representavam uma importante fonte de receita. Depois de secas ao sol tinham muita procura por negociantes especializados que demandavam estas aldeias comprando a palha e contratando mão-de-obra para o acarreto às costas e cabeça. Na generalidade, todos os agricultores vendiam essa forragem de boa qualidade ficando sem pasto seco durante o período das chuvas. Faziam, então, um aproveitamento dos “canões” amontoando-os em palheiros ao ar livre, dando-os aos animais, quando fechados nos currais.

²⁸³ - RIBEIRO, Orlando, *ob. cit.*, p.117.

terras de regadio tenham propiciado um forte individualismo, as culturas praticadas sempre se articulavam com uma forte solidariedade²⁸⁴.



Foto n.º 5: Cavadores de terra para a cultura de milho, na aldeia de Barriosa, em 2011

Fonte: Autor

Os maiores testemunhos dessa entreatajuda eram, provavelmente, os múltiplos sistemas de rega, sobre os quais este trabalho se debruçará mais à frente. As escrituras de regadios tradicionais que alcançaram os nossos dias mostram que a junção de capitais, por certo escassos na época, se revelava imprescindível à colonização agrícola das encostas escarpadas. A própria cultura mobilizava o trabalho de entreatajuda, fosse dentro da família ou do grupo social, nas inúmeras tarefas dessa lavoura: cavar a terra, semear o milho, sachar, “enleirar”, descamisar, debulhar, secar e erguer²⁸⁵.

Em determinados regadios, devido à sua extensão e falta de água – e também de civismo – era necessário guardar o precioso líquido, percorrendo as levadas em todo o seu trajecto. Um trabalho onde também era necessária a solidariedade de vizinhos era a rega. Enquanto o proprietário regava, os vizinhos e familiares vigiavam o canal de rega²⁸⁶.

3.3.1.2 - O centeio

Até à introdução da cultura do milho maiz, o centeio, consociado com a castanha, representava o “pão” para as comunidades da Beira Interior. O cereal dos pobres cultivava-se nas terras magras da montanha. Em quase todas as aldeias surgem as bouchas, locais íngremes

²⁸⁴ - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p.209.

²⁸⁵ - Importa referir que na freguesia de Vide não existiram arados ou charruas para lavar os terrenos. Todos eles eram cavados à enxada recorrendo quase sempre aos “dias de troco” – em certas regiões chamados de “torna jeira” – nas múltiplas tarefas. Poder-se-á dizer que existia uma estratificação do trabalho: os homens faziam a troca para cavar os terrenos, as mulheres faziam troca para “atupir” (semear), sachar, secar e “erguer” (limpar com a força do vento) o milho.

²⁸⁶ - Esta situação revelava-se mais complicada nos regadios tradicionais das Levadas Velha e Nova que serviam as populações das aldeias de Muro e de Vide.

na encosta que comportavam uma fina película de terra onde, sazonalmente, se praticavam “episódicas culturas de centeio”²⁸⁷.

Poder-se-á pensar que o centeio era cultivado desde a sedentarização das populações no Vale da Ribeira de Alvoco. Nos primórdios terá sido explorado comunitariamente, não só devido às dificuldades de amanhã como à escassez de terrenos particulares, pois que, a maioria dos terrenos seriam baldios, concelhios ou logradouros do povo. A prática da cultura do centeio em terras de uso público, bem como a organização colectiva do trabalho, ocorriam em economias de subsistência.

A circunstância de o cultivo se processar em terras públicas geridas pelas entidades administrativas locais, caso das juntas de paróquia ou freguesia, explicam a ocorrência de informações nos registos documentais destas entidades.

O primeiro documento que se encontrou sobre esta lavoura na freguesia de Vide data de 1829, tratando-se do foro pago pela população de Balocas relativo à Mata do Concelho²⁸⁸. Por sua vez, na vizinha freguesia de Alvoco da Serra, em 1793, realizaram-se obras de ampliação na “eira do povo”, onde a aldeia da Barriosa, pertencente à freguesia de Vide a partir de 1836, tinha “quinhão”²⁸⁹.

Quanto à Freguesia de Vide, apenas foi possível confirmar uma cultura comunal na aldeia de Balocas desde, pelo menos, 1827. Esta partilha referia-se apenas ao local designado como a “Mata do Concelho”.

Um século depois, perante a escassez de terra, a população continuava a recorrer a terrenos públicos para cultivo do centeio. No entanto, em 1940, “os habitantes das aldeias de Casa Figueiras e Outeiro “andaram a cavar terra da freguesia para semear centeio sem que tivessem autorização”²⁹⁰.

O cultivo do centeio como trabalho colectivo perdurou no tempo. Em Balocas a cultura do centeio ocorria de seis em seis anos. Os terrenos eram de fraca qualidade com baixos níveis de fertilidade como o demonstra a “folha” do centeio na freguesia de Vide. A falta de fertilizantes obrigava a que se deixasse crescer as giestas durante seis anos para

²⁸⁷ - CAVACO, Carmina; MARQUES, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p.193.

²⁸⁸ - JFAS, Livro de Fintas, fl.5.

²⁸⁹ - APARÍCIO, António Mendes, *ob. cit.* p.111. Segundo o autor, esta ampliação deveu-se à maior produção de centeio na comunidade que, segundo a sua leitura, era uma cultura praticada comunitariamente.

²⁹⁰ - JFV, Livro de Actas, fl.31.

depois serem cortadas e queimadas fertilizando, dessa forma, as terras de cultura. Em ano de sementeira eram avisados todos os moradores que, em dia determinado, se ia proceder a uma determinada tarefa²⁹¹. Principiavam com o corte das giestas que, após ficarem a secar durante algum tempo, eram distribuídas uniformemente sobre o terreno a semear; seguidamente tinha lugar a queima, procurando que as cinzas chegassem a toda a área de sementeira; noutra dia procedia-se à cava do terreno e enterravam-se as sementes²⁹²; o corte do cereal regulava-se pelos mesmos procedimentos; finalmente, as medas de centeio eram carregadas para as duas eiras do povo, onde eram malhadas com manguais.



Foto n.º 6: Malhadores de centeio na aldeia de Balocas, década de 1940

Fonte: António Dias da Silva

Segundo António Dias da Silva, a Mata do Concelho, num bom ano de colheita, permitia que fossem distribuídos pela população 600 alqueires de centeio²⁹³.

Nos restantes terrenos da aldeia, semeados com centeio, cada morador fazia-o particularmente, com ou sem entreaajuda dos vizinhos ou familiares, sendo essa colheita pertencente a uma só casa ou família. Isso mesmo parece demonstrar o arrendamento feito pela Junta de Freguesia, no ano de 1926, a dois moradores da localidade²⁹⁴. João Pinto Figueiredo e Manuel Dias Mendes comprometeram-se a pagar o tributo de 50\$00 para poderem semear centeio nos terrenos baldios dos Covões, no limite das aldeias de Balocas e

²⁹¹ - BRITO, Joaquim Pais de Brito, *Retrato de aldeia com espelho, ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996. Confrontando a obra de Pais de Brito poder-se-á concluir que, no fundo, esta organização de trabalho era comum a muitas regiões do país, onde se fizeram estudos sobre o comunitarismo agro-pastoril.

²⁹² - Segundo o senhor António Dias da Silva, da aldeia de Balocas, a cava poderia ser feita em vários dias sem a participação simultânea de toda a comunidade. As casas da aldeia tinham que prestar trabalho de acordo com o seu agregado nos dias em que “lhes desse mais jeito”.

²⁹³ - SILVA, António Dias da Silva, *Apontamentos da minha terra*, Balocas, Edição da União Progressiva de Balocas, 2000. O autor, natural da aldeia e, na sua juventude, actor directo neste processo, não descreve como se efectuava a repartição do cereal pelos moradores.

²⁹⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.137.

do Baiol.

Os rendimentos provenientes dos terrenos cedidos para a cultura do centeio revelam-se importantes para o orçamento da autarquia. Em 1919 foi calcetada a Canada das Levadas com a receita do “arrendamento das bouchas de Vide”²⁹⁵.

Os abusos de sementeiras clandestinas nos terrenos públicos eram frequentes nas várias aldeias da freguesia. Muitas vezes apelavam à concorrência de habitantes de freguesias vizinhas. Em 1939, José Mendes Marques Gouveia, da freguesia da Cabeça, semeou sem autorização centeio em terrenos pertencentes a Vide, no limite de Casal do Rei²⁹⁶.

Poder-se-á dizer que, mais próximo ou mais afastado das povoações, todas as aldeias semeavam centeio, pelo menos, até meados do século XX. Certas comunidades designavam o cereal como sendo o pão de verão. De facto, era colhido em Julho, muito cedo para a cultura do milho estar maturada, e num período do ano em que os stocks de milho já se encontravam esgotados²⁹⁷.

Quadro n.º29: Produção de centeio no Distrito da Guarda²⁹⁸

Período	Quantidade (toneladas)
1882-1885	330 353
1900-1909	536 803
1910-1919	251 472
1920-1929	266 016
1930-1939	219 529

Fonte: AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *ob. cit.*, p. 200

Como foi dito, a introdução da cultura da batata em muitas aldeias da freguesia de Vide começa com a rotação dos terrenos de centeio entre o cereal e o tubérculo. Dessa maneira era possível continuar a destinar todo o terreno de regadio ao cultivo de milho, feijão

²⁹⁵ - JPV, Livro de Actas, fl.113.

²⁹⁶ - JFV, Livro de Actas, fl.22.

²⁹⁷ - Esta informação foi frequentemente transmitida pelas fontes orais deixando transparecer uma espécie de gratidão para com o centeio, sendo conhecido como complemento alimentar que evitava uma fome anunciada.

²⁹⁸ - AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *ob. cit.*, p.200. No período estudado, 1890-1939, o Distrito da Guarda produzia 1.604.173 toneladas de centeio e 737.690 toneladas de milho. A hegemonia da cultura do centeio em todo o território apenas era quebrada nos concelhos de Aguiar da Beira, Gouveia e Seia, onde se produzia maioritariamente milho.

ou abóboras²⁹⁹.

A partir da década de 1950, com o abandono das bouchas, o centeio passa a ocupar espaço em terrenos de cultivo não sendo necessário proceder ao pousio característico, de três a seis anos, que a magreza dos terrenos obrigava. Com o início do êxodo, o milho passa a bastar aos consumos das populações e ao centeio resta continuar a sua função de encher de palha os colchões onde o camponês descansava³⁰⁰. São-lhes destinados terrenos de sequeiro, debaixo de oliveiras, terras que, não sendo beneficiados por nenhum regadio, precisavam de amanho para garantir uma colheita melhorada de azeitona ou de outra cultura associada.

3.3.1.3 - O pastoreio

Embora não existam provas documentais, poder-se-á aceitar como certo que o pastoreio promoveu a sedentarização das primeiras populações permanentes da região em estudo³⁰¹. A toponímia local indica vários nomes de aldeias e lugares que sugerem uma actividade económica, ou de subsistência, ancorada na criação de gado.

Encontra-se o topónimo malhada na designação dos seguintes sítios: nas aldeias de Malhada Cilhas e de Barroco da Malhada, assim como no locais designados por Malhada das Vacas, junto à povoação de Baloquinhas, o sítio da Malhada Grande, a sudoeste da Serra da Estrela ou o local denominado à Malhada, mesmo no interior do aglomerado urbano da aldeia de Barriosa, sendo aliás uma ocorrência comum a quase todas as terras. Determinados autores, como Ernesto Veiga de Oliveira, designam estes locais como “construções unitárias para guardar gado, por vezes compostos por muitos pequenos edifícios, geralmente de carácter muito primitivo”³⁰².

²⁹⁹ - As abóboras, botelhas para a comunidade, eram importantes na alimentação dos porcos. No entanto, enquanto a batata não se difundiu na freguesia, também era utilizada na gastronomia local principalmente como substituto do tubérculo e do feijão como puré dos vários tipos de sopas cozinhadas em diferentes aldeias.

³⁰⁰ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura, (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Edição de Autor, 1990, p.70. Esta autora conta que em Vide “os enxergões esvaziavam-se todos os anos. Levavam-nos cheios (de palha centeia) para o pedregal da ribeira e a palha do ano anterior era espalhada sobre as pedras para se fazerem estendedouros para corar a roupa e o linho”. Isto revela como a comunidade utilizava os recursos até à exaustão procurando a sua revalorização em diferentes funções.

³⁰¹ - APARÍCIO, António Mendes, *ob. cit.*, p.505. Este autor faz a seguinte afirmação: “Segundo a tradição, foi a transumância dos rebanhos do Minho, no dealbar da nacionalidade, que levou alguns pastores a fixarem-se nestes ermos”.

³⁰² - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando Galhano; PEREIRA, Benjamim, *Construções primitivas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1969, pp.264-277.

Outros nomes de locais entretanto desaparecidos, como os “Fojos do Rodeado”³⁰³, ou o Fôjo na aldeia da Barriosa, recordam uma prática ancestral para defesa dos rebanhos. Era para esses locais, onde ocorriam acentuados declives naturais, que as comunidades tentavam encaminhar os lobos quando se faziam batidas³⁰⁴.

As “canadas”, assim como as “palheiras”, são outras das construções relacionadas com esta actividade, de que falaremos noutro ponto deste trabalho. Na aldeia do Gondufo, já em plena encosta da serra do Açor, existe um lugar denominado Porto das Canadas, local de convergência onde os rebanhos eram divididos pelas várias canadas de acesso à serra.

Parte da freguesia de Vide animava-se com a passagem de rebanhos que, sazonalmente, procuravam os pastos da Serra da Estrela. Fontes orais, que conviveram com esta realidade entretanto extinta, recordam os rebanhos provenientes da região da Beira Serra em direcção aos baldios de Loriga e de Alvoco da Serra. O gado miúdo das aldeias de Vide não entrava nessa transumância³⁰⁵. O seu efectivo, embora significativo, era muito dividido entre pequenos criadores que conseguiam, no tempo do estio, quando as culturas agrícolas não permitiam a pastagem nos campos, alimentar os rebanhos nos matos florestais da freguesia, em terrenos particulares ou baldios. Outra razão plausível prender-se-ia com o dinheiro necessário para pagar os pastos e ao pastor, o que tornaria a campanha muito pouco lucrativa. Outras razões que se podem apontar estão relacionadas com a falta que os animais faziam para produzir estrume, principal fertilizante dos terrenos agrícolas, e com a perda do leite durante o período de subida à serra. Este último tinha um papel importante na alimentação das comunidades, fosse consumido no seu estado puro ou transformado em queijo.

No entanto, devido à sua especificidade, o gado bovino existente na freguesia, que preferencialmente elegia ervas como alimento, fazia temporadas na Serra de Estrela, principalmente em anos de estio mais acentuado³⁰⁶. Na verdade, como se deduz da análise do quadro seguinte, o seu número, nos anos de 1934 e 1955, era bastante reduzido

³⁰³ - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894.

³⁰⁴ - *Fojos*, <http://www.ecotura.com/fojos.htm>, 15/01/2013, 15h 23m. As características naturais destes locais, comparadas com os “fojos” construídos, que ainda hoje se podem observar em determinadas aldeias de Montalegre, permitem fazer, por comparação, esta interpretação.

³⁰⁵ - Fonte oral: José Abranches Borges Mendes, da aldeia de Barriosa. A fonte referida transmitiu informações relativas às décadas de 1950 e 1960. Carminda Cavaco, no trabalho já citado sobre o Vale de Alvoco, na página 198, refere que no século XIX surge, em documentos da junta da freguesia de Loriga, mencionada a vinda de gado de Vide para os pastos de Loriga.

³⁰⁶ - MARQUES, João Orlindo, *Esta vida é uma cantiga, ocasos do viver numa aldeia serrana*, Lisboa, Editora Apenas, 2010.

comparativamente às freguesias vizinhas da Ribeira de Alvoco.

Quadro n.º30: N.º de animais na freguesia de Vide, em 1934 e 1955

Raça	Ano	Ribeira de Alvoco ³⁰⁷	Vide	%
Ovinos	1934³⁰⁸	5655	3462	61,20%
Ovinos	1955	6465	3885	61,00%
Caprinos	1934	4357	1808	41,50%
Caprinos	1955	5151	2279	44,25%
Bovinos³⁰⁹	1934	269	9	3,35%
Bovinos	1955	321	22	6,85%

Fonte: CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p.216

De certo que a ausência desta necessidade de transumância estará também relacionada com as vastas áreas de terrenos baldios que, durante décadas, foram arrendados pela autarquia de Vide. Efectivamente, no ano de 1885, a Junta de Paróquia de Vide decidiu locar os pastos dos limites das aldeias de Gondufo, Casas Figueiras, Coucedeira, Lamigueiras e Carvalhinho. A receita arrecadada destinava-se à construção de “uma casa d’aula” na sede da paróquia. Em 1886 foram postos a arrematação os pastos dos limites de Cide, Baloquinhas, Baiol, Balocas e Ribeira³¹⁰.

Não foi possível determinar se a queima de pastos ocorria na freguesia de Vide. Esta prática, entretanto proibida, era habitual para os pastores da Serra da Estrela que dessa forma garantiam que despontassem os pastos renovados pela Primavera. Encontrou-se, entretanto, evidência empírica referente à penalização de queimadas. Em Agosto de 1933, a autarquia local celebrou um contrato amigável com “os incendiários do mato na aldeia de Balocas” tendo sido aplicada uma multa no valor de 1 000\$00 a pagar no mês de Outubro. Na mesma reunião também foi decidido multar um habitante da povoação de Casas Figueiras pelo

³⁰⁷ - Acompanham a Ribeira de Alvoco as cinco aldeias que fazem parte do concelho de Seia: Vide, Teixeira, Cabeça, Loriga e Alvoco da Serra.

³⁰⁸ - No ano de 1934, Teixeira fazia parte da freguesia de Vide. O número de animais apresentado para Vide representa a soma das duas unidades administrativas.

³⁰⁹ - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p.201. Na vizinha aldeia de Cabeça só criava gado bovino quem produzisse acima de 200 (duzentos) alqueires de milho. Tal quantidade era significativa face à micro propriedade que caracteriza a região. Esse gado destinava-se exclusivamente a gerar rendimento pois não se conhecia na aldeia arado, charrua ou carro de trabalho.

³¹⁰ - JPV, Livro de Actas, fls.27 a 31 vs e fl.34.

mesmo motivo. Neste caso, porque se provou ter sido um acto involuntário, a coima reduziu-se a 200\$00³¹¹.

A criação de gado promoveu variadas actividades comerciais de negociantes, os mais importantes sedeados em Vide, que percorriam todas as aldeias serranas para a compra, venda e abate de animais. Também lhes interessavam as peles que, depois de secas, eram vendidas para a indústria dos curtumes de Vila Verde, concelho de Seia, bem como a lã, que depois de recolhida, era muitas vezes canalizada para as fábricas de lanifícios das freguesias limítrofes de Loriga e de Alvôco da Serra³¹². A produção de queijo assumia também um papel importante na economia local. Não como produto comercializável em larga escala mas como componente, e enriquecimento, da dieta alimentar das classes mais desfavorecidas.

Em 1945 existiam em Vide cerca de 400 criadores de gado lanífero, havia três negociantes de gado, um negociante de “lã em rama” e três negociantes de peles³¹³.

Desconhece-se que alguma vez tenha existido nas aldeias da freguesia qualquer tipo de comunitarismo pastoril com o revezamento dos donos na guarda dos rebanhos ao longo do ano. Havia em diversas aldeias alguns homens, por vezes crianças em idade escolar que, a troco de uma remuneração, levavam as cabras ou ovelhas a pastar em terrenos baldios nas cumeadas. Em 1940, na povoação do Gondufo, havia dois pastores que levavam o gado da aldeia para pastar nas encostas florestais da serra do Açor. Recebiam 1\$50 por cabeça, por época estival, de cada proprietário dos caprinos, gado predominante na aldeia. Nessa data havia no aglomerado 740 cabras³¹⁴.

Uma parte importante dos agregados familiares ocupava-se com cabeças de gado “a meias” ou ao terço, ou seja, criavam gado que os proprietários ricos ou negociantes de gado davam a ganho a camponeses sem possibilidades económicas para terem animais. Por vezes esta espécie de colaboração era facilitada pelo arrendamento de terras, em que o senhorio

³¹¹ - JPV, Livro de Actas, fl.190 vs.

³¹² - Os criadores de ovelhas quando não vendiam a lã procediam à sua lavagem nas ribeiras e depois de secas iam a Alvoco da Serra onde, nas indústrias de lanifícios locais, as trocavam por tecidos.

³¹³ - *Anuário Comercial de Portugal*, 65.^a Edição, 1945, Volume II, (Províncias e Ilhas), p.3039 e 3053. Poder-se-á duvidar do rigor dos dados constantes nos anuários consultados. Na verdade, quando confrontados com dados estatísticos oficiais coevos, com fontes orais contemporâneas ou com vestígios arqueológicos, constata-se que os dados fornecidos por estas publicações pecam por defeito.

³¹⁴ - Fonte: Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo. Estes dados foram obtidos a partir de apontamentos coevos de António Mendes Freire.

dispensava ao rezeiro algumas cabeças de gado, possibilitando, dessa forma, a produção de estrume para os terrenos amanhados. Registavam-se situações, quando o ano era de má produção agrícola, em que o caseiro pagava de tributo a totalidade da colheita realizada. No entanto esta conjuntura era minorada pelo benefício de poder usar o pasto produzido naquela parcela de terreno para a alimentação do gado³¹⁵.

Os animais explorados a meias obedeciam a uma espécie de regulamento informal que, não estando redigido, por todos era conhecido e respeitado. As cabeças de gado eram sempre pertença do senhorio ou de um negociante de gado local ou da vizinha freguesia de Alvoco de Várzeas. O rezeiro tinha direito a receber metade das crias, do leite, do queijo e também da lã. Os animais nascidos eram repartidos pelo S. João, ou seja, durante o mês de Junho. Se o número fosse par era metade para cada uma das partes. Se só houvesse uma cria, um “perão”, era avaliada em dinheiro. Se o animal fosse avaliado em 100\$00 uma das partes tinha de entregar à outra 50\$00 sendo o direito de opção dado ao rezeiro.

Como era característico na poupança do mundo rural, o gado representava um meio complementar de subsistência. A sua importância parecia confundir-se com a da própria existência humana, como expõe o pequeno texto que Miguel Torga escreveu sobre a freguesia de Vide, onde permaneceu por dois dias, em 1943: “A Beira surpreendida na sua xística pureza (...) o símbolo, aqui, está tão confundido com a realidade, que tanto monta entender ovelhas por gado como por gente, e pastor por um homem de manta às costas ou pelo padre Cândido”³¹⁶.

O gado ovino e caprino caracterizou, pois, uma componente importante na actividade económica da população até à década de 1950³¹⁷. Após esse período, no qual se começa a fazer sentir a acção dos Serviços Florestais na tentativa de reflorestação das encostas onde até essa altura se podia apascentar os gados, o efectivo animal começou uma curva descendente que se manifesta na actualidade (2013) por escassas dezenas de cabeças em toda a freguesia.

³¹⁵ - Fonte oral: O senhor Manuel Dias, da aldeia de Baiol.

³¹⁶ - TORGA, Miguel, *Diário, Vols. I-VIII (1941-1959)*, 2.ª edição integral, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999, pp.266-267.

³¹⁷ - Em 1944 foram recenseadas 28.397 cabeças de gado lanífero no concelho de Seia. A freguesia de Vide apresentava-se em primeiro lugar com 13,94 % desse efectivo, a freguesia de Seia em segundo com 11 % e S. Romão em terceiro, detendo 5,95 % do total das cabeças de gado. *Revista Altitude*, Boletim da Federação de Municípios da Beira-Serra, N.ºs 1 a 3, Janeiro a Março de 1944.

3.3.2 - A economia e a organização dos espaços florestais

3.3.2.1 – A intervenção dos Serviços Florestais

A preocupação com a arborização das serras em Portugal, assim como de outros terrenos incultos, remonta ao século XIX, em que o decreto de lei de 1867 procura, pela primeira vez, estabelecer um modelo de desenvolvimento florestal do país. A arborização das zonas serranas teve início, em 1889, na Serra da Estrela, no concelho de Manteigas. Logo em 1909 o Estado começa a arborização da serra da Lousã³¹⁸. Curiosamente a freguesia de Vide situa-se geograficamente entre os espaços destas duas primeiras intervenções estatais no ordenamento florestal dos baldios em Portugal. Não será pois de estranhar que, em 1909, surgissem vozes na imprensa da região da Beira Serra que advogavam a importância da floresta como motor de desenvolvimento, gerador de riqueza para as “nações”, revelando-se urgente a necessidade de a “submeter a um regime jurídico”³¹⁹. Provavelmente o tema da arborização, assim como a legislação coeva sobre o assunto, não deveriam ser estranhas às populações de Vide na medida em que o jornal “A Comarca de Arganil”, portador dessas notícias, revela-se um dos mais antigos distribuídos na região.

O parágrafo anterior tem importância para compreender a precocidade do processo de divisão de terrenos comuns na freguesia de Vide, a partir de 1930.

As terras comunais representavam uma significativa parcela territorial no Portugal Pré-Liberal³²⁰. O processo de individualização das terras comunitárias teve início em finais do século XVIII, intensificando-se ao longo do XIX. Segundo Castro Caldas, em 1875, tem lugar a primeira divisão de terrenos baldios, a pedido da maioria dos chefes de família de um concelho. Posteriormente, durante a década de 1930, a colonização interna permitiu a divisão de 9.000 hectares de baldios em glebas, que foram entregues a colonos.

A partir da década de 1930 registam-se alterações no usufruto dos terrenos comunais da região e, também, nos da freguesia de Vide.

É nesta década que, pela primeira vez, se procede à divisão da propriedade do logradouro comum na freguesia de Vide. Em 1934, a aldeia de Gondufo procedeu à divisão

³¹⁸ - ESTEVÃO, João Antunes, *A floresta dos baldios*, ob. cit., p.1178.

³¹⁹ - “A importância das florestas e a necessidade de as submeter a um regime jurídico”. *A Comarca de Arganil*, Número 440, 14 de Outubro de 1909, 1.ª página, cl. 1,2 e 3.

³²⁰ - CALDAS, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, ob. cit., p.287.

dos terrenos comunais pertencentes à localidade. Estes sítios, próximos da povoação, onde ancestralmente se recolhia mato, lenha e medronho foram divididos em tantas glebas quanto o número de agregados familiares existentes na aldeia. Posteriormente foi atribuído um número a cada parcela, tendo sido sorteados entre os cabeças de casal que retiraram de um saco o seu algarismo³²¹.

Aparentemente esta divisão parece confirmar que havia habitantes na aldeia sabedores não só da legislação existente à época para a reorganização dos espaços florestais – a lei de 1867 previa que os baldios se poderiam dividir a pedido da maioria dos vizinhos – mas também atentos à discussão pública que existia na década de 1930 sobre a melhor forma de rentabilizar os terrenos baldios e as medidas que se propunham, o que constitui igualmente um indicador da eficácia das políticas de florestação decretadas pelo poder central e promovidas pelos organismos distritais.

Esse debate ganha forma através da Lei do Repovoamento Florestal, decretada pelo Estado Novo em 1938, e que marcará uma forte mudança dos modos de vida das comunidades serranas nas décadas seguintes³²². Oficialmente a reflorestação das zonas serranas impunha-se como um meio de fixação dos solos para impedir o assoreamento dos rios e dos vales cultiváveis³²³. No entanto tinha também como objectivo o incremento das migrações da população rural para os centros urbanos, para “proporcionar abundância de mão-de-obra barata necessária ao arranque do sector industrial da economia portuguesa”. Esta segunda alegação seria defendida por Ferreira Dias, que opinava ser essa a forma de inverter a pressão demográfica sobre os fracos recursos agrícolas do interior de Portugal, “causa de miséria e fome entre as comunidades serranas”.

Remonta a 1941 a primeira intervenção dos Serviços Florestais na freguesia de Vide, através da criação do Perímetro Florestal da Senhora das Necessidades, por decreto de 3 de Outubro³²⁴. Esta unidade orgânica compreendia a intervenção nos baldios contíguos dos

³²¹ - Fonte: Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo. Os dados fornecidos baseiam-se nos apontamentos de António Mendes, sogro da nossa fonte, homem letrado e dinâmico da aldeia. Foi ele quem, em voluntariado, promoveu o ensino de adultos na comunidade. Todos os dias, após o jantar, recebia os habitantes interessados em sua casa onde os ensinava a ler e a escrever, propondo-os regularmente a exame oficial nas escolas da freguesia de Vide.

³²² - “*Lei do povoamento florestal*”, Diário do Governo, I Série – N.º136, de 15/6/1938, <http://dre.pt/pdfgratis/1938/06/13600.pdf>, 26/12/2012, 12h 34m.

³²³ - ESTEVÃO, João Antunes, *A florestação dos baldios*, ob. cit., p.1259.

³²⁴ - ESTEVÃO, João Antunes, *A florestação dos baldios*, ob. cit., p.1197.

concelhos de Oliveira do Hospital, Arganil e de Seia.

Na freguesia de Vide foram registados baldios com os seguintes topónimos: Panca, Cabeça do Gondufo, Bretanha, Pedras Lavradas, Abelheira, Fontão Covo e Malhada Grande. Estes terrenos ocupavam uma área de 400 hectares povoada de pinheiros, matos e áreas de pastagem. Quanto aos usos económicos e sociais, a área baldia foi classificada de “logradouro comum de madeiras, lenhas, matos e pastos” considerada, no entanto, “importante, mas em parte desnecessária”. Registou-se, entretanto, o rendimento usufruído pela Junta de Freguesia com a resinagem³²⁵.

À semelhança do que se passou noutras regiões rurais, também aqui o projecto de reflorestação com pinheiro bravo, desenvolvido pelo Estado Novo, originou conflitos em determinadas aldeias da freguesia de Vide. A primeira notícia que chega alarma as populações perante a possibilidade de perderem os terrenos baldios. Compreende-se essa preocupação com a fruição dos terrenos baldios se tivermos em conta que, em 1934, havia na freguesia de Vide cerca de 101 animais, ovinos e caprinos, por cada km² e, em 1955, coincidindo com o pico demográfico deste território, essa quantidade passara para os 118³²⁶.

A aldeia de Teixeira, que até 1942 fez parte da freguesia de Vide, opôs-se aos Serviços Florestais em defesa do seu logradouro, indo até à cumeada da Serra do Açor declarando que se tratavam de terrenos de uso comunitário, deixados à povoação por particulares. O diferendo foi solucionado em tribunal sendo reconhecida a titularidade dos terrenos à aldeia, abandonando o Estado a intenção de proceder à reflorestação desse limite³²⁷.

Por sua vez na aldeia de Balocas, para impedir que os Serviços Florestais descessem até à povoação com a rearborização, procedeu-se de uma forma diferente³²⁸. Em 1949, um grupo de oito homens da aldeia foi escolhido para dividir os terrenos – reconhecidos ancestralmente como parte integrante do logradouro comum – em sortes iguais a que deram o nome de “terços”. Seguidamente organizaram grupos constituídos por seis casas habitadas no lugar sendo esses talhões sorteados por todos os fogos da aldeia com a seguinte

³²⁵ - *Reconhecimento dos baldios do Continente*, Vol. II, Parte II, pp. 390-391.

³²⁶ - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra*, *ob. cit.*, p.216.

³²⁷ - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra*, *ob. cit.*, p.213. Aqui, ao contrário das outras duas aldeias que falamos, os terrenos nunca foram divididos. Muitos anos depois foi uma associação local quem chamou a si a posse dos terrenos, tendo firmado, em 2010, um contrato de exploração de energia eólica no denominado Parque Eólico de Balocas.

³²⁸ - SILVA, António Dias da Silva, *Apontamentos da minha terra*, *ob. cit.*, pp.48-49.

particularidade: cada parcela ficava propriedade comum de seis moradores.

Quadro n.º31: Locais públicos que foram divididos pela população

Designação local dos terrenos
Treposta
Barroca da Fonte
Terreiro do Malhadinho
Outeiro Lourenço
Ribeiro
Outeiro das Fontes
Pedras Altas

Fonte: Mabilia Preciosa dos Santos, da aldeia de Balocas

Na realidade, cada um dos grupos ficou co-proprietário de um dos sete lotes de baldio, ou logradouro comum, dentro do limite da aldeia.

Nesta povoação, à imagem do que sucedera em Gondufo, mas contrariamente ao que ocorreu na vizinha aldeia de Teixeira, não dividiram as cumeadas tendo sido esse o espaço de intervenção dos Serviços Florestais. No entanto, a partilha dos logradouros comuns não se repetiu nas restantes aldeias da freguesia de Vide, ficando o aproveitamento desses terrenos ao critério do Estado.

A repartição dos terrenos baldios da região também foi promovida pela Junta de Colonização Interna que, dessa forma, procurava a instalação de novos casais agrícolas, dividindo, pelas famílias de diversas aldeias, os terrenos em glebas. Essa divisão de terras contemplou, em 1965, o vizinho concelho de Oliveira do Hospital, com a fragmentação de 407 hectares em 526 parcelas, que foram atribuídas a igual número de famílias³²⁹.

Será inquestionável que a florestação dos terrenos baldios da freguesia de Vide coincide com o êxodo da população para o litoral. Semear penisco até ao limite urbano, ou até perto dos terrenos de cultivo, inviabilizou o pastoreio, o corte de mato, e outras actividades que ancestralmente se praticavam, garantindo a subsistência das comunidades num território, à época, fortemente povoado face aos recursos disponíveis. Para Carminda Cavaco foi “a exiguidade da superfície arável, as produções medíocres, associados à falta de actividades

³²⁹ - ESTEVÃO, João Antunes, *A florestação dos baldios, ob. cit.*, p.1240.

complementares, quem conduziu ao êxodo”³³⁰.

Segundo Castro Caldas não se conhecem estudos, coevos da Lei do Repovoamento Florestal, que analisassem os impactos sociais e económicos nas populações intervencionadas³³¹. A visão da facção industrialista, que preconizava a melhoria das condições de vida destas populações rurais através da urbanização de parte dessa gente, acreditava que a melhoria de vida das comunidades camponesas assentava na diminuição do seu número nos locais de origem³³². Como foi dito, as classes dominantes consideravam a intervenção estatal nos baldios como uma forma de corrigir desvios comportamentais: “o baldio serve às vezes para encobrir roubos de matos e de lenha nas propriedades vizinhas” assim como a pastagem nos baldios que promovia a existência de rebanhos sustentados, efectivamente, na propriedade dos outros.

Embora pareça contraditório, actualmente muitos habitantes defendem que a acção desenvolvida pelo Estado Novo, fortemente contestada em determinadas regiões do país, se revelou essencial para o primeiro impulso de desenvolvimento económico e social das aldeias de montanha da freguesia de Vide. Argumentam que quando os Serviços Florestais chegaram já há muito se registava a saída de muita gente para trabalhar noutras regiões, sazonalmente na “Borda d’Água”, e de forma mais definitiva em Lisboa. De facto o primeiro impulso dessa saída fora dado logo a seguir ao final da Segunda Guerra Mundial, quando as Minas da Panasqueira dispensaram milhares de trabalhadores. Muitos deles, homens e mulheres, eram da freguesia de Vide³³³. As obras da Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela ainda conseguiram retardar essa primeira leva de gentes para Lisboa, na década de 1940. Como foi dito o período de trabalho concentrava-se entre os meses de Maio e Outubro, devido às condições climatéricas no Maciço Central, não retendo gente por muito tempo³³⁴.

De realçar ainda a importância que as migrações sazonais para o Ribatejo, de Março a

³³⁰ - CAVACO, Carminda, *Portugal Rural, da Tradição ao Moderno*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1992, p.72.

³³¹ - CALDAS, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, ob. cit., p.538.

³³² - ESTEVÃO, João Antunes, *A florestação dos baldios*, ob. cit., pp.1226-1227.

³³³ - NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.174. Este autor escreve que “havia uma elevada percentagem de camponeses-mineiros ou de operários com forte ligação ao universo rural envolvente”. Na fotografia n.º 9 apresentam-se alguns trabalhadores das Minas da Panasqueira, na década de 1940, naturais da aldeia de Gondufo. Pelas indumentárias que vestiam, mesmo tratando-se de um período de festa, facilmente se constata que o tempo seria de alguma “abundância” económica.

³³⁴ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide, que nesse tempo ia todas as semanas às obras de construção da Lagoa Comprida levar mantimentos ao seu irmão Luís que ali trabalhava.

Outubro, tiveram para a saída de pessoas destas aldeias. Quando, no final da época, se voltava para casa entrava-se no período de Inverno e, quem não tinha conseguido amealhar algum dinheiro, tinha pela frente um tempo de escassez sem vislumbrar sítio onde dar um dia de jorna. Alguns camponeses começavam a demandar Lisboa durante esse espaço de tempo e, paulatinamente, começaram a fixar-se em trabalhos mais favoráveis, melhor remunerados, levando consigo amigos e familiares³³⁵.



Fotografia n.º 7: Trabalhadores das Minas da Panasqueira, na década de 1940

Fonte: Elizabete Silva

Aponta-se também o contributo dado pelo período da Guerra Colonial, que levou à saída de jovens da freguesia de Vide que doutra forma tardiamente, ou nunca, o fariam. Muitos deixavam pela primeira vez as aldeias quando iam à inspecção militar. Depois de ingressar no exército, marinha ou força aérea eram colocados em cidades onde contactavam com realidades económicas, sociais e culturais muito diferentes das da sua origem. Terminado o serviço militar uma parte significativa não voltava às povoações de proveniência, arranjando trabalho em Lisboa, no país africano onde tinham estado ou emigravam clandestinamente para outros países, nem sempre europeus.

Podem aduzir-se outros benefícios para as populações decorrentes do processo de florestação. Os trabalhos de abertura de estradões, corte de mato e cava de encostas para semear o penisco garantiram, durante muitos anos, a parte das populações, homens e mulheres, a possibilidade de ganhar dinheiro líquido com que podiam comprar bens que, embora essenciais, se encontravam arredios da vivência local³³⁶.

³³⁵ - Fonte oral: O senhor Joaquim Cardoso, da aldeia de Muro. Este habitante foi pela primeira vez para a Borda d'Água em 1941.

³³⁶ - Fonte oral: O senhor António Cândido, da aldeia de Fontes do Cide. Segundo o senhor Cândido, até à chegada dos Serviços Florestais, raramente se via dinheiro nas mãos da maioria da população. Embora a exploração de resina já proporcionasse uma ocupação remunerada com regularidade anual, diferente da "jorna", os ganhos eram traduzidos pelo fornecimento de produtos aos trabalhadores, ao longo do ano, a crédito do

A política florestal do estado permitiu arrancar estas aldeias do isolamento rodoviário, umas das causas do atraso económico e social do meio. Provavelmente o êxodo havia começado antes da chegada dos engenheiros, guardas florestais e capatazes que, durante poucas décadas, alteraram por completo o panorama económico e social destas serras³³⁷.

Existe quem argumente que as primeiras estradas, traçadas em terra e construídas a braço, que surgem nos limites de Vide na década de 1960, marcaram uma viragem na vida das comunidades. O táxi mais próximo deixou de estar a uma hora de distância a pé e conseguia transportar pessoas e bens até perto da porta³³⁸. Por sua vez os materiais de construção oriundos de regiões industrializadas, que entretanto se democratizaram na construção local, como o tijolo, a telha, o cimento ou a areia tornaram-se mais baratos e acessíveis, graças ao seu transporte que trocou os muares pelos camiões.

Mesmo o médico, que durante muitas décadas calcorreava as aldeias serranas em cima do cavalo de Severino “Espanhol”, fazendo de cada visita domiciliária uma aventura pelos trilhos corridos, passou a deslocar-se de carro dando um apoio com maior proximidade³³⁹.

O incentivo que estas vias trouxeram ao desenvolvimento local ficou bem visível, não apenas com as mudanças operadas no sector da construção civil mas, também, na construção de algumas unidades industriais ligadas à exploração de madeira. De facto, logo após a chegada da estrada à aldeia de Gondufo, em 1968, foi construída uma serração com carpintaria. Todas as máquinas eram impulsionadas por um pequeno motor a diesel através de correias. Nessa época não havia electricidade e a sede de freguesia distava, por estrada, cerca de 50 km, sendo para isso necessário percorrer as cumeadas da serra do Açor através dos concelhos de Arganil e de Oliveira do Hospital³⁴⁰.

Um dos testemunhos mais emblemáticos da acção dos Serviços Florestais na freguesia de Vide situa-se nos limites das aldeias de Balocas e de Baiol. No sítio denominado Covões

trabalho efectuado. Normalmente acontecia que, no final do ano, quando se acertavam contas, o trabalhador ainda ficava a dever dinheiro.

³³⁷ - Confrontar a variação da população através do gráfico n.º7.

³³⁸ - Pelo quadro n.º 25 pode verificar-se a distância a que estas estradas colocaram as aldeias da sede de freguesia.

³³⁹ - CAMPOS, Vasco de, *Serra, caminhos de um médico*, Arganil Empresa de “A Comarca de Arganil” L.d.a, 1983. Este médico retrata a escabrosidade dos caminhos, assim como a miséria endémica, que afectava as populações do território em estudo.

³⁴⁰ - Esta primeira estrada entre Vide e Gondufo registava o seguinte itinerário, passando pelas seguintes freguesias: Alvôco das Várzeas e Aldeia das Dez (concelho de Oliveira do Hospital); Piódão (concelho de Arganil). Evoluía de uma altitude de 320 metros, em Vide, passava a 1334 metros, no Cabeço do Piódão, e descia até aos 520 metros na aldeia.

foi construída uma casa que, durante alguns anos, esteve habitada pelo agregado familiar do guarda-florestal Abel Lopes da Graça, da aldeia de Baloquinhas. O cuidado da organização do espaço transformou um matagal numa quinta produtiva de benefícios agrícolas e gado. À imagem de outras casas florestais da região, este conjunto comportava, para lá de terras de cultivo, uma casa de habitação, forno, garagem, galinheiro e currais para gado ovino ou caprino.

Paulo Carvalho analisou o impacto da arborização na região da serra da Lousã, contígua à que se estuda “estavam em confronto dois modos incompatíveis de utilização do espaço serrano: de um lado a florestação apoiada pelo Estado Novo e do outro as práticas e direitos de utilização seculares dos moradores”³⁴¹. O mesmo autor afirma que durante uma determinada fase da arborização, a intervenção se traduziu em emprego mas que, após as sementeiras e a abertura de estradas, desapareceram simultaneamente o trabalho na floresta e a possibilidade de retirar dela o sustento na sua forma ancestral, com a recolha de matos, lenha e pastagem para os animais.

Na verdade coincide com a intervenção dos Serviços Florestais a redução do efectivo pecuário na freguesia de Vide. A crescente arborização conduziu à diminuição de animais, à consequente quebra da população das aldeias fazendo também rarear o pastoreio como forma de sustento³⁴².

Porém a limitação de acesso aos terrenos baldios intervencionados não passou despercebida aos responsáveis dos serviços que, para abreviar a interdição de acesso a esses terrenos, e evitar também incursões clandestinas, criaram, em determinadas aldeias, zonas onde a população podia “roçar” mato, revelando-se, no entanto, espaços muito limitados face às necessidades das comunidades.

Os benefícios imediatos para as populações foram efémeros e, de certa forma, poder-se-á indicar como o mais duradouro a consolidação dos terrenos escarpados contrariando a erosão e protegendo os cursos de água.

O assunto revela-se controverso na comunidade registando defensores e detractores desse projecto. Décadas mais tarde, o resultado visível do programa de reflorestação traduziu-

³⁴¹ - TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho, *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em áreas de Montanha, o exemplo da Serra da Lousã*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, pp.366-373.

³⁴² - DAVEAU, Suzanne, *Portugal Geográfico*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 3.ª edição, 2000, p.164.

se também numa receita de centenas de milhares de euros para a freguesia de Vide, através da venda dos pinheiros semeados durante o período de intervenção dos Serviços Florestais.

Quanto ao impacto exercido no abandono generalizado dos terrenos agrícolas, e consequentemente das aldeias, faltam estudos e elementos que permitam indicar a arborização como causa directa. Provavelmente, com ou sem intervenção do Estado, o processo seria irreversível pelo excesso de pressão demográfica face aos recursos disponíveis no território.

Nas décadas de 1980 até ao presente, o flagelo dos incêndios florestais praticamente destruiu toda a acção dos Serviços Florestais na freguesia de Vide. A falta de ordenamento e de arborização planeada “retransformaram” a floresta num espaço selvagem onde o Estado, autarquias e particulares têm aplicado uma política mineira, extraíndo recursos sem reposição ou ordenamento. Essa prática tem contribuído de forma acentuada para a transformação da propriedade florestal em terrenos incultos, fortemente incrementados pela erosão acentuada que os incêndios têm potenciado, ano após ano³⁴³.

3.3.2.2 - Terras e usos comunitários

Até à intervenção dos Serviços Florestais nesta região, os baldios conviviam, enquanto terrenos públicos, com os logradouros do povo que existiriam em praticamente todas as aldeias. Ambos se revelavam como espaços indispensáveis para a subsistência das comunidades tendo uma regulação da fruição distinta entre eles.

Datados de 1880 encontram-se documentos que usam as duas denominações: baldios do concelho e logradouros do povo³⁴⁴. Por acontecimentos ocorridos com os terrenos baldios da freguesia de Vide, nas décadas de 1930 e 1940, confirma-se que o logradouro do povo se situava junto às aldeias e os baldios do concelho, geralmente, nos pontos mais elevados e afastados, como montes circundantes, embora por vezes descessem até às aldeias³⁴⁵.

Quanto aos logradouros do povo, terrenos públicos de usufruição comunitária de

³⁴³ - Calcula-se que após um incêndio florestal, pela erosão, se percam 500 toneladas de terra por cada hectare ardido.

³⁴⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.6. Este logradouro do povo queria dizer da aldeia, de determinada aldeia, logo existiriam vários logradouros do povo em toda a freguesia embora se desconheçam com a exactidão os limites ancestrais, como os das aldeias de Balocas e de Gondufo.

³⁴⁵ - Num determinado período da história local, esta afirmação parece ser desmentida pelas actas da Junta de Freguesia, que reclama a posse de terrenos dentro das aldeias. No entanto acredita-se que esses terrenos nunca foram pertença dos baldios do concelho ou do logradouro do povo. A sua origem estaria na secularização de propriedades de Igreja durante a implantação do Regime Republicano.

determinadas aldeias, não se conseguiram provas documentais que atestassem a sua existência em todos os aglomerados urbanos da freguesia³⁴⁶.

Os baldios tinham uma responsabilidade de gestão que passou sucessivamente da Câmara Municipal de Vide para a junta de paróquia e posteriormente ficou a cargo da Junta de Freguesia. Já os logradouros do povo eram geridos dentro da comunidade de cada aldeia, com uma fruição feita de comum acordo.

Uma condição comum a ambas as situações prendia-se com o uso furtivo dos recursos desses territórios por camponeses. Estes não tinham terrenos de floresta próprios que lhes permitisse viver todo o ano se recorressem apenas à parte que lhes cabia na fruição desses espaços. Por vezes, à margem dos usos e costumes, ali apascentavam os gados, recolhiam lenha para uso doméstico, faziam a “roça” de mato para estrume, arrancavam “torgas” para fazer carvão ou apanhavam medronhos para fazer aguardente.

À semelhança do que aconteceu noutras regiões, tanto os terrenos baldios como os logradouros do povo representaram um papel inestimável na economia local, fosse como fonte de financiamento da paróquia – até 1910 – e posteriormente da Junta de Freguesia, ou como complemento na subsistência das comunidades³⁴⁷.

A falta de recursos económicos na região levou a aceras disputas destes espaços pelas autoridades locais, gerando conflitos entre freguesias vizinhas pela determinação dos limites de território: entre Loriga e Cabeça, em 1855, e entre Loriga e Alvôco da Serra, em 1876, que levava a comunidade de Cabeça afirmar que “de Loriga apenas aceitamos o padre e só dentro da igreja”³⁴⁸.

Existiu também um diferendo institucional entre o Município de Loriga e a Junta de Paróquia de Vide, em 1848, relativamente ao direito de recebimento do “foro” pago pelos “coutos” de Balocas³⁴⁹. Este rendimento havia transitado do extinto concelho de Alvoco da

³⁴⁶ - ESTEVÃO, João Antunes, *A florestação dos baldios*, *ob. cit.*, p.1164. Marcelo Caetano considerou estes baldios logradouro comum, em contraposição com os baldios da freguesia ou do concelho, como “propriedade comunal composta de bens inalienáveis, património de sucessivas gerações, amparo da pobreza e conforto de todos”.

³⁴⁷ - NETO, Margarida Sobral, *A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do Sec. XIX*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982, p.48.

³⁴⁸ - CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, *Finisterra*, *ob. cit.*, p.202.

³⁴⁹ - Este terreno tinha transitado do vizinho concelho de Alvoco da Serra para Vide, quando ambos os concelhos foram extintos, e integrados no Município de Loriga, em 1836.

Serra para a freguesia de Vide, que se achava no direito de receber esse provento³⁵⁰. O município de Loriga não concordou com essa situação alegando que, sendo anteriormente a receita recebida pelo concelho de Alvoco da Serra, era legítimo que tal direito transitasse para o actual concelho e não para a freguesia³⁵¹.

No entanto, de acordo com os documentos da época, a freguesia de Vide tinha boas relações com os seus vizinhos, acertando os seus termos administrativos de comum acordo entre as partes. A 3 de Março de 1887 reuniram-se as juntas de freguesia de Vide e de Alvoco da Serra, no local denominado “Giesteirinha”, na “estrada real”, para estabelecer os termos das duas autarquias no limite da Teixeira. À reunião compareceram as mais altas individualidades das duas povoações, respectivamente o presidente de Vide, Reverendo Joaquim António dos Santos, e o presidente da congénere António Luís Monteiro e Pina. Ali se chegou a consenso e se elaboraram as respectivas actas³⁵².

É possível ter uma compreensão permanente, desde meados do século XIX, sobre os rendimentos que os terrenos públicos geravam para o erário público. Os vários documentos de receitas resultantes de diversos arrendamentos dos terrenos baldios, ou da venda de produtos provenientes desses espaços, mostram que resultava daí a principal fonte de financiamento da paróquia. No entanto não ultrapassava o valor das esmolas ofertadas para a igreja matriz.

Por vezes esses foros, referentes a espaços de terreno baldio aforados, eram transmitidos por morte do enfiteuta sendo repartidos entre os familiares. Por exemplo, em 1880, o foro da Vide, que pagava um alqueire de azeite, tinha a seguinte distribuição: Herdeiros de António Luís de Brito, seis quartilhos; Herdeiros de António dos Santos Lopes, seis quartilhos; Francisco Luís de Brito, seis quartilhos; Herdeiros de José Maria Serafim, seis quartilhos³⁵³.

³⁵⁰ - JFAS, Livro de Fintas, fl.5 vs. No ano de 1829 as “terras de Balocas” renderam 1\$800 reis aos cofres do antigo concelho de Alvôco da Serra.

³⁵¹ - AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.80 vs., 81 e 147.

³⁵² - Essas delimitações são as que ainda hoje estão em vigor. Confrontar o anexo III onde reproduzimos a acta do acordo de delimitação.

³⁵³ - JPV, Livro de Actas, fl.180.

Quadro n.º32: Valores e produtos pagos por alguns foros no século XIX

Designação	Receita
Foro da Vide	1 Alqueire de azeite
Foro de Baloquinhas	90 réis
Foros do Rodeado (3 foros)	2 foreiros a 360 réis e um a 720 réis
Foro da Ponte de Pau (Vide)	140 réis
Foros do Baiol (2 foros)	610 réis cada
Moradores de Balocas ³⁵⁴	2\$640 réis

Fonte: JPV, Livro de Actas, fl. 180

Esses terrenos contribuía, ainda, para os cofres públicos através da venda de castanhas, torgas, medronhos, matos, lenhas, resinas, pastos e, a partir da década de 1930, com o corte de madeiras³⁵⁵. Como já foi dito, outro rendimento característico a toda a freguesia, provinha do arrendamento de terrenos para semear centeio.

Se terrenos aforados ou arrendados se revelavam receitas anuais fixas, existiam produtos que proporcionavam receitas extraordinárias para promover alguns melhoramentos. Em 1933, foi decidido vender as torgas do limite da aldeia de Casas Figueiras e, com a receita arrecadada, construir uma fonte e um pontão na povoação³⁵⁶.

Embora houvesse uma exploração acentuada de recursos florestais públicos, há indicadores que os órgãos autárquicos preocupavam-se igualmente com a arborização dos terrenos baldios, pelo menos desde 1882, fomentaram o plantio de castanheiros e salvaguardaram os medronheiros de utilizações predadoras³⁵⁷.

O medronho apresentava-se como um produto valioso, alimentando uma actividade de recollecção que merecia da parte da população especial atenção. Em 1882 foram vendidos em

³⁵⁴ - Curiosamente, em 1924, este arrendamento ainda se mantinha nos 2\$60. Esta situação levou a Junta de Freguesia de Vide a denunciar o contrato e fazer nova adjudicação porque pagava mais de contribuição do que a receita arrecadada.

³⁵⁵ - JPV, Livro de Actas. Este acervo documental é rico em actos de venda ou arrendamento de produtos silvícolas.

³⁵⁶ - JPV, Livro de Actas, fl.191.

³⁵⁷ - JPV, Livro de Actas, fl.17. Quanto ao pinheiro não existem dados que permitam afirmar que foram plantados até à acção dos Serviços Florestais. Eles surgiriam de forma espontânea pela propagação natural dos pinhões. No entanto, Carminda Cavaco afirma que a Junta de Freguesia de Vide “procedeu à rearborização” não sendo explícita de que forma ou com que acções. CAVACO, Carminda; Marques, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p. 209.

hasta pública os medronhos do baldio sito à Cova do Giestal³⁵⁸. Já nos terrenos designados como logradouros do povo a exploração seria de molde diferente. Por exemplo, na aldeia de Gondufo a apanha do medronho era livre a todos os agregados, embora regulada da seguinte forma: entre os moradores combinava-se os dias de recolha, cada casa poderia participar com um determinado número de pessoas, e só poderiam sair para o terreno após sinal dado pelo toque na sineta da capela³⁵⁹.

No ano de 1944, na freguesia de Vide, foi declarada uma produção de 1.500 “almudes” de aguardente de medronho, ou seja, 60.000 litros³⁶⁰!

A importância deste pequeno fruto na economia local fica demonstrada na deliberação da Junta de Freguesia de Vide de 25 de Setembro de 1919. A falta de maturação do fruto, que originava uma baixa produção de aguardente, levou a autarquia a interditar a apanha de medronhos nos terrenos públicos, antes do dia 10 de Outubro de cada ano.

Ainda na década de 1940 se considera existir na freguesia de Vide uma “indústria” de aguardente de medronho, onde cada família recolheria em média 120 a 160 litros de aguardente. Era vendida a 3\$00 o litro o que lhes dava um lucro de 300\$00 a 500\$00 depois de deduzidas as despesas, calculadas em 10% do total apurado³⁶¹. Nesta época o salário diário de um trabalhador agrícola cifrava-se em 12\$00 e o de uma mulher em 5\$00. Curiosamente em 2012, embora o trabalho assalariado rural seja quase inexistente, o valor da aguardente de medronho no produtor ronda os 10,00€ por litro e o jornaleiro cobra 40,00€ por dia, mantendo-se a relação de aproximadamente 4 litros de aguardente por cada dia de trabalho agrícola.

A castanha também representou um produto importante na dieta alimentar e na economia desta região podia ser colhida em terrenos públicos. Na década de 1920 registaram-se arrematações em hasta pública das castanhas dos terrenos baldios. A aldeia que mais produção registava era Balocas e “para que não houvesse confusões”, o edil decidiu fazer

³⁵⁸ - JPV, Livro de Actas, fl.17. Conhecem-se destilarias artesanais na freguesia de Vide, desde a década de 1860. Provavelmente seriam executadas na vizinha aldeia de Rio de Mel, concelho de Oliveira do Hospital, onde é possível identificar uma família em que a arte de trabalhar o cobre percorreu pelo menos quatro gerações.

³⁵⁹ - Fonte oral: O senhor Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo.

³⁶⁰ - CAVACO, Carminda; Marques, Isabel, *Finisterra, ob. cit.*, p.212. Nesta região cada almude corresponde a 40 litros. A quantidade apresentada pecará por defeito, uma vez que, como é sabido, muitos produtores, tratando-se de um produto para consumo próprio, não declaravam a quantidade realmente produzida.

³⁶¹ - *Revista Altitude*, Boletim da Federação de Municípios da Beira-Serra, N.ºs 1 a 3, Janeiro a Março de 1944, p.45, col.2.

duas arrematações distintas: um Domingo destinado apenas à referida aldeia, um outro Domingo para o resto da freguesia.

Numa sociedade de escassos recursos, os bens comunitários, em Vide, como em outras localidades do país eram alvo de apropriações individuais.³⁶² Esta situação foi invocada, na década de 1930, para legitimar a arborização dos baldios. Consideravam essas correntes que “o baldio serve às vezes para encobrir roubos de matos e lenhas nas propriedades vizinhas e as pastagens do baldio servem para justificar a existência de rebanhos sustentados efectivamente na propriedade dos outros”³⁶³.

São muitos os registos desses abusos e contendas. No Inverno de 1880 o zelador municipal multou dois moradores da aldeia de Malhada Cilhas por andarem no baldio a queimar cepas para fazer carvão³⁶⁴. Por sua vez, em sessão da Junta de Freguesia, de 11 de Agosto de 1921, foi decidido escolher pessoas da aldeia de Cide, “idosas e conhecedoras”, para demarcarem terrenos públicos da aldeia “que estavam a ser usurpados por particulares”. Findo este trabalho, foram identificadas naquela situação 19 parcelas de terreno³⁶⁵. Seguidamente a autarquia viu-se obrigada a contratar um advogado para resolver judicialmente a apropriação abusiva de terrenos públicos.

3.3.2.3 - A resina

Surge em 1909, pela primeira vez, a descrição de um terreno baldio com pinheiros à Quinta dos Cambos. Alguns anos mais tarde, a Junta de Freguesia de Vide promove a extracção de resina, através de hasta pública realizada em 1922, para exploração dos pinhais do baldio da Panca, desde o Cabeço do Braçal até ao Outeiro do Coucedeira³⁶⁶. Inicia-se então uma actividade económica ligada à silvicultura que ocupou uma parte significativa da população da freguesia de Vide até à década de 1990. A profissão de resineiro impregnou-se na comunidade, representando uma das primeiras actividades fora do tradicional mundo rural

³⁶² - Nos períodos de maior dificuldade, quando faltava o dinheiro e a comida em casa, os chefes de família arriscavam uma ida ao baldio onde arrancavam umas torgas para fazer uma saca de carvão. Depois iam vendê-la a Vide, Loriga ou, por vezes, à cidade da Covilhã. Fonte oral: O senhor António Cândido da aldeia de Fontes do Cide.

³⁶³ - ESTEVÃO, João Antunes, *A floresta dos baldios, Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, p.1198.

³⁶⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.6. Por vezes, em determinadas aldeias, as populações reagiam procurando afirmar que os terrenos baldios eram de sua pertença.

³⁶⁵ - JPV, Livro de Actas, fls.119-120.

³⁶⁶ - JPV, Livro de Actas, fls.89, 122, 145 vs. e 184.

assente na agricultura e pastorícia³⁶⁷.

Nos primórdios foram negociantes de outras regiões quem arrendava os pinhais³⁶⁸. Os começos da exploração de resina em Portugal ocorreram no final do século XIX. Naturalmente que na freguesia de Vide esta nova forma de lidar com os recursos florestais era novidade, não se achando trabalhadores devidamente qualificados para conseguir retirar resina das árvores³⁶⁹.

A nova função permitiu três tipos de ocupação profissional: o resineiro por conta própria, que arrendava as “bicas” directamente ao proprietário, procedendo à extracção da gema que vendia directamente à fábrica ou a um intermediário; o trabalhador ao quilo, que recebia de um terceiro, normalmente um comerciante, determinado número de pinheiros para explorar, auferindo um valor estabelecido por cada quilo de resina, retirada de um pinheiro, durante uma época; o empregado ao dia, que auferia um salário diário combinado no início da safra³⁷⁰. Cada época poderia proporcionar até 150 dias de trabalho.

³⁶⁷ - Outra actividade foi a mineração do volfrâmio. Desde a década de 1930 até 1990, houve trabalhadores da freguesia de Vide a laborar, continuamente, nas Minas da Panasqueira.

³⁶⁸ - JPV, Livro de Actas, fl.132 vs. O primeiro arrendamento de pinheiros dos baldios foi feito, em 1923, a José de Castro Salgueirinho, natural de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil. Provavelmente este arrematante seria um industrial de destilação de resina pois nesta localidade existiu, pelo menos, uma fábrica, até à década de 1990.

³⁶⁹ - Primitivamente, utilizando processos arcaicos, a resina era extraída do pinheiro através do corte profundo do tronco da árvore cunhado com uma pequena “enchó”. Nesta operação não havia a aplicação de qualquer produto químico que aligeirasse a operação. A ânsia de aumentar a quantidade de resina subtraída levava os trabalhadores a cortarem muita madeira no tronco danificando a espécie. Esses abusos obrigaram, em 1932, a Junta de Freguesia de Vide a regular o tamanho das “sangrias” dos pinheiros: não deviam ter mais do que 25 milímetros de profundidade e 20 centímetros de largura (JPV, Livro de Actas, fl.184). Posteriormente surgiu o “vidrum”, pequena machada com uma lâmina na extremidade, em forma em meia-lua, que permitia uma incisão mais superficial no tronco do pinheiro. Por último, essa técnica foi melhorada com a substituição da faca em meia-lua por uma faca quadrada que apenas cortava a casca da árvore. Esta nova técnica, menos invasiva e prejudicial, foi possível graças à introdução de uma mistura líquida com ácido sulfúrico que era aplicado no corte. Num tempo mais recente surgiu outro produto químico, que permitia menos incisões anuais com melhor produção, conhecida como “pasta”.

³⁷⁰ - O número de dias que se podiam fazer durante uma época variava consoante a quantidade de pinheiros, a orografia do terreno e do número de pessoas que se empregavam nessa exploração. Uma “secção” de pinhal correspondia à totalidade das árvores a explorar. Na freguesia de Vide, face ao acentuado declive do terreno e aos maus acessos de vias florestais, cada trabalhador conseguia, em termos médios, resinar 5.000 a 6.000 pinheiros. Cada “volta”, período de tempo entre as incisões que se faziam na árvore para retirar resina, demorava duas semanas, se fosse usado ácido simples, ou três semanas, se fosse utilizada pasta sulfúrica. Se fossem utilizados “púcaros”, recipientes em barro ou plástico, a cada duas rondas procedia-se à recolha da resina. Se a produção fosse dois quilos de resina por época/árvore considerava-se um ano razoável de faina; quando se alcançava dois quilos e meio, era um bom ano; quando se colhiam até três quilos tratava-se de um ano excepcional de produção.



Fotos n.º 8, 9 e 10: Resineiro preparando as árvores para a resinagem

Fonte: Autor

A resina promoveu um desenvolvimento económico acentuado da freguesia de Vide. A boa rentabilidade, embora com muito trabalho, depressa tornou insuficientes os pinhais da freguesia para comportar tantos trabalhadores. Este facto provocou uma saída sazonal principalmente para os concelhos de Arganil, Pampilhosa da Serra, Fundão, Covilhã e da Guarda. Essa saída tinha início pelo mês de Fevereiro, quando se procedia à “desencarrasca” e prolongava-se até ao mês de Novembro, quando ocorria a “raspa”.

Se o ciclo de colheita da resina ajudasse permitia, aos mais organizados, fazerem a sementeira no local de origem, a sua ou como jornaleiro, complementando o rendimento familiar. Quando tal não era possível, ficava a cargo do elemento feminino da casa assumir esse encargo, cavando e semeando os terrenos agrícolas e procedendo às colheitas. As crianças e jovens desempenhavam um papel importante na ajuda dessas tarefas guardando umas cabeças de gado ou apanhando azeitona do chão, entre outros trabalhos.

Outra alteração importante, no contexto sócio económico dos resineiros, ocorreu com a precoce introdução dos sistemas de protecção na saúde através das conhecidas “caixas de previdência”. Mesmo descontando apenas o montante correspondente a 60 ou 70 dias de trabalho anuais, permitia que recebessem o subsídio de abono de família dos filhos e que tivessem alguns dias de baixa por doença, caso ocorresse um imprevisto de saúde ou acidente de trabalho.

O trabalhador começava na profissão como assalariado, posteriormente passava a explorar uma quantidade de árvores à produção, finalmente poderia contratar pessoal, arrendar directamente árvores ao proprietário e vender, sem intermediários, o produto à fábrica. Ter-se-á de ter em conta que um resineiro, para conseguir trabalhar por conta própria, necessitava de ser idóneo, ter algum património ou um bom patrono, para que o proprietário

dos pinheiros tivesse garantias tácitas de bom recebimento no final do ano³⁷¹.

Um estudo promovido na aldeia de Casal do Rei, na década de 1980, pelo Parque Natural da Serra da Estrela permite conhecer a ocupação típica da população local nesse período que representará, possivelmente de forma grosseira, a restante população da freguesia³⁷². No ano de 1985, o elemento masculino da comunidade com 152 habitantes registava a seguinte distribuição profissional: 63,41% dedicava-se à agricultura; 29,26% à exploração de resina; 2,43% ao comércio e 4,87% consideravam-se inválidos.

A resinagem de pinheiros significou durante algumas décadas um travão à saída da população para outras regiões ou países. Curiosamente ela representou, nas décadas de 1970 e 1980, para alguns emigrantes a última ocupação antes de deixar o solo pátrio e a primeira quando, precocemente, regressaram às suas aldeias³⁷³.

Até 1976, a estrada E.N. 230 terminava em Vide. Decorre desse facto que toda a resina produzida nas freguesias de Vide, Piódão, Teixeira, de algumas zonas de Loriga e de Alvoco da Serra, fosse concentrada nesta aldeia sendo, posteriormente, aqui carregada em camiões para as fábricas. Essa centralidade fazia da localidade um ponto estratégico de escoamento de matérias-primas assim como de recepção e distribuição de mercadorias vindas do exterior.

Desenvolveu-se então um comércio forte com vários estabelecimentos que contemplavam mercearia, taberna e casa de pasto. Quase todos os comerciantes negociavam paralelamente em resina, fosse como arrendatários de pinheiros que depois distribuíam por trabalhadores ao quilo, fosse como representantes de fábricas de resina servindo como intermediários entre estas e o resineiro. Revelava-se uma actividade tão importante para a economia que, nas décadas de 1940 e 1950, o pastor da paróquia, Padre Cândido Abranches, também se envolveu na exploração de resina, sendo conhecido na comunidade como o “padre resineiro”³⁷⁴.

³⁷¹ - Houve resineiros por conta própria que embora se revelassem bons trabalhadores, devido à má gestão da sua vida pessoal, viviam em permanentes dificuldades. Quando isso acontecia era a fábrica da resina, ou um intermediário da terra, quem garantia aos proprietários o pagamentos das “bicas” no final da época.

³⁷² - *Casal do Rei, Tradição e Mudança*, Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale de Loriga, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986.

³⁷³ - Os emigrantes que saíram directamente das aldeias, principalmente para França, logo que conseguiram construir casa própria regressaram ao fim de poucos anos. Muitos deles voltaram à sua antiga profissão de resineiros.

³⁷⁴ - Fonte oral: O senhor António Cândido, da aldeia de Fontes do Cide.

Em 1949, a União Resineira Portuguesa, a maior fábrica de resinas nacional à época, , construiu em Vide um pavilhão, com cais rodoviário, para armazenagem do produto recebido das freguesias mencionadas, vindo reforçar o papel da resina no tecido económico local³⁷⁵.

Por vezes era na feira mensal de Vide que se procedia a toda a logística necessária à actividade: ajustes de arrendamento, recebimento da resina vendida às fábricas, pagamentos aos proprietários e contratação de pessoal para a época de resinagem.

A silvicultura representou uma das maiores riquezas desta região. Com os incêndios florestais e a concorrência de resinas asiáticas mais baratas, gerou-se um clima de incerteza na cotação dos subprodutos da resina, água rás e pês louro, que não garantia o salário ao resineiro³⁷⁶. O período de Verão poderia revelar-se desastroso com os incêndios florestais e lançar o trabalhador no desemprego. Era no final da safra que o preço da colheita era determinado, regulado pela cotação da matéria-prima em mercados internacionais. Sem outro meio de subsistência, revelava-se também angustiante não saber atempadamente com o que se podia contar.

O ano de 2005 marcou o final desta actividade na freguesia de Vide tendo como resineiros Manuel João dos Santos e Joaquim Abranches, naturais das aldeias de Frádigas e de Barriosa. Apesar da dureza do trabalho, esta foi uma actividade que granjeou gratas recordações nas comunidades³⁷⁷.

3.3.3 - Outros aspectos do desenvolvimento económico

As vias de comunicação influenciaram desde sempre o desenvolvimento económico de uma região. O mesmo aconteceu com este território da Estrela e do Açor, provavelmente desde o período romano³⁷⁸, embora os vestígios que se encontram dispersos pela paisagem não dêem certezas quanto à sua origem.

³⁷⁵ - A União Resineira Portuguesa, <http://www.avozdeermesinde.com/noticia.asp?idEdicao=112&id=3592&idSeccao=990&Action=noticia>, 28/11/2012, 15.23horas. Foi constituída em 1926 passando mais tarde a designar-se Sociedade Central de Resinas (SOCER). Em 1972 esta empresa foi considerada uma das maiores empresas exportadoras em Portugal.

³⁷⁶ - A designação de resineiro abrangia todas as classes profissionais da actividade. Tanto era resineiro o aprendiz, o empregado experiente, o patrão ou mesmo o intermediário que o representava junto da fábrica.

³⁷⁷ - O trabalho de resinagem empregou durante muitas décadas muita mão-de-obra feminina. As mulheres, salvo raras excepções em que algumas executavam todas as tarefas, colhiam e carregavam para os barris a resina muitas vezes durante várias horas a pé, desde o local de colheita até ao ponto de carregamento pelos camiões.

³⁷⁸ - Existem vestígios arqueológicos na Serra do Açor, no limite da freguesia de Vide, que se julga serem parte de uma via romana denominada “Rota do Sal”, que faria a ligação, por carro de bois, desde o Litoral à Beira Baixa. Essa via derivava das proximidades da vila de Arganil de outra via que ligaria Aménium a Bobadela.

Poder-se-á aceitar que a “Estrada Real”, pequeno carreiro de bois que acompanha a margem esquerda da Ribeira de Alvoco, se inseria nos trajectos pendulares da transumância pastoril para a serra da Estrela, principalmente para os pastos dos limites de Loriga e de Alvoco da Serra. A ponte granítica na aldeia de Vide, que liga as duas margens da ribeira, poderá ter a sua origem, e financiamento, na necessidade de passar os animais vindos da Beira Serra para as pastagens serranas. À escala local revela-se uma obra grandiosa, reforçada pela capacidade de transportar todas as pedras de local distante, face à ausência de granito nesta região.

Durante o século XIX, e as primeiras duas décadas do século XX, era o caminho da margem esquerda que permitia aos almocreves fazer uma viagem segura entre a Beira Baixa e o Litoral³⁷⁹. Esta passagem diária facultava não só o acesso a vários produtos que não eram produzidos localmente como a notícias actualizadas com a velocidade que, à época, se revelava veloz. Possibilitava, igualmente, contactos para o escoamento de produtos locais que se manifestavam excedentes ou não tinham procura na comunidade.

Seguramente a aldeia de Vide, desde o século XIX até à década de 1950, tornou-se um ponto de paragem e pernoita. Segundo a escritora Ester Abranches, que teve contacto directo com essa realidade, aqui se parava para beber um copo e saber novidades sobre os salteadores que fustigavam a Serra da Avoaça³⁸⁰. Na aldeia era também possível passar a noite numa estalagem, dar comida aos muares e guardar em segurança a mercadoria transportada.

Em 1911 surge a primeira referência concreta a uma estrada para ligar Vide à rede viária nacional. Ocorre numa sessão da autarquia em que se discute a concessão de uma casa, à Direcção das Obras Públicas, para passagem da Estrada Portuguesa N.º 46, ligação de Galizes à Covilhã. Foi determinado que o imóvel deveria ser demolido construindo um terreiro ao qual seria dado o nome de “Largo da República”³⁸¹.

Em 1926, Vide estava já ligada ao resto do país pela Estrada Nacional n.º 52 – 2.ª. Isso

³⁷⁹ - Esta via tinha origem em Avô, na estrada romana que se pensa ligaria Amenium a Bobadela, percorria a margem esquerda do rio Alva até à localidade de Ponte das Três Entradas. A partir desse ponto, seguia pela margem esquerda da ribeira de Alvoco até passar a Serra da Alvoaça para o limite da Beira Baixa. Poder-se-á pensar que este itinerário foi alinhado não apenas para permitir os movimentos de transumância como também para substituir a já referida “Rota do Sal” que percorria a cumeada de parte da Serra do Açor, onde os Invernos rigorosos, que enchiam de neve a serra junto à aldeia de Piódão, tornariam o percurso impraticável.

³⁸⁰ - ABRANCHES, Esther, *O Cordão, as Arrecadas, Figa, Anéis e Trancelim – e o mais que se lerá – (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Ediliber Lda., 1991, pp.29-31.

³⁸¹ - JPV, Livro de Actas, fl.95. Esta ligação só foi concretizada na segunda metade da década de 1970, através da conclusão da EN 230 entre Barriosa e Teixeira.

mesmo se depreende do pedido de um terreno que a autarquia local faz à Direcção de Estradas de Coimbra para a construção de um mercado³⁸². Sem confirmação, pensa-se que, em 1928, terá chegado o primeiro veículo automóvel a Vide. Um acontecimento registado em clima de festa sempre envolto em grande curiosidade. Houve habitantes que, nunca tendo visto algum carro, consideraram esse produto máximo da tecnologia coeva como uma espécie de arca³⁸³.

A chegada da estrada a Vide veio proporcionar novas oportunidades de negócio, apoiadas numa maior facilidade de escoamento dos produtos agrícolas e florestais. Outro factor importante baseava-se no término da estrada em Vide, o que fez desta aldeia uma espécie de terminal e armazenamento de mercadorias, para a vasta região das serras da Estrela e do Açor. Este incremento comercial leva a autarquia a transformar o lugar numa pequena “urbe” dotando-a de alguns sinais de progresso. Prova disso, em 1926, as ruas principais começam a ficar todas empedradas, decidindo-se também colocar placas com os nomes dos arruamentos.

As décadas de 1920 e 30 registam um acentuado desenvolvimento económico que se prolonga até à década de 1960. Em 1920, surgem as primeiras agências de seguros através de José Garcia d’Abreu, com “A Mundial”, e de António dos Santos Nobre & Irmão, com a “Portugal Previdente”. Abrem-se também algumas hospedarias, de José Gonçalves dos Santos e José João da Silva, que se diferenciavam da estalagem da família Matias pela ausência de alojamento para animais³⁸⁴.

Neste período instalam-se em Vide famílias completas, oriundas de freguesia limítrofes, que ajudam a transformar o panorama económico e social da freguesia graças ao empreendedorismo que manifestavam. Por sua iniciativa surgem os primeiros veículos pesados de mercadorias, que transportam os produtos locais para grandes distâncias e, rapidamente, despontam modernas casas comerciais compostas de mercearia, de taberna, de fazendas, de calçado, de venda de sal, de petróleo, de carboneto, de materiais de construção e drogaria...³⁸⁵.

³⁸² - JPV, Livro de Actas.

³⁸³ - Boletim Paroquial de Vide, Nordeste, Ano LIV, n.º597, p. 4, artigo da autoria de Joaquim Augusto dos Santos.

³⁸⁴ - Estas informações foram obtidas nos diversos anuários comerciais consultados e que constam das fontes.

³⁸⁵ - Na década de 1940 existiram 15 estabelecimentos comerciais na aldeia de Vide. Alguns destes comércio contratavam costureiras ao dia para fazerem pequenas peças de vestuário em tecido barato que vendiam na loja.



Foto n.º 11: 1.ª casa de habitação com garagem construída na aldeia de Vide

Fonte: Autor

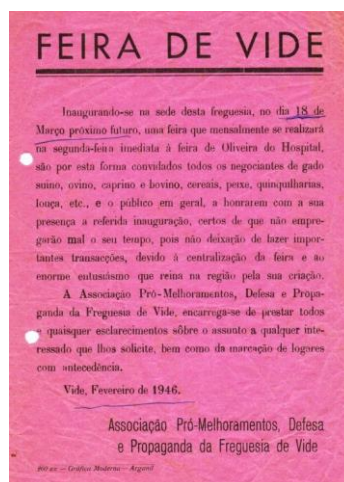
Os habitantes locais também promoveram uma intensa actividade comercial, baseada na alfaiataria, na tanoaria, no comércio de gado, nas lãs e peles, tentando sempre acompanhar o desenvolvimento coevo.

Existiu também uma forja que fabricava todas as alfaias agrícolas necessárias à actividade rural da comunidade, assim como elementos artísticos relacionados com grades em ferro, portas ou janelas. O artífice, António Luís dos Santos, aprendeu o mesteiral em Oliveira do Hospital fixando negócio em Vide. É através do seu trabalho que se regista uma mudança na construção civil local substituindo a tradicional madeira nas portas, janelas e gradeamentos por outros elementos em ferro.

São também esses homens e mulheres quem promove, na década de 1940, os primeiros transportes colectivos de passageiros com ligação a Coimbra e a Lisboa construindo uma garagem de autocarros à entrada da aldeia³⁸⁶.

Em 1946, por iniciativa da Associação Pró-Melhoramentos, Defesa e Propaganda da Freguesia de Vide, foi criado um mercado mensal em Vide que ainda se realiza à terceira segunda-feira de cada mês. Ao contrário de hoje, em que se regista uma actividade comercial no sentido de vendedor-comprador, durante algumas décadas este era o sítio privilegiado para transaccionar também produtos locais, fosse como venda directa ao público, ou comercializados por grosso a negociantes que se deslocavam a esta feira especialmente para esse fim.

³⁸⁶ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide. Segundo sua informação a ligação de autocarro a Lisboa, na década de 1930, foi possível graças à constituição de uma cooperativa na freguesia de Vide que reuniu o dinheiro necessário à compra do veículo. Porém a viagem começou por se realizar sem as devidas licenças o que originou a sua apreensão na região ribatejana onde ficou a apodrecer pois os cooperantes não conseguiram resgatar o seu património.



Fotos n.º 12 e 13: Documentos da constituição do mercado mensal, em 1946

Fonte: Autor

Vide tornou-se um ponto central de comércio que ultrapassava os limites da freguesia e do concelho. Esta tendência manteve-se nas décadas seguintes: surgem três padarias construídas de raiz, uma farmácia, a estação de correios com edifício novo, construção de casa para a assistência médica.



Foto n.º 14: “Camioneta da carreira” Barriosa, Vide – Coimbra, década de 1960

Fonte: Casa dos Fânicos

Nas décadas de 1960 e 1970 Vide estava ligada diariamente à cidade de Coimbra por três “carreiras” que se articulavam com os transportes ferroviários com origem e destino em Lisboa. Esses autocarros, conjuntamente com o transporte de correio que chegava diariamente a Vide proveniente de Serpins, permitiram que se praticasse uma permuta importante na economia familiar e local. Da região eram “despachados” para parentes a residir em Lisboa vários produtos agrícolas: sacas de batatas ou feijão; garrações e pequenos pipos de vinho ou aguardente. Em épocas especiais, Natal e Páscoa, eram remetidas para a capital variadas peças de fumeiro, queijos, castanhas ou garrafas de azeite. Os “canastrões” ou cestos de vime, que

acondicionavam a mercadoria para os familiares, eram devolvidos pelo mesmo meio de transporte, recheados de mercearias, guloseimas, roupas e muitas vezes bacalhau. Esta troca possibilitava o consumo de produtos alimentares e a aquisição de outros artigos que de outro modo não se verificaria.



Foto n.º 15: Carrinha que transportava o correio, década de 1960

Fonte: Desconhecido

A partir de meados de 1960 acentua-se o declínio demográfico que se verificava desde a década anterior em resultado da migração interna e, em menor escala, da emigração. Inevitavelmente acontece um retrocesso nas actividades produtivas embora não conduza a um abrandamento económico no comércio e na indústria da construção civil. Poder-se-á dizer que a saída de migrantes, normalmente sem a família, originou um envio de dinheiro para as aldeias com o intuito de proceder à reabilitação ou construção de casa, compra de terrenos e, como não podia deixar de ser, para o sustento do agregado familiar³⁸⁷.

Curiosamente, em meados da década de 1970, regista-se um renascer da capacidade produtiva graças à descolonização de Angola e de Moçambique. O regresso de algumas famílias, quase todas elas ligadas à exploração agrícola nos países colonizados, incentiva o cultivo dos terrenos que haviam deixado, ou que entretanto herdaram, procurando aplicar novas práticas agrícolas. O primeiro tractor da freguesia chega com um natural de Vide regressado de Angola, dando início à mecanização de alguns terrenos que, embora tivessem condições para tal, nunca haviam conseguido a aprovação dos proprietários para a abertura dos caminhos necessários.

Olhados com desconfiança pelos residentes, em parte devido à facilidade que tiveram

³⁸⁷ - MONTEIRO, Paulo, *Terra que já foi terra*, Lisboa, Edições Salamandra, 1985. Este autor exemplifica o ocorrido em nove aldeias da serra da Lousã citando o caso específico dos emigrantes atlânticos que aplicavam o dinheiro enviado da seguinte forma, por ordem de prioridade: 1.º Para pagar os encargos assumidos com a viagem de emigração; 2.º Para comprar terrenos; 3.º Para reabilitar ou construir habitação; 4.º Para depositar no banco.

no acesso a alguns subsídios que os locais não tinham, registou-se na região uma nova era de trabalho agrícola que mexeu com o marasmo que se havia instalado face às fracas expectativas de ganhos económicos. Começaram a ver-se novamente alguns rebanhos de cabras e ovelhas, a única serração da freguesia de Vide voltou a laborar, instala-se a primeira destilaria a vapor... pequenas revoluções na organização do trabalho que os locais não quiseram, não puderam ou não conseguiram apreender ao longo de várias décadas. No entanto estes novos habitantes cedo constataram que a região continuava a registar o atraso económico e tecnológico que, na verdade, estivera na origem da sua partida. A dimensão reduzida da propriedade revela-se um entrave a quem estava habituado a trabalhar com muitos hectares de terreno, forte mecanização e mão-de-obra abundante. Paulatinamente voltou-se à apatia habitual, com a saída, para outros locais, dos inconformados com a situação.

Problemas e desafios actuais

Na actualidade, devido ao envelhecimento da população residente, a larga maioria dos habitantes são, “tecnicamente”, absentistas em termos de ocupação em actividades agrícolas³⁸⁸. Regista-se desde a década de 1980 um abandono generalizado dos terrenos agrícolas, com a inevitável perda das culturas características e dos ecossistemas associados.

Consequentemente surgem outros factores de degradação ambiental dos quais é considerado como o mais perigoso, e presente, o incêndio florestal. As consequências traduzem-se pela erosão dos solos, a perda de espécies florestais assim como a destruição de infra-estruturas agrícolas semeando uma imagem de degradação da paisagem natural e humanizada³⁸⁹. Nos tempos mais recentes, o grande incêndio de 2005 obrigou à evacuação da maioria das aldeias da freguesia de Vide, registando-se, pela primeira vez, a destruição de habitações em núcleos urbanos das aldeias. Essa calamidade deriva do abandono das actividades agrícolas nos terrenos próximos ao aglomerado populacional que se tornaram incultos e perderam a importante função de “anel verde de segurança” das aldeias³⁹⁰.

³⁸⁸ - Dizemos “tecnicamente” pois muitos dos idosos continuam a trabalhar a terra para equilibrar o seu rendimento. Maioritariamente são pessoas reformadas do regime agrícola com pensões que raramente ultrapassam os 250€.

³⁸⁹ - LOURENÇO, Luciano (Coord.), *Recuperação de paisagens de socacos e prevenção de riscos naturais nas serras do Açor e Estrela, ob. cit.*, pp.23-26.

³⁹⁰ - De facto, o cultivo dos socacos envolventes dos aglomerados urbanos funcionava como um anel de verdura que se apresentava como entrave à propagação dos incêndios às habitações. O abandono das práticas agrícolas

Abandonadas as formas tradicionais de vida, verifica-se um elevado índice de desemprego entre a já reduzida população activa não se vislumbrando, num horizonte próximo, uma inversão nesse quadro. A generalizada crise de trabalho existente nos grandes centros urbanos contribuiu para um novo fenómeno social nas comunidades rurais: os jovens já não partem à procura de trabalho nas grandes metrópoles e, por outro lado, alguns naturais das aldeias que há alguns anos partiram para os grandes centros urbanos, perdendo o seu posto de trabalho, regressaram à casa de seus pais, ou que foi dos seus ascendentes.

A indústria do turismo, onde durante certo período de tempo ancorou a esperança de um desenvolvimento económico e social da região, baseada na proximidade – proporcionada pela construção da estrada Nacional n.º 338, entre Vide e a Lagoa Comprida – à Aldeia Histórica do Piódão e ao Maciço Central da Serra da Estrela, não registou qualquer tipo de investimento significativo em termos de criação de emprego e consequente fixação de população.

Quadro n.º33: Caracterização da população residente em 2010³⁹¹

Grupo	N.º de habitantes	%
Habitantes totais	557	100
População em idade activa	192	34,45
Crianças/estudantes	57	10,25
Aposentados	308	55,30

Fonte: Elaboração própria com dados recolhidos em trabalho de campo em 2010

Quadro n.º34: Caracterização da população activa em 2010

Grupo	N.º de habitantes	%
População em idade activa	192	100
Com trabalho	106	55,20
Desempregados	86	44,80

Fonte: Elaboração própria com dados recolhidos em trabalho de campo em 2010

revela-se onerosa para os cofres públicos face ao que é necessário gastar em combate aos fogos florestais. Na área da freguesia de Vide, 52 km² quase todos os anos ocorrem fogos florestais, por vezes de grandes dimensões, que acarretam uma despesa previsível em muitos milhares de euros.

³⁹¹ - Dados obtidos em recolha de campo em todas as aldeias da freguesia de Vide durante o 1.º semestre de 2010.

Quadro n.º35: Caracterização do emprego por sector de actividade em 2010

Sector	N.º de trabalhadores	%
Primário	9	8,50%
Secundário	46	43,50%
Terciário	51	48,00%

Fonte: Elaboração própria com dados recolhidos em trabalho de campo em 2010

Os serviços de correio, que chegaram a garantir sete postos de trabalho na freguesia, a escola e a extensão de saúde estão em vias de encerramento. O comércio local que, na década de 1970, registava a média de um estabelecimento por aldeia, está a desaparecer contando, em 2012, abertos em permanência, dois restaurantes, uma bomba de gasolina, cinco cafés e quatro mercearias distribuídos por cinco aldeias.

Na década de 1990 surgiu uma nova área de emprego no terceiro sector baseada na acção social. É fundado um Centro de Dia, hoje com nove funcionárias, e um Lar de Idosos que garante 10 postos de trabalho.

Na aldeia de Barriosa surgiu, nos últimos anos, uma empresa que processa, embala e comercializa produtos alimentares e bebidas que permitiu criar quatro postos de trabalho directos e, sazonalmente, algumas dezenas de forma indirecta na apanha de medronho para aguardente.

Utilizando dados relativos a 2011, a força do trabalho reside na população aposentada, que representa 55,30% da população total.

Em 2010, segundo dados do Centro Distrital da Segurança Social da Guarda, as freguesias do concelho de Seia com mais beneficiários do Rendimento Social de Inserção eram Loriga e Vide.

Esta região da Ribeira do Alvoco continua periférica relativamente aos eixos de desenvolvimento económico projectados pelo poder político concelhio, distrital e nacional para o território. Projectos estruturantes, dos quais se ouve falar há décadas, protagonizados pelo plano Rodoviário Nacional que prevê o cruzamento do território pelo Itinerário Complementar n.º6, ligação das cidades da Covilhã e Coimbra, têm sido adiados constantemente por vários anos, sem solução à vista, levando os potenciais fluxos turísticos e

outros, a procurarem alternativas de circulação³⁹².

As práticas agrícolas tradicionais foram abandonadas ao longo dos últimos vinte anos. Primeiro foi o milho, seguiu-se a batata, depois a vinha. Hoje é a oliveira que começa a revelar-se como cultura sem futuro principalmente como consequência da falta de infra-estruturas há muito desaparecidas. A agravar, a situação depara-se com a idade avançada dos habitantes, com os lagares de azeite que ficam cada vez mais longe, sendo necessário pagar o transporte da azeitona a grandes distâncias o que vem onerar a colheita. Esta sucessão de factores acompanhou por um lado a perda de rentabilidade dos produtos e, por outro, a (in)capacidade do agricultor, cada vez mais idoso, em conseguir tratar das suas propriedades com total autarcia. Nas duas últimas décadas os proprietários têm cultivado os terrenos recorrendo a economias provenientes de outras fontes de rendimento, principalmente com dinheiro das aposentadorias.

As propriedades cultivadas rareiam no território e, quando se vêem terrenos com culturas associadas, na sua maioria, limitam-se a uma pequena horta. Ressalvam-se em algumas aldeias um pequeno número de antigos resineiros que, devido ao seu apego à terra, foram ficando e que, com idades a rondar 60 anos, ainda trabalham a terra como o faziam os seus antepassados. Estes resistentes cultivam milho, batata ou feijão, tratam das videiras em cordão, têm meia dúzia de ovelhas ou cabras e não deixam as oliveiras com a azeitona nos ramos.

Presentemente, o Município de Seia encontra-se a desenvolver e a implementar um projecto, designado por Aldeias de Montanha, que visa o progresso económico e social destas aldeias. Pretende-se a sua reabilitação, potenciando os recursos históricos, culturais e naturais do território através da captação de fluxos turísticos³⁹³.

3.4 – A administração e práticas de governo local

Desconhece-se o passado medieval da localidade de Vide, não cabendo no âmbito deste estudo o seu eventual esclarecimento.

³⁹² - A freguesia de Vide, durante a década de 1990, era a principal porta de acesso à Aldeia Histórica de Piódão. A partir daí os Municípios de Arganil e de Oliveira do Hospital melhoraram os acessos rodoviários para esta aldeia a partir do seu território. Contrariamente, o acesso a partir de Vide foi sofrendo acentuada degradação não melhorando os aspectos de segurança da via muito valorizados pelos visitantes.

³⁹³ - “Aldeias de Montanha”, <http://www.cm-seia.pt/aldeias.html>, 19/01/2013, 11h 34m.

De acordo com a informação contida no numeramento joanino, na localidade habitavam 20 moradores, distribuídos por três povoações e uma quinta, população considerada ao tempo mínima para a constituição de uma pequena circunscrição administrativa e judicial denominada vintena.³⁹⁴

Os limites administrativos de então registavam as seguintes confrontações: “duas léguas de termo e comprido e uma em largo parte e confronta com o termo da vila da Covilhã pela serra da Estrela e com Alvôco da Serra e com Loriga e com a vila de Penalva de Riba de Alva e com o termo da vila de Avô”³⁹⁵.

Quadro n.º36: Fogos nos concelhos limítrofes no concelho de Vide em 1527 e datas de concessão de alvará por D. Manuel I³⁹⁶

Concelho	N.º fogos	Data do foral ³⁹⁷
Vide	20	-
Alvôco da Serra	50	17/02/1514
Loriga	78	15/02/1514
Penalva de Alva	128	14/04/1516
Avô	255	12/09/1514
Covilhã	-	01/06/1510

Fontes: COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Cadastro da População do Reino (1527)*, ob. cit.; DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Volume Beira*, ob., cit.

Mesmo considerando o concelho de Vide, com as devidas reservas, constituído antes de 1537, apenas se poderá iniciar uma reconstituição histórica desde o Numeramento de D. João III, que se revela como o registo documental mais antigo com dados sobre este território.

Luís Fernando Carvalho Dias escreve, na sua obra sobre os forais novos Manuelinos, que “Vide do Monte, da Correição de Viseu, em 1537 era da coroa e embora tivesse o título de concelho da Província da Beira, o seu foral não existe, não foi averbado ou que pode ter sido registado noutra província”³⁹⁸. Nas recolhas de campo foi possível ouvir algumas fontes

³⁹⁴ - DIAS, Luís Fernando Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Beira*, Lisboa, Edição de Autor, MCMLXI, pp.228-232.

³⁹⁵ - COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Cadastro da População do Reino (1527)*, ob. cit.

³⁹⁶ - COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Cadastro da População do Reino (1527)*, ob. cit.

³⁹⁷ - DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Volume Beira*, ob., cit., pp.119-120.

³⁹⁸ - DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Volume Beira*, ob., cit., p.28.

orais que afirmaram que o foral de Vide existiu, e se manteve na aldeia pelo menos até à década de 1960³⁹⁹. No entanto, as pesquisas revelaram-se infrutíferas deixando bastantes dúvidas sobre a sua verdadeira existência⁴⁰⁰. Não sendo fundamental para este trabalho, revelar-se-ia, no entanto, um documento importante para melhor compreender o território.

Do século XVI existem alguns documentos que permitem conhecer alguns aspectos sobre a realidade administrativa do território e das instituições existentes.

De período posterior ao “numeramento” de D. João III encontrou-se um manuscrito redigido em Vide a 13 de Fevereiro de 1589⁴⁰¹. Trata-se de uma escritura pública, onde o cidadão Luís de Gouveia, residente em Vide, pretendia o reconhecimento da posse de bens a seu filho, Simão Correia, que estava ordenado padre, mas que, para “tomar ordens e ser clérigo”, necessitava provar ser detentor de um património no valor de “cem mil réis”. Foram testemunhas deste acto os moradores da vila, Afonso Alvarez, Gonçalo Domingues e Tomé Afonso.

O conteúdo desta escritura parece certificar que o concelho de Vide era uma realidade, funcionando como unidade administrativa, tendo justiça própria, pois fora exarado em presença de Domingos Roiz, que na época era o “detentor da vara de juiz”. Faz alusão a um vereador, embora não mencione o nome. Outras informações que se podem recolher apontaram para a inexistência em Vide de um tabelião público judicial, pois que, aquele que redigiu o texto, se deslocou da vila de Seia sendo o seu nome “Manuell Quicyada”. Existiria na vila um notário de nome Gonçalo Correia que, tendo assistido a este acto, não o escriturou, ou porque não tinha competência para tal, ou ainda, porque fosse familiar do interessado nesta escritura de bens, visto o seu apelido ser o mesmo.

O documento foi escrito na praça pública da sede do concelho, o que aparentemente revela não existir, à época, casa municipal. Uma situação normal pois José Mattoso afirma que antes do século XIV, raramente se conhecem edifícios municipais como sedes dos

³⁹⁹ - Mesmo sem provas documentais poderá existir algum fundo de verdade nas versões que se ouvem contar sobre o assunto. Joaquim Augusto dos Santos lembra a “sabedoria” popular quando afirma “onde há fumo, há fogo” para dizer que ouvira a terceiros, terem visto o documento na segunda metade do século XX.

⁴⁰⁰ - Dois factos ocorridos em Vide, em datas distintas, apontam para uma provável destruição, sem intenção, de muitos documentos antigos em casas que pertenceram a antigos autarcas da freguesia. Alice Simão da Costa, moradora na aldeia de Vide, lembra-se quando criança de andar a apanhar papéis, em parte queimados, quando faleceu o “dono da Casa da Venda”, o professor Joaquim Ribeiro da Costa Nobre, que desempenhou funções públicas em Vide desde a década de 1870.

⁴⁰¹ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

concelhos, sendo comum as reuniões públicas serem feitas na praça do concelho, junto a uma determinada janela da igreja ou mesmo junto a uma árvore⁴⁰².

Não parecendo haver dúvidas quanto à existência de justiça própria em Vide no final do século XVI, falta conhecer se seria na praça pública do concelho o local onde se implantava o pelourinho, símbolo da representação material dessa justiça concelhia. Deste elemento apenas se conhece, com segurança, o capitel, revelando-se um trabalho muito pobre em termos de execução artística, aparentando, no entanto, uma traça aparentemente “manuelina”, representada por um tosco cordame que, partindo da base, o envolve e se junta no topo⁴⁰³.



Foto n.º 16: Capitel do pelourinho de Vide

Fonte: Autor

No início do século XVII encontra-se outra referência a Vide registada num documento impresso de difusão alargada. Foi através da “Descrição do Reino de Portugal”, da autoria de Duarte Nunes Leão, desembargador da casa da suplicação, publicada em 1610, que se fica a saber que Vide, designada como “Villa de Vide do Môte”, pertencia à “correição” de Viseu. Curiosamente, esta obra apresenta os concelhos limítrofes a Vide, respectivamente Avô, Loriga e Alvoco da Serra, como pertencentes à corregedoria da Guarda⁴⁰⁴. Compreende-se pois o concelho de Vide pertencia na época à Diocese de Coimbra, e a dependência da

⁴⁰² - MATTOSO, José Mattoso; SOUSA, Armindo de, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, ob. cit., p.228.

⁴⁰³ - ABRANCHES, Esther, *O Ajuste da Soldada (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Edição de Autor, 1990, p.11. A autora nascida em Vide no princípio do século XX viveu uma tradição que se repetia todos os anos quando os romeiros da Beira-Baixa passavam em Vide em direcção à Nossa Senhora das Preces: “Traziam modas novas, todo o ano esperadas, que eram cantadas no Largo do Pelourinho” sem no entanto explicar onde se situava este espaço na aldeia. Já na década de 1980, foram descobertos em Vide alguns elementos de granito – uma base quadrada com abertura central onde se fixaria uma coluna também descortinada – na reconstrução de uma casa de habitação que se relacionam, hipoteticamente, com o pelourinho. Provavelmente desmantelado na segunda metade do século XIX foi integrado na construção de um edifício junto ao local conhecido como a “Horta da Cadeia”.

⁴⁰⁴ - “Vide do Monte”, <http://purl.pt/12393/3/P41.html>, 4/3/2010, 18h34m. Vide aparece com várias denominações ao longo dos tempos e dos documentos, Vide do Monte é uma delas.

justiça com Viseu prendia-se provavelmente com as relações religiosas com o município vizinho de Penalva de Alva, também ele pertencente à mesma circunscrição judicial.

A partir de 1601 passam a existir na igreja de Vide livros de registos para baptizados, casamentos e enterramentos⁴⁰⁵. A análise desses documentos alerta para os limites da paróquia de Vide que extravasavam os do concelho. Tal ocorre por exemplo com a aldeia de Chãs d'Égua, que pertencia ao concelho de Avô, assim como a povoação de Barriosa e de Teixeira que, nessa época, pertenciam ao concelho de Alvoco da Serra.

Curiosamente os primeiros registos paroquiais de Vide foram elaborados pelo padre Simão Correia que, como foi dito, foi ordenado sacerdote em 1589, e desempenhou o cargo de pároco da Paróquia de Vide até 1633.

Esses documentos fornecem ainda outros elementos que permitem situar numa época aproximada a fundação de alguns lugares do território que não constavam do recenseamento de D. João III. Dessa forma regista-se, pela primeira vez, a alusão à aldeia de Baloquinhas, em 1 de Setembro de 1601, através do registo de falecimento de um habitante desse lugar, podendo deduzir-se que a fundação dessa aldeia remontará ao século XVI.

Já a localidade de Casas Figueiras surge mencionada no registo de um matrimónio, ocorrido na Igreja de Vide, a 22 de Janeiro de 1626, constando como “Casa das Figueiras”⁴⁰⁶. Já em 1627 se encontra referência, pela primeira vez, à povoação de Balocas quando um habitante deste lugar apadrinhou um filho de Domingos Fernandes da aldeia de Vide.

Tudo indica que a maior parte das aldeias da freguesia de Vide teve origem em casais. Provavelmente tornaram-se aglomerados populacionais a partir da sua ampliação impulsionada pelo aumento dos agregados familiares. No entanto, na segunda metade do século XIX, ainda é possível encontrar documentos com alusões a pequenos casais ou quintas que mais tarde, em meados do século XX, se revelavam núcleos urbanos com alguma dimensão, face à realidade local.

No que diz respeito à organização administrativa, uma fonte religiosa atesta que, em 1620, era “escrivão” de Vide, João dos Santos, tendo redigido, nessa data, o testamento de Margarida Lopes, moradora na vila. Esta, pela sua morte e para “reparo da sua alma”, doou à

⁴⁰⁵ - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894.

⁴⁰⁶ - Noutros assentos este lugar surge identificado como Casal da Figueira ficando claro, tal como acontece com outras aldeias, que a sua origem se ancora num casal isolado.

Paróquia metade de um prédio rústico que possuía na aldeia de Cide⁴⁰⁷.

Segundo Joaquim António Mascarenhas, a autonomia da paróquia de Vide foi instituída no final do século XVII, surgindo em 1692 a primeira menção à Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, matriz que se mantém até à actualidade⁴⁰⁸.

De acordo com a informação contida na Corografia Portuguesa do Padre Carvalho da Costa, o concelho de Vide dispunha de uma estrutura burocrática que o colocava no patamar de um concelho de média dimensão. No início do século XVIII, em 1708, é publicada uma descrição que caracteriza o concelho de Vide nas suas vertentes geográfica, política, económica, religiosa e ainda demográfica⁴⁰⁹. “O concelho de Vide da Foz do Piódão fica a nove léguas de Viseu para o Sueste, e está situado na serra da Estrela ao nascente do rio Alva em terra áspera e fragosa e corta pelo meio o rio Piódão que entra no Alva. Tem uma Igreja paroquial com 120 vizinhos e três ermidas. É do bispado de Coimbra e da Provedoria da Guarda. Tem um juiz que também é dos órfãos, dois Vereadores, um Procurador do concelho, um Escrivão da Câmara, outro judicial e notas, e outro dos órfãos, e uma Companhia de Ordenança (...)”.

Embora se registre alguma confusão com a designação geográfica, mencionando que a ribeira Piódão era afluente do rio Alva quando na verdade esse curso de água entronca em Vide na Ribeira de Alvoco, apresenta-se o concelho de Vide no final do século XVII com um corpo administrativo e judicial devidamente estruturado, composto por um juiz ordinário, dois vereadores e um procurador e uma unidade militar composta pelos homens válidos do concelho.

Mais tarde, a 21 de Maio de 1721, o padre da paróquia de Vide, Idelfonso Mafra, elabora um documento, deixando registados importantes dados para a história local. Informa que não se achavam entre os moradores, nem havia memória que tivesse havido, “varão insigne assinado em armas, virtudes ou letras”. Dá a indicação de que não existia “casa de

⁴⁰⁷ - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894. A Igreja Paroquial foi durante muitos anos detentora de um vasto património rústico espalhado pelas aldeias. Um acontecimento verídico, passado na Repartição de Finanças de Seia, na década de 1990, revela que, para legalizar os terrenos de um santo venerado na capela da aldeia de Gondufo, tenha originado um requerimento nos seguintes termos: “Ex.mo senhor Chefe da Repartição de Finanças do Concelho de Seia: Santo Evaristo, morador na sua capela em Gondufo, vem pedir a V. Ex.^a que lhes sejam reconhecida a posse dos terrenos à frente designados (...) Por ser verdade se fez este documento que vai ser assinado a rogo por (...)”.

⁴⁰⁸ - MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico II*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1987, p.11.

⁴⁰⁹ - COSTA, Padre António Carvalho da, *ob. cit.*, p.235.

hospital nem misericórdia”, desconheciam-se memórias antigas, que não havia cartório de igreja nem qualquer “colegiada“. Que das sete capelas existentes, cinco eram do povo e duas particulares e que nenhuma era “frequentada de gente nem tinham relíquia alguma”⁴¹⁰.

As Memórias Paroquiais de Vide da Foz do Piódão são breves, apresentando a informação seguinte “ Vide da Foz do Piodão he villa da Commarca de Vizeu com câmara e juízes etc para governo de 100 fogos com 380 almas na Matriz dedicada a Senhora da Assumpção”⁴¹¹.

Quanto aos limites do território nessa época, importa referir um estudo elaborado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, que resultou na realização de mapas com a delimitação territorial dos concelhos, assim como das freguesias, existentes em 1758⁴¹². A carta elaborada para a freguesia de Vide mostra muitas similitudes com a área actual da freguesia. Embora os autores do trabalho chamem a atenção para a necessidade de se fazerem ajustamentos localmente, compreende-se que as incorrecções detectadas se relacionavam com a confusão entre a paróquia de Vide e o limite do concelho de Vide, em que este se revelava com uma dimensão territorial inferior.

À semelhança do que ocorrera relativamente à aldeia de Vide no século XVI, famílias de outras povoações da freguesia procuraram na igreja uma ocupação diferenciada para os filhos mais distintos nas centúrias seguintes⁴¹³.

A vida de sacerdócio marcou, de maneira especial, a comunidade da aldeia de Baloquinhas, desde finais do século XVI até ao século XIX. Surge nesse período uma família que durante dois séculos ordena várias gerações de padres. Provavelmente João de Brito, falecido em 1712, foi o primeiro desses párocos sendo o benfeitor que mandou construir a capela da aldeia, local do seu sepulcro. De facto, como se assinala no livro de registo de defuntos da Paróquia de Vide, aqui foi sepultado, em Maio de 1712, cumprindo a sua vontade⁴¹⁴.

A casa da povoação que comporta materiais “nobres” provenientes de outras

⁴¹⁰ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx.XXII. As capelas particulares eram na aldeia de Vide, instituída pelo padre Simão Correia, e outra na aldeia de Baloquinhas construída pelo padre João de Brito.

⁴¹¹ - ANTT, Memórias Paroquiais de 1758, n.º. 481.

⁴¹² - “Mapas de Vide”, <http://www.fcsh.unl.pt/memorias/atlas.php>, 10/3/2010, 19h 46m. Para conhecer essas delimitações confrontar o anexo IV.

⁴¹³ - MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, ob. cit., p.237.

⁴¹⁴ - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894.

localidades, tais como alvenarias em granito nas ombreiras das portas e janelas exteriores, revela-se também a mais antiga com a edificação provável em 1625⁴¹⁵.

Durante os séculos XVIII e XIX a mesma família de eclesiásticos espalhou-se por várias aldeias da região a partir da aldeia de Baloquinhas: comprovadamente construíram templos, ou exerceram o sacerdócio, em localidades como Chãs d'Égua, Teixeira de Cima, Vide e Piódão⁴¹⁶.

A Igreja Católica revela-se, de facto, importante como aferidora do assento de muita informação relativa ao território. Até à terceira década de 1800 pouco se conseguiria apurar sobre a sua história sem as fontes escritas, coligidas e guardadas pelo clero.

Esses registos permitem também abordar a mobilidade das populações através do matrimónio que se revela permanente desde, pelo menos, o século XVI. No universo da paróquia, o casamento mais antigo foi celebrado pelo cura Marcos Correia, em 1626, juntando Beatriz Fernandes, da aldeia de Chãs d'Égua, com Francisco Domingues, morador em Barriosa⁴¹⁷.

No entanto, um casamento de naturais de Vide com habitantes de concelhos vizinhos retrocede a 1589, quando o pai do padre Simão Correia, natural de Alvoco de Várzeas, se casou, em segundas núpcias, com uma mulher de Vide. Outros se seguiram no século seguinte: em 19 de Fevereiro de 1664, registou-se um casamento de uma mulher de Vide com um homem de Alvoco da Serra; a 4 de Maio de 1665 outro com um indivíduo proveniente de Aldeia das Dez, do concelho de Oliveira do Hospital; a 4 de Junho do mesmo ano foi celebrado o matrimónio de uma nubente de Vide com um noivo do Sobral de Casegas, município da Covilhã⁴¹⁸.

Os primeiros documentos laicos encontrados, relativos à administração pública do concelho de Vide, datam da segunda década de 1800, não sendo possível recolher informação

⁴¹⁵ - Fonte oral: João da Barriosa co-proprietário da referida habitação. Funda as suas afirmações na data inscrita numa das portas da casa, entretanto destruída na década de 1980.

⁴¹⁶ - ADC, Ordenações Sacerdotais: Cota D.III-S.1.ª E-E.9-T.2-n.º13 cx.587; Cota D.III-S.1.ª E-E.17-T.5-n.º 1 cx.1683; Cota D.III-S.1.ª E-E.9-T.1-n.º13 cx.571; Cota D.III-S.1.ª E-E.17-T.5-n.º2 cx.1684.

⁴¹⁷ - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894. A curiosidade deste enlace reside no facto de, à época, os nubentes serem de concelhos diferentes, Alvoco da Serra e de Avô, casando noutra município distinto o de Vide.

⁴¹⁸ - MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico II, ob. cit.*, p.16. Segundo este autor, no século XVIII encontram-se registados nos livros paroquiais de Vide casamentos entre naturais desta paróquia com nubentes de 13 freguesias: Sandomil; Loriga; São Gião; Penalva de Alva; Piódão; Cabeça; Unhais da Serra; Alvoco da Serra; Aldeia das Dez; Avô; Torrozel; Valezim e Alvoco de Várzeas.

face ao mau estado de conservação em que se encontravam. Trata-se de quatro livros de um notário de Vide, datados entre 1814 e 1824⁴¹⁹.

Das actas e livros de autos da Câmara Municipal de Vide existentes, no domínio público de consulta, foram examinados dois pequenos cadernos, depositados no Arquivo Municipal de Seia, que se revelam importantes pelas informações que veiculam⁴²⁰. O acto mais antigo registado dá conta que, a 2 de Fevereiro de 1835, a Câmara Municipal de Vide autorizou Brizida João, da Quinta do Coucedeira, a vender “do seu vinho” em sua casa, aos selamis e aos quartilhos, pagando a taxa de \$600 réis⁴²¹. Era presidente da câmara António Figueiredo, coadjuvado pelo secretário Joaquim Matias⁴²². Ainda nesse mesmo mês, foi aprovado um regulamento que deveria promover o melhor aproveitamento do regadio tradicional da “Levada Velha”⁴²³.

Dando provimento a uma ordem recebida da “Sub-Repartição Régia da Vila de Seia”, a 4 de Dezembro do mesmo ano, reuniu a Câmara Municipal de Vide para nomear os membros que iriam constituir a primeira junta de paróquia, um marco significativo na mudança do poder administrativo no território que passou de concelho para freguesia⁴²⁴. Teria início o ciclo que pronunciava o fim do concelho de Vide, assim como de uma governação com autonomia política, económica e judicial, que abraçaria, provavelmente, mais de 300 anos.

A nível nacional estava em curso uma profunda reorganização do território: a lei de 25 de Abril de 1835 criou o sistema administrativo contemporâneo estruturado em distritos, concelhos e freguesias e o decreto de 6 de Novembro de 1836 operou uma redução drástica de concelhos: de 816 para 351.

No entanto, aparentemente, aquela reunião serviu para cumprir uma ordem emanada superiormente. A Câmara Municipal de Vide manteve-se em exercício, pelo menos, até Dezembro de 1836, não havendo registo que até aí a junta de paróquia tenha exercido qualquer função na governação local. É o que se afigura poder deduzir da deliberação que, em

⁴¹⁹ - ADG, Notarial de Vide, PT/ADGRD/NVide/1.

⁴²⁰ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide.

⁴²¹ - <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/exposicoes/Cat%C3%A1logoSistemaM%C3%A9trico.pdf> 21/3/2010, 19h 43m. Segundo o artigo consultado um selamim correspondia a 0,43 litros.

⁴²² - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide, fl. 2.

⁴²³ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide. Voltar-se-à a este documento no subcapítulo dedicado aos regadios tradicionais.

⁴²⁴ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide, fl.8.

Março de 1836, nomeia como novo secretário da câmara, João da Costa Ribeiro⁴²⁵. Foi reforçada no mês seguinte, por indicação do Governo Civil da Guarda, quando foi escolhido como procurador do concelho de Vide, Joaquim Matias Nobre tendo como substituto, António Lopes.

Nessa época a situação económica do município não seria muito confortável, como parece depreender-se do exarado em acta pelo executivo camarário: “o Concelho não tem rendimento algum para as despesas da municipalidade”⁴²⁶. Nomeou-se nessa reunião António dos Santos Garcia Mascarenhas e António Lopes da Silva para procederem à cobrança de “um vintém” por cada almúde de vinho a todos os lavradores, para fazer face aos gastos da autarquia.

Ainda nesse ano, de acordo com a deliberação de 15/12/1836, à falta de recursos financeiros para pagamento da “Terça à Fazenda Real”, no valor de mil réis, foram atribuídas coimas para a solução do dito imposto, no valor de \$235 réis a cada dos seguintes habitantes: Joaquim José d’Abranches; António Alves Carpinteiro, da Malhada; Domingos Francisco, do mesmo lugar; Jacinta de Brito e Águeda, viúva de Ignácio Pereira.

Quadro n.º37: Nomes e cargos exercidos no concelho de Vide (Outubro de 1836)

Nome	Cargo
José Ribeiro da Costa	Presidente da Câmara Municipal
António José Ribeiro Calheiros	Vereador
Tomás de Brito ⁴²⁷	Vereador
José João Castro Garcia	Juiz Eleito
Joaquim Matias dos Santos	Procurador do Concelho
António José Garcia Mascarenhas	Juiz de Paz
António Lopes	Substituto do Procurador do Concelho
António Joaquim dos Santos	Escrivão do Juiz de Paz
João da Costa Ribeiro	Secretário da Câmara

Fonte: AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide

⁴²⁵ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide, fl.2.

⁴²⁶ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide, fl.3.

⁴²⁷ - Noutro documento consultado no AMS, citado neste trabalho, Tomás de Brito surge como natural e residente da aldeia da Barriosa. A ser verdade, o edil camarário era constituído com um elemento pertencente ao concelho vizinho de Alvoco da Serra.

O juramento da Constituição de 1822, na reunião de 2/10/1836, dá a conhecer os nomes dos responsáveis máximos desta municipalidade, poucas semanas antes de verem as suas competências extintas e transferidas para o concelho de Loriga: “ (...) nas casas da Câmara Municipal reuniram-se todas as autoridades deste concelho para darem seguimento ao ofício do Administrador Interino do Distrito da Guarda que dava ordem para que fosse jurada a Constituição de 1822”⁴²⁸.

A supressão do concelho vem, curiosamente, ampliar a área do território administrativo da freguesia de Vide. A mesma reforma extingue o confinante município de Alvoco da Serra integrando ambos no vizinho concelho de Loriga. Dessa forma, passaram a fazer parte da nova freguesia de Vide as aldeias de Frádigas – na época não passaria de um casal ou quinta – de Barriosa, de Balocas, de Baiol e de Ribeira⁴²⁹. Até essa data a fronteira territorial com o concelho de Alvoco da Serra situava-se muito próxima da aldeia de Vide, no local conhecido como Carvalhinhos, que os mais antigos ainda designam como “aos termos”. Esse local fica a cerca de três quilómetros da sede de freguesia e coincidia com a intersecção das ribeiras de Loriga e de Alvoco⁴³⁰.

Percorrendo o território, confrontando-o com os documentos citados, facilmente se compreende que a fronteira territorial entre os municípios de Vide e de Alvoco da Serra, até 1836, era delimitada pelas águas vertentes da Ribeira de Alvoco até à Foz da Ribeira de Loriga. Pelo lado sul, marcava o limite a cumeada implantada na Serra do Açor; pelo norte essa demarcação corria pela cumeeira da encosta das Abelheiras, na Serra da Estrela.

Aparentemente o novo reordenamento territorial teve como preocupação agrupar na nova freguesia as aldeias que eram servidas pela Paróquia de Vide⁴³¹. Na verdade, as povoações que transitaram de Alvoco da Serra para Vide integravam a comunidade católica da Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

O novo mapa territorial desenvolveu situações estranhas em algumas povoações como

⁴²⁸ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide.

⁴²⁹ - APARÍCIO, António Mendes, *ob. cit.*, p.122.

⁴³⁰ - Visitando o local fica claro que os limites eram marcados com ocorrências geográficas, as cumeadas e a foz da ribeira de Loriga, culminando no sítio conhecido entre as comunidades como “Entre as Águas”. No local pode identificar-se uma cruz gravada na rocha, na berma da antiga “estrada”, que oficializava o limite dos dois concelhos.

⁴³¹ - OLIVEIRA, Miguel, *As Paróquias Rurais Portuguesas, Sua Origem e Formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950, p.121. Este autor afirma: “Tomando em conta todas as realidades históricas, a freguesia é a congregação dos habitantes de uma vila, ou grupo de vilas, em redor da igreja-mãe”.

foi o caso da aldeia de Frádigas. Até 1836 esta pequena comunidade pertenceu ao concelho de Alvoco da Serra estendendo a sua actividade agro-pastoril junto à Ribeira de Alvoco confrontando os seus limites com quatro aldeias do mesmo município, a Barriosa, o Aguincho, a Teixeira e o Fontão. Com a reforma do século XIX, os seus terrenos, e aglomerados urbanos, ficaram divididos por três freguesias: Vide, Loriga e Alvoco da Serra⁴³².

Como esses habitantes viviam dispersos ao longo da ribeira, em locais conhecidos como o Pavão, a Cova, a Fontanheira e Frádigas, a partir desse período partem em diferentes direcções para tratar de problemas administrativos que até aí se revelavam comuns.

Os problemas que as reorganizações do território levantaram às populações de pequenos lugares ficam perceptíveis com a morte, em 1916, de Joaquim Gonçalves, natural da aldeia de Frádigas, emigrado no Brasil. Deixou como herdeiros na aldeia serrana a viúva e três filhos menores, com idades de 13, 7 e 1 ano, que devido à sua menoridade obrigou à elaboração de um inventário. Os haveres do casal eram constituídos por um prédio rústico na localidade de Frádigas, termo da freguesia de Vide; uma casa térrea que servia de palheira no sítio do Pavão, limite da freguesia de Alvoco da Serra e outro prédio rústico situado ao Ribeiro do Fontão, na freguesia de Loriga⁴³³. Na realidade, todos os pertences se encontravam na área económica e social da aldeia mas, quando separados pela reforma administrativa, obrigaram a que avaliadores de cada uma das freguesias intervissem no processo.

Esta divisão tem reflexos negativos na aldeia até ao presente. Embora os seus moradores se considerem unidos por laços de vizinhança, costumes, tradições e familiares, na verdade, têm as casas de habitação em freguesias diferentes. Actualmente encontraram na comissão de melhoramentos local a forma de ultrapassar problemas burocráticos, de pertencerem administrativamente, a Vide e a Loriga⁴³⁴. Essa associação promove melhoramentos nos dois núcleos, garantindo uma uniformidade de acesso a bens essenciais como a electricidade, os arruamentos e a água ao domicílio.

Apesar dos constrangimentos de natureza administrativa, parece muito provável que a

⁴³² - Curiosamente, em 2012, um novo reordenamento territorial une à freguesia de Vide a freguesia de Cabeça que ganhara autonomia administrativa, em Janeiro de 1806, quando foi desanexada de Loriga. Uma vez mais a área do território de Vide aumentou cerca de 8,5^{km}².

⁴³³ - ADG, Judicial de Seia, Inventário Orfanológico, Maço n.º 9, Pacote 108.

⁴³⁴ - Entretanto a parte que integra a freguesia de Alvoco da Serra ficou sem habitantes.

aldeia de Vide muito tenha beneficiado, económica e socialmente, com a abolição do seu concelho. Tratando-se de um município de poucos recursos, como se depreende dos documentos consultados, viu o seu território aumentado consideravelmente com a inclusão de algumas aldeias, fazendo acorrer à sede de freguesia um maior número de habitantes, impulsionadores do comércio local.

Esta hipótese sai reforçada com o surgimento, a partir da segunda metade de 1800, de casas de habitação de feição solarenga, destoantes com a malha urbana coeva assente em modestas casas de xisto. A fragilidade do património edificado parece sobressair das informações que relatam o estado de ruína em que se encontravam as casas pertencentes à antiga Câmara Municipal de Vide, na década de 1840. Tal estado levava à sua venda revertendo a verba para os cofres da Câmara Municipal de Loriga⁴³⁵.

Regista-se então, a partir do ano de 1837, não só uma nova configuração territorial e administrativa mas também fiscal, pois os habitantes das cinco aldeias anexadas passaram a pagar os seus impostos em Vide. Ao provável aumento do comércio ter-se-á associado o desenvolvimento dos serviços, com o incremento na aldeia de um “grupo social” que se dedicava à prestação de tarefas como testemunhas abonatórias, procuradores junto do poder concelhio ou agentes da lei⁴³⁶.

Quadro n.º38: Elementos da 1.ª Junta de Paróquia de Vide (1837)

Nome	Aldeia	Incumbência
Bernardº (ino?) José dos Santos	Vide	Presidente
António José dos Santos Mascarenhas	Vide	-
António Lopes	Vide	-
Manuel Joaquim	Vide	-
José dos Santos	Vide	-
Joaquim Francisco	Vide	Comissário da J. Paróquia
António Luíz	Vide	Comissário de Polícia
Manuel da Silva (Dias)	Cide	Cabo de Polícia
José Mendes	Gondufo	Cabo de Polícia
Tomás António	Baloquinhas	Cabo de Polícia
Manuel Marques	Balocas	Cabo de Polícia

Fonte: AMS, *Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide*

⁴³⁵ - AMS, Cx. XIII/XIV, *Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga*, fls.90 vs.- 91.

⁴³⁶ - Em diversos documentos, como testamentos ou avaliações de património, verifica-se que era sempre um determinado conjunto de nomes que surgia a desempenhar esses cargos, recebendo os respectivos honorários.

As primeiras actas da Câmara Municipal de Loriga, após a integração do concelho de Vide, poucas informações revelam sobre este território⁴³⁷. Em 4 de Março de 1837 decidiu-se criar um julgado de paz na freguesia, ficando-lhe anexada a freguesia da Teixeira. Nomeiam-se ainda dois guardas rurais, Bernardo Serra e António Marques de Baloquinhas, assim como dois “louvados”, Joaquim José de Abranches e José Luís. Como escrivães do juízo de paz são indicados três nomes: António Joaquim dos Santos, José Joaquim de Abranches e António José dos Santos Garcia Nobre Mascarenhas⁴³⁸.

A “derrama” do concelho de Loriga para o ano de 1843 foi determinada em 230\$040 réis, cabendo à freguesia de Vide 63\$500. Para distribuir este valor pelos habitantes da freguesia de Vide, “com a devida igualdade”, foram nomeados José dos Santos Lopes, de Vide, e Luís Marques, da Ribeira de Balocas.

Em 1843, Vide é a segunda freguesia do concelho mais tributada, pagando menos 7,2% do que Loriga, e mais 9,4% que Alvôco da Serra, a terceira maior contribuinte.

Quadro n.º39: Distribuição por freguesia da derrama do Concelho de Loriga (1843)

Freguesia	Valor (réis)	%
Loriga	66\$440	34,62
Vide	63\$500	27,60
Alvoco da Serra	41\$900	18,20
Valezim	35\$200	15,30
Cabeça	14\$000	6,1
Teixeira	9\$000	3,91
Total	230\$040	100

Fonte: AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga

No ano seguinte, para o imposto cobrado para o estado, contribuiu a freguesia de Vide com 47\$310 réis, tendo sido nomeados como informadores António Freire e António da Silva, de Vide, sendo indigitado como cobrador José João de Castro, da Quinta do

⁴³⁷ - AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga.

⁴³⁸ - Não é claro se o Joaquim José de Abranches é a mesma pessoa que José Joaquim de Abranches.

Coucedeira⁴³⁹.

Incidindo a base de tributação nos rendimentos das comunidades poder-se-á pensar que, em 1854, a freguesia de Vide era a mais rica do concelho de Loriga, pois contribuiu com 96\$960 réis (31,40% do total), concorrendo a sede do município com 86\$550 (28,10%).

Outra constatação é a de que o território, embora pertencente a um novo concelho, provavelmente continuou a registar um desenvolvimento económico modesto, não se verificando a selecção de algum habitante de Vide para os 40 maiores contribuintes do concelho, ao longo do século XIX.

Confrontando esses valores com o quadro elaborado, verifica-se que, numa década, a população de Vide passa a ser a maior colaboradora para o cofre do município de Loriga. Coincidência, ou não, é neste período que se regista, um pouco por toda a freguesia, um aumento de terrenos cultiváveis com provável incremento no aumento de produtos agrícolas, principal motor da economia local⁴⁴⁰. Aparentemente, também a venda de propriedade pública concorria para esse aumento de receita nesse período como parece demonstrar o pedido feito à câmara de Loriga, em 1843, por Joaquim Ribeiro da Costa solicitando a venda de um pardieiro na “vila de Vide”⁴⁴¹.

Em 1847, é eleita nova Junta de Paróquia de Vide constituída por António Lopes da Silva e por José Luís Freire Júnior, sendo nomeado “juiz eleito” Joaquim Matias dos Santos.

O ano de 1848 fica marcado por uma divergência entre a Junta de Paróquia de Vide e a Câmara Municipal de Loriga, relativamente ao direito de recebimento do “foro” pago pelos “coutos” de Balocas. Este rendimento havia transitado do extinto concelho de Alvoco da Serra para a freguesia de Vide, que se achava no direito de receber esse provento⁴⁴². O edil de Loriga não concordava, alegando que se a receita era recebida pelo concelho de Alvoco da Serra era legítimo que tal direito transitasse para o actual município⁴⁴³.

Esta discórdia parece ter desencadeado um braço de ferro entre a Câmara de Loriga e a

⁴³⁹ - Nos documentos consultados surgem muitos nomes referenciados sem indicação do local de residência. Pensamos que esses habitantes eram moradores na sede da freguesia e que, por esse motivo, não se fazia menção ao local de domicílio.

⁴⁴⁰ - Os grandes regadios tradicionais existentes principiaram no século XIX construídos pela associação de meia dúzia de proprietários em cada empreendimento. Posteriormente, os arroteamentos foram evoluindo, obrigando a uma constante evolução da partilha da água, conseguida por compra ou por arrendamento.

⁴⁴¹ - AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.25 e 25 vs.

⁴⁴² - No ano de 1829 as “terras de Balocas” renderam 1\$800 reis aos cofres do antigo concelho de Alvoco da Serra. JFAS, Livro de Fintas, fl.5 vs.

⁴⁴³ - AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.80 vs., 81 e 147.

Junta de Paróquia de Vide, que poderá ter estimulado o município a dar mostras do seu poder hierárquico. Seguidamente ao ocorrido, a edilidade decide vender a casa da câmara de Vide, alegando que esta se encontrava em ruína, não mencionando se a receita seria atribuída à freguesia de origem⁴⁴⁴.

Por seu turno no ano de 1853 volta a registar mudança de nomes na Junta de Paróquia em Vide, sendo nomeados António Dias da Silva, João Ribeiro e, como juiz eleito, Manuel Dias da Silva. Uma análise aos nomes que participavam nas várias instituições aparenta que os cargos públicos eram normalmente ocupados por elementos de uma mesma família revezando-se quando se registava uma reorganização administrativa do território⁴⁴⁵.

Entretanto, pelo Decreto de 24 de Outubro de 1855, o concelho de Loriga foi extinto sendo integrado no município de Seia que, a partir dessa data, passou a contar com mais 15 freguesias no seu território administrativo⁴⁴⁶. Analisando os documentos disponíveis, pode concluir-se que esta mudança administrativa não terá significado uma perda para a freguesia de Vide. Nos orçamentos nunca surge investimento de monta na freguesia, embora esta se revelasse como o melhor contribuinte municipal.

No período de vinte anos, devido a novas reorganizações administrativas, a freguesia de Vide altera novamente os seus itinerários oficiais, não deixando, no entanto, de continuar a sua ligação comercial com a vila de Loriga⁴⁴⁷. O maior incómodo para a população decorreria do facto de a vila de Seia ficar mais distante, sem vias de comunicação rodoviária nem meios de transporte, o que concorria para que só com grande necessidade, ou obrigação, ali se deslocassem⁴⁴⁸.

Outra informação que se pode recolher no documento prende-se com a toponímia das

⁴⁴⁴ - AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.92 vs e 93. Mais à frente encontram-se registos que mostram que o imóvel nunca chegou a ser alienado pela edilidade loriguense.

⁴⁴⁵ - Esta afirmação baseia-se no conhecimento das famílias através da recolha de informações em trabalho de campo.

⁴⁴⁶ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 4, fl.76 e 87.

⁴⁴⁷ - A vila de Loriga, nesta época começava o seu desenvolvimento da indústria têxtil, continuou a fazer parte da vida diária da comunidade de Vide. Foi a partir daí que, durante muitos anos, se assegurou o serviço postal de Vide. Era a Loriga que se ia comprar remédios, vender ovos, comercializar lenha, numa relação económica que se prolongou até à segunda metade do século XX. Fonte oral: O senhor Joaquim Cardoso, da aldeia de Muro.

⁴⁴⁸ - Em pleno século XXI, as dificuldades de deslocação para a sede de concelho, Seia, continuam a ser significativas. Apesar de Vide distar apenas 26 km dessa cidade, continua sem uma rede de transportes públicos adequada, demorando a viagem de autocarro cerca de 3 horas, ida e volta. Por esse motivo, a população da freguesia de Vide elege como centro urbano de serviços preferencialmente a cidade de Oliveira do Hospital, que situada à mesma distância, dispõe de duas ligações diárias de transportes públicos demorando a viagem menos de metade do tempo que para Seia.

aldeias que constituíam, em 1856, a freguesia de Vide. No entanto podem ter sido omissas informações sobre quintas ou localidades que não possuíam contribuintes com poder económico para participar⁴⁴⁹.

A investigação das actas da Câmara Municipal de Seia após a inclusão da freguesia de Vide no seu domínio administrativo permite encontrar outro tipo de informação igualmente relevante para o conhecimento da história do território em estudo. Na reunião de 23/4/1856, o edil camarário decide pedir autorização ao “Tribunal do Conselho do Distrito” para vender as casas da extinta câmara de Vide⁴⁵⁰. Tal decisão prende-se com a necessidade de fazer obras na “Casa do tribunal” da vila de Seia e com a falta de recursos económicos que se adivinhavam. Alegava-se, também, que tais imóveis se encontravam em estado de ruína.

Um mês depois foi dada autorização pelo Governo Civil da Guarda para que a venda se efectuasse⁴⁵¹. Deveriam ser respeitadas todas as formalidades, procedendo-se à apreciação das casas e colocação de editais publicitando a sua alienação em hasta pública⁴⁵². Os louvados nomeados para avaliação dos imóveis foram Joaquim Matias e Manuel da Silva, tendo como responsável em caso de “empate” António Lopes.

Outras actas permitem ainda obter dados sobre o recrutamento militar no território nomeadamente quais as profissões dos mancebos chamados: três criados de servir; dois fazendeiros; um jornaleiro e um pastor⁴⁵³.

Por outro lado, esses registos permitem encontrar dados sobre a estatura física de habitantes da freguesia em meados do século XIX. No recenseamento militar de 1858 foram excluídos cinco mancebos de Vide, porque a sua altura diminuta se situava entre 1,48 e 1,54 metros⁴⁵⁴.

⁴⁴⁹ - Confrontar o anexo V onde se reproduz um quadro com os dados recolhidos nas contribuições da freguesia de Vide para a “roda” em 1856.

⁴⁵⁰ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 4, fls.129 vs e 130.

⁴⁵¹ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 4, fl.151.

⁴⁵² - Embora procurada, não foi encontrada nenhuma documentação sobre o assunto. Revelar-se-ia útil para tentar localizar os imóveis na aldeia, dos quais se perdeu rasto.

⁴⁵³ - Posteriormente constatou-se que dois recrutas seleccionados, ambos fazendeiros, eram irmãos gémeos, Bernardo e António, filhos de Manuel João e de Rosália Maria, residentes no Carpido. Por esse motivo foi feita uma exposição à comissão de recrutamento, pedindo que um deles fosse isento do serviço militar, pois que representavam um apoio imprescindível na subsistência do casal. O pedido foi aceite sendo seleccionado para o serviço militar o Bernardo.

⁴⁵⁴ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 5, fl.23 vs. Na actualidade pode observar-se que a estatura dos habitantes varia significativamente entre povoações. Se, por um lado, na aldeia de Gondufo, se pode observar que a altura das portas de entrada das antigas habitações não ultrapassava 1,60 metros. Por outro lado, na aldeia de Casal do Rei, existem habitantes de ambos os sexos muito altos, próximos dos 1,80 metros não se

Revela-se interessante verificar quais as funções do responsável pela vigilância da lei e da ordem em Vide, no início da segunda metade de 1800. Em 9/12/1857 o regedor de Vide oficiava a Câmara Municipal de Seia alertando para a urgente necessidade de nomear um aferidor de medidas, “líquidos e sólidos”, na freguesia. O mesmo agente da autoridade propôs para esse cargo José Pereira Nicolau, tendo o mesmo sido aceite pelo município⁴⁵⁵. Curiosamente, no ano de 1859, a Câmara de Seia decidiu adequar os sistemas de medidas em uso nas diversas freguesias do concelho, pelo novo sistema métrico decimal. As medidas variavam de localidade para localidade, não havendo uniformização. Os padrões utilizados em Vide tinham transitado do antigo concelho, extinto em 1836, cujo edil aprovara as medidas em uso⁴⁵⁶.

Quadro n.º40: Padrões de medidas utilizado em Vide, em 1859

	Medida em uso	Sistema métrico
Lineares	Uma vara	1,96 milímetros
Capacidade (produtos secos)	Meio alqueire	8 litros e 8 centilitros
Capacidade (para todos os líquidos)	Quartilho	575 mililitros
Peso	Oito arráteis	3,680 kg
Peso	Dois arráteis	910 gramas
Peso	Um arrátel	471 gramas

Fonte: AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 4, fl.156 a 161 vs.

Os valores achados na conversão mostram a vantagem da estandardização pelo sistema métrico, pois que, até ao ano de 1859, em Vide, oito arráteis não corresponderiam à multiplicação da unidade por oito.

Em 1858 foram nomeados como “Zeladores das Posturas Camarárias”, na freguesia de Vide, 12 moradores, repartidos por outras tantas aldeias.

Nesse mesmo ano de 1858 foram nomeados para Vide, como “informadores louvados”, para o serviço de contribuição predial e dos impostos do concelho de Seia, José dos Santos Lopes, de Vide e José Freire, da Barriosa – para os prédios urbanos – indicando

conhecendo nenhum estudo que explique cientificamente estas diferenças. Em determinadas aldeias, algumas famílias têm o cabelo loiro havendo autores que, sem fundamentar, afirmam serem de ascendência celta.

⁴⁵⁵ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 4, fl.273.

Manuel Dias da Silva e António Lopes da Silva, ambos de Vide, para os imóveis rústicos⁴⁵⁷.

O final da década de 1859 ficou marcado pelo pedido da junta de paróquia de Vide para a criação de uma “Cadeira do Ensino Primário”, na sede da freguesia. Esta unidade administrativa contava então com 350 fogos. Passados cinco anos é efectuado o primeiro recenseamento geral da população em Portugal, que contabilizou 1700 habitantes nas aldeias de Vide⁴⁵⁸.

Quadro n.º41: Zeladores da CMS na freguesia de Vide em 1858

Nome	Localidade
António da Costa	Vide
José Martins	Casal do Rei
António Marques ⁴⁵⁹	Barriosa
António Marques	Ribeira de Balocas
Joaquim Lopes	Baiol
António Diogo	Balocas
Luís Francisco	Gondufo
José Antunes Miguel	Casas Figueiras
José Nunes	Cide
Manuel Lopes (Silva?)	Rodeado
Luís da Silva	Baloquinhas
José Cerqueira	Barrocas do Silvaldal

Fonte: AMS, Livro de Actas n.º 5 da CMS, fl.32

A população aumentava significativamente, tornando-se necessário criar melhores condições de vida, procurando a autarquia alcançar serviços que entretanto já teriam sido implementados nas freguesias limítrofes do mesmo concelho. A junta de paróquia informava que previa uma frequência de 40 alunos para a cadeira escolar a criar, e que mais não seriam devido “à escabrosidade” do terreno.

Embora a reforma administrativa de 1836 tenha despromovido a aldeia de Vide a sede

⁴⁵⁷ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 5, fl.60 vs.

⁴⁵⁸ - AMS, Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, n.º 5, fl.116 vs.

⁴⁵⁹ - António Marques pediu a escusa desta nomeação alegando que a maior parte do tempo era passado nas Borracheiras (aldeia de Gondufo), onde se situavam a maior parte das suas fazendas. O pedido foi aceite, sendo nomeado para o seu lugar Joaquim dos Santos.

da freguesia, a sua importância à escala regional manteve-se. A confluência dos caminhos de diversas povoações, fora do seu domínio administrativo, em direcção à Terra Chã ou à Beira Baixa, promovia a povoação a local privilegiado de serviços e negócios. A passagem dessa gente, principalmente almocreves, deixou na toponímia local marcas que perduram até à actualidade, como será o caso da Rua da “Estalagem”. Situada na margem esquerda da aldeia, destacava-se por ser uma casa de habitação, com currais adjacentes, onde os viajantes podiam guardar os animais e a carga em segurança para passar a noite. O último estalajadeiro conhecido, já no século XX, chamava-se João Matias⁴⁶⁰. A “Catraia”, à saída em direcção à Covilhã, era outro local de pernoita e retempero de forças, fazendo parte de uma rede de alojamentos que davam ânimo à povoação.

A passagem dos almocreves em Vide tornava-a um ponto centralizador de comércio, onde as aldeias da serra vinham adquirir, principalmente ao Domingo ou no dia de um funeral, produtos de outras proveniências. Sendo o poder de compra das comunidades limitado, traduzia-se frequentemente num negócio de permuta de bens por produtos provenientes da agricultura⁴⁶¹.

Borges Pereira reconta uma estória, dos conhecidos “Contos de Fajão”, que testemunha a importância dos almocreves na evolução económica das aldeias serranas. A sua função também assentava no quebrar de fronteiras espaciais difundindo mensagens urbanas que “colocavam povoações isoladas em contacto com o mundo civilizado”⁴⁶².

A via que designavam “estrada real”, ou estrada pública, que se encontra referenciada em diversos documentos da época, não passaria de um carreiro estreito onde mal caberia um carro de bois. No entanto, representava uma mais valia relativamente às aldeias onde não passava, não apenas por motivos económicos mas, também, como foi dito, em projecção social, resultante do acesso às últimas novidades comerciais, assim como a notícias. Nesta freguesia, essa via bordejava a aldeia de Baloquinhos e cruzava os núcleos urbanos de Vide e de Barriosa. Estas três localidades destacaram-se, ao longo dos séculos, pelo número de

⁴⁶⁰ - ABRANCHES, Esther, *O Ajuste da Soldada*, ob. cit., p.10.

⁴⁶¹ - Na década de 1970 ainda se registavam, em Vide, trocas comerciais onde era possível a aquisição de electrodomésticos, como fogões ou rádios a pilhas, com a permuta de palha, aguardentes ou cabeças de gado.

⁴⁶² - PEREIRA, João Baptista Borges, *Emigração e vida rural em Portugal*, *Revista de Antropologia*, Separata do Volume XXV, São Paulo, 1992, p.127. Um dos contos de Monsenhor Nunes Pereira relacionados com o património imaterial de Fajão, concelho da Pampilhosa da Serra, descreve como um almocreve, em troca de bons negócios, normalmente uma carga de presuntos, ia introduzindo na aldeia novas técnicas de cultivo e novas alfaías.

comércios existentes no seu burgo, no valor individual mais alto pago nos impostos então cobrados aos habitantes da freguesia ou do concelho, não surpreendendo, pois, que o acesso aos lugares de destaque público como sacerdotes, oficiais de fiscalização ou agentes da governação local se distribuíssem por moradores destas localidades⁴⁶³.

Foi também esta ligação que proporcionou a determinadas aldeias algum “protagonismo”, mais lendário do que histórico, relacionado com o popular João Brandão⁴⁶⁴. De facto esse personagem, que gozava de grande simpatia por estas terras, deixou descendência bastarda na aldeia de Baloquinhas⁴⁶⁵. Pelas razões descritas, subentende-se que esta estrada, embora fomentadora de desenvolvimento, também se revelava causadora de problemas de segurança pública. Situações que revestiam de vital importância o cargo de regedor da paróquia, sendo fundamental seleccionar-se sempre alguém respeitado e, simultaneamente, destemido⁴⁶⁶.

A promoção do alargamento da rede de ensino primário, uma das apostas da Regeneração, leva às aldeias isoladas do interior pessoas com competências ao nível da instrução e interesses alargados em termos de promoção do desenvolvimento das comunidades. Em 1879, surge como presidente da junta de paróquia Joaquim Ribeiro da Costa Nobre, que se fixara em Vide, em 1877 como professor primário, e que convivera de perto com o escritor Alexandre Herculano⁴⁶⁷.

⁴⁶³ - Os presidentes e vereadores mencionados nos vários documentos pertenciam, quase na sua totalidade, a essas três aldeias.

⁴⁶⁴ - VAQUINHAS, Irene, “Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 1, 2001, pp. 315-325.

⁴⁶⁵ - DIAS, António, *Vista Bela, Ensaio Monográfico das Terras de Seia, Freguesia da Vide, ob. cit.*, p. 50. João Brandão era pai de João Augusto Brandão, de Baloquinhas, conhecido na freguesia de Vide como curandeiro reputado, reconhecido por não negar o auxílio a quem necessitasse dos seus serviços. Foi presidente da Junta de Freguesia de Vide, em 1913.

⁴⁶⁶ - Até ao final do Estado Novo a figura de regedor da freguesia era bastante temida e respeitada, conferindo-lhe a comunidade um grau de autoridade igual ao da Guarda Nacional Republicana, que superintendia no território as questões de segurança. Tinha sempre como auxiliar um cabo de ordens e quando convocava um habitante para uma determinada tarefa, ele acatava a ordem sem contestar. Um episódio passado em 1970 demonstra o que foi dito: à saída da aldeia de Vide, durante a noite, ocorreu um despiste de um motociclista que lhe provocou a morte imediata. Como a hora era tardia e o delegado de saúde só viria no dia seguinte, o regedor foi à povoação de Silval, por ser a mais próxima ao local do acidente e, tardiamente, fez levantar dois chefes de família para passar a noite a velarem pela “segurança” do morto. Eles de imediato se levantaram e acompanharam o “agente da autoridade”. Este episódio foi narrado por um dos convocados, o senhor Joaquim Garcia dos Santos, entretanto falecido.

⁴⁶⁷ - MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico I, ob. cit.*, pp.31-33. Segundo o autor, Joaquim Ribeiro da Costa Nobre era sobrinho do padre Francisco Ribeiro Costa Nobre, radicado em Azóia de Baixo, amigo pessoal de Alexandre Herculano. Terá sido através da amizade do seu tio que o professor conviveu com o escritor.

Os novos horizontes de governantes locais instruídos esbarravam, no entanto, com dificuldades insuperáveis, nomeadamente ao nível das receitas. O orçamento suplementar desse ano indica que a Festa do Santíssimo, a festividade religiosa mais importante da paróquia até à década de 1950, absorvia quase metade da receita da freguesia. Aparentemente, o valor recebido pelo sacristão, assim como o gasto com cera, reportar-se-iam a todo o ano. Provavelmente estes orçamentos destinavam-se a cumprir formalismos legais, ocultando receitas provenientes de outros recursos como seriam o aluguer de pastos, a venda de medronhos, o arranque de cepas para carvão, a venda de castanhas provenientes dos castanheiros da “Confraria” ou outros rendimentos provenientes de terrenos que, não estando declarados como proventos de foros, existiam de facto, criando receita para a paróquia⁴⁶⁸.

Quadro n.º42: Orçamento Suplementar da Junta de Paróquia de Vide, 1879

Receita	(réis)	Despesa	(réis)
Esmolas de castanhas, milho e queijos	8\$810	Celebrante da festa do Santíssimo	\$480
Foro do Baiol	\$610	Três cantores	1\$440
Foro do Rodiado	\$720	Pregador	2\$400
Foro da Ponte de Pau	\$070	Três presbíteros	1\$440
Foro de Baloquinhas	\$030	Cera	3\$000
Foro de Balocas	1\$320	Santos Óleos	\$300
Da Fábrica	2\$680	Pároco da festa	1\$440
-	-	Sacristão	2\$400
-	-	Três livros paroquiais	\$600
-	-	Um livro para a Junta	\$700
-	-	Papel para a Junta e Regedor	\$500
Total	14\$240	Total	14\$700

Fonte: Livro de Actas da Junta de Paróquia de Vide, fl.1 e 1 vs.

A escassez de recursos financeiros levava o poder local a exercer uma vigilância mais apertada sobre o uso de recursos no sentido de aumentar as receitas em coimas. Através da análise do livro da Junta de Paróquia, pode concluir-se que a população, na sua generalidade, continuava desafortunada, o que impulsionava os seus habitantes a praticar transgressões

⁴⁶⁸ -JPV, Livro de Actas, fls.119-120. Em 1921 a Junta de Freguesia possuía, só na povoação do Cide, 19 parcelas de terreno cujo rendimento nunca se encontrou manifestado nas receitas apresentadas ao longo de várias décadas.

recorrentemente, mais ou menos graves, na tentativa de garantir a sua subsistência. O pastoreio em locais proibidos, o arranque de cepas alheias para fabricar carvão, a apropriação de logradouros comuns ou terrenos baldios são disso exemplo. Essas prevaricações traziam penalização aos infractores sempre que detectadas, como o demonstra a multa aplicada, em 1880, pelo zelador municipal do Rodeado, Joaquim Gonçalves, a António Joaquim e Brizida Maria, da aldeia de Malhada Cilhas, apanhados furtivamente a fazer carvão em terreno baldio⁴⁶⁹.

As dificuldades económicas da população reflectiam-se nos rendimentos do clero rural. Pela década de 1870 faleceram em Vide, onde residiam, os padres Manuel Lino d’Abranches Torres e Severino Torres d’Abranches. Foi a Junta de Paróquia quem cedeu os paramentos necessários para as cerimónias fúnebres, no valor de 15\$000 réis, “pois os referidos clérigos morreram em estado de penúria”⁴⁷⁰.

Os problemas sociais que se constataam para este período levam a junta de paróquia a registar em acta de 10/4/1888: “ (...) os cerca de 400 contribuintes da Paróquia, que estão listados na Repartição da Fazenda para pagar imposto, são tão pobres, que os 3% pertencentes por lei à junta de paróquia são totalmente absorvidos pelo ensino”⁴⁷¹.

Essa realidade não impedia, no entanto, que se ambicionasse o aumento do nível de instrução. Em 1880 é pedida a criação de uma cadeira do ensino primário para o sexo feminino, calculando-se existirem mais de 100 menores em idade escolar. Apesar da boa vontade do executivo que, em 1890, pagava de renda da casa do professor 8\$000 reis e da casa da escola 4\$000, nem sempre os pais compreendiam a necessidade de encaminhar os filhos para a escola. De certo faziam falta para ajudarem na sobrevivência do núcleo familiar, guardando os gados ou indo, desde muito novos, para casa dos proprietários mais abastados, como criados de servir. Também na década de 1890 a autarquia elegia, como obra mais urgente a realizar na paróquia, a construção de “uma casa de aula”.

Apesar desses constrangimentos, é a partir deste período que alguns melhoramentos vão sendo alcançados na sede de freguesia. Em 1881 já esta aldeia se regula, no tempo, pelas batidas de um relógio montado na torre da igreja. A sua manutenção estava a cargo de

⁴⁶⁹ - JPV, Livro de Actas, fl.6 e 6 vs.

⁴⁷⁰ - JPV, Livro de Actas, fl.12 e 12 vs.

⁴⁷¹ - JPV, Livro de Actas, fl.145.

António Pereira, que recebia pelo seu trabalho 3\$000 réis anuais⁴⁷².

Em termos de organização das circunscrições eclesiásticas, opera-se uma mudança significativa na década de 80. Em 1882, a dependência religiosa da paróquia é transferida da Diocese de Coimbra para a Diocese da Guarda. Uma reorganização que corta uma obediência multissecular que acompanhara a evolução do povoamento do território da freguesia.

No ano de 1895 ocorre a reconstrução da igreja paroquial, cujo estado de ruína levava já à deslocação das reuniões da junta de paróquia da sacristia para casa do sacerdote. Tratou-se de uma obra imponente face à modéstia do casario existente na época. Simultaneamente, é construída uma casa magnífica pertencente ao vigário da paróquia, presidente da junta da paróquia e impulsor da reconstrução do templo paroquial⁴⁷³.

Para se ter uma ideia da singeleza do meio, relata-se uma ocorrência surgida, nesse mesmo ano, pela abertura de um portal no muro que ladeava a “Rua de Baixo”, em Vide, sem autorização ou acordo da junta de paróquia. Dizia-se que essa era a rua mais formosa do lugar, onde existiam dois estabelecimentos industriais, mas que era tão estreita que um carro de bois a ocupava na totalidade sendo necessário o referido muro para que as pessoas pudessem passar em cima dele quando tal acontecesse⁴⁷⁴.

Em 1887 ainda se encontravam por marcar alguns limites da freguesia de Vide, ampliados com a reforma administrativa da década de 1830. Em Março desse ano reuniram-se as juntas de paróquia de Vide e de Alvoco da Serra, no local denominado “Giesteirinha”, na “estrada real”, para estabelecer os termos das duas freguesias no limite da Teixeira. À reunião compareceram as mais altas individualidades das duas administrações, respectivamente o presidente de Vide, Reverendo Joaquim António dos Santos, e o presidente da congénere António Luís Monteiro e Pina. Ali se chegou a consenso, se colocaram marcos de comum acordo, se gravaram sinais em rochas e elaboraram as actas que certificaram a concordância⁴⁷⁵.

⁴⁷² - JPV, Livro de Actas, fl.175.

⁴⁷³ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura, (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Edição de Autor, 1990, p.71. Sobre esta reconstrução a autora escreve que a antiga igreja “era antiquíssima com muitos meninos anjos empoleirados nas saliências pré-barrocas das colunas que sustentavam os nichos”.

⁴⁷⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.70.

⁴⁷⁵ - Essas delimitações são as que ainda estão em vigor. Confrontar o anexo III onde se reproduz a acta do acordo.

Como primeiro acto relevante da Junta de Paróquia, na entrada do século XX, destaca-se a preocupação em descentralizar o ensino na freguesia. A autarquia elabora, em 1906, o pedido de criação de uma escola mista na aldeia de Barriosa. Como fundamento apresentavam um recenseamento, elaborado nessa e em aldeias próximas, que denunciava existirem cerca de 90 crianças, dos seis aos 12 anos, sem que alguma delas soubesse ler ou escrever.

O início da década seguinte acompanha a transição do regime monárquico para o republicano. Esse acto fica oficializado localmente com o “Auto de Juramento da Junta Republicana”, a 15/11/1910, colocando na presidência o Professor Carlos Abranches Nobre⁴⁷⁶. A Comissão Paroquial Republicana da Freguesia de Vide teve como primeira deliberação a separação do poder religioso do domínio político, determinando que as reuniões do órgão, a partir dessa data, seriam deslocadas da sacristia para a escola do sexo masculino. O relógio da torre ficou à responsabilidade da Junta de Freguesia, desconhecendo-se se os bens rústicos paroquiais foram secularizados, em parte ou na sua totalidade.

Esther Abranches, filha do primeiro presidente de junta então empossado conta, na primeira pessoa, como se efectuou a mudança de regime em Vide: “A casa nova de meus pais estava cheia de bandeiras verdes e encarnadas tapando os varandins. Uns senhores de Seia – “os amigos de Seia” – esperaram que o povo saísse da igreja para lhes anunciar que a República tinha sido proclamada em Lisboa terminando os seus discursos com um imperativo e vibrante: Viva a República!”⁴⁷⁷.

Também nesse período, é criada na freguesia a primeira associação que visava o desenvolvimento económico e social do território. Designada como “Comissão de Beneficência”, foi presidida por Augusto dos Santos Nobre, que residia na aldeia de Barriosa⁴⁷⁸. Não foi encontrado qualquer vestígio, documental ou material, da sua actividade, no entanto, manteve-se mencionada nos anuários comerciais durante muitos anos.

No mês de Novembro de 1910, a “Comissão Municipal Republicana” questiona, por ofício, o novo elenco autárquico de Vide, pretendendo conhecer quais as obras mais urgentes que deveriam ser realizadas na freguesia. Em resposta, são enunciadas várias carências que mostram o atraso económico e social destas aldeias serranas: não existiam fontes; as ruas não

⁴⁷⁶ - Na verdade, o Professor Carlos Nobre era sobrinho do presidente da junta de paróquia cessante.

⁴⁷⁷ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura*, ob. cit., p.67.

⁴⁷⁸ - *Anuário Comercial de Portugal, Volume II, Províncias e Colónias, 1910*, p.1818 e 1824.

tinham condições de circulação, não havendo nenhuma calçadada; o acesso que dava saída da aldeia para a sede do concelho não permitia a circulação de um simples carro de bois, “mesmo as cavalgadas só conseguem circular à rédea”.

No entanto, segundo o novo presidente de junta, o maior melhoramento que poderiam receber “estas gentes” era a assistência médica, pelo menos uma vez por semana. Calculava-se que a vinda, aos Domingos, de um médico a Vide importaria em 70 ou 80\$000 réis por ano. Havia na freguesia 600 fogos com aproximadamente 3000 almas. O relato era desolador narrando que se tratava de “uma região em geral pobre onde muitos dos seus habitantes morrem ao desamparo médico ou ludibriados por curandeiros”. “As casas são em geral miseráveis sem terem qualquer tipo de mobília, se um médico se deslocar a esses domicílios não encontra uma cadeira onde se sentar ou uma mesa para prescrever uma receita”⁴⁷⁹.

O problema da assistência médica não foi resolvido pelas entidades republicanas. Em 1931 subsistia a falta de médico, levando a Junta de Freguesia a registar em acta que a “falta de um partido médico” era a maior carência que se sentia no território, pois que, registando-se cerca de 100 óbitos por ano, 99% dessas pessoas morria sem qualquer assistência médica⁴⁸⁰.

Neste período os cuidados de saúde em Vide estavam entregues a três “mestres barbeiros”, Albino Luís, António Gaspar e João Augusto Brandão. A assistência nos nascimentos era assegurada pela parteira Maria José Abranches⁴⁸¹.

Os barbeiros funcionavam como posto avançado dos poucos médicos colocados onde havia sido criado “Partido Médico”, sendo os mais próximos de Vide nas vilas de Avô e de Loriga. Isso mesmo se depreende de uma obra escrita pelo médico Vasco de Campos, onde relata vários episódios dos seus tempos de carreira de médico, iniciada na década de 1930, pelas aldeias da serra do Açor. Na freguesia de Vide não prescindia da colaboração de três habitantes: do “Mestre” Manuel “Enfermeiro” que sinalizava as patologias mais complexas, para as quais não teria solução, chamando então o médico; o Severino “Espanhol” transportava, então, no seu cavalo o doutor pelas difíceis “bredas” da serra; por último, João Farmácia, o farmacêutico que preparava e ministrava os medicamentos prescritos pelo

⁴⁷⁹ - JPV, Livro de Actas, fl.93 e 93 vs. Confrontar o anexo VI onde se reproduz cópia da acta.

⁴⁸⁰ - JPV, Livro de Actas, fls.181vs-182.

⁴⁸¹ - *Anuário Comercial de Portugal, Volume II, Províncias e Colónias, 1910*, p.1818 e 1824. Apesar de a partir da década de 1940 existir médico permanente na freguesia, os curandeiros mantiveram-se em funções até à década de 1960, sendo bastante requisitados. Em Vide servia João Pinto Pacheco e na aldeia de Baloquinhas, Manuel Lopes conhecido como “o Enfermeiro”.

clínico⁴⁸².

Quase sempre esses “barbeiros” eram pagos com uma avença anual em milho ou prestação de trabalho nas quantidades acordadas entre as partes⁴⁸³. Como foi dito, este sistema de trocas de produtos por serviços esteve bastante enraizado na comunidade que, por vezes, considerava o pagamento em dinheiro como um acto de extorsão⁴⁸⁴. Ainda hoje é possível conversar com pessoas dessa época que afirmam que estes “barbeiros” eram melhores terapeutas que os médicos.

Se em termos de cuidados de saúde, Vide registava um particular atraso, era, no entanto, beneficiada por algumas melhorias tecnológicas, nomeadamente no campo das comunicações. A partir de 1930 Vide regista a chegada de um melhoramento que a ligava de forma permanente, e definitiva, ao resto do país, o telefone. A inauguração ocorreu a 6 de Janeiro, deslocando-se para a cerimónia o Chefe de Governo, à época o General Ivens Ferraz⁴⁸⁵.

Em 1920, a Junta de Freguesia inicia uma nova forma de gestão, recorrendo ao crédito, para fazer face à falta de verbas para melhoramentos. Para mandar calcear “a canada das levadas”, em Vide, contraiu-se um empréstimo de 200\$00 junto de António dos Santos Nobre, a uma taxa de 8% ao ano. O total da obra orçava em 250\$00.

Nesse mesmo ano ocorre um facto digno de referência, por envolver uma situação semelhante à descrita. A Câmara Municipal de Seia pediu a concordância da Junta de Freguesia de Vide, como provavelmente fez com todas as outras do concelho, para obter um empréstimo de 20 000\$00, destinado a construir uma rua para o hospital da vila de Seia. A autarquia de Vide reprovou tal pretensão, alicerçando a sua posição contrária na miséria que se fazia sentir nas suas povoações, onde faltava quase tudo, devendo o município ser mais

⁴⁸² - CAMPOS, Vasco de, *ob. cit.*

⁴⁸³ - Fonte oral: O senhor João da Silva Dias, da aldeia de Baloquinhas, contou que cada família pagava em média um alqueire de milho por ano. Em troca o “barbeiro” deslocava-se a casa do agregado sempre que era chamado.

⁴⁸⁴ - CAMPOS, Vasco de, *ob. cit.*, p.96. Vasco de Campos conta que, num domicílio a uma aldeia da freguesia de Vide, para ajudar num parto, perante a pobreza da família pediu como honorário uma irrisória quantia de dinheiro apenas para fazer face ao pagamento da viagem de carro desde a vila de Avô. No entanto a mulher mais velha da casa não descortinava a diferença entre um barbeiro, a quem pagava em milho, de um médico a quem tinha de pagar em dinheiro desabafando: “Arre diabo! O senhor Mestre é entendido, lá isso é, mas é careiro como um raio que o parta!”.

⁴⁸⁵ - MASCARENHAS, Joaquim António, *O médio e o Baixo Alvoco I, ob. cit.*, pp.40-41. Nesta data, a estrada ainda não chegaria a Vide pois que, segundo o autor, que tinha 10 anos, “na varanda da casa de António Matias prometeu que tudo faria para que a estrada entre Alvoco de Várzeas e Vide fosse construída”.

equitativo na distribuição dos melhoramentos, lembrando-se das aldeias distantes⁴⁸⁶.

No entanto, tendo em consideração as dificuldades económicas cronicamente sentidas pela freguesia, facilmente se compreende que aquela decisão não representava indiferença ao melhoramento em causa, mas indicador da falta de recursos. Prova disso é o facto de, passados três anos, para que pudesse contribuir de alguma forma para a construção do dito hospital, a Junta de Freguesia de Vide, “sem dinheiro nenhum”, pediu ao director de finanças do concelho que onerasse em três por cento a contribuição predial e industrial de Vide, e que o saldo fosse entregue para o fim em causa⁴⁸⁷.

Entretanto, a Junta de Freguesia de Vide ia-se confrontando com as novas exigências ditadas de Lisboa. Com a separação de poderes entre a Igreja e o Estado, ocorrida com o regime republicano, surge a necessidade de proceder ao registo civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Na década de 1920 já existia em Vide um posto de registo civil, da responsabilidade de Joaquim Ribeiro da Costa Nobre. Este serviço surge mais tarde, em 1931, sediado na aldeia de Barriosa levando a Junta de Freguesia a exigir, junto da tutela que superintendia o assunto, que o posto de registo civil voltasse para Vide, sede de freguesia, “aonde há competência para exercer o lugar livrando a freguesia do transtorno que está causando a sede na Barriosa”⁴⁸⁸.

Durante muitas décadas o poder político, assim como o desenvolvimento económico, foi polarizado entre as aldeias de Vide e de Barriosa, numa alternância que se verificava, pelo menos, desde a unificação do território, em 1836. Poderá mesmo ser anterior se for certo, como parecem mostrar documentos analisados, que o vereador da Câmara Municipal de Vide, Tomás de Brito, residia nessa aldeia que pertencia então ao concelho de Alvoco da Serra.

Constituindo, embora, excepção, por vezes, surgiam anos com resultados positivos dos exercícios da autarquia propiciando a introdução de alguns melhoramentos. Em 1924 foi registado um saldo positivo de 99\$60, verificando-se uma receita de 675\$45 contra uma despesa de 575\$90. Valores de pequena monta que não inverteram a contínua escassez de dinheiro para melhoramentos.

Em 1922, é decidido o alargamento do cemitério paroquial, obra possível graças à dádiva do terreno por Augusto Matias dos Santos. No entanto, a construção arrastou-se

⁴⁸⁶ - JPV, Livro de Actas, fls.116 vs. e 117.

⁴⁸⁷ - JPV, Livro de Actas, fls.123.

⁴⁸⁸ - JPV, Livro de Actas, fls.182.

durante quatro anos por falta de verbas, tendo sido finalizada de muros em 1926. Nessa data faltava aterrar o espaço construído mas não havia dinheiro para o fazer. Para resolver o problema, a Junta de Freguesia recorreu ao serviço braçal, determinando que cada “casa” da freguesia deveria contribuir com um dia de trabalho no acarreto de terra e “se um dia não fosse suficiente, passaria a dois”⁴⁸⁹.

Para agravar a situação, as rendas recebidas dos diversos foros, propriedade da autarquia, desvalorizavam continuamente acarretando situações caricatas. Em 1924 os habitantes de Balocas recompensavam com 2\$60 pelo usufruto do foro da Rasa da Valeira, uma terra de mato e castanheiros, porém, a instituição pagava mais de contribuição do dito prédio.

A freguesia de Vide parece registar no seu historial um caminho percorrido sobre a polémica e confrontação de partes rivais que assentavam as suas quezílias mais em questões pessoais, ou familiares, do que políticas. Tão ancestral se revela esta forma de estar na comunidade, que há quem encontre no facto da aldeia de Vide ser dividida por uma ribeira, razões para a existência de duas facções em disputa, “ a Vide tem duas margens, é natural que tenha duas correntes de interesse”.

Conhecida esta forma de agir em comunidade, por vezes identificada como caciquismo, confirmava o clientelismo que caracterizava a regulação de poderes em pequenos meios rurais, prejudicando por vezes o desenvolvimento económico e social dos territórios, fundados em gestões destituídas do sentido de serviço público⁴⁹⁰.

Ignorando peripécias menores, que ocorreram desde tempos recuados, será curioso referir que, em Janeiro de 1927, os cidadãos José João da Silva, José Luís da Silva, João Luís da Silva e Bernardo Luís constituíram a “Comissão de Vigilância aos Actos da Junta de Freguesia de Vide”, apresentando-se nas reuniões do órgão com uma postura fiscalizadora⁴⁹¹.

Muitas situações quezilentas podem conhecer-se através das actas das juntas de paróquia e de freguesia. Na década de 1940 é constituída a Associação Pró Melhoramentos, Defesa e Propaganda da Freguesia de Vide que, aparentemente, mais não foi que uma forma de ultrapassar a condicionante do regime vigente, que não reconhecia o direito à oposição aos

⁴⁸⁹ - JPV, Livro de Actas, fls.141.

⁴⁹⁰ - LOPES, Fernando Farelo, *Caciquismo e Política em Portugal, Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I Republica, Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 9, 1991, pp.127-137.

⁴⁹¹ - JPV, Livro de Actas, fls.144 vs.

órgãos locais nomeados. Isso mesmo parece confirmar quando a dita associação conseguiu, junto da Câmara Municipal de Seia, autorização, formalizada por ofício de 7 de Fevereiro de 1946, para fundar um mercado mensal na sede de freguesia⁴⁹². A autarquia foi marginalizada neste processo tendo a comissão de melhoramentos conseguido que António Alves Miguel, comerciante e proprietário na aldeia, cedesse terrenos seus para a realização do mercado.

Sentindo-se ultrapassada, mas não vencida, a Junta de Freguesia fez constar em acta de 20 de Janeiro de 1946 que “Foi pedido verbalmente à Junta de Freguesia pelo senhor José Agostinho Caetano, residente em Candosa, concelho de Oliveira do Hospital, a criação em Vide de uma feira mensal. Uma velha aspiração deste lugar que a Junta de Freguesia decidiu apoiar”⁴⁹³.

Outra situação peculiar ocorreu em pleno regime do Estado Novo, na década de 1950, quando o governador civil da Guarda autorizou duas listas a concorrer às eleições para a autarquia de Vide, em 1959⁴⁹⁴. Esta aparente liberdade eleitoral mais não foi do que oficializar o duelo que se registava entre a Junta de Freguesia no poder desde a década de 1930 e a comissão de melhoramentos que instituiu o mercado mensal.

Eleito o presidente da associação como novo presidente da Junta de Freguesia, o autarca deposto surge mais tarde, em 1972, a constituir a Comissão de Melhoramentos, cujos estatutos foram aprovados pelo Governo Civil da Guarda em Junho desse mesmo ano. Aparentemente uma troca de posições procurando uma afirmação de poderes⁴⁹⁵.

Pode ser dito que houve uma circunstância transversal a todas as administrações que governaram o território, em diferentes épocas e regimes políticos. Todas tenderam a privilegiar a sede de freguesia no acesso a melhoramentos, em detrimento das restantes povoações, procurando dar à aldeia de Vide um conjunto de progressos, que a escassez de verbas não permitia estender ao restante território. Entre os muitos exemplos que poderiam citar-se, recorda-se quando a Câmara Municipal de Seia, em 29/5/1932, dotou a autarquia de Vide com 5 000\$00 para melhoramentos rurais na freguesia. A primeira aplicação desse dinheiro foi para calcetar a Rua do Forno, em Vide, que era a única em falta nesta aldeia.

⁴⁹² - Arquivo pessoal do senhor Professor Homero Pacheco. Ofício da Câmara Municipal de Seia n.º109.

⁴⁹³ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fls.59-59vs.

⁴⁹⁴ - ALMEIDA, Vasco Santos, *A Alma do meu velho Piódão e da minha Vide, ob. cit.*, pp.85-94.

⁴⁹⁵ - Arquivo pessoal do senhor Professor Homero Pacheco. Panfleto de divulgação distribuído à população pedindo que se associassem. Aparentemente esta comissão teria como objectivo a construção de uma estrada entre Vide e Piódão que passaria na aldeia do presidente da nova associação.

Cerca de 2 000\$00 foram destinados a gratificar o médico José Tavares Mendes Vaz, que durante alguns anos tinha prestado apoio médico em Vide, sem receber qualquer apoio institucional. Quanto à restante verba, em todas as reuniões do executivo, surgiam pedidos de moradores da sede da freguesia, pedindo este ou aquele melhoramento, situação que levou ao esvaziamento dos cofres com obras executadas nesta povoação. Simultaneamente, era exigido a cada morador do lugar de Coucedeira que contribuísse com dois dias de serviço braçal, para abrir uma vala onde seriam colocados os canos de água para a fonte pública a construir na povoação⁴⁹⁶.

Embora certas dificuldades, o poder local na primeira década do Estado Novo, contornando a escassez de recursos económicos, procurou actuar em áreas de tendência política e cultural, dando mostras de uma certa contemporaneidade e colaboração com o regime: inaugura a iluminação pública das ruas em 25 de Dezembro de 1933, com bonitos candeeiros em folha zincada, equipados com lamparinas a carbureto; em 1937 participa com um donativo de 50\$00 para a compra do Palácio da Independência, por solicitação do Secretário da Sociedade Histórica da Independência; nesse mesmo ano exara em acta um voto de protesto contra o atentado a Oliveira Salazar; em 1941 paga a Marques e Santos 61\$60 para trazer a Vide o cinema ambulante, acrescido de 70\$00 pagos a António Luís dos Santos, pelo alojamento e alimentação da equipa de projecção⁴⁹⁷; em 1942 gasta 3 000\$00 – 20% do total das receitas da Junta de Freguesia nesse ano – com a edição de uma monografia sobre a freguesia, da autoria do Capitão António Dias⁴⁹⁸.

Apesar de tudo, estas iniciativas não ofuscavam os problemas sociais do território, pois que, no mesmo período, era elaborado o “Cadastro dos Pobres”⁴⁹⁹ da freguesia, onde constariam de certo as 116 crianças encontradas, em 1940, na freguesia de Vide “em estado de miséria e abandono”⁵⁰⁰.

Mas a década de 1940 significaria o lançamento de iniciativas estruturais que vão promover a melhoria das condições de vida da população nas décadas seguintes. No seu

⁴⁹⁶ - JPV, Livro de Actas, fl.187.

⁴⁹⁷ - JPV, Livro de Actas, fls.35vs-38. Em 1941 Vide não possuía energia eléctrica, desconhecendo-se se as sessões de cinema foram realizadas durante o dia ou à noite. Nas décadas de 1940 e 50, usava-se a garagem de autocarros junto à Padaria Velha como sala de projecção.

⁴⁹⁸ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.42.

⁴⁹⁹ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.5vs.

⁵⁰⁰ - *Revista Altitude, ob. cit., p.58.*

decorrer é construído o edifício da escola primária, com salas para ambos os sexos ao abrigo do Plano dos Centenários. Fixa-se em Vide o médico Asdrúbal de Almeida Dias, natural de uma aldeia próxima à cidade da Guarda, que cuidará da saúde da comunidade até à década de 1990, sendo este o único médico que alguma vez fixou residência permanente na freguesia⁵⁰¹.

Porém, a vida continuava a revelar-se complicada neste período, agravada pelos problemas decorrentes da Segunda Guerra. No princípio da década regista-se um deficiente estado do parque habitacional da freguesia: das 767 habitações permanentes 51 (6,7%) são boas; 124 (16%) consideram-se regulares e 592 (77,10%) eram “casas más”. Os valores apurados em todo o concelho de Seia revelaram que, das 9097 habitações existentes, 1488 (16,35%) eram boas, 3357 (36,90%) regulares e 4252 (46,75%) consideradas más⁵⁰².

Quadro n.º43: Repartição das famílias por grupo social

Classe Social	Freguesia	%	Concelho	%
Escol e altos funcionários	0	0	31	0,35
Profissões liberais, clero e professores	4	0,63	72	0,81
Burguesia ilustrada	5	0,79	139	1,56
Lavradores vivendo exclusivamente da terra	53	8,42	1489	16,79
Comerciantes, funcionários e empregados	10+4+0	2,22	359+105+44	5,72
Pequenos lavradores trabalhando para outrem	208	33,06	1764	19,89
Artífices	43	6,83	834	9,40
Trabalhadores rurais possuindo casa e horta; Operários possuindo casa e horta	134+2	21,62	1724+169	21,34
Trabalhadores rurais nada possuindo; operários nada possuindo	49+0	7,79	202+315	5,82
Reformados e aposentados; Classes vivendo de rendimentos; Ajudados pelos filhos	42+1+7	7,94	315+66+214	6,70
Indigentes	56	8,90	380	4,28
Maus costumes; preguiçosos	12	1,90	52	0,58
Desempregados	0	0	20	0,22

Fonte: Revista *Altitude*, ob. cit., pp. 31-32

⁵⁰¹ - Este médico e sua esposa, a professora primária Estela Almeida Pina, revelaram-se como verdadeiros filantropos durante as suas vidas. Radicaram-se na freguesia, onde faleceram e estão sepultados, prestando cuidados de saúde e educação em troca de produtos da terra, ou de um simples obrigado, tendo servido como padrinhos de baptismo, casamento e crisma a mais de centena e meia de naturais das diversas aldeias.

⁵⁰² - Revista *Altitude*, ob. cit., p.48.

Nessa década é também tipificada a estrutura social da freguesia, repartindo-se as 629 famílias – 8868 em todo o concelho – em 13 “classes sociais”⁵⁰³. Segundo o mesmo estudo, neste período, o meio rural do concelho de Seia era povoado por uma “enorme miséria”, ao que não seria alheia a reduzida dimensão da propriedade que, em algumas freguesias, atingia os 84% do total.

No entanto, pesaria, de igual modo, o imobilismo agrário das aldeias, que nunca foram incentivadas na evolução de técnicas e culturas. Na década de 1940, os camponeses apenas tinham como alfaia as enxadas, pouco se lavravam as terras e quase se desconheciam os adubos⁵⁰⁴.

As ancestrais formas comunitárias de utilização de recursos, bem como as diversas expressões de entreatajuda são indicadores de iniciativas que emanam da própria comunidade no sentido de resolver os seus problemas e de não dependência absoluta face aos poderes instituídos. Novas manifestações de auto-governo das populações surgiram no tempo da República sob a forma de Comissão de Melhoramentos que vão persistir no tempo.

A década de 1950 promove na freguesia a troca das migrações, até aí sazonais, principalmente para a “Borda d’Água”, pelas definitivas para a região de Lisboa. Aparentemente, estas mutações contribuem para uma mudança de mentalidades e, face à falta de controlo sobre esse grupo que uma determinada rede de “régulos” impunha, marcam fortemente a alteração de governação local nas eleições de 1959⁵⁰⁵.

Surgem também desses movimentos demográficos as primeiras comissões de melhoramentos fora da sede de freguesia, oficialmente constituídas⁵⁰⁶. Na verdade, já em 1943 se fazia alusão à Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo, que pedia à Junta de Freguesia para que fosse explorada água, que permitisse construir uma fonte, embora

⁵⁰³ - *Revista Altitude, ob. cit.*, pp.31-32.

⁵⁰⁴ - *Revista Altitude, ob. cit.*, pp.37-42. Os adubos não seriam desconhecidos à época, pois a comunidade que migrava todos os anos para o Ribatejo trabalhava com a sua aplicação. O que faltaria seria dinheiro aos camponeses para os poderem comprar.

⁵⁰⁵ - ALMEIDA, Vasco Santos, *A Alma do meu velho Piódão e da minha Vide, ob. cit.*, pp.85-94. Segundo o autor, participante na primeira pessoa, foi graças aos naturais recenseados em Vide, mas ausentes em Lisboa e no Ribatejo, transportados em segredo para as eleições, que se desequilibraram as forças e se garantiu a eleição à lista opositora. Embora se trate de uma visão particular, na verdade a mesma versão é confirmada oralmente por outros habitantes de aldeias diferentes.

⁵⁰⁶ - A primeira comissão de melhoramentos, oficialmente constituída, foi a Comissão de Melhoramentos da Povoação do Gondufo, em 1953.

esta agremiação só tenha recebido alvará na década seguinte⁵⁰⁷.

Segundo Rocha Trindade, a primeira associação é constituída na região da Beira Serra, em 1919, no concelho de Arganil, revelando-se a década de 1950 como o pico de constituição deste tipo de organizações nesta parte de Portugal⁵⁰⁸. A confraternização dos habitantes da freguesia de Vide com naturais dos concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra, ajudou a impulsionar o movimento registado nas aldeias de origem. Os estatutos da primeira comissão fundada foram adaptados da Comissão de Melhoramentos de Relva Velha, no concelho de Arganil, fundada em 1952⁵⁰⁹.

Estas associações revelam-se, ao longo das décadas seguintes, como as principais parceiras da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal no progresso material das comunidades onde sediavam. Quase todas elas surgem pela necessidade concreta de um melhoramento após uma ocorrência menos agradável na aldeia⁵¹⁰. Este tipo de associação concorre para fazer face à falta de recursos económicos da autarquia, impulsionando os primeiros fontanários, as ligações rodoviárias ou o calcetamento de arruamentos.

A partir da década de 1970, participam igualmente na electrificação das aldeias, no pagamento do alcatroamento dos ramais às vias principais e na instalação de redes de água ao domicílio. Promovem, ainda, a construção dos centros de convívio, que quase sempre, na actualidade, se revelam como os únicos pontos de contacto social dessas aldeias. Durante várias décadas promoveram, principalmente em Lisboa, confraternizações com a comunidade das aldeias, que simultaneamente serviam como eventos de recolha de fundos para os seus melhoramentos⁵¹¹.

⁵⁰⁷ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.45.

⁵⁰⁸ - ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *A Serra e a Cidade, O Triangulo Dourado do Regionalismo*, Massamá, Editora Âncora, 2009, pp.82-89.

⁵⁰⁹ - Fonte oral: O senhor Joaquim José Freire sócio fundador da Comissão de Melhoramentos da Povoação do Gondufo.

⁵¹⁰ - ALMEIDA, Vasco Santos, *A Alma do meu velho Piódão e da minha Vide*, ob. cit., pp.71-72. Segundo o autor, foi a necessidade de construir uma ponte em pedra para atravessar a ribeira de Piódão, num local servido por um pontão onde frequentemente caíam pessoas à água, que impulsionou a constituição da Comissão de Melhoramentos de Casas Figueiras, Outeiro e Abitureira, na década de 1950.

⁵¹¹ - Arquivo da Liga dos Amigos de Barriosa: É interessante verificar a lista de produtos oferecidos para o almoço anual da aldeia, em Lisboa, onde fica expressa a oferta exclusiva de produtos cultivados na aldeia no peditério feito em Barriosa, e a oferta de garrafas de bebida “fina”, e caixas de bolos sortidos e bombons na comunidade residente em Lisboa. Registe-se a contribuição de algumas comissões de melhoramentos vizinhas da aldeia. A oferta do carneiro foi de uma barriosense que tinha um talho em Lisboa e o saco de batatas de um natural de Malhada Cilhas que tinha uma mercearia na mesma cidade. Confrontar o anexo VII onde se reproduz o documento.

Quadro n.º44: Produtos oferecidos pela comunidade barrioseense para o almoço anual em 1968⁵¹²

Local residência	Produto	N.º Ofertas	Leilão/Escudos
Barriosa	Vinho	14 (100 L.)	600\$50
Barriosa	Azeite	6 (6 L.)	151\$00
Barriosa	Aguardente	7 (8,5 L.)	192\$50
Barriosa	Enchido	7 (7 Peças)	187\$00
Barriosa	Queijo	1 (2 Queijos)	70\$00
Lisboa	Garrafas de bebidas	16 (22 Un.)	966\$00
Lisboa	Caixas de bolos e bombons	5 (6 Un.)	184\$50
Lisboa	Lombo de um porco	2 (2 Un.)	220\$00
Lisboa	Um carneiro	1	270\$00
Lisboa	Enchido	3 (3 peças)	526\$00
Lisboa	Dinheiro	3	250\$00
De várias localidades	Garrafas de bebidas e bolos	8	475\$00
De várias localidades	Enchido	3	250\$00
De várias localidades	Saco de batatas	1	120\$00
C. Melhoramentos de Gondufo	1 garrafa de licor		235\$00
C. Melhoramentos de Cide	2 garrafas de brandy		210\$00
U. Progressiva Teixeira de Baixo	3 garrafas de bebida e 1 chouriço		163\$50
Liga dos Amigos de Frádigas	1 garrafa de bebida e 1 chouriço		170\$00
Liga R. Amigos da Barriosa	3 garrafas de bebida e 16 chouriços		460\$50
Lucro líquido da festa			7 089\$90

Fonte: Arquivo da correspondência da Liga Recreativa dos Amigos de Barriosa

Na verdade, estas agremiações revelaram-se parceiros importantes da autarquia ao longo da sua existência. Poder-se-á dizer que sem a sua acção a freguesia de Vide teria as suas aldeias mais desprovidas de melhoramentos e, provavelmente, com uma contracção demográfica mais acentuada.

Com diferente origem e objectivo social, surgem também, na década de 1960, as associações de proprietários, forçadas pelos Serviços Hidráulicos, que dessa forma garantiam melhoramentos nos regadios tradicionais através da cimentação das seculares levadas em terra

⁵¹² - Este convívio foi realizado a 10 de Fevereiro de 1968, em Lisboa na Cooperativa A Padaria do Povo. “Dançou-se animadamente até de madrugada ao som do conjunto “Capri” tendo sido feito leilão de ofertas nos intervalos, os quais foram bem disputados, atingindo lances elevados algumas ofertas onde não faltou o bom chouriço e a aguardente da região”.

e recuperação de obras acessórias. A primeira legalmente constituída surge na aldeia de Vide e melhora o mais extenso regadio do território da freguesia – cerca de 7 mil metros de comprimento – sendo ainda o mais antigo, de finais do século XVIII, e o que maior área agrícola beneficiava, cerca de 53 hectares. Esta obra comportou um custo total de 400 contos, financiados em 50% a fundo perdido no âmbito do II Plano de Fomento⁵¹³. Ao abrigo de apoios governamentais, possíveis graças à constituição de associações de proprietários ou de juntas de agricultores, foram intervencionados regadios nas aldeias de Casas Figueiras, Outeiro, Abitureira, Coucedeira, Rodeado, Vide, Carvalhinho, Ribeira, Barriosa, Frádigas, Muro e Casal do Rei.

De cariz diferente, surgem na década de 1970 e 80 outras associações que, de igual forma, se mostraram de interesse para o desenvolvimento local. Em 1972 é formalizada a Casa do Povo de Vide, que se revelou uma estrutura importante na implementação de sistemas de segurança social para os trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Posteriormente, em 1995, foi transformada numa instituição particular de solidariedade social, exercendo, na actualidade, o apoio social à população idosa, e com necessidades sociais, nas valências de centro de dia e de serviço de apoio domiciliário.

No campo do desporto, em 1978 foi constituído o Clube Desportivo de Vide, associação que ampliou, até ao final da década de 1990, um percurso assinalável no desenvolvimento desportivo e cultural passando as fronteiras da freguesia. Já na década de 1980, foi criada a Associação de Melhoramentos Amigos de Vide que, embora fosse extinta mais tarde, foi a impulsionadora da construção de um lar de idosos na aldeia de Vide.

As décadas de 1960 e 70 revelam-se profícuas para o desenvolvimento económico e social do território. O primeiro grande benefício chega com a electrificação da sede de freguesia, acontecimento registado em Setembro de 1961, possível com a contribuição de 200 000\$00 da Junta de Freguesia.

Seguidamente, são construídas instalações próprias para um posto médico, os primeiros arruamentos calcetados com granito, na sede da freguesia, iniciam-se também os estudos para a instalação de uma rede de abastecimento de água ao domicílio em Vide⁵¹⁴.

⁵¹³ - Informação recolhida numa publicação da Direcção Hidráulica do Mondego, impressa na Tipografia Lóio, Coimbra, 1962.

⁵¹⁴ - JFV Livro de Actas 1969-1977, fl.42vs. Curiosamente, é na primeira reunião da Comissão Administrativa nomeada para substituição da Junta de Freguesia do Estado Novo – formada pelo médico Asdrúbal de Almeida

O investimento privado também colabora nesta onda de melhoramentos. O comerciante João Pinto Pacheco constrói um edifício de raiz para acolher a estação de correios local, inaugurada em Agosto de 1965. Esta foi a 350.^a realização integrada no “Plano de Instalação e Reinstalação de Estações” do Ministério das Comunicações⁵¹⁵.

A revolução de 1974 traz com ela um novo regime, que repete o local e a cerimónia que destituiu o antigo executivo autárquico monárquico⁵¹⁶.

A competência do presidente eleito após o 25 de Abril de 1974, durante muitos anos afastado da sua freguesia de nascimento, marcou um período de desenvolvimento rápido ao longo dos seus mandatos. O regresso forçado às origens, resultante da descolonização, trouxe na leva este importante quadro técnico superior, que desempenhava funções de relevo na área da educação na cidade de Nova Lisboa.

Com o Professor Brito Figueiredo surgiu uma nova maneira de lidar com a “coisa pública”. Com os seus mandatos dá-se principal realce à transparência de acção e capacidade diplomática, promovendo o multipartidarismo na acção da assembleia de freguesia, órgão deliberativo novo, desconhecido e de leitura pouco fácil para quem vivera demasiados anos sob regime “estadonovista”.

A ousadia e empreendedorismo, características da maioria dos “retornados” que voltaram à região, marcaram também este autarca, associando-lhe uma atitude dialogante em que aceitava com facilidade o contraditório sem provocar roturas. Em 12 anos operou-se uma evolução que se traduziu na construção de infraestruturas básicas, com relevo para o fornecimento de água ao domicílio e melhoria das acessibilidades praticamente de toda a população. Promoveu-se a electrificação de todas as aldeias da freguesia, embora os processos para o fornecimento de energia eléctrica já transitassem de anos anteriores a 1974⁵¹⁷.

Dias, pelo comerciante António dos Santos Pereira e pelo guarda-rios José Abranches Borges Mendes – a 5 de Janeiro de 1975, que se aborda a necessidade de construir uma rede de abastecimento de água ao domicílio em Vide.

⁵¹⁵ - Panfleto da inauguração com textos dos Serviços Culturais dos CTT com execução gráfica de Ramos, Afonso & Moita L.da.

⁵¹⁶ - Tal como tinha acontecido aquando da nomeação da junta republicana, no ano de 1975 também veio uma delegação de Seia para anunciar a tomada de posse da comissão administrativa da era democrática, à saída da missa dominical. O púlpito da cerimónia foi o mesmo de 1910, o terraço da casa do primeiro presidente republicano que, entretanto vendida pela família, passou a ser propriedade do primeiro presidente da era democrática. No final ouviram-se, desta vez, vivas à Revolução!

⁵¹⁷ - A electrificação destas aldeias representou um salto civilizacional significativo, que permitiu a ligação visual ao “mundo” através da televisão. Exceptuando a sede de freguesia, electrificada no início de 1960,

Com ele chegam os primeiros ramais asfaltados, a rede de saneamento básico, o polidesportivo, enfim uma série de melhoramentos que se repetiram noutras freguesias limítrofes, no entanto, com uma década de atraso⁵¹⁸.

Mas nem todos os projectos alcançaram a finalização. Em 1977, discute-se em reunião do executivo a instalação de 11 casas pré-fabricadas na freguesia para pessoas com problemas de habitação: 3 casas em Vide; 2 em Balocas; 2 em Baiol; e 1 casa nas aldeias de Rodeado, Muro, Malhada Cilhas e Ribeira, trabalhos esses que nunca se realizaram⁵¹⁹.

Em Julho desse mesmo ano, dá-se quase como certa a criação em Vide de uma escola básica, para o 2.º e 3.º Ciclo, com possível criação de uma extensão da Escola Secundária de Seia⁵²⁰. Para que tal fosse possível era necessário que a Junta de Freguesia conseguisse 100 candidatos inscritos nesses graus de ensino. Embora a autarquia tenha conseguido ultrapassar esse número, não se concretizou o objectivo traçado não se encontrando, nos arquivos da freguesia ou do concelho, documentos que expliquem esse insucesso.

A Revolução de Abril proporcionou, nesse período, uma gestão conjunta do território entre a Junta de Freguesia e a Assembleia de Compartes que trabalharam em parceria, uma experiência completamente nova para as comunidades. A prática seguida durante vários anos pelo conselho directivo dos baldios, presidido por outro professor primário, Homero Pacheco, vindo também de Moçambique com a descolonização, baseava-se na entrega das verbas conseguidas à Junta de Freguesia, com indicações concretas, previamente acordadas, onde esse recurso deveria ser investido.

Em 2012, a freguesia ressentia-se do êxodo sofrido ao longo de muitas décadas, da natalidade quase nula que ocorre no território e da elevada taxa de envelhecimento da população residente. Condicionantes que provocam uma certa cristalização das várias instituições presentes na região que lidam frequentemente com falta de gente para rodar os

demorou cerca de 70 anos a ampliação de rede eléctrica da cidade de Seia até às aldeias de Vide. Caricadamente algumas delas ao fim de 10 anos já não tinham habitantes.

⁵¹⁸ - JFV, Livro de Actas 1977-1983, fl.79 vs. Transcreve-se aqui uma curiosa deliberação da Junta de Freguesia, de 1 de Maio de 1982, que revela como, por vezes, era necessário arranjar formas de acelerar os trabalhos em curso: “ A pedido do pessoal que trabalha no saneamento e devido ao calor e à dureza do trabalho e para que fique tudo pronto este mês, foi deliberado fornecer diariamente um garrafão de vinho de cinco litros”.

⁵¹⁹ - JFV, Livro de Actas 1977-1983, fl.2vs.

⁵²⁰ - JFV, Livro de Actas 1977-1983, fls.7-8vs. “O Sr. Presidente (da junta) deu conhecimento que na sexta-feira, dia um (Julho de 1977), pelas 18 horas, recebeu, em sua casa, um telefonema do Sr. Dr. Almeida Santos para informá-lo de que havia fundadas esperanças, quase uma certeza, na criação do Ciclo Preparatório em Vide e, possivelmente, duma extensão da Escola Secundária de Seia”.

corpos sociais, sendo a disponibilidade proporcional à população residente.

Em 2013 prevê-se uma nova alteração na composição da freguesia de Vide, através da agregação com a vizinha de Cabeça. Um alargamento que em nada irá contribuir para a inversão da decadência demográfica, social e económica que se tem registado nas últimas décadas, pois que, essa freguesia sofre também dos mesmos problemas.

4. O património construído

Utiliza-se o conceito de património na acepção de classificar as infraestruturas construídas no contexto rural, em estudo, que seguidamente serão apresentadas em detalhe. No entanto, faz-se com uma significância de "herança paterna" ou "propriedade" tipificada por construções elaboradas ao longo de vários séculos que, de alguma forma, se têm perpetuado até ao presente, seja através da existência física, da técnica usada ou do uso que se lhe conferiu.

No contexto da História, disciplina que acolhe este estudo, interpreta-se o conjunto dessas construções, embora particulares, como propriedade que é de todos nós e que tem servido de uso a contínuas gerações, sendo deixado em herança aos sucessores.

Na verdade, as intervenções na área do Património Cultural feitas em Portugal, no contexto das sociedades agrícolas e camponesas, quase sempre se têm ficado pela intervenção nos núcleos urbanos, esquecendo as construções que garantiram a componente económica e o do desenvolvimento desses lugares. Isso mesmo se poderá constatar na contiguidade territorial e administrativa da Freguesia de Vide onde se registam algumas intervenções enquadradas na reabilitação e preservação do património rural: através do Programa das Aldeias Históricas, em Piódão pertencente a Arganil; com a Rede das Aldeias de Xisto em Sobral de S. Miguel, concelho da Covilhã e, mais recentemente, em Aldeia das Dez, no Município de Oliveira do Hospital.

Aparentemente, exceptuando alguns lagares de azeite, moinhos ou fornos, parte significativa do conjunto dessas sociedades camponesas, obreira da paisagem humana envolvente, permanece no esquecimento.

Foi propósito deste trabalho registar todos os elementos construídos ao longo dos tempos e identificados em trabalho de campo na Freguesia de Vide, bem como descrever a sua função, técnica de construção, o contexto social, o uso individual ou colectivo. Procurou-se fazê-lo considerando que todas as infraestruturas descritas são parte de uma mesma teia de mantimento colectivo de uma ou várias comunidades, por sua vez indissociáveis na análise do território para projectos de valorização, preservação ou reabilitação do património em contexto rural.

Procurou-se através de um minucioso trabalho de campo registar a maior quantidade

de elementos recolhidos junto de fontes orais nas aldeias que, devido ao elevado índice de envelhecimento, em breve deixarão de dar o seu contributo para trabalhos deste âmbito.

4.1 – As infraestruturas dos aglomerados urbanos

Os núcleos urbanos das aldeias revelam, na sua maioria, uma construção centralizada a partir de elementos funcionais que estiveram na origem destes povoados, tais como as nascentes de água, os terrenos com boa aptidão agrícola ou locais privilegiados de passagem, de média ou longa distância. No entanto, podem encontrar-se ainda outros factores determinantes, como a preocupação de segurança das comunidades. Tal situação identifica-se nas aldeias mais antigas, como é o caso de Gondufo, onde o núcleo mais antigo, conhecido como Povo, sugere uma disposição espacial que procurava usar as condições naturais do meio para segurança do aglomerado⁵²¹.

Organização do espaço urbano

Embora desde a década de 1980 se tenha desconfigurado significativamente o aglomerado urbano, ainda hoje se identificam elementos na arquitectura e nas infra-estruturas que mostram a sua antiguidade, facto de interesse para o estudo da ocupação primeva do território da freguesia de Vide⁵²². Às ruas estreitas e sinuosas juntam-se a pouca altura das portadas, a pequena dimensão das janelas, os capoeiros de galinhas inseridos nos balcões à entrada das habitações ou a utilização de pedras roladas pela erosão, em xisto ou quartzo, na construção das paredes.

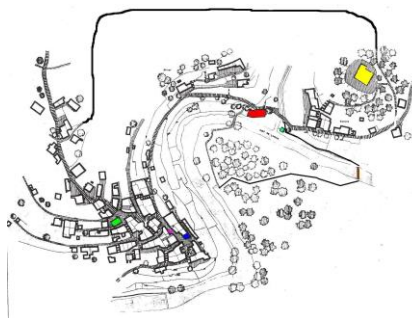
Este será, sem dúvida, um território característico de montanha, com elevada inclinação da encosta, o que originou plantas urbanas com um relevo acentuado, servidas por arruamentos que venceram o declive recorrendo, essencialmente, a escadarias. Esta forma de

⁵²¹ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit.*, pp.73-79. Esta obra apresenta os castros como “recintos circundados por muralhas ou valas defensivas onde se aglomeram casas de pedra de planta circular ou quadrangular (estas por vezes com cantos arredondados)”, elementos que se podem observar na parte mais antiga da aldeia.

⁵²² - A aldeia de Gondufo é formada por três núcleos de casas separadas entre elas por terrenos agrícolas. Mais a Sul encontra-se o grupo mais antigo conhecido como o Povo; a Ocidente, o bairro conhecido como o Sobreirinho e, entre estes, o Outeiro. As ocupações tiveram origem bem demarcada, o Povo será o núcleo urbano recenseado no século XVI com sete moradores, o Outeiro desenvolve-se provavelmente no início do século XX e o Sobreirinho cresce principalmente a partir da década de 1940.

circulação impossibilitou, até período muito recente, o trânsito de veículos de tracção animal, ou outros, dentro das aldeias. Provavelmente terá sido a ausência de vias de comunicação que mais contribuiu, até à década de 1940, para as aldeias manterem a sua característica mais vincada, o negrume dos tons de xisto.

Gravura n.º 2: Malha urbana da aldeia de Casal do Rei



Fonte: Elementos fornecidos pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral

Naturalmente foram as preocupações com a segurança de bens e produtos que levaram as comunidades a edificar, no núcleo urbano de cada aldeia, estruturas de apoio, essenciais às actividades do mundo rural. Surgem, pois, misturadas com as habitações, ou fazendo parte integrante delas, os lagares de vinho, os alambiques, ou galinheiros de aves. Essa garantia de dormir sobre a riqueza produzida aliava-se à facilidade tida no armazenamento dos produtos próximo do local de consumo, ou de comercialização.

A eira e o forno complementavam os equipamentos edificados próximo da residência, podendo ser de uso comunitário, ter fruição partilhada por elementos de uma ou de várias famílias, ou enquadrar-se na propriedade de um único agricultor. Registam-se as várias configurações de posse embora a segunda predomine. No entanto, existem estruturas que chegaram até ao presente com uma fruição comunitária, embora apenas reflectam uma tradição de uso comum do espaço e não a conjugação de esforços, de uma determinada comunidade, para a sua construção⁵²³.

Nas aldeias em que foram construídas capelas, raramente esse templo religioso marcou o ponto central do núcleo urbano. Essas edificações, muitas delas surgidas durante o século

⁵²³ - Existe alguma confusão com as estruturas que se dizem “do povo” mas que, na verdade, eram particulares. Normalmente existia um proprietário na aldeia que construía um forno, uma eira ou um alambique, e que depois o emprestava à comunidade em troca de alguma contrapartida, uma determinada maquia, ou a borralha do forno para adubação dos seus terrenos de cultivo.

XX, evidenciam a realidade económica e social de muitas das povoações, que só tardiamente conseguem os recursos para levantar o seu templo⁵²⁴.

Confrontando as Cartas Militares de 1946 com as de 1983, constata-se que o número de habitações nos núcleos urbanos aumentou e que a dispersão pelo território regrediu significativamente. Este padrão poderá ter relação directa com a significativa ocupação demográfica do território que, como pode constatar-se noutra parte do trabalho, registou o pico na década de 1940, contando mais de 3000 habitantes. Prevalciam então as casas de pequena dimensão, o que obrigava a uma multiplicação de edifícios dentro das aldeias, frequentemente espalhadas ao longo dos cursos de água, próximas dos socalcos que garantiam o sustento.

O abandono da aldeia para trabalhar nas grandes cidades marca, por um lado, o início do declínio demográfico e, por outro, promove o envio de dinheiro para a família, factor que contribui para a melhoria das habitações. Dessa forma foi possível crescerem em área, ocupando, muitas vezes, o mesmo espaço de duas ou três casas mais antigas, originando núcleos urbanos mais densos. Concorrem, ainda, para o surgimento de outras infraestruturas, nomeadamente a escola, a mercearia ou os fontanários públicos que, complementados pela chegada das primeiras estradas, se apresentavam não só como um novo impulso na dinamização social e económica da aldeia, mas também como um meio mais fácil para a chegada de novos materiais de construção.

Esses factores confluíram para um gradual abandono da habitação permanente em casais ou quintas, espalhados pelo território, concorrendo para que, entretanto, fossem ruindo ou destruídos pelos incêndios florestais.

A malha urbana da freguesia de Vide registou uma alteração significativa a partir da década de 1960. A casa de arquitectura tradicional, da mais abastada à mais simples, desapareceu quase por completo cedendo o protagonismo à casa caiada⁵²⁵.

⁵²⁴ - Na verdade, fora da sede da paróquia, a construção de templos para o culto religioso tem início a partir do século XVIII. Comprovadamente por documentos e datas inscritas nas capelas e igrejas, pode-se indicar a seguinte cronologia: Século XVI, 2 edificações; Século XVII, 1; Século XVIII, 2; Século XIX, 3 e no século XX 6. Estes dados foram obtidos em vários documentos existentes nos Arquivos Distritais de Guarda e de Coimbra que são referenciados com a localização concreta noutra parte do trabalho.

⁵²⁵ - A aldeia de Vide conta, em 2012, com 160 casas de habitação, 55 permanente, 105 marcadas pela sazonalidade das férias de Verão ou datas festivas. A partir da década de 1960, até à de 1980, restaram apenas meia dúzia de casas que mantiveram o xisto sem revestimento exterior. De todas as construções novas, nenhuma respeitou a arquitectura tradicional da região e apenas, em 1995, regressou à aldeia a preocupação de voltar a

Na actualidade pode considerar-se muito bom o estado do parque habitacional do território. Fortemente intervencionado nas últimas décadas como casa de segunda habitação, contrasta com o acentuado declínio das construções de apoio às práticas agrícolas.

4.1.1 – A casa de habitação

Caracterização geral

A casa de habitação nem sempre se destacava na importância que o camponês dava às muitas edificações que, ao longo de vários séculos, disseminaram pelo território. Na década de 1940, na freguesia de Vide, apenas 21,62% dos pequenos trabalhadores rurais tinha casa própria⁵²⁶. Na verdade, muitos desses domicílios seriam deveras rudimentares, permitindo albergar os seus proprietários em espaços subdimensionados e sobrelotados, constituídos por pisos amplos e raramente com um ou dois quartos tipo alcova.

Em tempos recuados, provavelmente até ao dealbar da segunda década do século XX, o imóvel construído para habitar nem sempre se distinguia das restantes construções agrícolas, face à escassez de recursos económicos que afectavam as comunidades. Na verdade, muitas vezes, era o espaço onde se encontrava edificada, o núcleo urbano, que daria ao visitante a percepção que determinadas casas eram para habitação e não de apoio à actividade rural. Seria um quadro repetido em território nacional, onde a arquitectura tradicional se revelava “materialmente pobre” e os condicionalismos económicos determinavam a habitação edificada⁵²⁷.

Como foi já descrito anteriormente, em 1911, o presidente da Junta de Freguesia informava o município de Seia que a casa comum era pobre e sem o mínimo de condições.

Encontram-se no território casas de habitação desde, pelo menos, o século XVII⁵²⁸. Outras há que, aparentemente, face a determinados aspectos da arquitectura, parecem apontar para uma construção anterior, mas não exibem vestígios escritos, de estilo ou epigráficos, que

usar o xisto como parede exterior, o que aconteceu em quatro habitações entretanto construídas ou reconstruídas. Este panorama reflecte o que se passou no restante território.

⁵²⁶ - *Revista Altitude, ob. cit.*, pp.31-32.

⁵²⁷ - SILVA, Francisco, *A Importância da Arquitectura Vernacular na Preservação de Património, Memórias de Pedra e Cal*, Vila Franca de Xira, Edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001, p.142.

⁵²⁸ - Situa-se na aldeia de Baloquinhas a casa que detinha numa ombreira a data de 1625, e que se presume ser a da sua edificação. Esta casa estará ligada à construção da capela local pois existem elementos de granito, exógenos ao território, que se repetem em ambas construções. Esta casa destacava-se ainda por ser constituída por rés-do-chão, dois pisos superiores e sótão.

possam comprovar a sua vetustez.

Embora a região estudada fosse destituída de construções monumentais, como solares ou castelos, e atendendo a que na construção destas casas quase sempre predominava o uso de materiais e da mão-de-obra autóctone, não deixaram algumas casas antigas de ostentar elementos que marcam alguma distinção social na comunidade: a existência de componentes de granito; janelas com vidraças; portas de entrada em madeira trabalhada; “telha de caleira portuguesa velha”⁵²⁹; divisórias interiores em tabique ou gradeamentos de varanda em ferro forjado. Todas elas se apresentavam como feições que atestavam maior poder económico dos seus impulsionadores.

Dando continuidade a uma orientação que ocorrera com a edificação dos socalcos, os serranos agenciavam os materiais disponíveis localmente, encontrando quase sempre soluções técnicas que permitiam a sua aplicação na casa de habitação. Uma das mais evidentes fundou-se na utilização de pedras roladas pela força das águas da ribeira que, devido à fricção, apresentavam uma forma redonda. O travamento deste material era conseguido com a utilização de barro e com a disposição intermédia de lajes de xisto. Ainda hoje se podem observar algumas destas casas um pouco por todo o território.



Fotos n.º 17, 18 e 19: Casas na aldeia de Baloquinhos e em Vide

Fonte: Autor

Raramente se encontram casas com tabique em paredes exteriores⁵³⁰. Na rua da Lagoa, na aldeia de Vide, existe uma casa de rés-do-chão e dois andares em que tal técnica foi usada

⁵²⁹ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992. Esta é a designação deste tipo de telha que se encontra na obra referida, página 47, localmente conhecida como telha de canudo.

⁵³⁰ - “Em Portugal o tabique normal é feito de tábuas grosseiras com cerca de três centímetros de espessura, postas ao alto (...) às quais se prega, por sua vez, o fasquio, ou sejam finas régua de secção (...) hoje em geral trapezoidal, com cerca de cinco centímetros umas das outras; tábuas e fasquio são geralmente em pinho”: in OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal*, ob. cit., p.314. Era nesta estrutura que se aplicava a massa de revestimento feita de barro, cal ou gesso por vezes amassada com palha cortada.

para fechar um canto das paredes exteriores da casa, desde o primeiro andar até ao telhado. Esta solução destinava-se a ganhar espaço interior, face à falta de condições no exterior para construção do acesso à habitação, a partir da rua pública. A casa apresenta, na sua entrada, uma escadaria com quatro degraus, com início alinhado pela parede da rua. No piso superior, no espaço da entrada, foi arquitectada uma varanda em madeira, com cobertura que se anuncia como um prolongamento do telhado.

O uso do tabique nas paredes exteriores permitiu ganhar alguns metros quadrados de área útil dentro da residência.

Também na aldeia de Baloquinhos existiu uma casa em que o segundo piso da habitação tinha como paredes laterais exteriores aplicações em tabique. Neste caso esta solução procurou criar espaço habitável na área total do piso.

A parede da frente e posterior deste segundo andar foram feitas em pedras de xisto, assentes em barro, suportadas pelas paredes do primeiro piso. Já as laterais foram feitas em tabique assentando sobre duas traves em madeira, que também suportavam o vigamento dos telhados laterais, com coberturas em lousa. Para o reboco exterior foi usado argila líquida, misturada com palhas, solução conhecida como “terra palha”⁵³¹. Para protecção das águas caídas dos beirais foram encostadas a esta parede lajes de xisto ao alto. Esta solução utilizou um ripado horizontal mais grosso e espaçado que o habitual, o que facilitou a fixação da palha e do barro misturados com cal hidráulica.

Esta casa foi modificada já no início de século XXI, recebendo placas em pré esforçado de cimento tornando possível trocar as paredes em taipa por tijolo, substituindo ainda a cobertura de lousa de xisto por telha de aba e canudo, conhecida pela comunidade como “regional”.

Outro elemento da arquitectura popular, característico do território, empregava o xisto procurando imitar o granito como elemento decorador em portadas e janelas nas paredes das casas de habitação. Traduzia-se na transformação de xisto mole, picotado em aparelhamentos geométricos, que era utilizado nas molduras exteriores das portas e janelas. Existente em pedreiras locais específicas, foi usado, durante muitas décadas, apenas em casas de camponeses mais abastados. A dureza relativa desse tipo de xisto permitia a transformação

⁵³¹ - *Arquitecturas de Terra, Trunfos e Potencialidades, Materiais e Tecnologia, Lógica do Restauro, Actualidade e Futuro*, Conimbriga, Comissão de Coordenação da Região Centro/Alliance Française de Coimbra/Museu Monográfico de Conimbriga, 1992, pp.142-149.

em pedras trabalhadas, a pico e esquadro, posteriormente aplicadas nas ombreiras das portas e janelas Esta utilização revelou-se, durante muitas gerações, como um aspecto socialmente diferenciador na arquitectura local.



Fotos n.º 20, 21 e 22: Ombreiras de janela em xisto mole

Fonte: Autor

Houve pedreiros que se dedicavam em exclusivo à tarefa de trabalhar essa pedra em elementos padronizados, função que não estava ao alcance do pedreiro comum que fazia as paredes das casas⁵³². Revelou-se um mestre exímio desta cantaria o senhor Manuel Dias, que viveu na aldeia de Baiol⁵³³.

Caracterização exterior e morfologia

Aparecem em determinadas casas, simples ou de arquitectura mais elaborada, pedras salientes da parede exterior, em xisto, ladeando as janelas principais da habitação ao nível do primeiro andar que, aparentemente, serviam para colocar vasos. Na verdade, a simplicidade de determinadas construções deixa uma dúvida sobre as preocupações do camponês em adquirir vasos ou ter flores à janela. Existem autores que dão como certo este uso para os referidos elementos, no entanto, na aldeia de Gondufo, foram encontradas pequenas caixas em madeira com várias aberturas onde se colocavam os queijos a secar⁵³⁴. Uma das fontes orais, ouvidas nas visitas de campo, afirmou que se lembra de estas “queijeiras” serem colocadas nesses poiais de xisto, onde o queijo podia ficar durante o dia ao ar, longe de qualquer ataque de animais ou à “mão de semear” de algum humano⁵³⁵.

⁵³² - Normalmente os pedreiros de xisto tinham funções estratificadas que se dividiam em mestre, pedreiro da parede de fora, pedreiro da parte de dentro, pedreiro arrochador.

⁵³³ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁵³⁴ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit.*, p.313.

⁵³⁵ - Fonte oral: O senhor Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo.



Fotos n.º 23, 24 e 25: Janelas com poiais

Fonte: Autor

Era também nessas saliências que muitas vezes se penduravam pimentos ou malaguetas, interligados por uma linha de costura, a secar, assim como o coalho para fabricar os queijos, a resguardo de “algum gato mais atrevido”.

A casa que poderá ser classificada como mais comum, mais corrente e em muito maior número pelo território, caracteriza-se, quase sempre, por uma arquitectura simples, sendo normalmente construída com materiais totalmente obtidos no território do núcleo urbano em que se implantava.

Apresentando vários tipos de disposição no terreno, a sua feição poderia apresentar uma planta quadrada, rectangular ou mesmo circular. A configuração dependia principalmente do espaço disponível para a construção, da matéria-prima utilizada e da distinção profissional dos construtores. Um aspecto normalmente comum a todas elas, a pequena área habitável.

As paredes eram construídas com pedras de xisto, sempre com faces interior e exterior aparelhadas, assentes, ou não, em barro amassado com água⁵³⁶. A espessura diminuía na passagem do piso térreo para o andar superior, através do corte entre dez e vinte centímetros, que originava um ressalto onde assentavam as vigas de madeira que suportariam o piso em madeira⁵³⁷. Por vezes os cunhais eram abolidos nestas construções ou porque não havia

⁵³⁶ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, p.31. Segundo os autores, o duplo aparelho apresentava-se já na construção castreja, tendo a parede exterior um acabamento mais cuidado. O mesmo se passava na arquitectura tradicional desta região serrana. O barro como ligador das pedras de xisto nem sempre era utilizado nas construções mais modestas, o que obrigava à edificação de paredes mais largas.

⁵³⁷ - Não se indicam valores concretos da largura porque esta era muito variável e dependente de determinados factores: do número de pisos a construir; da quantidade de pedra disponível ou da distância de onde era transportada, quase sempre “às costas” ou “à cabeça”; da qualidade da pedra, se era muito pequena ou “somenos” tinham que construir paredes mais largas, pois era mais difícil o “travamento”.

acesso a pedra de qualidade para a sua execução ou porque, construindo em redondo, era mais fácil e rápido⁵³⁸.

O número de portas ou janelas resumia-se ao mínimo indispensável, tentando evitar o grio e custos, pois a madeira necessária como portada tinha que ser trabalhada por um carpinteiro. Raramente a casa tinha mais do que uma janela, na zona da suposta sala, e um ou dois postigos na área do quarto e da cozinha.



Fotos n.º 26, 27 e 28: Aspectos da arquitectura de casas de habitação

Fonte: Autor

Frequentemente o telhado era de apenas uma água, sempre que possível inclinado para a rua pública. Esta opção ou se fundava na simplicidade de construção e na economia da solução ou então tinha origem na falta de espaço para ter dois beirais, pois que, no núcleo urbano, a casa encostava quase sempre de um lado à rua pública e do outro em terrenos de outros proprietários.

Nestas edificações a cobertura era em lousa, sendo o telhado feito com finas lajes de ardósia, assentes em vigamento tosco de madeiras, sobrepostas umas nas outras, procurando a melhor vedação possível. A quantidade de lascas que ficavam sob si era cerca de 50% do total da área coberta, ou seja, num telhado que tivesse 60 m² de área útil eram necessários 90 m² de lajes. O enlaçamento da cobertura não era uma tarefa simples e não se resumia a uma disposição aleatória das placas de xisto. A primeira preocupação era escolher as maiores lajes para os beirais e bordaduras laterais, depois havia que ter o cuidado de procurar que as

⁵³⁸ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, pp.148-149. Estes autores abordam a casa tradicional de duas aldeias vizinhas da freguesia de Vide, Vasco Esteves e Piódão. No essencial, as técnicas e os materiais repetem-se no território em estudo, até porque, não raras vezes, eram artífices pedreiros da aldeia de Balocas, freguesia de Vide, quem procedia a essas construções. No entanto, nessa obra existem informações que não se conseguem confirmar actualmente no terreno, como sejam a divisão funcional da casa em Vasco Esteves ou as coberturas de xisto, em que as juntas eram vedadas com terra, na aldeia de Piódão.

ondulações e relevos da pedra para que fossem colocados de forma a criar um perfeito escoamento das águas⁵³⁹.

A cobertura com duas águas repetia o processo em ambas as empenas, modificando apenas o modo de remate do cume do telhado. Chegadas as lascas de ambos os lados ao topo eram arrematadas por uma fiada de lascas rectangulares que pousavam metade da sua largura em cada parte do telhado. Para segurar estas lascas de cume usavam-se pedras com a dimensão e peso julgados necessários para que resistissem ao vento⁵⁴⁰.

Sobreposição de pisos e espaço interior

A casa, por mais modesta que fosse, era composta por um piso térreo e um andar para habitação⁵⁴¹. O piso superior nem sempre era totalmente sobradado dependendo do declive do terreno que, por vezes, possibilitava aumentar a largura da casa ao nível do primeiro andar. Esse espaço ficava assente em terra ou forrado a lajes de xisto, permitindo a instalação da cozinha onde era mais fácil construir uma lareira⁵⁴².

O piso térreo apresentava-se amplo e com uma função polivalente, servindo de adega, armazém de produtos agrícolas e, muitas vezes, local para recolha de lenha durante o Inverno. A parte destinada à vinificação ficava sempre na parte posterior da loja com os pipos encostados, em patamar, à rocha que ficara à vista resultante do nivelamento do terreno. Este tipo de disposição da adega manteve-se na casa moderna, procurando garantir um ambiente sem grandes amplitudes térmicas que se revelavam danosas para a conservação do vinho.

⁵³⁹ - A técnica e o material da cobertura repetia-se, fossem as casas ricas ou pobres. A diferença mais visível era o tamanho e a espessura da laje: quanto mais dinheiro houvesse maior e mais fina seria. Nem todos os artistas serviam para lascar um telhado. Por vezes um pedreiro podia ser um exímio artífice a fazer muros em xisto mas não conseguia fazer um lascado sem “beiras”. A arte passava, por vezes, de geração em geração, transmitindo alguns segredos que eram muito bem guardados. Quando o artista olhava para uma laje de xisto conseguia de imediato determinar qual a melhor posição, onde seria colocada e qual o lado que ficaria para cima, ou para baixo, na cobertura.

⁵⁴⁰ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit.*, pp.303-304, fotos 330 a 344. Esta obra apresenta soluções de remate dos telhados em lousa em diversas regiões de Portugal que não se registam na freguesia de Vide, torrões, pregos de madeira, sobreposição de uma água sobre a outra criando uma aba de protecção. Também o assentamento das lascas nunca recorria a pregos metálicos para a fixação contrariamente ao que era uso em determinadas regiões do país.

⁵⁴¹ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, p. 27. Segundo esta obra “A casa popular na área rural atlântica, e de acordo com o tipo nortenho geral que atrás definimos, é uma construção de rés-do-chão e primeiro andar”.

⁵⁴² - Nas casas onde o primeiro piso era todo em madeira na zona da cozinha, no espaço destinado à lareira, era reforçado com vigas em madeira colocadas paralelamente, sem espaços, onde eram assentes grossas placas de xisto ao nível do chão dessa divisão.

Poder-se-á dizer que a arquitectura desta zona rural se diferenciava em muitos aspectos das restantes regiões do país, também predominantemente agrícolas. Embora acompanhasse a tipologia de muitas regiões do Noroeste e Nordeste de Portugal, raramente destinava o piso térreo para corte de animais⁵⁴³. Neste território não se conhecem casas de habitação, por mais modestas que fossem, que não tivessem uma loja no rés-do-chão com a função de guardar os produtos agrícolas, garantindo a sua conservação e segurança, ou armazenar a lenha para uso na cozinha.

Outro aspecto presente na arquitectura tradicional é a existência de divisões com dimensões muito reduzidas, acompanhando provavelmente a utilização que se faria dos espaços domésticos. O tamanho da sala principal é menor relativamente ao ocupado pela cozinha o que se compreenderá, pois que, tradicionalmente, esse era o espaço mais utilizado na casa de habitação rural nestas aldeias. À semelhança do que ocorria noutras regiões do país, a sala serviria apenas para receber a visita pascal e velar os mortos.

A casa comum da freguesia de Vide apresentava a cozinha como local principal da sua funcionalidade, mesmo quando a habitação não era dividida⁵⁴⁴. Estas eram verdadeiras “casas de fumo”, pois que, a chaminé, surge muito tardiamente nesta região⁵⁴⁵. Por vezes, a cozinha apresentava-se rebaixada, face ao restante piso da casa, criando dessa forma um banco ao seu redor onde os habitantes se sentavam, tomavam uma refeição com os pratos sobre os joelhos, ou passavam um serão à conversa ao calor e à luz da lareira.

A casa apresenta uma elevação sobre o primeiro piso, com altura ou área insuficiente para servir como sótão. Esse espaço possibilitou a instalação de um caniço sobre a lareira, por cima do varal do fumeiro. Esta área comportava ainda uma janela em madeira maciça, de pequenas dimensões, que facilitaria a saída do fumo da cozinha.

Embora esta habitação revelasse elementos relacionados com uma provável distinção social, como o tabique caiado ou divisões em madeira, na verdade, na sua essência, respeitava tudo que era usual na construção popular da época. Era também notória a ausência de

⁵⁴³ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, p.131.

⁵⁴⁴ - A casa ampla tinha, a um canto, uma lareira que servia como cozinha e nos outros uma ou várias camas, dependendo do número de pessoas que aí viviam. Estas habitações deixaram de ter inquilinos já no último quartel do século XX.

⁵⁴⁵ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, p.65. Segundo os autores, que usam o termo “casa de fumo”, o fumo apresentava-se como um aliado do camponês na conservação de alimentos e elementos da construção evitando o aparecimento de xilófagos nas madeiras.

dobradiças metálicas, sendo as janelas e as portas assentes em coiceiros de xisto.

Por vezes encontrava-se ausente o fumeiro, ou o caniço, pois o pobre raramente engordava um porco ou tinha soutos de castanheiros para poder secar castanhas⁵⁴⁶. Para a arrumação das louças ou ingredientes culinários, existiam um ou vários nichos em xisto, embutidos na parede.

Quando a casa não era ampla podia comportar uma ou várias divisões que delimitavam os quartos do restante espaço. As paredes eram construídas em madeira simples e a área do quarto era quase sempre do tamanho da cama, maior ou menor, caso se tratasse do quarto do casal ou de um dos filhos⁵⁴⁷.

A mobília, quando existia, restringia-se normalmente a uma cama feita com uma enxerga de palha centeia assente em tábuas suspensas e dois cavaletes em madeira. A própria arquitectura comportava elementos que procuravam substituir os móveis. Bancos em pedra, embutidos na parede, ladeando a janela principal da casa, ou um banco corrido, formado pelo patamar da cozinha rebaixada⁵⁴⁸.

O acesso ao primeiro piso de habitação fazia-se sempre a partir da rua não se conhecendo escadarias interiores a partir da loja. Quando esse acesso obrigava à construção de degraus e patim, criavam sob eles um pequeno compartimento que servia de capoeira para guardar galinhas.

O proprietário desta casa igualava-se socialmente ao camponês rendeiro, que explorava terrenos de terceiros, ao jornaleiro que ganhava a vida trabalhando à jorna ou ao caseiro que trabalhava uma propriedade rústica, com o compromisso de entregar parte dos produtos conseguidos ao longo do ano.

⁵⁴⁶ - Embora a população mais modesta não fosse proprietária, aos mais pobres assistia o direito ao rebusco fosse de azeitona ou de castanhas. Pereira, Benjamim; *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Idanha-a-Nova, 2005, p. 25. Esta prática assente na tradição também era praticada na Beira Baixa onde chamavam o rabisco.

⁵⁴⁷ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, *ob. cit.*, p.147. Os autores classificam este tipo de quartos como alcovas-cubículos.

⁵⁴⁸ - Em 1911 o presidente da Junta de Freguesia escrevia em acta que raramente se encontrava uma mesa ou uma cadeira na maioria das casas de habitação.



Fotos n.º 29, 30 e 31: Casas de habitação com dois e três pisos

Fonte: Autor

Habitação e diferenciação social

Podem ainda encontrar-se na freguesia de Vide casas com arquitecturas díspares construídas entre os séculos XVII e XX, impulsionadas por agricultores mais abastados, por uma burguesia comerciante⁵⁴⁹ ou por funcionários da administração pública. Integram-se nesta categoria a casa do emigrante ou ainda a casa edificada pelo clero. Estas construções destacavam a importância social dos proprietários no território, embora o emigrante, nestas comunidades, pudesse representar o topo como a base da social dependendo do sucesso alcançado no país que o acolhera. Curiosamente, a nobreza não se encontrou identificada no território, seja por construções ou por documentos.

O agricultor remediado vivia do sustento da sua propriedade, ou propriedades, conseguindo uma autarcia que resultava da possibilidade de fazer todo o trabalho com pessoal da casa ou com alguns dias de "troco". A venda de excedentes agrícolas, principalmente vinho, palha e gado, permitia ter uma casa mais organizada, sem no entanto comportar materiais de melhor qualidade ou com proveniência fora da freguesia.

Esta casa, à semelhança da casa mais modesta, era constituída por um rés-do-chão, que servia de loja para armazém de vinho, azeite e cereais, e um primeiro andar dedicado à habitação⁵⁵⁰. Raramente tinha um sótão e quando isso acontecia era para instalação de um pombal ou para construção de um caniço de secar castanhas.

⁵⁴⁹ - O comércio sempre comportou vários extractos sociais presentes na comunidade: houve padres com comércio de resinas; professores com mercearias e empresas de transporte de passageiros; emigrantes com tabernas e casas de pasto; artistas da construção civil com padarias e agricultores com alfaiatarias e tabernas.

⁵⁵⁰ - A casa em altura, característica da cidade do Porto, parece ter relação directa com uma preocupação do comerciante dormir sobre a sua mercadoria para garantir a sua segurança. Na casa típica desta região das Serras da Estrela e do Açor parece enquadrar-se numa tipologia de loja e primeiro andar, pelos mesmos motivos: garantir a segurança da riqueza do camponês.



Fotos n.º 32, 33 e 34: Casa tradicional de habitação na aldeia de Silvaldal

Fonte: Autor

Por vezes a casa de habitação comportava materiais e elementos que lhe procuravam dar um aspecto mais “nobre”. Centrava-se essa preocupação nas divisórias em tabique e algumas paredes interiores rebocadas e delicadamente pintadas. Quase sempre fazia parte da arquitectura de aspecto mais “nobre” uma varanda em madeira, com cobertura, guarnecida por uma grade no mesmo material formada com balaústres lisos que raramente apresentavam trabalhado artístico⁵⁵¹.

Por vezes estas casas apresentavam apenas a sala, ou o local de receber “gente de fora”, devidamente acabado com materiais de reboco, madeiras trabalhadas ou pintura⁵⁵². Se havia a necessidade de receber pessoas para dormir o mesmo acontecia com essa divisão.

A casa que se apresenta nas fotos n.º 32, 33 e 34 pertenceu a um agricultor da aldeia de Silvaldal. Este chegou a desempenhar as funções de tesoureiro da Junta de Paróquia de Vide. Apresenta uma varanda em madeira, com cobertura em lousa, paredes interiores da sala em tabique toscamente acabadas, cozinha rebaixada com mesa de madeira amovível encastrada na parede, não tinha chaminé e sobre a lareira encontrava-se um fumeiro e um caniço. O espaço da sala e do quarto estavam ligados directamente à entrada principal da casa havendo uma separação do resto da habitação através de uma porta interior, o que tornava este local de uso íntimo e isolado do espaço com fumo e cheiros da cozinha. Esse espaço tinha uma porta de serviço a ligar com a rua.

Curiosamente, embora na freguesia se usassem pelo menos desde o século XIX,

⁵⁵¹ - LINO, Raúl, *A casa portuguesa pelo Arquitecto Raul Lino, Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Tipografia da Imprensa Nacional de Lisboa, M.CM.XXIX, p.54. Raúl Lino escreveu: “No princípio do século XIX ainda se construíram casas de boa feição. Distinguem-se exteriormente por uma grande sobriedade – digamos por uma pobreza honesta – a que não falta certo ar digno”.

⁵⁵² - Na região considerava-se “gente de fora” todos aqueles que não pertenciam à família. Mesmo que fosse em graus de parentesco afastado, em determinadas aldeias, essas pessoas eram tratadas como se fossem da “casa”.

verifica-se a ausência de janelas com vidros.

Podem encontrar-se outras casas de habitação que se identificam como propriedade de agricultores mais abastados, detentores de várias propriedades agrícolas, alambiques, lagares de vinho ou azeite, moinhos ou fornos que arrendavam, e dos quais recebiam as respectivas maquias, normalmente produtos da terra e animais.

Sabe-se que no ano de 1860, na aldeia de Barriosa, uma habitante declarava em testamento deixar, a um dos filhos, várias casas com os “seus pátios”, palheiras, um alambique e terrenos arrendados, com a contrapartida deste distribuir um bodo pelos pobres e mandar dizer missas por intenção de várias pessoas⁵⁵³. Embora estes proprietários locassem alguns terrenos, ou equipamentos agrícolas, raramente deixavam de explorar directamente as propriedades mais produtivas ou mais próximas à habitação.

A casa mais abastada incluía, frequentes vezes, elementos diferenciadores na edificação como eram as paredes caiadas, as cantarias em granito vindo de outra região, as janelas em madeira com vidros, portas de entrada almofadadas ou divisórias efectuadas em tabique, devidamente acabadas com gesso e pintura.

Em Vide existe uma varanda alpendrada, com cobertura ancorada em colunas de granito e uma escadaria que, face à modéstia das restantes construções da freguesia, se pode considerar de aparato. A utilização desses elementos decorativos provavelmente procuraria ostentar uma determinada distinção social através das formas arquitectónicas da habitação. Ao granito associaram a argamassa com cal e gesso, revelando-se a pintura como elemento contrastante da negrura do xisto. A disposição da escadaria e do alpendre virada para a rua pública parece sugerir que esta casa possa ter sido a sede do município e da casa da justiça, extintos em 1836.

Esta arquitectura não tem repetição no restante território, havendo habitantes que a comparam com a casa do poeta Brás Garcia de Mascarenhas, existente na vizinha vila de Avô, que apresenta uma varanda ao nível do primeiro piso com colunas semelhantes às da referida casa de Vide. No entanto, existem escritores que apresentam estas colunas, assim como as escadarias lavradas, comuns nas regiões das Beiras classificando-as como “um modesto neoclassicismo corrente na nossa arquitectura popular”⁵⁵⁴.

⁵⁵³ - AMS, Testamentos da Freguesia de Vide, Séc. XIX.

⁵⁵⁴ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, p.147.

Esta casa apresentava-se com um requinte mesclado, onde conviviam os elementos atrás descritos com o pequeno postigo para iluminação natural da cozinha, ou pequenos quartos tipo alcova. Num aspecto se repetia relativamente à do agricultor com menos meios económicos, as divisões continuavam a apresentar reduzida dimensão, parecendo haver mais preocupação com a projecção exterior, apreciada e julgada pela comunidade.



Fotos n.º 35, 36 e 37: Casa que foi habitação do Padre Cândido Abranches

Fonte: Autor

Estas casas mais antigas, que revelam elementos de certa abundância, ostentam também um elemento que se pode observar nas diferentes aldeias da freguesia. Independentemente de se tratar de casas mais ou menos elaboradas, todas tinham um pombal integrado no topo da habitação, junto ao cume ou beiral do telhado, formado por entradas quadradas para o sótão da habitação.

Nas primeiras décadas do século XX, após a chegada da primeira estrada a Vide, começam a surgir construções que se destacam na paisagem devido ao seu tamanho, planta de construção e aos materiais utilizados.

Entre os vários promotores encontram-se comerciantes ou artífices que conseguiram estabelecer actividades lucrativas, comerciando nas muitas aldeias das Serras da Estrela e do Açor⁵⁵⁵. Instala-se nesse período o proprietário da multi facetada mercearia e taberna, o dono da tanoaria, o artífice de serralharia e forja, o negociante de gado e derivados, o proprietário da padaria, da empresa de transportes de passageiros e, admire-se, até do primeiro “centro comercial”⁵⁵⁶.

⁵⁵⁵ - Parte significativa destes empresários era oriunda de outras localidades mas que, por motivos diversos, se vieram instalar em Vide. Convém recordar que esta aldeia desde tempos recuados, provavelmente desde o século XVI, era um lugar de passagem e pernoita de almocreves, que faziam a ligação comercial entre o Litoral de Portugal e a região da Beira Baixa.

⁵⁵⁶ - Na década de 1940 havia em Vide um comércio propriedade de Severino Gonçalves dos Santos, conhecido como o Espanhol, que ostentava uma enorme placa sinalizadora com os dizeres: “Centro Comercial – mercearias, venda de roupas brancas e atalhados, tabacos nacionais e estrangeiros”. Informação recolhida junto de Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

Estas casas distinguiam-se principalmente pelos materiais utilizados que rompiam com a arquitectura vernacular: predominam as paredes rebocadas e caiadas e a chaminé, até aqui elemento quase desconhecido, a qual passa a integrar as novas cozinhas. A generalização da pintura no interior dispensava, a partir daí, as tradicionais lareiras que fumigavam as madeiras para a sua conservação. Na cobertura, a lousa de xisto, ou a telha caleira⁵⁵⁷, dão lugar à telha marselha e a casa passa a comportar cimalthas de ornamentação em cimento ou em madeira⁵⁵⁸. As divisões são formadas em tabique, com tectos direitos forrados a madeira ou, na sala, acabados em estuque e ornamentados com um centro em gesso. O número de pisos aumenta para dois ou três, e as janelas, em madeira, são sempre envidraçadas. A varanda continua a fazer parte da casa de habitação, mas mudam a técnica de construção e os materiais empregues: a madeira dá lugar ao cimento na laje – que se ancora na parede da casa suportada em cachorros – o gradeamento é feito em ferro com elementos trabalhados, sendo a tradicional cobertura quase sempre abolida⁵⁵⁹. Esta nova configuração adapta-se a uma nova funcionalidade que se reflecte na sociabilidade da comunidade, pois que, as janelas em vidro, passam a permitir que a luz natural entre dentro de casa não sendo necessário estar na varanda a fiar o linho, a debulhar feijões ou a dar uns pontos na roupa⁵⁶⁰.

Deixa também de ser um lugar privilegiado para dormir uma sesta e transforma-se em mais um elemento de ornamentação socialmente diferenciador.

A característica mais distintiva destas novas casas fundava-se na arquitectura funcional e utilitária que as actividades destes comerciantes impunham. Importa referir que a maioria destes “negociantes” eram novos nas aldeias, ou tinham permanecido fora dela algum tempo. Uns tinham vindo em busca de uma actividade comercial lucrativa, que o término da estrada nacional em Vide proporcionava; outros tinham estado fora emigrados, por vezes noutros continentes; outros tiveram que sair para aprender uma profissão que lhes permitiu

⁵⁵⁷ - TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa; BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de Edificação, estudo de técnicas tradicionais de construção*, Porto, Edição do Centro Regional de Artes Tradicionais, 3.ª Edição, 1998, pp.94-96. Este trabalho designa a telha caleira como “telha de canudo”, “telha de canal” ou “telha mourisca”.

⁵⁵⁸ - Em várias casas estas cimalthas eram guarnecidas com tiras de chapa zincada, trabalhadas com recortes apresentando motivos vegetalistas, representações de animais ou abstractos.

⁵⁵⁹ - Na arquitectura mais antiga, a varanda tinha um tamanho que raramente se estendia à largura da fachada. Nas casas mais elaboradas esse mesmo elemento acompanhava quase sempre a totalidade da largura. Nas casas onde se construía mais do que uma varanda, invariavelmente uma varanda era da largura da fachada e a outra, ou outras, ocupavam um espaço menor.

⁵⁶⁰ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, ob. cit.*, p.142-143. “ (...) os antigos nela espadelaram e fiaram o linho, seroaram no Verão, secaram o cereal, estenderam a roupa, guardaram a alfaia, rezaram o terço (...) e até nela se põem os vasos de flores que o povo tanto aprecia”.

constituir um negócio na sua aldeia.



Fotos n.º 38, 39 e 40: Varandas com diferentes épocas de construção

Fonte: Autor

Neste período surgem ainda algumas edificações especializadas, contemplando sempre a habitação do proprietário nos pisos superiores. As padarias, onde os fornos se assemelhavam aos já existentes, mas em que a divisão física dos espaços, o forno, a sala de amassar ou o balcão de venda, com paredes revestidas de azulejo branco, impulsionaram uma nova forma de trabalhar⁵⁶¹. Surgiram casas de habitação onde o rés do chão era devidamente definido para comportar a mercearia, a taberna, o posto para venda de petróleo e carboneto, e a salina para armazenar sal a granel⁵⁶². O transporte motorizado passa a ser visto como um equipamento indispensável aos novos negociantes, pelo que compram camionetas de carga e constroem casas com garagens para o seu acondicionamento, nem sempre dentro das aldeias por falta de condições para o tráfego de camiões⁵⁶³.

A chegada da estrada a Vide, na década de 1920, trouxe também os transportes colectivos motorizados, que impulsionaram o surgimento das primeiras garagens como construções autónomas. Destacava-se uma garagem à Padaria Velha, com capacidade para albergar três autocarros de uma empresa local, propriedade, no seu início, de Carlos Abranches Nobre⁵⁶⁴. Essa infraestrutura teve posteriormente outros aproveitamentos como

⁵⁶¹ - A padaria construída na aldeia de Barriosa não tinha piso superior, nem nenhuma habitação anexa.

⁵⁶² - Até à segunda metade de 1970 apenas a aldeia de Vide tinha energia eléctrica. A falta de electricidade obrigava a comunidade a recorrer ao petróleo e ao carboneto de cálcio para iluminação, e ao sal para a conserva de alimentos. Tal como acontecia com praticamente todas as mercearias, todos estes produtos eram vendidos a granel: o petróleo com medidas de meio quartilho, um quartilho e um litro; o carboneto de cálcio em balanças de dois pratos, utilizando pesos de 50 gramas até 5 kg; o sal pesava-se usando a balança decimal, que permitia pesagens desde 1 kg até 100 kg.

⁵⁶³ - Os primeiros motoristas de pesados a trabalhar nesta região foram: Joaquim Augusto Luís, de Barriosa; Manuel da Silva, de Ribeira; José Benardino, de Chãs D'Égua e José Guilherme de Alvoco de Várzeas. Relato do senhor José Abranches Borges Mendes, da aldeia de Barriosa.

⁵⁶⁴ - JPV, Livro de Actas. A primeira referência encontrada a esta rodovia data de 1911. Em reunião de 23 de Abril, a Junta de Freguesia de Vide concede uma casa à Direcção das Obras Públicas para a construção de um

serralharia, “salão” de espectáculos recreativos e projecção de cinema.

Surge também a única construção com cariz industrial impulsionada, na década de 1950, pela expansão da exploração de resina na região. Vide revela-se como o centro congregador, sendo construído, pela União Resineira Portuguesa, um entreposto com cais de carga para a recepção de resinas exploradas nas freguesias limítrofes⁵⁶⁵.

O desenvolvimento económico proporcionado pela chegada a Vide da Estrada Portuguesa N.º 46 mudou definitivamente o rumo e o modo de vida dos habitantes, transformando-a num centro de cruzamento de pessoas, mercadorias e capitais⁵⁶⁶. Inevitavelmente isso repercutiu-se na arquitectura, assim como na mobilidade viária, obrigando ao alargamento das antigas vielas que, durante séculos, serviram a aldeia.

Poder-se-á testemunhar também um tipo de habitação ligado a proprietários que viveram da administração pública e que se destacam na malha urbana pela sua “imponente” arquitectura⁵⁶⁷.

Com raízes no século XVIII existe uma casa que pertenceu a um professor primário, que acumulou à sua profissão a função de presidente da junta de paróquia e comerciante com o primeiro posto de telefone público, abastado proprietário agrícola e senhorio de alguns moinhos de cereais.



Fotos n.º 41, 42 e 43: Casa da Venda

Fonte: Autor

largo que se chamaria Largo da República. A primeira estrada era designada como Estrada Portuguesa N.º 46 que ligaria Galizes (Oliveira do Hospital) à cidade da Covilhã.

⁵⁶⁵ - Este pavilhão foi construído por necessidade de manter os barris de resina à sombra. Como eram feitos em madeira, com o calor a resina dilatava e transbordava dos recipientes. Fonte oral: Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁵⁶⁶ - Embora Vide tenha sido local de pernoita dos almocreves que ligavam a Beira Litoral à Beira Baixa, a estrada permitiu um desenvolvimento económico com uma amplitude sem termo de comparação com o tempo dos almocreves, que movimentavam uma pequena estalagem existente na aldeia de Vide. Com a chegada da estrada quase todas as casas comerciais passam a fornecer alimentação e alojamento.

⁵⁶⁷ - Não se deverá esquecer que nestas aldeias, independentemente de outra ocupação profissional, todos os habitantes estavam ligados à agricultura, fosse como proprietários de exploração directa ou como arrendatários.

A casa inicial sofreu uma ampliação na primeira década do século XX, recebendo um novo piso em altura e um sótão de que resultou na configuração actual. Conhecida como a “Casa da Venda” consegue reconstituir-se a sua origem até ao século XVIII, marcando possivelmente o início da construção na aldeia de casas com grande dimensão, na margem esquerda da ribeira de Alvoco.

A Casa da Venda abrangia uma grande área de cultivo no espaço envolvente, viável pela existência de uma mina de água que permitia o regadio.

Com estas casas, construídas em finais de 1800 e em princípios de 1900, surge uma inovação na distribuição de espaços que se revela revolucionária no território. A cozinha passa a ser edificada anexa, fora do edifício da casa de habitação, uma alteração que poderá ter origem na necessidade de evitar a presença de fumo no interior da casa. Esta deixou de ser ampla ou dividida com madeira, passando-se a utilizar o tabique acabado com esboço de cal hidráulica afagado a gesso. As paredes eram caiadas, os tectos em madeira pintada evoluções que não eram compatíveis com o fumo da cozinha. Embora deixasse de ser um aliado na conservação da madeira dentro da habitação, a sua utilidade na secagem do fumeiro continuava a ser imprescindível face à ausência de outras formas de conservação do enchido, comportando a nova chaminé um registo, que permitia fechar a saída de ar directo para a rua, canalizando-o para o fumeiro⁵⁶⁸.

A nova cozinha tinha duas portas de acesso, uma porta interior de ligação com o resto da casa, outra com saída para o espaço exterior. Esta configuração permitia que o dono da casa recebesse de forma diferenciada o visitante, dando ênfase à sua importância social ou familiar. A visita mais ilustre entraria para a sala a partir da porta de entrada da casa, e a mais humilde, normalmente trabalhadores assalariados, para a cozinha, através da porta que dava acesso ao exterior. Estas casas tinham sempre criadagem doméstica e agrícola, sendo a nova serventia da cozinha a única autorizada ao trabalhador dos campos.

Também do início do século XX, destaca-se outra casa pela estrutura composta por vários pisos, inovação nos materiais de construção usados, assim como a sua localização privilegiada, junto à igreja matriz, tendo sido da responsabilidade de um casal de professores primários.

⁵⁶⁸ - Algumas destas casas optaram por criar telheiros exteriores, encostados a uma parede da cozinha, onde cozinhavam comida para alimentar alguns animais, em particular os porcos. Fonte: Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

Esta casa foi um empreendimento dentro da família que já tinha erigido à época três das melhores e mais distintas casas da aldeia, a Casa do Padre Cândido, a Casa da Venda e a Casa do Vigário. A principal diferença deste edifício relativamente aos anteriores, centrou-se na construção de um espaço amplo no rés-do-chão para a abertura de um estabelecimento comercial, e de uma garagem sob o terraço que servia de circulação entre as portas de entrada e da cozinha.

Composta por rés-do-chão, dois andares e sótão, evidencia-se por apresentar cantaria em granito à volta das portas e janelas. Na fachada principal, ao nível do primeiro piso, foi incluída uma varanda em granito com gradeamento em ferro forjado e, no segundo andar, dois varandins guarnecidos de grade em ferro, mas sem patim para o exterior. Apresenta uma simetria cuidada nas portadas da fachada, constituída por seis janelas e seis portas sobrepostas.

O telhado, à semelhança das casas abastadas construídas nesta época, apresentava duas águas com forte inclinação, revestidas por telha marselha.

Importa referir que estes professores, embora tivessem na família de origem um importante suporte económico, desenvolveram muitas vezes actividades paralelas ao ensino, o que lhes permitiu levar a cabo tais empreendimentos⁵⁶⁹.

Outra habitação do género, conhecida como a casa grande do Chão da Fonte, foi mandada construir pela família Calheiros, duplicando o descrito no exemplo anterior. As cantarias das portas e janela em granito, apresentam-se uma vez mais como elemento de diferenciação social⁵⁷⁰.

A particularidade desta casa revela-se pela sua demarcação da via pública. Esta era

⁵⁶⁹ - O Professor Carlos Abranches Nobre revelou-se, nas primeiras décadas do século XX, um empresário dinâmico em várias áreas: comercializou em resinas; investiu no transporte público de passageiros com autocarros; empreitou vários trabalhos de construção civil, de onde se destacam a construção de alguns troços da primeira estrada nacional que chegou a Vide, incluindo a construção da Ponte da Ribeirinha no vizinho concelho de Oliveira do Hospital. Fica na historiografia local como presidente da primeira Junta de Freguesia republicana, destacando-se um detalhado relatório social e económico que enviou às novas autoridades do concelho de Seia dando conta das dificuldades sentidas na freguesia de Vide à época da mudança de regime. Fonte oral: o senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁵⁷⁰ - Na verdade, esse material tinha de ser comprado noutras freguesias, onde havia não só o granito mas também os artífices que o lavravam, exigindo claramente grande capacidade económica do empreendedor. Provavelmente os blocos de granito utilizados na construção de casas, igrejas ou na ponte de feição românica – que liga em Vide as duas margens da Ribeira do Alvoco – são provenientes do vizinho concelho de Oliveira do Hospital. Até ao século XX apenas na direcção deste concelho existia um caminho que permitia a circulação de carros de bois, o que possibilitava o transporte desse material.

feita através da existência de um muro em xisto, usando uma portada em madeira de grandes dimensões, que vedava o acesso à Quinta do Chão da Fonte. Não foi possível determinar se estas barreiras se prendiam com a tipologia das casas com pátio ou se devia a preocupações com a segurança do espaço. Existem investigadores que sinalizam estas casas protegidas por cercas com uma preocupação funcional, pois os muros de protecção permitiam trazer junto à casa os animais soltos, resguardados do espaço exterior, e ao mesmo tempo podiam produzir estrume, colocando mato no piso que era percorrido por eles⁵⁷¹.

Outro exemplo de casa virada para um espaço fechado, revelando-se mais antigo, encontra-se na aldeia de Vide, sendo conhecido como as Casas do Pátio.

Neste caso, embora as duas habitações tivessem portas secundárias com ligação a arruamentos públicos, as principais estavam viradas para um pátio fechado por um portal de ligação à rua pública. O conjunto completa-se com um recinto murado, mais alargado, onde se situavam várias construções com diferentes funções.

A este complexo, com a inscrição de 1737 na sua fachada principal, apenas se podia aceder por uma única portada, emoldurada de granito onde ainda se podem observar as cavidades laterais de encaixe às trancas de segurança.

Aparentemente apresenta-se como um conjunto inacabado, progressivo, com uma constante agregação de outras construções. Este conjunto compreendia também um forno, que já não existe, um lagar de azeite – o Lagar do Ribeiro do qual se falará mais à frente – de currais de gado, e uma retrete num espaço oposto ao da habitação. Atravessava o local a levada do regadio tradicional das Hortas, provavelmente mais antigo que a edificação deste conjunto.

A casa principal era composta por uma cave e um piso de lojas com acessos directos à via pública.

De salientar a cobertura, de duas águas, em telha de caleira velha portuguesa usando placas de xisto em toda a volta do telhado, como beirais, prolongando-se sobre as portas de entrada para o pátio⁵⁷². No encontro das empenas, próximo ao cume, existem pequenas

⁵⁷¹ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, ob. cit., p. 103.

⁵⁷² - A técnica de usar lajes de xisto como beirais generalizou-se com a introdução dos telhados em telha, primeiro a telha caleira – aqui conhecida como telha de canudo, depois a telha marselha, finalmente a telha regional – também localmente conhecida como aba/canudo. Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando; Pereira, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal*, Edição do Instituto de Alta Cultura e do Centro de

aberturas quadrangulares que serviriam como entrada de um pombal.

Esta casa de habitação teve, até à década de 1970, um oratório fixo em forma de retábulo com várias esculturas de vulto, desconhecendo-se a sua invocação⁵⁷³. Revelava-se como uma particularidade pouco habitual no contexto económico, social e arquitectónico local, um local de culto particular, desta dimensão, incluído na habitação⁵⁷⁴.

Ainda neste complexo, importa referir um aspecto da arquitectura interior que se revela único na freguesia de Vide. Coexistindo com paredes inacabadas em tabique, que se percebe serem de construção mais recente, ocorrem também divisórias, em grossas tábuas de madeira na vertical, com travamento transversal em ripas com cerca de cinco centímetros de largura, espaçadas dez centímetros entre si. O seu interior, ao contrário da técnica habitual de tabique, foi guarnecido com pequenas pedras assentes em barro, constituindo-se uma parede com uma espessura de 10 centímetros.

Esta técnica é identificada nalgumas regiões como sendo “terra em enchimento”, solução destinada a encher estruturas em madeira ocas, que constituíssem o invólucro estruturante de uma construção⁵⁷⁵. No entanto, localmente era conhecida como “taipa” sendo identificada em várias construções no concelho da Covilhã, região que mantinha uma relação comercial e social com Vide, decorrente da rota dos almocreves⁵⁷⁶.

Esta solução construtiva, provavelmente, decorreu da necessidade de separação da casa contígua, que nos tempos de lembrança memorial sempre pertenceu a outra família distinta, mas que em época mais remota pode ter sofrido uma divisão entre familiares.

A segunda casa existente dentro do limite da cerca tem elementos curiosos na construção das paredes exteriores, destacando-se uma janela em que a cantaria é constituída por uma peça única de granito. Comporta ainda uma varanda em madeira alpendrada, existindo neste local, na parte exterior, uma escultura em alto relevo representando uma

Estudos de Etnologia, Lisboa, p.303. Segundo estes autores esta solução de lajes de xisto aplicadas nos beirais deveu-se a uma opção de maior resistência e mais económica que um beirado em telha.

⁵⁷³ - Este retábulo foi desmantelado no último quartel do século XX. Não foi possível determinar se foi um oratório de grande dimensão ou parte integrante de uma capela interior inacabada.

⁵⁷⁴ - Encontrou-se na aldeia de Frádigas, no sítio da Cova, uma casa que tinha incorporado na parede um pequeno oratório esculpido numa rebola da ribeira que tinha como veneração uma imagem de Santo António.

⁵⁷⁵ - *Arquitecturas de Terra, Trunfos e Potencialidades, Materiais e Tecnologia, Lógica do Restauro, Actualidade e Futuro, ob. cit., p.142.*

⁵⁷⁶ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit., p.315.*

cabeça humana que pode ter pertencido à saída de água de um fontanário⁵⁷⁷.

Essa varanda respeita integralmente a típica tribuna suspensa assente em piso de madeira, gradeamento no mesmo material, com cobertura de telha assente numa grossa trave sustentada a meio por uma coluna em madeira, decorada no topo com uma voluta “dórica” no mesmo material.

A evolução do conjunto chegou até a um moinho de cereais, o “Moinho da Fajunqueira”, provavelmente pertencente ao mesmo proprietário, sugerindo o local e o estilo que tenha sido o primeiro construído na aldeia, antes do século XVIII. Nessa ampliação resultou uma passagem pública sob uma das casas conhecida localmente como “Passadiço”.

Na mesma rua, em frente ao portão de acesso ao núcleo mencionado, existiu até à década de 1980 uma pequena casa que respeitando uma arquitectura simples incorporava elementos de granito na porta de entrada e janelas. Tinha inscrito na porta principal a data de 1777 sendo apontada como a casa onde funcionou a primeira escola primária oficial da aldeia, no século XIX⁵⁷⁸.

A emigração começou a ter significado na freguesia de Vide a partir da década de 1940. Até aí, contrariando o que tinha acontecido com freguesias limítrofes dos concelhos de Seia e de Oliveira do Hospital, a saída de gente, principalmente para o outro lado do Atlântico, teve pouco significado e não são conhecidos muitos casos de sucesso e regresso vitorioso desses emigrantes.

No entanto, a entrada de dinheiro provindo do Brasil marcou fortemente a arquitectura vernacular da freguesia. A casa mais antiga conhecida, edificada por um emigrante nesse país, foi construída no início do século XX. Trata-se de uma casa de planta rectangular com rés do chão, dois andares superiores para habitação e um sótão. Poder-se-á dizer que se trata de uma cópia das poucas casas que já existiam na aldeia com características apalaçadas pertencente à burguesia e ao clero local.

A obra da casa nunca foi concluída no segundo piso, provavelmente devido à falta de dinheiro.

Pode observar-se semelhança nos talhes de granito utilizados nas várias casas descritas

⁵⁷⁷ - Esta escultura é conhecida na comunidade como o “Landum”. Existe uma versão popular que terá existido uma casa senhorial com jardins repletos de estatuária, repuxos e pequenos lagos onde pertenceriam este elemento e uma fonte estilo barroco que se encontra muito próxima desta casa.

⁵⁷⁸ - Fonte oral: Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

com os utilizados na igreja matriz, em finais de 1800, sugerindo que fosse obra de um mesmo artista.

Aparentemente os elementos decorativos e materiais usados na construção da igreja matriz, a partir do final de 1800, passaram a ser padrão para distinção social na construção urbana local.

Também na aldeia de Barriosa foi edificada uma casa de um emigrante no Brasil, que se destacava na malha urbana da aldeia, não pelo seu tamanho, mas pela arquitectura diferenciada. Apresentava uma sala amplamente envidraçada com várias janelas contínuas, ocupando dois alçados, que acompanhavam o movimento do sol, desde o nascer até o ocaso⁵⁷⁹. O telhado de duas águas, com inclinação acentuada, permitiu o aproveitamento do sótão para habitação, onde foi encerrada uma varanda. A cimalha, em madeira, era guarnecida com adornos cinzelados, do mesmo material.

Gravura n.º 3: Pintura de “casa de brasileiro” demolida na aldeia de Barriosa



Fonte: Autor

No seu interior não revelava características dignas de registo comportando, durante várias décadas, uma mercearia no rés-do-chão.

Na década de 1960 surge um impulso construtivo de casas muito bem elaboradas, por naturais que tinham saído para Lisboa e também para as ex-colónias de Angola e Moçambique. Três delas, construídas na aldeia de Vide, apresentam características defendidas por Raúl Lino como elementares da “sua casa portuguesa”, onde se destaca o alpendre⁵⁸⁰.

⁵⁷⁹ - A existência de uma divisão amplamente envidraçada, sempre virada a nascente e sul, apresenta-se em várias casas a partir do final do século XIX. Esta solução veio substituir o “sobradinho”, muito característico das casas mais distintas até essa época.

⁵⁸⁰ - LINO, Raúl, *A casa portuguesa pelo Arquitecto Raul Lino, ob. cit.*, p.6.

Uma delas foi construída, no início da década de 1960, por João Abranches que foi administrador de província em Angola. Composta de rés-do-chão e primeiro andar, destacavam-se como elementos diferenciadores da arquitectura local a escadaria de acesso à entrada principal da habitação, uma varanda de grandes dimensões, com balaústres trabalhados em cimento.

Outra casa, muito semelhante à anterior, mas mais recente, foi mandada construir pelo político António de Almeida Santos. A marca mais distintiva assenta na varanda, cuja cobertura se suporta por arcos de volta perfeita, ancorados em colunas de granito, lembrando influências neo-clássicas. O acesso à porta principal faz-se por uma ampla escadaria em granito, gradeada no mesmo material.

Ambas as habitações registam uma rotura com os materiais e técnicas de construção da época, onde se distinguem pisos construídos em cimento, revestidos com tacos de madeira, e telhados com vigas de cimento, abandonando o vigamento em madeira. Outro elemento, que corta com a arquitectura tradicional existente, prende-se com a cobertura de quatro águas, prática raramente observada no território.

As cozinhas situam-se num dos topos do corpo principal da habitação, com orientação a Sul, beneficiando de acesso independente a partir do exterior, apresentando formato redondo, afigurando uma abside característica das construções religiosas. Outros elementos inovadores revelam-se no aproveitamento do rés-do-chão para habitação, uma pequena garagem, casas de banho devidamente equipadas e esgotos tratados por fossa séptica.

Na segunda casa surge ainda outro elemento inexistente à época: as caleiras em cimento, embutidas nas cimalthas, recebendo as águas pluviais directamente do telhado.

A primeira casa, construída de raiz por um natural da freguesia residente em Lisboa, surgiu em Vide na década de 1950. Natural desta aldeia, onde aprendera com ao avô materno a arte de carpinteiro, destacou-se como marceneiro na Companhia União Fabril. A habitação, de planta rectangular, parece também apresentar marcas características da arquitectura preconizada por Raúl Lino.

É constituída por piso térreo e primeiro andar, encimado por um telhado de quatro águas com ausência de sótão. No seu interior tem um corredor central que interliga uma sala de jantar, três quartos, cozinha, casa de banho e um alpendre coberto. As paredes exteriores são rebocadas com argamassa de areia com cal hidráulica, caiadas em tons de creme. Pedras

de granito foram usadas como torças e soleiras das portas, assim como padieiras e parapeitos de janelas, com elementos decorativos aleatório em determinadas partes dos cunhais. Serviu ainda como adorno um alpendre coberto pelo prolongamento do telhado. Esse coberto tem acesso a partir do interior da casa, sendo a abertura ancorada em dois arcos perfeitos de granito. A fachada principal, virada para a E.N. 230, tem uma pequena varanda gradeada com cimento, imitando três almofadas decoradas ao centro por pequenos círculos, em granito tal como no alpendre.



Fotos n.º 44, 45 e 46: Casas de habitação construídas em Vide a partir da década de 1960

Fonte: Autor

A casa apresenta-se rodeada de socalcos para agricultura, construídos com pedra de xisto assente em argamassa de areia com cal hidráulica. Estes foram rebocados e caiados, inovação no território à época.

Acompanhando a tendência registada, um pouco por todo o Portugal, nas décadas de 1970 e de 1980, também na freguesia de Vide se fez sentir o fenómeno emigratório para a Europa Central. Parte desta leva de gente teve como objectivo a construção de habitação própria na aldeia de origem.

As alterações na paisagem urbana que ocorreram em muitas regiões do país, consequência da importação de modelos de casas e materiais próprios dos países de acolhimento, não se fizeram sentir fortemente na freguesia de Vide. Tal situação, provavelmente, fica a dever-se ao pequeno número de emigrante naturais da freguesia de Vide e também à sua especificidade.

A procura de outro país para trabalhar tinha como meta bem definida comprar alguns terrenos, construir ou melhorar a casa de habitação e mandar estudar os filhos. Provavelmente por essa razão, o emigrante que escolheu a Europa saiu sozinho, na maior parte das vezes, deixando na aldeia a mulher e os filhos. O dinheiro enviado era então administrado pelo cônjuge, que contratava artífices locais para construir ou reconstruir a sua habitação. Estes

artífices recorriam normalmente a estilos de arquitectura que tinham evoluído com a introdução de novos materiais, mas que mantiveram as características tradicionais da casa nesse período composta por loja, piso de habitação e sótão. Foram respeitados os telhados de duas águas, as varandas com ou sem cobertura, as grades em ferro, o reboco exterior e as pinturas em cores claras.

Este tipo de emigrante, provavelmente pelo facto de viver sozinho e pretender regressar rapidamente, acumulava vários trabalhos, tendo pouco tempo para sofrer uma aculturação do país de acolhimento. Não se poderá dizer que não se tenha verificado a utilização de materiais e elementos construtivos em algumas casas que indiciassem que o proprietário era emigrante. No entanto, esses vestígios ficaram limitados a algumas cores fortes nas pinturas exteriores ou revestimento das paredes, no todo ou em parte, com azulejos com cores e matrizes que não se enquadravam no contexto urbano do território.

A única casa de um emigrante construída com uma arquitectura marcadamente alpina, ocorreu na aldeia de Muro. No entanto ela confirmará a aculturação dos emigrantes que se integraram socialmente nos países de acolhimento. O proprietário desta habitação residiu, sempre com o seu agregado familiar, em França. Trabalhando na construção civil, mandou executar a obra da sua casa a operários locais, segundo um projecto elaborado pelo próprio. Durante a sua construção, no final da década de 1970, levantou alguns problemas técnicos de construção aos trabalhadores, não só devido à arquitectura como também aos materiais utilizados⁵⁸¹.

Também os sacerdotes que parokiaram a freguesia de Vide, ou freguesias limítrofes, e que aí construíram habitação permanente, deixaram no território marcas indeléveis na arquitectura e materiais que escolheram.

A casa mais antiga, representativa deste tipo de influências, surge na aldeia de Baloquinhas e data do século XVII. Foi onde viveu o padre João de Brito que também mandou construir, muito próximo, uma pequena capela particular, onde o próprio foi sepultado a 12 de Maio de 1712⁵⁸².

A casa, foi construída em xisto, tinha inscrita na torça de uma porta a data de 1625⁵⁸³,

⁵⁸¹ - Estas afirmações resultam de conversa tida com o proprietário e com operários que executaram a construção.

⁵⁸² - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894.

⁵⁸³ - Fonte oral: O senhor João Luís dos Santos Freire, da aldeia de Baloquinhas.

apresentando elementos em granito na bordadura das portas e janelas, com molduras semi circulares.

A alteração mais significativa, que cortava com a arquitectura local do século XVII, prende-se com o número de pisos. Além do piso térreo esta construção comportava dois pisos de habitação e um sótão. A cozinha, construída anexa ao edifício principal, apresentava uma configuração pouco conhecida nas casas da época. As cantarias em granito, que guarnecem as janelas mais pequenas da casa, são muito semelhantes às utilizadas num santuário mariano, do século XVIII, existente no vizinho concelho de Oliveira do Hospital. Poderá o trabalho de cantaria ter origem no mesmo artista, pois à época a principal via de comunicação seria comum às duas freguesias, onde se situam as construções. Procurou-se, sem êxito, a existência na região de um centro de extracção e transformação de granitos, em cantaria trabalhada, que se tivesse difundido pelas freguesias limítrofes⁵⁸⁴.

A segunda casa mais antiga, inequivocamente identificada como pertencente a um membro do clero, apresenta-se distinta da arquitectura tradicional coeva, provavelmente do século XVIII, tendo pertencido ao padre Cândido Abranches. Trata-se de uma casa construída em xisto, com piso térreo, primeiro andar e “sobradinho” com duas varandas, com vista para a rua pública e ribeira.

Apresentava ainda janelas e portas emolduradas por granito, cobertura em telha caleira velha portuguesa, respeitando no restante a técnica e os materiais da arquitectura vernacular que se praticava na região.

Esta casa apresenta-se actualmente com paredes caiadas, uma opção já de meados de 1900, que representará o paradigma das habitações das classes mais abastadas nesta região, até à segunda metade do século XX⁵⁸⁵. Embora se diferenciasse da restante malha urbana da aldeia, não deixava de ter, ao nível do primeiro piso, a tradicional varanda com cobertura. Faria parte de um conjunto mais vasto de casas interligadas, que foram sendo divididas por elementos da família⁵⁸⁶. Tal hipótese é levantada por uma familiar, parecendo comprovada pela existência de portas que, entretanto, foram emparedadas.

⁵⁸⁴ - Essa tradição foi, até há poucos anos, muito habitual nas freguesias de Avô, de Nogueira do Cravo e Santa Ovaia, todas do concelho de Oliveira do Hospital. Estas localidades situam-se relativamente próximas à freguesia de Vide, que tinha acesso a uma via romana que, provavelmente ligaria Conimbriga a Bobadela.

⁵⁸⁵ - Provavelmente esta foi a casa do último presidente da Câmara Municipal de Vide

⁵⁸⁶ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura*, ob. cit., p.70.

O espaço social da habitação, aquele que era aberto aos de fora da casa, era sobre o primeiro andar, num meio piso que entrava pelo telhado através de uma água furtada, que fornecia luz natural a esse espaço. Esse tipo de patamar era conhecido na região como sobradinho, parecendo ter feito parte da arquitectura das casas de classes abastadas. Sucumbiram com ímpeto construtor, dado por sacerdotes e emigrantes, de finais do século XIX⁵⁸⁷.

Seria nesse sobradinho onde se situava a “sala do serão”, aquela onde, por regra, existia um tear que, segundo a fonte citada, servia para nas noites de Inverno as “velhas da aldeia se reunirem para conversar, beber chá e tratar do linho, desde o cardar ao tecer”.

A cozinha apresentava-se como um espaço autónomo, anexo à casa, com a parede exterior do lado sul, numa configuração circular, com acesso independente à rua, solução que só se difunde na arquitectura local a partir de finais do século XIX.

A habitação e cozinha eram servidas por um balcão de acesso comum, com degraus semi-circulares, procurando dar um aspecto mais nobre à entrada. Este aspecto mais cuidado era reforçado pela ausência do poleiro para as galinhas, muito característico à época.

O interior era constituído por divisões de dimensão reduzida, separadas com paredes em tabique rebocadas com argamassa de cal hidráulica e acabamentos simples, distinto das casas do burgo que, naquela época, eram divididas em madeira ou amplas.

Nem sempre a casa do pároco se destacava pela exuberância arquitectónica ou pela primazia de materiais notáveis. A primeira casa do vigário Joaquim António dos Santos diferenciava-se na malha urbana de Vide, durante muitos anos, apenas por uma janela com moldura em granito, das três existentes, e cobertura de telha de canudo velha portuguesa.

Este padre, descendente da família que construiu a habitação anteriormente descrita, possuía uma casa que contrastava da arquitectura tradicional. Pelo tamanho reduzido, pela ausência de varanda, pelo acesso ao primeiro piso feito a partir da rua por uma escada interior, encontrando-se ausente o típico balcão elevado com degraus⁵⁸⁸.

Sendo pároco em Vide, durante várias décadas presidente da junta de paróquia, no

⁵⁸⁷ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura*, ob. cit., p.76. Escreveu a autora sobre uma edificação de inícios do século XX, na aldeia de Vide: “ (...) casou com um senhor que tinha ido para o Brasil. A fortuna deve ter-lhe sorrido pois fez imediatamente obras na casa e mais um sobradinho foi demolido para dar lugar a mais um andar (...)”.

⁵⁸⁸ - No sótão desta casa existe, ou existiu, uma escultura de S. Miguel que, se supõe, fez parte de uma capela mandada erigir pelo padre Simão Correia, no século XVI.

final de 1800 mudaria por completo os cânones da construção até aí vigentes nas habitações mais distintas. Foi o impulsionador, simultaneamente, da reconstrução da igreja matriz e da construção de uma casa, com feição senhorial ou solarenga, destinada à sua habitação.

Segundo uma familiar, depois de ordenado “demorou-se por Coimbra como Prefeito e Professor no Seminário. O Prelado estimava-o muito e admirava (...) a sua cultura, a sua educação e a sua presença palaciana”⁵⁸⁹.

Mandou então construir um edifício de habitação que, ainda hoje, se destaca na freguesia de Vide pelo tamanho, requinte de construção e localização privilegiada, com uma vista ampla sobre o núcleo urbano da aldeia e Serra da Açor. Estas vistas privilegiadas deviam às espaçosas varandas nos diferentes pisos, e à implantação do edifício, de planta rectangular, com a fachada principal orientada a poente. Uma casa que se revela única, atendendo à sua arquitectura, à nobreza dos materiais e ao apuro com que foram aplicados.

A sua construção rompeu totalmente com as técnicas de construção existentes na freguesia de Vide, obrigando ao recrutamento de artistas no vizinho concelho de Oliveira do Hospital. Alguns deles chegaram a contrair casamento em Vide, fixando por aí a sua nova vida⁵⁹⁰.

A casa é composta por lojas, dois andares superiores e um sótão, com uma água furtada. Comporta na frontaria uma varanda em granito em cada piso, uma à largura da fachada no primeiro andar, outra a um terço da largura no segundo piso, e uma varanda junto do telhado, que se estende por toda a lateral norte e pela fachada poente. O acesso a esta última varanda faz-se a partir do sótão, onde foi construída uma água furtada com uma portada. O gradeamento é formado por balaústres em granito que, pela sua grossura, recordam influências barrocas. As varandas contam também, como ornamentação, com enormes vasos em granito.

Sobre a porta de entrada principal foi colocada um gradeamento em ferro, com motivos florais, onde foi inscrita a data de construção e as iniciais do nome do proprietário.

As paredes exteriores foram construídas em xisto com dois paramentos, assentes em barro amassado, tendo todas as portas e janelas as soleiras, os parapeitos, as ombreiras e as

⁵⁸⁹ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura*, ob. cit., p.72.

⁵⁹⁰ - José Garcia de Abreu e Francisco dos Santos (de Lagos) foram dois dos artistas estucadores e pintores que vieram para Vide por motivos profissionais. Naturais de Lagos da Beira, Oliveira do Hospital, foi em Vide que constituíram família e se fixaram.

pavieiras em cantaria de granito lavrado. Também os cunhais foram elaborados no mesmo material e estilo, apresentando uma base saliente ornamentada com um filete redondo no topo. A parte superior da casa, ao nível dos beirais, foi rematada com pedra de granito, com largura para se circular, formando um varandim assente em cimalha de granito, com uma decoração que parece ter bebido no período renascentista. Assenta nesse ponto a cobertura em telha tipo Marselha, provavelmente o primeiro neste tipo de telhado usado na freguesia, fabricada em Pampilhosa da Serra.

As caixilharias e portas exteriores são em madeira trabalhada, ostentando a marca dos artífices que a construíram ou aplicaram. Todas as janelas têm vidros, alguns na fachada são coloridos e posicionados de forma a criar determinados efeitos de luz no interior.

A cozinha edificada fora do corpo principal da habitação, apresenta a entrada para um logradouro protegido por um portão em ferro decorado com elementos forjados.

A nível de acabamentos exteriores foi aplicado como primeira camada de contacto com a pedra um isolamento de cor escura, cujo material não foi possível identificar⁵⁹¹. Sobre esta camada foi usada argamassa de cal hidráulica, afagada com gesso de várias cores, resultando numa pintura que se apresenta em painéis de frescos, marmoreando a parede lateral da casa. Na fachada principal observam-se mais frescos, com motivos geométricos, pintados em tons de branco e vermelho, originando uma configuração de puzzle⁵⁹².

O espaço interior, assente em pisos de madeira, revela-se bastante compartimentado mostrando uma preocupação funcional desta casa, que pertencia ao responsável de várias paróquias enquanto arcipreste. Os períodos festivos da liturgia católica chamariam, até Vide, um elevado número de sacerdotes para coadjuvarem nas celebrações, principalmente na época pascal, obrigando o anfitrião a acomodar os seus assistentes numa terra que, devido às deficientes vias de comunicação, ficaria longe de tudo.

A casa é servida por duas portas de entrada, a partir da rua pública, com diferentes usos. A porta principal dava acesso a um corredor que ligava todas as divisões do primeiro piso, a cozinha e o acesso ao piso superior. A outra entrada dava passagem para uma divisão

⁵⁹¹ - Não foi possível confirmar a utilização deste produto como isolante. Se essa foi a intenção revela-se uma inovação importante que apenas se veio a revelar de uso geral na arquitectura em xisto a partir da década de 1990.

⁵⁹² - TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa; BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de Edificação, estudo de técnicas tradicionais de construção*, ob. cit., pp.109-115. Esta obra explica em pormenor a técnica de frescos usada nas construções.

destinada a receber os paroquianos, que ali se deslocassem para tratar de assuntos da igreja. Este andar tinha ainda um salão, que ocupava cerca de 25% da área total, utilizado como sala de refeições, uma sala mais pequena que aparentemente se destinava a convívio, comportando ainda cinco quartos para dormir.

Já o segundo andar, além de um corredor de circulação e escadaria de acesso, é composto por uma sala de estar, no lado poente, com acesso a uma varanda, seis quartos, um escritório completamente envidraçado, virado a nascente e sul, que no Inverno serviria também como espaço de lazer e local onde se faziam pequenos trabalhos de costura.

Verifica-se um contraste na dimensão das amplas áreas destinadas a uso comum e nas pequenas divisões, de uso íntimo, como os quartos de dormir.

O sótão revelava-se como um piso aproveitado em parte para habitação comportando duas divisões devidamente elaboradas na parte central, a única que garantia pé direito para circulação, sem qualquer semelhança com a fineza das assoalhadas dos pisos inferiores. Aparentemente esta zona seria destinada à criadagem da casa pois apresenta ainda quatro pequenas celas nas partes laterais que configuram espaços para dormir.

O interior desta casa apresenta-se como o mais aprimorado de todas as habitações da freguesia, sendo finamente decorado com frescos em gesso, verdadeiros trabalhos artísticos que lhe conferem um aspecto “palaciano”. Os espaços são divididos com paredes de tabique, apresentando um rodapé alto em madeira trabalhada. Nas paredes, a pintura marmoreada é rematada por um filete, com um desenho diferente em cada uma das divisões.

Os tectos dos quartos são acabados em gesso, com centros em alto-relevo apresentando motivos vegetalistas. Alguns aparecem pintados com cores fortes, das quais se destacam o azul, o verde e o laranja.

Quanto às salas, os tectos são forrados a madeira lisa, decorados com pinturas a óleo representando motivos vegetalistas, registando a utilização de uma paleta mais variada de cores. As paredes das salas de convívio apresentam cores fortes, como o verde-escuro, e ícones dourados, dispersos, que aparentam ser alegorias vegetalistas. Observa-se uma grande preocupação na entrada de luz natural, pois comportam quatro janelas e uma portada de varanda, em cada um dos espaços.

A sala de jantar apresenta as paredes também ornamentadas com frescos, com motivos vegetalistas, que se revelam um prolongamento das executadas no tecto. Este espaço tem duas

portas interiores de acesso, uma para um corredor, ficando coincidente com a porta de entrada principal, e a segunda para outro espaço de circulação, de acesso à cozinha. Um dos cantos é ocupado com um louceiro de grandes dimensões, fixo na parede, também decorado com pinturas artísticas⁵⁹³.

As portas interiores eram em madeira almofadada, com duas folhas, apresentando, nas bandeiras superiores, dois vidros rectangulares.

Outro elemento inovador nesta construção, que também se regista na igreja matriz e noutras casas do princípio do século XX, é a colocação de argolas metálicas, no topo das paredes exteriores, para fixação de andaimes. Esta técnica revela preocupação na manutenção das fachadas exteriores que passaram a ser de argamassa e pintadas. Na casa tradicional usavam-se buracos ao longo das paredes em xisto, onde se montavam os andaimes⁵⁹⁴. Nestas novas casas, constituídas por vários pisos, havia a necessidade de deixar pontos de fixação que têm resistido à erosão do tempo.

Embora se encontre em estado de degradação acentuada, esta casa não deixa o visitante da aldeia de Vide indiferente, incentivando a procura de informações sobre a história desta moradia.

Cerca de 1914, outro pároco de Vide constrói uma casa que, em muitos elementos, se afasta da arquitectura que até aí se praticava. O padre Emídio mandou edificar uma casa que integrou na sua arquitectura exterior o tijolo maciço, um elemento até aí desconhecido como ornamentador de portadas e janelas. Nesta construção apresenta-se como substituto do granito enquanto elemento diferenciador, rompendo com o habitual na arquitectura local nas edificações mais abastadas⁵⁹⁵. Este material não era desconhecido na região, pois era com ele que se construíam alguns fornos de pão, no entanto, nunca tinha sido utilizado como adorno artístico da alvenaria exterior de casas de habitação.

⁵⁹³ - Segundo o senhor Joaquim Augusto dos Santos as louças da casa tinham gravado as iniciais do promotor desta habitação, o vigário Joaquim António dos Santos.

⁵⁹⁴ - Estes buracos revelavam-se de enorme utilidade para a comunidade mas nem sempre por boas razões: como pombais; para colocação suspensa de uma pedra de açúcar podões; para colocação de uma latada de videiras, mas podia também ser usado para guardar uma garrafa de vidro partida ou uma lâmina de barbear usada procurando ultrapassar a falta de recolha de lixo.

⁵⁹⁵ - O padre Emídio, embora fosse natural e residisse em Vide, exerceu sempre o seu sacerdócio na vizinha freguesia de Cabeça. Ele foi durante várias décadas presidente da junta de paróquia daquela aldeia. Esta informação foi dada pelo senhor José Pinto, presidente da assembleia de freguesia de Cabeça no mandato 2009/2013.



Foto n.º 47: Casa de habitação construída pelo Reverendo Emídio

Fonte: Autor

Aparentemente esta casa parece ter inspiração na arquitectura romântica, pois que, além da utilização do tijolo apresenta um arco perfeito no topo das janelas e portas exteriores. Esta habitação distingue-se também no núcleo urbano pela elevada inclinação do telhado, apresentando ainda uma cimalha em madeira ornamentada com folha de zinco recortada de forma artística.

A fachada principal, tal como acontecera com as casas abastadas já citadas, foi orientada para poente, procurando ser visível a quem transitasse na principal via de comunicação à época, situada na margem esquerda da ribeira de Alvoco⁵⁹⁶. Esta revela simetria das janelas e portas, em cada piso de habitação, encimadas por uma pequena abertura de forma circular ao nível do sótão. As portadas abertas ao nível dos dois pisos de habitação, funcionando como varandas sem patim, têm um gradeamento de protecção em ferro trabalhado.

Contrariamente às outras casas, esta apresenta planta quadrada comportando um piso térreo, dois pisos de habitação e um pequeno sótão. Tal como as restantes construções de feição mais fidalga, também tinha o espaço da cozinha construído em anexo ao edifício principal, com acesso directo ao espaço exterior⁵⁹⁷.

As paredes exteriores, construídas em xisto assente em barro com dois paramentos, apresentam as janelas e as portas dos pisos de habitação debruados com tijolo maciço. As

⁵⁹⁶ - Curiosamente, as casas edificadas nos séculos XIX e XX procuraram sempre orientar a sua fachada principal para a ribeira, dando a entender que seria esse curso de água a espinha dorsal deste povoado.

⁵⁹⁷ - Segundo Joaquim Augusto dos Santos, que conheceu muito bem o proprietário e a lida da casa, existia um telheiro numa das paredes exteriores da cozinha onde se confeccionava a comida para os porcos evitando dessa forma que o fumo e o cheiro que os ingredientes deitavam entrasse em casa.

portas das lojas respeitaram as tradicionais ombreiras em xisto aparelhado. As paredes são rebocadas com argamassa de areia com cal hidráulica, pintadas em cor azul cinza.

O piso térreo era dividido em duas partes iguais, sendo uma utilizada como adega e outra como armazém de cereais, e local onde se situava a salgadeira, tendo acesso interior desde o piso de habitação. O primeiro piso é composto por uma sala de receber visitas, junto à porta de entrada, uma escadaria de acesso ao piso superior, um quarto e um pequeno corredor, que ligava a porta de entrada à sala de jantar. Esta divisão tinha três portas de ligação ao espaço exterior, sendo uma delas virada a sul, permitindo o acesso a um pequeno terraço soalheiro. Sob a escadaria de acesso ao piso superior foi instalada uma pequena despensa, que disputa o espaço com a escada que dá acesso ao rés-do-chão.

O segundo piso é composto por uma sala de estar, que serve também como espaço de circulação entre os três quartos que completam o andar. Este apartamento acompanha o acentuado declive do telhado. A entrada de luz natural na sala fazia-se através de uma mansarda de pequenas dimensões, virada a norte, situada sobre a porta de entrada, também ela emoldurada por folha de zinco trabalhado, como acontecia com as restantes cimalthas.

O interior da habitação é dividido com paredes em madeira de tabique, rebocadas com argamassa de areia e cal afagadas com gesso, apresentando tectos direitos, forrados a madeira, com filete rebaixado nas uniões. Todas as divisões são percorridas por um rodapé em madeira trabalhada. O corredor de entrada e as paredes da sala de receber visitas são decoradas com frescos apresentando motivos vegetais. O tecto dessa divisão social apresenta um centro acabado a gesso, que ocupa a quase totalidade da sua área, pintado com várias cores que repetem os padrões decorativos das paredes. As portas interiores em madeira são de duas folhas, apresentando almofadas, e bandeiras superiores com dois vidros ovais.

À semelhança do que se verificou noutras casas da época, de igual arquitectura, não foram construídas casas de banho no interior. Existiam próximo à habitação retretes com assentos em madeira e com estrumeira sob o seu piso.

A casa foi construída dentro de um espaço reservado, pertença do mesmo proprietário. Rodeado por socalcos agrícolas, o acesso à rua pública era feito por um pequeno arruamento particular, empedrado com pedra da ribeira, adornado com efeitos geométricos, com pedras de diferentes tons e materiais, técnica conhecida localmente como “calçada à portuguesa”.

Importa referir, ainda, que a construção de uma casa envolvia muitos artesãos que

aplicavam, normalmente, um saber transmitido de geração em geração.

O pedreiro era reconhecido como um artífice muito especializado, o que conferia aos seus protagonistas um certo simbolismo social. Em várias aldeias da freguesia de Vide, como por exemplo Casal do Rei, existiam vários artífices do xisto, que se reuniam ocasionalmente em equipas para construírem habitações, palheiras ou currais. No entanto, era na povoação de Balocas que existiram, desde tempos muito antigos, duas brigadas de trabalho permanentes, compostas por cerca de 10 pedreiros, coordenadas por dois artífices reconhecidos como os “Mestres”. Esta aldeia é formada por dois aglomerados urbanos, pertencendo a cada um deles uma equipa de trabalho, e era popular a competição existente entre os dois grupos.

Três predicados acompanhavam estes artesãos: a arte – representada pela construção de paredes em xisto, bem aparelhadas, com cunhais e ombreiras executados com o denodo da cantaria em granito; o rigor – representado pelo profissionalismo que o grupo mostrava através da definição clara das funções de cada um, servente, pedreiro e mestre; o compromisso – o “Mestre” comprometia-se com o dono da obra a executar todos os trabalhos de acordo com os seus conhecimentos técnicos, o que garantia uma casa de habitação para várias gerações. Tudo isso fazia com que estes grupos de trabalho da aldeia de Balocas fossem admirados e respeitados na região, sendo a sua “obra” disputada por freguesias limítrofes.

Havia também, como foi dito anteriormente, artífices especializados em moldar o xisto mole, para recortar com requinte as aberturas de portas e janelas que os outros pedreiros assentavam.

Por outro lado, houve outros artífices igualmente importantes como os carpinteiros de limpos, que tinham que garantir a transformação das pranchas de madeira, toscamente cortada pelos serradores, para serem aplicadas na construção de algumas habitações. No local da obra transformavam as tábuas em janelas, portas interiores e exteriores, divisórias, tabique, tudo à medida do necessário e elaborado a gosto do proprietário⁵⁹⁸. Estes carpinteiros aprendiam em

⁵⁹⁸ - Tal como o que acontecia com outras profissões também os serradores se organizavam em equipas, percorrendo o território em busca de trabalho. O proprietário chegava a uma propriedade florestal com o serrador e, perante a árvore, ou árvores a abater, combinavam qual o comprimento e a espessura de cada prancha a serrar, e o preço a pagar. Depois vinha o carpinteiro e trabalhava a madeira segundo as necessidades do contratante. Fonte oral: O senhor João Reis, da aldeia de Casal do Rei.

“escolas” locais e tinham sempre uma actividade polivalente⁵⁹⁹: trabalhavam as madeiras de uma casa; faziam um rodízio para o moinho; preparavam os mecanismos hidráulicos dos lagares de azeite, architectavam uma mesa e umas cadeiras, um louceiro com cantareira... Na verdade estes artífices tanto atendiam às necessidades dos vivos como dos mortos, pois que, se necessário, também faziam um caixão para um funeral⁶⁰⁰.

Quando o gosto pela parede “caiada” chegou à freguesia de Vide, houve a necessidade de importar mão-de-obra externa especializada, trazendo artistas que acabaram por se fixar na aldeia pelo casamento. Os “caiadores” tiveram também uma missão polivalente que se desenvolveu nos rebocos, esboços finos em gesso, pinturas refinadas com tintas elaboradas pelos próprios, em que as doses dos corantes, pigmentos e secantes se revelavam o segredo do bom artista.

Impulsionados pela alteração dos materiais e das novas técnicas na construção, surgiram os primeiros ferreiros que deixaram de manufacturar apenas alfaias agrícolas e passaram a trabalhar o ferro, moldando-o como portas, janelas ou, principalmente, gradeamentos afeiçoados em varandas. Estes novos materiais empurraram a madeira para uma função secundária na construção das tradicionais tribunas que, durante séculos, tinham desempenhado um papel fundamental na sociabilidade e na economia destas comunidades.

Não poderá deixar de se mencionar outros trabalhadores que se revelaram importantes na construção em xisto, destacando os “messadores”. Eram eles quem retirava a pedra e a preparava para ser enviada para obra. Usavam apenas como ferramentas uma ou várias barras de ferro, aguçada de um lado e em cunha na outra extremidade, uma “marreta ou martelão”, alguns “guilhos” e, se era necessário utilizar explosivos, um “pistolo”⁶⁰¹.

Sob influência da valorização da Aldeia Histórica de Piódão, confinante com a freguesia de Vide, a arquitectura e técnicas tradicionais do xisto voltaram timidamente ao

⁵⁹⁹ - LINO, Raúl, *A casa portuguesa pelo Arquitecto Raul Lino*, ob. cit., p.13. Segundo este autor “tecnicamente foi sempre fraco o carpintejar dos nossos artífices”.

⁶⁰⁰ - Existiam na aldeia de Vide um alfaiate, Manuel dos Santos Ribeiro, e um carpinteiro, Alberto Amaral, que talhavam e aprontavam um fato ou um caixão no dia do falecimento. Para ultrapassar a falta de calçado condigno, o sapateiro manufacturava no mesmo período uns sapatos em cartão.

⁶⁰¹ - O trabalho com o “pistolo” obrigava a um trabalho bem sincronizado de dois trabalhadores, um que batia outro que rodava. O “pistolo” tinha uma configuração octogonal e a cada batida da marreta o operário tinha que rodar o equivalente ao espaço entre duas arestas. Curiosamente, nesta região, este trabalho chegou a ser especializado durante a 2.ª Guerra Mundial, quando se praticou a exploração de volfrâmio por toda a região da Serra da Estrela. Nesse período havia equipas que “trabalhavam ao metro”, ou seja, recebiam de acordo com os metros lineares de furos que conseguiam executar à mão, para rebentamento de explosivos, fosse em minas ou em explorações a céu aberto.

território, a partir da década de 1980.

Surge então uma nova maneira de usar o xisto como revestimento exterior. Desaparece a dupla face em xisto substituída por uma parede de tijolo na parte interior da casa. O barro é substituído por argamassa de cimento revelando-se esse novo material como uma derrota nas primeiras construções e reconstruções. O saber empírico do mestre pedreiro não tinha sido passado da última geração para esta nova vaga de obreiros do cimento, habituados a isolar as paredes com tintas e materiais de calafetagem industriais. A falta de barro na parede de xisto deixava que a água da chuva passasse para o interior da casa, apelando ao regresso, e ao acatamento, das técnicas vernaculares, voltando o barro à parte exterior da parede ou à mistura de vários materiais.

O mesmo problema aconteceu com as coberturas tradicionais em lousa, obrigando ao aperfeiçoamento na misturas de materiais e técnicas que evoluíram de forma rápida, sendo hoje pacífica a construção de casas modernas no interior, seguindo a arquitectura tradicional no exterior.

Por sua vez os balcões revelam-se como parte integrante da arquitectura vernacular desta região, como auxiliar precioso em vencer os desníveis que a orografia do terreno impunha, possibilitando o acesso tanto a habitações, como a construções de apoio à componente agrícola.

Na verdade, o balcão mais comum revelava-se como uma construção simples em xisto, com um número variado de degraus, que comportava quase sempre um espaço sob o patim, servindo como galinheiro.

Normalmente esta estrutura era construída no espaço público da rua, dando a entender que seria compreendido como um prolongamento desta, mas que era devidamente sinalizado com uma videira, uma planta ornamental ou recipientes com flores, procurando delimitar esse espaço como pertença da casa.

Em tempos mais recentes, quando a largura das ruas começou a assumir uma importância primordial na circulação urbana das aldeias, estes balcões mudaram radicalmente de aspecto e de função. Deixaram o espaço público e dispuseram-se de forma a ocupar o logradouro particular de cada um, nem sempre sem lutas e resistência de proprietários, que

assumiam como direitos ancestrais a sua premissa de construir esses acessos na via pública⁶⁰².

Havia balcões de canto que serviam simultaneamente duas portas de entrada, de dois vizinhos ou então da porta da casa e da porta da cozinha. Alguns foram edificados em redondo, com pedra de xisto, procurando dar à entrada um aspecto mais distinto.



Fotos n.º 48, 49 e 50: Tipos e usos de balcões na freguesia de Vide

Fontes: Autor – Casa dos Fânicos -

Presentemente este tipo de balcão apresenta-se de cara lavada, sem o galinheiro incrustado. O xisto deu lugar ao cimento pintado, a escadaria recebeu como revestimento dos degraus a pedra em granito ou mármore, contemplando outro elemento ausente nos antigos balcões: um gradeamento lateral de protecção, com corrimão em ferro.

Podem encontrar-se também alguns balcões que se revelam originais, e que tiveram uma função facilitadora no dia a dia da comunidade. Um desses patamares encontra-se na aldeia de Vide e a poetisa local Esther Abranches apresenta-o com um balcão de montar⁶⁰³. Situado na Rua de Cima, facilitava a entrada na casa de habitação, e tem uma configuração única na região, com degraus em granito em ambos os lados. O patamar que se forma no encontro das duas escadarias tem uma aba saliente para a rua, que facilitava o posicionamento da cavalgadura para ser montada, principalmente por senhoras.

Identificam-se ainda balcões com perspectivas de distinção social que, por vezes, recorreram a materiais “nobres”, como o granito picado para os degraus. O mais antigo situa-se na aldeia de Vide, sendo conhecido como a “a varanda da Celeste”. Na verdade, esta entrada muito se assemelha às varandas do noroeste português, com a particularidade de ser

⁶⁰² - Nas várias aldeias ouviram-se histórias sobre a luta travada, ao longo de várias décadas, para o alagamento de ruas. Normalmente os maiores problemas colocavam-se no redimensionamento dos antigos balcões implantados no espaço público.

⁶⁰³ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura*, ob. cit., p.75.

um balcão de entrada em duas casas distintas. Como foi dito, e não se conseguindo determinar a linha de propriedade destas habitações, não será de excluir que este conjunto fosse a antiga casa municipal e tribunal do concelho de Vide, extinto em 1836, e cujas casas foram vendidas em 1856⁶⁰⁴. A escadaria de acesso em granito, o corrimão lateral no mesmo material e as colunas são elementos que denotam uma construção diferente das restantes casas de habitação da freguesia.

Outro modelo de balcão igualmente antigo, que se diferenciava pela sua apresentação, compunha a entrada na casa do padre Cândido Abranches, já anteriormente descrita. De planta semi-circular, os degraus foram acompanhando o desnível da rua para a qual dá acesso. A base é mais larga, terminando num patamar que enquadrava duas portas de entrada, uma para a habitação, outra para a cozinha. Embora se revelasse distinto, notando-se a ausência do tradicional poleiro, foi edificado com pedras em xisto e as laterais dos degraus eram ornamentadas com vasos de flores.

O balcão assume-se para estas comunidades não apenas como um elemento funcional, facilitando o acesso à habitação, como ainda um espaço de fruição social.

No dia a dia descansava-se no balcão no final de um dia de trabalho, fazia-se uma pequena sesta à sombra da casa nas escadas e as mulheres colocavam a conversa em dia, sentadas debulhando uns feijões ou dando uns pontos na roupa. Também os garotos ganhavam autonomia saltando de degrau em degrau, aumentando sempre o nível de dificuldade, e os velhotes apanhavam o sol outonal, que lhes aliviava as maleitas e aconchegava a dureza do frio.

Nos dias de festa, o balcão ganhava de novo protagonismo, valendo a sua escadaria para uma foto de família num casamento, o local predilecto onde as crianças da aldeia posavam para o fotógrafo, o reencontro promovido pelas férias, de Verão ou da Páscoa, que traziam os filhos de regresso à aldeia, registando esse momento à entrada da casa.

Teimosamente aqui e ali os balcões vão resistindo, continuando a fazer parte da paisagem rural. No entanto, vão-se perdendo memórias e esquecendo as várias facetas dessa construção nas comunidades rurais.

⁶⁰⁴ - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de actas n.º 4, fls. 129vs-130. A Câmara Municipal de Seia alienou estas casas para fazer obras na casa do tribunal da vila de Seia, em 1856.

4.1.2 – As edificações religiosas

Ao longo de vários séculos, nalguns casos, ou de algumas décadas noutros, o Santo padroeiro apresentou-se nas aldeias como o elo unificador de uma determinada identidade local. A festa anual, em Sua honra, conseguiu sempre chamar até Si o “rebanho”, espalhado pelos sete cantos do mundo. Poder-se-ia passar o ano sem possibilidade de visitar o torrão natal, no entanto, nesses dois ou três dias de festa, matavam saudades da família, da aldeia e dos restantes conterrâneos.

Quem visitar o território poderá constatar o esmero com que as pequenas capelas estão conservadas. Porém, em muitas aldeias, só muito tardiamente a construção de um local de culto se apresentou como uma prioridade. Pesou quase sempre a escassez de recursos económicos, razão pela qual, em meados do século XVIII, apenas houvesse cinco capelas nas aldeias e duas particulares em toda a paróquia⁶⁰⁵.

A Corografia Portuguesa do padre António Carvalho da Costa refere que, em 1708, havia na freguesia “uma igreja paroquial e três ermidas”⁶⁰⁶.

Também nesse século a igreja reconheceu que durante o Inverno, devido à chuva e ao transbordar dos barrocos, era muito difícil as comunidades deslocarem-se à sede de paróquia para assistir à missa dominical, ou o pároco deslocar-se às aldeias para dar apoio espiritual a algum enfermo que dele necessitasse. A 31 de Janeiro de 1741, o Vigário António Marques Ferreira, responsável pela Igreja de S. Tomé, na vizinha Vila de Penalva de Alva, exarou um documento onde reconhecia a necessidade premente de dotar, todas as aldeias existentes à época, de uma capela⁶⁰⁷. Reconhecia as dificuldades económicas das comunidades que “ainda que pobres deveriam tentar fabricar as capelas conforme as suas possibilidades”.

Das aldeias já existentes, sem contar com a sede de paróquia, nesta data já possuíam capela as aldeias de Baloquinhas, Gondufo e Cide. A aldeia de Barriosa, que, provavelmente, pertenceu à paróquia de Alvoco da Serra até meados do século XIX, não se conhece a data de

⁶⁰⁵ - ADC, Memórias Paroquiais de 1721. Neste documento referem-se apenas os instituidores e respectivos administradores: na aldeia de Baloquinhas o padre João de Brito construiu uma capela de invocação de S. Pedro, sendo nessa data administrada por Bernardo de Brito de Chãs d'Égua; em Vide o padre Simão Correia fundou uma capela dedicada a S. Miguel Arcanjo sendo, em 1721, administrada por António Lourenço, de Alvôco das Várzeas.

⁶⁰⁶ - Padre António Carvalho da Costa, *ob. cit.*, p.2354.

⁶⁰⁷ - ADC, Cabido da Sé, Cx xii, n.º39.

construção da antiga capela de invocação a Santo António, substituída na década de 1970⁶⁰⁸.

Quadro n.º45: Capelas indicadas para construção em 1741

Aldeia	Patrono em 1741	Em 2012
Balocas de Baixo	N. Sr. ^a do Carmo	N. Sr. ^a do Carmo
Teixeira de Baixo ⁶⁰⁹	N. Sr. ^a das Precs	-
Baiol	S. Bento	Não construiu capela
Silhas	S. Sebastião	Este lugar extinguiu-se
Casas Figueiras	S. Domingos	N. Sr. ^a da Póvoa
Ribeira	S. Lourenço	Não construiu capela

Fonte: ADC, *Cabido da Sé*, Cx xii, n.º39

Quadro n.º46: Aldeias com capela, em 2012

Aldeia	Patrono
Balocas	N. Sr. ^a do Carmo
Baloquinhas	São Pedro
Barriosa	Santo António
Casal do Rei	São José
Casas Figueiras, Outeiro e Abitureira	N. Sr. ^a da Póvoa
Cide	Bom Jesus
Frádigas	N. Sr. ^a da Boa Sorte
Gondufo	Santo Evaristo
Malhada, Coucedeira e Rodeado	N. Sr. ^a da Ajuda
Muro	Rainha da Paz
Silvadal	N. Sr. ^a de Fátima
Vide (Igreja Matriz)	N. Sr. ^a da Assunção (De toda a paróquia)

Fonte: *Elaboração própria*

Na actualidade, existem em todo o território uma igreja matriz, na sede de paróquia, em Vide, 12 capelas e seis “alminhas”, estas últimas de construção recente⁶¹⁰. Das 29 aldeias

⁶⁰⁸ - O sino desta capela foi oferecido pela comunidade barriosemense emigrada na Argentina.

⁶⁰⁹ - Esta aldeia pertencia, em 1741, à paróquia de Vide.

⁶¹⁰ - Várias fontes orais confirmam que existiram muitas “alminhas” dispersas pelos caminhos da freguesia de Vide que, entretanto, desapareceram. O seu abandono deveu-se principalmente à abertura de novos acessos de ligação entre as aldeias, levando as pessoas a circular por locais diferentes. As alminhas existentes foram todas edificadas no século XX, e duas delas, Cide e Abitureira, já no século XXI.

que constituíram a freguesia de Vide, 16 construíram um local de culto e seis delas agregaram-se para construírem capelas comuns; em Casas Figueiras elegeram a aldeia maior para edificar o templo; em Malhada Cilhas escolheram um local situado entre os vários lugares para o mesmo fim⁶¹¹.

Para ultrapassar a falta de local de culto nas aldeias que, mais tardiamente construíram capela, existiram casas particulares, por vezes de construção bem simples, que mantinham oratórios onde a população desses lugares se reunia para rezar o terço, ou fazer as suas orações. O exemplo mais vernacular que se encontrou destes santuários existiu na aldeia de Frádigas onde, durante largas décadas, a comunidade se reunia para rezar numa casa de habitação à “Cova”. Esta tinha incrustado numa parede da sala um pequeno oratório em granito, de invocação a Santo António, esculpido numa rebola da Ribeira de Alvoco.



Foto n.º 51: Oratório granítico existente na aldeia de Frádigas

Fonte: Autor

A Capela do Calvário destaca-se, na sua arquitectura, pela portada de estilo românico, em granito, de altura reduzida, que apresenta no início do arco um lambrim decorado. A iluminação natural faz-se por duas pequenas janelas laterais, de formato rectangular, com ombreiras em granito aparelhado. O espaço exterior contíguo à porta de entrada encontra-se protegido por um alpendre, que confere continuidade ao telhado da capela. O forro do alpendre é em madeira, tipo masseira, assente em seis colunas de granito de base quadrangular, até um terço da altura, fuste liso e capitel recordando o estilo dórico. Existe sob este espaço coberto, um pequeno púlpito, também em granito, onde seriam feitos os sermões em dias de celebração religiosa, ao ar livre. Esta capela não apresenta retábulo no seu interior, ostentando na parede fronteira à porta, um painel de madeira pintado, de estilo maneirista, e

⁶¹¹ - ADC, Cabido da Sé, Cx xii, n.º 39. Um documento do século XVIII dava indicações precisas para que algumas aldeias construíssem capelas comuns: “os do lugar de Balocas confederados com os do Baiol”.

uma bancada de altar. Em 1887 a junta de paróquia integrou, no seu orçamento, a realização do sacrário para esta capela no valor de 10 mil réis⁶¹². A escultura de roca existente no seu interior representa Nosso Senhor dos Passos⁶¹³.

Esta capela foi reconstruída em 1916, não sendo possível determinar quais os elementos que se mantêm coevos à sua fundação.

Outro templo, provavelmente contemporâneo do anterior, situa-se na aldeia de Baloquinhas. Foi mandado erigir pelo padre João de Brito, tratando-se de uma pequena capela, de planta rectangular, com a porta virada a Sul, e de invocação a S. Pedro. Todas as aberturas têm ombreiras ornamentadas com granito, de configuração circular na base e no topo.



Fotos n.º 52, 53 e 54: Capelas nas aldeias de Cide, de Vide e de Baloquinhas

Fonte: Desconhecido – Autor - Autor

Comporta um retábulo ao estilo maneirista formado por um nicho central, onde se venera o seu patrono, e duas mísulas laterais onde se invocam Santo António e São Caetano(?), tendo, na base, uma banqueta de altar dourada. Este retábulo revela-se como o mais antigo existente no território, possivelmente remontando à época da construção do edifício⁶¹⁴.

Embora hoje seja pertença da comunidade, a sua construção foi de iniciativa particular, destinada a servir de sepulcro ao seu promotor. Na verdade, como foi dito, o padre

⁶¹² - JPV, Livro de Actas, fls.40vs-41.

⁶¹³ - Também se encontra nesta capela um pequeno painel de invocação a Nossa Senhora da Guia, que fazia parte de umas alminhas que existiram na margem esquerda da Ribeira de Alvoco, em Vide, junto à “Estrada Real”, que ligava a Terra Chã à Beira Baixa. Estas almas estavam à entrada da povoação e foram destruídas na década de 1960, sendo substituídas por uma nova construção, de igual significado, na margem direita, junto à E. N. 230.

⁶¹⁴ - RODRIGUES, Susete Filipa, *A Arte da Talha no Concelho de Tondela, Do Maneirismo ao Neoclássico*, Tondela, Edição da Câmara Municipal de Tondela, 2005, p.21. Segundo esta autora a talha espalha-se por todo o espaço sacralizado a partir do 3.º quartel de 1600.

João de Brito foi sepultado nesta capela, por sua vontade, a 12 de Maio de 1712⁶¹⁵.

Exceptuando a igreja matriz, todas as outras construções religiosas apresentam uma arquitectura simples, muito semelhante à construção habitacional, usando quase sempre os mesmos materiais. Provavelmente as capelas mais antigas não tiveram na sua origem retábulos em madeira, função que era desempenhada por nichos embutidos na parede fronteira à porta de entrada, como deixa transparecer a antiga capela da aldeia de Cide⁶¹⁶.

Por vezes as comunidades inovavam nas técnicas e nos materiais, tentando ultrapassar as limitações económicas que determinavam a ausência de materiais mais nobres, como seria o granito nas ombreiras das portas, das janelas ou nos cunhais. Trata-se de uma situação que parece ter acontecido na aldeia de Gondufo, onde foi utilizado um tipo de xisto muito duro, existente em determinado ponto da aldeia, que permitiu a sua modelação em aparelhamentos semelhantes ao granito.

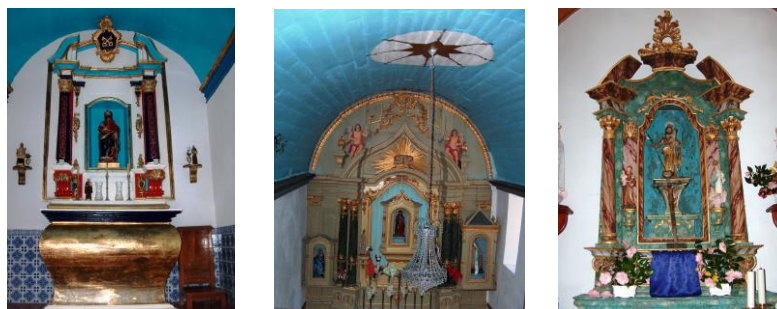
A capela de Gondufo apresenta um retábulo estilo Rocaille, o que leva a concluir que este será posterior à data de construção da capela. Nas ilhargas do retábulo mor, onde se venera Santo Evaristo, erguem-se dois nichos onde foram instaladas as esculturas de N. Sr.^a das Dores (lado esquerdo) e de Santa Bárbara (lado direito). A capela possui um pequeno coro alto, sendo o tecto em madeira pintado. A torre sineira actual foi edificada em meados da década de 1950, para colocação do relógio da povoação.

A lenta edificação das capelas, que terminou no último quartel do século XX, não terá provavelmente como única causa a ausência de recursos económicos das comunidades para erigir templo próprio⁶¹⁷. Vários documentos de índole religiosa, de diferentes séculos, relacionados com a edificação de capelas em algumas das aldeias, deixam a ideia que construir um local de culto se revelava um processo extremamente burocrático podendo a iliteracia das comunidades adiar a vontade de suprir essa lacuna.

⁶¹⁵ - ADG, Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894.

⁶¹⁶ - Na década de 1980 foi construída uma nova capela, sendo a antiga vendida passando a servir de arrecadação agrícola, encontrando-se presentemente em ruína.

⁶¹⁷ - JPV, Livro de Actas. Como se pode verificar ao longo deste documento os paroquianos contribuía sempre com muitas oferendas para o culto religioso da Paróquia de Vide, principalmente produtos da terra.



Fotos n.º 55, 56 e 57: Altares das capelas de Balloquinhos, de Gondufo e de Casal do Rei

Fonte: Autor

O mesmo parece transparecer da leitura do processo de construção da capela da aldeia de Casal do Rei, em 1814. O acervo documental é constituído por vinte páginas onde consta o pedido de construção, os relatórios das visitas dos enviados da Diocese de Coimbra à aldeia, as exigências das formalidades a cumprir, o auto de compromisso dos habitantes para pagarem as despesas necessárias, bem como o auto da visita final para verificação do templo e das alfaias litúrgicas necessárias ao culto⁶¹⁸. Um dado curioso, que permite ter uma percepção sobre o analfabetismo da comunidade desta aldeia, prende-se com a assinatura por cruz de praticamente todos os intervenientes⁶¹⁹.

Passados três anos, a 1 de Março de 1817, o padre Manuel José de Abranches, de Alvoco de Várzeas, deslocou-se a Casal do Rei para verificar se a capela estava concluída, e se possuía os adornos litúrgicos necessários à celebração do culto. Elaborou então um documento com a relação das alfaias presentes, classificando “todos os paramentos e alfaias são bons menos a Pedra de Ara que não serve por pequena mas os moradores se obrigam a comprar uma que bem sirva”.

A história desta capela está envolta em rumores sobre um frade que a mandou erguer, no período das invasões napoleónicas, quando teve de fugir do mosteiro e se refugiou na sua terra natal, em Casal do Rei. Com ele teria trazido paramentos e alfaias, assim como as esculturas dos santos e o retábulo. Segundo uma obra monográfica, sobre a vizinha freguesia de Teixeira, em 1 de Outubro de 1776, foi sepultado em Vide Manuel de Figueiredo, de Casal

⁶¹⁸ - ADC, Cabido Cx V, n.º39.

⁶¹⁹ - A capela demorou três anos a construir compreendendo a data do primeiro pedido para construção ao Cabido, em 16 de Maio de 1814, e a visita final, a 1 de Março de 1817. ADC, Cabido Cx V, n.º39.

do Rei, que ia vestido com um hábito dos “Religiosos de S. Francisco”⁶²⁰. De facto, o retábulo com alguns apontamentos característicos do estilo Rocaille, como por exemplo o arco do camarim contracurvo, revela-se mais antigo que a data de construção da capela. Afigura-se coevo do existente na capela da aldeia de Baloquinhas, de finais do século XVII ou princípios do século XVIII. Poderá ter algum fundo de verdade, os rumores que envolvem a sua história.

A Capela de Casal de Rei é um edifício pequeno, de planta rectangular, com a porta virada a nascente, ladeada por dois pequenos postigos que deixam passar a luz natural. O interior é amplo, comportando o retábulo policromado, com um camarim onde se encontra o padroeiro S. José, ladeado por duas esculturas, Santo António (à esquerda) e a Nossa Senhora da Conceição (à direita), suportadas por duas mísulas. A sua base assenta numa banquetea de altar. Junto a este espaço foi colocada na parede uma concha em granito para colocação de água benta. Um coro alto vislumbra-se ao nível do primeiro andar, ocupando sensivelmente um terço do tamanho do templo.

Por vezes a repartição da riqueza dentro da comunidade também levantava problemas na construção das suas capelas. O camponês mais abastado procurava impor a sua condição económica para “puxar” o local da edificação do templo para junto da sua casa. Isto mesmo parece ter acontecido na aldeia de Balocas quando, em meados do século XVIII, era formada por dois pequenos aglomerados, o “Povo de Baixo” com quatro moradores, e o “Povo de Cima” com três casas de família. Em 1754, Manuel da Silva, morador no povo de baixo, pedira a construção de uma capela junto da sua casa mas o padre da paróquia de Vide, quando se deslocou para dar informação sobre o local de edificação do templo à Diocese de Coimbra, informou que aquele deveria ser construído no povo de cima pois “ficaria mais resguardada dos ventos”. Considerava também esses moradores mais abastados como o mostrava “a muita pedra e madeira cortada que já têm junta para a construção da capela”⁶²¹, decisão que não foi do agrado de Manuel da Silva, nem “dos do povo de baixo”. Esta decisão poderá estar na origem de serem organizados, em cada parte do povo, festejos pagãos, sem a presença de habitantes dos dois locais. No dia da festa anual todos assistiam à missa, participavam na procissão que percorria os dois núcleos mas, à noite, cada habitante ia ao bailarico do seu “povo”. Apesar disso, esta disputa não inviabilizava que as despesas da festa religiosa fossem

⁶²⁰ - DIAS, António, *Vista Bela, Ensaio Monográfico das Terras de Seia, Freguesia da Teixeira*, Coimbra, Edição de Autor, 1946, p.29.

⁶²¹ - ADC, Cabido da Sé, Cx iii, n.º1.

repartidas, e que os foguetes fossem comprados em conjunto, rebentando em cada parte da aldeia a sua quota-parte. Esta situação terminou já no último quartel do século XX⁶²².

Na origem destas capelas, segundo os documentos analisados, estava quase sempre a distância das aldeias à igreja matriz, os maus caminhos de acesso e os ribeiros que enchiam no Inverno e não deixavam passar os fregueses para a missa dominical, na sede da paróquia.

Relativamente ao templo principal de culto na freguesia de Vide, a Igreja Matriz, provavelmente já existiria aquando do “numeramento” de D. João III, recenseamento que identificou o concelho de Vide como freguesia de N. Sr.^a da Assunção. Como se escreveu noutra parte deste estudo, pelo menos desde o século XVI, existiria uma igreja paroquial, estando neste período sob domínio da Igreja Matriz de São Tomé de Penalva de Alva.

Os livros de registos paroquiais permitem ter contacto regular com a igreja matriz a partir de 1600, sendo então o pároco responsável Simão Correia, natural de Vide. Embora pouco se saiba sobre o templo presume-se que se tratava de um edifício de construção simples, à semelhança do que acontecia com a arquitectura local, tese confirmada por fontes posteriores.

Na verdade, a 6 de Fevereiro de 1732 o padre José Nunes Torres, chegado a esta paróquia, registou que o templo se encontrava em ruína. Informou o Bispo Conde de que “na capela a parede de fora abriu de cima ao fundo, o mesmo na parte de dentro e as madeiras avagaram mais de uma vara de medir por estarem muito podres (...) tal ruína que eu já lá não digo missa aos meus fregueses (...)”⁶²³. Terminava dizendo: “se o comendador da capela-mor a mandar fazer bem estamos senão acuda-nos Deus em tamanha necessidade assim que todos apelamos para o amparo de V.^a Excelência para (...) este grande perigo em que estamos metidos”. O documento faz perceber que a igreja era constituída por várias capelas, pois refere uma em ruína e outra capela-mor, pertencente a um comendador.

O local onde se situava esta igreja é o ocupado hoje pela Matriz. Tinha como espaço exterior contíguo o cemitério, como se depreende dos assentos de óbitos paroquiais, que regista enterramentos tanto dentro da igreja como no adro, até à publicação de legislação, em meados do século XIX, que proibiu os enterramentos nas igrejas. Essa localização é

⁶²² - Apesar desta disputa os dois povos continuavam a partilhar práticas ancestrais como era o semear a boucha de concelho comunitariamente, matar os porcos com a entreatjada de pessoas de ambos os núcleos, assim como casamentos e outras práticas caídas em desuso. Fonte oral: António Dias da Silva, morador no “Povo de Baixo”.

⁶²³ - ADC, Cabido da Sé e Mitra, Cx. xxii, n.º 38.

comprovada pela descoberta de ossadas humanas nas ruas envolventes da actual igreja, quando foi construída a rede pública de águas e esgotos em Vide.

Em finais do século XIX, dava-se conta do mau estado da sacristia o que impossibilitava que se realizassem aí as reuniões da junta de paróquia. Na reunião da junta de paróquia, de 6 de Julho de 1895, apresentaram-se João António dos Santos, de Coucedeira, José dos Santos Freire, de Vide, e António Freire de Castro, de Barriosa, para constituírem uma comissão de recolha de fundos para reconstruir a igreja matriz⁶²⁴.

É dessa data a actual igreja matriz, que se apresenta à época como um templo majestoso, contrastando com a malha urbana da aldeia de então. É fundado em planta rectangular com nave única, orientação da porta de entrada a poente, organizada em dois corpos desnivelados, divididos por um arco triunfal em granito, desempenhando o mais recuado a função de capela-mor.

A fachada primacial tem a porta com guarnição em pedra de influência neoclássica, encimada por uma janela com moldura em granito trabalhado, recebendo um pequeno nicho, entre essa abertura e o cume, onde fora colocada uma imagem de Santo António⁶²⁵. Também as restantes janelas, portas e cunhais, assim como as cimalthas, foram adornadas por cantarias em granito trabalhado. O remate do telhado é feito em granito, ostentando uma cruz no encontro das empenas, e dois jarrões florais na base das mesmas.

Além da porta principal existem mais três portas de entrada laterais, duas para a nave central e outra para a zona da capela-mor, a partir do adro. Essa entrada servia de acesso à sacristia e a um espaço polivalente, que se situava atrás do retábulo principal⁶²⁶. A parede posterior do templo tem duas janelas que receberam um gradeamento em ferro, sendo as únicas que se situam ao nível da rua.

O conjunto é ainda formado por uma torre sineira, composta por três corpos sobrepostos, que estreitam ligeiramente entre si por uma cornija, da base para o topo. São

⁶²⁴ - JPV, Livro de Actas, fls. 72 e 72 vs. Estas comissões eram normalmente constituídas por quatro “figuras de maior prestígio e seriedade da freguesia”. Tinham como tarefas a recolha de fundos, colocar a lanças a obra e firmar contrato com os mestres. Conferir: NEVES, António Nunes da Costa, *Igreja Matriz e capelas da Freguesia de S. João de Areias (Santa Comba Dão), Beira Alta*, Volume LIX, Fascículos 1 e 2, Assembleia Distrital de Viseu, pp.129-180.

⁶²⁵ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁶²⁶ - A igreja sofreu interiormente profundas transformações no restauro de 1965. Até estas alterações, o retábulo mor encontrava-se mais afastado da parede posterior, onde existia um salão destinado a reuniões e à catequese. Fonte: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

encimados por uma cobertura de onde sobressai uma cúpula em granito, ladeada por quatro jarrões floreados. O acesso aos três sinos é feito pelo interior da torre, a partir da rua, através de uma porta autónoma.

Esta escadaria da torre sineira era também de acesso ao coro alto da igreja e ao “relógio do povo”, que já existia em 1885⁶²⁷. Este estava instalado num nicho, na parede interior da torre, ao nível do mostruário das horas colocado na parede exterior, que foi substituído, simultaneamente com o relógio, na década de 1960⁶²⁸.

O interior da igreja, como foi dito de nave única, ostenta um arco triunfal que separa, do restante espaço, a capela-mor. É aí que se situa o retábulo principal, a mesa de altar e, sob o arco de cruzeiro, o púlpito. Este apresenta um estilo neoclássico com elementos decorativos ao estilo Rocaille, como se pode observar pelas aplicações de grinaldas florais nas colunas, a existência do arco de volta perfeita sobre o camarim e aplicação de concheados dourados. No camarim encontra-se um trono onde se apresenta a escultura do orago, Nossa Senhora da Assunção. As partes laterais do retábulo sustentam duas mísulas com as esculturas de São Sebastião (à direita) e São Francisco de Bórgia (à esquerda). O local é iluminado por duas janelas laterais de grande dimensão.



Fotos n.º 58, 59 e 60: Interior da Igreja Matriz de Vide

Fonte: António Dinis Tavares

Na separação entre a nave e a capela-mor encontram-se dois retábulos colaterais (estão

⁶²⁷ - JPV, Livro de Actas, fls.175. Este relógio já existia em 1881, um pouco antes da reconstrução do templo, ano em que foi pago ao “tratador” 2\$500 réis anuais. Quando em 1910 se verificou a separação do estado com a igreja, a junta de paróquia (depois de Freguesia), deixou de reunir na sacristia da igreja passando a fazê-lo na escola. Apesar disso continuou a haver coabitación entre o poder laico e o religioso no edifício da igreja matriz pois, a seguir à implantação do regime republicano a Junta de Freguesia ficou com a responsabilidade da manutenção do relógio. Normalmente o trabalho deste avançado era a lubrificação regular do maquinismo e dar corda. Quase sempre este trabalho era contratado ao coveiro da paróquia.

⁶²⁸ - Esse relógio foi entretanto substituído por uma máquina eléctrica, já no Século XXI. O mecanismo anterior fora construído pela empresa de Manuel Francisco Coisinha, natural da vizinha freguesia de Pomares, no concelho de Arganil, durante várias décadas muito conceituada neste tipo de equipamento.

à face do arco) onde estão expostas as esculturas do Sagrado Coração de Jesus, à esquerda (Epístola), e do Sagrado Coração de Maria, à direita (Evangelho). Os retábulos, de estilo coincidente com o descrito anteriormente, apresentam duas banquetas de altar, mas apenas o retábulo de invocação ao Sagrado Coração de Jesus apresenta sacrário.

O tecto da nave é revestido a madeira. Sobrepujando a sanca da nave vislumbra-se uma pintura em “Trompe l’oeil”, imitando uma balaustrada com representação de figuras bíblicas. Na lateral norte são representadas as imagens dos evangelistas São Lucas e São Marcos e, no lado sul, representam-se São João e São Mateus. Ao nível da balaustrada, entre as imagens, foram pintados medalhões representando cenas da Vida de Cristo. Na volta do tecto da nave principal foi pintada a imagem de Nossa Senhora da Assunção e, na capela-mor, uma pintura representa a Adoração do Santíssimo Sacramento, apresentando-se rodeada de anjos.

O local ocupado pela assembleia tem à entrada duas colunas em granito esculpido, que suportam o piso superior onde se situa o coro alto, cujo acesso se faz a partir da torre sineira. Na parede do lado sul encontra-se o baptistério, onde está instalada a pia baptismal. Foram ainda coladas nas paredes duas pequenas celas, como espaço de confissão. O acesso ao local de culto é feito por uma entrada na fachada principal e duas entradas laterais. Contribuindo para a iluminação natural verifica-se também a existência de uma janela em cada flanco.

As paredes interiores foram decoradas com azulejos azuis e brancos, apresentando motivos vegetalistas e símbolos da liturgia católica, na década de 1960, até cerca de um metro de altura a contar do chão. São exibidas cinco mísulas em granito, onde se veneram as esculturas de Santa Luzia e de Santa Teresinha, do lado do Evangelho, e de Santo António, N. Sr.^a de Lourdes e de N. Sr.^a de Fátima no lado oposto⁶²⁹.

Na década de 1960 a igreja matriz recebeu obras de restauro profundas que provocaram alterações significativas em toda a estrutura⁶³⁰.

A intervenção mais negativa terá ocorrido a nível dos tectos que, provavelmente

⁶²⁹ - As esculturas de vulto de Santo António, de Santa Luzia e uma escultura de evocação a Nossa Senhora da Assunção, que se encontra desamparada num pequeno nicho instalado na frontaria da igreja, são as mais antigas, conhecidas pela comunidade católica.

⁶³⁰ - Estas obras de conservação revelaram-se negativas, face à falta de sensibilidade para a preservação das pinturas e estatuária de veneração existentes, assim como as intervenções nos retábulos. No entanto, essa foi a vontade dos fiéis que, embora no presente sintam falta de elementos retirados, na época gostaram de ter uma igreja renovada, com santos de maior tamanho, mais vistosos, contrastantes com os santos existentes inicialmente.

devido ao mau estado das pinturas, foram tapados com finas placas de aglomerado de madeira, situação que se manteve até à década de 1980. Nessa época, sendo pároco de Vide o padre Jaime Pinto Pereira, procedeu-se à sua recuperação sendo então retirada a cobertura colocada e contratados técnicos que procederam ao restauro das pinturas originais, de finais do século XIX.

Outra alteração profunda, com reflexo na estatuária, ocorreu também neste período, com a substituição da escultura de vulto de N. Sr.^a da Assunção, que era venerada há vários séculos na freguesia de Vide, por uma escultura moderna, representando uma imagem de acordo com a evocação, preconizada pela igreja católica para esta Santa. Esta escultura, contrariamente à sua anterior que tinha Jesus, ainda Menino ao colo, apresenta-se de braços abertos, e com o olhar direccionado para o “Céu”⁶³¹.

Nesta mesma altura, coincidente com alteração da prática da celebração da homilia, que deixara de ser celebrada de costas para a assembleia, foi aplicada uma mesa de altar destacada do retábulo principal.

Já no último quartel do século XX a fachada principal recebeu um revestimento em azulejos, em tons de azul, por motivos de conservação definitiva, evitando a pintura periódica da parede.

4.1.3 - A escola

Em meados do século XIX o governo central promoveu uma política de desenvolvimento do país que tinha como um dos eixos estruturantes a difusão do ensino primário. Neste contexto a junta de paróquia de Vide fez um pedido à Câmara Municipal de

⁶³¹ - Esta alteração prendeu-se ainda com a mudança de Padroeiro na Matriz, que passou a partir daí a ter N. Sr.^a da Assunção como figura principal. Mas estas não foram as únicas alterações verificadas. Anteriormente a 1960, havia duas procissões no dia da Festa Anual, a dos Santos e a do Santíssimo, o Padroeiro venerado até essa data. A procissão dos Santos era patrocinada por crentes que tinham pedido em prece a bênção de determinado santo, ou que lhe tinham oferecido nesse ano algo significativo, uma peça em ouro ou dinheiro. No dia anterior à festa, esse santo era levado para casa do crente que tinha como dever de anfitrião dar uma toalha de linho, com que a imagem era tapada para a deslocação. Aí era ornamentado e venerado, aliviando trabalho aos mordomos, cabendo aos donos da casa o direito de escolher quem pegaria no andor, durante a procissão no dia de festa. Nesse dia organizava-se uma procissão que saía da Igreja Matriz e passava pelas casas onde haviam ficado os Santos, integrando nesse momento a procissão. Após ter sido recolhido o último santo a procissão voltava à igreja, onde tinha início a missa em honra do padroeiro, o Santíssimo Sacramento. Após essa celebração tinha início a procissão principal que dava a volta a toda a aldeia. As famílias que recebiam os Santos repetiam-se assim como a distribuição em cada ano: Santo António ia sempre para casa de Joaquim Lopes; Nossa Senhora da Conceição para casa de Maria José, no Chão da Fonte; Nossa Senhora da Assunção em casa do Sr. Brito. Fonte oral: Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

Seia, em 1859, no sentido de ser criada em Vide “uma Cadeira do Ensino Primário”. De imediato o município apoiou a iniciativa, reconhecendo que a freguesia, embora tivesse 350 fogos, apenas 40 crianças poderiam concorrer ao ensino primário, principalmente, devido “à escabrosidade dos caminhos”⁶³². A falta de verbas determinou que, para a fundação do ensino em Vide, se extinguisse a escola de Vila Cova a Coelheira, pois apenas era frequentada por seis alunos.

Em 1874 era responsável pela instrução primária, na aldeia de Vide, o professor António da Cruz Nunes⁶³³.

Em 1880, a junta de paróquia, sob a presidência do padre Cristiano Madeira da Costa Abreu, trabalhava na criação de uma cadeira de ensino para o sexo feminino, constatando que nos 400 fogos da freguesia havia mais de 100 menores do sexo feminino “em idade de receberem instrução primária e aprender a fazer meias, bordados e crochet”⁶³⁴. Comprometia-se a junta em construir a casa da escola e mobilar o espaço.

A partir do ano seguinte surge como prioritária a construção de uma “casa para o ensino”, objectivo que se manteve ao longo de mais de meio século sem ser concretizado⁶³⁵. O pagamento do arrendamento da casa onde funcionava a escola, assim como da casa onde vivia o professor, que em 1883 custavam 4000 e 8000 réis, passaram a ser a principal despesa da autarquia, levando a junta de paróquia a comunicar ao “chefe do distrito” que esta rubrica levava todo o dinheiro disponível da paróquia, apelando a construção, com urgência, de um edifício destinado ao ensino⁶³⁶.

A partir da segunda década de 1900 têm início na freguesia a construção de edifícios próprios para escola. Curiosamente, isso acontece não na aldeia de Vide, sede administrativa do território, mas na aldeia de Barriosa. Esta comunidade fora a segunda a receber uma escola primária, mista, pedida formalmente em 1906, para servir também as aldeias de Frádigas, Ribeira e Baiol⁶³⁷.

O primeiro edifício propositadamente construído para servir de escola surge, em 1924,

⁶³² - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 5, fl.116vs.

⁶³³ - Almanach Burocrático, Geral, Districtal e Concelhio, Lisboa, Empreza Editora – Carvalho & C.^a, 1875, p.174.

⁶³⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.8 vs.

⁶³⁵ - JPV, Livro de Actas, fl.1vs.

⁶³⁶ - JPV, Livro de Actas, fls.60-60vs.

⁶³⁷ - JPV, Livro de Actas, fl.79.

graças ao patrocínio de um particular. Foi Joaquim dos Santos Nobre, natural daquela aldeia, quem mandou edificar uma escola com dependência para a residência do professor, ambos os espaços devidamente mobilados⁶³⁸.

O projecto tinha sido fornecido pela “Inspecção Escolar”, evidenciando uma arquitectura vocacionada para o ensino, apresentando janelas de grandes dimensões para permitir uma boa iluminação natural.

As escolas construídas no seguimento desta continuam a constituir de iniciativa das comunidades ficando, no seu início, arredadas instituições oficiais como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Este alheamento explica-se provavelmente por razões financeiras dado que a preocupação das autarquias com o ensino era presente, pois que, na reunião de 30 de Abril de 1930, a Junta de Freguesia de Vide debateu a criação de escolas primárias oficiais em Gondufo, Coucedeira e Balocas. No entanto apenas se comprometia a fornecer a cada uma delas 12 carteiras, um quadro preto, uma secretária com cadeira e alguns mapas⁶³⁹.



Fotos n.º 61, 62 e 63: Primeira escola de Barriosa, escola primária de Vide, em 1950 e edifício actual

Fontes: Desconhecido – Desconhecido - Autor

As aldeias de Gondufo e de Balocas avançaram nesta década para a construção de edifício próprio, para o funcionamento da escola. A importância que as comunidades davam à educação ficava patente na união de esforços que reuniu todos os habitantes na repartição de tarefas, que rapidamente impulsionou a construção dos edifícios⁶⁴⁰. Estando o equipamento assegurado pela Junta de Freguesia, revelava-se fácil reunir pedra, barro e madeira para a construção, sendo a maior dificuldade sentida a compra de determinados materiais como eram as telhas para as coberturas. A povoação de Balocas, em 1932, fez um pedido de 5 000\$00 à Câmara Municipal de Seia para a conclusão da escola, pois apenas tinham conseguido fazê-la

⁶³⁸ - JPV, Livro de Actas, fl.129.

⁶³⁹ - JPV, Livro de Actas, fls.171vs-172.

⁶⁴⁰ - Fonte oral: O senhor José Joaquim Freire da aldeia de Gondufo disse que, na década de 1930, a povoação juntou 120\$00 em dinheiro e forneceu toda a pedra e mão-de-obra, gratuitamente, para a construção da escola.

de paredes⁶⁴¹.

Em 1939, é feito um pedido ao “Ministério da Educação Nacional” para a criação em Vide de um curso nocturno de alfabetização de adultos. A Junta de Freguesia comprometia-se a custear as despesas necessárias excepto as que seriam feitas com o regente⁶⁴². Na verdade o ensino de adultos existia informalmente em muitas aldeias, por iniciativas de autodidactas que à noite ensinavam as primeiras letras aos agricultores. A título de exemplo cite-se o caso da aldeia de Vide: em 1938, José Augusto dos Santos dava aulas a adultos no período nocturno, cobrando 20 centavos por mês, a cada aluno, para pagamento do petróleo gasto na iluminação⁶⁴³.

Só em 1939 surge uma vontade inequívoca, por parte do poder concelhio, para construir a primeira escola na freguesia de Vide. Na reunião de 21 de Março desse ano a Junta de Freguesia dava conhecimento que “o Dr. Borges Pires, manifestou o desejo de construir uma escola para os dois sexos em Vide e sabendo que os moradores da povoação, devido ao estado precário em que vivem, não poderem prestar qualquer auxílio material, a Câmara Municipal de Seia entregou 4 000\$00 para esse fim”⁶⁴⁴. No ano seguinte é comprado, por 2 000\$00, um terreno a João Matias dos Santos para esse fim. A escola primária da aldeia de Vide fica edificada em 1948, respeitando padrões coevos, quase 80 anos após a criação do ensino oficial no território⁶⁴⁵.

Nas décadas seguintes, e até 1980, várias aldeias conseguiram a construção de escolas. Casal do Rei, Muro, Frádigas, Barriosa, Baiol, Coucedeira e Outeiro receberam edifícios, respeitando a arquitectura preconizada pelo Estado Novo através do Plano dos Centenários, para escolas com uma sala de aula⁶⁴⁶.

Face ao estado de ruína em que se encontrava o edifício construído na década de 1930, a aldeia de Gondufô recebe uma escola pré fabricada em madeira, já na segunda metade de 1970. Em 1980, em contraciclo demográfico, é construída a última escola primária na

⁶⁴¹ - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 26, fls.123-125. Faltava a compra de telha para concluir o edifício.

⁶⁴² - JPV, Livro de Actas, fls.21-21vs.

⁶⁴³ - Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos filho do “professor” autodidacta.

⁶⁴⁴ - JPV, Livro de Actas, fls.22-23.

⁶⁴⁵ - Aparentemente esta escola foi construída ao abrigo do Plano dos Centenários sendo a arquitectura do primeiro edifício a preconizada pelos arquitectos Rogério Azevedo e Raul Lino, para escolas tipo promovidas pelo Estado Novo.

⁶⁴⁶ - <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/os-edificios-escolares-do-plano-dos-centenarios/as-primeiras-escolas-do-plano-dos-centenarios/>, 24/10/2012, 22.36h.

freguesia de Vide, na aldeia de Cide⁶⁴⁷.

As telescolas vieram permitir que muitos alunos desta região concluíssem o 6.º ano de escolaridade, e que se mantivessem mais tempo nas aldeias antes da inevitável saída, “normal” a partir da década de 1960. Em Vide foi criado o Posto Oficial n.º 38, que funcionou nas mesmas salas de aula que a escola primária. O edifício albergava, durante o período da manhã, os alunos do 1.º ciclo, e durante a tarde ali operava a telescola.

Das várias escolas do território, em 2012/13, apenas a de Vide mantém uma sala de aulas, das quatro existentes, ocupada com 7 alunos. Dos restantes edifícios um foi vendido a particulares, dois estão cedidos a comissões de melhoramentos, e os restantes, edificados ao abrigo do Plano dos Centenários, encontram-se em estado de ruína ou votados ao abandonado.

4.2 – Estruturas de uso colectivo

4.2.1 - Os fontanários

Desempenhando a água um dos factores principais que levaram à fixação das comunidades, e ao desenvolvimento económico destas, foi tardiamente que se revelou a preocupação, em termos de melhoria da sua captação, para uso doméstico. Na verdade, os fontanários públicos surgem no território apenas no século XX, apresentando-se a partir daí como uma das principais reivindicações das autoridades locais para combater problemas de saúde pública. Anteriormente as excepções reflectiam a preocupação de particulares, famílias mais abastadas que edificaram algumas fontes em terrenos ou casas particulares. Geralmente autorizavam as comunidades a usar dessa água, desde que isso não colocasse em causa a sua utilização privada, doméstica ou agrícola⁶⁴⁸.

As aldeias na sua génese utilizavam, para uso doméstico, água tomada directamente dos ribeiros. A existência desses cursos naturais influenciou fortemente a implantação do aglomerado urbano em determinadas partes do território. Outras vezes, era através de uma levada que a água era trazida até ao povoado, sendo colhida pela comunidade da vala sem

⁶⁴⁷ - JFV, Livro de Actas, 1977-1983, fl.51vs.

⁶⁴⁸ - JPV, Livro de Actas, fls.93-93 vs. O primeiro presidente republicano apresentava duas prioridades máximas: a construção de um fontanário e a criação de “um partido médico”, alegando que ambas as coisas eram importantes para melhorar as condições de saúde da população.

qualquer tipo de preocupação com a salubridade⁶⁴⁹.

A ausência de fontanários públicos revelou-se permanente em algumas povoações até à década de 1940. Ainda em 1932 se registavam aldeias tão necessitadas nestes equipamentos que os habitantes chegavam a roubar água durante a noite, das nascentes de rega particulares, para uso doméstico⁶⁵⁰.

Com a construção de fontes gerava-se um novo ponto de interacção social, promovido pelo encontro quando se ia buscar água. As comadres colocavam a conversa em dia, os namorados marcavam encontros dissimulados para esse local, os folgazões mostravam a sua “costela velhaco” partindo os cântaros de barro às raparigas, que não se agradavam das suas brincadeiras⁶⁵¹.

A fonte integrava também o espectro mágico religioso das comunidades pelas celebrações de S. João. Em algumas aldeias, havia a tradição de nessa noite se ir “tirar o olho à fonte”, que consistia em ser o primeiro a recolher água a partir da meia-noite⁶⁵². Esse líquido era tomado como elemento purificador patrocinado pelo santo.

A fonte pública mais antiga que se conhece no território é a Fonte do Ribeiro na aldeia de Vide. Esta terá sido particular até à primeira década do século XX, como se depreende da acta de 27/11/1910 da Junta de Freguesia, onde o presidente argumentava que na aldeia não existiam fontes públicas, mas “apenas duas nascentes que se conservam como a natureza as fez”⁶⁵³. Nessa data informou o município que durante o Inverno, quando as nascentes naturais que serviam a comunidade ficavam insalubres e de cor alterada, por passarem debaixo de casas e currais de animais, eram nascentes particulares que garantiam o abastecimento da

⁶⁴⁹ - Fonte oral: O senhor Abel Santos de Brito, da aldeia de Casal do Rei, ainda se lembra de ouvir contar aos seus avós que, no princípio do século XX, o abastecimento da aldeia se fazia através de uma levada que a atravessava.

⁶⁵⁰ - JPV, Livro de Actas, fls.187vs-188. Na reunião de 01/12/1932 foi analisado um pedido de moradores de Malhada Cilhas para a construção de uma fonte na aldeia, que contava na época com 30 fogos habitados. Alegavam que eram a única aldeia da freguesia de Vide que não tinha uma nascente de água, “nem própria nem imprópria”, fazendo com que as pessoas durante a noite roubassem água dos regadios.

⁶⁵¹ - MARQUES, João Orlindo, *Esta vida é uma cantiga*, ob. cit., p.50. Uma habitante da aldeia de Barriosa contara uma estória passada junto a uma fonte: Uma rapariga com um cântaro à cabeça encontrou um rapaz com um arado às costas e por ali ficaram na conversa durante todo o dia sem colocarem no chão a sua carga. Esta particularidade mostra também a tradição de mandava que fossem as mulheres a carregar água desde o fontanário até casa.

⁶⁵² - Na aldeia de Mosanto, Idanha a Nova, também existe tradição ligada ao S. João que manda os foliões irem buscar água à fonte, a seguir à meia noite, para lavarem a cara de manhã antes de o sol nascer.

⁶⁵³ - JPV, Livro de Actas, fls.93-93 vs.

aldeia⁶⁵⁴.

Esta fonte apresenta elementos arquitectónicos de influência barroca, afigurados por duas volutas rematadas por uma concha. Estes elementos decorativos encimam um arco de influência românica, que forma um nicho onde se situa a bica da água. Inicialmente possuía um pequeno tanque rectangular, que serviria para os animais beberem e para se encaminhar o excedente da água para a levada do Regadio das Hortas, provavelmente o mais antigo da região. Não se conhecem documentos que permitam avançar uma data de construção, no entanto, é muito provável que seja do século XVIII, uma vez que não será descabido pensar que faria parte de um complexo habitacional anexo, que remonta a essa época, já referido no presente trabalho.

O processo de condução da água, desde a sua nascente, era feito através de uma caleira em granito, protegida por uma capa no mesmo material. Foi desta nascente que derivou a primeira fonte pública na aldeia, conhecida como a Fonte das Quatro Bicas.

Quando a primeira Junta de Freguesia republicana tomou posse teve como primeira reivindicação, ao município de Seia, a construção de uma fonte de abastecimento público na aldeia de Vide⁶⁵⁵. Até aí valeram as nascentes naturais que, durante o período de Inverno, se tornavam insalubres e causadoras de doenças.

Em 1938, ano em que durante o período de Verão secaram todas as nascentes na aldeia de Vide, esta fonte é reconhecida como sendo pública⁶⁵⁶. Em Agosto de 1939, foi captado novo manancial, operação que custou 1 498\$00, pagos a Francisco dos Santos, pelos “melhoramentos” efectuados⁶⁵⁷. Estas obras modificaram a fonte original, não se conhecendo a sua configuração até essa data.

Na actualidade, funciona como mãe de água, abastecendo cinco dos seis fontanários públicos existentes na aldeia.

A recolha principal ocorria na chamada Fonte das Figueiras, junto à ponte de influência românica que liga as duas margens da aldeia, muito próximo ao espaço que durante séculos servira de cemitério, em redor da igreja matriz. Esta nascente ficou ligada a uma

⁶⁵⁴ - JPV, Livro de Actas, fls.93-93 vs.

⁶⁵⁵ - JPV, Livro de Actas, fls.93-93 vs.

⁶⁵⁶ - JPV, Livro de Actas, fls.16 vs-17. “Tendo secado todas as fontes públicas em Vide o presidente mandou fazer pesquisas no “Regueiro” ao lado da fonte pública, que abastece todas as fontes e mostrou que havia água com abundância”.

⁶⁵⁷ - JPV, Livro de Actas, fls.23 vs.

narrativa local, que garantia que quem ali bebesse água voltaria morto de amores pela aldeia.

Em 1957, quando foi continuada a E.N. 230, a nascente ficou embutida no paredão da estrada, tendo sido colocada uma caleira em barro, por onde as pessoas passaram a recolher a água. A partir daí passou a chamar-se a “Fontinha”, provavelmente em contraposição com o primeiro fontanário público construído, que tinha quatro bicas. Foi ainda melhorada com um tanque para lavar roupa, o primeiro construído na freguesia.



Fotos n.º 64, 65 e 66: Fonte do século XVIII, fonte de 1913 e fonte de 1960

Fonte: Autor

A “Fonte das Quatro Bicas” exibe uma arquitectura que marcou a malha urbana da aldeia podendo, à escala local, ser comparada a uma fonte monumental. Trata-se de um fontanário em granito, estruturado num corpo cilíndrico decorado com estrias, onde assentam quatro bebedouros tipo gárgula, encimados por outro corpo em granito que termina em bico. A água que sai das bicas cai num tanque que circunda a fonte em toda a volta destinando-se a dar de beber aos animais de trabalho. No topo da fonte observa-se uma estrela, adorno que provavelmente pretendia representar a serra mais alta de Portugal que, curiosamente, tem o seu limite oeste junto a esta fonte, na margem direita da ribeira de Alvoco⁶⁵⁸.

O modelo escolhido decerto pretendeu enquadrar esta fonte no conjunto urbano mais significativo na aldeia à época, onde se destacam as casas de habitação dos presidentes de junta do final do século XIX e do primeiro quartel do século XX.

Construir um fontanário no princípio do século XX, mesmo nos “confins” do distrito, não se revelava um empreendimento destituído de projecto, orçamento e alguma burocracia. Na aldeia de Baloquinhos, o presidente da Junta de Freguesia, João Augusto Brandão, suposto filho do conhecido João Brandão de Midões, promoveu a construção de uma fonte à porta de

⁶⁵⁸ - A aldeia de Vide apresenta-se dividida com uma implantação repartida pelas serras da Estrela e serra do Açor.

sua casa, em 1913. Trata-se de um chafariz em granito, constituído por uma coluna facetada que se apresenta rematada por um capitel de forma quadrangular. Originalmente possuía uma bica em bronze que deitava água para um tanque rectangular, também ele em granito, destinado a dar de beber aos animais. O orçamento, elaborado pelo Conservador de Obras Públicas Clemente José Gonçalves, foi apresentado ao Governo Civil da Guarda, em 22 de Maio desse mesmo ano⁶⁵⁹. Esta obra custou “cento e setenta mil réis” estando o seu valor minuciosamente discriminado por rubricas e materiais, incluindo a expropriação do terreno por onde passou a tubagem desde a sua nascente⁶⁶⁰.

As primeiras fontes públicas construídas na freguesia foram iniciativa de autarcas que, quase sempre, promoveram a implantação junto às suas habitações. Provavelmente, quem desempenhava cargos na Junta de Freguesia, compreenderia que um fontanário junto à sua habitação se revelava um elemento de prestígio. No entanto, frequentemente, essa proximidade poderia também dever-se ao propósito de conduzir os sobejos para um quintal da sua propriedade.

O primeiro chafariz construído na aldeia de Silvadal também foi de iniciativa de um vogal da Junta de Freguesia. Joaquim da Silva disponibilizou, em 1932, a água necessária, assim como o terreno, para a construção de uma fonte, sendo incumbido pela autarquia de vigiar os trabalhos e de apresentar todas as despesas inerentes⁶⁶¹. Este fontanário revela-se uma réplica do construído na aldeia de Baloquinhas, no estilo e no material, diferenciando-se apenas pela ausência de tanque, provavelmente porque não se situava junto a junto a caminho onde passassem animais de trabalho.

Já na aldeia de Coucedeira, nesse mesmo ano, foi necessário recorrer a serviço braçal para construir o primeiro fontanário público. Embora as tubagens já tivessem sido compradas, não se arranjavam recursos económicos, nem colaboração da comunidade, para as colocar. A Junta de Freguesia decidiu, na reunião de 30 de Outubro, “Intimar a povoação do Coucedeira a prestar dois dias de serviço braçal para a abertura de uma vala para enterrar a canalização para uma fonte, visto que os referidos canos já estão na povoação há três anos sendo uma vergonha”⁶⁶².

⁶⁵⁹ - ADG, Obras Públicas do Distrito da Guarda, Cx 59, Ref. Sc IV/Sr. 02/069, D.O.P. - Cx 59.

⁶⁶⁰ - Confrontar o anexo VIII onde se reproduz o documento referenciado.

⁶⁶¹ - JPV, Livro de Actas, fl.184 vs.

⁶⁶² - JPV, Livro de Actas, fl.187.

O abastecimento de água revelou-se uma das primeiras preocupações das comunidades saídas das aldeias para pontos mais ou menos longínquos. Em 1934, a comunidade de Casal do Rei, emigrada na Argentina, organizou uma subscrição naquele país para construção de um fontanário na aldeia de origem⁶⁶³. Participaram 43 emigrados, oriundos não só daquela povoação como de outras 11 povoações vizinhas, que promoveram a construção de uma fonte, entretanto demolida. Estas iniciativas de emigrantes para construir chafarizes começaram na vizinha freguesia de Loriga quando, em 1908, foram construídos fontanários com recursos amealhados pela comunidade daquela vila, emigrada em Manaus, Brasil.

Aparentemente, nem sempre uma comunidade se sentia motivada a ter melhores condições de acesso à água. Por vezes ocorriam resistências à instalação de fontes devido a conflitos de interesses: a utilização particular de sobejos ou a subtracção da água a regadios tradicionais.

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, houve aldeias da freguesia de Vide em que os residentes concertaram esforços, e apoios, para construir a sua fonte pública, melhorando as condições de salubridade. Em 1936, a comunidade de Balocas promoveu a construção dos seus primeiros fontanários, contando com o apoio da Câmara Municipal de Seia e de alguns amigos de outras aldeias. Em Dezembro de 1933 uma delegação da aldeia assistira a uma reunião da Junta de Freguesia de Vide, na tentativa de obter autorização para vender as torgas existentes no limite da povoação e canalizar as verbas para a construção de duas fontes, uma em cada aglomerado⁶⁶⁴. Embora o pedido fosse aceite, a venda de torgas não se revelou suficiente para pagar o empreendimento. Mobilizados em torno deste ensejo, reuniu-se 595\$00 em dinheiro e cada habitante contribuiu com 15 dias de trabalho⁶⁶⁵.

É também a construção de fontanários que faz reportar, pela primeira vez, a menção a associações de melhoramentos na freguesia de Vide. Em Balocas, esteve envolvida uma comissão de melhoramentos no empreendimento mencionado e, em 1943, surge um pedido à Junta de Freguesia pela Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo, que pretendia que fosse explorada água para abastecer uma fonte ao Sobreirinho⁶⁶⁶. Este anseio foi

⁶⁶³ - Fonte: Uma Placa de bronze colocada na parede de uma casa de habitação na aldeia, onde se mencionam os nomes dos contribuintes para essa obra.

⁶⁶⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.192. Como foi dito noutra parte deste trabalho, a aldeia de Balocas é formada por dois aglomerados, o Povo de Baixo e o Povo de Cima.

⁶⁶⁵ - Fonte: Placa em bronze colocada na fonte do Povo de Cima com a lista das contribuições.

⁶⁶⁶ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.45.

correspondido pela autarquia, que contratou o mineiro Manuel Pereira Sampaio para executar o trabalho.

Já na aldeia de Frádigas, até à década de 1960, a população abastecia-se directamente de um barroco público, onde a água corria espontaneamente, sendo recolhida pelos habitantes através de uma cale em madeira. A primeira fonte é impulsionada pelos naturais da aldeia, que construíram a Fonte do Barroco, equipada com um tanque para os animais beberem e outro para lavagem de roupa⁶⁶⁷.

A aldeia de Barriosa, o segundo maior aglomerado da freguesia à época, apenas em 1948 assiste a este melhoramento, recebendo da Junta de Freguesia 1 000\$00 para a construção de um fontanário⁶⁶⁸. Nesse mesmo ano, a autarquia decide mandar construir fontanários nas aldeias de Frádigas, Abitureira e Malhada Cilhas, tarefa que não se revelava fácil, pois que, em 1955, a autarquia pedia auxílio à Câmara Municipal para concluir esses trabalhos⁶⁶⁹. No caso concreto de Barriosa, a obra revelava-se difícil e cara, sendo necessário abrir uma mina no sítio de Carvalhinhos e instalar uma canalização até à povoação, numa extensão considerável. A obra revelou-se como inovadora na freguesia pelos materiais aplicados para a condução de água domiciliária, pois foram usados tubos em fibrocimento, unidos entre si por juntas metálicas de aperto, com parafusos e vedantes em borracha. Até aí usava-se preferencialmente tubo em ferro galvanizado, de difícil interligação, ou manilhas cerâmicas em grés, materiais difíceis de transportar e que exigiam muita mão-de-obra.

Só em 1950 chegou a água de abastecimento público à margem esquerda da ribeira de Alvoco na sede de freguesia, num fontanário instalada junto ao “Cruzeiro”. Esta fonte revelou-se na sua origem muito simples, mas com uma localização preferencial para almocreves e condutores de carros de bois, que demandavam a “estrada real”, sendo o principal ponto de passagem até à construção da estrada nacional, em 1957. Curiosamente, esta fonte mudou de posição por três vezes até 1996, sendo a última realizada por motivos de aprimoramento do local.

Interesses particulares, nomeadamente a fruição dos sobejos para regadio, foram dando origem à construção de novas fontes tendo como contrapartida o direito aos sobejos,

⁶⁶⁷ - Testemunho do senhor José Joaquim dos Santos que participou nos trabalhos.

⁶⁶⁸ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.69.

⁶⁶⁹ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.87.

para utilização em regadios particulares⁶⁷⁰. Dois desses exemplos ocorreram na aldeia de Vide, com resultados distintos. Em 1950, João Pinto Pacheco, agricultor, comerciante e barbeiro de medicina, foi autorizado pela Junta de Freguesia a aproveitar uma nascente de água “que andava perdida ao Ribeiro”, canalizando-a para junto da sua casa. Construiu uma fonte em cimento, com um corpo central coberto por uma pala redonda, sendo decorado com rebolas da ribeira e ladeado por duas bancadas laterais para colocação dos cântaros.

Se no início do século XX não havia ainda fontanários na aldeia de Vide, na década de 1960 já se multiplicavam, de tal forma que se mandavam desactivar alguns. A segunda fonte de iniciativa particular resultou em 1962, com a Junta de Freguesia a autorizar Mário dos Santos, comerciante no negócio na panificação, taberna e agente das carreiras diárias entre Vide e Coimbra, a desviar a água da fonte da Horta da Cadeia, para o sítio da Padaria Velha. A falta de água revelava-se um problema para este empresário, uma vez que este recurso tinha que ser transportado desde a aldeia, numa distância de 500 metros. Suportou todas as despesas inerentes, tendo como contrapartida ficar com os sobejos da dita fonte, mas nunca conseguiu que o chafariz deitasse água à sua porta, pois o desnível para a nascente não permitia que esta ali chegasse⁶⁷¹.

Com o surgimento das comissões de melhoramentos na freguesia de Vide, na década de 1950⁶⁷², fundadas nas comunidades de naturais saídos para Lisboa, os fontanários conheceram uma multiplicação sem precedentes por quase todas as povoações. O contacto com a urbe onde existia preocupação com a potabilidade da água consciencializaram as colónias migradas que a obra mais premente seria construir fontanários nas aldeias de origem.

A sua acção já não foi necessária para construir o primeiro chafariz, pois nesta época já existiriam fontes em todas as aldeias, mas sim multiplicar o seu número pelos aglomerados urbanos, procurando melhorar as condições de acesso às populações.

Esse aumento do número de fontes trouxe consigo a necessidade de fazer novas captações de água, ou reforçar as existentes, construindo depósitos que até aí não se revelavam necessários, pois a água corria livremente desde a nascente. Essas nascentes e

⁶⁷⁰ - Na verdade, alguns destes impulsionadores usavam também tubos ladrões, para retirarem água para as suas habitações antes desta chegar à bica de abastecimento público.

⁶⁷¹ - JFV, Livro de Actas 1959-1969, fl.20.

⁶⁷² - Oficialmente a primeira associação a ser criada foi a Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo em 1955.

reservatórios foram mais tarde adaptados para o abastecimento de água ao domicílio, começado na década de 1980, tendo actualmente uma cobertura de mais de 95% do território⁶⁷³.

Será importante registar que a dificuldade em construir um fontanário não se prendia apenas com as obras de arquitectura, a abertura de extensas valas ou a ligação de complexas canalizações até à aldeia. A água revelava-se um bem escasso nas comunidades que dependiam dela para regar as suas culturas, e a sua partilha originava alguns conflitos que se integram numa conflitualidade típica do mundo rural. Não foi fácil fazer entender aos proprietários que um fontanário seria um bom melhoramento para ter água perto de casa, com boas condições de salubridade, quando esse facto colidia com os direitos ancestrais sobre o precioso líquido.

A água foi sempre, para as comunidades serranas, um bem inalienável, desenvolvendo nos camponeses um sentimento de posse acima de qualquer outro bem material. Esse motivo, provavelmente faz com que, no presente, o abastecimento de água ao domicílio se revele como o maior problema destas aldeias durante o tempo de estio. Embora os campos estejam abandonados, muito poucos aceitam vender os seus direitos ancestrais sobre os regadios, continuando a olhar para a terra como uma garantia que um dia, se for preciso, voltará a dar fruto.

É através da Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo que as redes de água ao domicílio chegam à freguesia de Vide, em 1969⁶⁷⁴. Com a chegada do abastecimento directo às casas, os fontanários começam a perder importância, a registar algum abandono e a serem alvos de vandalismo. Hoje continuam a construir-se fontes, mas com preocupação de embelezamento de um ou outro recanto de uma aldeia, deixando de desempenhar uma função indispensável às comunidades, revelando-se cada vez mais um elemento de adorno do território.

⁶⁷³ - São quatro as aldeias que nunca tiveram abastecimento de água ao domicílio: Silvaldal (povo de cima), Chão Cimeiro, Carvalhinho e parte de Rodeado. A aldeia de Fontes do Cide tem uma rede domiciliária feita pelos habitantes, que são responsáveis pela sua gestão. A povoação de Gondufo, através da sua comissão de melhoramentos, fez também a sua rede de abastecimento domiciliário em 1969, que explorou até 2000 quando chegou a acordo com a Junta de Freguesia, passando a rede para a responsabilidade desta.

⁶⁷⁴ - Informação obtida junto da Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo, impulsionadora da obra. A segunda aldeia a ser contemplada com este melhoramento foi a sede de freguesia, Vide, na década de 1980.

4.2.2 – A eira e o forno de pão

Nas sociedades de Antigo Regime o pão constituía a base da alimentação das classes populares. Compreende-se, assim, que o forno constituísse um equipamento imprescindível para as comunidades. Dada a escassez de recursos que impossibilitava a construção de fornos particulares, em muitas comunidades instalaram-se fornos comunitários. O forno revelava-se como a mais difundida construção no mundo rural, que facultou às comunidades as condições necessárias para cozer pão, base principal da alimentação⁶⁷⁵.

No território podem encontrar-se fornos que tiveram várias formas de propriedade e de fruição: os privados, em que apenas o proprietário ou algum familiar cozia; o arrendado a um forneiro, que recebia e pagava o arrendamento com as broas que recebia de maquia; e os fornos que pertencendo a uma só família, foram alvo de sucessivas partilhas, originando muitos utilizadores co-proprietários⁶⁷⁶.

Encontravam-se aldeias em que o forno, embora fosse pertença de apenas um proprietário, era utilizado por toda a comunidade que não tivesse “sítio onde cozer”. O dono exigia como contrapartida que a borralha, assim como os resquícios da lenha, ficassem no forno para fertilização dos seus terrenos. A permissão para confeccionar o pão era tácita, ou seja, não era necessário pedir ao proprietário. Como estes fornos tinham sempre a porta aberta, quando alguém precisava de cozer ia ao forno e colocava um ramo verde de um arbusto em sítio visível, um molho de lenha à porta ou um fargoeiro, ficando dessa forma a vez reservada⁶⁷⁷. Se alguém tivesse mais urgência na operação, percorria a aldeia perguntando de quem era o sinal deixado e tentava trocar a vez da cozedura.

Apenas nas aldeias de Balocas e de Baiol foi possível recolher testemunhos de ter havido fornos de cozer pão de propriedade comunitária⁶⁷⁸. Este equipamento funcionava na

⁶⁷⁵ - Tal como noutras regiões do país também aqui se apreendia o pão como sinónimo de fartura e sustento principal. Quem tivesse pão em casa garantia, mesmo sem acompanhamento ou conduto, que houvesse sempre que comer.

⁶⁷⁶ - Em algumas aldeias o forno de pão é apresentado como comunitário, o que não corresponde à realidade. Na verdade essa confusão advém do elevado número de proprietários que surgiram, devido a partilhas sucessivas ao longo de muitos anos.

⁶⁷⁷ - Fonte oral: O senhor João da Silva Dias, da aldeia de Baloquinhas. O senhor João lembra-se que a senhora Maria Teresa, de Baloquinhas, dona de um dos fornos que o povo usava, não deixava que cozessem pão no seu forno nos dias 1 de Maio. Na verdade a crença local, transmitida de geração em geração, diz que ir buscar nesse dia mato ou erva para as palheiras e currais, ou lenha para casa atraía as cobras a esses locais ao longo do ano.

⁶⁷⁸ - Em Balocas os fornos ainda existem e estão em condições de funcionar. Em Baiol o forno que seria comunitário há muitos anos que se desmoronou. O senhor Manuel Dias, nascido e morador desde sempre na aldeia, lembra-se da repartição da borralha, e dos resquícios existentes no forno, por todas as casas habitadas.

povoação de Balocas segundo regras estabelecidas ancestralmente que se mantiveram até ao final do século XX. A conservação, ou melhoramentos do espaço, são ainda hoje da responsabilidade de todas as casas que têm o direito a cozer. As despesas repartiam-se por famílias que, se estivesse separada por casas independentes, no seu dia deveriam organizar quem cozeria primeiro ou depois.

Normalmente o forno funcionava ao fim de semana, sexta-feira e sábado. Em cada semana as famílias rodavam um lugar numa escala para que fosse um novo usuário a aquecer o forno pela primeira vez, pois que, essa fornada gastava mais lenha na medida em que o forno estava frio. Na aldeia existem dois fornos, um em cada aglomerado, que foram construídos por todos os habitantes e se conservam até aos dias de hoje com a mesma regulação funcional há várias gerações, embora hoje já pouco sejam utilizados⁶⁷⁹. Provavelmente o facto de todos os habitantes serem co-proprietários dos fornos estará associado à cultura comunitária de centeio, que se registou em Balocas.

Na aldeia de Gondufo, a par com vários fornos particulares, funcionava o “forno do povo”, não sendo clara a propriedade desta estrutura. Não foi possível concluir se os fornos particulares da povoação foram feitos para comodidade dos proprietários, ou porque estes não tinham quota-parte no forno do povo. Aliás, designação deste equipamento levanta algumas dúvidas: sendo a aldeia dividida em três núcleos urbanos – o Povo, o Cabeço e o Sobreirinho – poderá a denominação de forno do povo derivar do local onde foi construído, e não da forma de fruição.

A regulação do forno do povo diferia da dos particulares em Gondufo. Quando se cozia no forno do povo o utilizador ficava com a borralha, quando se cozia nos fornos particulares era o dono que ficava com os resíduos⁶⁸⁰.

⁶⁷⁹ - MORAIS, Maria da Assunção Enes, *Entre quem é! Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no Diário de Miguel Torga*, Coimbra, Pé de Página Editores, 2007, pp.133-159. Segundo esta autora chama-se forno do povo ou comunitário, não só por ser pertença de todos os elementos da povoação, mas também, simultaneamente, ser um local que implique a realização de tarefas partilhadas.

⁶⁸⁰ - Fonte oral: O senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo.



Fotos n.º 67, 68 e 69: Fornos das aldeias de Balocas, de Gondufo e de Baloquinhas

Fonte: Autor

Existiram na freguesia alguns fornos que funcionavam com um forneiro permanente, que arrendava o equipamento ao proprietário pagando uma percentagem das maquias que recebia⁶⁸¹. O arrendatário tinha como função aquecer o forno, marcar a vez em que cada cliente faria o seu pão, mandar amassar as clientes e ir à hora combinada buscar a gamela com a massa devidamente levedada⁶⁸².

Eram as clientes quem boleava o pão à boca do forno e o colocavam na pá cabendo ao forneiro arrumar a broa dentro da fornalha. Coziam várias pessoas de cada vez e, para não haver confusão, cada dono tinha um sinal que previamente colocava no pão em massa: furos com os dedos; pequenos paus que espetavam na parte superior do pão ou o belisco. As famílias mais abastadas, que coziam em conjunto com outros utilizadores, usavam ganchos metálicos que destacavam o pão do restante da fornada.

O cliente pagava ao forneiro uma broa por amassadura se cozesse um alqueire de milho, ou um merendeiro se a quantidade de farinha amassada fosse equivalente a metade daquela quantidade. No final do dia, o arrendatário dirigia-se a casa do proprietário com as broas conseguidas, procedendo à repartição: duas broas para ele e uma broa para o dono do forno. Se a divisão por quantidade era pacífica, pois era o que tinha sido acordado, o mesmo não acontecia relativamente ao tamanho de cada uma das broas, pois o proprietário escolhia sempre as maiores. Outro problema para o forneiro era o preconceito do senhorio do forno em receber as broas de famílias que eram mais pobres, ou que gozavam na comunidade de fama

⁶⁸¹ - Na aldeia de Vide funcionaram dois destes fornos: um era propriedade de António Alves Miguel, comerciante, e teve como último forneiro Joaquim Nunes da Silva; outro pertencia a Cândido Abranches Nobre, padre da paróquia, que teve como arrendatário durante várias décadas Manuel do “Baiol”.

⁶⁸² - O forneiro contava nesta actividade com a ajuda da família, por vezes crianças em idade escolar. Mandava os filhos a casa da cliente com o recado de amassar e estes, chegados perto da habitação do cliente, gritavam: “ó Ti Maria, por amor de Deus, amasse para as cinco horas”. Fonte oral: Alice Adelina Nunes da Silva que fez este trabalho num dos fornos da aldeia de Vide.

de menos limpas⁶⁸³.

Os edifícios dos fornos de arrendamento eram amplos, sem divisões, e era no mesmo espaço que o forneiro tinha que armazenar lenha para aquecer a fornalha, principalmente durante o período de Verão para usar no Inverno⁶⁸⁴.

Os fornos mais simples que se encontraram, que podem considerar-se de estilo vernáculo, foram construídos com materiais existentes no território: a entrada da fornalha era formada com aparelhos com três pedras de maior dimensão em xisto, a fornalha era feita com pedras de xisto mole, ou com reboas de granito provenientes da ribeira que constituíam a cúpula. O lastro era revestido também com grossas placas de xisto mole.

Este tipo de forno raramente tinha chaminé interior, ou seja, um canal que saía do lado oposto à entrada da cúpula, imitando um tubo, que saía superiormente sobre a boca da fornalha, servindo como respirador e facilitador da circulação de oxigénio na câmara. Este tipo de construção foi detectado em dois fornos do território, um de uso comunitário, em Frádigas, o forno da Cova, outro de fruição particular, em Vide, na Quinta da Capela. Em ambos os casos o forno não se inseria dentro de um edifício, existindo apenas o forno em si com uma cobertura em lousa, estando este encostado a uma casa de habitação. A porta do forno era geralmente uma placa de xisto ou de metal encostada.

Os fornos mais comuns traduziam-se por pequenos edifícios, sem divisões, contemplando um espaço para a fornalha, uma bancada em xisto onde se pousava a gamela e uma área, mais ou menos espaçosa, que permitisse meter e tirar o pão sem embaraço. As paredes exteriores eram em xisto, assente em barro, utilizando a técnica e materiais semelhantes aos usados nas outras construções tradicionais. O telhado era em lajes de ardósia, assentes em vigamento de madeira, raramente com chaminé incorporada escapando-se o fumo pelas frestas da cobertura.

Tal como sucedia nas restantes construções rurais, a fornalha variava nos materiais e na configuração, condicionados pelo acesso a determinadas técnicas, ao poder económico do proprietário para adquirir certos materiais, e à mestria do artífice que executava o trabalho.

⁶⁸³ - Fonte oral. Alice Adelina Nunes da Silva, da aldeia de Vide.

⁶⁸⁴ - O senhor Joaquim Augusto dos Santos contou que havia anos em que os filhos do forneiro roubavam a lenha do forno, amealhada durante o Verão, para a fogueira de Natal. Num dos anos, o senhor Manuel do “Baiol” aquecia-se ao madeiro, feliz da vida e comentando “que bela lenha arranjam este ano para aquecer o Menino”. Mais tarde, ficou a saber que tinha sido ele o patrocinador, através dos seus filhos.

Feito o edifício, procedia-se à construção da fornalha, que se colocava sempre num topo do espaço, de forma a criar uma caixa em volta deste. Elevava-se uma parede para base a um metro de altura, marcava-se um círculo que determinava o tamanho da base e a abobada da fornalha. Um forno poderia variar entre menos de um metro a dois metros e meio de diâmetro. O lar da fornalha era quase sempre forrado com tijoleiras quadradas de barro com dimensão variável. A boca do forno era feita com o assentamento dos “aparelhos”, constituídos por quatro blocos trabalhados normalmente em granito.

A partir daí começavam a assentar tijolo maciço rectangular – tijolo burro – colocados de forma a estreitar lentamente, em cada fiada, o diâmetro da base para o topo, assente até fechar por completo. Depois desta operação, executava-se uma parede alinhada com a boca da fornalha, criando uma caixa em volta da abóbada que se enchia com barro amassado, misturado com pequenas pedras, criando uma espécie de revestimento de calafetação para circunscrever o calor ao espaço da fornalha. Quando esta era de grande dimensão, usava-se fazer uma passagem de ar entre a parte posterior da fornalha e a entrada desta. Tinha como objectivo permitir a circulação de oxigénio para facilitar a combustão da lenha, e promover o aquecimento homogéneo de toda a abóbada. Alguns fornos tinham chaminé, assente em dois apoios salientes sobre a entrada do forno, formando uma cúpula.

O forno da Rua de Cima, em Vide, era o maior em todo o território, tanto na área útil interior como no equipamento, sendo constituído por duas fornalhas. A sua edificação respeitou as técnicas que se descreveram anteriormente, diferenciando-se no entanto em vários aspectos: a sua dimensão permitia cozer simultaneamente o pão de várias famílias; foi construída uma chaminé em tijolo, elevada sobre o telhado, com mais de dez metros de altura, o que não se verificou noutros fornos; tinha um espaço específico para armazenar lenha durante o período de Verão, sem colocar em risco a segurança do local. Outra característica prendia-se com um dos fornos, em que a abóbada fora construída em blocos de granito aparelhado, incluindo a base, sendo utilizado especificamente para cozer pão de centeio⁶⁸⁵.

Os fornos de arrendamento perderam utilizadores após a construção de três padarias na freguesia de Vide, a partir da década de 1940. A primeira padaria da freguesia, construída na aldeia de Vide na década de 1940, teve como impulsionador Francisco dos Santos.

⁶⁸⁵ - Fonte oral: Sr. Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

Posteriormente, na década de 1950, foi construída a Padaria Central, também em Vide, um empreendimento de Manuel Inácio da Silva e, por último, na década de 1950, surgiu outra padaria na aldeia de Barriosa. Apenas a Padaria Central se encontra preservada, mas sem funcionar. As outras revelaram-se pouco lucrativas por falta de clientes, que durante a época de edificação não tinham dinheiro para mudar o padrão de alimentação de milho, de cultivo próprio, para trigo, que tinha que ser comprado fora, encerrando antes da década de 1970.

A Padaria Central manteve actividade até à década de 1990, no entanto, não resistiu ao decréscimo de população e à falta de evolução tecnológica. Na verdade, o desenvolvimento dos transportes e a melhoria das vias rodoviárias na região facilitaram a vinda de padeiros de outras localidades, onde esta indústria se tinha modernizado e tornado mais competitiva. No ano de 2012 a freguesia de Vide é percorrida por seis padeiros, que vendem pão de cinco padarias de diferentes localidades, não se conhecendo no território algum forno que coza actualmente pão com regularidade.

Os fornos representavam ainda um espaço de socialização: para os adultos, que ali faziam algumas patuscadas; para os garotos que rondavam por ali, sempre que o forno cozia, na esperança de receberem um naco quente de broa ou um pedaço de alguma bola que tivesse saído do forno. Havia a tradição de cozer o “bolo ázimo” para os garotos, confeccionado com os restos de massa que fora rapada da gamela, onde se amassara e boleara o pão⁶⁸⁶. À imagem do que acontecia noutros locais do país, também aqui se utilizava o forno para dar guarida durante a noite a algum viajante ou mendigo, que necessitasse de pernoitar na aldeia⁶⁸⁷.

Os antigos fornos já não funcionam dentro do espírito que promoveu a sua difusão pelo território, a garantia do fornecimento de pão às comunidades. Algumas aldeias recuperam essas infra-estruturas que usam em datas festivas, como testemunhos do património local.

As eiras

Por sua vez as eiras, local de debulha de cereal, enquadravam-se no que poderá ser designado como “infra-estruturas do pão”. Na verdade, fizeram parte do quotidiano das

⁶⁸⁶ - Fonte oral: Sr. Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁶⁸⁷ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit.*, p.172. Também na região de Viseu se costumava deixar que mendigos pernoitassem no forno local.

comunidades serranas, que se dedicaram à cultura do centeio em bouchas nesta região, sensivelmente, até à década de 1950. O êxodo e a acção florestal do Estado Novo marcaram um afrouxamento da pressão das comunidades sobre os recursos silvícolas e, conseqüentemente, o abandono das bouchas e da cultura do centeio e, conseqüentemente, da eira.

Embora tenham mudado de forma e de uso ao longo dos tempos, adaptando-se à convivência entre as culturas do centeio e do milho maíz, as eiras apresentam a importância que tiveram na comunidade, marcando a toponímia local até ao presente. Isso mesmo parece transparecer do nome da aldeia de Coucedeira⁶⁸⁸, assim como da designação de locais dentro dos aglomerados urbanos sem que se vislumbrem vestígios dessas estruturas.

O individualismo agrário, associado à cultura do milho, teve o seu contributo para a perda de importância das eiras nestas comunidades, pois a preparação e armazenamento deste cereal veio torná-las dispensáveis como locais onde se procedia a essa tarefa comunitariamente.

Uma certeza fica do estudo feito sobre estes locais: o milho maíz, embora dispensando as eiras, como local de debulha das maçarocas, promoveu a sua requalificação como espaço privilegiados para secagem de cereais, sem no entanto ampliar ou manter o seu número.

A eira surgia essencialmente para apoio do cultivo de centeio em bouchas, fosse através de um costume comunitário, como acontecia na aldeia de Balocas⁶⁸⁹, ou uma prática de particulares como era usual em Gondufo⁶⁹⁰. Poderia também resultar de uma ocupação abusiva de terrenos baldios, uma situação que frequentemente levava a conflitos com a Junta de Freguesia, como aconteceu com a povoação de Balocas, que semeava centeio em terrenos baldios sem autorização, originando um litígio sentenciado pelo Julgado de Paz de Sandomil⁶⁹¹.

A eira apresentava-se como resposta à necessidade de ter um espaço o mais nivelado

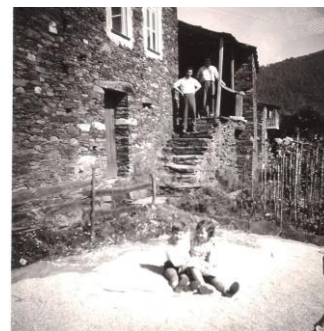
⁶⁸⁸ - Este topónimo pode derivar da associação de coíço (pequeno socalco) com eira. Local onde se fazia uma eira.

⁶⁸⁹ - No entanto havia habitantes de Balocas que, simultaneamente, arrendavam terrenos baldios para semear centeio para si, fora do comunitarismo característico desta comunidade. Prova disso foi o arrendamento feito por João Pinto Figueiredo e Manuel Dias Mendes, em 1926, de terrenos nos Covões, para semear centeio, pagando 50\$00 por um ano. JPV, Livro de actas, fl.137.

⁶⁹⁰ - Fonte oral: O senhor Joaquim José Freire, da aldeia de Gondufo, afirmou que nesta aldeia se semeava muito centeio em bouchas, respeitando pousios de seis anos como na aldeia de Balocas, mas não existia o cultivo comum, pois cada proprietário fazia a sua boucha em terrenos próprios ou arrendados.

⁶⁹¹ - JPV, Livro de Actas, fl.111vs.

possível, e amplo, onde se pudessem manobrar os manguais livremente. Era necessário que o piso fosse devidamente calafetado, com lajes de pedra ou terra, para não se perder o grão⁶⁹².



Fotos n.º 70, 71 e 72: Eiras que existiram na freguesia de Vide

Fonte: António Dias da Silva – Desconhecido - Casa dos Fânicos

A eira mais antiga que se conhece documentada, situa-se na Ribeira de Alvoco. Apresentava-se no século XVIII como um espaço comunitário de todas as aldeias do concelho de Alvoco da Serra. Integram esse município, à época, algumas povoações que hoje pertencem a Vide, como é o exemplo de Barriosa⁶⁹³.

Provavelmente serão coevas as duas eiras permanentes, ainda hoje visíveis na aldeia de Balocas, que nesse período pertencia administrativamente àquele concelho. Assentes em local público do “Povo de Baixo” e do “Povo de Cima”, foram revestidas com lajes de xisto sendo as juntas entre elas calafetadas com barro amassado. Pertenciam a todos os habitantes da aldeia sendo esta, comprovadamente, a única povoação da freguesia de Vide onde se praticava a cultura de centeio comunitariamente. Contemplava-se a preparação dos terrenos, a sementeira, a colheita, a debulha, a secagem e a repartição do produto, entre todos os fogos da aldeia⁶⁹⁴.

Na aldeia de Gondufo também existia uma eira permanente, particular, localizada ao fundo da povoação, conhecida como “a eira do Ti Joaquim Mendes”. Tratava-se de uma eira comunitária na fruição com a autorização, por vezes tácita, do seu proprietário. Como foi dito, esta comunidade cultivava o centeio de forma individual ou seja, cada proprietário, com ou sem entajuda de outros habitantes, preparava e semeava a sua boucha vindo fazer a malha e

⁶⁹² - MADURO, António Eduardo Veyrier Valério, *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense (Séculos XVIII-XX)*, Coimbra, Tese de Doutoramento, FLUC, 2007.

⁶⁹³ - APARÍCIO, António Mendes, *ob. cit.* Segundo este autor, a aldeia de Barriosa também contribuiu, no século XVIII, para o melhoramento da “eira do povo”, em Alvoco da Serra.

⁶⁹⁴ - Fonte oral: O senhor António Dias da Silva, da aldeia de Balocas, que conviveu e participou directamente com esta realidade.

secagem do cereal à eira próximo ao povoado⁶⁹⁵. Quando estas estruturas ficavam fora da povoação, como acontecia neste caso, nunca se abandonava o local desde o acarreto das medas de centeio até ser preparado e levado para casa após alguns dias. O risco de roubo por habitantes de outras aldeias era elevado, levando o proprietário a dormir na eira para guardar o cereal⁶⁹⁶.

Já na aldeia de Baloquinhas as eiras eram temporárias, sendo feitas nos anos em que se semeavam as bouchas⁶⁹⁷. Geralmente o local destinado a estas estruturas era junto à casa do senhor António Tomás, sendo feitas com terra compactada com água⁶⁹⁸.

Em Vide as eiras eram particulares, registando-se diferentes tipos de construção e localização. Na Quinta do Chão da Fonte existiu uma eira anexa à casa que mandou construir o professor José Calheiros. Esta eira está revestida com lajes de xisto e, face à sua localização, na parte posterior da casa sem contacto directo com o sol, sugere que apenas servia para a debulha do cereal, sendo este provavelmente colocado ao sol noutra local.

Outra destas estruturas situava-se no sítio do Senhor do Calvário numa propriedade do Dr. Cândido. Esta eira estava integrada num complexo agrícola, conhecido como Carril, composto por vários terrenos do mesmo proprietário, contíguos mas desnivelados por socalcos. Existia também uma casa de apoio, que incluía lojas para os animais e arrecadação, embora não seja de excluir que, em tempos mais antigos, tenha sido habitação de um caseiro. O assentamento era lajeado com pedra de xisto, e a implantação no terreno denota grande preocupação em deixar a eira com a melhor disposição solar, apresentando uma ligeira inclinação para sul. Dessa forma o sol percorria o espaço, desde o nascer até ao ocaso, sendo de todas as eiras que se conhecem aquela que denota essa preocupação. Este complexo, provavelmente a partir da década de 1960, passou a ter a utilização de vários proprietários, que usavam a casa para a “malha” do milho e a eira para secagem do cereal, cultivado nas propriedades mais próximas que possuíam.

As eiras, as debulhas e o “descamisar” do milho são marcas de um tempo de socialização e entreatada na comunidade, que se manteve até tempo recente. Depois de

⁶⁹⁵ - Fonte oral: O senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo.

⁶⁹⁶ - Fonte oral: O senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo.

⁶⁹⁷ - Fonte oral: O senhor João Dias da Silva, da aldeia de Baloquinhas.

⁶⁹⁸ - MORAIS, Maria da Assunção Enes, *Entre quem é! Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no Diário de Miguel Torga, ob. cit.* Segundo a autora existiram regiões em Trás-os-Montes onde o piso das eiras provisórias era feito com excrementos de bovinos.

descamisadas, trabalho que se fazia muitas vezes durante a noite à luz de lampiões ou do luar, as espigas eram carregadas para uma casa onde, iluminados por candeeiros a petróleo, se juntavam amigos, familiares e vizinhos para fazer a “malha”⁶⁹⁹. Os homens sentavam-se no chão com as pernas abertas e, munidos com pequenos paus, batiam nas maçarocas que largavam, dessa forma, a maior parte dos grãos. As mulheres e as crianças tinham como função terminar a extracção dos grãos que restavam no casulo, depois aproveitado para estrume ou combustível para a lareira.

A secagem do cereal era um trabalho específico da mulher da casa que, durante vários dias, dependendo da maturação do milho e da exposição solar proporcionada, espalhava todas as manhãs os grãos de milho ao sol, em finas camadas, sobre toldos de sisal. Após a secagem, o milho tinha que ser “erguido”, operação que necessitava de vento para tornar possível o retirar todas as impurezas do grão, antes de ser guardado. A última operação contava normalmente com a ajuda dos homens do agregado familiar, que tratava da medição e armazenamento do grão, em arcas de madeira.

Este espaço perdeu a sua importância funcional e lugar privilegiado de interacção social. No entanto, tem conseguido manter a memória da sua utilidade no colectivo de algumas aldeias.

4.2.3 - O galinheiro e o curral do porco

Como foi dito noutra parte do trabalho, regista-se uma diferença significativa com outras regiões de Portugal, na arquitectura de apoio rural, principalmente no estabular dos animais. Nesta região, as espécies com efectivo mais abundante raramente eram criadas na casa de habitação, exceptuando o porco e as galinhas⁷⁰⁰.

O porco engordava-se o mais próximo possível da casa do dono, pois a sua alimentação assentava, em parte, das sobras da casa, restos de produtos hortícolas utilizados na confecção de refeições, ou até mesmo as sobras de comida provenientes das mesmas. Por esse motivo, situava-se o curral, sempre que possível, num espaço térreo da residência ou num

⁶⁹⁹ - A maioria dos proprietários não tinha local específico para proceder à debulha do milho, pelo que o faziam na casa de habitação. Normalmente retiravam os móveis da maior divisão, a sala, e procediam aí mesmo à malha das espigas em serões que, geralmente, terminavam com uma “bucha”, à semelhança de uma ceia.

⁷⁰⁰ - A corte transmontana ou minhota não encontra nestas aldeias correspondência arquitectural.

local muito próximo dela⁷⁰¹.

O estábulo era de pequena dimensão, comportando no máximo dois animais em simultâneo, e completamente vedado à luz natural para evitar entrada de insectos. O porco revelava-se, entre todos os animais criados, o mais sensível e atreito a doenças, que levavam muitas vezes à sua morte⁷⁰². Esta situação resultaria, provavelmente, do tipo de alimentação que se fornecia aos animais, e das más condições sanitárias dos espaços, quase sempre húmidos, devido à falta de circulação de ar⁷⁰³.

Não se conheciam na freguesia suinicultores, no território apenas se procedia à engorda de animais para abate durante o período de Inverno. O agricultor comprava os animais, ainda leitões, em feiras, pelo mês de Abril ou Maio de cada ano, mantendo-os em engorda até Dezembro, ou Janeiro⁷⁰⁴.

Embora o porco se revelasse como o principal animal na alimentação da comunidade, pela facilidade e diversidade de formas de conservação das carnes ao longo do ano, nem todos tinham possibilidade económica de comprar um animal para engordar. Para tentar contrariar esta situação, havia criadores que pediam dinheiro emprestado para comprar dois animais, vendendo um já depois cevado que garantia o pagamento do dinheiro pedido⁷⁰⁵. Nesta época era comum ouvirem-se pela freguesia de Vide sons típicos de flautas que anunciavam a chegada do capador à aldeia. Quando se comprava um leitão, a primeira medida a providenciar era capar os machos para que a carne não ficasse com cheiro ou sabor intenso

⁷⁰¹ - Em certas regiões do país, como no concelho de Idanha-a-Nova, era costume construir à entrada das aldeias, amontoados entre si, as cortes dos porcos.

⁷⁰² - Na paróquia de Vide havia um padre, Cândido Abranches, que fazia rezas aos animais doentes segundo o pagamento de uma quantia em dinheiro ou produtos. Fonte oral: O senhor João Dias da Silva, da aldeia de Baloquinhas.

⁷⁰³ - Os proprietários mais abastados colocavam a comida dos suínos em pias de granito que, embora mais pequenas, eram muito semelhantes às que eram usadas para armazenar o azeite. Os criadores mais modestos usavam como pia troncos em madeira, ocados com uma enchó de ferro, com um comprimento à escolha de cada um.

⁷⁰⁴ - Na aldeia de Balocas os porcos eram mortos, todos os anos no dia 8 de Dezembro, dia de N. Sr.^a da Conceição. Os homens da aldeia juntavam-se começando logo de manhã uma ronda pelas casas, onde havia um animal para abate, sangravam-no e deixavam-no ficar. Depois seguiam para a casa seguinte onde repetiam a operação, até terem abatido todos os porcos na aldeia. Voltavam então ao primeiro que tinha sido morto e preparavam-no, chamuscavam, raspavam, lavavam, penduravam no chambaril, abriam-no, retiravam as entranhas e deixavam ficar a escorrer. Partiam então para o seguinte e quando chegavam novamente ao último voltavam ao início e desmanchavam o porco. Fonte oral: o senhor António Dias da Silva, da aldeia de Balocas. Segundo este habitante, que participou em muitas mortes do porco, em todas as casas, e de cada vez que lá se voltava, bebia-se um copo de vinho e comia-se qualquer coisa retirada do animal cozinhada na hora. Isso fazia com que ao final do dia muitos dos intervenientes já andassem embriagados e, certos anos, o trabalho não corria como o desejado.

⁷⁰⁵ - Se um dos animais morria, acabava por ficar sem nenhum para “gasto da casa”.

característico de animais que não eram castrados. Este homem, por vezes, também fazia cirurgias quando os animais estavam doentes ou ganhavam tumores, identificados pelas comunidades como “cânceres”.

Embora nestas aldeias serranas frequentemente se ouvisse o ditado “ave de bico nunca fez homem rico”, a criação de aves também se revelou muito importante na subsistência familiar, revelando-se os galináceos como os mais frequentes. As habitações mais abastadas apresentavam geralmente um pombal, ou numa estrutura de apoio, testando a importância dessas aves na alimentação. Na percepção das gentes do campo, se uma canja de galinha se apresentava como comida de recuperação na doença, uma sopa de borrachos não lhe ficaria atrás.



Fotos n.º 73, 74 e 75: Tipos de galinheiros utilizados na freguesia de Vide

Fonte: Autor

Até à década de 1960 as galinhas andavam soltas pelas ruas, procedendo-se à recolha dos animais apenas durante a noite, para segurança contra o ataque de raposas ou de gatos “toirões”. As casas mais abastadas tinham pequenos currais onde recolhiam as aves durante a noite, já as famílias mais modestas faziam a recolha dos seus animais em pequenos espaços, conhecidos como galinheiros, construídos sob os balcões de acesso às casas de habitação, ou palheiras.

Esta forma de acomodação das aves dava uma tipologia muito característica a certas aldeias pois que, por vezes, não se construía o balcão para servir de acesso à casa mas, principalmente, para aproveitar um espaço extra na rua pública, e ter um galinheiro. Ainda hoje é possível encontrar em muitas das aldeias vestígios destas construções, onde se destaca a aldeia de Gondufô que, no núcleo urbano do “Povo”, apresenta balcões com galinheiros muito antigos.

Nesse período, as aves andavam livremente pelas ruas, alimentando-se de pequenos insectos ou minhocas que complementavam os grãos de milho ou a folha de “couve migada amassada com farinha” que, raramente, os donos podiam dispensar da sua alimentação ou da engorda do porco.

Com a proibição dos animais divagarem pelas ruas, surgiu a necessidade de construção de capoeiras, resultando em infra-estruturas variadas na sua tipologia, de acordo com as posses económicas do proprietário. Geralmente era composto por um nicho fechado onde as aves passavam a noite a salvo de uma investida de predadores, sendo também o local onde ocorria a postura de ovos. Em volta desta estrutura colocava-se uma vedação em rede metálica onde se engaiolavam as aves. O proprietário menos abonado fazia esta vedação com varas de pinheiros jovens colocados ao alto, com pequenos espaços entre si, permitindo a entrada de luz natural na capoeira, semelhante a uma paliçada.

A obrigatoriedade de reter as aves em espaço fechado, deslocou as aves para sítios por vezes mais afastados do núcleo urbano, aumentando os ataques de certos animais que se revelavam caçadores⁷⁰⁶. Essa situação criou, durante décadas, um curioso jogo de forças, entre os donos das aves e os predadores: à utilização de redes metálicas, as raposas respondiam abrindo a dente buracos por onde entravam; com o cimento na construção, as doninhas faziam túneis subterrâneos de intrusão; quando colocaram portas em ferro o gato bravo descobria pequenos orifícios de infiltração. Na verdade, os predadores destas aves revelaram-se muito sagazes ao longo dos tempos, ultrapassando sempre os cuidados dos camponeses.

4.2.4 - A valorização dos dejectos humanos

Revela-se complementar a abordagem de um aspecto da higiene doméstica antiga, ligada ao tratamento dos dejectos humanos. A casa de banho, com a configuração e função que hoje se conhece surge difusa no território a partir da década de 1970. Parece acompanhar uma “imposição” que as comunidades migradas nos grandes núcleos urbanos iam fazendo, para melhorar a sua estadia de férias nas aldeias de origem.

⁷⁰⁶ - Neste território registam-se vários animais que atacavam as capoeiras: a raposa, (*Vulpes vulpes*); a gineta, (*Genetta genetta*); o saca-rabos, (*Herpestes ichneumon*); a doninha, (*Mustela nivalis*); a fuinha, (*Martes foina*). Surgiam também ataques, embora menos frequentes, de gato-bravo (*Felis sylvestris*) e de toirão (*Mustela putorius*).

Importará não esquecer que ancestralmente na aldeia rural, moderada na abundância e farta na carência, se aprendera que, na natureza, nada se perdia e tudo se poderia transformar. Os fertilizantes, sendo escassos, eram essenciais à melhoria da produção agrícola, pelo que se aproveitava toda a matéria orgânica possível para esse fim, mesmo de origem humana.

Existiam então vários locais, mais ou menos distantes da casa de habitação, onde se despejavam os dejectos humanos que depois de misturados com matos e carumas se transformavam em estrume para a agricultura.

As casas mais abastadas tinham, quase sempre separadas da habitação, retretes compostas de uma pequena arrecadação em xisto com cobertura de lousa, com rés-do-chão, primeiro andar com sobrado em madeira, onde se situava um apoio, em forma de banco, com aberturas circulares em forma das sanitas actuais⁷⁰⁷. Os dejectos caíam para o piso térreo, sendo cobertos com resíduos florestais ou restos de vegetais, produzindo fertilizantes que eram incorporados nas culturas agrícolas.

No entanto, para a maioria das habitações, principalmente as mais simples, preponderavam as estrumeiras pois eram mais fáceis de implementar. Tratava-se de uma cavidade aberta no solo com impermeabilização natural pela compactação de terra ou abertura de uma caixa na rocha, com uma altura variável, que servia como reservatório para retenção das águas e dejectos ali depositados. Situavam-se muitas vezes junto a uma porta da casa, no logradouro da habitação, marcando a sua diferença das retretes por ser um espaço a céu aberto que recebia a água das chuvas. Os escorrimentos em tempos de chuva eram frequentes revelando-se um foco de contaminação preocupante das nascentes das aldeias.

A ameaça destas estruturas à salubridade pública das comunidades levou a Junta de Freguesia a determinar, na sua reunião de 2 de Novembro de 1941: “para bem da saúde pública sejam demolidos uns pequenos casebres que servem de retretes, no cento de Vide, junto à ponte, na margem esquerda do rio bem assim como em Casal do Rei”⁷⁰⁸.

No entanto, a importância para os camponeses da produção desse tipo de fertilizantes fica clara quando, nessa mesma década, é construída a casa de habitação de um comerciante local contemplando uma moderna casa de banho. O tratamento de esgotos não foi feito por fossa séptica, optando o proprietário por construir uma nitreira para tratar os resíduos

⁷⁰⁷ - Estas retretes em muito se assemelham com os sanitários públicos romanos.

⁷⁰⁸ - JFV, Livro de Actas, 1937-1959, fls.37-37vs.

produzidos. Essa construção era composta por um tanque impermeabilizado em cimento, para onde se direccionava o esgoto e onde periodicamente se colocava mato, ervas ou palha. O tanque tinha o fundo com uma ligeira inclinação, que direccionava as águas para um pequeno fosso⁷⁰⁹. Essa água era utilizada para regar culturas, procurando dessa forma adubar naturalmente os terrenos. Este sistema permitia ter o estrume produzido escorrido, sem evaporação de componentes para atmosfera⁷¹⁰.

A construção de casas de banho no território acompanhou de perto a evolução do abastecimento domiciliário de água na freguesia de Vide. Ultrapassada a falta de abastecimento de água, verificava-se a ausência de redes de saneamento básico o que também dificultava a difusão de instalações sanitárias. Efectivamente, a construção de fossas cépticas revelou-se um problema, sempre presente nos núcleos urbanos das aldeias, pela falta de espaço junto às casas para a sua implantação. Por vezes não se construía uma casa de banho porque não se tinha local onde construir uma fossa para tratamento dos esgotos.

A primeira, e única, rede de saneamento básico foi construída na década de 1980, na sede de freguesia, em Vide. Desde 2012 foi melhorada com a construção de uma estação de tratamento de águas residuais.

4.3 - A rua no núcleo urbano

“A rua é serventia da casa”. Era a frase mais ouvida localmente, em família, quando surgia uma discussão mais acesa. Marcava a separação entre o local público e o espaço privado. Simultaneamente, reflectia a falta de espaço no núcleo urbano que, quase sempre, face à ausência de logradouros particulares, fazia confinar a habitação com a rua pública.

Na verdade, a rua tanto poderia representar uma via com uma largura onde fosse possível transitar carros de tracção animal, como uma estreita vereda sem largura nem pavimento, entrecortada por escadarias.

Na aldeia de Vide, principal aglomerado urbano, sede de freguesia e paróquia, no

⁷⁰⁹ - As nitreiras são estruturas usadas para conservar estrume sem a perda de determinados compostos excelentes para a fertilização dos solos. Ver mais em: <http://www.fao.org/ag/againfo/programmes/pt/lead/toolbox/Tech/21Mansto.htm>, 28/10/2012, 23.25h.

⁷¹⁰ - O primeiro edifício que serviu de escola na aldeia de Baiol não passaria de uma casa de arrumos emprestada por um particular. As obras de adaptação contemplaram uma casa de banho que tinha como tratamento de esgotos uma nitreira. Fonte oral: O senhor Manuel Dias, da aldeia de Baiol.

dealbar do século XX poucas vias de circulação haveriam que pudessem ser classificadas como ruas⁷¹¹. Nas restantes aldeias, tirando poucas excepções, o alargamento e melhoramento dos arruamentos surgem principalmente a partir da década de 1960, estendendo-se, até ao último quartel do século, um esforço da Junta de Freguesia em estreita parceria com as comissões de melhoramentos⁷¹².

Característica comum das aldeias serranas, não se descobre em nenhum dos aglomerados qualquer preocupação de ordenamento urbano. As ruas surgem por entre as casas e muito raramente, face à falta de projecto, foram as habitações que respeitaram um traçado planeado de arruamentos. Na verdade, em quase todas as povoações, a via pública mais não era do que a continuidade das veredas que ligaram a comunidade aos terrenos agrícolas ou a outra aldeias.

Desde tempos recuados se pugnou pelo alargamento, calcetamento ou qualquer outro tipo de beneficiação das ruas⁷¹³. Em 1894 fazia-se queixa de Maria Calheiros à Câmara Municipal de Seia, porque tinha apertado a Rua de Baixo em Vide⁷¹⁴. Ainda no final desse século se protestava contra José António Calheiros, que havia plantado uma videira na via pública⁷¹⁵.

Até à construção da Estrada Nacional 230, a Rua de Cima apresentava-se como a principal via pública estruturante na aldeia de Vide. Ligava entre si as canadas de saída, para condução do gado aos terrenos de mato baldios. Sensivelmente a meio da povoação tinha uma derivação para a margem esquerda da ribeira de Alvôco, principal via de saída em direcção a Coimbra, ou à Covilhã, através de uma ponte de estilo românico. No seu percurso, esta via ligava os equipamentos mais importantes da povoação, à Fonte do Ribeiro, única da aldeia, ao

⁷¹¹ - JPV, Livro de Actas. Em 1910 escrevia o presidente da primeira Junta de Freguesia Republicana que o caminho de saída para a sede de concelho era tão estreito que não passava um animal de carga.

⁷¹² - Durante a década de 1960, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal promoveram o alargamento e o calcetamento de várias ruas nas aldeias da freguesia. A falta de recursos económicos, a dispersão geográfica das aldeias, assim como o acentuado declive do território tornaram esta intervenção pouco significativa. Exceptuava-se a aldeia de Vide que, como sede de freguesia, viu serem calcetadas com cubos de granito todas as suas artérias. No entanto, não se poderá esquecer o conservadorismo das comunidades, que não cediam facilmente alguns centímetros de terreno particular para melhoramentos das vias públicas.

⁷¹³ - A primeira Câmara Municipal Republicana atribuiu cinco contos de réis para melhoramentos na freguesia. Parte significativa desse dinheiro foi gasto em arranjo de arruamentos segundo os pedidos de moradores, que apresentavam requerimentos à Junta de Freguesia manifestando como obra mais imperiosa o calcetamento de ruas.

⁷¹⁴ - AMS, Livro de Actas n.º 15, reunião de 19/12/1894.

⁷¹⁵ - AMS, Livro de Actas n.º 15, reunião de 04/11/1896.

lagar de azeite, ao alambique, ao forno de pão e à igreja matriz.

Embora simples, esses arruamentos urbanos revelavam-se importantes para a organização social da comunidade. Em 1926 a Junta de Freguesia pede ao município de Seia autorização para colocar, na aldeia de Vide, “nomes nas ruas mais principais”⁷¹⁶.

É na aldeia de Gondufo onde prevalecem os arruamentos mais antigos da freguesia. A estrutura urbana revela uma ocupação gradual em três partes do terreno: a mais antiga designa-se como “Povo”, sendo um aglomerado que se desenvolveu desde data anterior ao século XVI⁷¹⁷. Recebeu algumas construções até ao século XX, das quais se destaca a capela, sendo esta parte da aldeia servida por uma rede de pequenos arruamentos sinuosos e estreitos, absorvidos por pequenos balcões de acesso às habitações; Já o “Outeiro” é constituído por casas construídas principalmente durante o século XX, dispostas em cascata, ladeando um antigo caminho vicinal de acesso a terrenos agrícolas e florestais, e de ligação a outras aldeias⁷¹⁸; Por último, o núcleo do “Sobreirinho”, com casas edificadas quase na sua totalidade pela comunidade imigrada em Lisboa, a partir da década de 1940. A disposição das casas acompanhou o principal caminho de acesso à aldeia provindo da sede de freguesia, conhecido como o “caminho da missa”. É a parte da povoação com melhor acesso e com menor declive vencido.

Estas aldeias são o exemplo do que ocorreu nas restantes, ao longo dos tempos, no empreendimento de melhorar as ruas públicas, para melhor servirem os habitantes.

As décadas de 1960 e de 1970 trouxeram as primeiras vias rodoviária às aldeias, possibilitando às comunidades usufruir de meios de transporte motorizados. No entanto, na primeira fase, estas estradas apenas chegavam à entrada da aldeia. Tem então início uma preocupação constante que, na segunda década do presente século, se encontra longe de concluída: permitir o acesso de viaturas ao interior de todas as aldeias. Um pedaço de terra que não se cedia; uma videira que interrompeu o alargamento da rua; a esquina de uma casa que não foi possível demolir; uma rixa antiga entre vizinhos que elevou sentimentos de

⁷¹⁶ - JPV, Livro de Actas, reunião de 14/11/1926.

⁷¹⁷ - Funda-se esta afirmação em suposições derivadas do “numeramento” de D. João III que regista nesta aldeia 6 moradores.

⁷¹⁸ - Essa via unia à povoação de Balocas e entroncava no caminho da serra que ligava a Sobral de S. Miguel (antigo Sobral de Casegas), Covilhã e às Minas da Panasqueira, importante local de empregabilidade da comunidade de Gondufo.

vingança na hora do melhoramento ser concretizado⁷¹⁹.

O envelhecimento da população residente tem auxiliado no amolecimento de duradouras resistências à ampliação de vias rodoviárias dentro das povoações. A falta de mobilidade física dos habitantes invoca a necessidade de um veículo automóvel à porta de cada casa. No entanto, continuam a persistir em certas aldeias casos de arruamentos que não avançam devido à oposição de proprietários.

4.4 - As vias de comunicação

Quando um território administrativo é composto por mais de vinte aldeias, distribuídas por cerca de 52^{km²}, adivinham-se muitos quilómetros de vias de comunicação entre elas. Até meados do século XX mais não havia do que pequenas veredas a ligar os diferentes povoados, que durante o período de Inverno, se tornavam intransitáveis.

Os caminhos mais antigos que ligavam as aldeias, no seu início pequenos casais, entroncavam nas vias antigas já descritas. O caminho da aldeia de Balocas subia até encontrar na zona dos Covões, a via que ligava Vide à Covilhã, a primeira ligação de Casal do Rei à sede de paróquia procurou a ligação pedestre de Vide à vila de Seia. No princípio, estes trilhos procuraram galgar os outeiros sempre com a preocupação de percorrer a menor distância possível; mais tarde procurou instalar-se esses acessos junto ao sopé dos vales, num percurso mais suavizado, desde as aldeias até Vide.

Poder-se-á dividir em três grupos as várias interligações existentes no território. Um grupo que ligava a freguesia de Vide a outras localidades distantes, contemplando ou não a circulação de carros, de bois ou de outro tipo; um conjunto de caminhos que partiam da sede da paróquia para cada aldeia anexa; e os trilhos de ligação entre as várias aldeias, sem passar pela sede de freguesia.

A principal via de comunicação, para grande distância, revela-se como das mais antigas do território, conhecida como “estrada real”, a qual esteve em funcionamento até à década de 1920. Este caminho permitia a circulação de carros de bois para fora do limite da freguesia de Vide. Percorria a margem esquerda da Ribeira de Alvoco, entroncando a oeste na

⁷¹⁹ - Têm-se feito em várias aldeias tentativas de ampliação de acesso a viaturas automóveis à malha urbana que se arrastam em negociações há várias dezenas de anos. Os motivos vão variando ao longo dos tempos mantendo-se um forte sentimento de posse que irradia das gerações mais antigas entretanto desaparecidas.

vila de Avô, provavelmente na antiga estrada romana que ligava Conimbriga a Bobadela, e terminava a este no concelho da Covilhã. Não foi possível determinar se esta via é sucessora da antiga Rota do Sal, que percorria a cumeada da Serra do Açor, a partir das proximidades de Arganil e em direcção à Beira Baixa. O tempo agreste, no período de Inverno, que afectava as cumeadas da serra, as altitudes próximas de 1400 metros levando à queda de neve com regularidade, e o enorme isolamento que se registava face à ausência de povoações, podem ter projectado essa ligação para o fundo do vale, passando por várias aldeias e tornando o percurso seguro e transitável durante todo o ano.

Por outro lado, esta “estrada” poderá também estar relacionada com a necessidade de criar acessos à Serra da Estrela, para os rebanhos vindos da Terra Chã, para a região de Loriga e de Alvoco da Serra. Esta hipótese, que necessita de estudo, fundamenta-se na existência de duas pontes, uma de estilo românico e outra aparentemente gótica, nas aldeias de Alvoco das Várzeas e de Vide. Ambas ligam a margem esquerda da ribeira de Alvoco, Serra do Açor, à margem direita na Serra da Estrela. Um olhar atento mostra que a via tinha construções firmes a partir de Avô até Vide mas, a partir desta aldeia, em direcção à Covilhã, o traçado apresentava-se mais estreito: as pontes eram feitas em madeira e os troços onde era possível a circulação de carros de bois terminavam em Barriosa, aldeia anexa de Vide.

Independente das possibilidades apontadas, é certo que a “estrada real” foi a principal via desta região, até à construção da antecessora da E.N. 230, na década de 1920. A sua manutenção era da responsabilidade do poder municipal, não tendo passado para a esfera das juntas de paróquia ou das juntas de freguesia. Prova dessa situação parece indicar a sequência de obras de reparação nas duas pontes principais que se situavam no limite administrativo de Vide, a Ponte de Pau, em Vide, e a Ponte da Ribeira de Balocas, em Barriosa. Em 1842, a Câmara de Loriga gastou no arranjo da ponte da Foz do Piódão, na dita estrada real, 24\$000 réis ⁷²⁰. Em 1858 é já o Município de Seia quem exara em acta que “de 27 para 28 de Novembro houve grande enchente na Vide e, entre outros estragos, levou a ponte conhecida como a ponte da Foz do Piódão (...) que deveria ser reerguida com urgência pois era por ela que fazia a ligação da Estrada Real à Covilhã, Fundão e Castelo Branco”⁷²¹. Este arranjo

⁷²⁰ - AMS, Extinto concelho de Loriga, Cx XV/XVI, Livro de receita e despesas, fl.112vs. Com a dissolução do concelho de Vide, em 1836, a responsabilidade das obras passou para o município de Loriga. Com a extinção deste, as obras passaram a ser pagas pela Câmara de Seia.

⁷²¹ - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 5, fl.57.

custou 13\$840 réis e, para o conserto da ponte da Foz de Balocas, na mesma estrada, foi entregue à junta de paróquia de Vide 3\$000 réis⁷²².

Aparentemente, até à segunda década de 1900 havia uma clara divisão de competências no arranjo das diversas vias existentes na freguesia de Vide, como poderá deduzir-se por uma decisão tomada no final do ano de 1859. A junta de paróquia aplicou os 3\$000 réis anteriormente referidos no arranjo de outra ponte da aldeia de Barriosa, sobre a ribeira de Alvoco, pelo que a Câmara de Seia decidiu “não concordar com o desvio da verba porque essa ponte não era da alçada da Câmara dando o prazo de 15 dias para que a junta de paróquia proceda ao arranjo da ponte da foz de Balocas como o acordado”⁷²³.

Já em 1855 o Município de Loriga tinha determinado atribuir verbas para o arranjo de caminhos e, em Vide, o arranjo da estrada de Vide, às Pedras Lavradas⁷²⁴.

Num nível inferior à “estrada real”, mas não menos importantes, surgiam os caminhos a pé posto, de grande rota a partir de Vide, que se estendiam a outras localidades tendo cada um uma finalidade distinta.

Para Oliveira do Hospital havia uma ligação que atravessava o vale do rio Alva, por Penalva de Alva. A ligação da paróquia de Vide com esta freguesia do concelho vizinho é das mais antigas que formam o território, pois já no século XIV a igreja matriz de Vide estaria sob a alçada da Paróquia de São Tomé de Penalva de Alva⁷²⁵. Mais tarde, no século XIX, Vide pertencia à jurisdição judicial de Oliveira do Hospital, pelo que as comunidades se deslocavam ali para tratar de assuntos legais. A partir do século XX, aquela vila representa principalmente um local privilegiado de comércio, protagonizado pela sua feira mensal que ainda hoje se realiza. Ali se iam comprar os leitões para engorda, os cereais que faltavam em certas épocas do ano, e os comerciantes de gado de Vide ali se deslocavam todos os meses para vender os animais que tinham para esse efeito. O percurso demorava cerca de duas horas, percorrendo um caminho que vencia outeiros e descia aos vales. No presente, continua a existir uma ligação socioeconómica muito próxima com a cidade de Oliveira do Hospital – nos campos da saúde, nos serviços bancários e no comércio, incentivada pela proximidade, uma vez que é mais rápido chegar a esta cidade que à sede de concelho, em Seia.

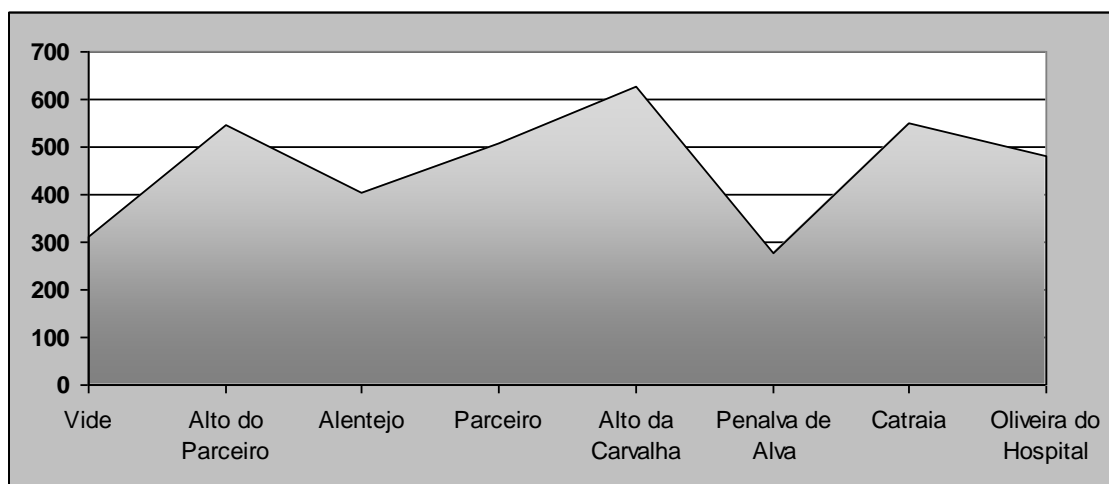
⁷²² - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 5, fl.59.

⁷²³ - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 5, fls.167-167vs.

⁷²⁴ - AMS, Extinto concelho de Loriga, Cx XV/XVI, Livro de Autos da Câmara, fl.199 vs.

⁷²⁵ - Sobre as questões administrativas e religiosas conferir o que foi escrito anteriormente.

Gráfico n.º13: Cota altimétrica do caminho pedestre entre Vide e Oliveira do Hospital

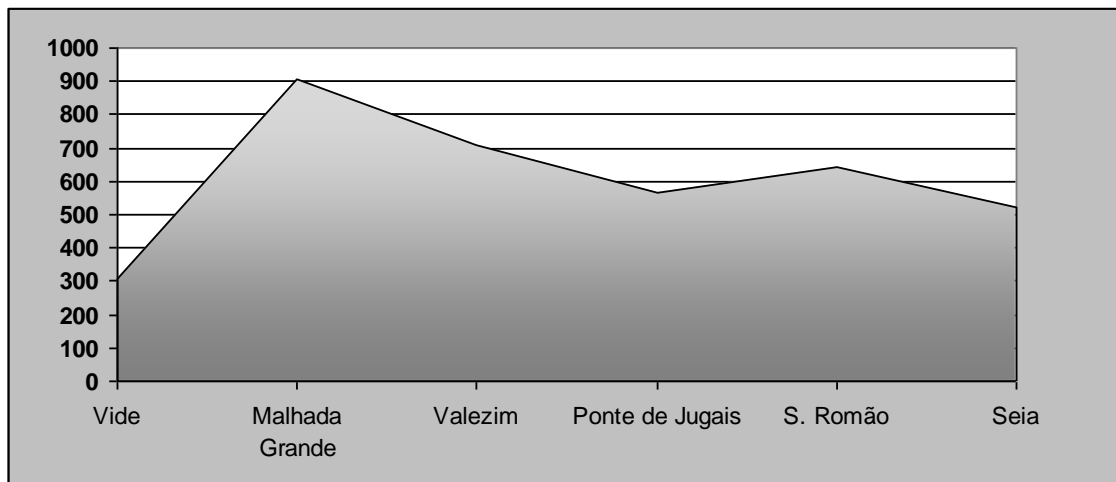


Fonte: Elaboração própria a partir de Cartas Militares

A partir de 1855, com a extinção do concelho de Loriga, a vila de Seia passa a ser a nova sede administrativa, reforçando a importância que o caminho para essa localidade representava para as gentes de Vide. Um pequeno “carreiro de pé posto” foi a única ligação acessível economicamente à maioria das pessoas, até à segunda metade do século XX, sendo as idas a pé a Seia, sede de concelho, usuais até à década de 1960. Ali era obrigatório ir tratar de assuntos administrativos, fiscais, judiciais assim como as inspecções militares, que faziam a população calcorrear o trilho. Também o sistema de ensino concorreu para essas circulações, durante várias décadas, enquanto os exames escolares da terceira e da quarta classe eram concluídos na vila de Seia. Aí se deslocavam a pé os alunos, acompanhados pelos professores e, raramente, pelos progenitores.

Advinha-se a precariedade do trilho pela informação recolhida em 1910, que mencionava um pequeno carreiro, que de tão estreito não permitia a passagem de animais de carga. Este caminho saía de Vide em direcção à Portela do Arão, passava pela aldeia de Valezim descendo à Ponte de Jugais, num percurso que demorava próximo de 3 horas em cada sentido.

Gráfico n.º14: Cota altimétrica do caminho pedestre entre Vide e Seia



Fonte: Elaboração própria a partir de Cartas Militares.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, quando a viagem de regresso tardava, e anoitecia no caminho pelas alturas de Valezim, poucos se atreviam a atravessar a Portela do Arão pernoitando em casa de João Bastos, que tinha raízes na aldeia de Balocas⁷²⁶.

Em 1925, coloca-se a hipótese de construir uma estrada de ligação de Vide a Seia, passando pela Portela do Arão, próximo da vila de Loriga, acautelando que a divisão de baldios, feita nessa data com a freguesia de São Gião, fosse livre com a passagem daquela via em terrenos da freguesia vizinha⁷²⁷. Em 1931, já se trabalhava na construção da estrada, utilizando serviço braçal por intimação do regedor, que tinha nomeado para capataz José Augusto dos Santos e para fiscal Armando Santos Abranches⁷²⁸. Embora tenha sido reforçado ainda nesse ano, o serviço braçal não chegou para concluir a obra, uma extensão aproximada de 12 km, pois só na década de 1960 é que os serviços florestais trouxeram um novo impulso que se desenrolou até à década de 1970, quando a estrada Vide-Portela do Arão foi ligada, mantendo o piso em terra. Este traçado foi usado no princípio deste século para dar continuidade à E. N. 338, a estrada mais alta de Portugal Continental, na sua ligação entre Manteigas e Vide.

A Vila de Loriga sempre se revelou importante nas deslocações das comunidades de Vide, por variadas razões que foram mudando ao longo dos tempos. A primeira, de origem

⁷²⁶ - Fonte oral: O senhor António Dias da Silva, da aldeia de Balocas.

⁷²⁷ - JPV, Livro de Actas, fl.131.

⁷²⁸ - JPV, Livro de Actas, fl.182vs.

administrativa, prende-se com a extinção do concelho de Vide, na década de 1830, e a sua integração em Loriga. Quando este foi dissolvido, em 1855, as comunidades de Vide passam a ver a vila de Loriga – que desenvolveu uma importante indústria de lanifícios e têxteis – como destino de escoamento para os excedentes agrícolas produzidos, como o milho, o vinho, a aguardente, os ovos, as galinhas e a lenha, entre outros⁷²⁹. Outra razão importante, até ao estabelecimento de certos melhoramentos em Vide, prendia-se com a assistência médica e de farmácia, que se revelavam como os mais próximos à freguesia, sendo, por esse motivo, o local escolhido para a compra de medicamentos ou para requisitar um médico⁷³⁰. Outro motivo que manteve as deslocações a Loriga a pé até mais tarde, tinha pendor religioso e consistiam nas festividades anuais em honra de Nossa Senhora da Guia.

A ligação a essa vila tinha um caminho primacial, do qual já não existem vestígios, que saía de Vide pela margem direita da ribeira de Alvoco e atravessava, através de uma ponte em madeira, a ribeira de Loriga, para a margem esquerda na Volta do Serra próximo à aldeia de Muro⁷³¹. A partir dessa ponte subia-se a encosta das Abelheiras até ao alto do Fontão, acompanhando a partir daqui o caminho que ligava aquela aldeia de Loriga à sede de freguesia. As povoações da “ribeira grande” usavam outros acessos que se interligavam na zona das Abelheiras⁷³². Durante muitos anos o correio postal chegava a Vide proveniente da vila de Loriga, utilizando, no entanto, outra rota, que incluía as povoações de Casal do Rei e de Cabeça.

Outro caminho importante na circulação da região, com múltiplos interesses, saía de Vide em direcção à Covilhã e às Minas da Panasqueira, percorrendo a Serra do Açor. Embora não passasse de um caminho de pé posto, era conhecido nas aldeias como a “estrada”, possivelmente pela importância das localidades a que permitia ligação⁷³³. Durante muitas décadas este caminho foi calcorreado por muitos trabalhadores oriundos da freguesia de Vide,

⁷²⁹ - Fonte oral: O senhor Joaquim Freire Cardoso, da aldeia de Muro. O senhor Joaquim participou neste movimento comercial carregando às costas produtos de seu pai ou de outros habitantes que lhe pagavam à jorna para ir a Loriga levar uma ou várias cargas.

⁷³⁰ - O senhor Joaquim Freire Cardoso lembra-se do Dr. Mineiro, médico em Loriga, vir a pé à freguesia de Vide prestar assistência. O senhor António Pedro, de Barriosa, lembra-se de ir a Loriga comprar remédios à farmácia, demorando cerca de duas horas, ida e regresso, quando a urgência assim o exigia.

⁷³¹ - Fonte oral: O senhor Joaquim Freire Cardoso, da aldeia de Muro.

⁷³² - As aldeias da freguesia de Vide podiam ser identificadas por se situarem na ribeira pequena, ao longo da ribeira do Piódão, ou na ribeira grande, quando estavam ao longo da ribeira de Alvoco.

⁷³³ - No entanto, existem referências a uma “estrada” que ligava Vide à Rota do Sal, nas Portas d’Égua, não sendo possível determinar se terá sido esta a razão da denominação.

e como outros que, sendo de concelhos vizinhos como Oliveira do Hospital, por aqui passavam em direcção às minas. As Minas da Panasqueira foram muito importantes para a economia de Vide e suas aldeias, empregando um elevado número de homens e mulheres, principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial. Nessa época raro seria o dia em que não se encontrassem pessoas em ambas as direcções, uns que iam para as minas, outros que ali tinham ido levar produtos por frete ou para venda directa.

Este caminho deixou de ser percorrido assiduamente pelos trabalhadores do minério só a partir da segunda metade de 1970, quando foi disponibilizado pela empresa transporte em autocarros⁷³⁴.

Partindo de Vide, esse trilho subia a Serra do Açor até aos 1200 metros de altitude, percorria a Serra de Cebola e terminava nas Minas da Panasqueira. Pelo caminho passava num local com fortes laços ao misticismo das comunidades das aldeias de Vide, a Cova da Moura, e tinha como ponto de descanso, já numa fase descendente do caminho, um local conhecido como as “águasceiras” e que, na verdade, é a nascente do rio Ceira.

Ainda nesta via, ao cimo da aldeia de Gondufo, derivava um caminho que descia à aldeia de Sobral de S. Miguel em direcção à Covilhã. Esta cidade, tal como aconteceu com Loriga e as Minas da Panasqueira, revelou-se muito importante no escoamento de produtos produzidos na freguesia de Vide, ou comercializados por negociantes da aldeia. Durante muitos anos ali se foram vender ovos, vinho e aguardente, carregando muitas vezes esses produtos às costas ou à cabeça. Este caminho permitiu uma aproximação das comunidades da freguesia de Vide com as das freguesias de Casegas e Sobral de S. Miguel, do concelho da Covilhã. Num período muito antigo, essas aldeias usavam este caminho para ir às feiras de Oliveira do Hospital ou de Lourosa⁷³⁵ e, a partir da década de 1940, à feira mensal de Vide⁷³⁶.

Para a aldeia de Piódão saía uma via que terminava nessa localidade e que

⁷³⁴ - A aldeia de Balocas manteve, até à década de 1980, uma parte importante dos seus residentes empregados nas minas.

⁷³⁵ - Lourosa revela-se como a mais antiga feira realizada nesta região a que estas comunidades recorriam. Esta localidade comemorou, em 2012, os 1100 anos da sua igreja moçárabe.

⁷³⁶ - Um habitante de Sobral de S. Miguel, lembra-se de percorrer este caminho para ir “à feira da Vide”. Narrou-nos um episódio trágico, passado com a sua avó materna, que denuncia a insegurança que se vivia nestes trilhos. Num dia de Inverno a sua familiar vinha da feira de Vide, com alguns conterrâneos, quando se sentiu mal em plena Serra do Açor, a cerca de uma hora da sua aldeia. As pessoas deixaram a senhora sentada numa rocha e foram levar os produtos comprados à aldeia para depois voltarem e carregarem a doente. Quando ali chegaram já tinha falecido, ficando a ideia que as pessoas nunca colocaram a hipótese de deixar as mercadorias, com medo que fossem roubadas.

acompanhava o leito da ribeira com o mesmo nome. Pelo caminho, ligava algumas povoações, servindo este trilho principalmente a população de Piódão e de Chãs d'Égua, que chegou a integrar a paróquia de Vide.

Finalmente outro caminho importante, que se apresenta no contexto das peregrinações religiosas, ligava Vide ao Santuário de Vale de Maceira. O acesso a partir de Vide canalizava os romeiros de uma vasta área para este santuário mariano, com origem no século XVII. Uma vez por ano, em Junho, ou sempre que havia uma promessa para pagar, os crentes percorriam este caminho numa jornada que chegava a demorar uma semana entre a saída e o regresso a casa quando a origem era na Beira Baixa. Esta caminhada começava em Vide a 320 metros de altitude, subia ao Cabeço a 1234 metros, onde se venera N. Senhora das Necessidades, e descia até Vale de Maceira a 670 metros, terminando de novo em Vide onde se escolhia o melhor caminho de retorno à localidade de origem.

O segundo grupo de caminhos ligava as várias aldeias à sede de freguesia, sendo conhecidos entre as comunidades como o “Caminho da Missa”, numa alusão à ligação mais rápida, para assistir à missa dominical que apenas ocorria na sede de paróquia. Até à década de 1950 estes caminhos revelavam-se muito precários, existindo muitas alusões, em documentos de várias épocas, à aspereza destes. A comunidade de Balocas assinou o documento, enviado pelos habitantes da vizinha freguesia Teixeira a D. João VI, pedindo a criação de uma paróquia naquela aldeia serrana, alegando que pretendiam deixar de pertencer à paróquia de Vide, devido aos maus caminhos que, durante muitos domingos de Inverno, impediam os moradores de irem assistir à “santa missa”⁷³⁷.

Os trilhos foram acompanhando a melhoria das condições de vida dos habitantes e a capacidade económica das comunidades que, desde cedo, procuraram construir caminhos decentes para a sede de paróquia, um lugar sagrado que recebia os habitantes na sua última morada.

Até à década de 1930 podem encontrar-se muitas requisições de serviço braçal para a reparação de caminhos. Uma prática que vinha de longe, e que se encontrava regulamentada, desde que Vide fazia parte do concelho de Loriga. Em 1843 determinava essa câmara que os regedores da paróquia deveriam mandar consertar os caminhos da sua freguesia “e as estradas

⁷³⁷ - Consulta do documento original outorgado pelo rei D. João VI fundando a paróquia nesta freguesia do concelho de Seia. Documento cedido pela Comissão Fabriqueira da Igreja de Teixeira, em 2012.

que por ela atravessassem”, pelo menos três vezes ao ano nos meses de Março, Julho e Novembro⁷³⁸. Segundo o mesmo regulamento, os moradores ficavam obrigados a repararem todos os caminhos de mato “todas as vezes que pelo regedor lhes for ordenado”, pagando uma multa de 240 réis quando não respeitassem a ordem⁷³⁹. Na década de 1950 houve também exigência de serviço braçal na compostura de caminhos de ligação das aldeias à sede de freguesia, mas com uma salvaguarda fiscal associada, apenas teria de prestar serviço gratuito quem não pagasse o “imposto dos caminhos”.

As verbas revelavam-se escassas ao longo de décadas e, em 1919, foi decidido canalizar as receitas das “bouchas” da freguesia para calçetar a canada das levadas, que dava ligação às aldeias de Muro e de Casal do Rei. Porém, essas rendas apenas cativaram 50\$00, muito aquém dos 250\$00 gastos na obra. Como foi dito noutra parte deste trabalho, esta derrapagem origina, pela primeira vez, a decisão de recorrer a um empréstimo para saldar dívidas com obras públicas na freguesia de Vide, contra o pagamento de uma taxa de juro de 8% ao ano⁷⁴⁰.

Quase todos os anos, principalmente após o Inverno, se registaram em actas da junta de paróquia ou de freguesia o mau estado dos caminhos, alertando para a urgência na sua reparação. Em Novembro de 1926 o edil decide “Organizar o serviço braçal para reparar os maus caminhos em toda a freguesia pois não existe outra forma de o fazer”⁷⁴¹. Ainda nesse ano é feita a proposta de dotar a freguesia de uma rede de caminhos para passagem de carros de tracção animal, deliberando a junta atribuir a verba da venda dos pinheiros da “Panca” à construção de um caminho de bois entre Vide e a aldeia de Coucedeira⁷⁴².

Os caminhos de ligação entre aldeias, construídos na década de 1950 e 1960, tinham sido gizados em 1941, quando a Junta de Freguesia decidira “oficiar a Câmara Municipal no sentido de serem construídos vários caminhos vicinais, devido à sua absoluta necessidade”⁷⁴³.

⁷³⁸ - AMS, Extinto Concelho de Loriga, Cx XV/XVI, Livro de Posturas Municipais, fl.18vs.

⁷³⁹ - AMS, Extinto Concelho de Loriga, Cx XV/XVI, Livro de Posturas Municipais, fl.19. Encontraram-se requisições de serviço braçal para outros fins: para construção da estrada da Portela do Arão-Vide; para carregar terra para o cemitério paroquial; e na construção de um fontanário na aldeia de Coucedeira.

⁷⁴⁰ - JPV, Livro de Actas, fls.113-114vs.

⁷⁴¹ - JPV, Livro de Actas, fl.140vs.

⁷⁴² - JPV, Livro de Actas, fl.142.

⁷⁴³ - JFV, Livro de Actas, 1937-1959, fls.37-3vs. Nesse officio é pedido a construção de um caminho de Vide a Casal do Rei, passando pela aldeia de Muro; outro de Muro a Barriosa; um caminho de Barriosa a Frádigas; de Vide a Gondufo, passando pelas aldeias de Cide e Rodeado; de Vide a Balocas e finalmente outro caminho de Rodeado a Casas Figueiras, passando pelas aldeias de Coucedeira, Abitureira e Outeiro.

Essa carência sentia-se principalmente quando era imprescindível socorrer alguém doente, transportando-o numa maca ou manta até à sede de freguesia. A deslocação do médico às aldeias fazia-se a cavalo, ou com mulas, que, por vezes, devido à largura e ao piso, não conseguiam percorrer todo o caminho montados alternando o clínico essas viagens entre o dorso do cavalo e o “pé posto”⁷⁴⁴.

Outra dificuldade muito sentida pelas comunidades prendia-se com o transporte dos mortos até ao cemitério paroquial. Até à década de 1960 era comum ser utilizada uma maca, conhecida como “esquife”, que servia para transportar doentes, feridos ou mortos, consoante a necessidade. Este sistema permitia que com um homem à frente e outro na retaguarda se vencessem as dificuldades dos trilhos. Contrariamente ao que acontecia na vizinha serra da Lousã⁷⁴⁵, aqui todos acompanhavam os seus mortos à última morada, dando ao acto a dignidade que o morto justificava. Tanto se poderia levar o defunto directo da aldeia para o cemitério, no esquife coberto com as poucas roupas com que morrerá, como mudar o corpo para um caixão logo que a largura do caminho permitisse, antes de chegar a Vide⁷⁴⁶.

Finalmente, na década de 1960, quase todos os caminhos foram reconstruídos com uma largura que permitia a passagem de objectos carregados em simultâneo por homens em ambos os lados. Neste período tinham já sido abertas as primeiras estradas florestais em algumas aldeias que, embora criassem condições de acesso rodoviário, não davam resposta ao problema dos maus caminhos, face à distância que era necessário percorrer até à sede de freguesia⁷⁴⁷.

As primeiras vias rodoviárias desceram das cumeadas da serra para as aldeias, mantendo a importância destes caminhos na deslocação à sede de freguesia. No entanto, a abertura da “segunda geração” de estradas, que acompanharam em muitos casos os caminhos

⁷⁴⁴ - Em Vide, Severino Gonçalves, conhecido como o Espanhol, servia como uma espécie de táxi animal, transportando os médicos no seu cavalo pelas aldeias da freguesia. Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁷⁴⁵ - MONTEIRO, Paulo, *Terra que já foi terra*, Lisboa, Edições Salamandra, 1985, pp.26-47. Segundo o autor quando alguém morria nas aldeias da serra da Lousã apenas se deslocavam à vila os homens necessários para transportar o defunto. Chegados aí não esperavam pelo enterramento, deixavam o corpo e voltavam de imediato para a aldeia.

⁷⁴⁶ - Fonte oral: O senhor João da Silva Dias, da aldeia de Baloquinhas. Contou que antigamente os mortos, que provinham das aldeias de Balocas e Baiol, vinham num esquife até à aldeia de Baloquinhas, onde o caminho alargava, sendo então mudados para o caixão, prosseguindo depois no féretro para Vide.

⁷⁴⁷ - A primeira estrada a chegar à aldeia de Gondufo distava de Vide cerca de 50 km. A estrada actual, que acompanha no seu percurso o antigo caminho, tem uma extensão de 6 km.

existentes, votou aqueles trilhos ao abandono. No início da segunda década deste século, começa a despertar novo interesse por estes trilhos no sentido de lhes devolver utilidade, criando percursos pedestres para apoio ao desenvolvimento turístico desta região⁷⁴⁸.

Outros caminhos houve que ligaram as aldeias entre si, revelando-se muito importantes no contexto económico, social e cultural das comunidades serranas. Na sua maioria, estas passagens tiveram origem em veredas que serviram às populações para transportar matos e lenhas, de pontos distantes das aldeias ou nas rotas de condução de gados para os pastos da serra⁷⁴⁹. Uma vez saídos de cada aldeia, encontravam nas cumeadas pontos comuns de cruzamento, o que promoveu a ligação entre diferentes povoados⁷⁵⁰.

Este facto ajudará a compreender a mobilidade de habitantes entre diferentes povoações, traduzida principalmente em casamentos de naturais de diferentes aglomerados. Essas vias, embora modestas, facilitavam a comunicação entre aldeias o que facultava o interconhecimento expresso nas redes de casamento e familiaridade estabelecidas entre essas povoações. Essas veredas permitiram namoricos, idas a festas, trabalho noutras aldeias, enfim uma teia de relações que se foi alterando e adaptando com a chegada das primeiras estradas e os novos meios de transporte.

Estes trilhos que, na concepção, se revelavam os mais simples de todos, considerados entre as populações como caminhos de mato, desempenharam um papel importante na distribuição postal, durante mais de quatro décadas. Da estação de correios de Vide, de classe regional, saíam três giros apeados, complementados na aldeia de Barriosa com mais um. Nessa distribuição, os carteiros usaram estas ligações secundárias para desenvolver com eficácia a sua missão, tendo sido estes profissionais os últimos utentes regulares destes caminhos.

⁷⁴⁸ - A má condição dos caminhos levava as comunidades a ter um cuidado redobrado com o calçado. Quando visitavam a sede da freguesia saíam da aldeia descalços, ou usando uns sapatos velhos, trazendo o calçado novo dentro de um saco e, quando chegavam à entrada da aldeia de Vide, trocavam de calçado para irem à missa, ao médico ou a algum funeral. Se estivesse bom tempo escondia-se o calçado velho no local onde se procedia à troca, se estivesse a chover transportava-se com eles. Curiosamente, em 2012 persistia este costume com alguns habitantes que têm por hábito, ou necessidade, vir a pé até à sede da freguesia.

⁷⁴⁹ - AMS, Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro de Posturas Municipais, fl.19. No século XIX os moradores das aldeias eram obrigados a compor os caminhos de mato sempre que o regedor lhes ordenasse sob pena de pagarem 240 réis de multa.

⁷⁵⁰ - Confrontar o anexo IX onde se reproduz um mapa com os antigos caminhos na Freguesia de Vide.



Fotos n.º 76, 77 e 78: Diferentes tipos de pontes existentes na freguesia de Vide

Fonte: Autor

Desde tempos muito antigos que as travessias de cursos de água se revelavam uma dor de cabeça para as comunidades face à fragilidade dos materiais empregues. As pontes em madeira quase todos os anos iam ribeira abaixo com a torrente forte de Inverno. Até 1959, ano em que a Junta de Freguesia de Vide mandou executar em cimento todos os pontões ainda em madeira, o rol de reconstruções é extenso, saldando-se numa média de três em cada década.

Desde pelo menos 1842 se encontram documentos que referem a reparação de pontes em madeira, e os respectivos custos⁷⁵¹. A preocupação era compreensível, pois os caudais torrenciais cortavam as vias de comunicação durante parte do Inverno, com uma frequência por vezes anual. As pontes de Pau, na aldeia de Vide, e a da Foz de Balocas, em Barriosa, revelavam-se como as mais importantes, pois permitiam a ligação dos almocreves da Beira Litoral à Beira Baixa. Não será de estranhar que sejam estas as que mais se encontram referenciadas em diversos documentos, atestando a urgência nas suas reparações. A ponte de Pau em Vide, aquela que regista mais ocorrências, já em 1858 custara 13\$840 réis em consertos necessários face aos estragos do Inverno⁷⁵².

A sua construção era simples, quase sempre usando apenas madeira, com uma extensão e altura que não evitava serem arrastadas pelas enchentes inverniais.

As mais antigas assentavam sobre duas traves em madeira, sempre que possível de castanheiro, colocadas em paralelo onde eram pregadas as tábuas que compunham o tabuleiro⁷⁵³. Raramente tinham guardas laterais e podiam ser mais elaboradas ou toscas

⁷⁵¹ - AMS, Extinto Concelho de Loriga, Cx XIII/XIV.

⁷⁵² - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 5, fl.2vs.

⁷⁵³ - A escassez de madeira levava ao aproveitamento máximo deste material. Já na segunda metade de 1900, quando a ponte dentro da aldeia de Ribeira foi construída em cimento, Joaquim Luís Gregório comprou as antigas traves de castanheiro para usar no telhado do seu curral ao Barreirão. Fonte oral: O senhor António dos Santos Marques, da aldeia de Ribeira.

consoante o tipo de artífice que a erguera. Em Casal do Rei a ponte do Lagar, que facilitava a travessia para o Brejo, foi construída desta forma. Noutras situações, a plataforma de circulação era feita com lajes de xisto, que assentavam lateralmente nas traves, não comportando, nesta solução, gradeamento lateral de segurança. O exemplo mais recente ocorria em Casas Figueiras na ligação à aldeia de Gondufo, sobre a Ribeira do Piódão. Esta solução também foi usada para o Regadio tradicional da Pingola, que atravessava a Ribeira de Gondufo através de um pontão moldado no exemplo anterior.

Noutras construções, onde existia mais recursos económicos, o tabuleiro assentava em grossas correntes de ferro, que eram fixas pelas extremidades em pedras de grandes dimensões situadas nas margens. Esta solução foi utilizada, por exemplo, na ponte da Broca, em Barriosa, ou na de Rodeado, sobre a ribeira do Piódão. Em construções mais recentes, as correntes foram substituídas por cabos de aço, aplicados com a mesma função e técnica, escorados nas margens em pousos de cimento.

As pontes em madeira foram sendo substituídas, a partir de 1959, por pontões em cimento. A Junta de Freguesia da época tomou a decisão de “mandar fazer pontes em cimento com largura suficiente para, no futuro, nelas poder passar um veículo automóvel”⁷⁵⁴. As primeiras a serem substituídas foram a ponte de Barriosa, sobre a Ribeira de Alvoco e a ponte de Pau, em Vide, sobre a Ribeira do Piódão. Foram empreitadas por António Dias Fontes, por 12 161\$00 cada, devendo ter 12 metros de comprimento por 2,20 de largura⁷⁵⁵.

Antes destas construções em cimento, já em ribeiros mais estreitos se fazia a travessia através de pequenos pontões feitos com grossas placas de granito colocadas na horizontal e apoiadas lateralmente por paredes em xisto. As comunidades também usaram a técnica e os materiais ao seu alcance, para construir pequenas passagens superiores em pedra sobre os ribeiros, sem usarem o arco ou a laje de pedra para vencer o vão. Esse tipo de estrutura assentava na sobreposição de pedras, implantando-se com o máximo de afastamento na base, encerrando superiormente com a configuração de cúpula. Ainda hoje existem alguns destes pontões em várias aldeias, como Balocas e em Gondufo.

No entanto, a ponte em pedra mais antiga identificada na freguesia, construída em granito, situa-se em Vide, apresentando feição românica e ligando as duas margens da ribeira

⁷⁵⁴ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fls.98-98vs.

⁷⁵⁵ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fls.98-98vs.

de Alvoco, dentro da aldeia.

Não foi possível determinar a data da construção, mas revela-se uma obra imponente à escala local, observação reforçada pelo facto de ser construída em blocos de granito, tipo de pedra de proveniência distante deste local. Existem na região pontes com a mesma feição, de épocas díspares, em que as mais antigas remontam ao período Filipino⁷⁵⁶.

Alguns desses exemplares podem estar ligados à transumância de gados para a Serra de Estrela, hipótese plausível para a ponte de Vide, que ligava uma via proveniente da Terra Chã a duas canadas de acesso à região de Loriga, vila serrana com forte tradição no acolhimento de rebanhos sazonais.

A preocupação das comunidades com a conservação desta travessia revela-se premente ao longo dos tempos. Da mais recente, 1956, dá conta uma acta da Junta de Freguesia ao escrever-se que “A Ponte Romana em Vide, relíquia dos nossos antepassados precisa urgentemente reparação para o que foi pedida ajuda ao Ministério das Obras Públicas”⁷⁵⁷.

Provavelmente em 1905 foi construída a segunda ponte em pedra na freguesia de Vide, implantada sobre a Ribeira do Piódão, na aldeia de Coucedeira⁷⁵⁸. Esta ponte foi edificada com pedra de xisto aplicada em arco, com a técnica românica de arco perfeito. Curiosamente, a ponte tem um arco principal e um outro mais pequeno, que permitia a passagem de uma levada para um moinho de cereais e para um regadio.

Situada junto ao lagar de azeite local, poderá a sua construção estar também relacionada com esse empreendimento. A sua construção permitia a passagem, em segurança, das populações de aldeias, situadas na margem contrária, com a azeitona destinada àquele engenho.

A segunda ponte a ser construída, usando o mesmo material e técnicas da anterior, foi a ponte da foz de Balocas, no ano de 1927⁷⁵⁹. Tratou-se de resolver um problema da “estrada real” que permitia a ligação à Covilhã. Tal como acontecia com outras pontes em madeira, raro era o Inverno que não sofresse danos. Por outro lado, a edificação em pedra permitia a

⁷⁵⁶ - QUELHAS BIGOTTE, Pe. Dr. J., *Monografia da Cidade e Concelho de Seia*, Seia, 3.^a Edição, 1992. Este autor apresenta várias pontes, com datas de construção entre os séculos XVII e XIX, existentes em vários pontos do concelho de Seia que apresentam uma arquitectura semelhante.

⁷⁵⁷ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.90.

⁷⁵⁸ - Esta data encontra-se gravada numa pequena lápide na margem direita da ribeira.

⁷⁵⁹ - JPV, Livro de Actas, fl.150vs;151.

circulação de carros de bois, o que até essa data não acontecia, quedando-se aquele tipo de transporte pela aldeia de Barriosa.

Outra ponte em pedra de xisto, foi construída em Casal do Rei sobre o ribeiro do Fontão Côvo. Uma vez mais, em arco de volta perfeita, não há memória, nem documentos que suportem a data da sua construção. No entanto, na comunidade diz-se que foi feita por pedreiros de Piódão, não sendo de excluir que, nessa aldeia próxima, houvesse um grupo de artífices especializados nestas construções, pois ainda hoje se podem observar naquela Aldeia Histórica várias pontes, com a mesma configuração⁷⁶⁰.

Algumas construções de pontes em material perene tiveram a sua origem em iniciativas das comissões de melhoramentos, constituídas para tal, como ocorreu em Casas Figueiras, na década de 1950⁷⁶¹.

Já em 1951 “os povos interessados” se tinham organizado e reunido o montante de 3 500\$00, para a construção de uma ponte em cimento no Rodeado, um investimento participado pela Junta de Freguesia da época com 1 500\$00⁷⁶².



Foto n.º 79: Ponte construída sobre a Ribeira de Alvoco, E. N. 230, em Vide

Fonte: Autor

A última grande obra em pontes foi levada a cabo na década de 1950, enquadrada pela construção de um troço da Estrada Nacional 230, em direcção à Covilhã, na travessia da Ribeira de Alvoco, em Vide. Comporta um tabuleiro de 80 metros de comprimento, por 8,60 de largura, suportado por um arco de 40,60 metros. Foi adjudicada pelo construtor Albano Nabo, pela quantia de 1 998 598\$80⁷⁶³.

⁷⁶⁰ - Fonte oral: O senhor Joaquim José Marques, da aldeia de Casal do Rei, lembra-se de, na década de 1940, ouvir dizer que fora o avô da D. Lídia, desta mesma aldeia, quem construíra essa ponte.

⁷⁶¹ - ALMEIDA, Vasco dos Santos, *A alma do meu velho Piódão e da minha Vide*, ob. cit., pp.71-72.

⁷⁶² - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fl.22vs. A designação “povos interessados” correspondia às aldeias que se serviam por aquela passagem.

⁷⁶³ - MASCARENHAS, Joaquim António, *O médio e o Baixo Alvoco I*, ob. cit. Documento em anexo nesta obra.

As estradas, enquanto vias rodoviárias, sempre se revelaram, e continuam a revelar, como uma preocupação das comunidades, seja pelo traçado sinuoso que urge rectificar, pelo piso degradado que importa melhorar ou até pela falta de meios complementares de segurança. Uma situação que antecede, em muitas décadas, a difusão do transporte motorizado na região.

A primeira estrada nacional prevista para ligar Vide ao resto do país foi a Estrada Portuguesa N.º 46, projectada entre Galizes e a cidade da Covilhã⁷⁶⁴. No entanto, apenas em 1923 se fala na venda de um olival, à entrada da aldeia, para a passagem desta via, e só em 1929 chegava a Vide, com a designação de Estrada Nacional n.º 52-2.⁷⁶⁵ Esta via interrompeu-se na aldeia de Vide até 1957, quando foi ampliada em mais 4 km até Barriosa. Na segunda metade da década de 1970 é concluída, estabelecendo a ligação rodoviária mais rápida, à época, entre as cidades de Coimbra e da Covilhã.

Na década de 1930 tem início, com recurso a serviço braçal, a tentativa de ligar Vide à sede de concelho, em Seia, através da construção de uma estrada florestal, conhecida como Portela do Arão. No entanto, esta via, que o Estado Novo incluiu num dos planos rodoviários como o princípio da Estrada Nacional 338 que ligaria a EN 230 a Manteigas, só foi concluída na década de 1970, tendo sido asfaltada, como Estrada Nacional 338, no século XXI.

A ligação rodoviária entre as várias aldeias começa na década de 1940, quando Gondufo inicia a construção de uma rodovia, para a qual a Junta de Freguesia contribui com 2 000\$00⁷⁶⁶. No entanto, só em 1969, com a colaboração dos Serviços Florestais, algumas aldeias conseguem ligação rodoviária directa à sede da freguesia, através de estradões florestais⁷⁶⁷.

Na verdade, a estrada florestal construída no Perímetro Florestal das Necessidades serviu como espinha dorsal nos primeiros acessos rodoviários às aldeias da serra, mesmo noutras freguesias limítrofes. Com origem em Vale de Maceira, na freguesia de Aldeias das Dez, tocava no limite de Alvoco de Várzeas, servia Piódão e terminava próximo de Vide. Para se ter noção das cumeadas que percorria, a aldeia de Gondufo, que hoje dista 6 km da sede de

⁷⁶⁴ - JPV, Livro de Actas, fl.95.

⁷⁶⁵ - JPV, Livro de Actas, fls.124vs;166vs;170.

⁷⁶⁶ - JFV, Livro de Actas 1937-1959, fls.71vs-72.

⁷⁶⁷ - JFV, Livro de Actas 1959-1969, fls. 4vs-5. Nesta acta, a Junta de Freguesia lavrou um agradecimento aos Serviços Florestais, pela ligação rodoviária de Vide com as aldeias de Balocas e Gondufo.

freguesia, por esta estrada distava cerca de 50.

No período de 1970-74 ligam-se as várias aldeias, com o que se pode considerar a primeira geração de estrada: em 1970 abrem-se os ramais de Casas Figueiras, Cide e Baiol; em 1973 chega a vez de Casal do Rei e de Muro. É ainda nesta etapa que se fala, pela primeira vez, na estrada municipal Vide a Casas Figueiras, com ligação à aldeia de Piódão, construída na década de 1980⁷⁶⁸. Essa seria a primeira estrada municipal da freguesia, a ser construída com piso asfaltado, à qual se seguiu a rodovia da aldeia de Muro.

Com a conclusão de EN 230, no final da década de 1970, várias aldeias começaram a deixar de lado os ramais da serra, e arquitectaram novas ligações, mais próximas a Vide, e a essa via. A partir da década de 1980, começa uma nova fase e forte mobilização das comunidades para o alcatroamento dos acessos rodoviários às aldeias. Trabalho que continua por concluir, havendo vários acessos em terra a aldeias, entretanto quase despovoadas.

Será conveniente recordar, mais uma vez, o papel determinante que as comissões de melhoramentos tiveram na construção e asfaltamento destas estradas e ramais. Prova disso foi a contribuição de 800 000\$00 da União Progressiva de Balocas, para o alcatroamento do seu ramal, em 1984⁷⁶⁹. Mas, muitas vezes, as estradas da freguesia de Vide foram construídas sobre confrontos e oposições de proprietários, que não cediam o terreno necessário para a passagem. Ainda hoje se podem observar no terreno, estreitamentos de via, sinuosidade acentuada ou inclinações abruptas testemunhos da luta travada para alcançar um benefício que, por tardio, poderá ter ditado o abandono mais rápido das aldeias.

4.5 – Meios de transformação de produtos agrícolas

As actividades desenvolvidas no núcleo urbano raramente requeriam espaços específicos autónomos da casa de habitação. O alfaiate, o sapateiro, o carpinteiro marceneiro, o cesteiro – localmente conhecido como canasteiro – trabalhavam quase sempre no espaço térreo do seu domicílio.

Da década de 1920 encontram-se documentos que falam de indústrias numa das ruas

⁷⁶⁸ - JFV, Livros de Actas 1937-1959; 1959-1969 e 1969-1977.

⁷⁶⁹ - JFV, Livro de Actas 1977-1983.

de Vide, sem no entanto explicitar quais⁷⁷⁰. A consulta aos anuários comerciais relativos ao território, revela, na primeira metade desse século, diversas actividades referidas no parágrafo anterior como as de tanoeiro e tamanqueiro⁷⁷¹.

A primeira unidade industrial, com dimensão, construída de raiz, sem menosprezar as padarias, as serralharias ou forjas, que se revelaram muito importantes à escala local, surgiu na década de 1960 na aldeia de Gondufo. Aí foi edificada uma serração com carpintaria, iniciativa de dois habitantes locais, carpinteiros de profissão. Uma diligência impulsionada pela chegada da primeira estrada, que favoreceu uma unidade de transformação de madeiras, complementada com um veículo pesado de mercadorias para apoio da actividade. A energia eléctrica apenas chegou à povoação após Abril de 1974, sendo esta unidade industrial movida por um motor a gasóleo que, através de um veio e várias correias, impulsionava várias máquinas simultaneamente.

Um incêndio florestal em 1998 consumiu o edifício inicial e a maquinaria existente, salvando-se apenas a velha serradora mecânica de transformar os troncos de madeira em tábuas. Uma vez mais um natural da aldeia, filho de um dos impulsionadores iniciais, reconstrói no seu lugar uma moderna unidade de carpintaria, com máquinas eléctricas, que, embora esteja desactivada, se encontra pronta a produzir⁷⁷².

Podem observar-se ainda hoje pelo território outras construções, a maior parte em ruína, que ao longo de muitos séculos auxiliaram as comunidades na sua luta pela sobrevivência. Comuns nas técnicas, nos materiais e nas funções, a outras infra-estruturas que se difundiram pelo Portugal rural, permaneceram algumas delas com um uso regular, até tempos muito recentes. O seu abandono acompanhou de perto a falta de gente e o abandono das práticas agrícolas, que garantiram durante anos o seu funcionamento e contributo para a economia local.

Exemplo do que atrás se escreve são os lagares de vinho, outrora bem presentes em diferentes aldeias, e que hoje não passam de vestígios arqueológicos, pois que, na verdade,

⁷⁷⁰ - JPV, Livro de Actas.

⁷⁷¹ - Foram consultados todos os exemplares do Anuário Comercial que continham dados sobre a freguesia de Vide.

⁷⁷² - A primeira serração foi construída por Joaquim Bernardino em sociedade com Manuel da Silva. Após o incêndio foi Joaquim Gonçalves Pereira, filho de Joaquim Bernardino, quem reconstruiu a nova unidade industrial com capacidade para efectuar todos os trabalhos em madeira, móveis, caixilharias ou artigos de artesanato.

apenas se encontram no território vestígios de lagariças e lagares, relacionados com a exploração vinícola.

Sabe-se que, pelo menos desde o século XVI, a vinha faz parte das culturas praticadas na região, revelando-se o vinho como importante produto agrícola que garantia receitas importantes. Em documento de 1589 encontra-se a menção a duas vinhas na aldeia de Vide, avaliadas em dois mil e em oito mil réis⁷⁷³.

As últimas deliberações do município de Vide registam actos relacionados com a cobrança de impostos provindos da comercialização de vinho. Na reunião de 26 de Fevereiro de 1835, delibera autorizar Brizida João, da Quinta do Coucedeira, a vender o seu vinho aos “selamis e aos quartilhos”, em sua casa, pagando 600 réis de taxa⁷⁷⁴. No ano seguinte “elege” António dos Santos Mascarenhas e António Lopes da Silva para cobrarem um vintém, por cada almude de vinho, ao lavrador, para fazer face às despesas da municipalidade⁷⁷⁵. Em 1842 é o Município de Loriga quem arremata por 16\$000 réis a cobrança do “real” na paróquia de Vide, para esse mesmo ano⁷⁷⁶.

O vinho e o seu derivado destilado, a aguardente, revelam-se até à década de 1980, como o produto mais lucrativo de todos os que eram produzidos no território. Embora parte da produção fosse para uso próprio, quase todos os agricultores vendiam excedentes para fora da freguesia, tendo como principais mercados as tabernas e as casas de pasto situadas em cidades, relativamente distantes, como Coimbra e Covilhã.

Também havia comerciantes que, usando cavalgadas, transportavam o vinho em odres, mais tarde em bilhas de plástico, para vender a particulares em vilas como Loriga ou localidades da Beira Baixa, tais como São Jorge da Beira, Minas da Panasqueira e Barroca, terras com muita gente ligada à indústria dos lanifícios, têxteis e à exploração de volfrâmio⁷⁷⁷.

⁷⁷³ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

⁷⁷⁴ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide, (n.º de folha ilegível).

⁷⁷⁵ - AMS, Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide, (n.º de folha ilegível).

⁷⁷⁶ - AMS, Extinto concelho de Loriga, Cx XV/XVI, Livro de Receitas e Despesas. O “real da água” era um imposto municipal que incidia sobre bebidas alcoólicas e fermentadas, e outros produtos alimentares, destinando-se a receita, no seu início, ao financiamento de obras relacionadas com melhoramentos de fontes e nascentes.

⁷⁷⁷ - Fonte oral: O senhor José Abranches Borges Mendes, da aldeia da Barriosa. Este senhor negociou durante muitos anos na Beira Baixa vinho, aguardente, azeite e outros produtos de cultivo da freguesia de Vide, utilizando um macho para o transporte das mercadorias. O último “almocreve” que se conheceu a operar na freguesia de Vide ainda se dedicava a esta actividade na década de 1990. Chamava-se Cândido Pinto, natural e residente no Fontão, uma aldeia da freguesia de Loriga, que comprava vinho e aguardente, pela freguesia de

O vinho era de tal forma importante para a economia local, e o seu valor tão elevado, que se encontra ligado às histórias legadas pela tradição oral no território: uma conta que, determinados proprietários, quando contratavam mão-de-obra para as vindimas, pediam aos trabalhadores para cantarem, pois dessa forma não poderiam comer as uvas; é ainda de difusão alargada a proeza da mulher que fez 50 almudes de vinho, só com os bagos que apanhou no rebusco pelas vinhas.

Embora já se fizesse menção à existência de vinhas no século XVI, estas não se mantiveram na freguesia de Vide, pelo menos durante o século XX, como cultura autónoma da policultura, característica das explorações agrícolas existentes. A forma de cultivo das videiras compreendia o cordão à volta dos socalcos, onde conviviam com o milho, a batata ou o feijão.

A acção nefasta da filoxera, no final do século XIX, contribuiu muito provavelmente para o recuo da videira enquanto espaço específico de cultura no território⁷⁷⁸. Existem muitos locais espalhados pela freguesia de Vide identificados como a vinha morta, a vinha ou “o vinhas”, onde não se conheceu o ordenamento da videira dessa forma. Por outro lado, a abundância do bacelo americano no território, poderá ser um vestígio da tentativa de recuperação desta cultura após essa crise.

A vinha, enquanto espaço demarcado na paisagem rural da freguesia, regressa a partir da década de 1960, quando alguns agricultores, que procuravam aumentar a rentabilidade dos terrenos, fizeram plantação de cepas em corrimões contínuos, separados por pouco mais de um metro de largura entre si, aproveitando esses intervalos para realizar outras culturas, sendo a batata ou as plantas de porte rasteiro as destinadas a esse terreno.

A freguesia de Vide fez parte da sub-região do Dão, tendo essa condição contribuído para a evolução de castas através da enxertia de bravos, fossem eles plantas tradicionais, conhecidos como morangueiro, ou de cepa de americano. Este último manteve-se até à actualidade, graças à sua elevada resistência às patologias que afectam a videira e ao tom

Vide, produtos que transportava no seu animal de carga para vender na sede da sua freguesia. Como a carga estava apenas garantida no caminho de regresso, por vezes trazia uma cabra ou um carneiro para matar numa aldeia e vender a retalho. Outra função que desempenhava na comunidade era matar reses de gado dos agricultores, em troca da pele. As pessoas mandavam recado por alguém conhecido que tinham uma rês para abater, e o senhor Cândido, na sua próxima visita, resolvia a situação.

⁷⁷⁸ - VAQUINHAS; Irene Maria; NETO, Margarida, *Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações, História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, Volume V, *O Liberalismo*, Editorial Estampa, pp. 325-337.

carregado do vinho que permitia dar uma coloração mais acentuada, característica apreciada na região. Não será de excluir que o elevado grau de açúcar desta casta também tenha agremiado, junto dos agricultores, uma preferência que permitia melhorar a qualidade do vinho, proveniente de videiras de regadio, geralmente mais fraco.

A prática de espremer o cachicho das uvas, depois de vinificadas, parece revelar-se muito antiga na região, embora não tenha sido possível datar os vestígios mais rudimentares encontrados. A prática de retirar a maior quantidade de vinho das uvas pisadas e fermentadas, difusa por quase toda a freguesia, demonstra a importância do produto tanto para gasto próprio, como para a economia local.

Tanto “espremia o vinho” o agricultor que pretendia vender a produção, como aquele que a utilizava para consumo próprio. A técnica do uso de lagariças revela-se o mais presente, provavelmente também o mais antigo, apresentando uma rusticidade e material que exigiam pouco investimento. Por vezes eram móveis, podendo ser transportadas para diferentes locais de uma aldeia, consoante a necessidade. Apenas se identificaram duas lagariças no território, uma em Frádigas e outra em Gondufo, embora a tradição oral testemunhe a sua existência, em quase todas as aldeias do território.

O engenho mais primário que foi possível identificar situa-se na aldeia de Frádigas, no local designado “à Cova”, sendo constituído por duas lajes de xisto, uma servindo de pedestal e outra de parede posterior. A base, de 80 por 6 centímetros apresenta, um baixo-relevo, com 3 centímetros de profundidade, de forma triangular que afunila em forma de bica para recolher o vinho extraído. Na parte de trás outra placa de xisto, com 60 centímetros de altura, apresenta um orifício circular, com cerca de 15 centímetros de diâmetro, onde era colocada uma tranca que fazia de prensa manual.

Na aldeia de Gondufo encontra-se uma lagariça que era móvel, sendo arrumada num recanto da localidade de uns anos para outros. Este equipamento era composto por uma laje de xisto que servia de base à lagariça, medindo 1 metro de lado com a espessura de 15 centímetros, apresentando um rebaixo interior circular na parte superior. Como ponto de ancoragem da trave de pressão, utilizava-se um qualquer buraco da parede de uma casa de habitação, aproveitando-se normalmente o mesmo local em diferentes partes da aldeia para colocar a base.

À imagem do que acontecia com os outros tipos de lagar, pelo menos até à década de

1960, o acincho que enformava o engarço das uvas era feito sobre a pedra da base, entrelaçando varas de videira, que se iam sobrepondo, até atingir a altura necessária para proceder à compressão. Desconhece-se se, sobre a massa das uvas, eram colocados malhais de madeira ou pedras que, devido ao seu peso, ajudavam a calcar⁷⁷⁹.



Fotos n.º 80, 81 e 82: Lagares de vinho na freguesia de Vide

Fonte: Autor

Provavelmente, as lagariças apresentaram-se no território com uma ampla variedade de formas, mas com materiais e técnicas de funcionamento semelhante. Segundo os testemunhos recolhidos, existiriam em todas as aldeias, havendo uma fruição partilhada por vários agricultores⁷⁸⁰.

Os vestígios arqueológicos de lagares, alguns deles em razoável estado de conservação, revelam-se em maior número na freguesia de Vide. Podem encontrar-se edifícios onde funcionaram, ou apenas detectar a presença de pesos em granito, que indicam a

⁷⁷⁹ - Fonte oral: O senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo. Este habitante efectuou durante muitos anos esta operação para espremer o seu vinho. As comunidades aprendiam a usar os materiais disponíveis no território, para suprir as necessidades funcionais das tarefas. Segundo a mesma fonte oral, foi já na segunda metade do século XX que, nesta aldeia, se deixaram de fazer os arcos dos pipos em varas de castanheiro atadas com vime. Relatou uma história, que ouvia contar aos seus avós, relacionada com a importância dos materiais: Um dia, numa adega do povoado, estabeleceu-se uma conversa animada entre um pipo e os arcos que o consolidavam, também executados com madeira de “castanho”, sobre quem seria o mais importante para o dono do vinho. O pipo alegava que era graças a ele que se conseguia guardar o precioso líquido ao longo do ano e, sendo assim, era ele o mais importante. Por seu lado os arcos contrapunham que, como eram quem garantia que o pipo não se desmanchava com a pressão do vinho, eram sem dúvida eles quem se revelava no topo dessa hierarquia. Estava acalorada a discussão quando se ouviu uma voz fininha em tom ameaçador: - Ai se eu me desato, ai se eu me desato! Era a voz do vime que servia de atilho aos arcos, e que reivindicava também o seu grau de importância. A moral desta estória seria a de que nas comunidades rurais todos os materiais se revelavam imprescindíveis.

⁷⁸⁰ - Fonte oral: O senhor Manuel da Costa, da aldeia de Casas Figueiras. Segundo o senhor Manuel conta, havia na sua aldeia um lagar de vinho e, pelo menos de seu conhecimento directo, duas lagariças.

sua existência em algumas aldeias⁷⁸¹.

Os lagares de vinho eram de construção mais complexa que os processos vernaculares já descritos, mais exigentes em recursos económicos para a obra, pertença de particulares ou domínio comum de famílias. Situavam-se normalmente dentro do aglomerado urbano, uma situação compreensível considerando que o vinho, quase sempre, era produzido no piso térreo da casa de habitação. O engenho de prensagem apresentava muita semelhança com os equipamentos dos lagares de azeite da região, embora de muito menor dimensão e capacidade. Os artífices que os construíam, e garantiam a manutenção, eram os mesmos que cuidavam dos moinhos de cereais.

Estes lagares revelavam-se diferentes dos existentes noutras partes do país no que toca, principalmente, a tanques em granito ou noutro material perene, onde o vinho fosse pisado, fermentado e depois espremido. Provavelmente cada agricultor fazia o seu vinho em casa, deslocando-se depois até à prensa, com o engarço já escorrido, para retirar a maior quantidade de líquido possível.

A diversidade arquitectónica e de apetrechamento destas estruturas são diferentes entre si, revelando o potencial económico dos impulsionadores e a facilidade de acesso a determinados materiais nas aldeias de implantação.

Apenas numa aldeia, em Barriosa, se encontraram vestígios de dois lagares, construídos por iniciativa particular, que funcionaram em simultâneo e que, embora já fora de uso, viram-se destruídos por completo pelo grande incêndio florestal de 2005. Um situava-se no núcleo urbano, à Lajeira, tendo sido instalado no rés-do-chão de uma casa de habitação, onde também existia um alambique. Já o segundo pertencia à Quinta do Fôjo, propriedade de alguma dimensão à escala local que, até à primeira metade do século XX, ficava isolada da malha urbana da povoação.

O equipamento interior repetia-se com pequenas variações de tamanho: um local onde era enseirada a massa das uvas, uma trave com um fuso na extremidade, onde ancorava um peso em granito.

⁷⁸¹ - Por exemplo na aldeia de Casal do Rei, no sítio da Horta, encontra-se um peso em granito típico dos que se usavam nos lagares de vinho. O senhor Abel Santos de Brito mostrou uma pequena construção agrícola, que hoje serve como palheira, onde funcionou um engenho de prensagem.

Quadro n.º47: Aldeias com vestígios arqueológicos e orais relacionados com lagares de vinho

Aldeia	Infra-estrutura	Objecto	Tipo de fonte
Silvadal	Lagar	-	Edifício existente
Baloquinhas	-	Peso em granito	Vestígio arqueológico
Casas Figueiras	Lagar	Lagariça	Fonte oral
Abitureira	-	Peso em granito	Vestígio arqueológico
Balocas	Lagar	-	Edifício existente
Baiol	?	?	Provável vestígio arqueológico
Barriosa	Lagares	-	Vestígio arqueológico
Frádigas	-	Lagariça	Vestígio arqueológico
Casal do Rei	-	Peso em granito	Vestígio arqueológico
Gondufo	-	Lagariça	Vestígio arqueológico

Fonte: Vestígios arqueológicos e fontes orais

Na aldeia de Balocas encontra-se o lagar de vinho mais bem conservado que se observou. Este equipamento, de iniciativa particular, revela-se também como o mais pequeno de todos, embora tivesse os elementos necessários para espremer as uvas.

Construído anexo à casa do proprietário, apresenta uma planta rectangular com cobertura de uma água em lousa. Foi edificado com paredes em xisto, usando aparelhamento de dupla face, assente em barro, tendo para entrada de luz natural um pequeno postigo e a porta de entrada. Aparentemente a vara foi colocada no espaço antes de concluída a parede exterior e colocação do telhado, pois revela-se pouco provável fazer entrar um objecto daquele porte pela entrada existente.

Segundo testemunho oral, a vara e o fuso foram comprados já usados e transportados para a aldeia⁷⁸². O peso foi feito a partir de uma laje de xisto, de forma irregular. Este pormenor do peso, revela-se uma vez mais como um exemplo prático da capacidade das comunidades em adaptar os materiais locais, para variados engenhos que ocorrem no território. A dificuldade em transportar, ou em adquirir, um peso em granito para a povoação, impulsionou o proprietário a adaptar uma placa de xisto como peso, que pendia de igual forma por um fuso na vara.

De todos os lagares existentes, aquele que se situa na aldeia de Silvadal apresenta-se como o mais completo que existiu na freguesia de Vide. Pertencia, no início, a quatro

⁷⁸² - Fonte oral: O senhor António Dias da Silva, da aldeia de Balocas.

proprietários, que se multiplicaram por partilhas familiares ao longo de décadas, distribuindo-se no presente essa posse por múltiplos elementos de quatro famílias locais⁷⁸³.

O edifício foi construído em pedra de xisto, à semelhança das construções tradicionais da região, apresentando um telhado de uma água com cobertura de lousa. Comportava dois postigos para entrada de luz natural e uma porta de acesso, com uma largura significativa. De um lado tinha instalado o sistema de prensagem e um alambique; no outro espaço, cada proprietário tinha a sua dorna para transformar o vinho, que depois transportava para casa.

Este lagar era o único que proporcionava aos agricultores a possibilidade de transformar as uvas em todos os produtos e subprodutos sem sair do mesmo local: proceder à vindima, pisar as uvas, após a fermentação levar apenas o vinho para casa, deixando o engarço para prensar na vara situada no espaço contíguo. Finalmente utilizar o alambique para destilar a aguardente⁷⁸⁴.

A vara encastrava na parede posterior do lagar, sendo auxiliada a meio por “virgens”, usando na extremidade um peso em granito. Parece ler-se na vara a inscrição de 1911, provavelmente a data da sua construção. Actualmente este lagar encontra-se ao abandono, em ruína acelerada, com o telhado caído e o edifício envolto em silvas.

Na segunda metade do século XX surgem as prensas hidráulicas. Este equipamento traz com ele um outro equipamento importante para a vinicultura local, as esmagadeiras mecânicas que vieram substituir o tradicional método de pisa das uvas com os pés.

As prensas eram instaladas de forma definitiva através da fixação do fuso metálico num determinado local da adega, ou dentro de tanques em cimento, que entretanto tinham substituído as antigas dornas em madeira, na função de fermentação das uvas. Havia produtores que instalavam o fuso em estrados de madeira, permitindo a sua mobilidade e melhor arrumação.

Este equipamento, assim como as esmagadoras mecânicas, veio acelerar o abandono definitivo dos lagares de vinho, contribuindo também para um acentuado individualismo agrário na vinicultura local. No entanto, continuam bem visíveis no território os vestígios dos

⁷⁸³ - Fonte oral: O senhor Joaquim Garcia, da aldeia de Silvadal, herdeiro do lagar.

⁷⁸⁴ - O engarço, depois de espremido, podia ou não seguir de imediato para o alambique segundo a opção do agricultor. Havia proprietários que o calcavam com maços de madeira nas dornas, depois cobriam com terra para vedar a entrada de oxigénio, calcando com pedras para garantir a compressão. Mantinham o engarço até ao mês de Janeiro seguinte, procedendo então à sua destilação, adicionando água na caldeira do alambique para uma melhor cozedura da massa.

lagares e lagariças.

Os alambiques caracterizam outro equipamento de apoio à actividade rural muito importante nesta região. A referência mais antiga encontrada sobre a existência de um alambique, na freguesia de Vide, remonta ao século XIX⁷⁸⁵.

Tal como os lagares de vinho, também este equipamento estava quase sempre instalado dentro do núcleo urbano das aldeias, embora procurasse a proximidade a uma nascente de água, para garantir o arrefecimento do tubo condensador.

Até à década de 1960 apenas as casas abastadas possuíam destilaria própria, que rentabilizavam através do “empréstimo” aos restantes habitantes, recebendo em troca uma determinada maquia⁷⁸⁶.

O alambique servia para produzir aguardente de vinho, de medronho e de mel. Cada um destes produtos tinha uma maneira específica de ser fermentado e destilado. Uma alambicada de 100 litros poderia demorar mais de cinco horas a destilar, havendo um elevado sincronismo entre a temperatura da fornalha e a água que procedia à refrigeração. A preocupação principal centrava-se em evitar o afogueamento da aguardente, que originaria uma bebida de qualidade inferior difícil de comercializar.

Sendo a massa que enchia a caldeira de uva escorrida, aconselhava a colocar varas cortadas de videira protegendo o fundo para evitar que agarrasse e destruísse a base da caldeira⁷⁸⁷. Havia agricultores que, para evitar este problema, deitavam 20 litros de água nessa massa. No entanto, alguns deles, principalmente os mais antigos, não o faziam, alegando que dessa forma estragariam a aguardente. Após esta operação, fechavam o circuito de destilação colocando a cabeça, o tubo de ligação ao condensador, barrando as juntas com farinha de milho amassada e deitavam de imediato o “lume ao alambique”.

Quando o produto a destilar era o medronho mudava-se de estratégia. Este fruto, apanhado nos meses de Outubro e Novembro, ficava em fermentação até ao final do mês de Janeiro, num processo que tornava a produção numa massa homogénea de grande densidade. Após o enchimento da caldeira, acendia-se o fogo para o aquecimento, mexendo

⁷⁸⁵ - AMS, Testamentos da Freguesia de Vide, Século XIX.

⁷⁸⁶ - Presentemente ainda existem alguns alambiques com a antiga forma de fruição. A maquia actual numa destilaria tradicional, com uma caldeira de 240 litros, é de 2 litros por “lambicada”.

⁷⁸⁷ - Quando não havia esse cuidado, o cobre da caldeira danificava-se por falta de “lubrificação” e rompia-se. Esse era uma das principais preocupações dos proprietários que arrendavam os alambiques, fazendo com que periodicamente inspecionassem a caldeira, para ver se o fundo tinha uma coloração dourada.

continuamente a massa dentro do recipiente com um pau de medronheiro, de castanho, de freixo ou folhado, quase sempre um cabo de enxada antes de ser aplicado na alfaia. Essa operação mantinha-se até a massa entrar em ebulição, sendo nessa fase que se colocava a cabeça e se fechava o circuito de condensação. Este processo originava uma acentuada transpiração no destilador, exigindo também um apurado olfacto para detectar, pelo cheiro, quando começava a produção de álcool, pois que, dependia dessa sensibilidade a “colocação da cabeça” e o aproveitamento integral de toda a aguardente. Esta bebida de medronho revelou-se, em determinadas épocas, como um importante recurso económico das aldeias⁷⁸⁸. Prova disso foi a produção anual declarada, aos fiscais na freguesia de Vide, no ano de 1943, 1 500 almudes, ou seja 60 000 litros⁷⁸⁹.

Já a aguardente de mel era menos usual nesta região, sendo produzida apenas pelos apicultores⁷⁹⁰. O processo de fermentação permitia o aproveitamento dos resíduos de cera e mel que tinha origem anualmente na “cresta” das abelhas. A fermentação resultava da colocação desses restos, assim como a água de lavagem de toda a operação de extracção de mel, num recipiente com uma percentagem de água que dependia da intensidade da doçura presente. Esta aguardente revelava-se muito difícil de fermentar pois o ciclo era variável, directamente relacionado com a temperatura ambiente.

Já a destilação se revelava fácil pois apenas entrava na caldeira a calda líquida da fermentação, depois de devidamente coada por um pano para não deixar entrar cera, que se fixaria à cabeça da caldeira, obrigando a um difícil trabalho de limpeza. Outro cuidado a observar prendia-se com o nível do líquido na caldeira, que se deveria situar em, pelo menos,

⁷⁸⁸ - “A aguardente de medronho era acondicionada em odres que eram carregados às costas para Unhais da Serra onde era vendida. Era esse dinheiro que dava para comprar roupa e calçado para a família.” Fonte oral: O senhor Joaquim Freire Cardoso, da aldeia de Muro, que em rapaz fazia esse trabalho com o seu pai.

⁷⁸⁹ - *Revista Altitude, ob. cit.*, p.26. O senhor Joaquim Gonçalves Pereira explicou que antigamente na sua aldeia, em Gondufo, além dos terrenos particulares e dos terrenos baldios que eram geridos pela Junta de Freguesia, havia o logradouro do povo, dividido pelos moradores na década de 1930. Antes disso, a apanha dos medronhos nesse terreno comunal respeitava um uso ancestral no qual, de comum acordo entre todos os moradores, se marcavam dias específicos para apanhar os frutos, em que cada casa habitada apenas poderia mandar duas pessoas para o terreno. Nas primeiras décadas do século XX, quando não havia relógio na torre da aldeia, havia um determinado habitante que assinalava a hora de saída através de toques no sino da capela. O senhor Joaquim ouviu contar ao seu avô paterno que, antes de haver sino, que no século XIX já existia, a hora de saída era marcada pelo aparecimento da Estrela d’Alva. Essa situação originava que as pessoas se levantassem muito cedo e andassem a observar o firmamento, tentando descortinar o momento certo para ir apanhar os medronhos.

⁷⁹⁰ - A destilação e embalamento de aguardente de mel e medronho são uma das áreas de negócio da única empresa transformadora da freguesia de Vide. Com instalações na aldeia de Barriosa, tem a designação social e comercial de Quinta do Espinho, Obras do Caratão.

um palmo abaixo do guergolo. Na verdade, a destilação desta fermentação produzia muita espuma, que se elevava pela cabeça do alambique podendo sair directamente para o receptáculo, estragando a aguardente. Por esse motivo a “ciência” – que neste processo queria dizer paciência – estava em aquecer muito lentamente a alambicada, evitando uma ebulição brusca e elevada⁷⁹¹.

A arquitectura do alambique revelava-se simples, aproveitando por vezes um espaço esconso de uma arrecadação, sem divisões e com o tamanho necessário para albergar uma fornalha, um tanque de água para refrigeração e um pequeno local para armazenar lenha.

Os equipamentos mais recentes, de fabrico industrial, são constituídos por uma caldeira em cobre, com uma capacidade variável entre os 100 e os 250 litros; uma cabeça no mesmo material; um tubo em serpentina do mesmo metal, que servia como condensador e um segundo tubo, também em cobre, que garantia a ligação de todos os elementos. Nos modelos mais antigos, de origem artesanal, a caldeira raramente ultrapassava os 120 litros de capacidade, a cabeça era de tamanho reduzido e o condensador resumia-se a um tubo em cobre rectilíneo, que ligava directamente a cabeça do alambique ao recipiente que recolhia a aguardente.

Durante muitas décadas revelaram-se muito importantes no território os alambiques ambulantes. Nas aldeias onde não existia poder de compra para a aquisição e instalação fixa de um equipamento, valiam os comerciantes da freguesia que tinham destilarias móveis que percorriam as aldeias⁷⁹².

O comerciante carregava, ou mandava carregar, muitas vezes às costas e à cabeça, o equipamento, para determinada aldeia onde instalava o alambique, provisoriamente, num determinado ponto do povoado onde ficaria durante cada safra de vinho ou medronho. Tinha nessa localidade uma pessoa da sua confiança que geria a “vez” de uso, e recebia as maquias e geria o uso da destilaria. Terminada a faina nessa aldeia, passaria eventualmente a outra repetindo todo o processo. Estes alambiques eram montados na rua, onde apenas se construía

⁷⁹¹ - A aguardente de mel é incolor tal como acontece com a de vinho e medronho. Por vezes encontra-se à venda na região, apresentada como produto tradicional local, uma bebida dita “aguardente de mel” com uma coloração amarelada, sabor adocicado e cheiro a mel, resultante de uma mistura de aguardente de vinho com mel, não passando de uma adulteração. Para atestar a veracidade da aguardente de mel, deita-se uma pequena quantidade na palma das mãos, esfregam-se energicamente e, após essa operação, o cheiro deve ser um aroma suave a cera de abelhas.

⁷⁹² - Existiram vários comerciantes na freguesia de Vide que traziam alambiques ambulantes pelas aldeias.

uma pequena fornalha, para assentamento da caldeira, servindo muitas vezes como tanque para arrefecimento um pipo velho onde se fazia passar o tubo condensador⁷⁹³.

Havia também agricultores, grandes produtores de vinho, que não tendo alambique, montavam na sua propriedade, ou junto a sua casa, uma destilaria móvel que alugavam.

A partir da década de 1960, os alambiques começaram por ser um equipamento presente nas explorações agrícolas locais, fruto de dois factores: por um lado, a emigração que fazia chegar às aldeias recursos económicos para investir na “terra”; por outro, a proximidade à pequena aldeia de Rio de Mel, já no vizinho concelho de Oliveira do Hospital, onde laborava uma família de artesãos ligados à manufactura de artigos em cobre, conhecidos como caldeireiros. O último a desaparecer, já na década de 1980, foi Albano “Caldeireiro” que, durante muitas décadas, se deslocou a Vide onde, aos domingos após a saída da missa, e uma vez por mês na feira mensal, entregava obra nova, material reparado ou recebia outro para consertar⁷⁹⁴.

Hoje os alambiques continuam a funcionar de forma tradicional em algumas aldeias. Uma moderna destilaria foi instalada no território na década de 1970, mas não se conseguiu impor como escolha dos agricultores, por motivos de acessibilidade, sendo relegada para uso exclusivo do proprietário.

Outra actividade desenvolvida na freguesia de Vide era a de metalurgia, possível pela existência de pequenas forjas. O ferreiro revelou-se até há poucos anos como um artífice indispensável ao bom funcionamento do mundo rural. O último que serviu as aldeias da freguesia de Vide, José Diamantino, desapareceu na década de 1990.

A aldeia de Vide concentrou os ferreiros que exerceram a arte a tempo inteiro, embora isso não os impedisse de tratar simultaneamente das suas propriedades agrícolas. Pela freguesia existiam outros artesãos, possuidores de uma bigorna e uma fornalha, que desempenharam uma função de apoio importante às comunidades sem, no entanto, evoluírem na arte, limitando-se a aguçar uns picos com que se moldavam pedras de xisto ou picotavam

⁷⁹³ - BRITO, Joaquim Pais de, *Retrato de Aldeia com Espelho*, ob. cit., fotografia n.º 67. Nesta foto pode observar-se como em Rio de Onor se fabricava aguardente na rua, à imagem do que acontecia na freguesia de Vide.

⁷⁹⁴ - Até à década de 1980, Vide recebia aos domingos, e no dia da feira mensal, outros artesãos da freguesia, ou de localidades limítrofes, que procediam da mesma forma junto dos seus clientes: cesteiros, ferreiros, tanoeiros, latoeiros, sapateiros fazendo da sede de paróquia um importante centro de trocas, vendas e local preferencial para fazer os mais variados negócios.

mós de moinhos, afiar guilhos para arrancar pedra, ou atenrar barras de ferro para estacoar videiras.

Uma ferramenta bem moldada, com uma têmpera adequada, dava à alfaia a resistência necessária para durar muitos anos. Construía-se dessa forma a fama do artífice que, quase sempre, ultrapassava as fronteiras da freguesia, alcançando outras aldeias mais distantes. Por isso se revelava importante identificar a obra feita com um símbolo: António Luís dos Santos usava as iniciais do seu nome gravadas em baixo relevo nos produtos que fabricava; José Diamantino usava uma estrela de cinco pontas com a mesma finalidade⁷⁹⁵. Além destes artífices, também António da Silva Brito exerceu em Vide a mesma profissão, trocada anos mais tarde pela função de carteiro.

Eram várias as alfaias agrícolas que se moldavam na freguesia: enxadas, sachos, machados, machadas, podões, roçadoras, enxadões com pico, enxadões de arrancar cepas. Também se fabricavam outras ferramentas de apoio ao mundo rural, tais como martelos de pedreiro, guilhos e cunhas metálicas, picos para picagem de mós de moinhos, barras de ferro para arrancar pedra, enchós, enfim, tudo o que era necessário para as actividades normais das comunidades. Moldavam ainda o ferro para artefactos da lida doméstica como trempes, “cadeias” ou tenazes.

É com estes artífices que chegam os gradeamentos em ferro, para varandas e escadarias, substitutos das tradicionais grades feitas em madeira.

Existiu também na aldeia da Obra um ferreiro, de apelido Carvalheira, que se revelou um mestre na forja funerária, construindo elementos decorativos em ferro para ornamentar as cabeceiras de campas. No cemitério paroquial de Vide é possível conhecer alguns desses trabalhos, portadores de uma pequena chapa metálica onde se identifica o artista e a respectiva morada⁷⁹⁶.

António Luís dos Santos introduziu na região a arte de produzir gradeamentos artísticos em ferro para varandas e escadarias. Foi entre as décadas de 1930 e 1960 que estabeleceu em Vide a sua actividade de ferreiro, complementada com uma mercearia, taberna

⁷⁹⁵ - Na freguesia de Vide, para lá desses dois artífices, comercializava alfaias agrícolas um terceiro, da vizinha freguesia de Aldeia das Dez, que usava como marca um losango, constituído por diversas pequenas incisões na ferramenta. Os agricultores iam optando por um artista, observando nas suas lides a qualidade das ferramentas que cada qual produzia.

⁷⁹⁶ - Segundo Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide, este artífice rondava os cemitérios das cidades mais próximas, como a Covilhã, onde se inspirava para o fabrico de novos moldes.

e pensão⁷⁹⁷. Natural de Vide, tinha saído ainda jovem para a vizinha vila de Oliveira do Hospital com o objectivo de aprender a arte de ferreiro e a de serralheiro artístico. Embora o seu traço mais marcante se deva aos gradeamentos metálicos, na verdade, o atributo das alfaias que produzia era de grande procura, podendo ainda hoje encontrar-se pelas aldeias ferramentas agrícolas em uso, exibindo a sua marca.

No caso de José Diamantino, cunhado de António Luís dos Santos, desenvolve a sua profissão como ferreiro especializado em alfaias agrícolas. Revela-se um exímio recuperador de ferramentas, desenvolvendo uma forma de reciclagem muito importante numa sociedade que revelava fracos recursos económicos. O método de atenrar uma ferramenta, consistia num processo que permitia refundir através do calor uma ferramenta gasta pelo uso, adicionando-lhe mais material ferroso ou adelgaçando o existente, dando-lhe depois nova têmpera. Em todas as alfaias se aproveitava o olhal, para se deitarem “meias solas” metálicas, transformando-as em produtos novos. Existia mesmo um mercado específico destes artigos, sendo mais acessível comprar uma enxada retemperada, do que uma alfaia nova.

Este artífice também se dedicou a colocar cabos de madeira novos em podões e ceitoiros, peças que se degradavam com facilidade pela exposição ao sol ou à humidade. Começava por cortar a madeira, preferencialmente de amieiro, por se revelar macia e fácil de dar acabamento, para se trabalhar sem aleijar a mão. A parte posterior da alfaia, em forma de espigão, era levada à fornalha até ficar em brasa, fazendo então passar pelo interior do cabo em madeira onde era fixado.

Com a chegada da electricidade à aldeia, este ferreiro comprou o primeiro aparelho de soldar a eléctrodos, passando a fabricar gradeamentos em ferro, portas e janelas⁷⁹⁸. No entanto, nunca se revelou um artista ao nível de António Luís dos Santos, que usava a forja para moldar, com o fogo, parte dos elementos que compunham um gradeamento. Já José Diamantino encontrara na moldagem a frio a solução para ornamentar as suas grades. Com esta inovação de materiais alterou-se o método de junção dos componentes, prevalecendo a

⁷⁹⁷ - António Luís dos Santos executou obra para praticamente todas as freguesias limítrofes a Vide. Como não existiam vias de comunicação, nem meios de transporte motorizados, contratava vários carregadores que levavam a obra semi concluída para as aldeias, onde era finalizada. Fonte oral: O senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide, que ajudou o artesão nesses trabalhos.

⁷⁹⁸ - Esta evolução foi enunciada pelos dois filhos, Amadeu e Manuel, jovens que mostravam interesse em desenvolver a actividade, com a introdução de dois novos produtos alternativos à utilização de madeira, as portas e janelas em ferro.

solda em substituição dos arrebites e outros elementos decorativos metálicos, que tinham nas antigas grades a dupla função de fixação e decoração.

A estrutura de uma forja revelava-se normalmente precária, um barracão em madeira coberto com telha, mudando de sítio sempre que a melhoria das condições de vida da aldeia o exigia. A forja de José Diamantino passa da margem esquerda da ribeira, junto à ponte de granito, para junto da ponte nova, para melhoria da rua de ligação à feira mensal. Na década de 1970, troca novamente de sítio para a Geia, um local sem habitação à época, para dar passagem à estrada para a aldeia de Muro⁷⁹⁹. Também a oficina de António Luís dos Santos se mudou duas vezes de lugar: da margem esquerda da ribeira, tendo passado para junto da “casa do medo”, próximo da igreja matriz, mudando-se definitivamente para as antigas garagens de autocarros, no sítio da Padaria Velha.

Com o tempo, a forja procurou situar-se longe de casas de habitação, amenizando o barulho do martelar o ferro na bigorna, que não se revelava bom vizinho. A necessidade de trabalhar durante a noite, para conseguir satisfazer as necessidades dos clientes, fazia também com que se procurasse um local distante do aglomerado populacional. Na verdade, devido à sua condição de barracão precário e moderado apetrechamento, facilmente se deslocava de lugar.

O equipamento destas forjas revelava-se escasso restringindo-se, tal como o espaço ocupado, ao essencial: uma fornalha que mantinha o carvão de pedra incandescente com o ar soprado por um fole – mais tarde substituído por uma ventoinha metálica; uma bigorna assente num tronco de sobreiro⁸⁰⁰; vários martelos, com uma das pontas em forma de bola ou cunha; pinças de diversas medidas, para segurar o ferro em brasa enquanto era moldado; limas em aço, para desbaste rápido; um recipiente com água, para dar a têmpera às ferramentas produzidas⁸⁰¹. Existia também um berbequim de coluna, de accionamento manual, equipado com uma enorme roda metálica na parte superior, que fornecia o balanço necessário para furar os elementos em ferro.

⁷⁹⁹ - Em 1972, a Junta de Freguesia pagou uma compensação de 1.500\$00 a José Diamantino para que este deslocalizasse a sua forja, sita à Ponte Nova, para permitir a passagem da primeira estrada de ligação à aldeia de Muro.

⁸⁰⁰ - As extremidades da bigorna terminavam em bico, de um lado com a configuração quadrada e do outro cónica, sendo nestas pontas que o ferreiro trabalhava o ferro em elementos artísticos, para os gradeamentos.

⁸⁰¹ - Este recipiente assumia várias formas e materiais: uma pia em granito, um recipiente escavado num tronco de madeira ou, por último, um tanque em tijolo revestido com cimento.

Tal como acontecia com outras actividades da freguesia, também a forja se revelava como um espaço de socialização e convívio. Local privilegiado de encontro entre os habitantes das diversas aldeias, servia ainda como difusor de notícias entre as comunidades, traziam-se novidades da aldeia de origem e levavam-se as últimas de outros locais. Era também ali que se gastavam algumas horas em conversas, nas noites longas de Inverno que terminavam, por vezes, num petisco confeccionado com uma galinha ou coelho que, por “acidente”, por ali tivesse passado.

Ao ferreiro interessava muita gente na forja pois normalmente ajudavam nas tarefas. Eram quase sempre essas pessoas que se iam revezando para abanar o fole, ou dar à manivela da ventoinha que ateava a fornalha. No Inverno os mais pobres e idosos procuravam essa tarefa, pois assim mantinham-se quentes ao longo do dia ou à noite.

Tal como tem acontecido com as outras artes rurais, também a última forja de Vide encerrou com a morte do artífice. Dela poucos se lembram, porque há muito tempo se instalou o hábito de comprar novo sem procurar revitalizar a alfaia usada.

4.5.1 - Os moinhos de cereais e os lagares de azeite

Existiam outros equipamentos de apoio à transformação de produtos agrícolas que, quase sempre, se situavam fora do conjunto urbano das aldeias. A sua funcionalidade, e utilidade, dependiam da proximidade dos locais que apoiavam. A localização destas construções era normalmente condicionada, não só pelos recursos materiais disponíveis para a sua edificação, como pelos locais de passagem das comunidades, facilitadores da sua fruição.

Os moinhos apresentam-se como as construções em maior número e mais espalhados pelo território, existentes em praticamente todas as aldeias, revelando-se as infra-estruturas mais duradouras, em funcionamento contínuo, até ao presente. Os vários componentes de um moinho encontram-se muito bem explicitados na investigação levada a cabo, na década de 1950, e editada pelo Instituto de Alta Cultura, mantendo-se na actualidade, com pequenas variações regionais, quase todas as designações⁸⁰².

A localização destes equipamentos foi quase sempre condicionada pelos cursos de água disponíveis, sendo edificados em locais geralmente de difícil acesso, onde as populações

⁸⁰² - DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal, Moinhos, Azenhas e Atafonas*, Porto, Edição do Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1959.

se dirigiam a diferentes horas do dia, de manhã, à tarde ou durante a noite. O número elevado de população, até à década de 1960, obrigava ao aproveitamento de todas as horas disponíveis para laboração, condicionante que derivava do número de moinhos existentes, ou da escassez de água, principalmente durante o período estival.

Podiam encontrar-se várias tipologias de moinhos, assim como diferentes formas de gestão de recursos hídricos para o seu funcionamento. Junto das ribeiras com água durante todo o ano, principalmente a ribeira de Alvoco, ribeira de Loriga e a ribeira de Piódão, situavam-se as unidades equipadas com mós de maior dimensão, que a água em maior abundância permitia ter, funcionando sem interrupções sazonais.

As infra-estruturas acessórias a estes moinhos eram, quase sempre, constituídas por um açude de derivação, construído no leito do curso de água, e uma levada que ligava esse ponto ao engenho de moagem. Estas obras tornavam-se caras, dependendo sempre da altura da represa, assim como do local de construção que envolvia mais, ou menos, material e mão-de-obra.

O valor total da obra determinava, regra geral, o regime de propriedade. Por vezes havia a necessidade de se juntar vários proprietários para edificar o moinho, repartindo então os dias de utilização do mesmo, de acordo com a quota-parte de investimento feito.

Existiam ainda moinhos que foram instalados ao longo de pequenos ribeiros, recebendo água apenas durante parte do ano, dependendo sempre da pluviosidade ocorrida e da necessidade de antecipação dos períodos de rega⁸⁰³. Esses moinhos eram, regra geral, muito pequenos, equipados com mós muito finas, e tinham um período de funcionamento que ocorria normalmente entre os meses de Outubro e Maio.

No entanto, o represamento da água para rega em grandes poças, permitia que alguns desses engenhos funcionassem umas certas horas por dia, durante o tempo em que a água era utilizada na rega das culturas.

Implantavam-se em alguns locais da ribeira do Alvoco núcleos de moinhos que trabalhavam com água, derivada do mesmo açude, por vezes em cascata. O grupo mais conhecido situa-se na aldeia de Barriosa, no local conhecido como Poço da Broca, constituído por três engenhos que, até à década de 1980, partilhavam a água com um lagar de azeite.

⁸⁰³ - Os períodos de rega tinham dias e meses fixos para começar, dependendo da aldeia onde ocorressem, condicionando sempre o funcionamento desse moinhos.

Destacam-se no território três moinhos, num total de 81 recenseados no trabalho de campo, que diferem dos restantes tanto na arquitectura como na estrutura produtiva⁸⁰⁴.

O Moinho do Salgueiral evidenciava-se por ser o único que contemplava um piso superior, destinado à habitação do moleiro⁸⁰⁵. Aqui viveu José Salvador com a sua família, constituída por cinco pessoas, nas décadas de 1940 a 1960. O edifício contemplava nas paredes exteriores aberturas específicas para a entrada de pombas, tal como acontecia em certas casas de habitação locais, e, no logradouro, existiam currais para criação de animais.

Outro moinho, não muito longe do anterior, situado na ribeira do Piódão, conhecido como o Moinho da Areira, diferenciava-se dos restantes por comportar duas mós impulsionadas por dois mecanismos distintos: a primeira ligava a um rodízio horizontal, de uso corrente na região, e a segunda era “tocada” por uma roda hidráulica vertical. Este engenho foi construído na década de 1920 por um carpinteiro local, Severino Lopes, após ter regressado do Brasil onde foi emigrante.

Não se conheceu na freguesia outro moinho que comportasse duas mós funcionando em simultâneo, ou que tivesse como força de impulso uma roda hidráulica vertical. Curiosamente, as obras acessórias deste moinho revelam-se muito reduzidas, suportadas num pequeno açude que desvia as águas da ribeira para uma levada que assenta num muro de xisto de baixa altura, com uma distância inferior a 50 metros até ao edifício. A construção comporta também um pequeno sótão de apoio, outro pormenor que não foi detectado nos restantes moinhos⁸⁰⁶.

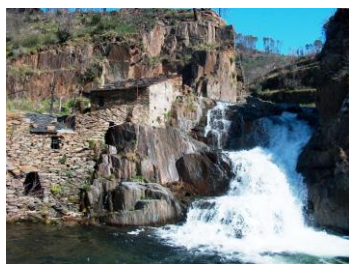
Na aldeia de Muro, num aproveitamento agrícola conhecido como a “Obra”⁸⁰⁷, existem dois moinhos que funcionavam em cascata, com a particularidade de um deles estar construído na parede de suporte do terreno agrícola, a uma cota de nível abaixo da terra de lavoura.

⁸⁰⁴ - Na recolha de campo foram identificados 81 moinhos, existindo, no entanto, algumas dúvidas sobre a verdadeira existência de um deles, face à falta de vestígios arqueológicos no local.

⁸⁰⁵ - Este moinho, situado em Vide, na margem direita da ribeira do Alvoco, era pertença do professor José Ribeiro da Costa Nobre que possuía outro engenho em frente, na margem esquerda, conhecido como o Moinho das Ameixoeiras. Estes moinhos nunca foram explorados directamente pelo proprietário tendo sempre moleiros que pagavam uma renda, muitas vezes em géneros, milho ou farinha.

⁸⁰⁶ - Este moinho foi o último em funcionamento com laboração comercial. Pertença de Abílio da Fonseca Brito, esteve em funcionamento até 2005, moendo milho para clientes espalhados um pouco por todas as aldeias da freguesia. O cliente preferencial, face às quantidades consumidas, foi um comerciante da vizinha aldeia de Malhada Cilhas que, ainda hoje, se dedica ao fabrico de pão de milho (broa), para comercialização ambulante.

⁸⁰⁷ - Mais à frente se falará deste tipo de aproveitamento agrícola.



Fotos n.º 83, 84 e 85: Moinhos situados na freguesia de Vide

Fonte: Autor

Esta construção evidencia, uma vez mais, a capacidade local para aproveitamento dos recursos potenciais existentes. Por um lado, foi cortado o leito da ribeira de Loriga para aproveitamento agrícola e, por outro, construíram um moinho na muralha de suporte do terreno ganhando, dessa forma, o declive necessário para criar potência hidráulica.

Importa ainda mencionar outro moinho, de posse de um só dono, que se encontrava em funcionamento na aldeia de Baloquinhas. Este engenho trabalhava continuamente apenas durante o período de Inverno, pois o barroco da Horta, curso de água presente, secava na Primavera e Verão devido à tapagem das poças. Mandado edificar por João Augusto Brandão, no princípio de 1900, contava com um tanque de grande capacidade, que permitia o seu funcionamento na época de regadio.

As mós eram muito finas, o que possibilitava moer milho com pouco caudal, enquanto durava a rega dos terrenos algumas horas por dia, o que obrigava a um cuidado redobrado por parte do proprietário que, quando deitava as águas de rega, tinha que colocar o moinho em funcionamento, e antes que a água terminasse tinha que parar a mó, para não ficar enlodado⁸⁰⁸.

Na visita efectuada foi possível identificar dois vestígios que parecem indicar que, no local, foram usados dois tipos de mós de diferentes materiais. Num dos cantos do moinho existe uma pedra de xisto, com um orifício central, muito semelhante à mó do poiso e que poderá ter tido essa função, pois apresenta-se com a superfície picada como acontece nos outros engenhos. Reforça esta ideia a presença de uma mó andadeira, em madeira, enformada por um arco em ferro que garantia a sua consistência. Este grupo de moagem parece ter relação com uns moinhos conhecidos na região como caroleiros, que produziam carolo ou

⁸⁰⁸ - Neste caso não será muito correcto aplicar o termo enlodar, mas parece o mais próximo do que aconteceria se o moinho parasse por falta de água.

farinha mais grosseira.

A produção de carolo era muito usual para a alimentação humana neste território. Por exemplo na aldeia de Gondufo havia uma habitante que, quando faltava a água na ribeira para mover os moinhos, usava um pilão de madeira com que esmagava o milho, numa espécie de almofariz em pedra⁸⁰⁹. Também em Casal do Rei havia habitantes que usavam as concavidades nas rochas, das margens da Ribeira de Loriga, para fazer carolo. Colocavam o milho na cavidade natural e com uma rebola esmagavam os grãos⁸¹⁰. As papas de carolo eram muito comuns na gastronomia local, sendo cozido em água, sal e azeite ou então, por vezes nas épocas festivas, cozido em leite e adoçado com mel ou açúcar.

Fontes orais da aldeia de Muro referem moinhos de sangue, tocados pela força humana, que se fundam no aparecimento na Volta do Serra de duas pequenas mós, que seriam impulsionadas manualmente. Estes objectos terão sido dados por Albino Cardoso ao Padre Jaime Pinto Pereira, de Alvoco da Serra, na década de 1980. Estas mós, que Rocha Peixoto designou por moendas de mão, apareceram em freguesias limítrofes e, segundo o etnógrafo, foram as estiagens sazonais quem as manteve em funcionamento até ao século XX⁸¹¹.

Os moinhos apresentam-se como o equipamento produtivo que teve o regime jurídico de propriedade mais complexo, de todos os que ocorreram no território. Mais fraccionado na posse, com uma fruição mais repartida onde, por vezes, o proprietário do terreno onde o engenho fora edificado detinha uma pequena parte no direito de utilização ou, em casos raros, não tinha parte no moinho.

Apenas 17,5% dos moinhos identificados registavam a posse de um único dono. Os restantes registam uma co-propriedade que pode ir até ao limite de 10 proprietários. A utilização era repartida por períodos de tempo, respeitando a quota-parte detida no moinho e o ciclo em que decorria a “andada”. O exemplo do moinho das Sobreiras, na aldeia de Vide, é paradigmático dessa fruição: a andada, período de rotação na utilização entre todos os proprietários, tinha a duração de seis dias. Dos nove proprietários, três tinham 24 horas cada um, em dias certos da semana de Segunda-feira a Domingo. Os restantes proprietários tinham

⁸⁰⁹ - Fonte oral: O senhor Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo.

⁸¹⁰ - Abel Santos de Brito, da aldeia de Casal do Rei, conta que o “Ti Albino”, quando não havia água na ribeira para mover os moinhos da aldeia, costumava produzir carolo da forma descrita.

⁸¹¹ - ROCHA PEIXOTO, António Augusto da, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, 2.ª Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, pp.146-150.

meio-dia cada, em dias certos da semana, mas alternando semanalmente o período de fruição: se numa semana “moera” no período manhã/noite, na seguinte iria moer de noite até ao amanhecer, respeitando-se esta alternância durante todo o ano.

Este revezamento justificava-se pela sazonalidade da água disponível nos ribeiros. A agricultura intensiva que se praticava espalhou pelo território uma intensa rede de sistemas de rega que, ao longo das 24 horas, absorviam a água disponível de forma irregular. Essa utilização concorria para um caudal mais intenso em determinadas horas, obrigando à alternância da fruição dos moinhos em meios-dias, para que nenhum proprietário fosse prejudicado.

Já na aldeia de Barriosa, os três moinhos junto ao Poço da Broca, tinham uma repartição diferenciada entre eles. O Moinho de Cima tinha uma andada de sete dias, havendo detentores de 24 horas e de 12 horas, sendo a mudança de vez às seis horas da tarde ou da manhã. Já o Moinho de Baixo tinha um ciclo de oito dias, adiantando o fruidor um dia em cada semana, ou seja, se esta calhava à Terça na próxima seria na Quarta-feira e assim por diante. Quanto ao Moinho da Ponte, estava dividido numa roda de 17 dias revelando-se, pela estrutura de xisto, como o mais antigo de todos.

Estes moinhos tinham em comum algumas particularidades que se podiam repetir em alguns engenhos da freguesia: beneficiários que detinham um dia completo, ou meio-dia, por andada, para moer em cada um deles; a paragem obrigatória em noite e dia de Natal; a alternância nas andadas, para quem tinha apenas meio-dia de fruição, uma semana das seis da tarde às seis da manhã, na seguinte das seis da manhã às seis da tarde. Também quando havia cheias paravam os moinhos para não enlodarem, retomando a produção assim que o leito da ribeira oferecesse as condições necessárias para o normal funcionamento, moendo o proprietário que tivesse vez no primeiro dia de enchente⁸¹².

Quando não se possuía quinhão num moinho tinha que se recorrer a um moleiro, que moía o milho em troca do pagamento de uma maquia. Essa percentagem rondava as 100 gramas de farinha, por cada quilo de milho, sendo normalmente retirados 1300 gramas de farinha, por cada alqueire de milho entregue. O moleiro, se era arrendatário, pagava de renda ao proprietário um alqueire de farinha, por semana.

Tecnicamente os mecanismos de moagem apresentam diferenciações regionais, quase

⁸¹² - Fonte oral: Maria Freire de Brito, da aldeia de Barriosa, proprietária nos moinhos referidos.

sempre impostas pelo tipo de cereal a moer. Não foi possível determinar se as mós existentes foram evoluindo ao longo do tempo, acompanhando a difusão da cultura do milho no território, revelando uma adaptação ao “novo” cereal que substituiu o centeio como o pão destas comunidades. É sabido que, em determinadas regiões, o centeio obrigava à utilização de mós andadeiras, de base plana. Já as mós superiores usadas nos moinhos da freguesia de Vide têm a base, na quase totalidade, ligeiramente côncava da parte exterior para o centro, ocupando aproximadamente dois terços do seu diâmetro.

Na obra *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal* é feita uma descrição pormenorizada de vários moinhos e azenhas que se podem identificar localmente. Nessa obra é explícito que os diversos equipamentos têm designações diferentes de região para região, o que se justifica por questões de particularismos relacionados com abreviaturas locais. Por exemplo, o pejadouro destas aldeias das Serras da Estrela e do Açor é o tolhedouro nas aldeias da serra de Montemuro⁸¹³.

De todos os equipamentos do moinho apenas as mós, que eram em granito, a segurelha, o veio e o varão que ligava ao pejadouro, feitos em ferro, não eram feitos com materiais locais. O edifício, a levada e o açude eram construídos com pedras de xisto; o cubo, a pela, a moega, o rodízio e o urreiro, a quelha e o chamadouro, em madeira; o barro era utilizado para calafetar todos os orifícios por onde se poderia sumir a farinha.

Os materiais utilizados foram evoluindo, acompanhando a chegada de produtos novos, que as primeiras vias rodoviárias permitiram transportar. A cale, que possibilitava a condução da água desde a levada de derivação até ao rodízio, originalmente feita de um tronco de pinheiro escavado, passou gradualmente a ser construída em cimento ou com manilhas em grés ou betão⁸¹⁴.

Outra alteração significativa ocorreu já na década de 1980, com vista a contornar o desaparecimento físico dos artífices que construía e davam assistência técnica aos

⁸¹³ - MENDES, Maria Teresa Dias Peralta, *Montemuro um despertar de antanho*, Viseu, Edição Palimage Editores, 2006, pp.76-77. Confrontar o anexo X onde se descrevem os vários componentes de um moinho como foram identificados pelo senhor Abel Santos de Brito, da aldeia de Casal do Rei.

⁸¹⁴ - Como fica claro na obra citada, as designações dos vários componentes de um moinho variam de região para região, até mesmo entre aldeias vizinhas. Por exemplo o chamadouro, pau em cruz que faz ligação entre a mó andadeira e a quelha, é conhecido em diferentes aldeias da freguesia de Vide como o tangerico, o tremelique ou ainda o treme-treme.

engenhos⁸¹⁵. Surgiram então os primeiros rodízios completamente metálicos que, em poucos anos, substituíram os antigos construídos em madeira de pinheiro⁸¹⁶.



Fotos n.º 86, 87 e 88: Uma ida ao moinho; Picagem da mó; o último moleiro de Vide

Fonte: Autor

O rápido abandono dos moinhos foi ainda determinado pela chegada da energia eléctrica às aldeias da freguesia de Vide, a partir da segunda metade da década de 1970. Uma vez mais destaca-se o forte individualismo que progressivamente se foi instalando nas comunidades desta região, desta vez contribuindo para o abandono dos sistemas tradicionais de moagem. A electricidade permitiu a compra de pequenos moinhos eléctricos, que trouxeram mais comodidade a uma população que começara a envelhecer e a revelar dificuldade em se deslocar aos engenhos que, por vezes, se encontravam afastados da aldeia. Outros factores se podem apontar para o abandono definitivo destas infra-estruturas: falta de água durante o período de rega; a co-propriedade que nem sempre correspondia a uma boa convivência entre donos ou a falta de artífices, factores que contribuíram para o abandono da prática de moagem.

Na actualidade existem na freguesia de Vide dois habitantes que, por especial favor, reparam moinhos. São filhos de antigos artífices que dedicaram a sua vida à manutenção das muitas moendas que laboraram no território. Estas profissões, transmitidas de geração em geração, deixaram uma paixão que “obriga” a acorrer aos poucos engenhos em funcionamento.

⁸¹⁵ - Na freguesia de Vide existiram vários artífices ligados ao moinho: o carpinteiro que construía as cales, as moegas, os rodízios e as penas; o pedreiro que reparava os danos nas paredes de xisto e tapava as beiras nas coberturas de lousa; o ferreiro que moldava a segurelha e manufacturava argolas de ferro, que fixavam o veio do rodízio ao lobete. Havia também agricultores que se destacavam pela sua capacidade na picagem de mós. Na verdade, quando havia a necessidade de efectuar uma reparação no engenho, recorria-se ao artífice segundo a sua especialização.

⁸¹⁶ - No concelho de Montalegre, na recuperação tradicional de um moinho, apoiada pelo Parque Nacional da Peneda do Gerês, apenas se usou o rodízio em ferro mantendo a pela, veio que transmite a energia motriz, em madeira.

Na actualidade, 2012, contam-se três moinhos que funcionam, sazonalmente, nas aldeias de Casal do Rei, de Barriosa e em Vide.

Lagares de azeite

Outra infraestrutura presente no território, relacionada com a transformação de produtos agrícolas locais, são os lagares de azeite, dos quais foi possível identificar sete unidades na área da freguesia de Vide⁸¹⁷. Estas construções, tendo em conta os equipamentos utilizados, que devido à complexidade tecnológica, ao tamanho e à dificuldade de transporte e instalação, acarretavam sempre um elevado custo económico.

Na sua origem estes engenhos foram construídos, quase sempre, por abastados proprietários que raramente procuraram parcerias, provavelmente porque o retorno económico se apresentaria facilitado devido ao pequeno número de fábricas existentes. Por vezes, a complexidade de funcionamento, permitia um rendimento extra, pois que, era possível “maquiar” paralelamente o produto⁸¹⁸.

Com o decorrer dos tempos, esse regime de propriedade foi sendo alterado, fruto da partilha entre vários proprietários, tanto por heranças como por venda.

Estes lagares funcionaram de forma primitiva até ao seu encerramento. O seu abandono gradual teve origem na falta de acessos rodoviários, na ausência de evolução tecnológica dos mecanismos, contribuindo ainda o abandono da cultura da oliveira apoiado pela forte emigração que atingiu o território. Foi decisiva também a falta de mão-de-obra para trabalhar na fabricação do azeite, decorrente das más condições de trabalho e dos fracos salários praticados⁸¹⁹.

Na verdade, mesmo no final do século XX, ainda os lagareiros carregavam no dorso sacos de azeitona com mais de 60 quilos, estando ao serviço 24 horas por dia, sete dias por

⁸¹⁷ - Lagar do Ribeiro e Lagar da Avesseira, em Vide; Lagar de Coucedeira; Lagar de Gondufo; Lagar de Casas Figueiras; Lagar de Casal do Rei e Lagar de Barriosa.

⁸¹⁸ - Uma forma de aumentar as maquias era através da retenção de azeite nos tanques de tratamento das águas rússas. Estes reservatórios funcionavam em sifão permitindo reter o azeite que tinha sido expelido das tarefas com o escoamento do aziabre. Periodicamente estes tanques eram abertos, sendo o azeite retirado e purificado através da passagem com bagaço de azeitona e caldeamento com água a ferver. O produto obtido era para o proprietário do lagar. Existe localmente um ditado popular que fazia referência dissimulada a este facto: “a azeitona dá-a Deus, o azeite dá-o o Diabo”. Embora fosse do conhecimento dos donos da azeitona, na verdade quase ninguém contestava este rendimento extra porque, provavelmente, considerava-se esse ganho merecido face ao desgaste do engenho.

⁸¹⁹ - Fonte: Manuel Inácio da Silva, da aldeia de Vide, que foi administrador do Lagar do Ribeiro, em Vide, nas décadas de 1970 e 1980.

semana, sem condições básicas de higiene e, quase sempre, em troca de fraca recompensa.

Apesar disso, durante muitas décadas, este trabalho foi disputado, havendo muitos homens que procuravam um lugar na faina sazonal. Como o período de fabricação de azeite decorria normalmente entre Novembro e Janeiro, época de Inverno que não proporcionava trabalho assalariado nos campos, ser lagareiro facultava a possibilidade de ter algum rendimento nesse período. Concorria ainda para esta procura a “bucha”, que normalmente estava associada ao acarreto da azeitona de casa do proprietário para o lagar, e do azeite em sentido inverso, ajudando ao sustento diário e ao aumento do rendimento líquido do salário.

Durante as últimas décadas, de 1960 a 1990, o trabalho de lagareiro foi quase sempre desempenhado por resinheiros, que encontravam nesta actividade um complemento ao seu trabalho⁸²⁰.

As equipas eram normalmente formadas por três trabalhadores, com funções repartidas entre a chefia e a produção, normalmente dois trabalhadores liderados por um mestre⁸²¹. Os sete lagares existentes funcionavam de modo distinto. No de Barriosa trabalhava um mestre e um moedor, sendo o lanheiro pago apenas para recolher e carregar a lenha necessária ao aquecimento da caldeira. Se ajudasse noutra tarefa recebia meio litro de azeite de recompensa, por cada dia ou noite. Nos dois lagares de Vide, lagar do Ribeiro e lagar da Avesseira, as equipas eram constituídas por um mestre e dois lagareiros, que garantiam todas as tarefas necessárias, desde o acarreto da azeitona ao da lenha, passando por todas as outras funções necessárias ao fabrico do azeite.

Já no lagar de Casas Figueiras eram apenas contratados um mestre e um lagareiro, sendo o processo de produção auxiliado pelo dono da azeitona.

O lagar de Gondufo tinha como equipa de trabalho um mestre, um lanheiro e um moedor. No entanto, distinguia-se dos restantes engenhos, pelo facto de o agricultor carregar a azeitona para o lagar e o azeite para casa. Se o dono da azeitona desse quartel aos lagareiros, ficava na posse do bagaço, podendo levá-lo para integrar na alimentação dos animais⁸²². Se assim não fosse, os resíduos produzidos ficavam na posse dos lagareiros, vendendo-o a

⁸²⁰ - A resinagem começava no mês de Fevereiro com a desencarrasca dos pinheiros, terminando no mês de Novembro com a raspa. Os meses restantes eram coincidentes com o período de funcionamento dos lagares.

⁸²¹ - Havia alguns lagares próximos onde as equipas eram formadas apenas pelo mestre e um lagareiro. O dono da azeitona tinha de auxiliar esses dois trabalhadores, quando a sua produção estivesse a ser processada.

⁸²² - Durante muitos anos o bagaço era armazenado devidamente compactado, sendo incluído na alimentação dos porcos ao longo do ano.

compradores que o carregavam em machos para revenda em fábricas.

Havia, ainda, lagares em que eram os donos quem fornecia a lenha necessária à safra, recebendo um litro de azeite por cada moinho de azeitona processado.

Até à década de 1960 era costume o proprietário carregar, ou pagar a quem carregasse, a sua azeitona até ao lagar recolhendo e transportando, em sentido inverso, o azeite. A chegada das estradas às aldeias criou condições aos lagareiros para ir buscar a azeitona a casa dos proprietários, tarefa então facilitada pelo uso de veículos automóveis⁸²³.

A escolha dos lagareiros era da responsabilidade do mestre, com o consentimento do administrador, procurando escolher sempre uma boa equipa de trabalho, para garantir um bom funcionamento do lagar e granjear a simpatia dos clientes e a preferência dos proprietários.

Os lagareiros tinham ainda como missão extra, sem retribuição pecuniária ou outra, proceder à limpeza do lagar, lavar as seiras, as sacas, os odres ou latas de transporte de azeite, assim como de todo o edifício, no início e no final da faina.

Nas últimas décadas a função desses homens regulava-se pelas seguintes actividades: carregavam a azeitona de casa do cliente para o lagar, colocavam-na no pio para ser esmagada, transportavam a massa moída do pio para o enseiramento, ajudavam a caldear, sangravam as tarefas, colocavam lenha na fornalha para aquecimento de água, enchiam a caldeira com água, ajudavam na medição do azeite aprontando os odres onde transportavam o azeite para casa dos clientes. Em todas as actividades, o momento de maior responsabilidade, e tensão, correspondia ao da medição do azeite. Os lagareiros colocavam a jeito as latas de transporte onde o mestre colocava o resultado da colheita, e organizavam a entrada das maquinas na pia existente no lagar para o efeito. Por último, carregavam o azeite até à casa do proprietário. A operação de entrega de azeite poderia ter as duas faces de uma moeda: se a “funda” fosse boa, o dono do azeite ofereceria uma refeição ligeira com pão, vinho, queijo, chouriça ou presunto. Se assim não fosse, poderiam receber uma palavra de desagrado e, excepcionalmente, um copo de vinho para o caminho.

Os lagareiros tinham ainda como função garantir o fornecimento de água à roda motriz do lagar, uma tarefa nem sempre fácil. Havia muros que caíam e obstruíam a levada, ramos

⁸²³ - Ao longo de várias décadas existiram poucos veículos automóveis na freguesia, o que originava que se recorresse a carros ligeiros, carrinhas ou camionetas para o transporte da azeitona até ao lagar. Até 1975 verificou-se a ausência de tractores agrícolas no território. O primeiro tractor foi comprado por um retornado das antigas colónias, que assim criou o seu próprio emprego trabalhando em regime de aluguer.

que tapavam a água na barbacã do açude, levadas que aluíam. Essas ocorrências originavam trabalho suplementar, a qualquer hora do dia ou da noite, com bom tempo ou chuva. O lagareiro era obrigado a preparar-se com um lampião a petróleo ou uma lanterna de azeite, saca de sisal pela cabeça a servir de capucho, pois, sem água, não se produzia azeite.

Já o mestre do lagar tinha como missão permanecer dentro das instalações, zelando pelo bom funcionamento do lagar⁸²⁴. Era ele quem ordenava a “vez” de moer de cada cliente, as horas em que se devia deitar a azeitona para o pio, lembrar os lagareiros sobre tarefas diárias que o cansaço, por vezes, varria do pensamento. Tanto poderia ser o elo de ligação entre o lagar, o cliente e o administrador como proceder ao enseiramento da massa de forma correcta, para que a pilha de seiras não caísse, quando a vara descarregasse todo o peso sobre ela.

Era também sob a sua responsabilidade que decorria o período mais crítico de todo o processo de fabricação de azeite, a caldeação, ou seja, a preparação do azeite para entregar ao proprietário. Mandava deitar água a ferver sobre o azeite para o purificar, manipulava a “tenta” para caldear a água quente com o azeite, vigiava o período de repouso do produto na tarefa e media a produção, retirando a correspondente maquia para o lagar.

Apresentando-se o território povoado de micro propriedades e múltiplos proprietários, acontecia com frequência que um moinho de azeitona fosse pertença de diversos agricultores. Cabia então ao mestre apontar quantas porções compunham uma moagem, e quantos quilos de produto pertencia a cada cliente. Mais tarde, quando o azeite ficava pronto na tarefa, tinha que proceder à partilha equitativa entre todos eles, segundo a contribuição de cada um para o bolo: principiava por usar a tenta para determinar a quantidade integral de azeite produzido, fazendo o cálculo da funda⁸²⁵. Começava então a medição do azeite, retirando no início um

⁸²⁴ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, Idanha-a-Nova, Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2005. Este autor explica, nas páginas 112-121, diversas disposições régias e concelhias que regulamentavam a actividade dos mestres e lagareiros. Todos os mestres estavam obrigados a fazer um teste de conhecimentos perante dois “oficiais lagareiros”, nomeados pela Câmara Municipal. Desconhece-se se tal procedimento se aplicava em Vide enquanto foi concelho. Sabe-se que o mestre tinha uma aprendizagem da “arte” ao longo de vários anos, enquanto desempenhava as funções de lagareiro. Normalmente assumia as funções de chefia quando o dono do lagar, ou o administrador, assim o determinassem ou, em situação de recurso, quando o mestre adoecesse. A obra mencionada revelou-se importante para este capítulo pois descreve alguns lagares do território em estudo.

⁸²⁵ - A funda era a percentagem de azeite produzida, por cada cem quilos de azeitona, ou, onde não havia balança decimal, por cada dez gamelas.

litro de azeite para a lenha e uma “canada” para a maquia⁸²⁶.

Se o moinho não fosse apenas de um proprietário, sendo a maquia meia canada por cada 12 litros, havia então que dividir o líquido pelos vários clientes, de acordo com a quantidade de azeitona com que tinham contribuído para o total. Feita essa primeira ronda, voltava-se a calcular a quantidade que permanecia na tarefa voltando a maquiar segundo a quantidade prevista, e procedia-se a nova divisão entre os vários proprietários. A previsão da quantidade de azeite na tarefa regulava a distribuição: conforme a quantidade ia diminuindo na tarefa, a medida da maquia acompanhava essa redução. O processo repetia-se até não haver mais azeite⁸²⁷.

A sabedoria do mestre do lagar derivava de uma longa aprendizagem tida enquanto desempenhara a função de lagareiro. Na verdade, pode dizer-se que havia uma hierarquização da função, não havendo mestre que não tenha passado pela fase de azeiteiro, antes de aceder à categoria máxima.

Um lagar captava, mais ou menos clientes, consoante a arte do mestre em fabricar bom azeite, na obtenção de boas percentagens, na medição exemplar do líquido para uma clientela que, devido à sua iliteracia, nem sempre compreendia a partilha e medição do azeite recebido.

Quando, devido ao entulhamento, a qualidade da azeitona se revelava má, eram os conhecimentos do mestre quem permitia produzir um bom azeite, retirando o excesso de acidez. Usava “mezinhas” que se revelavam autênticos segredos, que iam passando de geração em geração, de mestres de lagar.

No entanto, o que mais contava num lagar era a seriedade dos trabalhadores, escolhendo o olivicultor o local para produzir o seu azeite de acordo com a confiança na equipa contratada.

Os rendimentos auferidos diferenciavam-se segundo a categoria profissional, o lagar em que se trabalhava, ocorrendo quase sempre uma retribuição mista em dinheiro e géneros, azeite ou bagaço. Normalmente era o mestre quem escolhia a equipa, acertando o vencimento e as condições de trabalho com o lagareiro, após trato feito com o dono ou administrador do

⁸²⁶ - O litro de azeite para a lenha era uma quantidade única por cada moinho, independentemente da boa ou má produção do mesmo. O mesmo já não acontecia com a maquia, que era proporcional à produção do mesmo, cerca de 16,60% do total produzido.

⁸²⁷ - No final, as borras eram dadas ao proprietário, que as levava para casa onde as colocava em descanso para aproveitar mais alguma quantidade de azeite. Se assim não fosse iam para o tanque das águas ruças onde repousavam, sendo o azeite retido retirado regularmente.

lagar.

O lagar da aldeia da Barriosa tinha um único trabalhador que, sozinho, fornecia a lenha necessária para o aquecimento da água da caldeira. Por esse trabalho recebia, por cada moinho processado, um litro de azeite e o bagaço⁸²⁸. Se prestasse outros serviços na safra, recebia azeite extraordinário pelas tarefas desempenhadas.

Havia ainda lagares onde os proprietários forneciam a lenha. O litro de azeite correspondente a cada moinho era então retirado para a pia das maquinas, em conjunto com a maquia, ficando propriedade do dono do engenho. Neste caso também o bagaço pertencia ao proprietário do lagar, que o gastava em proveito próprio ou vendia, a pessoas da aldeia e, mais tarde, a comerciantes. Aqui os lagareiros e o mestre eram pagos a dinheiro, recebendo de bónus um litro de azeite cada um, por cada noite trabalhada⁸²⁹.

No lagar da aldeia de Gondufo, a maquia era de um litro para o lagar em cada 13 litros para o agricultor. No entanto, antes de se iniciar a medição era retirado meio litro para a pia das maquinas. Quando o produtor desse quartel podia levar o bagaço da azeitona para casa, caso contrário ficava pertença da equipa de trabalho, mestre, lanheiro e moedor⁸³⁰.

Quando o lagar era propriedade de várias pessoas, estes, entre si, nomeavam um administrador que podia ter um mandato de um ou vários anos, competindo essa função a um dos donos ou a uma pessoa de confiança dos mesmos. A sua função dividia-se em diversas áreas, procurando sempre o equilíbrio entre os interesses dos olivicultores e dos proprietários do lagar. Sendo um elemento de ligação entre patrões e empregados, procurava com o mestre, depois de o ter contratado, acertar o montante dos salários dos trabalhadores. Controlava periodicamente a divisão das maquinas cobradas, entre os vários proprietários consoante a sua quota-parte, mandava proceder a reparações do lagar antes e durante a campanha, respondia pelos donos perante as autoridades em questões legais, comprava equipamentos ou produtos necessários ao bom funcionamento do engenho.

⁸²⁸ - Este lanheiro chamava-se Artur de Castro. O litro de azeite para a lenha era o primeiro a ser medido, mesmo antes da maquia. O bagaço era usado para a alimentação dos porcos e outros animais. Mais tarde, graças à chegada das estradas, começaram a aparecer nestas aldeias comerciantes que compravam o bagaço da azeitona, para ser reprocessado noutras fábricas.

⁸²⁹ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.121. O autor indica que, em 1988, na vizinha freguesia de Teixeira, foram pagos por dia, 24 horas, mil e duzentos escudos e dois litros de azeite ao mestre, e seiscentos escudos e um litro de azeite a cada um dos lagareiros. De unidade para unidade estes valores variavam, respeitando determinadas condicionantes como o local, a clientela, o direito à venda de bagaço, ou condições de transporte da azeitona ou da lenha.

⁸³⁰ - Fonte oral o senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo, que foi mestre deste lagar durante 30 anos.

O administrador, que era um proprietário ou amigo próximo dele, em geral não recebia qualquer pagamento havendo, no final da safra, uma gratificação em azeite, variável de acordo com o trabalho desenvolvido e a qualidade da colheita.

Apesar de todas as dificuldades, que se depreendem pelo que foi descrito, o fecho definitivo de todos os lagares de vara, da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alvoco, ocorreu com a legislação sobre protecção ambiental promulgada no dealbar do século XXI. A necessidade de tratamento dos resíduos líquidos provenientes do processamento da azeitona, conhecidos localmente como aziabre, veio a obrigar à construção de estações de tratamento, economicamente inviáveis para os proprietários, tendo conduzido ao abandono de todas as infra-estruturas ainda em laboração.

Quando o encerramento ocorre já muitos produtores mandavam a azeitona para modernos lagares de prensa, incentivados pelas condições de higiene das novas instalações bem como a melhoria dos resultados na produção. No entanto, a verdade é que uma larga maioria dos agricultores preferia os lagares de vara tradicionais. Uns alegando que o azeite era de melhor qualidade, outros que o transporte era mais fácil e barato, outros ainda que a proximidade permitia a sua deslocação ao lagar, factores que contribuíram para o seu fecho tardio, nunca evoluindo em termos de equipamento.

À semelhança de outras construções presentes no território, também o lagar representava simultaneamente um espaço de trabalho e de convivência para a comunidade. A ausência de espaços de diversão nocturna na região, fazia destes lugares o local escolhido para passar um pedaço de uma longa noite de Inverno, em amena conversa. Aqui se falava do tempo que fazia; do amanho das terras; da vida social da aldeia; se encontravam pessoas de outras povoações que vinham assistir à medição do azeite ou, simplesmente, amorrinhava-se sentado à porta da fornalha, aproveitando o calor da fogueira.

Por vezes tinham lugar refeições de amigos que se juntavam para momentos de repasto onde, frequentemente, as batatas, o bacalhau e as couves davam lugar a uma tibornada⁸³¹. O lagar era o local privilegiado para a confecção deste prato pois tinha como

⁸³¹ - Este prato continua a fazer parte da gastronomia local. Conhecido em determinadas regiões como “roupa velha”, na freguesia de Vide marcava a diferença o facto de só se utilizarem produtos frescos e cozinhados na hora.

ingrediente principal o azeite novo⁸³².

Poderia também ser um local de acolhimento de convívios gastronómicos menos normalizados, sendo durante o período de funcionamento dos lagares que se registavam mais furtos de animais de capoeira. Uma galinha hoje, um coelho amanhã, umas pombas outro dia, tudo se transformava num petisco preparado na fornalha do lagar. No entanto, tal só era permitido pelas “juras” de proveniência legal, pois que, o mestre, face ao lugar de responsabilidade que ocupava, não pactuava com roubos⁸³³.

A figura do mestre apresentava-se como a autoridade máxima do lugar, respeitosamente reconhecida por todos os que o frequentavam. Uma ordem de silêncio, um tom de voz mais elevado, um pedido de ajuda, desde que emanado pelo mestre, era prontamente considerado.

Por outro lado, pode dizer-se que o lagar se apresentava também como um espaço de inclusão social. No lagar todos tinham importância por igual, pois não se impunha qualquer tipo de consumo, ou poder económico, para ter acesso à convivialidade. Na verdade, apenas o vestuário poderia dar indicações sobre o grupo social a que se pertencia, pois de resto todos tinham um usufruto igualitário.

Para a transformação da energia da água, em força motriz, utilizavam-se nestes engenhos dois tipos de roda: roda hidráulica vertical, que equipava três dos moinhos da freguesia de Vide, e rodízio, ou roda hidráulica horizontal, como acontecia nos restantes quatro lagares. Na verdade, esta seria a principal diferença entre si, o método de impulsão das galgas. Todos os engenhos tinham como única função transformar azeitona, não se

⁸³² - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.112. Segundo este autor, o Regimento dos Lagareiros determinava que “o lagareiro não podia consentir que se cozinhassem alimentos na fornalha do lagar além dos necessários à alimentação exclusiva das pessoas que nele trabalhavam”. Na verdade, esta regra não era respeitada em qualquer dos lagares que laboraram na freguesia de Vide.

⁸³³ - Uma história verídica, contada por José Diamantino que participou no acontecimento. “Uma noite apareceu, num determinado lagar, um habitante que levava dois pombos para preparar um petisco. Porém juntou-se mais gente nesse dia do que o esperado, pelo que o repasto se revelava insuficiente. Logo ali se mobilizaram para ir “arranjar” umas galinhas, ou coelhos, para assar na fornalha ficando combinado que, entretanto, um dos lagareiros prepararia para “entrada” uma canja com os pombos. O cozinheiro lá preparou a sopa e, perante a demora dos colegas, foi comendo a carne das aves deitando de novo os ossos para a panela para dar sabor aos ingredientes. A “caçada” às capoeiras não correu como o esperado e lá voltaram desanimados de mãos a abanar mas confiantes que, pelo menos, poderiam saborear a canja. Quando começaram a servir-se, apenas ossos acompanhavam a massa e a água o que levou a uma pergunta pertinente: - Então ó Andrade... qué das pombas? Ao que o lagareiro respondeu: - As pombas? As pombas deliram-se!” Na verdade, ele queria dizer que a demora fora tanta que as aves se desfizeram na cozedura.

encontrando nenhum que fosse utilizado, no restante período do ano, como moinho de cereais⁸³⁴. Os vestígios arqueológicos encontrados na região mostram que o accionamento de galgas a “sangue”, ou seja, com tracção animal, nunca foi usado.

Os lagares de Gondufo, da Avesseira em Vide, de Barriosa e de Coucedeira tinham rodas de impulsão horizontais inferiores, que reagiam à passagem de água que, por sua vez, exercia pressão nas penas do rodízio, dependendo a potência do caudal de água, da altura de queda e do estrangulamento da saída do cubo, ou cale⁸³⁵.



Fotos n.º 89, 90 e 91: Aspectos do funcionamento de lagares de azeite na freguesia de Vide

Fonte: António Dinis Tavares

Este sistema era muito semelhante ao utilizado nos moinhos de cereais existentes na região, sendo frequente que as reparações e manutenção necessárias fossem efectuadas pelos mesmos artífices, em ambos os equipamentos. Este método fazia a transmissão à roda da peneira que, por sua vez, impulsionava a galga, através da gaiola⁸³⁶.

Já nos lagares do Ribeiro, em Vide, de Casal do Rei e de Casas Figueiras a roda de impulsão era vertical, com entrada de água no plano superior da roda. Nestes lagares, com roda motriz vertical, a transmissão da força motora à roda da galga efectuava-se através de uma segunda roda vertical, de menor diâmetro, que funcionava já dentro do edifício. Apelidada localmente como a entrosga, esta poderia ser conhecida noutras regiões como roda pedaleira.

No termo desta cadeia de transmissão de força motriz, encontrava-se a peneira, também conhecida como dobadoira. Esta roda em madeira tinha um diâmetro semelhante, fosse a impulsão proporcionada por uma roda motriz vertical ou horizontal, diferindo apenas o suporte dos dentes de contacto com a motriz.

⁸³⁴ - Benjamim Pereira apresenta na sua obra alguns destes exemplos de dupla função dos rodízios dos lagares.

⁸³⁵ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.42.

⁸³⁶ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.42. Benjamim Pereira designa a “gaiola” como “carreto de lanterna” e a “roda da peneira” como “dobadoira, pião ou capela”.

O processo de paragem das rodas era diferente, consoante se tratava de roda hidráulica vertical ou rodízio. Nas rodas verticais, este mecanismo situava-se na parte superior, sendo construído por uma cale em madeira, à largura da roda que, uma vez accionada a partir do interior do lagar, desviava o sentido da água evitando que entrasse nos copos. Nas rodas horizontais, utilizava-se o método empregue nos moinhos de cereais da região, instalando o pejadouro, peça formada por uma tábua que descia sobre o rodízio impedindo que a água à saída do cubo impulsasse as penas do mesmo.

Os métodos de prensagem respeitavam o método tradicional que ocorria em todo o país, no que respeita ao sistema de vara ou trave. Uma técnica que terá sido inventada pelos gregos, cerca de 25 a.C., sendo difundida nos países do Mediterrâneo pelos romanos. Em 1948, existiriam em Portugal 4705 prensas de vara⁸³⁷.

Embora na freguesia de Vide apenas se registasse uma prensa de vara, por cada lagar, era possível encontrar noutras regiões lagares com um número variável de varas, entre uma e seis. Todas elas eram de madeira de sobreiro, árvores arrancadas com raiz para terem maior peso e mais comprimento. Esta vara, variável entre os seis e os oito metros, era fixada pela extremidade mais fina à parede do lagar através de um veio em ferro, com 10 centímetros de diâmetro, conhecido como a agulha.

No caso do lagar do Ribeiro, em Vide, a trave media na sua totalidade 7,15 metros, tendo 70 centímetros deste comprimento encastrado na parede do lagar.

Do lado da raiz, mais grosso, suportava um fuso em madeira que sustinha na outra extremidade um peso em granito⁸³⁸. Essa carga tinha como função aumentar a pressão da vara sobre as seiras⁸³⁹.

As varas eram amparadas, sensivelmente ao meio, por dois prumos que impediam que esta se desviasse para qualquer um dos lados. Estes prumos eram conhecidos como “virgens”.

O lagar na aldeia de Casas Figueiras, embora nas últimas décadas também utilizasse um sistema de prensagem com vara, utilizou outro tipo de mecanismo até à segunda metade do século XX, sendo conhecido como sistema de parafuso central, um mecanismo que terá

⁸³⁷ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.51.

⁸³⁸ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.54. Este elemento, o peso, é referido nesta obra como o pouso.

⁸³⁹ - Em todos os lagares da freguesia de Vide o peso era em granito e a dimensão variava alguns centímetros de uns para outros. A maioria chegou até ao presente envolta numa armação em cimento, que pretendia aumentar a carga, ampliando dessa forma a capacidade de prensagem.

tido origem entre o século I a.C. e o século II, da era cristã⁸⁴⁰.

O seu engenho era constituído por quatro grossos prumos em madeira de castanho, colocados nos quatro cantos do enseiradouro, sendo a parte superior dos prumos interligada por uma grossa prancha, no mesmo material. A propulsão do parafuso era manual sendo impulsionado por dois ou quatro homens simultaneamente⁸⁴¹.

Este sistema, além de muito rudimentar, contava apenas com a força exercida pelo braço humano para prensar o bagaço da azeitona, resultando num fraco aproveitamento de azeite, face à falta de pressão para o extrair. Esse terá sido o motivo principal que levou à instalação da prensagem de vara no lagar. Outra razão poderá ter sido a construção de outros dois lagares muito próximos, já equipados com sistema de vara e peso, nas aldeias de Foz d'Égua e de Coucedeira, que atrairiam os agricultores face à melhor “funda” proporcionada por uma prensagem mais eficaz.

Outro elemento importante no lagar era o pio, local onde se moía a azeitona. Em todos os lagares situava-se num plano inferior ao piso, apresentando uma configuração de cone invertido. No lagar do Ribeiro, em Vide, registava 1,10 metros de diâmetro no fundo, 2,10 metros na parte superior, para uma profundidade de 1,05 metros. A base apresenta-se sempre feita num bloco em granito. Estas medidas, com pequenas variações, eram as verificadas nos outros engenhos.

O pio, feito em pedra de xisto, assente em barro, chegou ao presente revestido em cimento. Não foi possível determinar qual o processo anterior de calafetagem das paredes laterais. Poderiam ser revestidas a madeira ou com argila amassada com palha, para melhor vedar as fissuras que provocariam a perda de massa, proveniente da moagem da azeitona.

Era neste pio que girava a galga, roda em granito impulsionada pela roda da peneira ou dobadoira. No lagar da aldeia de Gondufo, que apresentava um tamanho similar aos restantes da freguesia (com 1 metro de diâmetro e a largura de 30 centímetros), a rotação a que girava

⁸⁴⁰ - Fez-se este levantamento graças ao testemunho do senhor Artur Freire, familiar dos donos do lagar, que trabalhou ainda com o antigo processo de prensagem. Contou este habitante, de 84 anos (em 2009), que o sistema de vara foi instalado no lagar de Casas Figueiras já na década de 1950. Simultaneamente, as tarefas que eram feitas em barro foram também substituídas por recipientes de granito. Esta operação foi muito complicada de se efectuar, face à falta de vias de acesso para automóveis ou carros de bois, à aldeia. Os elementos em granito foram trazidos da vizinha freguesia de São Gião, em zorras de madeira, por juntas de bois contratadas na aldeia de Chão Sobral, concelho de Oliveira do Hospital.

⁸⁴¹ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, ob. cit., p.56. Não foi possível determinar as espessuras e tamanhos dos componentes de madeiras utilizados. Na obra referida é descrito um engenho semelhante observado em Castelo de Paiva.

era baixa, levando cerca de cinco horas a britar um moinho de azeitona, com aproximadamente 400 quilos. O local onde funcionava, provavelmente por se encontrar num nível inferior ao piso do edifício, revelava-se muito frio, originando o congelamento da azeitona nas noites mais frias de Inverno. Para tentar contrariar esta ocorrência, que impedia o esmagamento da azeitona nas melhores condições, eram pendurados, na roda da peneira, baldes em zinco cheios de brasas acesas, que acompanhavam os movimentos circulares da galga, garantindo dessa forma o aquecimento do espaço.

Provavelmente por esse motivo, registou-se em alguns lagares a existência de uma parede de protecção, que delimitava a zona do pio do restante edifício. Dessa forma criar-se-ia um compartimento mais pequeno e menos exposto ao frio.

Já as “tarefas” eram o equipamento que permitia preparar o azeite para entregar aos clientes, após a prensagem. A tarefa era constituída por duas peças acopladas encontrando-se ligadas por uma pequena passagem interna, conhecida como guergolo. Na base situava-se um espicho em madeira, ou uma torneira em latão, por onde se procedia à retirada do aziabre.

Praticamente todos os lagares apresentavam tarefas em granito, em número de duas, condição essencial para que a moagem fosse contínua, pois enquanto o azeite assentava numa unidade, podia processar-se novo moinho na outra. É provável que na maioria dos engenhos em tempos mais recuados, mas ainda no século XX, esse equipamento fosse em talhas de barro, com a mesma configuração das tarefas em granito, material que mitigava as dificuldades de transporte, decorrentes dos maus acessos aos locais onde eram colocadas⁸⁴².

Dos sete lagares identificados, apenas na aldeia de Casal do Rei se encontrou um exemplar com tarefas em barro. Curiosamente, no mesmo local o recipiente onde se recolhiam as maquinas também era um pote do mesmo material, contrariamente aos outros engenhos onde se utilizava uma pia em granito. A caldeira da água diferia igualmente das dos restantes lagares, apresentando-se com forma cilíndrica, resguardada com uma tampa em cobre, enquanto nos restantes lagares se tapava com uma peça circular em madeira.

⁸⁴² - Exceptuando o caso de um lagar de Vide, foi possível encontrar testemunhos orais sobre a época de instalação das tarefas em granito nos outros lagares. Todas elas se reportam ao século XX, recontando a “aventura”, num testemunho passado oralmente de pais para filhos, ou de avós para netos. Foi possível fazer a recolha do testemunho de José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo, que ajudara na instalação de tarefas de granito, no lagar desta aldeia na década de 1940. Também o senhor Artur Freire, de Casas Figueiras, se lembra de José Silva, do Chão Sobral, trazer as tarefas em cima de uma zorra de madeira, puxada pela sua junta de bois em caminhos improvisados.

O tamanho das tarefas revelou-se uniforme em todos os lagares. Na verdade, cada peça revela uma produção estandardizada, sendo todas as peças talhadas com a mesma medida e a união de dois módulos constituía uma tarefa completa.

As tarefas permitiam a recepção das águas ruças, misturadas com o azeite, directamente saídas do local de enseiramento. Aqui ficavam algum tempo, permitindo que o azeite se separasse totalmente dos restantes resíduos líquidos e sólidos que, devido à sua densidade, baixavam para a parte inferior.

Passada essa fase, procedia-se ao processamento do azeite, através do caldeamento. Este tinha início com o remexer da massa, inicialmente prensada nas seiras, com água a ferver, trabalho feito pelo mestre e por um lagareiro. Simultaneamente, outro trabalhador fazia sangramentos constantes da tarefa, expelindo o aziabre existente, operação que precedia uma nova prensagem. Seguia-se, então, o caldeamento do azeite, já separado nas tarefas. Aqui entrava a sabedoria do mestre que, munido de uma vara em madeira, muitas vezes a própria tenta, remexia energicamente com movimentos circulares, a água a ferver com o azeite, procurando dessa forma limpar todas as impurezas.

Durante o caldeamento, o mestre raramente confiava a terceiros o sangramento das tarefas. Essa operação poderia revelar-se ruínosa, se não fosse feita com atenção, deixando passar azeite para os tanques do inferno.

As tarefas revelavam-se como o equipamento mais limpo do lagar que, no seu todo, normalmente, se mostrava bastante sujo. Eram regularmente lavadas com água a ferver, procurando dar ao azeite uma higiene que nem sempre se revelava fácil.

Importante para o bom fabrico do azeite era também a caldeira, que se apresentava com dois tipos de configuração. Podia ser de forma cilíndrica, com tamanho igual na base e no topo, ou em forma bojuda, apresentando no topo uma entrada de tamanho bastante inferior ao corpo.

Feitas em cobre, apresentavam até quatro asas exteriores, sensivelmente a meio da sua altura. As asas serviam para fixação da caldeira às paredes da fornalha, distanciando-a do chão o suficiente para que, sob ela, fosse possível acender o fogo para o seu aquecimento.

A caldeira de configuração cilíndrica media 90 centímetros de diâmetro por 1,10 de altura; a de forma bojuda tinha cerca de 1,30 metros de diâmetro, 80 centímetros de altura,

tendo a abertura de acesso superior 80 centímetros de diâmetro⁸⁴³. A caldeira bojuda tinha uma configuração igual às caldeiras utilizadas nos alambiques da região. A sua origem poderá ser da vizinha aldeia de Rio de Mel, onde existiram, pelo menos desde o século XIX, artesãos de cobre que fabricavam vários equipamentos em cobre, principalmente alambiques e caldeiras.

O tratamento de resíduos nunca se revelou uma preocupação até à década de 1950, quando os Serviços Hidráulicos começaram a pugnar pela preservação dos recursos hídricos da região. Até aí nem sempre existia o tanque das águas ruças, fosse para retenção de perdas acidentais de azeite ou para cumprir a sua principal função, o arrefecimento das águas que tinham sido utilizadas na preparação do azeite. Quando existia, tinha como função reter alguma fuga involuntária de azeite, e nunca uma preocupação ambiental.

Estes tanques agrupavam três reservatórios independentes, interligados por um sistema em sifão, que obrigava a água a circular num percurso do fundo de cada tanque até ao topo do seguinte. Este sistema de drenagem permitia que a água, devido à sua maior densidade, fosse circulando até à saída, deixando a flutuar nos tanques o azeite, que tivesse saído conjuntamente com as águas ruças ou que, acidentalmente, tivesse escoado das tarefas.

Os lagares das aldeias de Casas Figueiras e de Coucedeira não estavam equipados com este processo de tratamento, enquanto no lagar de Gondufo estas fossas não faziam o aproveitamento de azeite e apenas serviam para arrefecimento das águas⁸⁴⁴.

O local onde dormiam os lagareiros situava-se normalmente junto à boca da fornalha, aproveitando-se o calor para aquecimento do espaço. Não existia colcha, sendo o chão da camarata revestido a palha de centeio ou, em muitos casos, com carquejas secas, tapado por uma manta de fitas ou um cobertor de papa, em jeito de lençol. O mesmo tipo de roupa era o utilizado para se taparem durante a noite. Os lagareiros nunca tiravam a roupa ou o calçado para dormir. Por um lado, devido ao frio que se fazia sentir, por outro, face aos pequenos períodos de descanso que eram observados, por vezes de um quarto de hora ou de meia hora. Esse despertar frequente garantia o normal funcionamento do lagar, na sua laboração de 24 horas por dia. Quando o trabalho permitia ficava um lagareiro de vigia, sentado à boca da

⁸⁴³ - As medidas apresentadas correspondem às caldeiras existentes no lagar de Casal do Rei, de forma cilíndrica, e à do Ribeiro em Vide, de forma bojuda.

⁸⁴⁴ - Segundo o senhor José Joaquim Freire, mestre durante várias décadas neste lagar, foi já na década de 1950 que foi construído o tanque das águas ruças por imposição dos Serviços Hidráulicos.

fornalha, enquanto os outros dormiam durante períodos de tempo mais alargados⁸⁴⁵.

Este espaço tinha uma dimensão variável. No lagar do Ribeiro media 2,10 metros por 2,10 registando uma altura de 1,70 na parte mais alta, virada para a fornalha, e 70 centímetros na parte mais baixa, local onde se situava a cabeceira. A parte superior do abrigo tinha uma estrutura feita de paus que suportavam um tecto composto por giestas, carqueja, palha centeia ou algumas sacas de sisal velhas com que se carregara azeitona.

A partir da década de 1980 estas construções foram sendo substituídas por construções em tijolo, cobertas com placas em vigas de pré esforçado de cimento mantendo, no entanto, as más condições de uso.

A iluminação destes espaços evoluiu directamente das candeias de azeite para a electricidade, em quase todos os lagares. A chegada tardia da energia eléctrica a estas aldeias do concelho de Seia, fez com que só a partir da década de 1980 os lagares tivessem iluminação eléctrica. A iluminação a petróleo nunca se revelou como alternativa à de azeite, provavelmente não só pela matéria-prima abundante sempre às custas do cliente, como pelo intenso odor que emanava da iluminação a crude, o que poderia adulterar o azeite⁸⁴⁶.

No entanto, em alguns lagares surgiram candeeiros a gás, que eram utilizados com algum rigor, devido ao custo do combustível, que se revelava incomportável para a exploração.

Quanto às alfaias que existiam para auxiliar a faina, não eram em grande número, nem muito complexas. Havia odres em pele ou latas em folha de zinco, para o transporte de azeite, as medidas, as tentas, a pia das maquinas, a balança para a pesagem da azeitona, uma enxada para encaminhar a água, uma machada e um ou dois machados para a lenha, um cabaço para a água quente, duas ou três candeias de azeite, uma panela e uma cafeteira, três canecas e pratos com umas colheres e uns garfos. Estes eram, na verdade, os utensílios que se poderiam encontrar num lagar de azeite. Claro que seriam indispensáveis as seiras, para processar o bagaço de azeitona, a adufa e os malhais, para o contacto entre a vara e as seiras, assim como as enormes sacas em sisal onde se transportava o fruto⁸⁴⁷.

⁸⁴⁵ - PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal, ob. cit.*, pp.114-120. Esta obra descreve, em parte, as más condições de higiene em que viviam os lagareiros, principalmente aqueles que tivessem a residência longe do local onde se situava o lagar.

⁸⁴⁶ - É curioso observar que, também nos lagares de azeite, se vedava a entrada às mulheres menstruadas, sob o pretexto de estragarem o azeite.

⁸⁴⁷ - Os malhais eram feitos em madeira de castanheiro, para garantir robustez no suporte da trave.

Na maioria dos lagares, a azeitona era pesada numa balança decimal, sendo dessa forma que se conferiam os valores para a repartição do azeite entre vários proprietários. No entanto, no lagar de Casal do Rei, a azeitona era medida com uma gamela em madeira, repartindo-se posteriormente o azeite pelo número de medidas com que cada um tinha contribuído para perfazer um moinho.

Todos os lagares tinham várias infraestruturas acessórias, tais como o açude de onde derivava a água para o engenho, que permitiam produzir a força motriz necessária ao esmagamento da azeitona.

Por sua vez, eram as levadas que conduziam a água ao lagar, registando uma extensão variável compreendida entre os 50 metros, no lagar de Coucedeira, e os 7 mil, no lagar do Ribeiro, em Vide. Exceptuando a vala do lagar de Vide, que foi cimentada na década de 1960, todas as outras eram em pedra e terra, originando frequentes derrocadas e queda de taludes que impediam a passagem de água para o engenho.

Alguns destes aproveitamentos permitiam que, a jusante, após impulsionar a roda do lagar, a água fosse reaproveitada para fazer funcionar moinhos de cereais e, frequentes vezes, para limar o pasto em prados existentes próximo do local.

O reaproveitamento destas construções após o encerramento dos lagares, apenas ocorreu, até ao momento, no lagar da aldeia de Barriosa, onde foi construído um restaurante. Nesse local apenas restou no espaço exterior, à entrada do restaurante, a roda da galga e o poiso. A roda motriz vertical existente, levantada numa parede lateral, não pertenceu ao referido lagar, pois este utilizava uma roda motora horizontal, como mecanismo impulsionador.

Em 2012, com excepção do lagar de Casal do Rei, todos os lagares estão em ruína, sem qualquer tipo de preservação ou valorização, nem se vislumbra alguma intervenção, que garanta a sua continuidade como legados de memória e exemplares da arqueologia industrial da freguesia de Vide⁸⁴⁸.

⁸⁴⁸ - O lagar de Casal do Rei foi intervencionado na década de 1980, pelo Parque Natural da Serra da Estrela, entidade proprietária do espaço. Um trabalho meticuloso e com grande rigor no restauro e na conservação, que permitiu que este engenho chegasse ao presente em muito boas condições. Em 2013 encontra-se meio abandonado, com grandes infiltrações de água no telhado, e sem uma solução à vista que garanta o futuro deste equipamento.

4.6 – As formas de organização do espaço agrícola

Provavelmente a ocupação humana deste território conviveu, durante muitos séculos, com o relevo natural das montanhas, sem grande intervenção na paisagem natural. Ao longo dos anos, foram sendo estabelecidas aldeias que acompanharam a difusão de socalcos pelas encostas e ao longo dos vales.

A subsistência das comunidades assentaria na pastorícia, aproveitando alguns terrenos de aluvião para o cultivo de produtos hortícolas ou de linho⁸⁴⁹. Como é sabido, a partir do século XVI, surge o cultivo do milho maíz, ou americano, que se revelava economicamente atractivo para a colonização das encostas com terrenos de cultivo, face à boa adaptabilidade ao clima, revelando índices de produção completamente desconhecidos à época para os cereais⁸⁵⁰.

Terá sido esse produto quem impulsionou o desenvolvimento demográfico destas serras, até aí essencialmente pastoris, provocando a modulação das vertentes que bordejavam as linhas de água, através da construção de patamares em nível. Deste modo criaram-se as condições de amanhã para uma nova cultura agrícola, que necessitava de bastante água para rega. Jaime Cortesão descreveu da seguinte forma o que observou pela Serra do Açor: “ À volta pelas arribas das montanhas, (...) tudo são socalcos ou calhadas, formando anfiteatros embrechados. De longe tem-se a impressão que a vila e as serras foram edificados pelo mesmo arquitecto”⁸⁵¹

O milho, consociado ou não com o feijão, bordejado quase sempre por um corrimão de videiras, vigorava em terrenos pobres, com dimensões grandes ou exíguas, com mais ou menos água, por vezes até em terrenos de sequeiro, preferindo no entanto o regadio.

O investigador Luciano Lourenço apresenta estes socalcos como estruturas agrícolas que contrariaram a natureza dos declives. Permitem o uso agrícola pelo Homem nos locais mais inóspitos e, com a permeabilização que possibilitam, previnem riscos naturais como o deslizamento de terras. Na verdade, face ao actual abandono das práticas agrícolas, estas

⁸⁴⁹ - O documento mais antigo que foi encontrado, datado de 1589, menciona a existência de uma Confraria do Linho na aldeia de Vide. ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

⁸⁵⁰ - PINTO, Manuel, *Da Água de Rega à Água Ritual, (apontamentos sobre o caso da freguesia de Sobrado – Valongo)*, 1983, Studium Generale, Estudos Contemporâneos, Ministério da Cultura, Porto, pp.117-120.

⁸⁵¹ - CORTESÃO, Jaime, *As Beiras*, Coimbra, Edição da Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994, p.33.

construções apresentam-se mais proveitosas na prevenção de riscos naturais, do que na produção agrícola.

Um estudo do Engenheiro João Caldeira Cabral calculou que, os socalcos construídos ao longo dos séculos na vizinha vila de Loriga, a preços actuais, custariam cerca de 8 milhões de euros⁸⁵².

Como foi dito, a disposição estrutural dos muros pelas encostas acompanhou as vertentes do relevo e as linhas de água existentes condicionaram a arrumação dos socalcos no território: paralelos, radiais ou concêntricos⁸⁵³.

As características da adaptabilidade ao meio físico contribuíram para que estas construções fossem diferenciadas nas comunidades, consoante a tipologia de construção, a sua localização geográfica no espaço, a presença ou não de água para rega e a capacidade económica do patrocinador. O último aspecto revelava-se determinante na qualidade da muralha construída, assim como na dimensão, pois que o dinheiro disponível condicionava a obra a realizar.

Uma pequena exploração agrícola, com meio hectare, poderia compreender 22 socalcos de dimensão variada: o de maior superfície era identificado como “o chão”; o de tamanho seguinte seria o “bocado largo”. Depois seguiam-se outros, que recebiam o nome da cultura mais frequente, “leira do cebolo”; ou indicavam a inclinação desta, “leira da barreira”; da árvore de fruto predominante, “leira da figueira”; da árvore de maior valor económico, “leira das oliveiras” ou da infra-estrutura acessória que comportava, “leira do curral”.

O agricultor, um pouco à imagem do que se fazia com os animais que detinha na exploração, identificava cada pedaço de terra pelo nome, sendo dessa forma que conseguia distribuir as tarefas no agregado, dando indicações precisas “o António vai podar as videiras da leira da levada” ou “a Maria vai sachar o milho do bocado largo”.

Importa referir que este tipo de catálogo identificativo do terreno de cultura era também usado na propriedade florestal. Embora aí raramente se procedesse a qualquer construção, era importante reconhecer os locais pelo nome, onde se poderia recolher mato,

⁸⁵² - João Caldeira Cabral, filho do engenheiro Francisco Caldeira Cabral, Arquitecto Paisagista formado pela Universidade de Berlim em 1939, é um profundo conhecedor do Vale de Loriga, tendo participado com o seu pai num projecto de reabilitação da aldeia de Casal do Rei, na década de 1980.

⁸⁵³ - LOURENÇO, Luciano (Coord.), *Recuperação de paisagens de socalcos e prevenção de riscos naturais nas serras do Açor e Estrela*, ob. cit.

lenha ou levar o gado a pastar: a “Barroca Seca”; as “Jampais”; a “Portela” o “Vale d’Água” ou as “Pinoqueiras”...

As serventias, as canadas ou os valados revelaram-se também muito importantes na funcionalidade do espaço agrícola. As primeiras porque permitiam o acesso às propriedades, nem sempre sem conflitualidade; as segundas porque garantiam a segurança das culturas, à passagem dos gados para a serra ou locais de pastagem em diferentes propriedades; os últimos porque garantiam a conservação dos solos, durante o Inverno.

O êxodo rural que atingiu de forma acentuada a freguesia de Vide levou ao abandono dos socalcos desde a década de 1970. Com esse abandono chegou também a degradação, numa primeira fase devido à invasão destes espaços por árvores de grande porte, das quais se destaca o pinheiro. Posteriormente devido aos incêndios florestais, que provocaram o desmoronamento de muitos socalcos, face às enxurradas resultantes da falta de mecanismos de retenção nas encostas.

São essas infraestruturas, genericamente apelidadas de socalcos, que se pretendem dar a conhecer mais em pormenor, registando as suas características e funcionalidades.

4.6.1 - As courelas, as leiras, os prados, os fortes e as “obras”

A courela – no jargão local coirela – representava o mais pequeno pedaço de terra de cultivo. Geralmente era olhado de forma depreciativa, sendo usado com culturas de seco, uma oliveira ou então o terreno onde se semeavam alguns produtos, sem esperar muito da sua produtividade. Na saga do abandono das práticas agrícolas, foram estes os socalcos que foram abandonados em primeiro lugar.

O poeta Miguel Torga, que permaneceu alguns dias na freguesia de Vide na década de 1940, descreve esta freguesia como “soturna e magra courela” o que faz ressaltar a precariedade deste tipo de construção, assim como da sua larga difusão nas encostas⁸⁵⁴.

O proprietário não perdia muito tempo com a construção destes “baturéus”, aproveitando, na maioria das vezes, algumas pedras existentes no local, construindo ele mesmo uma parede, sem qualquer aprimoramento. Esta era uma das formas de conquista de mais um pedaço de terreno arável que, não se revelando muito produtivo, também não tinha sido caro, contara com a autarcia técnica e produtiva do dono.

⁸⁵⁴ - TORGA, Miguel, *Diário, Vols. I-VIII (1941-1959)*, ob. cit.



Fotos n.º 92, 93 e 94: Escadarias de acesso a socalcos

Fonte: Autor

As pedras melhores, leia-se maiores, constituíam a parede exterior, e as mais pequenas o forro interior, rematando, por vezes, o topo com alguns torrões de terra. Raramente recebia uma serventia digna desse nome, podendo a escadaria ser encastrada na parede, com lajes de xisto salientes. O aparelhamento raramente existia neste tipo de socalco, pois a dimensão e a diminuta pressão da manta de cultivo sobre a muralha, dispensava esse trabalho.

Apesar da sua simplicidade não era de desprezar este torrão agrícola, pois que, com ou sem a presença de água de rega, era possível plantar mais umas videiras, uma oliveira ou semear batatas temporãs, a partir do final do mês de Janeiro.

Por seu lado, as leiras apresentavam-se como socalcos de dimensão média na propriedade agrícola⁸⁵⁵. Tinham um valor económico acentuado, decorrente não só da sua produtividade, como do tamanho, da técnica de construção, do acesso a regadio assim como a localização no espaço agrícola. Uma leira perto da habitação tinha um valor redobrado.

Esta infraestrutura, que privilegiava o nivelamento de terreno para cultivo, contava normalmente com a obra de pedreiros especializados. Estes edificavam o muro de suporte, segundo uma técnica tradicional ancestral. A destreza técnica procurava utilizar vários tipos de pedra, comportando desde a laje de grandes dimensões, bem facetada, ao cascalho, resultante da extracção da pedra maior.

⁸⁵⁵ - O termo “médio” pode ser entendido apenas para a região em estudo. Uma leira média na freguesia de Vide poderia apresentar-se como um pequeno socalco, na vizinha freguesia de Alvoco de Várzeas, no concelho de Oliveira do Hospital, onde o vale, que é comum às duas freguesias, se apresenta mais “aberto” e o terreno com menos declive.



Fotos n.º 95, 96 e 97: Socalcos conhecidos localmente como leiras

Fonte: Autor

A grossura da muralha variava de acordo com a altura do socalco, e com a quantidade de terra que iria suportar. Quanto mais elevado fosse ou maior superfície agrícola formasse, mais larga seria a parede. Nesta, como nas restantes construções em xisto, havia que respeitar determinados parâmetros, todos eles importantes, com especial atenção para o alicerce e para o arrasto da parede. A disposição da pedra assentava numa espécie de “arte” ao alcance de todos, difundida por um ditado popular regional: “quer saibas, quer não, põe a pedra ó tição”⁸⁵⁶.

Neste tipo de construção, a pedra era assente quase sempre na horizontal. Colocavam-se as pedras maiores na face de fora, as mais miúdas na parte de dentro da muralha criando um forro, que teria uma consistência de acordo com a qualidade do material utilizado. As paredes das leiras eram bem aparelhadas, ou arrochoadas, com pequenos fragmentos de xisto, que eram colocados sob pressão nos orifícios existentes entre as pedras que formavam a parede. Este trabalho era feito apenas quando a parede estivesse concluída.

Nunca se usava barro ou qualquer outro material de ligação que pudesse concorrer para a impermeabilização do muro. Uma boa drenagem era imprescindível para o escoamento da água de rega ou da chuva, garantindo que não pressionasse a parede, levando à sua derrocada. Esse seria mesmo um dos principais motivos porque caíam os muros de suporte durante os Invernos rigorosos. Ao longo dos anos, as frestas da parede retinham alguma da terra de cultura, o que tornava estanque a muralha, levando-a à rotura.

Quase sempre a serventia de acesso era condicionada por factores económicos, de espaço e de propriedade. Poderia ser uma escadaria construída em xisto, colateral ao muro de

⁸⁵⁶ - Tição, na tradição local, também significa pequeno pau ou cavaca, que está na lareira já meio ardido. Esta analogia construtiva poderá derivar do facto de quando se compunha a lenha na lareira, os tições serem colocados ao comprido, em frente à pessoa que efectuava a operação.

suporte ou engastada frontalmente ao socalco criado. A largura estava condicionada ao material usado, pedras maiores ou menores, e ao espaço disponível para a implementação. Quanto mais larga fosse a escadaria menos espaço ficaria disponível para o cultivo. Degraus largos permitiam melhor passagem das pessoas, dos animais, carregar com maior segurança os produtos agrícolas, ou molhos de erva e de estrume, no entanto, para que ficassem consistentes, precisavam da mão especializada de um pedreiro.

A altura dos degraus dependia do espaço disponível para a colocação da serventia e da elevação do socalco, quanto mais elevado este fosse, mais altos seriam. Já em profundidade procurava-se sempre respeitar o tamanho de um pé⁸⁵⁷.



Fotos n.º 98, 99 e 100: Escadarias de acesso a leiras

Fonte: Autor

As paredes das leiras eram quase sempre rematadas no topo com placas de xisto colocadas na horizontal, conhecidas como capas. Quando as leiras confinassem com passagens públicas de gado, os muros eram coroados com pedras de xisto colocadas verticalmente ou na diagonal, procurando dar-lhe maior consistência, face a uma indesejada invasão de rebanhos em trânsito.

A leira desempenhava na região um espaço privilegiado de policultura, bastante rentável, dependendo essa produtividade da quantidade de água disponível para rega. A manta de cultivo dependia sempre da cobertura vegetal disponível, podendo oscilar entre os 10 e os 50 centímetros de espessura. A quantidade de terra também regulava – quando havia água para tal – períodos de rega mais longos ou mais curtos, consoante a impregnação que permitia.

Seja a sua disposição contínua, descontínua, radial ou concêntrica, na verdade, este

⁸⁵⁷ - O Sr. Manuel das Neves, de Frádigas, respeitava como cânone para construção de degraus de escadarias, em servidões agrícolas, a altura de um palmo, para melhor se vencer ao carregar um molho de mato, devendo a profundidade comportar, no mínimo, a pata de um boi.

tipo de socalco é o que predomina em toda a região, modelando o meio de forma graciosa, dando um certo aspecto de composição harmoniosa, integrando-se perfeitamente no espaço natural envolvente⁸⁵⁸.

Outra forma de modelação era o prado que apresentava a configuração de um socalco, recebendo na região esta designação por se situar normalmente junto a um curso de água abundante. Quase sempre com um caudal permanente, tinha um aproveitamento misto de cultura de milho, pastoreio temporário, e local de produção de forragem de Inverno para os animais.

Era o último terreno a ser semeado no calendário agrícola local, nunca antes dos fins do mês de Maio, ou princípios do mês de Junho, devido à necessidade de deixar maturar o feno, que havia sido semeado à “enleira”. Deste modo, seria retirada a semente que seria utilizada para produção de forragem de Inverno do próximo ano.

Os prados procuravam o fundo dos vales, bordejando sempre os cursos de água existentes, permanentes ou sazonais. Por norma esta construção delimitava as margens das ribeiras ou dos regatos de água, entre a parte humanizada e a passagem torrencial das águas inverniais. Na verdade, em diversas aldeias, devido ao declive acentuado do terreno e aos Invernos rigorosos, as linhas de água revelavam-se do tipo caudalosas no Outono e Inverno, por vezes durante a Primavera. Para impedir que as cheias levassem com facilidade os muros de xisto, estes eram construídos segundo uma técnica diferente dos outros socalcos.

A base da parede de suporte do prado era construída com a colocação das pedras de xisto na posição vertical ou diagonal. Se a opção fosse a inclinada, esta observava uma posição das pedras em xisto pré-estabelecida, procurando contrariar a pressão exercida pela passagem da água, inclinava-se a parte superior da placa de xisto no sentido da passagem do caudal, na direcção da foz.

A parte central da muralha podia ser construída com as pedras colocadas na horizontal, ou obliquamente, até próximo do topo. Se o cimo do muro do prado ficasse a uma altura inferior ao leito de cheia, a parede era coroada com uma fiada de pedras ao alto, ou diagonalmente, respeitando a técnica utilizada para a base. A qualidade e o tamanho das lajes de xisto aplicadas nestas construções, não podia ser negligenciada, pois a pressão exercida

⁸⁵⁸ - LOURENÇO, Luciano (Coord.), *Recuperação de paisagens de socalcos e prevenção de riscos naturais nas serras do Açor e Estrela*, ob. cit.

pela água nestas muralhas era muito forte.

Nos principais cursos de água, a manta vegetal destes aproveitamentos era arenosa, resultado da deposição de inertes arrastados pelas enxurradas que, frequentemente, submergiam os terrenos de cultura marginais às ribeiras.

O prado, quase sempre, tinha como obras acessórias um açude e uma levada que poderiam servir outros terrenos, um moinho ou então um lagar. Por vezes este socalco surgia como um aproveitamento da água que passava, num determinado local, em direcção a algum engenho.

A posse de um prado poderia ser partilhada, e ter direitos sobre a água, que se sobrepunham a outros aproveitamentos do mesmo recurso hídrico. No caso do regadio tradicional de Levada de Cima, em Vide, tinha no seu início, na aldeia de Casal do Rei, um prado que durante vários séculos teve a prerrogativa de poder limar pasto e não pagar para a conservação da levada, nem do açude de derivação, regalia que não se repetia nos restantes seis quilómetros de regadio.

Por seu turno os fortes, na sua maioria, tinham uma fruição agrícola semelhante à dos prados, utilizados na cultura de milho, pastagem e forragens de Inverno.

Diferenciava-os a tipologia de construção e a localização espacial. O forte era edificado no leito de uma linha de água que, por vezes, poderia ser permanente, embora com pouca corrente no período de Primavera e Verão. Na sua maioria, esses pequenos vales só registavam caudal permanente durante o Outono, Inverno e parte da Primavera, se a época de chuvas se prolongasse mais do que o habitual.

O paredão de suporte deste terreno agrícola ligava as duas vertentes das encostas confinantes, sendo construído com curvatura convexa interior, muito semelhante às muralhas das barragens hidráulicas. Esta configuração dava-lhe maior resistência, a um eventual transbordo da galeria de drenagem quando se registassem situações de cheias, o que ocorria com bastante frequência no Inverno. Derivará desse facto o nome dado a este socalco agrícola, a capacidade para se manter firme, forte, em leito natural de escoamento das águas das chuvas e das nascentes.

Características intrínsecas desta estrutura prendiam-se com a presença, na base do terreno, de um túnel ou galeria, de maior ou menor secção, funcionando como encanamento de passagem da água de nascente, chuva ou regadio. Desempenhava ainda a utilidade de

dreno, para regular as consequências do excesso de água resultante da “limagem” do pasto.

Estas infraestruturas eram edificadas recorrendo apenas a um material, a pedra de xisto. As lajes eram por norma assentes na horizontal, respeitando a técnica dos outros socalcos até próximo do topo da muralha. Aí os fortes comportavam um muro sobrelevado em relação ao nível do terreno de cultura, que se destinava a impedir que a água arrastasse a manta de terra para patamares inferiores. Na verdade, estes socalcos passavam parte do ano alagados com água, servindo também como leito de cheia. Essa cortina tinha várias pequenas aberturas, de forma quadrangular ou rectangular, que facilitavam a saída da água em excesso.

Para regadio dos fortes predominavam os sistemas de rega através do represamento de água em poças. As características dos terrenos determinaram a ocorrência mais acentuada deste tipo de construções em determinadas aldeias. Por exemplo a aldeia de Silvaldal tem o vale principal ocupado, quase na sua totalidade, por este tipo de construção. Registrando uma extensão de 1500 metros, vencem uma altitude, entre os 287 e os 480 metros, através da construção de dezenas desses patamares de nível. Porém, outras aldeias privilegiaram construir socalcos nas margens das linhas de água, criando condições para que a água circulasse sempre a céu aberto, ao longo dos ribeiros.

Estas muralhas, provavelmente devido ao tipo de edificação e aos materiais, embora se situem em leitos de cheia são as que menos derrocadas registam, e as que melhor têm resistido ao abandono.

Quanto aos aproveitamentos agrícolas conhecidos localmente como as “obras” representam, na verdade, a intervenção humana mais complexa que se observa na freguesia de Vide, na conquista de espaço para aumento da área de cultivo. O nome, que derivará de obras enquanto empreendimento, designa as mais engenhosas construções, dos vários tipos de estruturas que se podem observar.

Baseavam-se estes aproveitamentos agrícolas no desvio dos cursos naturais de água das ribeiras de Loriga e de Alvôco, ocupando os leitos secos com culturas agrícolas. Todos eles se revelaram como embelezadores da paisagem envolvente, gentileza das cascatas que se formaram com o corte da margem⁸⁵⁹.

⁸⁵⁹ - <http://cavaleirosdecima.no.sapo.pt/Vale%20Pardieiro.htm>, 09/03/2013, 22h15m. Existem noutros locais da região outro tipo de cortes de rios ou ribeiras. No concelho de Pampilhosa da Serra, em Vale Pardieiro, aldeia da freguesia de Fajão, existe também um aproveitamento agrícola, que resultou do desvio do curso natural do rio



Fotos n.º 101, 102 e 103: Cortes dos meandros das ribeiras de Loriga e de Alvoco

Fonte: Autor

Existem cinco aproveitamentos desta tipologia na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alvoco. Um na freguesia de Loriga, um outro na freguesia de Alvoco da Serra e os restantes situam-se na freguesia de Vide.

Alguns destes empreendimentos estiveram ligados a outras obras acessórias. Por exemplo, na aldeia de Barriosa, as “Obras do Caratão” resultaram no aproveitamento de terrenos agrícolas na margem esquerda da ribeira de Alvoco, possibilitando ainda a construção de dois moinhos de cereais e um lagar de azeite na margem direita.

Trata-se do complexo mais importante deste tipo devido à riqueza que potenciou. O xisto apresenta-se como a única matéria-prima na construção do empreendimento. O corte da encosta para desvio das águas foi efectuado na margem direita da ribeira e, para garantir a segurança dos solos agrícolas a implantar, no leito da ribeira foi construída uma muralha em lajes de xisto, assentes na vertical, acima do nível da água, necessária principalmente durante as enchentes de Inverno.

Foram construídas duas levadas de regadio a partir do corte efectuado, regando o aproveitamento na sua parte superior e outra fazendo-o já na parte final. Para garantir a segurança do manto agrícola, fundamentado no antigo leito do curso de água, foi construída centralmente uma galeria subterrânea de drenagem. Este colector garantia o escoamento de excesso de água durante o período de Inverno, ou quando os solos eram limados para a produção de pastagens, ou forragem de Inverno.

Tendo em consideração a cota de desnível, desde o corte até ao final, foi necessário construir alguns socacos para nivelar os terrenos de cultivo. Para reforçar a segurança destes

Ceira. Aqui, face à enorme altura da encosta do rio, a opção passou por se escavar um túnel que passa sob a aldeia.

muros, principalmente se as águas torrenciais de Inverno os ocupassem como leito de cheia, foram feitos diques de recepção do excesso de água, na base dos socalcos, com ligação ao canal de drenagem.

Na parte mais a jusante, confinante com a ribeira, foi construída uma muralha que, além de suportar o manto de cultivo, protege também a propriedade da cascata avassaladora aquando das enchentes inverniais.

A área total de cultivo chegou a ter 14 proprietários, na sua maioria da aldeia de Barriosa, havendo alguns de Vide e de Loriga⁸⁶⁰.

No local de corte foi construído um pequeno açude que fornece água a dois moinhos de cereais, construídos na margem direita. Até à década de 1980, em terreno anexo, também serviu um lagar de vara que, em 2009, deu lugar a um restaurante.

Na actualidade, mercê de melhoramentos paisagísticos que foram sendo efectuados, este local revela-se como sítio de elevada atractividade turística.

Na aldeia de Muro também foi preparado o leito da ribeira para cultivo, repetindo no essencial tudo o que se descreveu para o aproveitamento de Barriosa.

Aqui o corte, efectuado na margem esquerda da ribeira de Loriga, revelou-se mais pequeno, criando uma menor superfície agrícola. A técnica de construção repete-se, as estruturas anexas também, podendo aceitar-se que os artífices construtores fossem os mesmos, e a data de construção coeva com as restantes.

Estas “obras” parecem ter sido promovidas por uma família da aldeia de Baloquinhas, possivelmente detentora do necessário poder económico para a realização da empreitada. Como parece demonstrar a versão ouvida junto de habitantes da aldeia que garantem que este aproveitamento teve a concordância de toda a povoação⁸⁶¹.

À semelhança do que ocorreu em Barriosa, também aqui foram construídos dois moinhos de cereais, aproveitando o desnível das águas provocado pelo corte da margem da

⁸⁶⁰ - Fonte oral: O senhor José Abranches Borges Mendes, da aldeia de Barriosa. Confrontar o anexo XI onde se representa um dos aproveitamentos conhecidos localmente como obras.

⁸⁶¹ - Segundo testemunho oral do Sr. Joaquim Cardoso, natural da aldeia de Muro, as “Obras” do Muro foram pagas pela “família dos Britos”, de Baloquinhas. Eles falaram com os poucos habitantes que havia em Muro e que nessa época se detinham em desbravar a encosta da aldeia até à ribeira de Loriga. Nesta vertente da povoação passava um regadio tradicional muito importante que abastecia a aldeia de Vide, desde o século XVIII. Provavelmente arrotear revelava-se um empreendimento mais acessível aos recursos económicos desta comunidade, do que construir estruturas como as “obras”. Posteriormente, e de forma gradual, alguns habitantes da aldeia de Muro compraram todo o aproveitamento, sendo na sua totalidade, em 2012, propriedade de naturais da aldeia.

ribeira.

No entanto, enquanto em Barriosa esses engenhos foram construídos na margem da ribeira, na aldeia de Muro foram implantados no paredão de suporte do aproveitamento.

Por sua vez na aldeia de Frádigas foi edificado um terceiro aproveitamento que, além do terreno de cultura ganho ao leito da ribeira, também fornece uma vala de rega para outros terrenos, construídos na margem esquerda da ribeira de Alvoco.

Este destaca-se dos restantes como o aproveitamento mais pequeno, embora o esforço de construção se revele muito significativo. Foi necessário cortar a margem esquerda da ribeira, e edificar a muralha para protecção dos terrenos implantados no antigo leito do rio, contra as cheias. Construiu-se outro muro de suporte a jusante que, copiando o que acontecera nos outros aproveitamentos, servia para proteger a manta de cultivo, na eventualidade das águas caudalosas de Inverno ultrapassarem a muralha de protecção, erigida para o efeito.

Sobre o corte da margem foi construída uma ponte pedonal em madeira, hoje em cimento, que permitia a ligação da aldeia aos terrenos de cultura conquistados, e a outros terrenos que pertencem à aldeia, situados na margem esquerda da ribeira de Alvoco⁸⁶². Também aqui foi construído o Moinho da Broca, hoje completamente em ruína.

Esta secagem dos leitos das ribeiras representará a iniciativa mais empreendedora e arrojada das comunidades da freguesia de Vide. De certa forma conseguiram domar a natureza, e desviar-lhe o curso com meios, aparentemente, rudimentares. De todos eles apenas na aldeia de Barriosa se cultivava uma pequena parte, encontrando-se os restantes entregues ao desgaste do abandono e à vegetação espontânea, que ganha terreno a cada ano passado.

4.6.2 - As serventias, as canadas e os valados

As serventias representavam em certas comunidades, tal como acontecia com os regadios, um dos principais focos de conflituosidade.

A ocupação agrícola assente em micro propriedades, característica comum no território, contribuiu para uma extensa rede de veredas, canadas e estreitos caminhos, raramente confinantes com o espaço público de circulação. Essa condição contribuiu para que muitas propriedades tivessem o seu acesso através de terrenos de vizinhos, pertencentes a

⁸⁶² - Segundo o senhor José Joaquim dos Santos, da aldeia de Frádigas, este empreendimento era, na sua juventude, de Augusto Lages, da vila de Loriga.

inúmeros proprietários. Não se poderá esquecer que a sucessiva repartição da gleba, por herança familiar, também originou, à imagem do que sucedeu noutras regiões, a constituição de um regime de propriedade que requeria uma serventia comum a uma palheira, curral ou até mesmo um socalco.

Frequentemente registavam-se conflitos pela passagem em determinadas propriedades que, não raras vezes, resultaram em agressões, mortes e processos judiciais⁸⁶³. Na verdade, os direitos de passagem davam lugar aos mais assanhados desentendimentos, ultrapassando largamente os resultantes dos direitos sobre as águas de rega.

No entanto, deverá ser destacado que a conflituosidade, resultante das passagens, variava bastante de aldeia para aldeia, valendo o clima de sociabilidade existente em cada comunidade, diferente entre todas elas⁸⁶⁴.

O regime de fruição das serventias variava de umas aldeias para outras, consoante o tipo de caminhos que se utilizavam e os locais por onde passavam. Por vezes a passagem apenas se destinava ao trânsito de pessoas a pé posto, para transporte de produtos e acarreto de mato ou estrume para uma determinada propriedade. A circulação do gado no mesmo espaço agrícola, quase sempre ovelhas ou cabras, poderia estar regulada por outras passagens alternativas, diferenciadas das destinadas às pessoas. Essa movimentação era então auxiliada pelas canadas, ou valas de passagem, sazonal de água.

A serventia por terrenos de terceiros para as propriedades, regulava-se principalmente sobre três situações em concreto: permitir o acesso a locais de derivação ou condução de águas de rega; dar acesso a socalcos, que não limitavam com um caminho agrícola público; permitir a passagem sazonal, regulados pelos períodos de Inverno, quando as águas

⁸⁶³ - VAQUINHAS, Irene, *Alguns Aspectos da Violência Rural nas Comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918, Separata da Revista Ler História*, n.º 23/1993, pp.23-53. Houve dois julgamentos por homicídio na freguesia de Vide, desde a década de 1950. Um na aldeia de Baloquinhos, outro em Casal do Rei. Curiosamente ambos resultaram de divergências entre vizinhos, por motivos de direitos de passagem em terrenos agrícolas, não sendo conhecido no território qualquer violência grave por motivos de rega. Afirma-se que estes actos podem ter culminado neste desfecho sob o efeito de álcool. Fontes: o senhor José Dias da Silva, da aldeia de Baloquinhos; o senhor João Reis, da aldeia de Casal do Rei.

⁸⁶⁴ - Por exemplo na aldeia de Balocas, desde tempos ancestrais, até à década de 1970, existia uma certa rivalidade entre o “Povo de Cima “ e o Povo de Baixo”, que originou a construção de equipamentos colectivos duplicados nos dois núcleos que são contíguos. Embora a festa anual em Honra de N.ª Sr.ª do Carmo fosse comum na componente religiosa, já na parte pagã cada povo realizava o seu baile. No entanto, quando se tratava de reparar caminhos, cuidar da boucha, ou consertar represas de água não havia desavenças. Algum litígio que ocorresse na aldeia era mediado e amenizado pela família, ou pela comunidade. O mesmo não acontecia, nem acontece, noutras aldeias da freguesia.

inundavam os acessos normais do resto do ano.

A primeira situação, que procurava permitir o acesso a locais de derivação ou condução de águas de rega, era a mais usual, repetindo-se em todo o território pois que, quase sempre, os regadios eram comuns e o local, onde foram erigidos os canais de rega, respeitava o declive necessário à circulação da água por gravidade, não observando o detentor da propriedade por onde ocorria.

No entanto, a serventia poderia ser restritiva à condução e acompanhamento da água de rega desde a levada, ou poça, até à propriedade. Nesse caso, a fruição estava limitada ao longo do ano, durante o tempo do período de rega, que poderia ir de Maio até finais de Setembro. Influíam ainda os dias de andata. Se o giro fosse de 14 dias, e o dono da água apenas tivesse um dia nesse período, apenas poderia passar nessa levada uma vez em cada duas semanas.

Quando havia terrenos que também tinham direito à limagem do pasto, poderia ocorrer uma dupla fruição da passagem: durante o período de rega, na época das culturas, poderia passar um dia por cada fracção na andata desse regadio; após este tempo poderia passar sempre que houvesse necessidade de conduzir a água ao local de pasto, ou ir ao ponto de derivação do regadio, para melhorar ou desobstruir a captação da água. Ajustavam-se pois estas serventias aos direitos sobre as águas de rega.

Havia ainda situações em que o direito de passagem não estava relacionado com a necessidade de rega. Compreendiam-se aí as águas para os moinhos de cereais e para os lagares de azeite. Enquanto o tempo de fruição dos lagares estava limitado ao período de Outono e Inverno, no caso dos moinhos poderia ter utilização ao longo do ano.

Algumas propriedades que tinham sido adquiridas através de partilhas de um mesmo prédio rústico por herança, tratando-se de propriedades de dimensões reduzidas, determinava que o acesso à parte herdada fosse efectuado pelo restante terreno. Quando esse património era vendido a estranhos, ou alienado de qualquer outra forma, o direito de passagem continuava, embora o detentor deixasse de fazer parte da mesma família⁸⁶⁵.

Era nestas situações que normalmente tinham origem os maiores conflitos. Por vezes, quando havia a necessidade de vender, nem sempre o vizinho tinha poder económico para

⁸⁶⁵ - Importa referir que o direito consuetudinário prevalecia sobre qualquer tipo de lei promulgada. A regulamentação das passagens, assim como dos regadios, fundava-se em direitos que o “costume” legitimava.

comprar um determinado terreno confinante, levando à alienação a outros proprietários. Como ancestralmente havia a tradição de venda por compromisso verbal, ou redigido num papel comum, com ou sem testemunhas, nem sempre os direitos de passagem ficavam devidamente salvaguardados para as gerações vindouras. Com o passar do tempo, por esquecimento ou má fé, começavam as divergências sobre os direitos de serventia, numa determinada propriedade.

Com o abandono das práticas agrícolas foram-se diluindo os direitos de passagem, e perdendo inclusivamente posses de serventia. Têm-se registado pleitos judiciais, entre proprietários que recusam a passagem ancestral pelas suas propriedades, com o argumento de que os campos que serviam estão abandonados⁸⁶⁶. O desvio das levadas para terrenos públicos também tem alterado esse regime em propriedades particulares, como acontece com o lagar do Ribeiro em Vide. Até ao desvio da levada, pela Rua da Canada, os proprietários do lagar podiam passar a água por uma propriedade particular, no Chão da Fonte. A partir do momento em que a vala foi implementada em espaço público, esse direito foi-se perdendo em definitivo.

Por último, quando a intenção era permitir a passagem sazonal, regulada pelos períodos de Inverno, quando as águas inundavam os acessos normais do resto do ano, baseavam-se no compromisso ancestral, do uso e costume de passagem que regulava a boa vizinhança nas comunidades. A drenagem invernal dos terrenos fazia-se por linhas de água naturais, ou executadas pelo Homem que, durante uma parte significativa do ano, impedia a circulação normal mesmo a pé. Era durante o período de Inverno e Primavera que essas passagens ficavam alagadas com água, obrigando os vizinhos próximos das propriedades servidas a dar acesso a partir da sua fazenda, quando ali chegasse um caminho sem água nesse período⁸⁶⁷.

As várias situações reflectiam uma diferenciada responsabilização pela manutenção e reparação das serventias: quando o acesso fosse comum, a reparação era da responsabilidade de todos os utilizadores; se a passagem estivesse implantada em terreno particular, embora

⁸⁶⁶ - Já no presente século, foi julgado no Tribunal de Seia um caso ocorrido na aldeia de Vide quando um proprietário vedou a sua propriedade e interrompeu o acesso ancestral que um vizinho tinha para aceder ao terreno contíguo. O Tribunal reconheceu que, limitando essa propriedade com passagens públicas, e face ao abandono agrícola dessa parcela, não se justificava que se mantivesse a passagem por terrenos de outros proprietários. Fonte: Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁸⁶⁷ - Esta forma de fruição de passagem poderá resultar do facto de, em tempos antigos, não existir calçado de borracha que permitisse a circulação pelas vias alagadas sem molhar os pés. Demonstrará ainda a importância de acesso permanente aos terrenos de cultivo, onde se recolham produtos essenciais à subsistência do dia a dia.

por ela passassem os vizinhos, normalmente cabia ao dono da propriedade, onde esse troço se situasse, garantir o bom estado de conservação.

Havia ainda formas de circulação que ditavam duas modalidades de acesso, a uma determinada propriedade. Por exemplo a Quinta do Chão da Fonte, na aldeia de Vide, teve, até ao primeiro quartel do século XX, uma porta em madeira que impedia, a passagem a pé posto, aos agricultores que tivessem as suas fazendas num local denominado como a “Capela”, durante parte significativa do ano. Desde que a “Barroca”, local destinado à passagem, não tivesse água corrente, eram obrigados a circular por esse acesso⁸⁶⁸.

Curiosamente os proprietários da Quinta do Chão da Fonte, com direito de passagem a pé posto para os seus terrenos nesse local, não poderiam levar o gado para a sua propriedade, utilizando o caminho normal, a menos que existisse água numa canada pública, que confinava a sul com todas as fazendas.

Actualmente a maioria destas particularidades na circulação e acesso aos terrenos agrícolas praticamente desapareceu, principalmente devido ao seu abandono. Os actuais detentores das propriedades esqueceram, ou nunca chegaram a conhecer, cada uma das particularidades que regulava a sua fazenda. Hoje, na grande maioria das aldeias, passa-se onde dá mais jeito ou onde se revela o caminho mais curto e, embora todos saibam que “antigamente” não teria ali passagem, todos convivem com essa nova forma de circulação.

A degradação dos antigos caminhos, aliada à densa vegetação natural, tem contribuído para a completa destruição destes direitos de passagem. Há muitas propriedades isoladas, sendo a alternativa de acesso moldada, um pouco, pelo que aconteceu no princípio da colonização agrícola destas encostas, passar-se por onde era possível.

A circulação de gados no espaço agrícola, para segurança das culturas, dependia muito da existência de muros de vedação nas vias que conduziam os rebanhos aos locais de pastagem, principalmente aos terrenos baldios que se situavam nas cumeadas do espaço florestal.

As canadas surgem em todas as aldeias com diferentes configurações, mas sempre delimitadas por muros, justapostos aos caminhos de passagem. Tanto se encontram paredes construídas com pedras de xisto, combinadas ao jeito do que se fazia nos socalcos e

⁸⁶⁸ - A Quinta do Chão da Fonte era constituída por 16 propriedades de diferentes proprietários.

habitações, ou enormes lajes de xisto colocadas ao alto, imitando uma sebe⁸⁶⁹. Este último tipo revela-se menos usual, provavelmente porque tal solução não seria muito viável face à dificuldade de transporte das placas de xisto, que teriam de ser de grandes dimensões, desde a messeira até aos locais de assentamento⁸⁷⁰.

Uma canada distinguia-se, das restantes servidões agrícolas presentes no território, por ser sempre um acesso público que, normalmente, ligava uma aldeia aos terrenos florestais, passando por terrenos agrícolas. Revelava-se um acesso protegido, para entrada e saída de gados, o que facilitava a vida aos pastores que levavam os rebanhos para a serra, aos proprietários que conduziam os animais a diferentes propriedades ou sítios, onde se encontrassem os currais de acolhimento.

Sendo muitas vezes os caminhos de acesso à serra coincidentes com as vias de comunicação entre aldeias, as canadas eram, normalmente, portas de entrada em alguns aglomerados urbanos.

Se por um lado as paredes foram sempre construídas em pedra de xisto, o piso raramente recebia empedrado. A excepção revela-se na aldeia de Vide onde duas, das três canadas existentes, receberam no início do século XX calcetamento com pequenas pedras de xisto e quartzo, trabalhadas milenarmente pelas águas da ribeira, dando-lhes uma forma arredondada.

Quando a protecção lateral era fundada por muros em pedra, a muralha criada era facetada de ambos os lados. Nos locais onde havia fácil acesso à pedra da ribeira, estes muros foram construídos com rebolas, que tinham sido arrastadas pelas águas ao longo dos tempos. Este tipo de construção mostra a capacidade de utilização dos materiais mais abundantes, próximos e mais baratos, pelos artífices pedreiros que trabalhavam todos os materiais disponíveis no meio.

As paredes tinham uma altura e espessura variável, determinadas por diversos factores onde se destacam os recursos económicos disponíveis. Os muros eram rematados com uma fiada de pedras colocadas ao alto ou obliquamente, solução que procurava conferir maior

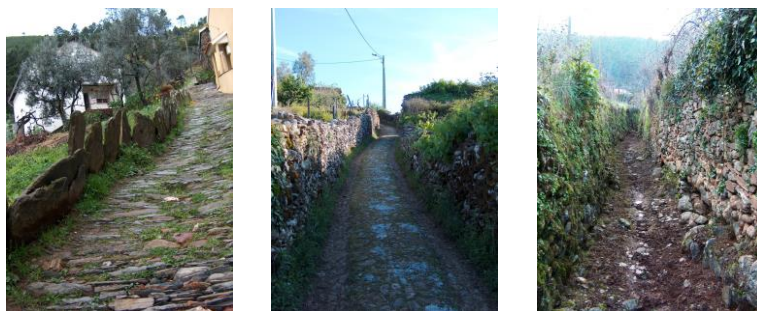
⁸⁶⁹ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit.*, p.313. Segundo esta obra, em várias regiões de Portugal utilizavam-se este tipo de lajes ao alto para diversos fins, desde a casa de habitação à pocilga de porcos.

⁸⁷⁰ - Não poderá ser ignorado o facto de estas canadas serem normalmente estreitas, por vezes construídas em locais escarpados, de acesso à montanha, que não permitiam a passagem de meios de transporte, por mais rudimentares que fossem.

resistência à muralha, contra os prováveis escalamentos dos animais à sua passagem. O acesso às propriedades confinantes fazia-se através de portais, que tinham como auxiliares a colocação de uma cancela em madeira.

Quando as vedações de protecção eram feitas com placas de xisto ao alto, ao jeito de paliçada, estas variavam na forma e na altura, de acordo com os elementos conseguidos, que diferiam de local para local, assim como da condições de transporte que possibilitavam lajes de maior porte, ou não.

O tipo de muralha mudava consoante se tratasse de um acesso à floresta, ou a uma propriedade de cultivo. Nas primeiras, as paredes tinham que ser mais altas e robustas, pois destinavam-se à passagem de grandes rebanhos. Essas placas eram fixadas ao solo apenas com terra compactada, que garantia a sua sustentabilidade.



Fotos n.º 104, 105 e 106: Tipos de canadas construídas na freguesia de Vide

Fonte: Autor

Na aldeia de Casal do Rei é possível encontrar um tipo misto destas construções. A canada principal é o prolongamento da rua principal da aldeia até ao espaço florestal, tendo como muros laterais de protecção pedras e xisto assentes na horizontal. Em alguns troços existem lajes do mesmo material colocadas ao alto. Aparentemente estas protecções foram feitas pelos proprietários dos socalcos confinantes que, dessa forma, garantiam a segurança das culturas à passagem dos gados. No troço inicial, começaram por usar lajes de xisto ao alto, que aumentavam ou diminuam de altura sem uma razão aparente, que não fosse a capacidade de cada agricultor em defender a sua propriedade. Em determinados pontos esta canada tem paredes bem aparelhadas, e com uma elevação significativa, o que impedia o acesso de gados, ou mesmo a possibilidade de escalonamento da muralha.

Na aldeia de Vide mantêm-se duas canadas direccionadas à serra da Estrela, que levantam dúvidas em relação ao uso exclusivo dos pastores e agricultores locais, ou se foram

edificadas para garantir a passagem de rebanhos em transumância, desde a Terra Chã aos pastos em altitude.

As canadas, enquanto infraestrutura de apoio rural, começaram a perder importância a partir da reflorestação, com pinheiro bravo, das serras limítrofes no período do Estado Novo. As que se encontravam dentro do mosaico de campos agrícolas mantiveram-se até ao presente, sendo estas as que ainda se podem observar em muitas aldeias da freguesia de Vide.

Embora sem o objectivo específico de passagem pedestre, na verdade, também os valados poderiam ser percorridos para aceder a determinadas propriedades, principalmente no espaço florestal.

No entanto, esses valados, pelo menos até à década de 1970, foram os guardiões da integridade estrutural de muitos terrenos de cultivo, que confinavam com as encostas florestais. Os espaços de agricultura resultaram, quase sempre, do arroteamento de terrenos florestais, o que obrigava à construção de mecanismos de defesa, para controlar o escoamento das águas da chuva pelas encostas⁸⁷¹.

Até à década de 1960, devido à forte pressão humana, esses terrenos florestais encontravam-se desprovidos de matos, ou manta morta, que contribuíssem para a retenção e infiltração das águas da chuva nos solos. A pastorícia intensiva, o corte de lenhas para uso doméstico, o corte de matos para “estrar” o estábulo dos animais, ou o arranque de cepas de urgueira para fazer carvão, contribuíram fortemente para o escalavrar das encostas.

O declínio demográfico, que afectou o território a partir da década de 1940, e a acção dos Serviços Florestais, tiveram impacto imediato no abandono das actividades praticadas na serra. Desse modo, contribuiu-se para um desenvolvimento acentuado da floresta, e o crescimento desregrado de matos que, de certa forma, vieram amenizar os caudais das águas pluviais que escorriam pelas encostas⁸⁷². Talvez por esse motivo os valados tenham sido das primeiras infraestruturas agrícolas a ser abandonadas.

⁸⁷¹ - LOURENÇO, Luciano (Coord.), *Recuperação de paisagens de socacos e prevenção de riscos naturais nas serras do Açor e Estrela*, ob. cit., p.78. Esta obra apresenta estas estruturas como sendo diques.

⁸⁷² - Na verdade, o êxodo obrigou a um reescalonamento das tarefas agrícolas dentro do agregado familiar. Normalmente saíam os homens com maior poder físico, aqueles que, até aí, iam aos terrenos florestais cortar e carregar o mato, e os rapazes que, terminando a escola, guardavam o gado nas encostas confinantes à aldeia. Os que restaram na aldeia começaram então por reduzir o espaço de intervenção com práticas agrícolas, centrando a sua energia nos terrenos de melhor produção e mais próximos da aldeia. Desde logo abandonaram as bouchas de centeio que ocorriam no espaço florestal, deixaram de ir com o gado para a serra, cortavam os matos cada vez mais próximo às aldeias, substituíram a lenha pelo gás em garrafa como combustível para cozinhar.

A posição dos valados no terreno variava consoante a orografia da encosta e a do ribeiro ou ribeira para onde se direccionavam as águas. Normalmente estas valas eram escavadas no solo, apoiadas na rocha que facilmente se encontrava no solo das encostas, procurando fugir, sempre que possível, à construção de muralhas laterais de suporte, em pedra.

No entanto, quase sempre tinha que se reforçar a parede exterior, em determinados trechos do valado, quando a rocha não permitia ser utilizada como muralha. Quando isso acontecia os materiais e as técnicas de construção utilizadas repetiam o que se fazia nas paredes, junto à passagem cursos de água caudalosos. As paredes eram feitas com pedras de xisto assentes na vertical ou na diagonal, sempre com a inclinação no sentido da correnteza da água.

O escoamento dessas águas procurava, sempre que possível, um percurso por terrenos públicos, vulgarmente designados nas comunidades como baldios, até à linha de água permanente mais próxima, uma das várias ribeiras ou regatos que existem no território.

Existiam ainda valados construídos apenas para segurança de edifícios de apoio à agricultura, palheiras ou currais. Em várias aldeias estas infraestruturas foram implementadas para proteger determinadas partes do aglomerado urbano, das águas que provinham do espaço florestal, ou de nascentes que, durante o período de Inverno, se revelavam caudalosas.

Hoje raramente se encontra um valado devidamente limpo, conservado e em uso. Contribuíram para esta degradação, numa primeira fase, o abandono dos terrenos agrícolas, cuja segurança dependia muito destas valas. Nas últimas décadas, resultado de factores ligados aos incêndios florestais, as torrentes caudalosas destruíram também os valados, bem como a acção dos madeireiros que, com o corte de pinheiros, arrasaram muitos quilómetros de valados, quando arrastaram as árvores com guinchos mecânicos.

No entanto, cada vez que ocorre um incêndio florestal, as comunidades verificam, na prática, a importância destas estruturas na drenagem das águas em segurança.

4.7 – A organização dos sistemas de rega

A construção, e organização funcional, dos sistemas de regadio representam as manifestações mais importantes da coexistência e partilha social entre estas comunidades.

Analisando à escala regional a sua extensão, associada às dificuldades de implantação no terreno que se adivinham, poder-se-á afirmar que as levadas para rega, e as suas obras acessórias, reflectem um grande esforço económico e material dispendido colectivamente. No entanto, sabe-se que terão sido esses empreendimentos que garantiram o desenvolvimento económico da região, permitindo a ocupação das encostas escarpadas com a actividade agrícola.

As levadas representam o principal processo de transporte de água presente no território. A sua fruição é quase sempre comum a vários proprietários, contando com várias dezenas de quilómetros de canais, com espaldas revestidas a cimento ou em terra. Quando entroncadas em pontos de fornecimento de água corrente, eram sempre organizadas em regadios, pelo método de divisão de água por tempo determinado em cada andata. Essa partilha poderia ter sido estabelecida pelo tamanho da propriedade, ou pela quota-parte de investimento económico de cada proprietário⁸⁷³.

Pelo contrário, quando os sistemas de rega se firmavam em represas de água, ou poças, a divisão da água poderia ser por quantidade ou por tempo. Tanto se poderia ter acesso à água por um período de meio-dia ou de um dia, gastando nesse período a quantidade de água armazenada, ou por poçada, mudando de utilizador a cada vez que se despejava esse reservatório.

Outros dois tipos de regadio que se identificaram na região eram abastecidos por noras e minas. São em menor número e, no caso das noras, eram de uso exclusivo de um agricultor e de uma propriedade agrícola, posicionando-se em propriedades junto a um curso de água permanente.

Os açudes foram parte inseparável das levadas e das noras, revelando-se uma estrutura que necessitava mais conhecimentos técnicos na sua construção, pois ocorria sempre no leito de uma ribeira, normalmente de regime torrencial durante o Inverno.

O abandono de quase todas estas construções é galopante, a degradação rápida, a perda total quase certa. Restam as memórias das estruturas construídas, que deram corpo aos variados sistemas de rega na freguesia de Vide.

⁸⁷³ - DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando, *Aparelhos de Elevar a Água de Rega*, 2.ª Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp.23-34. Esta obra traça de forma genérica, mas muito elucidativa, pormenores de regadios que se repetiam no território em estudo.

4.7.1 - Os açudes e as noras

A construção de açudes permitia direccionar a água a partir de um curso de água, quase sempre permanente, para uma levada. A sua extensão variava de acordo com o desnível necessário à condução dos recursos hídricos, desde esse ponto até aos terrenos a regar. No entanto, por vezes, estas construções destinavam-se também a favorecer a produção de força motriz para um moinho, um lagar de azeite ou ainda, sazonalmente, uma nora.

No limite administrativo da freguesia de Vide é possível observarem-se várias dezenas de açudes, construídos nas ribeiras de Alvoco, de Loriga, do Piódão e de Balocas, que respondiam a diversos tipos de utilizações. O tamanho destas construções é variável, acompanhando a largura do leito de água, e o ponto de desnível que fora necessário criar, para que a água alcançasse o objectivo traçado.

Na ribeira do Piódão, segundo afluente em termos de caudal e extensão da ribeira de Alvoco, identificaram-se 23 açudes na área da freguesia de Vide⁸⁷⁴. Apenas o açude da Areeira, o mais próximo da foz, se apresentava com única função a de fornecer água a um moinho de cereais. Por sua vez, o de Coucedeira, numa distância curta, servia para locomover um lagar de azeite, um moinho, funcionando ainda como regadio de terrenos agrícolas. Os restantes tinham como função múltipla fornecer água para rega ou engenhos de moagem de cereais, sendo mais significativo o açude que alimentava o Regadio Tradicional da Pingola.

No limite da aldeia de Vide situavam-se quatro açudes. Na Ribeira de Alvoco, a montante da aldeia, encontra-se o açude dos Caneiros, com derivação de água na margem direita, fornecendo-a a dois moinhos, assim como regava parcelas agrícolas, no domínio de três proprietários. Este açude apresenta uma muralha quadrangular, com a configuração de meia-lua invertida na parte superior, a qual dava balanço às enxurradas para não caírem perto das fundações e dessa forma as não danificarem.

Foi construído com pedras de xisto assentes na vertical, aproveitando um troço estreito da Ribeira de Alvoco, onde as margens são constituídas por rochas de elevada dureza. Na muralha, do lado da margem esquerda, foi construído um cano de enxugo em xisto, que serviu para construção e serve, no presente, para o esvaziamento da pequena albufeira criada a montante, aquando de eventuais obras de manutenção e conservação. Na levada, levantada em

⁸⁷⁴ - Trabalho conseguido com a ajuda dos senhores José Nunes Freire, da aldeia de Coucedeira, e do senhor Manuel Francisco da Costa, da aldeia de Casas Figueiras.

pedra de xisto, foram utilizadas as mesmas técnicas de construção de lajes ao alto, sem material de ligação⁸⁷⁵.



Fotos n.º 107, 108 e 109: Açudes nas Ribeiras de Loriga e de Alvoco, na freguesia de Vide

Fonte: Autor

A jusante do aglomerado habitacional foi edificado o açude da Várzea, com derivação de água pela margem esquerda, que servia um moinho, uma propriedade agrícola e, até à década de 1960, abastecia e tocava uma nora, tudo pertença de um único dono.

O actual açude da Várzea já não é o original, que tinha sido construído em xisto de acordo com as características usadas nos restantes açudes. Essa estrutura foi destruída, na década de 1960, pela torrente invernal da ribeira, o que originou o abandono da quinta e dos equipamentos acessórios, incluindo o moinho. Já na década de 1980, a propriedade foi vendida e o novo possuidor reconstruiu o açude no sítio original, mas desta vez em betão armado. Foi ainda reabilitada a antiga levada de condução de água e a actividade normal da quinta foi retomada até ao abandono, na década de 1990. A nora que existia já não foi recuperada.

A muralha agora construída está disposta em forma convexa, para exercer resistência à força da corrente da ribeira, contando também com uma descarga de fundo, para esvaziamento da albufeira para manutenção.

Ainda na área da aldeia de Vide, na ribeira do Piódão, muito próximo da foz, encontra-se o açude da Areeira, com saída de água pela margem esquerda. Este fornece a força motriz necessária ao funcionamento de um moinho com duas mós, do qual já se falou anteriormente.

⁸⁷⁵ - Estas levadas de uso permanente, pois serviam moinhos, tinham manutenção geral, pelo menos uma vez no ano. Era um trabalho que encontrava, na comunidade, muitos trabalhadores voluntários pela pescaria que permitia fazer. As ribeiras eram muito ricas em truta, barbo, boga, bordalo e enguia. Quando tal acontecia era necessário proceder ao enxugo da levada, contribuindo para que muitos daqueles espécimes ficassem prisioneiros no canal, sendo facilmente recolhidos para consumo. Quando a pescaria era abundante, repartia-se o pescado por todos os participantes, quando era mais fraca confeccionava-se e era comido no final dos trabalhos.

Este açude foi construído apenas para moagem, não tendo qualquer outro tipo de aproveitamento. A saída da água para a levada faz-se a partir da “barbacã” onde era regulada a entrada de água⁸⁷⁶. Tal como no caso anterior, foi resultado de um empreendimento de um único proprietário.

Mais a montante, distanciado 300 metros, foi construído o açude das Sobreiras, que tem tomada de água pela margem direita, e serviu para fornecer água a dois moinhos, um lagar de azeite e ao regadio tradicional da Ponte de Pau, que fornecia seis parcelas de terreno agrícola.

Este aproveitamento permite transportar água através de uma levada implantada ao longo da ribeira, que termina na confluência da Ribeira de Alvoco. À entrada do século XXI, este aproveitamento servia cerca de vinte proprietários distribuídos da seguinte forma: cinco possuidores de terrenos agrícolas; três donos do lagar de azeite; oito proprietários do Moinho Novo, e mais quatro proprietários do Moinho Velho que, nesse período, já se encontrava em ruína.

Os dois açudes da Ribeira de Piódão distinguem-se dos restantes pela ausência de albufeira, na parte superior da muralha. O tipo de leito da ribeira, que se revela de menor desnível junto à foz, contribuiu para uma deposição acentuada de inertes a montante.

Alguns destes diques foram construídos em freguesias limítrofes daquelas para onde derivaram a água para rega ou força motriz. O maior regadio tradicional da aldeia de Casal do Rei – ribeira de Loriga – tem o açude construído na vizinha freguesia de Cabeça; o regadio do Coiço Torno, em Frádigas – ribeira de Alvoco – tem a proveniência na vizinha aldeia de Aguincho, que pertence a Alvoco da Serra; o açude do Incerto, que fornece a água de rega ao principal regadio tradicional de Alvoco de Várzeas, do vizinho concelho de Oliveira do Hospital, está construído na freguesia de Vide; por último, o açude de onde deriva o regadio da Levada Cimeira, na aldeia de Casas Figueiras, está construído na freguesia de Piódão, do concelho de Arganil.

Os locais onde inicialmente foram construídas algumas destas estruturas nem sempre se revelaram os mais indicados, como o mostra um documento exarado no século XIX⁸⁷⁷. O

⁸⁷⁶ - A barbacã era constituída por um murete em xisto, à saída da água do açude, para a levada de derivação. Tinha como objectivo não deixar entrar excesso de água ou detritos de grandes dimensões como árvores.

⁸⁷⁷ - Escritura de compromisso entre os Proprietários da Levada de Cima, em Vide, e os proprietários do Moinho do Outeiro, em Casal do Rei. Documento cedido pelo senhor Abel Santos de Brito, da aldeia de Casal do Rei.

açude da Levada de Cima, construído na ribeira de Loriga junto à aldeia de Casal do Rei, caiu diversas vezes. Foi lavrada uma escritura de compromisso entre as duas aldeias, em que os proprietários de Vide, como compensação por poderem usar outro local para construir o seu açude, se comprometiam a não embaraçar o funcionamento de um moinho, a construir junto à aldeia de Casal do Rei e não se oporiam a que os proprietários dessa povoação, limassem os seus terrenos durante o tempo que quisessem⁸⁷⁸.

Nas pequenas ribeiras, como a de Balocas, construíram-se vários açudes, de pequena dimensão que, em determinados anos, secavam durante o período de maior estio.

Pelos elementos focados, será inteligível a complexidade organizacional deste tipo de estrutura. Importará referir que, na sua maioria, estes empreendimentos tiveram na sua origem poucos patrocinadores, sendo a componente económica garantida por meia dúzia de proprietários. Ao longo dos séculos, a propriedade, e simultaneamente a fruição das águas, foi sendo repartida, vendida ou ampliada por novos arroteamentos, prolongando a área de cultivo até à exaustão da capacidade de rega⁸⁷⁹.

Actualmente, alguns açudes revelam-se com grande utilidade na criação de pequenas albufeiras, que são usadas como praias fluviais “naturais” durante o Verão. No entanto, muitos deles, começam a degradar-se e a ruir, sendo pouco provável que alguém tenha capacidade de organização, ou financeira, para proceder à sua reabilitação.

Outro sistema de rega identificado no território usava rodas verticais para retirar água dos cursos de água. As noras não constituíam um equipamento de rega muito frequente na exploração agrícola da freguesia de Vide. Várias condicionantes impediram que este tipo de regadio se difundisse nas comunidades. A mais significativa seria de ordem natural, devido à acentuada orografia que apenas permitia a criação de pequenos prados, ao longo das margens da ribeira, não justificando o investimento. Outra seria por motivos técnicos, na medida em que exigia um trabalho especializado de carpintaria, para construir com rigor a roda e para garantir a manutenção do engenho. Por último, não menos importante, o ter que se construir, todos os anos, uma represa provisória para a derivação da água, por vezes mais do que uma

⁸⁷⁸ - Confrontar o anexo XII onde se reproduz conteúdo da escritura.

⁸⁷⁹ - Quando se abordam as levadas, são referenciados documentos da época de construção de alguns regadios tradicionais, que demonstram o número reduzido de empreendedores no seu início.

vez em cada época⁸⁸⁰.

Foi possível identificar seis noras dentro da freguesia, todas situadas a jusante da aldeia de Vide, e todas na ribeira de Alvoco, que funcionaram nas décadas de 1930 a 1960⁸⁸¹. Na margem esquerda trabalhavam três: a do Sr. Miguel, dentro da aldeia de Vide; a do Sr. Padre Cândido ao Lodeiro, na Quinta da Várzea e, quase no limite administrativo, “a roda do Fernandes do Candam”⁸⁸². Na margem direita, encontrava-se as noras da Quinta Nova, em Vide, e a do Caldas, próximo à aldeia de Silvadal. Importa referir que apenas o curso de água principal permitiu a instalação deste tipo de sistema de rega.

O engenho da Quinta da Várzea diferenciava-se dos restantes, pois elevava a água a partir de uma levada, fornecida pelo açude com o mesmo nome, e não directamente da ribeira como acontecia com as restantes. Aqui, era aproveitada a corrente de água que fazia trabalhar o moinho dentro do mesmo complexo.

As rodas eram construídas em madeira, com um diâmetro variável relacionado com a altura, que mediava entre o leito da ribeira e o local a regar. A roda maior estava situada ao Lodeiro, instalada na propriedade do Padre Cândido.

Estes engenhos, exceptuando o da Várzea, que se encontrava num plano superior ao leito da ribeira, trabalhavam dentro de um compartimento em xisto, que servia como protecção durante as cheias caudalosas de Inverno. A água proveniente da represa sazonal, entrava por gravidade neste espaço, atingia a nora no plano inferior, enchia os copos e, simultaneamente, impulsionava a roda obrigando-a a girar. A quantidade de água que circulava no local, era superior à necessidade de elevação, sendo o excedente que garantia o movimento e a força de elevação. Derivava ainda desse caudal, a maior ou menor velocidade com que a roda girava, dependendo desse factor a quantidade de água recolhida para regadio. A água era sempre conduzida para uma represa ou tanque, através de uma cale em madeira,

⁸⁸⁰ - As represas sazonais, que completavam o sistema de elevação de água através de noras, empregavam bastante mão-de-obra. Os homens trabalhavam descalços dentro de água, construindo uma muralha em pedra – com comprimento, largura e espessura variável e adaptável a cada caso em concreto – com rebolas da ribeira. As mulheres carregavam à cabeça, em cestas, torrões para calafetar o açude. Findo o trabalho, normalmente no mês Junho, ninguém conseguia ter a certeza se duraria uma época inteira, pois uma trovoada inesperada poderia fazer subir as águas da ribeira, criando uma corrente que levava com ela todo o esforço e investimento feitos.

⁸⁸¹ - Confrontar o anexo XIII onde se sinalizam os locais dos principais regadios tradicionais e localização das noras.

⁸⁸² - Fonte oral: Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide. O senhor Joaquim foi a principal fonte sobre as rodas de elevação de águas. Participou nos trabalhos que colocaram a roda da Quinta Nova a funcionar pela última vez, na década de 1990. Ajudou o proprietário, Maurício e seu irmão Cândido Jorge, nessa tarefa.

suportada em cavaletes no mesmo material.

Os dados recolhidos assentam principalmente em memórias visuais, que impedem uma informação detalhada sobre aspectos técnicos dos mecanismos. Os artífices que os construía há muito desapareceram, não deixando elementos documentais ou outros. Acredita-se que, em tudo, repetiriam o preconizado na obra de Fernando Galhano e Jorge Dias, onde se referem vários casos deste tipo de mecanismo de elevação de água⁸⁸³.

Até ao presente, embora sem funcionar, mantêm-se a nora da Quinta Nova, que fora reconstruída em ferro pelo proprietário de então, Maurício Pereira, na década de 1960. Marceneiro de profissão, na Companhia União Fabril em Lisboa, reabilitou o sistema de rega, que entretanto tinha desaparecido, construindo ele mesmo o novo mecanismo. Nesta reabilitação foi implementada uma solução inovadora, que acoplava ao eixo da roda principal uma pequena bomba de elevação de água, de tracção mecânica. Dessa forma, este aproveitamento tinha uma dupla captação, por elevação e por sucção.

Pela década de 1960, a compra de motores de rega, a petróleo, a gasolina e eléctricos, revelou-se como a solução mais viável, e com menos preocupações para o proprietário, contribuindo para o desaparecimento das noras enquanto sistema tradicional de rega nesta região.

Entretanto a ribeira, na sua constante dinâmica, mudou a estrutura do leito, fazendo passar despercebidas, nas suas margens, alguns dos vestígios que indicam a existência desses engenhos.

4.7.2 - As poças, poços e minas

As poças e os poços diferenciavam-se pelas suas características perenes ou sazonais, factores normalmente associados ao local onde estavam edificadas, se no leito de um curso de água, ou noutro espaço onde não ocorressem enxurradas durante o ano⁸⁸⁴. Também a configuração e o tamanho de uma poça ou poço variava consoante o tipo de nascente que lhe fornecia o caudal, de maior capacidade se o nascente fosse de caudal elevado, menor se este

⁸⁸³ - DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando, *Aparelhos de Elevar a Água de Rega*, ob. cit., pp.44-56. A única roda elevatória ainda existente na Quinta Nova, embora reconstruída em ferro, mostra muita semelhança com o desenho publicado na página 47 desta obra.

⁸⁸⁴ - Na aldeia de Gondufo existiam 29 poços e poças, com andadas reguladas por períodos de 8 a 28 dias. Fonte oral: O senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo.

se revelasse escasso. Também a área a regar, nem sempre proporcional à água disponível, determinavam o período da andada e a capacidade de armazenamento de água, que condicionava a distribuição em mais ou menos horas de duração⁸⁸⁵.

Eram também o seu tamanho e a sua localização que condicionava os materiais a utilizar na construção, assim como a técnica de aplicação destes.

A principal diferença entre as poças e os poços é que as primeiras se construía fora de linhas de água, a resguardo das enxurradas de Inverno, o que as tornava permanentes. Já os poços eram sazonais e faziam-se, anualmente, nas linhas de água, durante o período de Primavera e de Verão, sendo desmontados durante o Outono.

No primeiro caso, o elemento estrutural assentava numa muralha feita com pedra de xisto e barro, servindo este último como uma primeira impermeabilização do dique. No fundo era colocada, na horizontal, uma grande placa de xisto com um buraco, de forma circular ao centro, local por onde saíria a água para rega, o agulheiro. A espessura da parede devia respeitar a pressão que a quantidade de água armazenada desenvolveria contra ela. O topo do muro era rematado com enormes pedras em xisto, que ajudavam a consolidar a parede e permitiam passar em segurança sobre a poça para aceder ao seu interior, evitando também que, em caso de extravasamento, a muralha sofresse qualquer dano.

Por vezes estas infraestruturas recebiam enormes placas de lousa sobrepostas, colocadas ao alto, na muralha principal para melhor impermeabilização do interior. O sistema tradicional de abertura e fecho da poça era composto por uma laje de xisto, colocada horizontalmente no fundo da represa, contendo um orifício circular onde encostava uma tranca em madeira, que servia como válvula de vedação conhecida como agulheiro.

Quando as nascentes eram de caudais abundantes construía-se várias represas em série, para conseguir armazenar a água de um período mais longo como seria uma noite. O regadio de Carvalhinho assenta em três poças em sequência descendente, que armazenam água para regar durante três horas, duas vezes ao dia. Este sistema permite ainda ultrapassar a dificuldade que se revela por vezes ir tapar ou abrir uma represa, face à distância a que se situa. Permitia que se abrissem os três reservatórios ao mesmo tempo, numa sequência daquele que estava mais alto para o que se encontrava mais ao fundo, deixando passar uma

⁸⁸⁵ - A área de rega acompanhava a duração da andada. O recurso hídrico armazenado numa poça, regaria mais ou menos terreno consoante o número de dias que demorava a dar a volta por todos os proprietários.

quantidade de água de uma poças para outras, num sistema em cascata, proporcional à que estaria a sair para a levada⁸⁸⁶.

A manutenção destes equipamentos respeitava aquilo que se praticava nos restantes regadios comunitários, havendo uma repartição de tarefas, ou realização de trabalhos conjuntos, podendo por vezes recorrer à contratação de mão-de-obra.

Já os poços eram represas sazonais, construídas anualmente antes do início do período de rega, normalmente edificado no leito de um ribeiro, que por vezes se revelavam como pequenos fios de água.

A base da construção consistia em duas traves de madeira, normalmente dois pinheiros ou dois paus de castanheiro, e algumas lajes de xisto com significativa dimensão e espessura, como parede de contenção.

Os postes utilizados eram colocados atravessados horizontalmente no ribeiro sendo fixos às reentrâncias escavadas na rocha lateral. Um era colocado na parte inferior junto à base, o outro numa posição superior, junto ao topo da barragem, ligeiramente mais a jusante de maneira a criar uma inclinação que dava apoio às lajes. Posteriormente era nesses troncos em madeira que se apoiavam as pedras colocadas ao alto, lado a lado, sobrepondo-se em forma de mata juntas. Essas uniões eram calafetadas com barro, e nos encontros era colocada outra pedra ao alto, que assentava metade em cada uma das placas maiores⁸⁸⁷. O escoamento da água era feita através do sistema já referido para as poças.

Findo o período de rega tinha que se desmontar a estrutura, e acondicionar o material usado para o ano seguinte. Tiravam-se as pedras para uma margem, onde não chegassem as águas torrenciais de Inverno, guardavam-se ao enxuto as traves de madeira, preferencialmente numa palheira, evitando o seu apodrecimento prematuro.

Os poços eram geralmente edificados por todos os beneficiários do respectivo regadio. Dentro da aldeia de Gondufo construíam-se cinco poços: quatro no Barroco da Fonte e um no Barroco da Capela. Este último, com 14 dias de andada, era feito por dois proprietários, que se alternavam ao longo de vários anos até a tarefa ter passado por todos. Já nas represas do

⁸⁸⁶ - O regadio tradicional de Carvalhinho, com cerca de 3 mil metros de extensão, era abastecido pela Poça de Cima, do Meio e de Baixo, assim conhecidas. A represa mais a montante vertia água para a intermédia e esta para a que tinha ligação com a levada. O sincronismo na regulação do caudal comum às três poças era indispensável para que não houvesse desperdício de recursos.

⁸⁸⁷ - Reconstituição possível graças às informações do senhor Joaquim Gonçalves Pereira, da aldeia de Gondufo, que colaborou muitos anos nestes trabalhos.

Barroco da Fonte participavam todos os que regavam, pois a tarefa multiplicava-se por quatro, com as seguintes designações no plano descendente de inclinação do curso de água: o Poço Cimeiro; Poço Almoeiro; Poço Pequenito e Poço Fundeiro. Tinham uma andada de 26 dias.

Nem todos os poços eram feitos para fins de regadio, procedendo-se na aldeia de Gondufo à construção do Poço das Passadoras, para fornecer água aos moinhos das Passadoras e de Joaquim Albano.

Os locais eram escolhidos segundo certas características, em que as margens consolidadas permitiam criar um reservatório de água sem perdas, ou onde um ribeiro registasse o solo nivelado numa grande extensão o que significava maior quantidade de água armazenada, tendo o mesmo trabalho e utilizando o mesmo material.

Se o Verão fosse muito seco, algumas destas construções secavam antes de terminado o ano agrícola contribuindo, muitas vezes, para a perda de culturas. No entanto, o agricultor semeava consoante a sazonalidade desses nascentes, mais cedo ou culturas mais temporãs ou resistentes à falta de água. Revela-se notável a capacidade do homem da terra na gestão dos recursos, parcos ou abundantes, que tinha ao seu dispor.

Trata-se do tipo de aproveitamento de rega que registava maior interacção nas comunidades e prova de sociabilidade de cada uma delas. A poça, assim como a nascente, poderia estar numa determinada propriedade, servindo outros proprietários e fazendas, sendo regulada por uma teia de relações, nem sempre fáceis, pois um proprietário teria acesso à água armazenada na propriedade de outro, mesmo que as suas relações pessoais não fossem as melhores. Essa situação contrastava com o que acontecia noutros sistemas de rega presentes no território, principalmente com origem em cursos de água permanentes, em que, por vezes, o leito da vala transformava o canal em espaço público de circulação.

Registam-se também co-propriedades destes regadios por represamento, que se revelam complexos na determinação da origem. Se, na sua maioria, o sistema de partilha de água se deve às constantes divisões por heranças, que repartiram sucessivamente os terrenos e a água disponível por várias gerações, noutros casos poderá ancorar essa divisão no esforço económico tido para o aproveitamento.

Tanto os poços como as poças se revelavam peculiares, pois permitiam a rega por períodos de tempo ou por quantidade de água armazenada.

Já as minas difundem-se no território por duas ordens de razão, ou foram

impulsionadas pela necessidade de melhorar as condições de vida das populações, através do abastecimento de água a fontanários públicos, ou estão relacionadas com a carência de água para rega, em arroteamentos onde não havia possibilidade de recorrer a outros sistemas de fornecimento.

Quando se destinavam a rega, normalmente faziam conduzir a sua água para uma poça onde era acumulada. Por vezes, quando a estanquidade das paredes laterais o permitia, essa reserva fazia-se dentro da própria mina, construindo-se uma muralha próxima da saída, com uma altura variável até um metro e meio de altura. Esse muro de contenção era muitas vezes formado por uma peça única em xisto, à largura da galeria, colocada ao alto.

Raramente estas minas foram iniciativa conjunta de vários proprietários, registando-se, na actualidade, várias delas com posse comum devido, uma vez mais, à divisão por partilhas.

No entanto, podem encontrar-se algumas na freguesia de Vide que foram de iniciativa comum a vários proprietários, e que serviram de base a alguns regadios tradicionais, como é o caso dos exemplos que se indicam: na aldeia de Gondufo, a Mina do Bosque, que tinha uma andada de 10 dias; a Mina da Verdinha, com um giro de 22 dias; ou a Mina da Venda, na aldeia de Vide, com andada de 9 dias.

Tratava-se de um trabalho difícil, dispendioso e nem sempre bem sucedido, impulsionado por proprietários com algum poder económico, que podiam pagar o custo de um empreendimento sem retorno garantido⁸⁸⁸.

Na primeira metade do século XX era Augusto Garcia, da vizinha aldeia de Parente na freguesia de Alvoco de Várzeas, quem se encarregava da função de construir a maioria destas minas. Em 1950, Cipriano de Jesus Pereira, com laços familiares na aldeia de Frádigas, aprendeu com ele a arte e passou a intercalar essa profissão com a de resineiro⁸⁸⁹. A primeira mina que construiu foi em Casal do Rei, no sítio da Trepada. A nova arte permitia que a sua jorna fosse um pouco melhor que a de um cavador de enxada, uma vez que quando o salário deste fosse 15\$00 o do mineiro atingia os 20\$00, cerca de 25% superior. Os últimos trabalhos, na década de 1970, já foram realizados por ajuste a 100\$00 por metro linear.

O trabalho era duro, solitário e perigoso, exigindo uma atenção constante e um sofrimento frequente. Na verdade, além de passarem muitos dias fora de casa, dormindo em

⁸⁸⁸ - Fonte: O senhor Cipriano de Jesus Pereira, da aldeia de Fontão, que foi mineiro de minas de água.

⁸⁸⁹ - A arte de mineiro tinha raízes profundas em algumas freguesias vizinhas, como em Alvoco das Várzeas, com António Lourenço, ou em Aldeia das Dez com José Rato ou Joaquim da Paula.

palheiras, sucediam-se os dias com os pés enterrados na água, contrariedades aumentadas pela dureza da rocha que permitia, ou não, um melhor avanço no trabalho.

Construir uma mina num determinado local dependia quase sempre da intuição do dono da obra, ou de alguém da sua confiança. Um fio de água que rebentava sazonalmente numa fraga, uma nascente já existente mas à qual se tentava aumentar o caudal, por vezes a realização de um determinado sonho em fazer uma quinta num local onde não havia água para rega⁸⁹⁰. Por vezes o mineiro constatava que o caudal a amealhar não seria significativo, mas nem sempre era fácil convencer o proprietário a desistir, pelo menos até este ter gasto a verba que tinha destinado para o empreendimento⁸⁹¹.

As ferramentas utilizadas eram poucas e tinham de ser ajustadas à função: um carro de mão em madeira, feito no local, à medida da mina a construir; um candeeiro a carbureto; um pistolo e uma marreta; um pico com ambas as extremidades aguçadas; uma barra de ferro com um bico e uma cunha nas extremidades; uma enxada, uma pá e alguns guilhos.

Sempre que se revelava imprescindível rebentavam-se explosivos, pólvora, para vencer a dureza da rocha. No entanto o mineiro tinha de evitar esse procedimento, porque poderia ser acusado pelo proprietário de ter aberto fendas por onde se perdia a água explorada ou a explorar.

Depois de aberto o túnel, e quando a galeria não oferecia condições de segurança contra aluimentos, aconselhava o proprietário, se tivesse poder económico para tal, a colocar manilhas de cimento com orifícios na parte superior, na base da mina em toda a sua extensão. Dessa forma evitava a manutenção permanente e as derrocadas que ocorressem, sendo as manilhas perfuradas na parte superior, não cortavam o caudal nem a capacidade de absorção dos fios de água. Quase sempre esta solução terminava com a construção de um muro que tapava a entrada do túnel⁸⁹².

Em quase todas as aldeias existe pelo menos uma mina, havendo algumas que têm

⁸⁹⁰ - Conhecem-se alguns casos destes no território. Proprietários, que quando conseguiam amealhar algum dinheiro procuravam realizar uma velha ambição de desbravar alguns socalcos em locais no seu entender perfeitos, mas onde não havia água, tentando com uma mina ultrapassar essa contrariedade.

⁸⁹¹ - Por exemplo o senhor Joaquim de Moura, de Casas Figueiras, construiu as duas únicas minas existentes na aldeia. Curiosamente nunca deram água para rega, nem outro qualquer aproveitamento. Foram feitas porque essa era a convicção e o sonho do proprietário, que só desistiu quando a verba disponível para o empreendimento terminou. Fonte oral: Manuel Francisco da Costa, da aldeia de Casas Figueiras.

⁸⁹² - Esta solução foi aplicada em Vide na mina de João Pinto Pacheco, à Barroca, e de Júlio dos Santos, na Quinta do Velagôto.

várias, num máximo de 12, o que ocorre na aldeia de Vide⁸⁹³.

A falta de manutenção, principalmente limpeza de entulhos, associada ao abandono dos terrenos agrícolas e ao avanço da vegetação e floresta, originou que muitas delas tenham secado e que, no presente, não tenham qualquer utilidade.

Foi principalmente a partir da década de 1940 que foram construídas minas para abastecimento público de água às comunidades. Contrariamente às de regadio, estas explorações eram de iniciativa de uma aldeia, da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia⁸⁹⁴. O processo de construção era o descrito anteriormente, sendo os encargos financeiros então suportados por uma associação de melhoramentos, grupo de habitantes da aldeia ou entidade pública.

Quando, na década de 1960, teve início a instalação de redes públicas de água pelas aldeias, a opção para abastecimento a partir de minas foi condicionada pela, ainda, forte exploração agrícola do território⁸⁹⁵. Os direitos sobre as águas de rega levaram os proprietários a defender que os recursos eram de sua pertença, não permitindo que fossem desviadas para outro fim. Houve vários conflitos de interesses nesse processo, levando inclusivamente habitantes, que se opunham à construção de minas, mesmo longe de linhas de água tradicionais, a contraporem outras soluções, mas sempre longe das suas propriedades.

Algumas destas minas foram construídas em duas fases. Na primeira para abastecer os fontanários públicos, sendo ampliadas quando as aldeias começaram a ter redes de abastecimento de água ao domicílio e conseqüentemente necessidade de maior quantidade de água⁸⁹⁶. Já numa fase mais recente, a partir da década de 1990, disseminaram-se os furos

⁸⁹³ - Com a ajuda do senhor Joaquim Augusto dos Santos foi possível identificar as seguintes minas no limite da aldeia de Vide: Jampais (Manuel Pacheco); Horta (José Abreu); Quinta da Méloa; Barroca (João Pacheco); Velagôto (2) (Júlio dos Santos); Estalagem (João Matias); Venda (Joaquim Ribeiro); Maíño (Padre Emídio); Carvalhinho (José Abreu); Lages (António Luís dos Santos) e Ervideira. Para conhecer a localização das minas consultar o anexo XIII.

⁸⁹⁴ - Na década de 1930, a Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo pedia à Junta de Freguesia de Vide autorização para mandar construir uma mina, para instalar uma fonte no bairro do Sobreirinho daquela aldeia.

⁸⁹⁵ - A primeira mina construída na freguesia de Vide para abastecimento público de toda uma comunidade, ocorreu na década de 1950 na aldeia de Barriosa. A Mina dos Carvalhinhos foi construída em espaço florestal, longe dos terrenos agrícolas, tendo sido colocada uma adutora com cerca de 2000 metros até à povoação onde foi edificada a Fonte da Latada. Até essa época a aldeia era abastecida pela “Fonte da Cova”, que tendo a designação de fontenário não passava de uma nascente espontânea, sem condições de salubridade.

⁸⁹⁶ Apenas duas aldeias, Carvalhinho e Silvaldal, não têm rede de águas ao domicílio. Das restantes 22, três têm abastecimento de água elevada por electrobombas das ribeiras, oito dependem de nascentes de superfície e 11

verticais que, graças à electricidade, permitiram alcançar sempre água, a profundidades médias de 80 metros⁸⁹⁷.

4.7.3 - As levadas e os “canos”

Feitas as captações e os reservatórios, surgiam as levadas como o principal padrão de condução de água de rega. Variáveis na tipologia de construção, nos materiais utilizados, na secção e extensão, assim como no usufruto, revelam-se as infraestruturas rurais com maior durabilidade datando a mais antiga, comprovadamente, do século XVIII⁸⁹⁸.

Estes canais, em determinadas regiões de Portugal conhecidos como caleiros, registam na freguesia de Vide muitas dezenas, provavelmente mais de uma centena, de quilómetros. A levada mais extensa regista cerca de 7000 metros, tendo origem na aldeia de Casal do Rei e termina na aldeia de Vide, regando 437 propriedades com a área de 53 hectares⁸⁹⁹.

Estas estruturas revelam-se ainda como as que maiores recursos económicos e de tempo mobilizaram, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento económico e social do território, ao longo dos séculos XVIII a XX.

As levadas que compõem os regadios mais extensos, e que beneficiam a maior área, tiveram na sua génese a comparticipação de poucos proprietários, por vezes de diferentes freguesias. Um indício que a apropriação do território por terrenos agrícolas de regadio além de gradual e lenta, ao longo de três centúrias de anos, necessitou sempre de um forte poder económico dos impulsionadores.

Aparentemente, de certa forma contra a corrente de certo individualismo agrário que a cultura do milho maíz introduziu no território, as levadas vieram congregar esforços e fomentar associações. Se aquele cereal contribuía para o desaparecimento de práticas comunitárias de exploração do meio, das quais se destacava o cultivo do centeio, as levadas voltaram a ligar interesses comuns, obrigando as comunidades a reunirem esforços para a sua construção. No entanto, tal situação não impedia que, por vezes, se revelassem a origem de

tem o sistema ancorado em minas de água. A seca de algumas destas minas tem obrigado à perfuração de furos semi-artesianos, para dar apoio no abastecimento no período de Verão.

⁸⁹⁷ - Acreditam as comunidades que a secagem das minas de água se deve à abertura dos furos semi-artesianos verticais.

⁸⁹⁸ - Padrão comemorativo da construção do regadio tradicional mais antigo da freguesia de Vide, localizado nessa aldeia.

⁸⁹⁹ - SANTOS, Joaquim Augusto, *Regadio Tradicional de Vide, Levada de Cima e Levada de Baixo, Sua História e seu Futuro*, ob. cit., p.28.

alguns conflitos.

As levadas primitivas, assim como os muros de suporte, foram construídas com pedra de xisto, vencendo declives por vezes assustadores. Todas elas continham, num dos bordos, uma zona de circulação pedonal em toda a extensão, quase sempre precária. Verdadeiras veredas que, percorridas por muitas gerações de camponeses, acompanhavam a água no seu percurso entre a derivação e a sua propriedade. A guarda da água de rega, tentando contrariar o uso furtivo que por vezes ocorria, era feito em simultâneo, com o cuidar da levada tapando talhadoiros mal vedados e calcando “canotes” feitos por ratos e toupeiras.



Fotos n.º 110, 111 e 112: Levadas nas aldeias de Barriosa, de Vide e de Casal do Rei

Fonte: Autor

Muitas vezes serviram ainda como a via de comunicação principal entre várias aldeias da freguesia, ou de outras limítrofes, como aconteceu durante muitas décadas com as povoações de Casal do Rei e de Muro, que usaram a Levada de Cima na sua ligação à sede da paróquia, em Vide.

Até à década de 1960 o interior dos canais era impermeabilizado com terra, garantindo dessa forma a estanquicidade necessária para que a água percorresse o seu caminho com a menor perda possível, do “precioso” líquido. Revelava-se uma tarefa árdua que obrigava à contratação de um ou vários tapadores, que procuravam contrariar a acção de ratos e toupeiras, e por vezes algum proprietário mais avesso, que diariamente faziam da levada um crivo de escoamento.

A partir da década de 1960, os proprietários de alguns destes regadios começaram a recorrer a incentivos governamentais de financiamento e crédito, através dos Serviços

Hidráulicos, para cimentarem os canais de rega⁹⁰⁰. Estas melhorias apenas contemplaram as valas mais extensas, que na verdade eram as que exigiam mais manutenção e vigilância, mas também as que tinham mais condições para mobilizarem os beneficiários a fazer face aos encargos assumidos.

Para conceder apoio, o Estado exigiu a organização de uma associação de proprietários em cada regadio beneficiado. Este facto concorreu para uma certa discriminação no acesso ao programa de reabilitação das levadas, pois que, a maioria dos sistemas de rega da região, dependia de um pequeno número de beneficiários e aplicavam-se a uma modesta área regada, que inviabilizou a mobilização no sentido de se constituir uma agremiação.

A primeira levada a ser intervencionada, a Levada de Cima, teve como início do processo, em 1959, a formação da Associação dos Proprietários de Vide. Esta agremiação fez um pedido ao Ministério das Obras Públicas para reabilitação do regadio, tendo a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos elaborado o projecto e orçamento no valor de 400 886\$00 – quatrocentos mil, oitocentos e oitenta e seis escudos. O financiamento foi enquadrado pelo II Plano de Fomento que comportou a fundo perdido 50% do valor, ficando os proprietários com o ónus de devolver o restante em 20 anuidades sucessivas de 10 022\$15 – dez mil e vinte e dois escudos e quinze centavos⁹⁰¹. A beneficiação incidiu sobre o açude de derivação e 6934 metros de levada, para servir um regadio com 53 hectares distribuídos por 761 propriedades e 275 proprietários⁹⁰².

Este programa foi o mesmo utilizado nos restantes melhoramentos e regadios feitos na freguesia de Vide, ao longo das três décadas seguintes.

Na verdade, poder-se-á dizer que esta acção foi a única intervenção directa que o Estado fez para o desenvolvimento da agricultura deste território, até ao presente. Por outro lado, ele surge num período em que o êxodo já se fazia sentir e pouco parece ter contribuído para o parar ou inverter. Apesar de tudo, o impulso dado na organização dos regadios

⁹⁰⁰ - Fala-se em maior detalhe desta melhoria no capítulo sobre regadios tradicionais.

⁹⁰¹ - Informações recolhidas em documento composto e impresso na – Tipografia LOIO, Rua da Alegria, 101-103, em Coimbra. Tiragem de 500 ex., em 13-9-1962 – cedido pelo senhor Manuel Freire de Brito Figueiredo que fez parte da comissão organizadora da Associação de Proprietários de Vide. Fizeram também parte os seguintes elementos: João Pinto Pacheco; António Augusto Marques; Aires dos Santos Nobre; Manuel Dias; António Augusto dos Santos Nobre; Joaquim Gonçalves; Cândido dos Santos Freire e Manuel Nunes Gouveia Pacheco.

⁹⁰² - O documento antes citado indica que a Direcção Hidráulica do Mondego financiou, entre 1959 e 1962, 26 projectos dentro do mesmo programa. De todos eles, o de Vide apresentava-se como o mais extenso, com o maior investimento recebido, mas apenas em nono lugar na área de regadio beneficiada.

tradicionais em associações, revelou-se muito importante para a manutenção destes canais até ao presente⁹⁰³.

O modo como se procedia à manutenção destas levadas dependia muito da sua organização. As que tinham associações de beneficiários constituídas, contratavam mão-de-obra para a limpeza, sendo lançada uma quota anual a todos os proprietários, que variava segundo a área dos prédios ou do tempo de rega. Nas outras situações, a levada era limpa por todos os que regavam segundo duas modalidades, uma limpeza feita em conjunto, ou cada um cuidava da sua atestada.

Não será exagerado afirmar que as levadas, nestes tempos de abandono do mundo rural, continuam a fazer parte indissociável da exploração agrícola e das comunidades. Apresentam-se como um elemento identitário do território na sua vertente de organização e, durante séculos, reguladora do bom funcionamento económico e social das aldeias.

Não se poderá ocultar que muitas vezes se revelaram como focos de comportamentos sociais contraditórios. Se invariavelmente o povo se reunia para fazer a limpeza regular destes canais, comungando as tarefas numa sã convivência comunitária, por vezes eram as levadas geradoras de conflitos verbais insanáveis, que poderiam terminar num tribunal, sob a forma de delitos de injúria ou de ofensas corporais. Entre os mais comuns registam-se o roubo de água, fosse através do corte directo do caudal no talhadoiro, furando o leito da levada para que a água acorresse ao socalco sedoso ou, raramente, por malvadez.

A importância das levadas na actividade social e económica do território fica clara quando se sabe que, caindo uma levada, todos os terrenos abrangidos são de imediato abandonados pelos proprietários⁹⁰⁴.

Durante o trabalho de campo tomou-se conhecimento de uma ocorrência que pode estar relacionada com o transporte de água de rega. Em duas aldeias da freguesia de Vide regista-se um tipo de construção submersa que, em determinados aspectos, indica uma funcionalidade destinada à condução de água para a rega de terrenos agrícolas. Conhecida na região como “os canos” é por alguns habitantes associada ao imaginário fantástico que povoa

⁹⁰³ - Em 2012 apenas o regadio da Levada da Francelha, na aldeia de Barriosa, e da Levada de Coiço Torno, em Frádigas, continuam a ter uma comissão organizada, de três a cinco elementos, que se responsabiliza pela conservação e limpeza dos canais, apresentando e cobrando anualmente os custos aos proprietários, de acordo com a área das propriedades ou o tempo de rega.

⁹⁰⁴ - Isto é visível no Regadio da Pingola, que perdeu um troço da levada com as cheias de 2005, tendo os terrenos que ainda eram cultivados, pertencentes às aldeias de Coucedeira e Rodeado, sido abandonados.

as comunidades desta região que associam as obras de maior complexidade ou dimensão aos “moiros”⁹⁰⁵.

Situam-se no troço médio e final da Ribeira de Piódão, nos limites das aldeias de Casas Figueiras, de Coucedeira e Rodeado. No primeiro caso, em Casas Figueiras, trata-se da construção de um canal subterrâneo no leito da ribeira, numa extensão desconhecida, imperceptível à vista, que apenas em anos de muita seca, quando ocorria o desaparecimento da água superficial do curso de água, se tornava perceptível⁹⁰⁶. A outra construção, em Coucedeira, origina que o leito da ribeira enxugue junto a essa povoação todos os anos, numa extensão de algumas centenas de metros, reaparecendo mais abaixo, próximo da aldeia de Rodeado.

Embora pareça claro que estas construções tinham relação directa com o aproveitamento de água para rega, persistem no entanto algumas dúvidas relativa à opção da solução. Por um lado, pode admitir-se que a construção destes canais subterrâneos tornava possível aproveitar a água submersa no cascalho presente no leito da ribeira, e que doutra forma seria impossível de aproveitar para rega naquele local. Uma possibilidade muito forte, se for tomado em conta que trechos da Ribeira do Piódão secavam durante o Verão, fruto da intensa utilização da água para rega.

No entanto, não poderá ser descartada a hipótese de esta ser uma forma de aproveitamento hidráulico, procurando alternativa para a construção de açudes no leito da ribeira, sempre muito expostos ao regime torrencial deste curso de água durante o Inverno, provocando anualmente danos graves nas estruturas desses diques.

Porém, no caso concreto da galeria entre Coucedeira e Rodeado, pode ter pesado a falta de consistência das margens para erguer um açude de derivação com segurança. No entanto, parece evidente que estes vestígios arqueológicos na Ribeira de Piódão se enquadram na perspicácia e inteligência dos rurais para moldar os recursos disponíveis em seu benefício⁹⁰⁷. À imagem do que efectuara com a apropriação dos leitos das ribeiras com

⁹⁰⁵ - Acredita a comunidade mais antiga que estes canos, segundo uma lenda, eram construídos por moiros e moiras encantadas, numa só noite, para levarem água para locais distantes.

⁹⁰⁶ - Testemunho oral de Manuel Francisco da Costa, da aldeia de Casas Figueiras, que ainda em 2010, data da recolha, não conseguia compreender a finalidade da construção.

⁹⁰⁷ - O senhor José Abranches Borges Mendes, da aldeia de Barriosa, que durante várias décadas foi guarda rios na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alvoco, testemunhou que a população da vizinha aldeia de Cabeça não

terrenos de cultivo, cortando as margens para desviar as águas, também os canos poderão ter sido uma experiência que procurou captar água para regadios, lagares ou moinhos, sem a necessidade de construir açudes procurando um sistema de captação inovador por infiltração.

Por motivos que se desconhecem, todos os anos, a partir do mês de Junho ou Julho até Setembro ou Outubro, o leito da ribeira volta a secar, lembrando os mais antigos “que raio de ideia seria a dos moiros para fazer uma coisa daquelas”⁹⁰⁸.

4.7.4 - Os regadios tradicionais

Os regadios tradicionais, muitas vezes complexos na sua funcionalidade, revelaram-se para as comunidades como as principais infraestruturas de fruição conjunta, marcando de certa forma a continuidade do comunitarismo que em tempos recuados regulou estas comunidades rurais, e que a cultura do milho diminuiu de modo significativo.

Embora o uso fosse comum, não evitava que alguns dos regadios representassem focos de discórdia, resultado do roubo ou utilização indevida de água. Esses incidentes, conhecidos no panorama agrícola português como frequentes, na verdade, na freguesia de Vide eram raros. Os regadios que davam problemas de gestão de águas incidiam quase sempre quando beneficiavam comunidades de diferentes aldeias⁹⁰⁹.

O mais antigo e mais extenso regadio tradicional da freguesia de Vide, datado de 1789, designado Levada de Cima ou Levada Velha, revelou-se sempre o mais problemático⁹¹⁰. Prova disso é uma das últimas decisões do edil do concelho de Vide, extinto em 1836, aprovando um regulamento de uso das águas deste regadio, nomeadamente no que dizia respeito à proibição de deixar talhadouros mal tapados ou abertos, ou à obstrução propositada de água na levada com caniços de mato, infracções que incorriam em multas que variavam entre os 200 e os 4.000 réis⁹¹¹.

Pouco resultado parece ter dado tal decisão na medida em que, tendo a freguesia de

podia ver um fio de água a escorrer de uma rocha, pois que, de imediato, construía um socalco de cultivo para o seu aproveitamento!

⁹⁰⁸ - Expressão ouvida na aldeia da Malhada Cilhas sobranceira ao troço seco da ribeira.

⁹⁰⁹ - O regadio da Levada de Cima e da Levada de Baixo representou sempre um foco de conflitualidade entre as aldeias de Vide e de Muro, resultando mesmo num complexo processo judicial na década de 1940.

⁹¹⁰ - SANTOS, Joaquim Augusto dos, *Regadio Tradicional de Vide, Levada de Cima e Levada de Baixo, Sua História e seu Futuro*, ob. cit. Esta obra traça a história deste regadio.

⁹¹¹ - AMS, AM SC XVII, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide, 1834, Reunião de 15/02/1835, fl. 2 a 3vs.

Vide passou a pertencer administrativamente ao concelho de Seia em 1855, após breve passagem pelo concelho de Loriga, na reunião de 30 de Junho de 1858 foi discutido, pelo edil senense, um requerimento efectuado por vários proprietários de Vide a pedir a aprovação de um “Regulamento de Posturas para a Levada dita de Cima que vem da ribeira de Loriga”. A Câmara Municipal de Seia não só aprovou o dito regulamento, do qual não se conhece o teor, como o submeteu à aprovação da Comissão do Distrito para “maior legalidade”⁹¹².

A pacificação parece ter chegado com o abandono de parte das terras de cultivo, fruto do êxodo rural e do envelhecimento da população, que afectou ambas as comunidades, e que deixara menos superfície para regar⁹¹³.

No entanto, no geral, os regadios tradicionais na freguesia de Vide assentavam na boa vizinhança e na partilha dos recursos e das tarefas, regulados por boas vontades. Isso mesmo parece atestar um documento exarado na “Quinta do Muro”, datado de 30 de Março de 1815, onde foram intervenientes moradores de Vide e de Casal do Rei. A escritura atesta que os residentes de “Casal do Rei espontaneamente davam licença aos sobreditos da Vila de Vide para tirar água do sítio do açude do moinho, no limite de Casal do Rei, ao fundo das casas”. Como condição, os moradores de Casal do Rei exigiam que os proprietários de Vide: não “embaraçassem” um moinho que pretendiam fazer no Lanchal do Barroco; que pudessem continuar a regar e a limar os terrenos até ao limite do dito moinho, e que os habitantes de Vide levantassem os muros que caíssem, ou pagassem a homens de Casal do Rei que o fizessem, a 400 réis por dia⁹¹⁴.

Este compromisso resultava da fragilidade do açude original de onde derivava a referida Levada de Cima. O açude construído na ribeira de Loriga, próximo à aldeia de Casal do Rei, não resistia à força das águas torrenciais de Inverno, por não haver no local margens consolidadas para um eficiente encaixe da muralha. Esse motivo originou que em poucos anos, 1789-1815, o referido dique tenha derrocado várias vezes tendo de ser reconstruído.

Outra prova da boa vizinhança observa-se num dos muitos sistemas de rega da aldeia de Gondufo. Aqui, quatro famílias que detinham um poço cada, o qual exploravam

⁹¹² - AMS, Câmara Municipal de Seia, Livro de Actas n.º 5 (1858-1862), fls.35vs e 36.

⁹¹³ - Este conflito resultava do aumento da área cultivada através da construção de socalcos, ao longo dos cerca de sete mil metros da levada, sem que houvesse parte no regadio existente. A única saída para não haver perda de culturas era a utilização furtiva de água.

⁹¹⁴ - Documento cedido pelo senhor Abel Santos de Brito, morador em Casal do Rei.

individualmente, decidiram juntá-los e criar o regadio tradicional da Malhada Verde⁹¹⁵. Deixaram de ir diariamente todos ao mesmo local, cerca de 45 minutos a pé da aldeia, abrir e tapar os poços de cada um, criando uma andada de 28 dias. No entanto, cada família continuou a amanhar anualmente o seu poço, a limpar um quarto da levada e pagar a sua quota de milho para o tapador que contratavam em cada época de regadio.

Embora esta solução se revelasse válida e duradoura, marca uma forma diferente de regular águas de rega na freguesia de Vide. Este regadio nunca perdeu, até hoje, a sua génese ancestral de posse demarcada, de cada um dos poços por cada família.

Diferente se revela o regadio tradicional do Coiço Torno, que beneficia, principalmente, os terrenos da aldeia de Frádigas. Este foi constituído por escritura pública, feita na aldeia de Aguincho, freguesia de Alvoco da Serra, a 21 de Fevereiro de 1807⁹¹⁶. Tratou-se de uma iniciativa de sete proprietários de diferentes comunidades, curiosamente nenhum deles da aldeia mais favorecida : três eram moradores em Fontão, freguesia de Loriga; um na Quinta do Aguincho, freguesia de Alvoco da Serra; outro em Alvoco da Serra; um na vila de Loriga e outro em Teixeira de Baixo, freguesia de Teixeira⁹¹⁷. Ali acordaram os encargos e os benefícios do dito regadio, que forneceria os terrenos dos impulsionadores em andada com 11 dias. Se de Frádigas não constava nenhum proprietário inicialmente, já em 1980, a levada servia 50 proprietários desta aldeia⁹¹⁸.

Um outro regadio tradicional presente no território confirma o exposto no parágrafo anterior. Muitas vezes, o esforço financeiro para um empreendimento desta dimensão reunia habitantes de diferentes aldeias, freguesias ou concelhos. A 23 de Junho de 1830 foi formalizado, em escritura pública, um regadio com início em Vale do Soito, limite da

⁹¹⁵ - Famílias diferentes detinham os Poço da Lageira; o Poço Grande; o Poço do Lanteirão e o Poço da Torgadinha, que juntos formaram o regadio da Malhada Verde. Fonte oral o senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo.

⁹¹⁶ - Documento cedido pelo senhor Mário Freire, da aldeia de Frádigas. Confrontar o anexo XIV onde se reproduzem alguns documentos de constituição das levadas descritas.

⁹¹⁷ - Nessa data, 1807, a organização administrativa respeitava o antigo mapa concelhio, deixando a freguesia de Vide muito longe do que veio a ocorrer a partir de 1836, quando Teixeira de Baixo e Frádigas passaram a fazer parte do limite de Vide.

⁹¹⁸ - Dados obtidos em documentos cedidos pelo senhor Mário Freire. Provavelmente na data aludida não existiria a aldeia de Frádigas, sendo o principal aglomerado urbano a Cova, muito próximo à actual aldeia, situada no limite administrativo do concelho de Loriga. Conta-se na comunidade que o local onde hoje se encontra a povoação era uma quinta, pertencente a proprietários de Loriga. Não foi possível desvendar se o proprietário daquela vila, que consta na escritura, teria os seus terrenos no local onde hoje se situa a aldeia de Frádigas.

freguesia de Cabeça, para regar terrenos agrícolas em Casal do Rei, da freguesia de Vide. Este regadio, que é no presente aquele que mais área cultivada rega, tinha originalmente uma andada de 17 dias⁹¹⁹. Dos 22 proprietários fundadores, 10 eram de Casal do Rei, sete da aldeia de Cabeça, dois de Muro, um povoação de Silvadal e dois de Rio de Mel, já no concelho de Oliveira do Hospital. De referir que apenas as duas primeiras aldeias têm limites com esse regadio⁹²⁰.

Pelos documentos pesquisados poder-se-á depreender que a constituição dos regadios resultava da associação de vários proprietários, que pretendiam fazer face aos recursos económicos necessários à sua edificação. Quando isso acontecia, formalizavam o acto com uma escritura onde definiam os direitos e os deveres de cada um. Os regadios tradicionais mais extensos foram obra de agricultores de uma mesma comunidade, de várias aldeias vizinhas, ou apenas de um único impulsionador como sucedeu em Vide, provavelmente ligado ao poder local⁹²¹.

Outra realidade constatada é a de que a maioria dos proprietários, assim como algumas testemunhas intervenientes no processo, assinaram muitas vezes os documentos com uma cruz.

A realidade actual de dispersão da propriedade da água de rega, por um número muito superior de beneficiários face aos que impulsionaram os aproveitamentos, resulta de uma evolução pela partilha de águas por herança, por compra, ou da permuta por outros factores de produção⁹²². O constante aumento dos terrenos agrícolas, ao longo dos séculos XIX e XX, graças às surribas de terrenos florestais ou maninhos, garantiram a rega pela venda de quotas de água, por apropriação à revelia dos donos, ou pelo desvio de uns prédios antigos para

⁹¹⁹ - A aldeia de Casal do Rei continua a ter ainda muitos agricultores que vão conjugando as práticas agrícolas ancestrais, com alguns “dias de ajuda” sazonais em diversas áreas desde a construção civil à silvicultura. No presente, é a aldeia da freguesia de Vide onde se produz maior quantidade de milho.

⁹²⁰ - O documento consultado sobre este regadio foi cedido pelo senhor Abel Santos de Brito, da aldeia de Casal do Rei.

⁹²¹ - Esta é a conclusão a que se chegou após terem sido analisados vários documentos do século XIX, de constituição de regadios e de partilha de águas de rega. O registo epigráfico do regadio da Levada de Cima, em Vide, dá a entender que essa levada foi construída pelo município de Vide. Reforça esta ideia o tratamento municipal que este aproveitamento teve, ao longo de muitas décadas. Em 2013 a Levada de Cima continua a funcionar por acção da Junta de Freguesia de Vide, que proporciona a limpeza e a sua manutenção.

⁹²² - No regadio tradicional da Levada de Cima, em Vide, havia o recurso ao arrendamento de água. Existiam proprietários que, por terem água em excesso para a sua propriedade, ou porque pretendiam realizar algum rendimento extra, arrendavam algumas horas da sua água a vizinhos. Este arrendamento poderia ser por época de rega, ou por andada. Muitas das vezes, posteriormente, esta cedência dava lugar à venda definitiva.

outros mais recentes e produtivos.

A descontinuidade cronológica da apropriação das encostas por terrenos agrícolas, originou um sistema de rega que ia saltando de propriedade em propriedade, segundo usos e costumes ancestrais. A “rega a oito” surge em poucos regadios, já no século XX, fruto da intervenção da Direcção Hidráulica do Mondego quando patrocinou a reabilitação de alguns regadios tradicionais. Feitas as melhorias com a cimentação das valas, havia a necessidade de otimizar a gestão das águas sendo a rega sucessiva das propriedades a mais eficaz.

Nas aldeias onde o sistema de levadas não se regula pela “rega a oito”, pode reconstituir-se, com certo grau de certeza, a evolução da ocupação agrícola desse território, pois que, normalmente, o saltar dos períodos de rega acompanhou o aumento do número de propriedades, entretanto conquistadas às encostas. Quando a andada passa de uma propriedade para outra mais distante, deixando outras pelo meio sem rega nesse dia, sabe-se que as que foram transpostas têm uma origem mais recente.

Esta situação é bem clara na aldeia de Barriosa, onde o regadio da Levada da Francelha ainda hoje respeita a rega por dias certos na andada, saltando por vezes várias propriedades, e em que todos respeitam a água do vizinho, mesmo que os terrenos estejam abandonados. Este regadio deriva da Ribeira de Alvoco, na aldeia de Frádigas, canalizado por uma levada implementada na margem esquerda, cuja partilha de águas foi ajustada por escritura de 31 de Março de 1848, lavrada na aldeia de Barriosa. Ficou acordado que o giro durava 13 dias, e que entrava em andada no primeiro dia do mês de Junho e terminava no último de Outubro, de cada ano⁹²³. No mesmo documento ficou estabelecido que a divisão seria feita pelos proprietários que tinham pago as despesas da levada e que, José Luís Freire, a quem coubera cinco dias de água, comprometia-se a dispensar meio dia a Gregório Luís, logo que este pagasse a parte que lhe competia no custo total da obra.

Ainda esse documento do século XIX determinava que todos os proprietários deveriam participar na limpeza e “reparo tanto da levada como do açude”. Quem não participasse no “contingente” deveria pagar “dois mil réis”, por cada ano para esse fim. No dia em que a água mudasse de dono, o último a regar deveria deixar a água ao “Outeiro do

⁹²³ - Documento gentilmente cedido pelo senhor José Abranches Borges Mendes, da aldeia de Barriosa.

Pulvoreiro”, até ao pôr do sol⁹²⁴. Este documento custou 3015 réis.

Os regadios tradicionais revelam-se como as construções com maior longevidade no território e de mais tardia perda de importância nas comunidades. Provavelmente será também a mais antiga forma de regulação económica e social que ainda hoje se encontra em prática, sem alterações desde, pelo menos, o século XIX.

Em pleno século XXI, apesar do abandono quase total dos terrenos de cultivo e da diminuição drástica de agricultores, os regadios tradicionais continuam em funcionamento, mesmo quando a maioria dos terrenos estão abandonados para práticas agrícolas.

Para além dos exemplos apontados até aqui, baseados quase sempre em sistemas de rega assentes em levadas, com derivação em cursos de água contínuos, não se podem esquecer os aproveitamentos baseados em poços ou poças, que porventura se poderão revelar como os mais antigos presentes no território nacional⁹²⁵.

Quando a fruição assentava num sistema misto de dias e poçadas, uma determinada represa poderia ter proprietários com 24 horas cada, e outros com apenas meio-dia. Quando a água entrava em andada, era usufruída em dias certos ao longo do período de rega. No entanto, os donos de apenas meio-dia na poça trocavam entre si em cada andada, se numa semana regavam da parte da manhã, na outra regavam durante a tarde. Desta forma criava-se uma posse igual para todos que, alternadamente, utilizavam a água represada durante a noite, ou durante o dia.

Existiam na freguesia regadios tradicionais assentes em poças que, ao longo da época, faziam ajustamentos nos períodos de rega, consoante o recurso hídrico fosse diminuindo ao longo do Verão.

Por vezes esses reajustamentos revelavam-se engenhosos e complexos como acontecia na Poça do Bicarão em Casal do Rei⁹²⁶. Esta represa garante, num ano normal, a rega a pé até ao mês de Julho, numa andada de 22 dias⁹²⁷. Enquanto o recurso hídrico se mantém contínuo,

⁹²⁴ - Era ainda proibido atravessar a levada com videiras ou estações, construir parede da parte de cima da levada até onde chegasse a água, ou fazer obra de qualquer espécie pois as “águas deveriam estar sempre livres e desembaraçadas”.

⁹²⁵ - CALDAS, Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, ob. cit., p.191. Segundo este autor mesmo antes da chegada do milho maiz, as nascentes já estariam todas represadas para rega das culturas do linho e de hortas.

⁹²⁶ - Fonte oral: o senhor João Reis, da aldeia de Casal do Rei.

⁹²⁷ - Acredita-se que originalmente este regadio fosse de 22 proprietários, com um dia de rega completo cada. A repartição actual deve-se à sucessiva partilha de terrenos por herança.

cada proprietário rega, por cada hora a que tenha direito, 40 minutos durante o dia e 20 minutos durante a noite⁹²⁸. A partir do momento em se torna necessário armazenar a água, cada possuidor passa a regar alguns minutos por cada hora a que têm direito. O primeiro proprietário a regar chega ao local da represa ao nascer do sol e calcula quantas horas de água estão armazenadas, fazendo a divisão de tempo que caberá a cada um⁹²⁹. Começa a regar a sua água, e logo aparece o agricultor que se segue na escala perguntando quantos minutos por hora lhe calham. O processo repete-se, até ao último dono que rega nesse dia, que deverá tapar a poça para o dia seguinte. O dique é tapado duas vezes nas 24 horas: às 8 horas tem de estar encerrado e novamente às 20 horas. Em tempos antigos, quando não havia relógios na comunidade, o fecho da poça regulava-se pela passagem do sol à Pedra do Vidigal, ao nascer e ao final do dia.

Os períodos de rega começavam em diferentes datas de aldeia para aldeia mas sempre nos meses de Maio e de Junho. Quase sempre coincidiam com dias santos de guarda em épocas recuadas: dia de Santa Cruz, de Santo António, de São João, até mesmo em dia de São Pedro. Este prolongar no tempo prendia-se com o bom caudal de determinadas nascentes que permitiam um uso livre da água até mais tarde⁹³⁰.

A preocupação com o bom funcionamento dos regadios era constante e, por vezes, encontrava na comunidade soluções curiosas. Na aldeia de Muro, não existindo nos seus habitantes quem tivesse relógio para controlar as horas de rega, mobilizou-se a comunidade para juntar o dinheiro necessário para comprar um cronómetro, para regular o tempo que cada um tinha no regadio da Levada de Cima. Compraram então um aparelho de sala e construíram uma pequena arrecadação em xisto no meio do povo, onde colocavam a máquina durante o

⁹²⁸ - Os agricultores consideravam o período do dia das 8 horas até às 20 horas, e o da noite entre as 20 e as 8 horas.

⁹²⁹ - Curiosamente este método faz lembrar o que acontecia com a divisão do azeite no lagar. Quando o cálculo feito não esgotava a totalidade da água poderia haver uma segunda roda baseada num novo cálculo e nova divisão.

⁹³⁰ - Também contava a cordialidade existente entre os habitantes de uma determinada aldeia, em que a entreatada era uma prática corrente. Na verdade, na maioria dos regadios, as datas eram impostas pela ganância de certos proprietários em se apoderar da água antes desta andar em andada. Conta-se mesmo que este facto resultou na mudança do dia de festa anual na aldeia de Balocas. Segundo o senhor António Dias da Silva, natural dessa aldeia, “antigamente” venerava-se a Padroeira da aldeia a 16 de Julho. Esse dia, à semelhança do que acontecia com determinados moinhos em dia de Natal, não se deitavam as poças para regar, passando a andada um dia para a frente. Em meados de 1900 começou a haver proprietários que após a missa e procissão iam regar furtivamente. A povoação, para acabar com esta prática conflituosa, decidiu passar o dia de festa para o Domingo mais próximo daquela data, situação que se mantém ainda hoje.

período de rega. Entre todos os habitantes decidia-se uma escala para, rotativamente, tomar conta das horas a que cada um tinha direito a regar. Como o relógio não assinalava as horas sonoramente o habitante de serviço ia controlando o tempo e avisava cada proprietário quando era a sua vez de regar, gritando em altos brados “ó fulano corta a água que está na hora”⁹³¹.

Também as torres anexas às capelas, equipadas com um sino ou sineta, eram utilizados para convocar os proprietários para reuniões que tratavam os assuntos da levada. O toque, grupos de três badaladas espaçadas, reunia o povo à porta da igreja ou da capela para resolverem casos comuns, que andavam invariavelmente em torno da queda de um barranco, da limpeza da levada, ou de um acto de indisciplina, que deveria ser sancionado de acordo com a opinião de todos os proprietários⁹³².

Os regadios tradicionais desta região representam um testemunho ainda vivo da tenacidade, do empenho, da organização social, e do sacrifício destas comunidades para conseguirem viver em paz, na luta diária pela sua sobrevivência. Face à rápida transformação social e demográfica que a região atravessa, assim como à galopante degradação que as infraestruturas associadas estão expostas, não será fácil avaliar até quando esta situação se manterá.

4.8 - Outras edificações de cariz rural: as palheiras, os currais, os poisos e os apiários

As palheiras registam uma configuração exterior semelhante a uma casa de habitação tradicional, sendo fácil encontrá-las em grande número no território. Conhecidas pelas comunidades como palheiras e currais têm uma presença forte na paisagem rural do território rivalizando com os característicos socalcos que moldam as encostas.

A percepção destas estruturas, perante a casa de habitação vernacular, nem sempre é convincente ao menos familiarizado visitante do território. Estas construções destinavam-se

⁹³¹ Fonte oral: o senhor Joaquim Freire Cardoso, da aldeia de Muro. Contou ainda que quando as pessoas de Muro usavam a água dos regadios furtivamente, normalmente deixavam um agricultor de atalaia. Quando alguém de Vide surgia como vigilante, o morador gritava: “Tapa a água que já lá vêm os da Vide”.

⁹³² - Na aldeia de Vide este uso ancestral foi abandonado já na década de 1990. Como a torre da igreja matriz tem três sinos a convocação para assuntos de levada era feito no sino das missas diárias. Outra utilização destes sinos, para fins não religiosos, era o toque para incêndios que ocorria com pancadas desordenadas – a rebate – nos sinos.

principalmente à guarda dos animais e das forragens de Inverno. Poderiam, pois, encontrar-se como alojamento para gado ovino ou caprino, suínos, galinha ou coelhos. Nas poucas aldeias onde havia um outro bovino ou muar, usava-se o mesmo tipo de estábulo.

A forma de apropriação do terreno e das práticas de manejo do gado e forragens, na freguesia de Vide, contrasta com outras regiões do país. Pais de Brito constatou na aldeia transmontana de Rio de Onor a não existência de “casas” específicas para estabularem os animais, ou para armazenarem forragens secas durante o Inverno⁹³³. Uma diferença que se prende, possivelmente, com o tipo de gado explorado em cada região. O gado ovino e caprino, distintivo deste território serrano, não produzia força de tracção, sendo mais prático guardá-lo em locais de fácil acesso aos terrenos de cultivo, ou às canadas da serra.

Por outro lado, a produção de estrume que era essencial para a fertilização dos campos, seria mais fácil de transportar, às costas, para os socalcos se o curral estivesse na propriedade. Alguns proprietários quando tinham várias propriedades, distantes umas das outras, procuravam ter uma palheira ou um curral em cada uma delas, para curtir o mato que servira de cama aos animais.

A palheira distinguia-se de um curral pela estrutura, sendo composta por um piso térreo e um primeiro andar. O estábulo dos animais ficava no piso térreo, e o armazenamento de forragens ou produtos agrícolas, como batatas ou milho, no primeiro piso.

Um pouco à semelhança do que acontecia com as construções de casas de habitação, ou de socalcos, também o estatuto social e poder económico do proprietário determinava o tipo de edifício que normalizava a palheira. Uma edificação que fosse mais cuidada, com maior amplitude espacial, que tivesse usado bons materiais como duplo aparelho, com pedra facetada e barro de ligação, poderia indicar a capacidade financeira do impulsionador desse empreendimento. Por vezes, a discrepância nestas edificações era tão acentuada, que não era difícil encontrar casas de habitação com condições de habitabilidade muito inferiores a arrecadações agrícolas de abastados agricultores.

⁹³³ - BRITO, Joaquim Pais de, *Retrato de uma aldeia com espelho*, ob. cit., p.301. Segundo o autor, aí usava-se como corte dos animais o piso térreo das habitações e, caso se justificasse, guardava-se o pasto em casas de habitação desabitadas, temporária ou permanentemente. Já na página 302 da mesma obra, Pais de Brito escreve que, em Rio de Onor de Castilla, encontrou documentada a troca de um tronco de castanheiro por um chão (pedaço de terra). Curiosamente, na aldeia de Gondufo encontrou-se um documento que comprova a compra de um pedaço de terra onde, para lá de uma verba pecuniária, também entrou como pagamento cinco litros de aguardente. Conferir o Anexo XV onde se reproduz um documento redigido entre proprietários, vendedor e comprador.

Embora, por vezes, se verifique uma acentuada distância dos núcleos urbanos aos terrenos de cultura, nunca terá sido promovida a prática conhecida noutras regiões de Portugal, como as brandas e as inverneiras. No entanto, muitas destas palheiras, comportavam uma lareira para aquecimento, ou confecção de refeições ou uma enxerga para descansar. Situando-se por vezes a propriedade algo afastada da aldeia, serviam as palheiras para dar apoio nos períodos de maior labor agrícola, quando havia que respeitar períodos nocturnos de rega ou dar assistência a algum animal próximo a parir. Também aqui pernoitavam trabalhadores contratados sazonalmente para determinadas tarefas, um mineiro ou pedreiros que usavam muitas vezes como colchão a palha aí guardada⁹³⁴.

Nos terrenos de cultivo de uma das aldeias da freguesia, em Gondufo, existiu um pequeno aglomerado destas edificações, conhecido como as “Casas da Ribeira” que aparentemente seriam um núcleo de apoio à agricultura de habitação sazonal. Situavam-se a uma cota de altitude inferior à aldeia e a alguma distância do aglomerado urbano. No período de maior azáfama em torno das culturas, alguns proprietários optavam por residir durante largos espaços de tempo nessas casas de apoio, sem se deslocarem à aldeia⁹³⁵. Serviam também como locais para armazenar os benefícios cultivados, aliviando o sofrimento de carregar às costas os produtos colhidos de uma só vez. Graças a essa estratégia, transportavam as coisas para a casa de habitação no povoado ao longo do ano, consoante a necessidade e aproveitando todas as deslocações a esse local.



Fotos n.º 113, 114 e 115: Diferente tipos de edificações de palheiras na freguesia de Vide

Fonte: Autor

Também na aldeia de Casal do Rei se podem encontrar vestígios de construções de

⁹³⁴ - O senhor Cipriano Pereira, da aldeia do Fontão, construía minas de água, dormindo quase sempre em palheiras, enquanto um determinado empreendimento decorria.

⁹³⁵ - Segundo o senhor José Joaquim Freire, da aldeia de Gondufo, os donos destas propriedades passavam o Verão nas Casas da Ribeira, regressando à aldeia para passar o Inverno.

palheiras que serviram como habitação durante uma parte do ano agrícola. Estes núcleos, conhecidos como Trepada, Bairro Alto e Fontão Covo implantaram-se ao longo da ribeira que fornecia água para o lagar de azeite local⁹³⁶.

Nas aldeias de Barriosa, ao Polvoreiro, e em Ribeira, ao Outeirinho, é possível identificar pequenos aglomerados de palheiras e currais, que pertenciam a diferentes proprietários, e que, de certa forma, lembram as malhadas que alguns autores descrevem⁹³⁷. Os casos apontados são aqueles que se observaram, e que não se enquadram no sistema mais difuso no território, que se caracteriza pela implantação isolada e dispersa, tentando dar resposta às necessidades específicas de cada agricultor.

Nesta região estes equipamentos registavam frequentemente uma co-propriedade, entre vários agricultores. Muitas vezes essa situação de repartição derivava de uma construção com custos partilhados, que poderiam reflectir fracos rendimentos dos agricultores ou a necessidade de utilizar locais estratégicos para armazenagem de forragens ou estábulo de animais. Acontecia também que muitas das vezes, curtir estrume para determinadas propriedades, face à sua área reduzida, não justificava a construção de uma palheira. À semelhança do que ocorrera com outros factores da propriedade agrícola, também as heranças promoveram a partilha destas construções, respeitando os mesmos objectivos e necessidades.

A divisão de propriedade destes espaços tinha regulação diferenciada, caso se tratasse do piso térreo ou do primeiro andar. Quando se tratava da parte superior da palheira, o espaço poderia ser dividido em tantas partes quantos os donos da construção⁹³⁸. No que toca ao rés do chão, o espaço era dividido por períodos de tempo, ao longo do ano garantindo que, pelo menos duas vezes, cada proprietário ou herdeiro pudesse estabular os seus animais, o tempo necessário à produção de estrume para ser enterrado à cava, ou servir de empalho às culturas de regadio⁹³⁹.

A manutenção das estruturas era da responsabilidade conjunta de todos os donos, de

⁹³⁶ - Fonte oral: O senhor Joaquim José Marques, da aldeia de Casal do Rei.

⁹³⁷ - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal, ob. cit.*

⁹³⁸ - Esta divisão raramente era através de paredes. Havia um entendimento entre as partes em que cada qual ocupava uma parte do primeiro piso que, num caso extremo, regulava um canto da palheira para cada proprietário.

⁹³⁹ - O estrume para fertilização dos solos era feito com mato trazido para a corte, entre os meses de Junho a Janeiro. Durante os meses de Fevereiro a Maio era preparado o estrume para o empalho que, sendo a sua função segurar a água de rega nos socialcos inclinados, deveria ser menos curtido e por esse motivo estar menos tempo no curral.

acordo com a sua quota-parte. A conservação girava normalmente em torno do tapar beiras no telhado, mudar algum barrote corroído, mudar uma cravelha podre ou virar o lascado.

A arquitectura registava quase sempre uma planta quadrangular, rectangular ou arredondada, podendo a cobertura ser de uma ou duas águas. Os portais eram baixos e as janelas pequenas, em madeira e sem vidros. Estas fechavam com uma tranca pelo interior, enquanto as portas eram aferrolhadas pelo exterior, também com uma tranca ou uma cravelha em madeira.

A pedra utilizada nem sempre era da melhor qualidade, o que resultava muitas vezes em ombreiras e cunhais toscos. Os materiais que se usavam eram recolhidos o mais próximos possível ao local de edificação, e tanto poderiam ser pedras roladas pelas águas da ribeira, se estivessem junto a esses lugares, ou os vigamentos em madeira serem de oliveira, pinheiro, medronheiro ou castanheiro. O piso era feito com grossas tábuas, sem qualquer tipo de junção entre elas, que um serrador preparava no local.

Normalmente as paredes destas construções eram feitas sem utilizar barro ou qualquer outro material de ligação do aparelho de xisto. Outras vezes, para não serem feitas em pedra seca, amassavam terra que colocavam no assentamento das pedras, mais com uma preocupação de calafetação, do que de consolidação das muralhas.

Quanto aos currais, estes registavam como elemento distintivo o facto de apenas comportarem um piso térreo, para guarda de animais e produção de estrume. Tratava-se de edificações muito simples com um tamanho proporcional ao número de animais do proprietário, ou da propriedade onde se encontrava sendo, frequentemente, uma das construções que respeitava a autarcia edificadora do camponês⁹⁴⁰. Na verdade poder-se-á dizer que, parte significativa era construída por um elemento da família com recurso ao apoio do restante agregado⁹⁴¹.

A arquitectura registava vários tipos de implantação e localização, adaptando-se com facilidade ao espaço disponível. Plantas quadradas, rectangulares e, muitas vezes, demonstrando uma certa influência da construção castreja, podem encontrar-se currais com

⁹⁴⁰ - Por vezes o curral servia apenas para curtir o estrume necessário a uma determinada propriedade, ajustando-se o seu tamanho a essa necessidade. Quando o efectivo pecuário era superior à capacidade do redil o agricultor dividia-o por vários locais.

⁹⁴¹ - Ocorrem construções muito rudimentares e de pequena dimensão, utilizando pedras muito pequenas que eram apanhadas nos terrenos florestais, das quais se destacam o quartzo. Era com esse materiais, conseguidos por “recolecção”, que se construíram muitos dos currais que se encontram no território.

uma configuração circular⁹⁴².

A edificação ocorria de preferência junto à propriedade agrícola, quase sempre no plano mais elevado dos terrenos de cultivo, na fronteira do espaço cultivado com a floresta, confirmando a sua principal função de produção de estrume. Essa disposição concorria para facilitar, por um lado, o trabalho de acarreto de mato, desde o espaço florestal e, por outro, a extracção de estrume para os socalcos agrícolas, que ficava mais facilitado encontrando-se no ponto mais elevado da propriedade.

Pode também esta localização ter origem nas antigas malhadas, das quais apenas se conhecem testemunhos toponímicos, que acolhiam os gados que pastavam nas serras. Sendo a pastorícia mais antiga no território do que a agricultura, podem os socalcos primitivos ter tido origem junto a estas edificações vernaculares.

Tal como acontecia com as palheiras, também estas construções podiam pertencer a vários proprietários, que regulavam a sua utilização ao longo do ano, segundo costumes ancestrais já descritos. Durante o período de Outono e de Inverno, colocava-se o gado nas propriedades do camponês para consumir o pasto aí existente e para produzir estrume, que seria aplicado na fertilização da próxima sementeira. Durante a Primavera repetia-se a jornada para a produção de estrume, desta vez menos curtido e mais grosseiro, utilizado no empalho das culturas⁹⁴³.

Foi muito raro encontrar currais para a engorda de porcos fora do núcleo urbano⁹⁴⁴. Como foi dito, normalmente estas arrecadações situavam-se dentro da aldeia ou o mais próximo possível da habitação, para facilitar a alimentação dos animais que, em parte, era garantida pelos sobejos da alimentação da casa.

⁹⁴² - A construção de planta circular era muito mais acessível, porque não se tornava necessário construir cunhais. As esquinas vivas obrigavam não só à utilização de pedras de melhor qualidade, como a uma maior especialização do trabalho, pois revelavam-se como pontos de segurança da edificação. Sobre a edificação destas estruturas, é importante conhecer a seguinte obra: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal*, ob. cit.

⁹⁴³ - O empalho era prática corrente em quase todos os terrenos agrícolas devido à inclinação, por vezes acentuada. Desta forma evitava-se, por um lado, que o solo produtivo escorresse à passagem da água de rega e, por outro, que a água se infiltrasse mais facilmente no terreno.

⁹⁴⁴ - Fala-se em engorda porque não existia a tradição de criar leitões. As famílias que tinham poder económico compravam um ou vários porcos, em Abril ou Maio, que engordavam para matar no período de Inverno. Antes da década de 1940, a aquisição dos animais fazia-se nas feiras de Lourosa e de Oliveira, no vizinho concelho de Oliveira do Hospital. Por norma, os habitantes de uma determinada aldeia juntavam-se e deslocavam-se, a pé, para depois se entretajarem na condução dos animais até casa. Para certas aldeias estas feiras ficavam a mais de cinco horas de caminho. A partir de 1940 foi fundada a feira mensal de Vide, que tinha como ponto forte o mercado de porcos.

O curral representa a edificação mais pequena e precária do mundo rural, sendo aquela que podemos encontrar mais divulgada pelo território. No entanto foi a que mais representatividade teve, para as comunidades, face à importância que o gado teve na economia local e à relativa facilidade na sua construção.

Na verdade, as palheiras poderiam tornar-se dispensáveis para os rurais com menor poder económico, pois poderiam vender a melhor palha e, dessa forma, tornar-se desnecessário um espaço para o armazenamento. Já os excedentes agrícolas, sendo poucos, facilmente se guardavam na casa de habitação⁹⁴⁵.

Uma pequena construção que se encontra espalhada pelo espaço rural, conhecida localmente como “poisos”, desempenhou durante séculos uma importante função de apoio ao mundo rural. Tratava-se de pequenas plataformas construídas em xisto, que possibilitavam pousar um molho de mato, de caruma ou de lenha, no caminho entre a floresta e o curral do gado, do socalco ou da casa de habitação.

Esta região, até à década de 1950, baseava a fertilização dos campos em estrumes, facto que obrigava os agricultores a cortar a maior quantidade de mato ao longo do ano. Também durante parte do ano, quando os pastos eram em menor quantidade, devido à ocupação do solo pelas culturas anuais, o mato revelava-se importante para a alimentação dos gados que ficavam estabulados a maior parte do tempo. Não se conheciam à época meios auxiliares de carga, mesmo gado asinino ou cavalariço, pelo que o acarreto era sempre às costas dos homens, ou à cabeça das mulheres.

A forte ocupação demográfica do território tornava o mato ou a lenha raros, situando-se distantes das aldeias, propiciava que estes produtos fossem roubados, tanto no limite da

⁹⁴⁵ - O rural geria o seu rebanho e determinadas culturas direccionado para a realização de dinheiro. Das forragens de Inverno, produzidas a partir da cultura do milho, vendia a “bandola”, parte superior da planta que, depois de seca ao sol, era atada em molhos, com nagalhos feitos de junça. Esta forragem, muito procurada por compradores vindos da “Terra Chã”, era vendida para aquela região do Planalto Beirão, para a alimentação de gado bovino. Importa referir que, na freguesia de Vide, nunca houve gado bovino dedicado a lavar os terrenos, quando necessário, eram contratados na vizinha aldeia de Chão Sobral, do concelho de Oliveira do Hospital, no período das sementeiras. Para a alimentação destes animais, fornecida pelo agricultor que os contratava, era obrigatório ter forragens verdes de qualidade (aveia ou centeio) e palha também diferenciada, normalmente a bandola. Como forragem para o Inverno restavam os canões para alimentar o gado do camponês. Os canões eram a parte inferior da planta do milho onde se situava a espiga. Depois de desfolhada, eram acondicionados em palheiros de forma cónica, em que as mesmas plantas serviam de parede exterior de protecção contra a chuva. Esta prática ajuda a compreender porque motivo podia o rural menos abastado prescindir da palheira.

freguesia como em freguesias vizinhas⁹⁴⁶. A saída para o monte ocorria durante a madrugada, duas ou três da manhã, procurando não ser visto nem avistar o dono da propriedade onde ia furtar o mato⁹⁴⁷. Os poisos revelavam-se, então, essenciais como locais de descanso, no caminho de regresso.

Por vezes estas “investidas” eram feitas em pequenos grupos de amigos, familiares ou vizinhos que combinavam, em segredo, onde ir no dia seguinte. Jogava-se um autêntico jogo do gato e do rato, os proprietários dos terrenos florestais levantavam-se cedo para tentar controlar os camponeses furtivos, e estes por sua vez tentavam controlar os donos do mato, ou da lenha, para, em segurança, poder fazer o seu molho e regressar a casa.

Havia quem se sentisse protegido por uma ou outra oração. Entre os agricultores acreditava-se que dizendo uma oração a S. Cipriano, sem se enganarem, se tornavam invisíveis e podiam, com segurança, furtar um molho de mato ou de lenha⁹⁴⁸. Havia um senão que afastava as pessoas desta oração, se durante o período em que estavam debaixo da protecção da oração morressem, iriam “direitos ao inferno”.

Feito o molho de mato ou de lenha, a primeira preocupação era chegar a um poiso. O motivo prendia-se com o uso e costume que fazia destes locais um ponto de salvo-conduto, onde os proprietários e os camponeses se respeitavam tacitamente, embora ambos soubessem que o produto ali descansado poderia ter sido furtado. De realçar que o acesso a estes materiais, no caso da lenha essencial à sobrevivência diária, originava por vezes “corridas à pedra”, entre habitantes de diferentes aldeias, que disputavam dessa forma o direito ao furto

⁹⁴⁶ - Com a acção dos Serviços Florestais o mato e a lenha dos baldios ficaram proibidos de recolher pelas populações. Embora se tenham destinado alguns espaços próximo às aldeias onde se poderia roçar mato, na verdade, revelaram-se exíguos face às necessidades dos rurais. Desse modo, a reflorestação contribuiu para que as comunidades, que não tivessem beiradas próprias, fossem cada vez mais longe procurar matos e lenhas.

⁹⁴⁷ - ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura*, ob. cit., p.71. “(...) às quatro da manhã já não se ouviam tamancos dos homens a trabucar nas calçadas para irem ao mato para terem os animais no enxuto (...). A hora de saída por vezes também era condicionada pelo dia de jorna que tinha que se fazer ao romper da aurora. O camponês, antes de ir para o campo trabalhar, já devia ter deixado um molho de mato à porta do curral”.

⁹⁴⁸ - O senhor José Luís, da aldeia de Vide, fervoroso crente da religião católica, contava que várias vezes viu indivíduos, após terem dito a oração a S. Cipriano, roubar uvas na presença dos donos, sem que estes se apercebessem. Por sua vez, o senhor Joaquim Augusto dos Santos, também da aldeia de Vide, conta que, no ano de 1953, durante a safra de um lagar de azeite de Vide, sendo a lenha um bem escasso e necessário, levou os lagareiros a roubar umas falheiras de madeira para aquecer a caldeira. Chegados ao lagar, esconderam o resultado do furto debaixo da lenha que tinham em armazém. O lesado, um negociante da aldeia de Balocas, foi chamar o regedor para percorrer a aldeia em busca do material roubado, ronda que os levou ao dito engenho. Quando o mestre do lagar os viu entrar compreendeu de imediato ao que vinham ordenando a um dos lagareiros: - Ó Zé vai lá fora depressa rezar a oração a S. Cipriano! Na verdade, segundo o senhor Joaquim, ninguém descobriu a marosca.

em determinadas testadas.

Normalmente estas construções estavam sempre em caminhos públicos, pois que, uma vez ali chegados com os molhos de mato ou lenha, assumiam todas as mesmas características não se sabendo de onde provinham.

Os poisos representavam, ainda, para as comunidades, instrumentos de convívio e interacção social, entre uma ou várias aldeias. Havia estruturas deste tipo que se situavam em locais de altitude onde se bifurcavam caminhos de diferentes povoações, sendo aproveitados esses locais como ponto de encontro onde se descansava um pouco, se contavam umas estórias, partindo depois cada qual para o seu povoado.

Representando a juventude uma parte importante dos habitantes que participavam na “ida ao mato”, os poisos concorriam, também, para o arranjo de namoricos após umas trocas furtivas de beijos, camufladas pelo escuro da madrugada. Em dias mais folgados das lides do campo, havia sempre alguém que levava uma “gaita de beijos” e, ali mesmo, se realizava um bailarico. A ida ao mato ou lenha era um costume diário, com excepção dos domingos, dias santos e no primeiro dia de Maio. Nesse dia acreditava-se que quem ousasse ir cortar o que quer que fosse ao campo, ou floresta, traria consigo cobras para casa⁹⁴⁹.

Tendo sido edificados com materiais de fraca qualidade, que se procuravam no local, dos poisos praticamente restam apenas memórias e os nomes dos locais. Na aldeia de Balocas existiam pelo menos cinco construções deste tipo, e, na aldeia de Casas Figueiras, recordam-se quatro⁹⁵⁰.

Outro tipo de edificação que, de certa forma, foi abundante na freguesia de Vide, destinava-se ao acondicionamento de colmeias. A apicultura revela-se muito antiga no território, pois que, já em 1585, se documentara um proprietário que tinha pelo menos 23 colmeias⁹⁵¹.

Até à década de 1960 usaram-se exclusivamente colmeias de cortiça, conhecidas na

⁹⁴⁹ - Os menos supersticiosos, os que não tinham medo de cobras, não ligavam a essa crença indo normalmente à floresta cortar mato. De certa forma, esse era o dia da sua preferência, pois que, na verdade, não tinham a concorrência de outros agricultores para disputar o melhor local.

⁹⁵⁰ - Fontes orais: Em Balocas, o senhor Herculano dos Santos identificou as seguintes construções: Poisos da Cruz; Poiso do Feiteiro; Poiso do Outeiro Lourenço; Poiso da Treposta e Poiso do Outeiro das Fontes; Na aldeia de Casas Figueiras, o senhor Manuel Francisco da Costa reconheceu as seguintes construções: Poiso da Breda dos Lameiros; Poiso do Coladinho; Poiso do Outeiro da Nogueira e Poiso da Cochina.

⁹⁵¹ - ADC, Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

região como cortiços⁹⁵². O mel revelava-se importante como adoçante e como remédio, sendo um produto facilmente comercializável e que poderia ainda ser usado para a produção de aguardente. Provavelmente também a venda de cera se revelava relevante já que, em 1857, Francisco Marques, da aldeia de Ribeira de Balocas, vendeu 15 arratéis de cera por 6\$000 réis, à Confraria das Almas da freguesia de Alvoco da Serra⁹⁵³.

O cortiço foi a principal colmeia existente na região até à década de 1980, quando se registou uma difusão de colmeias móveis⁹⁵⁴. A antiga colmeia usava dois materiais existentes na região, a cortiça e a madeira de urgueira, bastando três ferramentas para construir um cortiço: uma machada para messar a cortiça na árvore, um serrote para cortar o material em esquadria, uma navalha para moldar os vírus, um ferro para aquecer na fogueira, com que faziam os furos necessários para a fixação dos vários elementos.

Uma vez tirada a cortiça da árvore, era mergulhada em água numa poça onde ficava a curtir durante vários dias. Findo esse tempo eram retirada e cortada em pranchas rectangulares de igual tamanho, quatro por cada colmeia, mais uma quadrada que servia de tampa. Entretanto, à lareira, nos longos serões de Inverno, tinham sido feitos os pregos em madeira, conhecidos como vírus, que iam fixar as cinco peças do cortiço. Feita a caixa teria que ser dividida interiormente na altura, em três partes iguais, utilizando duas pequenas varas em madeira de urgueira colocadas em cruz. Era nessas cruzetas que as abelhas fixavam os favos de cera, dispostos de forma labiríntica com pequenas aberturas entre eles onde circulavam os insectos. Quando os sobreiros eram jovens possibilitava que a cortiça fosse retirada com um único corte lateral, facilitando a construção do cortiço, pois que, apenas seria necessário

⁹⁵² - A mobilidade na apicultura terá chegado ao território na década de 1950, graças a um proprietário chamado José Garcia de Abreu. Conta o senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide, que esse apicultor introduziu colmeias em madeira, pintadas num azul cinza, que teriam desenhado, na face de entrada, pequenas janelas em tom laranja. Este tipo de colmeia, designada “Langstroth”, tinha o corpo principal formado por uma caixa exterior em madeira, tendo no interior 10 quadros, no mesmo material, com placas de cera moldada. Poderiam ser sobrepostas várias caixas, com a mesma dimensão e estrutura, conhecidas como “alças”, onde as abelhas armazenavam mel. Conhecidas como “colmeias móveis”, permitiam uma boa gestão sanitária associada ao aumento da produção de mel. Mais tarde surge, na aldeia de Vide, outro apicultor, de nome João Pinto Pacheco, que aplicou na região novos métodos de exploração apícola ao importar de Itália abelhas rainhas que melhoravam o rendimento das colónias.

⁹⁵³ - JFAS, Livro de Contas da Confraria das Almas da Freguesia de Alvoco da Serra, 1857-1858. Na vizinha aldeia de Rio de Mel havia, no século XIX, um cerieiro que transformava a cera das abelhas em estatuária de partes do corpo humano. Era fornecedor das confrarias das paróquias da região que vendiam esses modelos a crentes que davam de oferta ao santo de sua devoção. Por vezes, era um particular quem encomendava uma determinada peça, para pagar uma promessa específica.

⁹⁵⁴ - A colmeia móvel deve o nome à versatilidade de construção pois todos os elementos são desmontáveis e facilmente substituíveis, móveis, e não à facilidade de transporte de um local para outro.

fechar esse corte com alguns fixadores de madeira e cortar uma tampa. Essas colmeias ficavam com a forma do tronco da árvore de onde tinha sido extraída a cortiça.

A cresta dos cortiços, aconselhava que se retirasse toda a cera e mel situados no terço superior da colmeia⁹⁵⁵. Retirava-se a tampa, dava-se na parte superior um pouco de fumo para que as abelhas baixassem para a base, manuseava-se a crestadeira para retirar os favos com mel que se guardavam num recipiente. Transportava-se para casa onde se comprimiam, com as mãos, os favos retirados, de onde escorria o mel. Este método não era muito eficaz pelo que a cera ficava sempre com bastante mel que não se conseguia separar devido à fraca pressão exercida. Uma forma de aproveitar a totalidade do mel retirado da colmeia era através da fermentação desses restos com água resultando a mistura numa calda que permitia destilar aguardente de mel.

Antes das colmeias móveis terem chegado ao território, o apicultor era auto-suficiente nos materiais necessários à sua actividade, pois que, apenas precisaria de sobreiros, que forneciam cortiça para o fabrico de colmeias, e de algumas plantas para recolher os elementos que promoviam a fixação dos vários elementos que a constituíam.

O apiário procurava, sempre que possível, propriedades com boa exposição solar garantindo, dessa forma, condições de um Inverno ameno, protegido dos ventos predominantes a norte, e um Verão fresco, com as colmeias abrigadas pela sombra de uma árvore ou arbusto. Na verdade, a variação de temperatura condicionava o volume de produção de mel pelas abelhas: um Inverno demasiado frio obrigava a um consumo maior das reservas de mel; um Verão muito quente ocupava muitas abelhas a climatizar o interior da colmeia, fosse carregando água ou ventilando a entrada⁹⁵⁶.

Pelas razões apontadas, os locais onde se instalavam os apiários revelavam-se importantes, para a exploração racional da actividade. Estes eram normalmente construídos em terra ou rocha, por vezes com muros laterais de protecção, resultando quase sempre da abertura de um pequeno patamar na encosta o que originava barreiras de protecção naturais, nas suas partes posterior e laterais. O chão poderia, ou não, ser revestido com lajes de xisto onde assentava uma fina placa de ardósia que servia como base ao cortiço, sendo também a

⁹⁵⁵ - Se este limite fosse ultrapassado, corria-se o risco de deixar poucas reservas para a colónia sobreviver durante o Inverno, podendo morrer com fome.

⁹⁵⁶ - Uma Primavera e Verão muito quentes encurtava o período em que as flores das árvores ou arbustos se encontravam em condições para as abelhas poderem recolher pólen.

prancha de voo.

A condição principal a observar neste tipo de construções era a protecção dos ventos, provenientes de norte e nordeste, que fustigavam a região durante o Inverno. Procuravam, sempre que possível, posicionar o apiário no sentido sul, preferindo-se a localização sudeste, procurando com estas condições garantir que os primeiros raios de sol chegassem ao apiário o mais cedo possível.

Outra preocupação era a proximidade de árvores ou arbustos, que garantissem sombra durante o período de Verão. O medronheiro era o preferido por ser moldável no tamanho e na roda da copa, protegendo a colmeia não só da intensidade do sol como evitando a formação de geada no local.

A opção pela apicultura móvel trouxe ao território não só um novo tipo de colmeia, como novas formas de exploração com a colocação dessas unidades de forma aleatória pelo território e com menos preocupação de organização em apiários. No entanto, procuraram sempre as antigas instalações, e mantiveram a orientação virada, sempre que possível, a sudeste.

As colmeias móveis revelaram-se mais eficientes na produção, aumentando até 20 vezes a colheita de mel, relativamente aos rústicos cortiços. Continua a manter-se a exploração de cortiços, em concomitância com as colmeias móveis, pesando nesta continuidade não a produção de mel mas a reprodução de enxames, mais fácil nos modelos tradicionais, por serem mais pequenos.

Com o incêndio florestal de 2005 arderam, ou morreram devido ao fumo e calor, quase todas as colmeias da freguesia de Vide. A Fundação Focus reconhecendo a importância da apicultura para a economia local, que se encontrava em contra ciclo com a agricultura do território, distribuiu cerca de 300 colmeias móveis pelos apicultores afectados⁹⁵⁷.

Apesar desse apoio, mantêm-se o declínio deste setor produtivo. Agora o problema centra-se em doenças que, a “varrôa e a loque” são as mais graves, têm dizimado muitos apiários. Tardam, também, soluções acessíveis aos apicultores que, já idosos, não conseguem acompanhar a inovação das técnicas, que minimizam esses problemas, e se revelam imprescindíveis ao tratamento correcto do efectivo apícola.

⁹⁵⁷ - Fundação Focus distribui alimentos em Seia, Jornal O Interior, Edição de 03/11/2005, <http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=318&id=11443&idSeccao=3607&Action=noticia>, 8/03/2013, 20h34m.

5. Que perspectivas de futuro para este património rural?

É do conhecimento geral que a globalização tem um impacto desagregador no rural de montanha característico desta região. No entanto, convirá recordar que esse processo terá tido início na década de 1960, ou até antes, com a incapacidade do mundo rural em gerar a sobrevivência dos seus habitantes.

Durante três séculos construiu-se uma intrincada e extensa rede de infra-estruturas para acolher e desenvolver novos produtos agrícolas, chegados com as Descobertas, dos quais se destacou o milho maíz. Poder-se-á encarar esta fase inicial como uma capacidade dos camponeses em inovar e alterar radicalmente formas de produção, de modificar hábitos alimentares e de estabelecer novas formas de relações socioeconómicas.

De certa forma esta nova etapa teria, à partida, um fim anunciado à semelhança do que ocorreu noutros períodos da História humana, em que os lugares morrem, ou se transformam, muitas vezes devido a factores de produção, não necessariamente do sector primário.

A evolução das técnicas e dos produtos agrícolas veio tornar os pequenos socalcos dispensáveis na nova dinâmica agro-industrial, e até mesmo na subsistência dos próprios camponeses que foram restando pelas aldeias do Interior de Portugal. Oliveira Baptista escreve que “no último meio século, no Continente, quanto mais agricultura, menos rural” ficando nesta frase explícito que o mundo rural mudou de vocação e de utilização⁹⁵⁸. Ainda segundo o mesmo autor, o percurso do rural está intimamente ligado ao declínio da agricultura, à relevância entretanto ganha por outros sectores e fontes de rendimento e à alteração das suas funções no espaço e na vida social e económica.

Oliveira Baptista define ainda o mundo rural como o conjunto da população que vive isolada, e aquela que se concentra em aglomerados com menos de dois mil habitantes. Quanto ao rural de baixa densidade, o mesmo autor considera que tal designação deve ser apreciada quando a densidade populacional média é de 13 habitantes por km^2 , não contabilizando a área ocupada pelos aglomerados quando estes tenham menos de 2 000 habitantes⁹⁵⁹. Dentro dessa perspectiva, poder-se-á considerar que o território estudado se enquadra no rural de baixa

⁹⁵⁸ - BAPTISTA, Fernando Oliveira, *O Rural depois da Agricultura*, in, *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós – Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa, Edição do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2006, p.88.

⁹⁵⁹ - BAPTISTA, Fernando Oliveira, *O Rural depois da Agricultura*, *ob. cit.*, p.86.

densidade, ocupando um espaço que continua a perder gente, com uma população envelhecida, que vive de pensões e reformas. Neste contexto, a actividade económica produtiva é fraca ou inexistente e a agricultura e a pastorícia não garantem a sustentabilidade económica de qualquer residente, uma vez que quem ainda se dedica ao cultivo da terra fá-lo como complemento a outra actividade dos sectores secundário ou terciário.

Este estado de coisas contribui para o adiantado estado de degradação das infraestruturas produtivas e de apoio, situação contrastante com o aglomerado urbano das aldeias, bem conservado e mantido, reajustado como habitação secundária para férias.

Enquanto as culturas e a pastorícia foram sendo gradualmente abandonadas sem ter sido encontrada uma reconversão que permitisse a manutenção do património agrário construído, as casas de habitação e as infraestruturas do núcleo urbanos foram melhoradas, tendo sido encontrada outra utilização ligada ao lazer dos seus proprietários, residentes permanentes ou temporários. Voltando a Oliveira Baptista, esta evolução marca uma mudança profunda na dinâmica do mundo rural, que deixou de ser representada como um espaço produtivo para se tornar um local de consumo⁹⁶⁰.

A salvaguarda do património rural não passará pelo repovoamento em massa, regressando ao paradigma antigo de sobrevivência através do cultivo intensivo de meia dúzia de produtos alimentares. Aparentemente essa protecção passará pela fixação de residentes que encontrem novos caminhos para revitalizar a economia rural, e que consigam dar novo uso às antigas construções ou que consigam enquadrar os espaços agrícolas numa nova dinâmica produtiva e económica.

⁹⁶⁰ - BAPTISTA, Fernando Oliveira, *O Rural depois da Agricultura*, ob. cit., p.91.

5.1 – Projectos antigos

A preocupação com a salvaguarda do património rural da Freguesia de Vide tem uma história que remonta à década de 1980, quando se procuraram soluções coevas para manter viva a aldeia de Casal do Rei, de acordo com os seus modos de vida tradicional. Tudo parece enquadrar-se no âmbito de uma acção do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, hoje ICNB, Instituto que pretendia dinamizar uma rede de ecomuseus nas áreas classificadas como protegidas.

Segundo Santos Pessoa, à época presidente do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, no final da década de 1970 Georges Henri Rivière deslocou-se a Portugal por três vezes a seu convite, com o propósito de apoiar a criação do Ecomuseu da Serra da Estrela⁹⁶¹. Numa dessas viagens, Rivière deslocou-se à aldeia de Casal do Rei através de uma estrada de terra batida, sem saída e sem ligação directa à povoação, o que obrigou a uma chegada a pé.

A rusticidade arquitectónica, a genuidade da vivência sociocultural dos habitantes, a forte intervenção humana na produção de bens agrícolas e criação de gado ovino e caprino terá marcado significativamente o conhecido museólogo.

Segundo Santos Pessoa, Rivière declarou que Portugal estava no “tempo-limite” para criar uma rede ecomuseológica de excepcional valor e realismo, até a nível europeu, pois “ainda” tinha todos os ingredientes culturais para o fazer.

Alguns anos mais tarde, provavelmente no seguimento desse trabalho exploratório, é elaborado o Plano de Salvaguarda e Reabilitação Urbana de Casal do Rei, que recebeu o sugestivo título, “À Soleira do Futuro”⁹⁶². O projecto teve a coordenação do Arquitecto Osório Gonçalves que, à época, era o director do Parque Natural da Serra da Estrela, tendo como desenhador António Correia, a topografia foi da responsabilidade do extinto Gabinete de Apoio Técnico de Seia, que tinha como responsável o Arquitecto José Maria Caldeira

⁹⁶¹ - PESSOA, Fernando dos Santos, *Utilizar hoje a ecomuseologia*, in *Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado, X Jornadas Sobre a Função Social do Museu*, Póvoa de Lanhoso, Edição Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso/MINOM, 1998, p.79.

⁹⁶² - GONÇALVES, Eduardo Osório (Coord.), *À Soleira do Futuro, Plano de Salvaguarda e Reabilitação Urbana de Casal do Rei*, Manteigas, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986.

Cabral⁹⁶³. O trabalho foi assessorado pelo Professor Francisco Caldeira Cabral, considerado o primeiro arquitecto paisagista português, e pelo Eng. João Caldeira Cabral, seu filho, com especialização em agronomia⁹⁶⁴.

Procurou-se uma intervenção que visava melhorar as condições de vida da população, com acções directas na habitação, acessos rodoviários, renovação de rede de águas e saneamento básico, enterramento da rede eléctrica, construção de uma mini-hídrica ao abrigo do Programa Valoren, e a recuperação de valores comunitários (por exemplo o forno ou fontenários). Previa um investimento total de 363 750,00€ distribuídos num plano de intervenção ao longo de 10 anos, 1988-1999⁹⁶⁵.

Quadro n.º48: Custos do programa de reabilitação de Casal do Rei

Projecto	Descrição	Investimento
Via principal	Construção de estrada	15 000,00€
Via secundária	Rua da escola ao povo	5250,00€
Espaços públicos	Pavimentação de ruas e largos	6000,00€
Águas	Reformulação da rede	15 000,00€
Saneamento	Execução da rede de esgotos	22 500,00€
Energia (Rede)	Enterramento da rede eléctrica	20 000,00€
Energia (Produção)	Instalação de mini-hídrica	7500,00€
Habitação	Intervenção em cerca de 80 casas	250 000,00€
Recuperação de valores comunitários	Participação em acções pontuais e exemplares de reabilitação	22 500,00€
	Total	363 750,00€

Fonte: *À Soleira do Futuro, Plano de Salvaguarda e Reabilitação Urbana de Casal do Rei, ob. cit., p. 22*

Projectara-se a seguinte distribuição do investimento final: os particulares beneficiados com a reabilitação das habitações comportavam 17,18%; a EDP colaborava com 2,75%; à Câmara Municipal de Seia caberia a parcela de 3,85%; o Ministério da Agricultura,

⁹⁶³ - Parte das informações aqui partilhadas forma transmitidas, oralmente, pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral numa visita que foi feita, em Agosto de 2013, à sua Quinta do Forno, localizada no Eiró, Seia, onde teve a amabilidade de fornecer vários documentos sobre o assunto.

⁹⁶⁴ - XAVIER, Sandra, "O uso da ruralidade na arquitectura paisagista", *Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social, (ISCTE)*, Volume 11, N.º1, Ano de 2007, pp.170-182. esta autora traça, entre outros, o percurso científico do Arquitecto Francisco Caldeira Cabral.

⁹⁶⁵ - *À Soleira do Futuro, Plano de Salvaguarda e Reabilitação Urbana de Casal do Rei, ob. cit., p. 22.*

assim como outras instituições públicas portuguesas e europeias, participavam com 17,87%; por sua vez o Parque Natural da Serra da Estrela realizaria 31,27% do capital necessário. Fazia-se ainda referência à participação de instituições de crédito, com 27,49%, para auxiliarem nos encargos a serem suportados pelos proprietários das habitações beneficiadas, caso estes tivessem necessidade de recorrer a empréstimos.

Simultaneamente, complementando o projecto anterior, foi elaborado um estudo socioeconómico da aldeia, por uma equipa multidisciplinar, com a coordenação do sociólogo Alberto Martinho, que recebeu o título “Casal do Rei, tradição e mudança”, trabalho que fala, superficialmente, de um “Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale de Loriga”⁹⁶⁶.

A aldeia contava então com 152 pessoas (1985) residentes, pertencendo 52% ao sexo feminino, 48% ao grupo masculino, sendo que, no total da população, 21% tinham idade inferior a 14 anos e, o grupo etário com idade superior a 60 anos, 24%. O estudo teve como suporte um questionário feito, presencialmente, a um elemento de cada casa habitada permanentemente, sempre que possível o pai ou a mãe de família.

O estudo chegou à conclusão que 36,90% dos inquiridos eram completamente analfabetos. Por sua vez 9,52% sabiam assinar o nome enquanto 10,71% sabiam ler e assinar, embora nunca tendo frequentado o ensino escolar⁹⁶⁷.

Por sua vez, a situação profissional da população auscultada, indicou que 30,95%, eram agricultores; 14,28%, exerciam a actividade de resineiro; dedicavam-se a actividades domésticas e a pequenos trabalhos agrícolas, 42,85% (total exclusivamente preenchido por mulheres); enquanto 1,19% se dedicavam ao comércio e 10,715% se declararam inválidos ou não trabalhava⁹⁶⁸.

O questionário recolheu, também, informação sobre o efectivo animal da aldeia: 76,60% possuíam ovelhas, cabras, galinhas e coelhos podendo ter animais de todas essas raças ou apenas de algumas; apurando-se ainda que 59,60% dos inquiridos produziam queijo de ovelha, ou cabra, ou de mistura de ambos os leites. Um dado curioso revela que, embora

⁹⁶⁶ - MARTINHO, Alberto (Coord.) *Casal do Rei, tradição e mudança, Contributo para o estudo sócio-económico de Casal do Rei*, Manteigas, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986.

⁹⁶⁷ - Como foi dito noutra parte do trabalho, o nível de escolaridade é muito importante nos projectos de salvaguarda do património cultural, pois na verdade, uma baixa formação académica cria mais resistência à mudança.

⁹⁶⁸ - MARTINHO, Alberto (Coord.) *Casal do Rei, tradição e mudança, Contributo para o estudo sócio-económico de Casal do Rei*, ob. cit., pp.7-11.

27,69% declarassem “criar porco”, havia 46,80% dos inquiridos que afirmaram matar o porco. Ou seja, cerca de 19% das casas, compravam um porco já criado para matar. Poder-se-á salientar que existia uma espécie de autarcia no fabrico de pão: nessa década, de 1980, havia 78,72% das casas que “coziam” o pão que a família consumia, sendo o milho o cereal usado na produção. Cerca de 94,59% desse grão era transformado em farinha nos dois moinhos da aldeia.

Quadro n.º49: Dados socioeconómicos de Casal do Rei, 1986 e 2013

	1986	2013
N.º Fogos habitados em permanência	47	17
N.º de habitantes	152	29
Com menos de 14 anos	32 (21%)	1 (3,45%)
Com mais de 60 anos	38 (25%)	16 (55,17%)
Criadores de gado (ovinos ou caprinos)	31 (130 cabeças)	5 (20 cabeças)
Criam porco	26	2

Fonte: MARTINHO, Alberto (Coord.) *Casal do Rei, tradição e mudança, Contributo para o estudo sócio-económico de Casal do Rei, ob. cit.; Elementos recolhidos na aldeia, em 2013, na sequência de trabalho de campo*

Importará ainda referir que, em 1985, cerca de 90% da população adulta tinha uma actividade produtiva ligada à agricultura e à criação de gado, contando que os resineiros também eram agricultores nos dias de folga.

Os dados relativos à propriedade rústica mostraram que a comunidade contava com 1393 parcelas autónomas, pertencentes a 125 proprietários, situadas em 15 locais diferentes ao redor da aldeia, contabilizando uma área total de 228,50 hectares⁹⁶⁹. Registara-se como tamanho médio de cada propriedade cerca de 0,165 hectares.

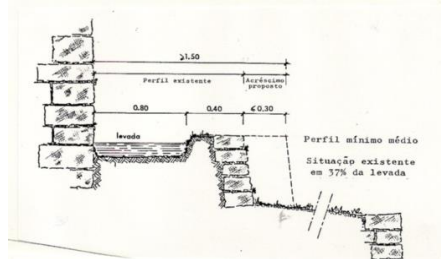
Um dos aspectos mais importantes dos projectos elaborados terá sido a preocupação em modernizar as formas tradicionais de “trabalhar” a terra. Nesta aldeia, tal como na restante da região, o esforço humano aliava-se a alfaias agrícolas rudimentares, encontrando-se ausente o recurso à tracção animal ou o apoio de máquinas.

Para tentar ultrapassar as condicionantes do terreno foi elaborado um estudo, da responsabilidade do Eng. João Caldeira Cabral, que propunha alternativas à produção agrícola existente assim como às formas “arcaicas” com que eram obtidas. Procurou o técnico

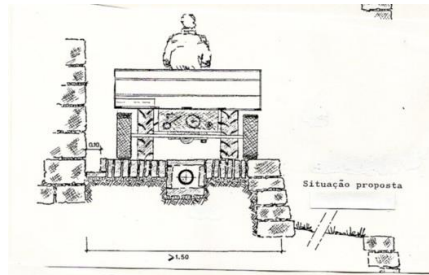
⁹⁶⁹ - MARTINHO, Alberto (Coord.) *Casal do Rei, tradição e mudança, Contributo para o estudo sócio-económico de Casal do Rei, ob. cit., p.16.*

conseguir a mecanização dos socalcos, por um lado, e a introdução de novas culturas, por outro, procurando o uso mais eficiente da água de rega.

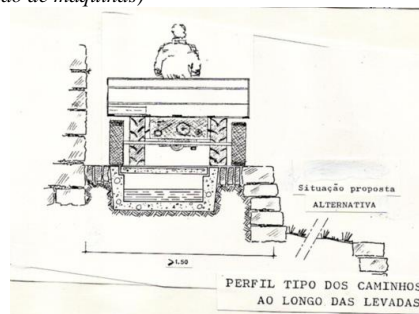
Gravura n.º4: Projecto executado para as vias de acesso aos terrenos⁹⁷⁰



(Situação que se verificava)



(Uma das propostas de alargamento para circulação de máquinas)



(Outra proposta de alargamento para a passagem de máquinas)

Fonte: Elementos fornecidos pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral

O local escolhido como “zona piloto” a intervencionar era percorrido por uma levada, na qual seria necessário alargar 30 centímetros, em cerca de 37% do seu percurso, para tornar possível a passagem de pequenos tractores agrícolas. Foram propostas duas soluções: uma contemplava encanar a levada, criando uma pequena vala junto aos muros de suporte dos socalcos superiores; outra passava pelo capeamento do canal de rega, possibilitando dessa forma o trânsito no perfil a criar. A mecanização tinha como objectivo auxiliar e tornar

⁹⁷⁰ - Fonte: Elementos fornecidos pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral.

competitiva a lavoura das propriedades assim como facilitar o escoamento dos produtos produzidos.

Por outro lado, procurava-se também alterar o sistema de rega tradicional assente na condução de água “ao morto”, ou seja, distribuição sem pressão. Propunha-se, então, a reconversão, quase total, dos 15,8 hectares contemplados pelo projecto, 11,3, (71,50%), passariam a ter um sistema de rega por aspersão ou outro equivalente. Para que essa alteração fosse possível utilizava-se água que chegava através de uma levada a partir da Ribeira de Loriga, e de outro canal derivado de um pequeno curso de água, conhecido como Fontão Covo.

Como foi dito, estas alterações tinham como objectivo a introdução de novas culturas que revigorassem os rendimentos económicos provenientes da policultura tradicional, que tinha como finalidade central, a produção de milho. Previa-se então o acolhimento da cultura de mirtilos, de framboesas e de amoras, bem como a intensificação da recollecção de medronho. Um aspecto importante tratava de soluções para a transformação desses produtos, melhorando aspectos que facilitassem a comercialização.

Importará referir que os “pequenos frutos” se revelam hoje como culturas predominantes em várias regiões de Portugal, tendo contribuído para a reconversão da agricultura em determinados municípios. No concelho Sever do Vouga, o mirtilo ocupa uma área de 20 hectares, em que a produção anual, aproximadamente 60 toneladas, é exportada quase na totalidade⁹⁷¹. Por outro lado, revela-se importante na criação de emprego, embora sazonal, pois necessita de uma apanha seleccionada, e gradual, ao longo de três semanas a um mês.

A implementação do projecto desenvolvia-se ao longo de 10 anos, com um investimento total de 255 000,00€: 46,34%, estava destinado às acessibilidades, à construção de novos canais de rega e sistemas de aspersão; 14,23% seria o investimento em maquinaria e outras ferramentas agrícolas; já 10,76% seria a parcela para plantações e operações de florestação; por último, 3,84% era a verba destinada a aquisição de gado.

A formação de agricultores, para a reconversão de culturas e técnicas de experimentação, revelava-se como um elemento muito importante no sucesso desse projecto,

⁹⁷¹ - <http://www.feiradomirtilo.pt/pt/o-que-e-o-mirtilo>, 29/08/2013, 18h 23m.

estando destinado 12,50% do investimento total⁹⁷².



Fonte: Elementos fornecidos pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral

⁹⁷² - Elementos fornecidos pelo Senhor Engenheiro João Caldeira Cabral.

Os montantes financeiros para o investimento previsto teriam, na quase totalidade, proveniência pública. Os agricultores beneficiados contribuiriam com 2,23% dos recursos necessários.

Não se conhece qualquer estudo que, face aos objectivos traçados, delineasse o impacto social, económico e demográfico que a implementação do projecto teria na comunidade e na região.

Em 2013, a maioria dos terrenos seleccionados para reconversão de técnicas e de culturas, encontra-se abandonada ou subaproveitada. Poucos proprietários continuam a tratar os seus terrenos, permanecendo a dúvida se a solução apontada teria sido adequada para inverter o actual estado de escassez demográfica que caracteriza a aldeia.

Na mesma época foi elaborado outro estudo que pretendeu realçar a importância botânica da aldeia de Casal do Rei manifestando a preocupação em preservar o meio ambiente assim como a floresta autóctone, existentes no espaço de fruição da povoação⁹⁷³. Na verdade, esse trabalho procurava a preservação da paisagem natural e a manutenção da biodiversidade do território. A análise do trabalho científico parece demonstrar, também, que já havia uma antevisão de elementos potenciadores do aspecto turístico que se procurava com esse projecto.

O trabalho de campo foi compilado num documento, com o título de “Casal do Rei, Uma Mata a Proteger”, onde se descreve exhaustivamente o levantamento da encosta escarpada, situada na margem esquerda da ribeira de Loriga, fronteiro à aldeia, conhecido localmente como o Brejo. Poder ler-se na introdução que “ (...) o bosque de Casal do Rei beneficia de um microclima peculiar resultante da sua situação topográfica (...) gera-se, assim, um clima quente e húmido que permite o florescimento de uma vegetação espontânea, de características variáveis entre a mediterraneidade e a oceaneidade”.

Segundo os autores, a mata de Casal do Rei seria, à época, fundamentalmente uma relíquia do ponto de vista botânico sendo, ainda, um dos poucos locais da Serra da Estrela onde ainda era possível observar testemunhos de espécies de um passado longínquo, do tempo da glaciação.

No decorrer do tempo, esse bosque perdeu-se sem qualquer tipo de ordenamento ou promoção que propusesse a sua salvaguarda. Não se encontrou qualquer plano de prevenção

⁹⁷³ - DUARTE, Maria Cristina Reis de Lima; ALVES, João Manuel da Silva, *Casal do Rei, Uma Mata a Proteger*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1986.

que protegesse a mata e anulasse factores de risco para a sua vegetação. Em 2005, a área estudada, e considerada de elevado interesse ambiental, foi completamente destruída por um incêndio florestal. Em 2013, encontra-se, pelo menos aparentemente, num estado de abandono e degradação.

Na verdade, de tudo o que foi projectado para a aldeia pouco se fez ou, muito do que se executou, não respeitou o projecto traçado. Alinhavou-se a estrada, recuperou-se o lagar de azeite, não se mexeu na rede de águas, o saneamento nunca foi construído, a Mata de Casal do Rei ardeu por falta de conservação e limpeza, os terrenos agrícolas estão transformados em incultos. Catorze anos após a data prevista para a conclusão dos trabalhos, não é possível perspectivar qual o impacto que uma intervenção com a amplitude do projecto descrito teria tido na fixação de população, ou na manutenção das práticas produtivas. No entanto, observando projectos similares, que entretanto foram aplicados em aldeias vizinhas, poder-se-á especular que tudo seria diferente, para melhor.

No entanto, a aldeia continua a manter alguns traços da arquitectura que maravilhou Georges Henri Rivière, assim como outros técnicos de renome nacional na área do património cultural, conservando um património vernacular com potencial turístico para ser valorizado e salvaguardado.

5.2 – Experiências actuais

Existem na região outros projectos na área do património cultural rural, com contiguidade geográfica ao território em análise, em que uma aldeia intervencionada se revela um caso de sucesso na salvaguarda do património arquitectónico construído. Trata-se da aldeia de Piódão, no concelho de Arganil, a uma distância de 10 km de Vide e a 15 km de Casal do Rei. Ligadas entre si por uma estrada secundária, que dá acesso à Torre, revela-se essa rodovia como uma ligação estabelecida no vale glaciário de Loriga, com elevado valor paisagístico⁹⁷⁴. A aldeia de Piódão foi incluída na rede das Aldeias Históricas de Portugal, transformando-se num ícone nacional do património arquitectónico em xisto, atraindo significativos fluxos de turistas à região.

A intenção de salvaguardar o património construído da aldeia de Piódão, das

⁹⁷⁴ - <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>, 19/08/2013, 22h 23m.

profundas modificações que o êxodo rural já anunciava na década de 1960, recua a 1968 quando o então ministro das obras públicas, Eng. Rui Sanches, exara um despacho com a indicação de, em Portugal, se “Proceder à procura, escolha e registo dos valores pátrios de interesse histórico, artístico ou pitoresco”⁹⁷⁵.

Em Maio desse ano, o escritor José Cabral escreve um artigo sobre a aldeia, no jornal paroquial de Piódão, onde traça um perfil épico das gentes que conseguiram domar as encostas inóspitas em local de cultivo e de vida: “Andou nas lendas dos avós, dos bisavós e dos meus filhos como o Cabo das Tormentas nas bocas dos navegadores de antanho”⁹⁷⁶. Ali enumera as virtudes e as vicissitudes desta aldeia, por um lado alerta que, devido aos penosos caminhos, “O homem de hoje, que ali vive, ainda não descobriu o Mundo”, por outro, exalta que “Esta povoação deveria ser o Museu da Nação como amostra do quanto se pode criar de belo utilizando o que a terra oferece e o homem na sua arte ingénua, pode construir”. A expressão forte do artigo assenta que “Piódão andava nos meus ouvidos como ponto onde se mede a maior resistência física do homem”.

Provavelmente, a preocupação na preservação da aldeia de Piódão, como testemunho vivo do Portugal rural de montanha, terá tido o patrocínio do Padre Manuel Fernandes, pároco da freguesia, que fundara o jornal Penedos Altos, também em 1968⁹⁷⁷.

No ano seguinte essa “causa”, em tornar a aldeia de Piódão “num valor pátrio”, ganha um reputado simpatizante e defensor, o Arquitecto Eugénio Correia. Este técnico revela-se desde logo “extasiado” com a visão arcaica e pitoresca da aldeia quando, em 1969, a visita⁹⁷⁸. O arquitecto narra essa primeira visita efectuada a Piódão, explica as impressões que dela recolheu, subscrevendo: “O escritor José Cabral teve razão quando escreveu que este povoado

⁹⁷⁵ - PEREIRA, José Fontinha, *Piódão, Aldeia Histórica, Presépio da Beira Serra, História, Lendas e Tradições*, Piódão, Edição de Autor, 2004, pp. 132-135.

⁹⁷⁶ - CABRAL, José, *Piódão*, Penedos Altos, Ano I, N.º 5, pp.1-3. Colectânea de jornais cedidos pela Junta de Freguesia de Piódão.

⁹⁷⁷ - Os Penedos Altos são uma formação geológica situada a ocidente da aldeia que, com a devida proporcionalidade, poderia ser considerado como “As Colunas de Hércules”, no Estreito de Gibraltar. Passar para lá desse penedos significava passar para, o que José Cabral designava, o Mundo.

⁹⁷⁸ - O Arquitecto Eugénio Correia era diplomado pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, profissionalmente esteve ligado à Repartição das Construções Escolares, Ensino Público, Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, Arquitecto da D.G.E.M.N., pertencendo também ao Conselho Superior de Obras Públicas. Esteve com Raul Lino na elaboração de projectos de casas económicas, acompanhou a construção do Museu José Malhoa, construiu o Bairro Social. Informação recolhida nos seguintes sites: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26869, 21/08/2013, 14h 34m; <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73586/>, 22/08/2013, 21h 23m.

deveria ser guardado no Museu Nação, como amostra de quanto se pode criar de belo, estilizando o que a terra oferece e o homem na sua arte ingénua pode construir”⁹⁷⁹.

Em Setembro desse mesmo ano, Eugénio Correia escreve, no jornal Penedos Altos, um artigo com o título: “Piódão, porque não lhe dar a categoria turística que merece?”. Ali exalta as potencialidades turísticas que a aldeia poderia proporcionar se fosse devidamente intervencionada⁹⁸⁰.

Também em 1969, Piódão recebe a visita do governador civil de Coimbra acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Arganil. Nessa época a aldeia ainda não era servida por uma estrada, chegava apenas ao Malhadinho⁹⁸¹, fazendo-se a chegada a pé posto. O Presidente da Junta na presença de tão insignes visitas traçou o seguinte retrato demográfico para vaticinar uma “certeza de futuro” para as cinco povoações do território: “A freguesia tem 270 fogos, 120 homens aptos ao trabalho, 100 jovens ansiosos por se prepararem para a vida, 105 alunos nas escolas, 130 crianças com menos de 7 anos, 30 homens a servir a Nação no serviço militar e 45 emigrantes em França”⁹⁸².

O Arquitecto Eugénio Correia torna-se então o principal impulsionador para conseguir a classificação da aldeia de Piódão como imóvel de interesse público, o que virá a acontecer em 1978, através do Decreto-lei n.º 95 de 12 de Setembro. Uma “paixão” que, por vezes, se revela uma aparente quimera, com avanços e recuos, com alegrias e mágoas, mas que será plenamente concretizada, já após a sua morte, em 1985.

As primeiras contrariedades surgem pela resistência dos habitantes, e filhos da aldeia residentes noutros contextos urbanos, em manter e reabilitar a arquitectura tradicional. Na verdade, o anseio destas populações, que viviam um isolamento secular, seria a chegada de benfeitorias que as comissões de melhoramentos traziam, através da construção de estradas, da electrificação das aldeias e do alargamento de ruas dentro das povoações. A melhoria das condições de vida significava trocar o xisto e a lousa pela telha e pelo cimento que, até à chegada das vias rodoviárias, dificilmente chegavam a tão recônditos locais.

Disso mesmo dá conta Eugénio Correia, na sua comunicação à Academia Nacional de

⁹⁷⁹ - PEREIRA, José Fontinha, *Piódão, Aldeia Histórica, ob. cit.*, p.135.

⁹⁸⁰ - CORREIA, Eugénio, “Piódão, porque não lhe dar a categoria turística que merece?”, *Penedos Altos*, Ano II, N.º 21, pp. 1-2.

⁹⁸¹ - O Malhadinho é o local onde foi construída a Pousada de Piódão.

⁹⁸² - *Penedos Altos*, Ano II, N.º 216, pp. 1,3,4,5. Visitaram o Piódão o Sr. Governador Civil e o Sr. Presidente da Câmara.

Belas Artes, a 24 de Julho de 1984, onde procurou traçar o caminho já feito e aquele que se revelava urgente percorrer⁹⁸³. Duas ideias chave são então apresentadas neste documento: por um lado, a urgência em salvaguardar o património construído das “velhas aldeias típicas”, por outro, “a fonte de ouro” que a sua reabilitação significaria, se postas ao serviço do turismo.

Faz uma solicitação, “um grande pedido”, para que todos os presentes ajudem no “estudo, salvaguarda, reparação, valorização turística e propaganda jornalística e radiofónica da muito bela jóia chamada Piódão”. Considera que Piódão tinha características típicas únicas, especiais, diferentes de todas as aldeias da Europa, “merecendo por isso a colocação na lista das mais dignas, das mais merecedoras de serem vistas e apreciadas”. Dessas características destacou a urbanística especial; a expressão arquitectónica ímpar; a altura das casas, disposição interior e compartimentação; as ruas, as escadas e os pavimentos, todos esses elementos eram a documentação que atestava a antiguidade da aldeia.

Refere também um lamento sobre a falta de apoio dos “Piodenses”, pois que, a prioridade destes seria em alterar o conjunto urbanístico da aldeia ao alargar duas ruas de forma a circularem automóveis. Por outro lado, mostrava a sua indignação quanto aos serviços oficiais e camarários que não tinham intervindo para os dissuadir “por não desejarem arriscar-se a perder o agrado dos votos dos Piodenses”. Uma situação demonstrativa da resistência típica das comunidades tradicionalistas que Giddens aponta como: “forças consideradas de natureza repressiva, pouco abertas à mudança cultural quando ela não envolve intervenções do seu agrado”⁹⁸⁴. Perante a possibilidade de preservar a arquitectura tradicional, ou resolver o acesso rodoviário ao núcleo urbano, tornava-se mais urgente acabar com o isolamento que a falta de recursos económicos tinha imposto a várias gerações e que os habitantes ansiavam terminar.

No entanto, de certa forma, essa postura popular em alargar ruas ou construir estradas seria enganadora, pois que, os serranos, só a muito custo cediam património para esses melhoramentos.

Apesar de todas as contrariedades enumeradas, o Arquitecto Eugénio Correia explicou que o processo de requalificação da aldeia tinha avançado em várias frentes, das quais destacou: a classificação de Piódão como monumento de interesse público; a distribuição de

⁹⁸³ - Informação recolhida em cópia da comunicação, com o título “As aldeias dos Sapos”, gentilmente fornecida pelo senhor Joaquim Augusto dos Santos, da aldeia de Vide.

⁹⁸⁴ - GIDDENS, Anthony, *Sociologia, ob. cit.*, p.9.

um cartaz de promoção turística por todas as cidades do Japão e algumas de França; a iluminação “artística” da aldeia (informou que pouco tempo depois da inauguração os holofotes foram roubados). Comunica, ainda, que já o Ministro das Obras Públicas antes da Revolução de Abril, Eng. Rui Sanches, tinha autorizado todas as despesas necessárias para o “restauro” de toda aldeia, incluindo a substituição das telhas por coberturas em lousa, sem qualquer encargo para os proprietários.

O vocábulo forte da comunicação foi sempre “organização de fluxos turísticos”, reforçando a ideia de que, para receber os turistas, era necessário construir pousadas, restaurantes, museus, lojas de artesanato, tabernas típicas, recuperar casas tradicionais para alojamento. Terminou exaltando a importância da defesa, conservação e valorização do património rural e paisagístico como motor de desenvolvimento económico, não só desta região, como do país.

Eugénio Correia morreu, em 1985, sem ver consolidado todo o esforço que, ao longo de quase duas décadas, tinha dispendido para salvaguardar o património arquitectónico e cultural de Piódão. Na verdade, “apenas” em 1995 foi criado o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização para esta aldeia, integrado no Plano Director Municipal do Concelho de Arganil⁹⁸⁵. Provavelmente, o seu empenho terá contribuído para que a reabilitação da aldeia de Piódão fosse integrada na mais emblemática, porventura importante, intervenção de salvaguarda do património rural do Interior de Portugal, o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal.

Os objectivos do Programa procuraram valorizar as características patrimoniais e outros elementos históricos ou culturais das localidades seleccionadas, pretendendo fixar população, atrair fluxos turísticos, desenvolver sectores complementares à agricultura e reactivar profissões e actividades já em decadência⁹⁸⁶. Esse desiderato percorria três caminhos de intervenção: a dinamização económica de núcleos habitacionais rurais; a recuperação de aldeias turísticas; e o relançamento dos lugares ou aldeias em vias de desertificação humana.

Segundo Navega Ferreira, o Programa procurava conjugar uma acção tripartida por instituições públicas, particulares, e associativas: autarquias locais e administração central, a

⁹⁸⁵ - PEREIRA, José Fontinha, *Piódão, Aldeia Histórica, ob. cit.*, pp.58-60.

⁹⁸⁶ - FERREIRA, Pedro Navega, *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal, Um Balanço*, Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2011, pp.15-17.

quem caberiam os investimentos de carácter público; aos agentes privados competiria criar pequenas unidades produtivas e serviços que resultassem na criação de emprego; às associações de desenvolvimento local cumpriria dinamizar outro tipo de intervenções, em parceria com as populações ou outras entidades.

O II Quadro Comunitário de Apoio, (1994-1999), foi o primeiro instrumento de financiamento das dez Aldeias então seleccionadas, que viram ser-lhes atribuído um volume de investimentos globais de 25 milhões de euros distribuídos de acordo com os Planos de reabilitação previstos para cada aglomerado⁹⁸⁷. O Programa tinha como objectivo principal a “valorização do património rural”, através de intervenções na qualificação dos espaços públicos, valorização do património, a dinamização cultural das Aldeias, o apoio aos turistas que as demandam, a melhoria das acessibilidades e a dotação de infraestruturas que tornassem as Aldeias locais com condições de habitabilidade mais actuais.

O montante de investimento previsto inicialmente foi elevado com o III Quadro Comunitário de Apoio para 44 milhões de euros: 34% foram aplicados na valorização do património; 21% na requalificação e reabilitação urbanística; 19% em infraestruturas de base; 12% em equipamentos de apoio directo ao turismo; 10% em animação, promoção e divulgação; 4% na dinamização da economia local⁹⁸⁸.

Segundo a obra citada, na aldeia de Piódão foram investidos 5 551 031,00€ distribuídos por intervenções em infra-estruturas básicas; na valorização de património (igreja); em arranjos urbanísticos; operações em recuperação de fachadas; criação de equipamentos turísticos; investimento em micro empresas; acções de animação e promoção; e na publicação de obras.

O maior investimento ocorreu com construção da Pousada de Piódão que absorveu cerca de três milhões de euros.

Apesar de se ter desenvolvido um trabalho notável ao nível da recuperação de fachadas e coberturas da maioria das casas, a dinamização social, económica e cultural aconteceu, e continua a acontecer, de forma lenta e por vezes dissociada das comunidades residentes nas aldeias. No global, a população residente contínua a decrescer, a revitalização

⁹⁸⁷ - FERREIRA, Pedro Navega, *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal, Um Balanço*, ob. cit., p.19.

⁹⁸⁸ - FERREIRA, Pedro Navega, *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal, Um Balanço*, ob. cit., p.23.

económica das actividades produtivas locais não alcança a sustentabilidade desejada, ressaltando-se, no entanto, como factor muito positivo, os significativos fluxos turísticos que procuram a aldeia⁹⁸⁹.

Ainda segundo Navega Ferreira, durante o período de 2005-2009, visitaram as Aldeias Históricas, oficialmente, cerca de 1,5 milhão de pessoas. A aldeia de Piódão recebeu 67 728 turistas, cerca de 4,5% do total, embora, pelo menos no que diz respeito a esta aldeia, os valores possam estar muito subestimados⁹⁹⁰.

A integração de Piódão na Rede das Aldeias Históricas revelou-se de uma importância vital para que esta aldeia continue a manter habitantes e, principalmente, vitalidade social e económica. Seguindo o pensamento de Navega Ferreira, o Programa de Recuperação de Aldeias Históricas, embora com uma forte intervenção financeira pública, constitui-se como um projecto mobilizador de esforços e vontades dos que viveram ou vivem nas aldeias, e que procuram aliciar os jovens para que encontrem “um mundo novo nas velhas pedras do nosso passado”, contribuindo com energia, espírito inovador e empreendedor para a renovação desses aglomerados.

As Aldeias Históricas comportam uma população residente de cerca de 8500 habitantes. Considerando o investimento total efectuado no global da rede, constata-se que atinge em média 5 200,00€ por habitante. Quanto à aldeia de Piódão, tendo em conta a população total da sua freguesia, esse valor atinge cerca de 31 185,00€ por morador.

Se, aparentemente, as verbas aplicadas se revelam significativas isso não se traduz num incremento demográfico a nível da freguesia, ou mesmo da aldeia de Piódão. Comparando dados dos censos de 1960, coincidentes com o máximo de sempre da população recenseada nesse território, e traçando a sua evolução entre as décadas de 1980 e de 2011, verifica-se que uma regressão contínua do número de pessoas residentes no território, registando-se uma contracção média de 28,16% nas últimas cinco décadas.

⁹⁸⁹ - FERREIRA, Pedro Navega, *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal, Um Balanço*, *ob. cit.*, p.27.

⁹⁹⁰ - Os dados apurados de visitantes poderão pecar por defeito, pois que, apenas se contabilizam os turistas que visitam os postos de turismo. No caso de Piódão isso será bastante evidente, na medida em que, normalmente, apenas os turistas que permanecem alguns dias na região, procuram o posto de turismo, em busca de informações.

Quadro n.º50: Evolução demográfica da Freguesia de Piódão

Ano	1960	1981	1991	2001	2011
Habitantes	1088	514	381	229	178
Evolução	-	- 52,75%	- 25,88%	- 39,90%	- 22,27%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Junta de Freguesia de Piódão

Quadro n.º51: Evolução demográfica da aldeia de Piódão

Ano	1960	1981	1991	2001	2011
Habitantes	281	110	76	65	65
Evolução	-	- 60,85%	- 30,90%	- 14,48%	0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Junta de Freguesia de Piódão

Embora a tendência ao longo das décadas de 1960-2011, na generalidade das aldeias da freguesia de Piódão, seja a diminuição de habitantes, registando-se uma perda média de 28% de população por recenseamento populacional, o aglomerado urbano de Piódão, após a intervenção do Programa das Aldeias Históricas, conseguiu inverter essa tendência.

Se, até 1991, a diminuição da população se cifrou em 30,90% em cada década, na seguinte essa margem desceu para 14,48% e nos últimos censos revelou-se nula. Essa conjuntura parece derivar directamente da dinamização de Piódão, enquanto Aldeia de Montanha, o que tem possibilitado a criação de emprego permanente, registando em média a criação anual de 1,8 postos de trabalho – no período de 2001 a 2011⁹⁹¹.

Dos actuais 45 trabalhadores permanentes da aldeia, 29 (64,45%), são naturais ou residem nas aldeias da freguesia, sendo que 22 (48,88%) vivem na povoação de Piódão, o que corresponde a cerca de um terço do total da população residente. Os restantes 16 trabalhadores são provenientes de várias localidades, maioritariamente limítrofes à freguesia de Piódão. Estes números não reflectem os trabalhadores sazonais que, em determinadas épocas do ano, ou aos fins-de-semana, trabalham nas unidades hoteleiras. De igual forma, não foram contabilizados os postos de trabalho ligados à construção civil que, de certa forma,

⁹⁹¹ - Os dados sobre emprego, estabelecimentos comerciais e associações na freguesia de Piódão foram fornecidos pelo Professor Ricardo Lopes Pacheco, membro da Junta de Freguesia de Piódão ao qual publicamente se agradece. Os valores apresentados reportam ao ano de 2013.

mantêm diariamente trabalhadores em serviço na aldeia.

Significativamente constata-se que o património cultural se revela como um dos elementos potenciadores do desenvolvimento local, tendo acção directa na fixação de população graças ao emprego criado.

Porém, convirá lembrar que, contabilizado o valor total das ajudas comunitárias durante o período de 1995 a 2002, 4 088 328,00€, cada posto de trabalho criado recebeu de incentivo, directa ou indirectamente, 90 851,00€. Se for considerado o investimento total elegível nesse período, fundos comunitários mais contribuição pública nacional, 5 516 532,00€, o valor a considerar ronda os 122 589,60€ por cada trabalhador⁹⁹².

Quadro n.º52: Caracterização das unidades geradoras de emprego em Piódão

Tipo de estabelecimento	N.º Equipamentos	N.º de empregados	%
Pousada	1	16	35,55
Restaurante	3	10	22,22
Cafés, mercearias e artesanato	2	2	4,44
Outras unidades de alojamento	4	1	2,22
Equipamentos religiosos	1	1	2,22
Junta de Freguesia	1	0	-
Município de Arganil ⁹⁹³	2	5	11,11
Assembleia de Compartes	1	5	11,11
Pastoreio, Empresa Açor Natura	1	1	2,22
Construção civil	-	4	8,88
Total	16	45	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados, relativos a 2013, fornecidos pelo senhor Professor Ricardo Lopes Pacheco

Convirá referir que esta análise de distribuição do investimento pelo número de empregos criados se revela superficial e, de certa forma, muito pouco profunda pois que, a requalificação de Piódão como Aldeia Histórica, tem impacto económico e social, nomeadamente na criação de emprego em toda a região seja através de unidades hoteleiras,

⁹⁹² - CORREIA, Juliana Bento, *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha. O exemplo do Piódão*, Piódão, Edição da Assembleia de Compartes do Piódão, Junta de Freguesia do Piódão e Câmara Municipal de Arganil, 2010, pp.69-74. Os valores de investimento citados foram recolhidos neste estudo.

⁹⁹³ - O Município mantém dois funcionários no Posto de Turismo e no Museu da Aldeia, para além de três funcionários que zelam pela limpeza da aldeia e outros serviços de manutenção, como por exemplo a recolha de lixo, a rede de abastecimento de água e o saneamento básico.

restaurantes ou comércio e serviços⁹⁹⁴. Na verdade, é notório o impacto económico que a reabilitação desta Aldeia Histórica promove nos concelhos de Arganil, de Oliveira do Hospital e de Seia, principais acessos rodoviários utilizados pelos turistas e excursionistas. Larga maioria dos visitantes da aldeia pernoita ou alimenta-se noutros locais próximos, contribuindo de igual modo para a manutenção de emprego e para o incremento da economia regional.

Verifica-se também que o sector produtivo primário se revela muito incipiente na criação de emprego, embora represente 13,33% do total de postos de trabalho existentes, a sua aplicação não contempla a agricultura ou a apicultura, sendo estes trabalhadores afectos ao maneio de dois rebanhos, um de ovinos e outro de caprinos, e à laboração sazonal de uma pequena queijaria pertencente à assembleia de compartes.

Quanto à formação académica dos trabalhadores, apenas se descortinam três técnicos com formação superior a desempenhar funções de acordo com as suas habilitações, na exploração pecuária, no posto de turismo e na pousada.

Ainda nesta região, onde se enquadram a Freguesia de Vide e de Piódão, desenvolveu-se na última década outro projecto de salvaguarda do património rural designado Rede das Aldeias de Xisto. Trata-se de um projecto iniciado em 2001 que integrava 24 aldeias, pertencentes a 14 concelhos. Presentemente fazem parte da rede 27 núcleos urbanos de 16 municípios, principalmente situados no Pinhal Interior e na Beira Serra⁹⁹⁵. Tanto Piódão como Vide tem fronteira administrativa com aldeias desta rede nomeadamente, Fajão, em Pampilhosa da Serra, e Aldeia das Dez, em Oliveira do Hospital.

O Programa das Aldeias de Xisto foi implementado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, tendo apoio financeiro através do Programa Operacional da Região Centro. A candidatura e selecção das aldeias foi promovida pelas câmaras municipais a que pertenciam, cabendo também a esses organismos a elaboração do Plano de Aldeia, instrumento preparado por equipas técnicas multidisciplinares, que, no

⁹⁹⁴ - Por exemplo existem alguns artesãos que executam artesanato diverso em xisto e outros materiais para venda na aldeia, não estando contabilizados no emprego criado. O mesmo acontecerá com a destilação de aguardentes e a produção de mel, ou com a recuperação de casas, de traça tradicional, para residência secundária em aldeias limítrofes.

⁹⁹⁵ - <http://www.aldeiasdoxisto.pt/>, 23/08/2013, 13,46m.

fundo, incluía a reflexão e as linhas orientadoras de acção do estudo realizado sobre cada aldeia, nas suas componentes socioeconómicas, culturais e demográficas. Este plano permitia seguir um programa de intervenção que tinha como principal objectivo promover o desenvolvimento integrado do território de toda a “rede”.

Na verdade, trata-se de um projecto que, nas suas linhas orientadoras, seguiu um pouco do que tinha sido preconizado para o Programa das Aldeias Históricas: instalação de infraestruturas básicas como água ao domicílio, saneamento e electricidade; requalificação dos espaços e dos imóveis públicos; requalificação dos imóveis particulares... tudo com o objectivo principal a preservação do património construído e criação de melhores condições de vida aos habitantes locais⁹⁹⁶.

A Rede de Aldeias de Xisto apresentará como elemento diferenciador, e de coesão, a possibilidade de integrar um número variável de aldeias de um mesmo concelho, permitindo uma oferta variada de acordo com o interesse do visitante. Procura o desenvolvimento integrado das povoações aderentes, pretendendo ainda a sustentabilidade económica e social das iniciativas desenvolvidas.

De pequena ou grande dimensão, sede de freguesia ou simples anexas, a Rede de Aldeias de Xisto integra um variada oferta cultural e de lazer, coordenada pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR) que trabalha em parceria com 21 municípios da região Centro, e cerca de 100 operadores privados do território.

O artigo 2.º dos estatutos da Agência apresenta como objecto a promoção do Desenvolvimento Turístico da Rede das Aldeias do Xisto, e como uma “Marca” agregadora do potencial turístico do Pinhal Interior. Estabelece também como missão a valorização da paisagem cultural das aldeias do xisto, como referência para a afirmação da identidade do território.

Aparentemente existe a preocupação de envolvimento das comunidades intervencionadas nas linhas orientadoras e de decisão, pois que, os referidos estatutos, defendem ainda que “podem ser associados todas as pessoas, singulares e colectivas que desenvolvam actividades que concorram para o objecto definido”⁹⁹⁷.

Este projecto tem a vantagem de não ser estanque quanto ao número de aldeias

⁹⁹⁶ - <http://www.aldeiasdoxisto.pt/sobreprojecto/9/5/35>, 23/08/2013, 14h34m.

⁹⁹⁷ - http://www.aldeiasdoxisto.pt/download/ADXTUR_Estatutos_2.pdf, 23/08/2013, 17h34m.

seleccionadas, estando a rede em ampliação. Caracteriza-se ainda pela possibilidade de se poder complementar a Rede com diferentes aldeias, novos produtos locais, promovendo-se a renovação da oferta ao turista que já visitou, mantendo uma maior interacção entre diferentes comunidades que podem criar um vasto potencial na área do património cultural imaterial.

Uma visita ao site da Rede mostra que existe uma ampla oferta de actividades com especial enfoque no turismo de natureza, na prática desportiva, em áreas de lazer e no maior manancial da região, as paisagens. Também se revela uma iniciativa bastante inovadora a criação de uma Rede de Lojas das Aldeias do Xisto. Neste momento existem lojas em oito aldeias, uma loja em Lisboa, outra em Barcelona, prevendo-se para breve a abertura de um estabelecimento na cidade de Coimbra. Estas lojas vendem artigos “do tradicional ao moderno”, produzidos artesanalmente, em que muitos são reinterpretações de processos, técnicas e materiais locais, elaborados segundo um design contemporâneo de inspiração rural.

Mais recentemente surgiu na região um projecto, com apenas quatro anos de implementação, promovido num primeiro estágio pela Câmara Municipal de Seia, focado nas freguesias daquele município circundantes ao Maciço Central, denominado Rede das Aldeias de Montanha⁹⁹⁸. Contemplando inicialmente nove aldeias, tem como objectivo posicionar o concelho de Seia como ponto de captação de fluxos turísticos específicos na vertente de património histórico e natural, contribuindo também para uma nova forma de desenvolvimento local e territorial.

Ainda numa fase muito precoce, em que se procura afirmar a “marca” Aldeias de Montanha, as iniciativas têm sido centradas na dinamização do património cultural e paisagístico de cada uma das aldeias, através de actividades que visam a recuperação de antigas tradições, a reactivação de percursos pedestres ligados à actividade socioeconómica e mitológica das comunidades e, com uma atenção especial, a potenciação de produtos endógenos, principalmente na componente gastronómica.

Foi por iniciativa de Jorge Brito, enquanto Vereador da Câmara Municipal de Seia, que a Rede das Aldeias de Montanha encetou os primeiros passos, trilhando um caminho que pretende trabalhar a identidade, a memória e as tradições deste território. Segundo palavras suas “o trabalho de consolidação da marca Aldeias de Montanha está a ser feito através de um

⁹⁹⁸ - <http://www.cm-seia.pt/aldeias.html>, 25/08/2013, 09h 23m.

largo conjunto de iniciativas que passam necessariamente pelo “reforço do estudo identitário de cada comunidade”⁹⁹⁹.

A assessoria deste projecto é da responsabilidade da Essentia, empresa que tem desenvolvido diversas acções estruturantes do programa: posicionamento turístico; Relatório de Produtos e Negócios Colectivos; Agenda de Operacionalização, com envolvimento dos agentes locais; Criação de uma extensão local da Agenda XXI; “Procurement” de investimentos e de apoios institucionais; Acções de lançamento promocional¹⁰⁰⁰.

Parece tratar-se de uma iniciativa pioneira em Portugal, pois que, apostando na inovação procura desenvolver nas aldeias projectos que abarquem agentes públicos e privados mas que, essencialmente, mobilizem os agentes dinâmicos do território. A rede de Aldeias de Montanha pretende ser uma iniciativa onde “as pessoas se revejam, se envolvam e em que acreditem”¹⁰⁰¹.

À semelhança do que ocorreu com a Rede das Aldeias do Xisto, também em Seia foi constituída uma associação para dinamizar e coordenar as diversas acções do projecto, recebendo a designação de Associação para o Desenvolvimento Integrado das Aldeias de Montanha (ADIRAM). O objectivo principal desta associação é procurar a participação dos agentes privados, uma vez que, o caminho percorrido até 2013, tem sido da responsabilidade do Município de Seia.

Esta rede, da qual a Freguesia de Vide faz parte, contempla as aldeias que bordejam o território da Serra da Estrela e que têm na sua área administrativa terrenos em altitude: Sabugueiro, Lapa dos Dinheiros, Valezim, Sazes da Beira, Loriga, Alvoco da Serra, Teixeira e Cabeça.

Como ponto forte visível do projecto destaca-se a cooperação das comunidades nas diversas iniciativas culturais realizadas em cada uma das aldeias, participação que promove maior sensibilidade dos habitantes, residentes durante todo o ano, para as potencialidades de desenvolvimento local que as tradições, os usos, os costumes e o saber-fazer acarretam¹⁰⁰².

⁹⁹⁹ - Entrevista ao Dr. Jorge Brito, Vereador do Município de Seia, Jornal Porta da Estrela, Ano XXXVI, N.º 971, 15 de Julho de 2013, p.6, col.4.

¹⁰⁰⁰ - <http://www.essentia.pt/detalhe.php?idC=23&idA=98#.Uhea4NLYcgc>, 25/08/2013, 10h 34m.

¹⁰⁰¹ - Entrevista ao Dr. Jorge Brito, Vereador do Município de Seia, Jornal Porta da Estrela, Ano XXXVI, N.º 971, 15 de Julho de 2013, p.6, col.4.

¹⁰⁰² - Em Dezembro de 2013 na aldeia de Cabeça, considerada a 1.ª Aldeia Led em Portugal, foi inaugurado um projecto cultural que pretende prevalecer e tornar-se uma marca própria conhecida como “Aldeia Natal”. A

Por outro lado, essas actividades têm conseguido alertar para elementos do património cultural, que saídos de uso por falta de função tinham sido esquecidos, incentivando as comunidades a redireccionar a utilização de determinadas construções, ou a valorizar economicamente determinadas práticas da ancestralidade do seu modo de viver¹⁰⁰³.

Como pontos menos atraentes deste projecto apresenta-se a intenção de promover algumas acções que parecem repetir o que já se faz nos outros programas e projectos de salvaguarda aqui focados. Uma rede de caminhos de montanha ou um centro de BTT, (na Rede das Aldeias do Xisto existem os Caminhos do Xisto e os Centros de BTT das Aldeias do Xisto).

Os exemplos até agora abordados, propondo-se a salvaguarda do património cultural rural, têm como objectivo preciso a atracção de fluxos turísticos. Revelando-se como uma das mais importantes indústrias do século XXI, promoveu em Portugal, durante o ano de 2012, cerca de 39 milhões de dormidas, contribuindo significativamente para as receitas provenientes do sector turístico que valeram 5,2% do PIB (8,6 mil milhões) e 13,4% das divisas arrecadadas com as exportações¹⁰⁰⁴. O turismo é ainda responsável por 8% do emprego total do país.

Passam, no ano de 2013, 150 anos sobre aquela que foi considerada a primeira acção organizada de cariz turístico que teve como motivação principal a contemplação do amanhecer no Monte Rigi situado na Suíça, a 1797 metros de altitude. Essa viagem, associada ao surgimento do tempo de lazer, um elemento novo à época decorrente da Revolução Industrial, ancorou na natureza a sua motivação, o ver nascer o sol¹⁰⁰⁵. Passados estes anos a natureza e a paisagem continuam a assumir um papel preponderante para a salvaguarda, não apenas do património cultural como de territórios e modos de vida.

Os espaços rurais revelam-se cada vez mais como pólos de atractividade e, aos olhos

comunidade elaborou enfeites de natal a partir de materiais endógenos com que decoraram as casas e ruas da aldeia, desenvolvendo um vasto programa de actividades culturais para atracção de turistas, entre o final do mês de Novembro e o início de Janeiro.

¹⁰⁰³ - Por exemplo, na aldeia de Cabeça, foi recuperada a tradição de confeccionar a “Bola Lêveda”, que a vulgarização do consumo de pão de trigo tinha retirado dos hábitos alimentares da comunidade. A antiga levada de rega, firmada ao longo do vale de Loriga, cada vez mais esquecida face à diminuição do cultivo das terras, ganhou novo interesse para os habitantes que promovem caminhadas com turistas e outros visitantes da aldeia, sendo apresentada como uma construção identitária da povoação.

¹⁰⁰⁴ - “Turismo, Evolução recente e perspectivas”, Banco Espírito Santo, Junho de 2013, 161 páginas, <http://www.bes.pt/SITEBES/cms.aspx?plg=dba7647a-5127-4302-ac33-45f01a93dae0>, 24/08/2013, 19h 45m.

¹⁰⁰⁵ - “Aqui Nasceu o Turismo”, *Revista Visão*, Edição 1070, 5 de Setembro de 2013, pp.78-81.

de políticos e de privados, com um potencial de desenvolvimento económico de territórios socioeconomicamente, aparentemente, desfavorecidos. A mudança do paradigma, que considerava os territórios rurais de baixa densidade como um problema sem solução face ao desenvolvimento do sector agro-industrial que relegou a pequena agricultura para o auto consumo, começa a tratar esse mesmo rural como uma mais valia, reabilitando o seu património cultural de acordo com o surgimento de novos interesses turísticos.

Segundo Juliana Correia, as últimas três décadas têm sido marcadas por uma mudança de paradigma nas políticas europeias em relação ao mundo rural¹⁰⁰⁶. Na verdade, a UE em alterado o seu enfoque no sector agrícola apenas com preocupações de produção e economicistas, agenciando como alternativa um modelo de desenvolvimento preocupado com a sociedade rural, com a estruturação e manutenção das paisagens, com a valorizando e a preservação ambiental. Procura-se, também, a salvaguarda do património cultural apresentando-o como impulsionador socioeconómico dos territórios de baixa densidade.

Segundo Arlindo Cunha, antigo Ministro da Agricultura, existem dados, aparentemente contraditórios, sobre a contextualização socioeconómica do “rural profundo”: o nível de rendimentos nas áreas rurais é inferior aos das zonas urbanas, mas as bolsas de maior pobreza e exclusão social são uma característica mais marcante nos meios urbanos¹⁰⁰⁷. Esta será uma perspectiva por vezes esquecida nos projectos de salvaguarda patrimonial em contextos rurais fracamente povoados, em que as relações de parentesco e vizinhança se revelam como elementos potenciadores de atractividade e de combate à exclusão social. Por outro lado, em jeito de contraponto, convirá não esquecer que o mundo rural se afigura às novas gerações como um espaço de opressão, onde nada acontece, contrastando com a cidade, aos seus olhos um espaço “libertador” onde a própria vivência diária se revela como um acontecimento dinâmico e quase sempre irrepetível.

Esses territórios revelam, na actualidade, como principais fragilidades, as que estão directamente relacionadas com o desaparecimento das actividades tradicionais e que garantiam um espaço físico habitado e cuidado. O seu abandono tem provocado rupturas no

¹⁰⁰⁶ - CORREIA, Juliana Bento, *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha. O exemplo do Piódão*, Piódão, Edição da Assembleia de Compartes do Piódão, Junta de Freguesia do Piódão e Câmara Municipal de Arganil, 2010, p.13.

¹⁰⁰⁷ - CUNHA, Arlindo, *O Desenvolvimento do Mundo Rural*, em, *Actas do 1.º e 2.º Encontro Sobre Modernidade e Ruralidade*, Tormes, Edição da Fundação Eça de Queiroz, 1999, pp.69-77.

equilíbrio ambiental e paisagístico, promovendo dinâmicas de riscos, naturais e humanos, dos quais se podem destacar os incêndios florestais, a secagem de nascentes espontâneas e uma erosão dos solos de difícil controlo, como consequência das matas ardidas, situação que, nas últimas décadas, entrou numa rotação aparentemente cíclica¹⁰⁰⁸.

Subscrevendo Juliana Correia, o declínio demográfico associado ao abandono das actividades económicas em territórios de montanha não será um exclusivo desta região, pois na verdade, acompanha a crise do rural português no seu todo. A inversão desta decadência poderá ancorar na passagem “Da montanha produtiva à montanha recreativa”, sendo aqui que o turismo se revela como principal actividade impulsionadora de novos paradigmas de desenvolvimento económico.

Terá sido a partir da Segunda Guerra Mundial que o turismo se revelou como uma actividade em emergência, com forte interacção em diversos sectores da economia mundial. Em 1950 registaram-se 25 milhões de viagens turísticas, em 2003 contabilizaram-se 694 milhões, e, em 2012, ultrapassaram os mil milhões, dados à escala mundial¹⁰⁰⁹.

No entanto, convirá não esquecer que aquilo a que certos autores designam como a “turisificação” de um território, poderá revelar-se com intervenções desastradas que, citando Pereira de Oliveira, abastardam o património cultural tornando um território rural numa espécie de parque, com todos o “bichos” vivos incluindo o Homem¹⁰¹⁰. Revela-se aqui importante a auscultação da população residente em todas as intervenções efectuadas, para garantir ao turista um produto genuíno, construído sobre a memória, as tradições e o modo de vida dos locais. É imprescindível a aplicação de programas elaborados por técnicos que acarretaram o conhecimento dos mercados e dos interesses do turista e os sabem adequar às realidades existentes.

Segundo Paulo de Carvalho, 84,80% da população residente em Piódão afirma não ter tido conhecimento do Plano da Aldeia, facto que poderá influenciar o grau de satisfação com o programa executado na recuperação da aldeia, em que 45,40% dos locais o consideram

¹⁰⁰⁸ - Em conversa com o senhor Engenheiro João Caldeira Cabral, técnico que tem estudado os efeitos dos incêndios florestais na Ribeira de Loriga, tomamos conhecimento que após um incêndio a erosão pode provocar uma perda de até 500 toneladas de solo, por cada hectare.

¹⁰⁰⁹ - Turismo, Evolução recente e perspectivas, Banco Espírito Santo, Junho de 2013, 161 páginas, <http://www.bes.pt/SITEBES/cms.aspx?plg=dba7647a-5127-4302-ac33-45f01a93dae0>, 24/08/2013, 19h 45m.

¹⁰¹⁰ - OLIVEIRA, J.M. Pereira, *O Turismo segundo uma perspectiva Antropológica*, Separata da Revista Biblos, Volume LXV, 1989.

satisfatório e 36,30% dão o aval de bom¹⁰¹¹.

O turismo cultural, que se deseja para os territórios de montanha ou de baixa densidade, não deverá ancorar em reabilitações do património com características de reconstruções ou fantasias, pois que, salvaguarda não é sinónimo de recreação. Como afirma Saikiran Datta, um turismo consciente assenta num duplo compromisso em que os interesses do turista se complementam com os da comunidade. Um procurará momentos de lazer, revelando-se um recurso económico indispensável ao desenvolvimento do território, a população será fiel às suas tradições, prestando vivências genuínas de um espaço, de um tempo, de uma memória e de uma identidade¹⁰¹².

Como foi dito, ter-se-á que volver algumas décadas atrás para sinalizar o início da preocupação em ancorar no turismo uma das soluções para a preservação do património rural, e estancar o abandono, demográfico e produtivo, de aldeias situadas em regiões como aquela onde se insere a Freguesia de Vide. Na verdade, a génese da salvaguarda do património rural em Portugal, principalmente no contexto construído, remeterá obrigatoriamente para o caminho percorrido pela aldeia de Piódão.

Provavelmente nessa mesma linha, a salvaguarda do património através da sua transformação num produto turístico, enquadrar-se-á na intenção dos responsáveis do Parque Natural da Serra da Estrela quando procuraram implementar a criação de um ecomuseu. Pretendia-se a criação de um veículo de agregação das componentes socioeconómicas, patrimoniais, paisagistas e ambientais constituintes do seu território, com vista à sua protecção.

Na verdade, na década de 1980, Casal do Rei e Piódão, aldeias muito próximas entre si, sofreram intervenções de salvaguarda patrimonial que se revelaram determinantes para a dinamização social e económica das suas comunidades: por um lado, em Piódão, desenvolveu-se o projecto que se encontra na sua plenitude, após uma forte intervenção financeira pública; por outro, em Casal do Rei, praticamente tudo não terá passado de uma intenção com pequenas intervenções que, apesar de tudo, se revelaram importantes para a

¹⁰¹¹ - CARVALHO, Paulo; CORREIA, Juliana, *Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança*, em: *Cultura, Inovação e Território, O Agroalimentar e o Rural*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2009, pp. 187-196.

¹⁰¹² - DATTA, Saikiran, *Preservar e Sensibilizar, O património em três aldeias do Concelho de Óbidos*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2008, p.193.

comunidade local. Por vezes, os projectos de salvaguarda do património cultural ancoram na determinação de uma única figura, que dedica a sua vida tentando sensibilizar tanto os actores locais como as instituições públicas, para as vantagens decorrentes. Provavelmente o projecto para a aldeia de Casal do Rei não terá conseguido os seus intentos porque não terá tido um “Arquitecto Eugénio Correia”, que conseguisse a sensibilização dos actores, públicos e privados, sobre o valor acrescentado que representaria a salvaguarda do património rural através da sua dinamização turística¹⁰¹³.

As Aldeias Históricas recebem em média mais de 320 000 turistas por ano, uma média diária de 875 visitantes, numa região relativamente próxima entre as diferentes “aldeias”. Destes, cerca de 72 000 são estrangeiros, representando 22,5% do total anual, um fluxo que se revelou estável no período de 2005 a 2009. Estes números esclarecem que cerca de 80% dos turistas são portugueses e que procuram estes territórios ao longo de todo o ano. Esse facto revela-se positivo pois evita a sazonalidade que, frequentemente, se traduz na sobrelotação dos espaços e em elementos potenciadores de stress nas comunidades residentes.

Mesmo admitindo a subavaliação dos números apresentados por Navega Ferreira, são fluxos que se revelam significativos e com tendência a aumentar, face ao previsível aumento de turistas internacionais e a factores de contingência económica com que Portugal se debate¹⁰¹⁴.

O turismo, como sector estratégico na salvaguarda do património rural, parece ser assumido como essencial por todos aqueles que se preocupam, estudam e querem manter manifestações materiais e imateriais do passado agrícola e florestal da região das serras da Estrela e do Açor. Na verdade, todos os programas em execução, Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto ou Aldeias de Montanha, procuram a salvaguarda do património cultural, apostando na criação de “marcas fortes” para serem vendidas como produtos de lazer a mercados turísticos.

¹⁰¹³ - Aparentemente, pelo menos até inícios do século XXI, os concelhos detentores do território do Maciço Central parecem ter adormecido à sombra das “facilidades” que a neve promovia na captação de turistas. Isso mesmo se poderá depreender da atenção que o património cultural, na sua globalidade, passou a ter a partir dessa época.

¹⁰¹⁴ - Segundo o estudo citado do Banco Espírito Santo (p.3) o número de turistas estrangeiros aumentará 763 milhões até 2030, um aumento médio de consolidado de 3,3% ao ano. Por outro lado, a crise económica actual poderá também influenciar positivamente a procura interna de destinos para férias ou mini férias.

5.2.1 – Olhar actual pela aldeia de Piódão

No âmbito deste estudo, e porque a realidade socioeconómica é próxima e contígua à da freguesia de Vide, foi elaborado um trabalho de campo na aldeia de Piódão, procurando determinar qual a percepção que o visitante tem de determinados aspectos da aldeia ligados à sua componente patrimonial e socioeconómica.

Por um lado, procurou traçar-se a linha de evolução demográfica da freguesia, desde a década de 1960, por outro, determinar a evolução da componente económica, através do levantamento do número de estabelecimentos comerciais e de turismo e a sua capacidade geradora de emprego. Propositadamente não se incluiu o sector produtivo primário que, década após década tem decaído abruptamente, registando um valor praticamente “residual” na economia local.

Quando alguém, pela primeira vez, visita a aldeia de Piódão ficará impressionado logo à chegada pela componente cénica que a disposição em cascata do núcleo urbano apresenta, e que a brancura da Igreja Matriz amplia. Uma vista principalmente arrebatadora para quem demanda a localidade a partir das vias rodoviárias vindas de Arganil e de Oliveira do Hospital. O próprio Miguel Torga se deixou “enfeitiçar” por esta aldeia a ponto de escrever que Piódão figurava o “Portugal primevo”¹⁰¹⁵.

Chegado à aldeia, o turista começa por explorar a intrincada malha urbana, completamente rendido ao puzzle de pedras de xisto que compõem as paredes das casas, as escadarias, assim como o pavimento das ruas. Após uma intensa “sessão fotográfica” dirige-se ao posto de turismo, visita por vezes o museu etnográfico situado no primeiro piso. No centro da aldeia são assediados com ofertas de produtos, poucos tradicionais e locais e, quando tal se proporciona, degustam a gastronomia da aldeia num dos restaurantes ou na Pousada do INATEL.

A reabilitação arquitectónica da aldeia percorreu um caminho basicamente cénico onde a requalificação, ou novas construções, de habitações quase nunca respeitou as artes tradicionais que moldam o “grosso” de Piódão. Não se formaram novos artífices para o restauro das casas existentes, nem se usaram técnicas tradicionais nas novas edificações. Do mesmo modo raramente se utilizaram materiais autóctones, e, quando isso aconteceu, deram

¹⁰¹⁵ - Citação retirada de um marco comemorativo do centenário do nascimento do escritor, situado na montanha fronteira à aldeia de Piódão, assinalado como “Memorial a Miguel Torga” numa placa colocada na estrada que liga a Piódão, a partir de Côja ou Aldeia das Dez.

problemas por aplicação errada¹⁰¹⁶. Essas condicionantes levantaram inúmeros problemas ultrapassados através de soluções construtivas que não respeitarão o património cultural construído na aldeia. Ocorrências que não passam despercebidas ao turista mais atento e conhecedor da arquitectura vernacular.

Utilizou-se xisto com densidade e textura diferentes, proveniente de outras regiões; cortou-se essa pedra com máquinas modernas, sem praticar o afeiçoamento tradicional a pico e martelo; procurou-se nos concelhos da Covilhã e de Arouca a ardósia para as coberturas. Será nesta parte dos telhados que se poderá observar uma disposição das lajes de lousa que não é típica da região da Estrela e do Açor e que, de certa forma, ilude e adultera a arquitectura tradicional da aldeia. Na verdade, a técnica de arredondamento das placas de cobertura não era conhecida ou usada na região, até à vinda de artistas de Arouca para fazerem o assentamento dos telhados.

Como afirma Hugues de Varine, “A simples reprodução de produtos tradicionais (ou técnicas tradicionais, acrescenta-se) sem levar em conta as suas fontes culturais podem originar incoerências, perdas de sentido e de qualidade ou erros técnicos (...)”¹⁰¹⁷. A Aldeia Histórica de Piódão estará, provavelmente, ainda distante de um exemplo da salvaguarda do património e da arquitectura rural, principalmente, pela falta de formação profissional tradicional, tanto dos técnicos como dos artesãos que têm procedido à reabilitação da componente edificada da aldeia. Raramente se procurou saber como se fazia, optando por adaptar técnicas e materiais para que tivessem o aspecto do que se imaginava ser tradicional.

A elevada procura turística de Piódão promoveu também a construção de alguns edifícios novos dos quais se destacam, mesmo aos olhos do visitante mais desatento, a pousada e um dos restaurantes dentro da aldeia: a primeira impõem-se na paisagem fronteira à malha urbana da povoação, pela sua grande volumetria e disposição do telhado com figuração marcadamente alpina; o segundo localiza-se no largo principal contrastando com o edificado característico, pela sua arquitectura de feição cubista e cor castanha?. Aquilo que muitos poderão considerar um atentado, outros podem contrapor como evolução da arquitectura,

¹⁰¹⁶ - A situação mais caricata terá ocorrido com o telhado da pousada. Feita a cobertura com lousa não foi respeitada a inclinação dos telhados tradicional na arquitectura local, revelando-se muito acentuada. Então as placas de lousa foram caindo e colocando, algumas vezes, em jogo a segurança dos utentes da unidade hoteleira. Posteriormente as lousas foram substituídas por uma cobertura sintética.

¹⁰¹⁷ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, Porto Alegre, Editora Medianiz, 2012, p.60.

seguindo uma linha que defende mudanças, e como garantia da salvaguarda do património existente.

Na verdade, o contraste criado, poderá ajudar à leitura da paisagem urbana da aldeia, permitindo um ponto de comparação entre o antigo e o moderno. Convirá citar de novo Hugues de Varine quando este defende que o património cultural não será intocável nem inalienável, ele será, essencialmente, consumível sendo a sua sustentabilidade garantida pela continuidade dinâmica, que promoverá sempre a geração de um novo património¹⁰¹⁸. Ficará, pois, a esperança que esses edifícios se revelem no futuro, também eles, um ponto de interesse para o turista e, por esse motivo, desempenhem um papel potenciador do desenvolvimento socioeconómico e do património cultural local, expressando uma evolução que pode promover a sustentabilidade futura da aldeia¹⁰¹⁹.

O enfoque tido sobre a aldeia de Piódão justifica-se no presente estudo por múltiplos motivos. Por um lado, o reconhecido sucesso do seu programa de reabilitação e de dinamização económica, social e de fixação de pessoas, por outro, a contiguidade à Freguesia de Vide, podendo ser um elemento potenciador na salvaguarda do seu património. Importará, ainda, observar o caminho percorrido na preservação do património cultural daquela Aldeia Histórica analisando se os projectos traçados atingiram as metas previamente definidas.

Poderá também ser útil como uma espécie de “reflexo”, em que se possa descortinar soluções a propor como plano de salvaguarda do património cultural no âmbito do presente estudo. Em última análise, poder-se-á dizer que, de certa forma, todos os projectos abordados se revelam potenciadores do desenvolvimento económico e social da freguesia de Vide, devido à proximidade geográfica.

Por outro lado, a atenção que se dedicou à componente de investimento público e ao emprego criado destina-se a compreender se, passada uma década, os projectos se revelam autosustentáveis, social e economicamente, ou se não passaram de sorvedouros de recursos económicos públicos.

¹⁰¹⁸ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit., pp.38-40.

¹⁰¹⁹ - A arquitectura dos museus Guggenheim revela edifícios que se transformam em elementos de atratividade turística. <http://www.guggenheim.org/>, 02/12/2013, 21h 23m.

5.3 - Uma proposta para a salvaguarda do património rural da Freguesia de Vide

Chegados a este ponto do estudo importará vislumbrar soluções ou perscrutar projectos que indiquem um caminho de sustentabilidade para o “possível” património cultural. As heranças e as memórias descortinadas no calcorrear do território, e nas recolhas de campo efectuadas junto dos actores que por ali vão resistindo tentando contrariar a erosão dos usos e costumes, das práticas e dos modos de vida que as rápidas mudanças do tempo presente dissolvem.

Provavelmente a história resgatada não é coincidente com o tempo de ocupação humana do território. As gravuras rupestres presentes na freguesia remetem para a Pré-História nacional, e a história destas aldeias assenta no que se conheceu a partir do século XVI, com o início no “numeramento” de D. João III. O auge e o declínio demográfico, económico e social têm o seu epicentro na segunda metade do Século XX.

A actual crise económica, associada ao período prolongado que se vaticina, poderá desvanecer as políticas que durante as últimas décadas do século passado se aplicaram na salvaguarda patrimonial do mundo rural. Essas directrizes fundaram-se na estratégia de desenvolvimento dos territórios rurais através da valorização do património cultural e da projecção do turismo. Pelos exemplos atrás descortinados, fica a percepção que se trata de acções de cariz sustentável revelando-se como um instrumento que viabiliza a defesa do património cultural, material ou imaterial.

Por diferentes razões, os políticos, os técnicos do património e, por arrastamento, os actores directos, ou seja, as comunidades, apresentam e defendem os elementos perdidos ou em desuso como uma espécie de nova “galinha dos ovos de ouro”. A pequena dimensão do país, aliada à perda de poder de compra da sua classe média, poderá comprometer, pelo menos temporariamente, essa estratégia que tem sedimentado em programas de desenvolvimento local.

O Plano Estratégico do Concelho de Seia, para 2020, reconhece um território heterogéneo e rico em contrastes paisagísticos e culturais, que encerram diversas oportunidades de desenvolvimento económico, mas cuja concretização colide com persistentes debilidades infraestruturais e com a tendência negativa dos fenómenos demográficos. Esse documento orientador identifica a região de serra com evidentes condições para assumir um papel relevante nos sectores do turismo de montanha e de

natureza, devendo a montanha constituir a principal “marca” do concelho e o grande atractivo turístico¹⁰²⁰. Por outro lado, e segundo o mesmo estudo, a descaracterização urbanística de parte do território revela-se como um entrave a essas oportunidades.

Na página 91 do citado documento, indica “A Valorização das Marcas de Produtos Territoriais” como elemento potenciador do desenvolvimento turístico e económico do território, centrado em três eixos fundamentais: o Ambiente, a Montanha e os Produtos Tradicionais. Segundo essa visão, esses sectores são os que podem dar notoriedade e singularidade ao concelho, diferenciando-o no panorama turístico geral.

Aparentemente, os projectos de salvaguarda patrimonial em territórios de montanha, rodam em torno das mesmas ideias de base, procurando ancorar no turismo a saída para a grave crise social desses espaços rurais que, demográfica e economicamente, se encontram seriamente enfraquecidos. Elenca-se como parceiros nessa aspiração o património, na sua vertente cultural e paisagística, e a natureza, na sua função de biodiversidade e de promoção de melhor qualidade de vida. Como foi escrito, na verdade, o turismo revela-se como factor de valorização dos territórios, indissociável das preocupações e orientações para a salvaguarda do mundo rural que, segundo Juliana Correia, se encontra “marginalizado, despovoado e desvitalizado”¹⁰²¹.

Segundo Xerardo Pereiro, o rural é actualmente convertido em produto mercantil que, à escala global, procura oferecer um pacote emocional de tradições, de autenticidade e de naturalidade apresentando-os, ainda, como valores perdidos nos meios urbanos. Segundo o autor este novo tipo de oferta turística encontra-se nos discursos sobre desenvolvimento local europeu, que apresentam um mundo rural recriado como núcleo de tradições perdidas pela modernização¹⁰²². Frequentemente, o património rural apresenta-se como repositório da cultura material e das tradições de uma determinada comunidade ou território não descurando, também, a componente imaterial desse património.

Já Marinho dos Santos, escrevendo sobre o rural da região de Riba-Côa, fala na importância em oferecer ao visitante “um turismo intimista” em que, independentemente do

¹⁰²⁰ - Seia 2020, *Plano Estratégico, Relatório Final*, Janeiro de 2009, 139 páginas, <http://www.cm-seia.pt/seia2020.pdf>, 09-09-2013, 15h 32m.

¹⁰²¹ - CORREIA, Juliana Bento, *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha. O exemplo do Piódão*, ob. cit., p.46.

¹⁰²² - PEREIRO PÉREZ, Xerardo, *Turismo Cultural, uma visão antropológica*, *Pasos, Revista de Turismo y patrimonio Cultural*, Tenerife, Asociación Canaria de Antropología, 2009, p.255.

tipo de património cultural que se proporcione num território, ao turista interessará sempre a qualidade e a autenticidade como principais vectores de atractividade¹⁰²³. Defende, ainda, que se deve elaborar o “perfil do turista que mais pode interessar”, o que, de certa forma, lembra o aconselhado quando se elabora um projecto cultural: determinar o público-alvo a alcançar.

Voltando a Xerardo Pereiro, este autor afirma que “os turistas rurais são turistas que não querem ser turistas”, que negam a sua condição, que se distanciam do turismo de massas e que não escolhem os seus destinos porque haja ali mais turistas¹⁰²⁴. Uma perspectiva em que parece sobressair um “olhar romântico” em que o “velho mundo rural”, numa espécie de simbiose, transpõem possíveis diferenças entre visitantes, actores sociais ou técnicos culturais.

O turismo revela-se como saída e, aparentemente, também, como condicionante à salvaguarda do património cultural. Por um lado, reabilita-se para garantir a salvaguarda, por outro, exerce uma influência tácita procurando moldar o património cultural às expectativas de quem o irá usufruir e não pelo seu valor social ou civilizacional.

Hugues de Varine defende que “O património, enquanto recurso, deve servir concretamente ao conjunto das dimensões do desenvolvimento”. Segundo a sua visão aí se englobam a cultura, o turismo, a sociedade, a economia, a educação, a identidade, a imagem, o emprego ou a inserção social¹⁰²⁵. O emprego e a inserção social são dois problemas, não exclusivos dos territórios rurais, que não sendo debelados poderão constituir um ponto delicado na atracção de turistas a um determinado território, ou projecto patrimonial¹⁰²⁶. Revela-se, então, a importância que surjam postos de trabalho associados aos programas culturais, uma forma de facilitar a aceitação e envolvimento das comunidades.

Os projectos anteriormente focados revelam-se, embora com forte componente interventiva de estímulos económicos, criadores de emprego. No entanto, importa referir que esse trabalho se concentra no sector terciário, sendo muito raro gerar emprego nas áreas da agricultura e da pecuária, actividades tradicionais nos territórios rurais.

¹⁰²³ - SANTOS, João Marinho, *O Concelho de Almeida, Esboço Histórico-Sociológico*, Viseu, Editora Palimage, 2005, pp.190-199.

¹⁰²⁴ - PEREIRO PÉREZ, Xerardo, *Turismo Cultural, uma visão antropológica, Pasos, Revista de Turismo y patrimonio Cultural, ob. cit.*, p.262.

¹⁰²⁵ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Património a Serviço do Desenvolvimento Local, ob. cit.*, p.75.

¹⁰²⁶ - Na Aldeia Histórica de Piódão existiu nos primeiros anos um indivíduo da povoação que se dedicava a pedir esmola aos visitantes. Esta situação, decorrente de um problema de inserção social entretanto resolvido, revelava-se como um problema tanto para a comunidade local, que não se revia nesse comportamento, como para o visitante que era importunado e ficava com uma imagem errada da situação socioeconómica dos habitantes.

Não se identificaram programas ou projectos patrimoniais que apresentem a reconversão, ou a reactivação, produtiva do sector primário tradicional como uma mais valia económica, e de desenvolvimento, potenciador da componente de património cultural. Por exemplo, na Aldeia Histórica de Piódão, apenas em 2004 se elaborou um Plano de Acção Integrada onde se elencam os problemas e se apontam algumas soluções para toda a freguesia. O documento resulta de uma parceria entre o Município de Arganil, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Compartes, estruturando uma série de acções a desenvolver num espaço temporal alargado, onde se contempla também o sector primário e produtivo. Ali se defende que a marca Piódão deveria rotular apenas, e todas, as produções locais e regionais que utilizassem matérias-primas e saber fazer reconhecidamente tradicionais da aldeia ou da freguesia¹⁰²⁷. Destacam-se como produtos a defender e a incrementar: a aguardente de medronho; a produção de mel; o pastoreio e produção de queijo e, de forma talvez um pouco ingénua, a produção de carvão¹⁰²⁸. No entanto, a produção de produtos agrícolas de cultivo tradicional não se encontram referenciados no plano, provavelmente porque não se vislumbra uma solução fácil para o aproveitamento económico dos socalcos, caracteristicamente de pequenas dimensões.

Poder-se-á considerar que a reactivação de práticas agrícolas tradicionais se revelam como as técnicas mais correctas e viáveis para a salvaguarda dos valores patrimoniais, ambientais e dos espaços de montanha. Em 2005, na região onde se insere a Freguesia de Vide e de Piódão, viveu-se uma realidade até aí desconhecida, de elevado risco para o património construído e para as pessoas, decorrente da força destrutiva dos incêndios florestais. Pela primeira vez, e por acção de um só fogo, arderam várias casas de habitação em diferentes aldeias, dezenas de edifícios agrícolas e centenas de animais – galinhas, coelhos, ovinos e caprinos. Arderam ainda, situação sem precedentes, os logradouros dentro de aglomerados urbanos, salvando-se unicamente alguns dos espaços que estavam cultivados.

Aparentemente tal aconteceu porque as comunidades das diferentes povoações tinham abandonado quase por completo as práticas agrícolas em torno das localidades que, devido às

¹⁰²⁷ - *Piódão Desafios do Futuro, Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão, Piódão*, Edição da Junta de Freguesia do Piódão e Assembleia de Compartes da Freguesia do Piódão, 2004, pp.33-34.

¹⁰²⁸ - A produção tradicional do carvão assentava no arranque de cepas de urze, na gíria popular torga, o que provocava grandes problemas de erosão dos solos devido ao revolvimento do coberto vegetal. Provavelmente trata-se de um produto que teve uma importância económica significativa nas comunidades serranas mas que, no presente, se pode revelar como um inconveniente ambiental.

culturas de regadio, representavam um anel de segurança para as casas de habitação e para as aldeias. As consequências nefastas decorrentes deste incêndio manifestaram-se na economia de subsistência dessas populações que, ainda, praticavam uma agricultura de auto-consumo e que, a partir daí, de forma gradual, abandonaram essa tarefa. Embora menos sentida pelas populações, pelo menos a curto prazo, a dimensão ambiental foi igualmente devastadora, não só através da erosão dos solos, mas também pela perda de muita floresta, que se reflectem numa degradação acentuada da biodiversidade associada¹⁰²⁹.

Na verdade, pode dizer-se que os incêndios florestais nos últimos anos mostram que a salvaguarda da biodiversidade, da paisagem ou do património edificado nos territórios fortemente desabitados passará por políticas de prevenção, que garantam a manutenção das práticas agro-florestais tradicionais, ou reconvertidas à realidade sócio económica actual. Por essa razão, pode não fazer sentido elaborar projectos patrimoniais para aldeias rurais, com uma estrutura que sedimenta na componente patrimonial, edificada ou natural, ignorando o papel que o sector produtivo primário representa na salvaguarda desse património e na segurança do espaço que o acolhe.

Como escreve Maria Almeida, as imagens da ruralidade em Portugal foram construídas ao longo de séculos, variando consoante as necessidades estratégicas e o papel social dos seus utilizadores¹⁰³⁰. Importará, então, considerar que o mundo rural destes territórios não apresenta hoje as potencialidades produtivas que garantiram a sustentabilidade económica aos milhares de pessoas que, no caso concreto deste estudo, por aqui viveram até à década de 1970. Por esse motivo, quando se propõe a salvaguarda de um território rural, deverá também ser apreciada qual a capacidade de subsistência da população residente, e qual o número de habitantes que podem sobreviver com as actividades económicas disponíveis. A sustentabilidade do rural poderá depender de políticas de incentivos financeiros que repensem a sua função na perspectiva de coesão territorial¹⁰³¹. Para que tal seja possível revela-se

¹⁰²⁹ - A situação de calamidade foi tão evidente que a Fundação Aga Kan promoveu a distribuição de todo o efectivo apícola destruído, cerca de sete centenas de colmeias. Promoveu, ainda, junto da comunidade da Freguesia de Teixeira, a replantação de vários hectares de medronheiros, cultura que se revelava importante para a economia local.

¹⁰³⁰ - ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *O mundo rural e os novos desafios*, em, *Periferias e Espaços Rurais, Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*, Estoril, Editora Principia, 2007, pp.295-297.

¹⁰³¹ - Muito provavelmente, se entretanto nada for feito, em poucas décadas haverá em Portugal centenas de aldeias e milhares de hectares de território completamente abandonados, devido ao flagelo dos fogos em floresta. Seria interessante estudar se parte dos recursos financeiros gastos com a prevenção “passiva”, e o combate aos

indispensável que o sector agro-pecuário esteja presente nas opções e nos projectos.

A elaboração de uma proposta para a dinamização cultural, social e económica do território objecto de estudo, com vocação de salvaguarda do património cultural, terá que considerar o que tem sido feito em Portugal. As Aldeias Históricas, a Rede das Aldeias do Xisto e a Rede das Aldeias de Montanha revelam-se como projectos âncora onde se poderá questionar opções tomadas e comparar soluções diferentes.

Não se revela tarefa fácil acomodar os diferentes elementos constitutivos do património cultural presentes num território com a dimensão da Freguesia de Vide. Alcançar a sua salvaguarda e, acima de tudo, a sustentabilidade económica vai muito além do que um estudo académico poderá perspectivar. Por vezes, o fraco conhecimento de uma realidade local ou o voluntarismo característico de algumas comunidades, pode conduzir a uma representação do património rural em que tudo se revela possível com vista à sua salvaguarda. No entanto convirá reafirmar que um exercício teórico se poderá revelar muito diferente quando tornado uma realidade prática. Será então oportuno relembrar aqui o ditado popular: “Calma e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”, ou seja, por mais que se metodize, na verdade, só com a realização das acções se poderá avaliar um programa.

Os projectos que se conhecem implementados em diversos países à escala global conduziram à possibilidade de se apresentar um plano que ancorasse num ecomuseu¹⁰³². Em contexto diferente das aldeias aqui retratadas, é sobejamente conhecido o êxito que o primeiro ecomuseu instalado em Portugal alcançou, o Ecomuseu do Seixal¹⁰³³. Outros se seguiram, focando-se no património rural de determinadas regiões em Portugal, como aconteceu com o Ecomuseu do Barroso, sediado em Montalegre, digno repositório do património cultural daquela região transmontana.

Do ponto de vista da Museologia, os ecomuseus revelam-se como instituições vivas, participativas, de carácter pluridisciplinar em que o museu não se limita, de forma alguma, a

incêndios florestais, não era mais eficaz através do pagamento de incentivos a agricultores e pastores que mantivessem o espaço devidamente cuidado, garantindo a presença de pessoas no território. Pelas aldeias ainda há quem lembre quando, até à década de 1980, ocorria um incêndio florestal era rapidamente debelado pelas comunidades. Hoje a corporação de bombeiros mais próxima fica a mais de 30 minutos do centro da Freguesia de Vide.

¹⁰³² - O Ecomuseu de Creusot-Montceau, em França, é considerada a primeira unidade museológica deste tipo. <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/>, 01/11/2013, 21h32m.

¹⁰³³ - Este museu desenvolve-se em oito núcleos e extensões espalhados pelo território do concelho do Seixal. http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_hpage, 03/12/2013, 13h 34m.

um edifício que recebe os objectos. Como afirma Varela Teixeira, que estudou atentamente o Ecomuseu do Barroso, trata-se então de “museus polinucleados que abrangem um território definido, onde os bens são preservados e valorizados, sempre que possível, *in situ* e em actividade”¹⁰³⁴.

Em Portugal têm-se multiplicado os ecomuseus de norte a sul do país. Em Aveiro surge o Ecomuseu Marinha da Troncalhada, que procura reabilitar a extracção tradicional de sal; por sua vez, o Ecomuseu do Redondo apresenta-se como um “museu a céu aberto”, privilegiando a componente de paisagem e de arqueologia; já o Ecomuseu de Rates tem como missão retratar as vivências rurais do seu território... Na verdade, todos se revelam como instituições em estreita ligação com as comunidades que as acolhem, na senda do que se preconiza para este “segmento museológico”.

Em regiões próximas ao território em estudo neste trabalho foram criados o Ecomuseu do Zêzere, na Vila de Belmonte, que se confina a um único local, tendo como missão dar a conhecer “a história do Rio Zêzere”.

Por sua vez, na Vila da Lousã, está instalado o Ecomuseu da Serra da Lousã que ancora, até ao momento, no Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques, com uma colecção predominantemente etnográfica; no Museu Professor Álvaro Viana de Lemos, com uma exposição permanente de arte e de arqueologia; e no Lagar Mirita Sales onde está instalado o Núcleo de Gastronomia e Doçaria Tradicionais.

O Ecomuseu da Serra da Lousã revela-se um projecto mais vasto na apresentação feita por Paulo de Carvalho, pois que, este autor descreve núcleos formados por moinhos de água, por fornos de telha e cal, e por um núcleo de pintura serrana, conhecido também como núcleo dedicado à investigação¹⁰³⁵. O autor deixa no ar uma pergunta: “O Ecomuseu da Serra da Lousã será um grande desafio ou numa gigantesca utopia?”. Na verdade, parece reafirmar o que atrás foi escrito revelando que a implementação de um programa museológico num território predominantemente rural, e do interior, não se revela uma tarefa fácil.

Por sua vez, no vizinho concelho de Góis, existe uma instituição designada Ecomuseu

¹⁰³⁴ - TEIXEIRA, David José Varela, *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*, Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Novembro de 2005, pp. 1-9.

¹⁰³⁵ - CARVALHO, Paulo, *Desenvolvimento Rural: Perspectivas Geográficas*, pp.67-71. <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1260/1260.pdf>, 11/12/2013, 14h32m.

Tradições do Xisto que tem o núcleo sede instalado em Aigra Nova, uma das aldeias pertencentes à Rede de Aldeias de Xisto¹⁰³⁶. Este ecomuseu é da responsabilidade da Liga de Amigos da Serra da Lousã, tendo como missão a dinamização das quatro Aldeias de Xisto do município de Góis: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena. Em 2013, esta unidade museológica é constituída por seis núcleos: o Núcleo de Interpretação Ambiental, que procura dar informações ao visitante sobre a Rede Natura 2000 na Serra da Lousã; o Núcleo da Maternidade de Árvores, que pretende proporcionar ao participante o conhecimento e a participação na reprodução de espécies autóctones; o Núcleo Asinino que tem dupla missão, por um lado, atrair turistas ao território, por outro, valorizar essa espécie em vias da extinção e que outrora se revelou importante para a população local; existe, também, um Núcleo dedicado ao Forno e ao Alambique – está instalado em casa de um particular o qual permite que se realizem actividades ligadas ao fabrico tradicional de broa e pão centeio; por último o Núcleo das Coirela das Agostinhas que está dedicado à organização de hortas pedagógicas.

Estas unidades museológicas, embora apresentem a preocupação na salvaguarda do património cultural do seu território, parecem não desenvolver programas, pelo menos de forma clara, que envolvam as comunidades locais. Na verdade, de certa forma, essa estratégia contraria a natureza dos ecomuseus, que defendem dever ser os actores locais protagonistas da missão museológica pois são eles os detentores da identidade cultural e do saber-fazer associado. Ou como escreve Varela Teixeira, devem ser os indivíduos e as comunidades a criar a sua própria cultura, o seu próprio desenvolvimento. Só desse modo se assumem como agentes da mudança, utilizando o seu património cultural como um instrumento útil a esse objectivo¹⁰³⁷.

Pelo menos de forma aparente, os ecomuseus mencionados, têm uma vocação de desenvolvimento local que não assenta no sector primário tradicional. Provavelmente, essa será uma das consequências da saída dos jovens, detentores de capacidade física e empreendedora, para manter as actividades tradicionais. Na verdade, são os mais idosos que vão restando, aqueles que não possuem a força necessária para manter o território produtivo e gerador de rendimentos agrícolas, silvícolas ou pecuários. Embora estas instituições tenham reabilitado algumas infraestruturas do mundo rural, elas destinam-se a uma fruição cultural,

¹⁰³⁶ - <http://lousitanea.org/eco-museu-tradicoes-xisto-cultura>, 03/12/2013, 14h 34m.

¹⁰³⁷ - TEIXEIRA, David José Varela, *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*, ob. cit. p.1.

parecendo não conseguir uma dinâmica de reajustamento às necessidades actuais de mercado e a valorização do património construído na vertente produtiva.

Poder-se-á dizer que não fará parte do âmbito funcional dos museus, independentemente da sua configuração, a preocupação com o tecido económico do território a que pertence. No entanto, quando se fala do rural interior, terá que ser avaliada a necessidade de fixar pessoas com actividades produtivas tradicionais sob pena de riscos associados: por um lado, as intervenções patrimoniais não passarem de parques temáticos com figurantes, por outro, os factores de risco ambiental, decorrentes do abandono de parte do seu território, destruírem os projectos implementados.

Efectivamente, afigura-se ser esse o sentido do pensamento de Hugues de Varine quando caracterizou o ecomuseu como um museu “essencialmente natural e rural e como um instrumento de desenvolvimento comunitário”¹⁰³⁸. No entanto, o mesmo autor acredita que não existem duas pessoas que dêem à palavra ecomuseu o mesmo sentido. A multiplicidade dos projectos mostra que um ecomuseu poderá dar respostas diferentes para problemas iguais, dependendo dos seus mentores.

O próprio Hugues de Varine, a quem se atribui o conceito de ecomuseu, face a diversidade de programas museológicos que se podem albergar sob a designação de ecomuseu, afirma que “prefiro conservar o termo museu e atribuir-lhe um qualificativo que defina a sua principal característica, (...) museu comunitário, museu de território, museu de sítio ou centro de interpretação”¹⁰³⁹. A cada nomenclatura atribui uma função: comunitário quando este representa uma comunidade em concreto; de território quando no mesmo espaço geográfico albergue a complexidade de várias comunidades; de sítio quando se refira a diferentes áreas do património cultural, seja ele monumental, arqueológico ou industrial; de centro de interpretação quando se pretende traduzir uma paisagem, uma história, um personagem, um facto ou até mesmo um problema¹⁰⁴⁰.

No entanto, o mesmo autor parece congratular-se com alguns projectos museológicos que nasceram pela força de determinados promotores do desenvolvimento local, imbuídos

¹⁰³⁸ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit. p.182.

¹⁰³⁹ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit. pp.182-185.

¹⁰⁴⁰ - Para compreender o pensamento de Hugues de Varine neste aspecto será interessante ler a entrevista feita por Ana Carvalho em Abril de 2013 e disponível em: <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>, 04/12/2013, 11h 34m.

daquilo que designa como “o espírito do ecomuseu”. Dá como referência, entre outros, o Parque Cultural Maestrazgo, em Espanha, que abrange 43 municípios de três comarcas, desenvolvendo a sua acção em áreas tão diversas como turismo, o sector agro-alimentar, o cultural ou do desenvolvimento comunitário¹⁰⁴¹.

Aparentemente, Hugues de Varine, pela análise que faz do panorama mundial dos ecomuseus, atendendo à sua forte componente de desenvolvimento local, acredita que muitas vezes essas estruturas culturais não serão mesmo museus, surgindo então projectos que evitam essa nomenclatura “para não agravar a confusão”. Afirmo mesmo que “Na minha actividade profissional de consultor em desenvolvimento local, quando encontro um projecto de ecomuseu, procuro, na maioria das vezes, desencorajar os meus interlocutores a utilizar este termo, dizendo-lhes que eles correm o risco de se ver obrigados a fazer coisas que os afastarão do seus reais objectivos”¹⁰⁴².

Na senda do que atrás se escreveu, reconhece-se que os ecomuseus, mesmo que encarados como diferentes perspectivas dos seus “construtores”, incluem quase sempre na sua essência o património global de uma comunidade ou território, não se confinando a sua amplitude a uns quantos edifícios, privilegiando um território no seu todo. Traduzem o objectivo de desenvolvimento, que por vezes se revela “longo e lento”, onde a participação dos membros da comunidade se estabelece como permanente e que, relembando a sua função museológica, a salvaguarda do património cultural é um mecanismo de acção, e não obrigatoriamente a função principal desse ecomuseu.

Apesar disso, reconhece-se que projectar um ecomuseu para o território em estudo não se revelará a melhor opção, pois está-se na presença de uma comunidade que regista uma certa heterogeneidade, que funda a sua existência numa história socioeconómica de certa forma díspar entre aldeias, em que o património cultural é variado e com diferentes necessidades de intervenção, e de soluções diversas que conduzam à sua salvaguarda.

Por outro lado, tendo em conta a relativa diversidade que se vislumbrou nos trabalhos de recolha de campo, um projecto patrimonial deste tipo terá que respeitar as particularidades de cada aldeia e dos seus habitantes, não promovendo uma espécie de clausura dentro das normas que uma unidade museológica, mesmo sendo um ecomuseu, que orientam qualquer

¹⁰⁴¹ - <http://maestrazgo.org>, 05/12/2013, 1h34m.

¹⁰⁴² - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit. p.185.

programa na área do património. Procurar-se-á pois trabalhar em torno de uma solução que Hugues de Varine defende na associação entre património cultural e desenvolvimento local: “Não há modelo, não há norma determinada”.

Estudar um território com 26 aldeias distribuídas em 52 km, apreender as suas vertentes natural, antropológica, edificada e sociocultural, deixa por vezes a sensação que, embora enformadas por uma unidade administrativa, estas são distintas e cada qual única e específica.

Atendendo à diversidade e à amplitude do território, facilmente se depreende que a salvaguarda do património cultural existente dificilmente se conseguirá através da implementação de equipamentos museológicos em cada uma das aldeias. Por outro lado, considerando os actores presentes, individuais e institucionais, levanta-se à partida o problema de quem deverá ser o responsável pelo programa a implementar.

Como linha de saída, para este caso concreto, terá que se pensar a cultura como um instrumento de desenvolvimento local, onde os elementos da comunidade são participantes activos, e não complementos etnográficos ou meros adereços, facilmente integráveis em qualquer discurso expositivo que se elabore. Dessa forma, um projecto museológico sustentável passará por transformar os residentes em motores do desenvolvimento e mentores de uma dinâmica económica, que garanta a sua permanência em todo o território. De certa maneira, poder-se-á dizer que é necessário atribuir-lhes ferramentas que os conduzam àquilo que hoje se convencionou como “empreendedorismo”.

Por outro lado, a salvaguarda do património cultural dependerá fortemente de outros factores, nem sempre associados, pelo menos de forma directa, a projectos na área do património. Contam-se como sectores primordiais, o produtivo, aquele que pode garantir uma ocupação humana efectiva do território na sua abrangência de elementos, e ainda o da prevenção, que possibilite antever factores de risco para todas as manifestações do património cultural entretanto classificado. Para que se alcancem os resultados esperados em ambas as situações, revela-se indispensável a fixação de pessoas nas aldeias com uma função de reactivação da componente produtiva tradicional.

A ideia chave deste projecto assentará na proclamação dos valores do património, da memória e da identidade como geradores de cultura e como impulsionadores do desenvolvimento socioeconómico do território. A missão destinada ao património cultural

será, então, a da gestão e da dinamização de todas as iniciativas programadas, exercendo um papel de facilitador nos projectos de revitalização económica, quando se verifique conflito de interesses entre os actores locais.

Ordena-se a concepção de uma instituição cultural em torno de um projecto museológico enquadrado por um museu território. Aparentemente, e segundo Hugues de Varine, essa estrutura representará sempre a expressão de um território independente do seu tamanho ou da entidade que assuma a iniciativa da sua constituição: seja um grupo de indivíduos, uma autarquia ou uma associação de desenvolvimento local. O importante será que o museu de território se assuma com a missão de valorização do território, da salvaguarda do património cultural e que seja, conjuntamente, um agente do desenvolvimento local. Deverá ser salvaguardado que a área de implementação de um museu de território pode ser variado e independente da dimensão física do território ou de critérios de ordem natural, económica, histórica ou sociológica¹⁰⁴³.

A versatilidade desta estrutura orgânica permite que com um projecto de salvaguarda de património cultural, se desenvolvam outras valências fundadas no tecido económico do território procurando, dessa forma, beneficiar de todas as suas potencialidades. O museu território deverá ser “ao mesmo tempo um olhar sobre o interior do território e uma janela aberta sobre o exterior”.

Poder-se-á falar num museu integral, se é que isso é possível, numa perspectiva decorrente da moção final da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, cujas decisões são consideradas “uma revolução intelectual de museólogos”. Na verdade, é a partir desse encontro, impulsionado pela apresentação de Jorge Henrique Hardoy, que os museus tradicionais iniciam uma mudança de atitude relativamente à sociedade¹⁰⁴⁴. Será a partir desse acontecimento, promovido pela UNESCO e pelo ICOM, que o museu deixa de ser olhado como uma instituição fechada entre paredes, para passar a ser um instrumento de desenvolvimento local através da participação dos seus habitantes.

Subscrevendo Calado Café, um museu de território será um “museu de vocação global

¹⁰⁴³ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit. pp.185-189. De certa forma, parecem estar nesta linha de pensamento as várias “redes” de aldeias património atrás mencionadas. Na verdade, esses projectos, na sua generalidade, não reconhecem os limites territoriais determinados administrativamente.

¹⁰⁴⁴ - VARINE, Hugues, *Reflexões sobre um museu de território*, pp.1-8, http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/hugues.pdf, 10/1272013, 19h23m.

ou integral”, um espaço vivo, onde a preocupação principal deve ser a população e as suas necessidades¹⁰⁴⁵.

Hugues de Varine, num texto decorrente de uma intervenção no Museu do Douro, considera que “um museu de território pode ter um papel de empreendedorismo, como uma empresa no sentido moderno, uma empresa de carácter comunitário, tipo cooperativa social no sentido italiano, oferecendo um quadro técnico e uma fonte de financiamento para a criação no território de iniciativas, que também podem ser do próprio museu, como motor de iniciativas locais, individuais ou colectivas”¹⁰⁴⁶.

No seguimento do que atrás foi escrito, propõem-se a consolidação do Museu Território de Xisto como veículo para a salvaguarda do património cultural e do território apresentados no presente estudo. Pretende-se desenvolver este projecto em torno de três áreas principais: Preservação Patrimonial e Turismo Cultural; Departamento de Produção e Promoção Comercial; Prevenção de Riscos e Facilitadores.

A Missão, a Visão e os Valores do Museu Território de Xisto estabelecem-se nomeadamente: através da preservação e da salvaguarda do património cultural, histórico, paisagista, etnográfico e imaterial; na produção e na comercialização de bens e produtos potenciadores da dinamização económica e social do território, auxiliando na sustentabilidade financeira do projecto; na concepção de dinâmicas que promovam a prevenção de riscos e a manutenção dos espaços públicos, como garantia de uma interligação saudável entre residentes e visitantes. O património cultural revela-se, então, como condutor e interligação em todo o projecto.

O propósito da salvaguarda patrimonial será impulsionar todas as perspectivas previstas nas várias áreas de intervenção. Revela-se importante garantir a sustentabilidade global do território, pois que, sendo o desenvolvimento local a preocupação principal deste museu, esse será também o veículo para a defesa do património cultural a descortinar.

Dessa forma preconiza-se uma estrutura física do Museu Território de Xisto que passa pela criação de um edifício sede, na aldeia de Vide, e a construção de seis núcleos, em outras

¹⁰⁴⁵ - CAFÉ, Daniel Calado, *Património, Identidade e Memória, Proposta para a criação do Museu do Território de Alcanena*, Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia no Curso de Mestrado em Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007, p.63.

¹⁰⁴⁶ - VARINE, Hugues, *Reflexões sobre um museu de território*, pp.1-8, http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/hugues.pdf, 10/12/2013, 19h23m.

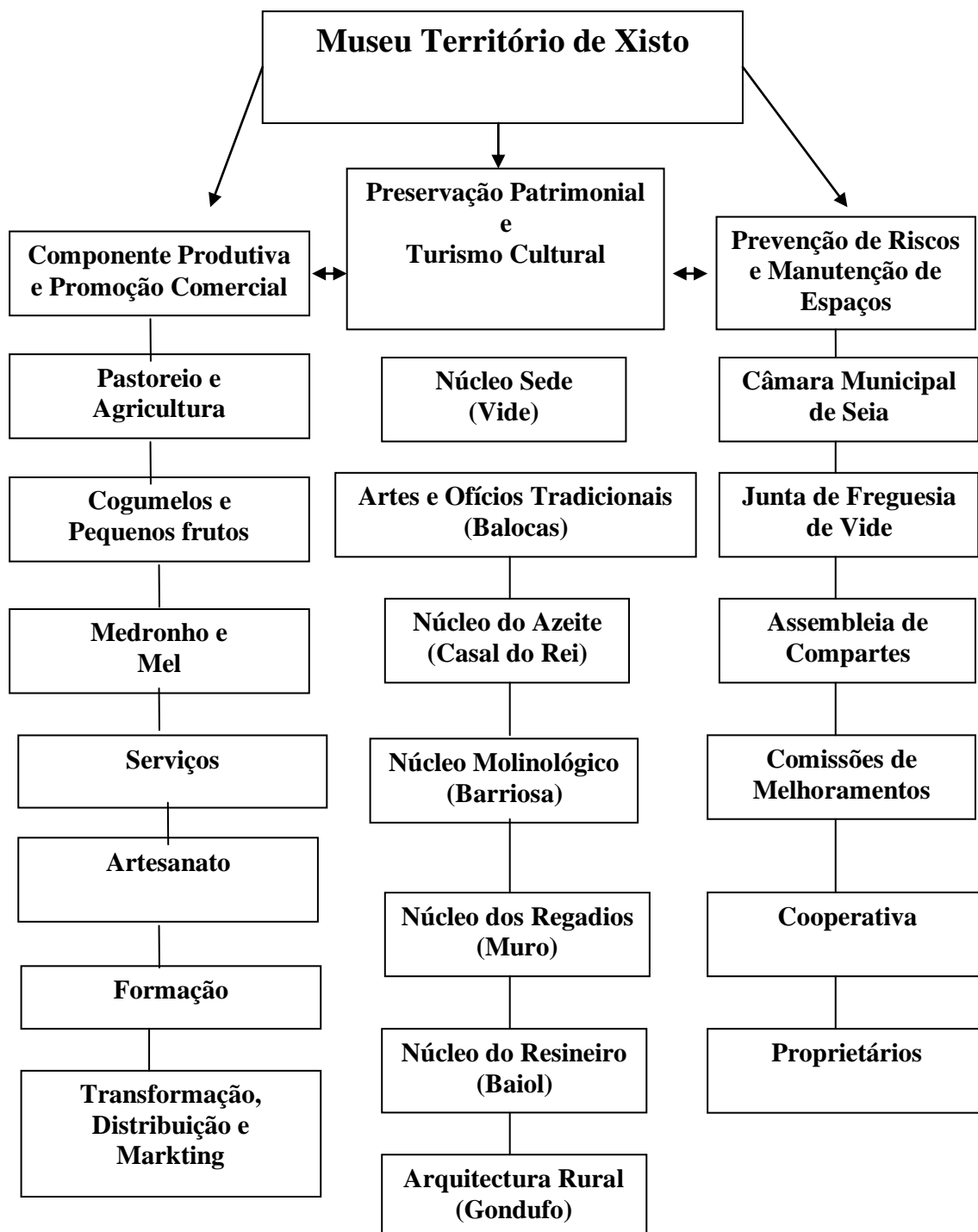
tantas aldeias da freguesia¹⁰⁴⁷. A descentralização proposta poderá, eventualmente, criar algum conflito nas comunidades das aldeias que não sejam contempladas com um núcleo museológico, onze no seu total. No entanto, a utilização racional de recursos já existentes, por exemplo as antigas escolas primárias, propriedades da autarquia, condicionam de certa forma a opção pela instalação de uma unidade cultural em determinadas povoações.

Por outro lado, a presença em determinada parte do território de elementos do património construído, aconselha a que se aproxime a esse local um ponto de acolhimento e apoio ao visitante. Não se poderá partir, também, da presunção de que cada aldeia detenha, no seu território de influência, património cultural que justifique a criação de um núcleo do Museu Território de Xisto. No entanto serão considerados os elementos patrimoniais de todas as aldeias, procedendo à sua divulgação nos núcleos projectados.

Conhecedores da potencialidade que o património cultural tem, associado ao turismo, para a captação de recursos económicos, elegem-se ambos como elementos centrais do programa museológico a implementar. No entanto, não se descurará a forte ligação ao sector produtivo e à prevenção de riscos, que se consideram indissociáveis por razões que mais à frente se explanarão. Desta forma, pretende-se afirmar o património rural que se apresentou como pólo unificador de variadas estratégias que se considerem adequadas, e necessárias, para garantir a viabilidade deste projecto.

¹⁰⁴⁷ - Fruto da reforma administrativa, ocorrida em 2013, a Freguesia de Vide e a Freguesia de Cabeça deram lugar à União de Freguesias de Vide e Cabeça. De realçar que o presente estudo apenas se refere ao território da então Freguesia de Vide.

Quadro n.º53: Organigrama do Museu Território de Xisto



Fonte: Elaboração própria

Na verdade, procura-se para o futuro museu um papel impulsionador do desenvolvimento local, na linha de orientação que vários museólogos preconizam procurando, conjuntamente, o envolvimento das populações atribuindo-lhes o papel principal na salvaguarda do seu património cultural.

O Museu Território de Xisto procurará alicerces na identidade e na memória, não só da comunidade, mas no próprio espaço físico. A sua matriz territorial é fundamentalmente de montanha em que a própria paisagem revela um importante valor patrimonial, assumindo-se como um dos vectores do desenvolvimento económico. Da montanha, poder-se-á fazer uma dupla interpretação: por um lado, terá sido o elemento humano a definir e moldar a paisagem, à face das suas necessidades; por outro, foi o relevo do terreno, associado aos recursos hídricos, que marcou as fronteiras, moldando a intervenção do Homem em determinada direcção.

A história que este museu procurará contar, o acervo que pretende recolher, preservar, estudar e divulgar ambiciona, principalmente, a salvaguarda de uma identidade e dos valores de memória, materiais e imateriais, centrando-se no resultado da acção do Homem na conquista do seu lugar quotidiano e de sobrevivência, ao espaço que a natureza colocara ao seu alcance.

Descrever a freguesia de Vide em uma frase, porventura aplicável a um número imenso de situações e regiões, passará por dizer que se trata de “Um território de consecuições lentas e perdas rápidas”. Na verdade, a “influência” agro-pastoril, mais tarde também silvícola, que demorou comprovadamente cerca de cinco séculos a construir, atingiu acentuada decadência nas últimas cinco décadas e, se nada for feito, poderá desaparecer, em absoluto, nos próximos 50 anos.

De certa forma, a acentuada ocupação humana deste território deveu-se à inovação coeva e à capacidade de adaptar o Meio para o cultivo de produtos agrícolas chegados de outros Continentes. O milho maíz revolucionou a agricultura em Portugal quando possibilitou a cultura intensiva de cereais em terrenos com solos pobres, característicos de declives montanhosos.

No presente parece que a história se repete surgindo de novo uma necessidade na inovação, para garantir um “futuro” que passa pela fixação de pessoas, criando dinâmicas de sustentabilidade a esses habitantes. Esse será, então, o principal objectivo do Museu Território

do Xisto, apresentar-se como impulsionador do desenvolvimento socioeconómico de um território, de uma comunidade, procurando a salvaguarda das aldeias.

Se a escolha do modelo museológico, e de salvaguarda do património cultural deste museu, se rege por projectos e programas implementados noutras regiões do Globo, nomeadamente na Península Ibérica e na América Latina e do Sul – nos quais se procura o envolvimento das populações como actores principais nos projectos culturais e de desenvolvimento local – já a nomenclatura alude o material que enforma o território, pois que, na verdade, ele estabelece-se na pedra de xisto e nas argilas. O xisto será, provavelmente, o principal timbre deste território: alicerça a sua identidade; conforma as memórias; mantém os valores da “raiz”; representou o principal “meio para alcançar” um projecto de vida; estabeleceu a matriz de um saber-fazer; foi a “alavanca” do desenvolvimento económico e social deste território.

Escolhendo-se o nome de Museu Território de Xisto, pretende-se homenagear os obreiros de uma intrincada rede de edificações em pedra, executadas com múltiplas formas, fruídas com variados usos, que representam o património cultural local. É um museu situado num território de xisto e não um museu de, ou do, território de xisto. Esta chamada de atenção desvincula o projecto de qualquer pretensiosismo em representar o xisto como recurso material e económico exclusivo desta região. Na verdade, a realidade xistosa do património cultural da Freguesia de Vide perde-se, ou confunde-se, quando confrontado com outras aldeias das Serras do Açor, da Estrela ou de outras regiões de Portugal, onde a matéria prima ao dispor dos antigos construtores se revelou a mesma.

Pretende-se, pois, que este museu seja uma instituição circunscrita às aldeias da Freguesia de Vide, às suas gentes, ao seu património material e imaterial, ao seu território físico e cultural. Uma postura ditada pela necessidade, e pelo interesse, de o enfoque museológico ser complementado com projectos de salvaguarda do património rural existentes na sua contiguidade territorial: a Rede das Aldeias Históricas, a Rede das Aldeias de Xisto e a Rede das Aldeias de Montanha. Será essa cooperação que pode facultar aquilo que Hugues de Varine designou como “uma janela para fora do território”. Em síntese, procura-se dinamizar um museu que se constitui num território de xisto e que não será, nem pretenderá ser, um “museu do território do xisto”.

O Museu Território de Xisto assentará em estruturas físicas permanentes apoiadas em

sete aldeias. No entanto, pretende-se que o museu seja acima de tudo um veículo de solidariedade entre todas as aldeias da Freguesia de Vide, tenham estas, ou não, um núcleo museológico instalado. Tendo este museu como segunda prioridade o desenvolvimento económico e sociocultural do território, procurará criar dinâmicas que tenham a participação de todas as povoações e dos seus habitantes, recebendo com equidade as mais valias que sejam conseguidas¹⁰⁴⁸.

Apenas o núcleo sede terá abertura regular, procurando enquadrar o seu funcionamento aos movimentos turísticos e aos períodos do ano em que, previsivelmente, eles sejam mais acentuados.

Projecta-se, então, para a aldeia de Vide, a instalação da sede do Museu Território do Xisto, uma escolha que se prende com a centralidade desta aldeia, percorrida não só pelas vias rodoviárias que ligam a Aldeia Histórica de Piódão à Torre, mas também pela estrada nacional que representa a ligação mais curta entre as cidades de Coimbra e da Covilhã. Por lado, trata-se do aglomerado urbano com alguns serviços de apoio, públicos e privados, onde se poderão destacar a extensão de saúde, o posto de farmácia, a estação de correios, entre outros.

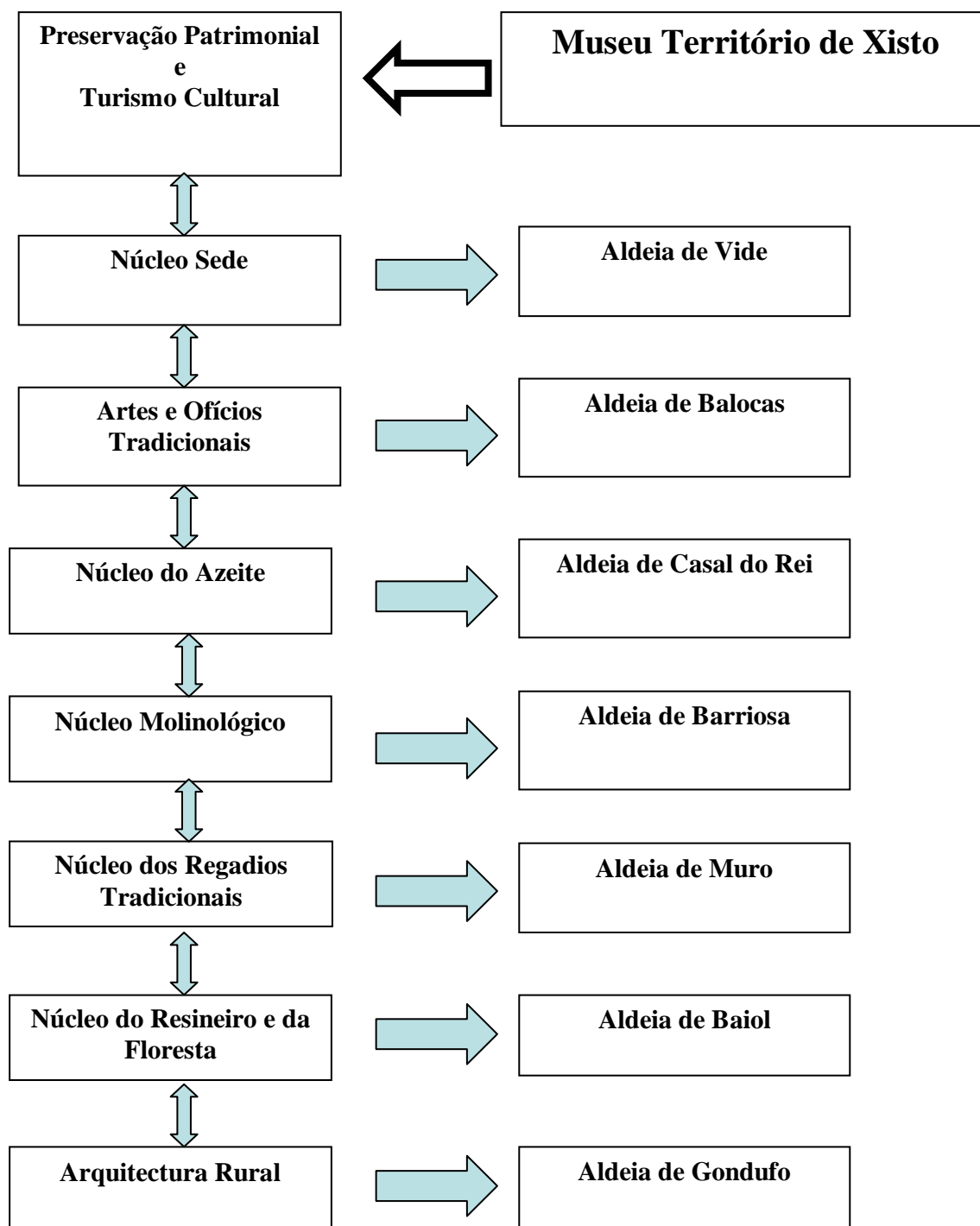
O museu será instalado em edifícios já existentes que garantem, de certa forma, ser a opção correcta, não só porque serem propriedade da autarquia, mas também porque a sua reutilização representa a salvaguarda de património edificado no território.

Na verdade, esse espaço resultará da recuperação de uma das casas mais antigas da aldeia, datada de 1734, e de um lagar de azeite contíguo, dos quais já se falou no terceiro capítulo. É desejável, sempre que seja possível, instalar os núcleos museológicos em construções públicas já desactivadas, ou que tenham entretanto sido adquiridas para efeitos de salvaguarda do património cultural¹⁰⁴⁹. No entanto, essa opção só deverá ser válida quando se revele facilitadora no estabelecimento, e no equipamento, desses espaços culturais.

¹⁰⁴⁸ - O Museu Território de Xisto pretende contrariar o que acontece na Freguesia de Vide, com a gestão dos baldios e com a exploração dos parques eólicos aí instalados. Na verdade, os terrenos baldios provocam acentuadas assimetrias, entre diferentes aldeias, no acesso aos recursos económicos gerados. Num total de 16 geradores eólicos instalados nos terrenos públicos, 12 pertencem – sendo para ali canalizadas a verbas – a duas aldeias e os restantes às outras 19 povoações. Aparentemente, o acesso à riqueza produzida não beneficia de igual forma um território que se declara administrativamente um só.

¹⁰⁴⁹ - Em conversa com o senhor Presidente da Freguesia de Vide identificaram-se um lagar de azeite e uma casa do século XVIII, destinados a fins culturais.

Quadro n.º54: Museu Território de Xisto



Fonte: Elaboração própria

Voltando ao edifício sede, o espaço doméstico, composto por uma casa de habitação tradicional com elementos portadores de certa distinção social, será destinado à exposição permanente que deve respeitar um discurso museológico integrador de todos os aspectos patrimoniais e culturais do território, onde as diferentes povoações se revejam. Esta terá como objectivo apresentar a Pré-história local, valorizando as visitas *in situ* aos painéis de gravuras rupestres existentes, situados em diversas partes da freguesia de Vide, com datação provável na Idade do Ferro nacional. No entanto, a etnografia local representará um elemento indispensável à compreensão da história material e imaterial da comunidade, revelando-se prioritário angariar para este espaço objectos recolhidos em todo o território, representativos da memória e da identidade das diversas aldeias.

Também na aldeia de Vide, contíguo ao espaço anterior, se promoverá a recuperação de um lagar de azeite. Ali devem ser instalados os espaços públicos da unidade museológica que, para lá da recepção, vestiário e sanitários, permitirá a recriação de uma taberna típica, que em tempos funcionou no mesmo complexo, à qual se dará a designação de “Gustoteca”. Este último espaço, equipado com esplanada, destina-se a ser um centro de degustação de produtos locais e regionais, pretendendo-se que revele um local onde – à imagem do que acontece com as conhecidas “tapas” espanholas ou os apreciados petiscos nas “tascas” portuguesas – se promova e divulgue a gastronomia tradicional do território. Esta ideia não é nova sendo aplicada em diferentes projectos, económicos e culturais, em determinadas regiões de Itália¹⁰⁵⁰.

Será ainda o espaço do lagar que comportará o “welcome center”, centro de acolhimento e de apoio ao turista, funcionando como posto de turismo e como estrutura responsável pelas visitas ao território: ali se informará quais as actividades culturais e de lazer que se pode usufruir no território; qual a oferta gastronómica que existe nas diferentes aldeias; quais as opções de alojamento. Ainda nesse espaço será feita a demonstração de produtos de origem local que possam ser adquiridos pelo visitante. Será o espaço privilegiado onde se poderá obter informações sobre os diferentes núcleos museológicos, do Museu Território de Xisto, tais como: a localização e acessibilidades, os conteúdos disponíveis, os dias e horários de visita, assim como outras informações que se achem pertinentes.

Na verdade, pretende-se que o “Welcome center” seja uma área para facilitar o acesso

¹⁰⁵⁰ - <http://www.lagustoteka.com/>, 02/05/2014, 11h23m.

ao território contribuindo para a promoção do bem-estar do visitante/turista, e uniformizador da mensagem de museu que se pretende como instituição actuante e “multidisciplinar” nas vertentes cultural, económica e social¹⁰⁵¹.

O espaço do lagar de azeite funcionará também como o local destinado a exposições temporárias. Essa valência facultará uma vocação dinamizadora de diferentes áreas criativas, permitindo o acesso a actividades culturais diversificadas à comunidade do museu. Essas exposições podem configurar vertentes relacionadas, ou não, com a realidade socioeconómica do território, podendo servir, culturalmente, como “laboratório de experiências criativas”.

Um dos objectivos do Museu Território de Xisto passa por procurar que o investimento financeiro seja otimizado e realista. Procurar uma linha orientadora em que a “economia”, a “eficácia” e a “eficiência” possam juntar-se na realização das intervenções ao nível da reabilitação física dos edifícios e da gestão de recursos humanos. No entanto, haverá que garantir as condições necessárias à conservação das instalações, à salvaguarda dos acervos, a uma eficaz componente pedagógica, dedicando ainda especial atenção ao bom acolhimento do visitante.

Para a aldeia de Balocas, em casa tradicional adquirida pela associação de melhoramentos local, pretende-se estabelecer o Núcleo das Artes e dos Ofícios Tradicionais. A escolha desta povoação para albergar um espaço dedicado às artes e ofícios tradicionais justifica-se pela ancestralidade dos seus habitantes na arte de trabalhar o xisto.

Na verdade, eram desta povoação as mais conceituadas equipas de pedreiros que percorriam toda a região na construção de casas em xisto. Desde, pelo menos o século XVIII, e até à década de 1980, que este aglomerado se dividia em dois núcleos urbanos, o povo de baixo e o povo de cima, acolhendo cada um deles uma brigada de seis pedreiros, comandados por um “mestre”, conhecidos nas comunidades circundantes como “os artistas de Balocas”. O mestre era, não só, o responsável pela construção das casas como do contrato, como o artífice que firmava com o proprietário as condições de trabalho para uma determinada obra.

As artes e ofícios tradicionais revelam-se uma componente muito importante do património cultural do território, pois que, contrariamente ao trabalhado agrícola, representavam classes profissionais diferenciadas, com determinadas prerrogativas que, por

¹⁰⁵¹ - <http://www.turismoindustrial.cm-sjm.pt/contents/view/welcomecenter>, 02/05/2014, 12h34m. O exemplo do que se faz em S. João da Madeira na área do Turismo Industrial é elucidativo das funções, e das vantagens, de um “welcome center”.

vezes, se revelavam pela não participação no cultivo dos campos agrícolas.

Os sapateiros, os alfaiates, os carpinteiros, os serradores, os tanoeiros, os já mencionados pedreiros, assim como os ferreiros e os canastreiros, revelavam uma multiplicidade de artes tradicionais que vingaram nas várias aldeias, e que representavam uma componente produtiva indispensável para as actividades agrícolas e pastoris dessas comunidades.

Neste núcleo museológico pretende-se acolher todo o espólio de ferramentas ligadas aos vários mesteres, assim como toda a informação recolhida, de forma a garantir a salvaguarda da memória das diversas actividades artesanais tradicionais. Simultaneamente serão organizadas actividades, lúdicas e educativas, direccionadas ao público escolar e sénior, utilizando as várias profissões procurando a reconstituição dos elementos associados ao seu factor de produção.

Por outro lado, a realização de workshops, pretenderá captar um público mais heterogéneo, tanto a nível académico como etário.

Para a aldeia de Casal do Rei prevê-se a instalação do Núcleo do Azeite. Esta comunidade detém o seu lagar de vara num estado de conservação muito razoável e com uma configuração de época bem preservada, fazendo deste equipamento um elemento único do património edificado do território. Esta infraestrutura apresenta-se como repositório das memórias ligadas ao fabrico do azeite que se revelam, ainda hoje, bastante presentes e vincadas tanto na população local como no território e na região. Essa permanência deriva da tradição em que o proprietário acompanhava directamente todo o processo de produção do seu azeite.

Através da manutenção deste lagar em condições de funcionamento, principalmente durante o período da apanha de azeitona, pretende-se atingir a salvaguarda das práticas associadas à produção tradicional de azeite. Para ser possível alcançar tal desiderato, recriar-se-á o processo da moagem de azeitona, do fabrico de azeite, actividades que se pretende reforcem o papel educacional do museu e, simultaneamente, se revele como evento de atractividade para o turismo.

De certa forma, este espaço museológico, procurará recuperar a génese do projecto da década de 1980, ligado à criação de um Ecomuseu da Serra da Estrela, do qual se falou anteriormente. Pretende-se, pois, uma parceria privilegiada com o proprietário da infra-

estrutura, o Parque Natural da Serra da Estrela, no sentido de integrar esta edificação tradicional no conjunto do património cultural da Região.

Outro dos objectivos a alcançar será o de colocar o lagar em funcionamento, disponível para servir as comunidades, permitindo a moagem da azeitona e a feitura do azeite pelos métodos ancestrais. Embora possam levantar-se problemas de cariz ambiental, ligados ao tratamento dos efluentes produzidos, pensa-se que podem existir soluções fáceis, económicas e sustentáveis capazes de vencer este desafio.

Fora do período em que se procede à apanha da azeitona e ao fabrico de azeite, o espaço pode ser dinamizado com iniciativas gastronómicas típicas destes locais, como eram as apetecíveis “tibornadas”¹⁰⁵².

Para a povoação de Barriosa projecta-se instalar um Núcleo Molinológico e do Pão. Esta escolha prende-se com um conjunto de três moinhos que se situam nesta aldeia e que, conjuntamente com uma queda de água, o Poço da Broca, são ponto de atracção turística, revelando-se como local de elevado potencial patrimonial, do ponto de vista paisagístico, no território.

Outro elemento abonatório deste núcleo será o acesso fácil a autocarros, através uma via asfaltada que garante todas as condições de segurança rodoviária a esse tipo de transporte. Por outro lado, o local alberga simultaneamente uma praia fluvial natural, já predilecta de muitos locais e turistas.

Dois dos engenhos de moagem trabalham em cascata, ou seja, a água que produz a energia motora é a mesma em ambos os moinhos demonstrando, uma vez mais, a perspicácia dos seus promotores na rentabilização dos recursos disponíveis. Ainda aqui poderá ser dado a conhecer o mecanismo de aproveitamento hidráulico: os nomes dos componentes, as funções que desempenhavam, o processo de construção, os artesãos associados ou as características específicas de cada moinho. Cada um revelava-se único, pois que, era construído segundo o recurso hídrico disponível, o declive do terreno e a proximidade à aldeia.

¹⁰⁵² - As tibornas, ou tibornadas, resultavam de convívios gastronómicos, característicos dos lagares destes azeite, e diferiam de aldeia para aldeia, dentro da região em estudo. Batatas cozidas com couves e bacalhau, com pão associado ou não, em algumas comunidades. Batatas, cebolas e bacalhau assado nas brasas da fornalha do lagar, noutras aldeias. Na verdade, todas tinham em comum a utilização de azeite fabricado no momento que, vertido com abundância sobre os ingredientes já cozinhados, era fervido e batido com uma enorme colher de pau apurando-se uma massa homogénea que, ao ser degustada, convidava ao acompanhamento, também abundante, de vinho tinto.

Revelar-se-á, também, de primordial importância explicar não só o processo de moagem associado, que até à década de 1970 garantiu a profissão de moleiro em algumas aldeias da freguesia de Vide, mas também apresentar o sistema de remuneração desse trabalho, a maquia. Importará ainda explicar ao visitante que muitos dos engenhos surgiram de investimentos feitos entre vizinhos e que, posteriormente, partilhavam entre si o tempo de utilização de cada um nas unidades de moagem, em “andadas” que chegavam a demorar mais de 20 dias.

Na escolha desta aldeia, como núcleo de moagem tradicional, pesou o facto de ainda haver na povoação moradores que são conhecedores dessa actividade e pretendem trabalhar na moagem de milho, com a finalidade de dar a conhecer essa “arte”, a de tratar do moinho, a quem visite a região. Dessa forma poderá proporcionar-se um discurso museológico fundado no saber fazer desta comunidade, que sempre lidou com esta forma de vida, evitando-se a recreação cénica.

Escolhe-se, também, a aldeia de Barriosa como núcleo do pão, pois que, continuam a existir habitantes da aldeia que mantêm alguns fornos a lenha onde continuam a cozer broa de milho por métodos tradicionais. Por outro lado, os donos destas unidades, assim como aqueles que já não usam os seus fornos, encontram-se disponíveis para estabelecer parcerias para a sua manutenção ou reactivação, colocando-os em funcionamento ao serviço da dinamização cultural, social e económica do território¹⁰⁵³.

Apesar do projecto se ancorar nos três moinhos do “Poço da Broca”, assim como nos fornos existentes na aldeia, este núcleo museológico será instalado no edifício da antiga escola primária. Ali estará em exposição uma colecção de objectos ligados às actividades de moagem e cozedura do pão de milho. Será neste espaço que se podem desenvolver actividades educativas com os visitantes, proporcionando-lhes a experiência de poderem participar em todo o processo de fabrico do pão de milho: a ida ao moinho, o peneirar a farinha, a amassar o pão, o levedar da massa, ajudando a aquecer o forno e, finalmente, acompanhar a cozedura. Pretende-se que os “formadores” sejam habitantes locais, procurando através da sua colaboração uma maior autenticidade e a captura, pelos participantes/visitantes, do saber fazer associado a esta actividade.

¹⁰⁵³ - Durante o trabalho de campo teve-se a percepção que os habitantes de diferentes aldeias desejam a reactivação de diversas práticas tradicionais, desde o cultivo à manufatura de produtos, mostrando uma total disponibilidade para colaborar e dar a conhecer o seu saber.

Por sua vez, considerando os regadios tradicionais, tal como os socalcos agrícolas, os elementos construídos pelo Homem predominantes no território, estes revelam-se parte indissociável do património material e imaterial destas comunidades, sendo os seus vestígios indispensáveis a uma boa interpretação do território. De acordo com esse contexto, prevê-se para a aldeia de Muro a instalação do Núcleo dos Regadios Tradicionais e dos Socalcos revelando-se esta povoação como local estratégico nesta temática, pelas razões que mais à frente se enumeram. Também aqui se utilizam as instalações da antiga escola primária procurando, por um lado, a reabilitação do edifício, por outro a reabilitação urbanístico do espaço envolvente, considerado como local privilegiado da memória colectiva dessa comunidade.

A escolha ancora, também, no facto de nesta aldeia passar o mais antigo regadio tradicional do território. Tal parece atestar as inscrições visíveis num padrão de granito, datado da segunda metade do século XVIII, colocado na parte final dessa levada, já na aldeia de Vide. Na verdade, este revela-se como o canal de rega mais extenso presente no território, com cerca de sete mil metros de comprimento, que liga as aldeias de Casal do Rei, Muro e Vide, mantendo-se ainda em funcionamento.

A própria aldeia de Muro resultará do processo de colonização e arroteamento de terrenos que este canal de rega instigou. Na verdade, enquanto noutras aldeias regava-se a partir de nascentes próximas ao núcleo urbano, aqui, não existindo pontos de água espontânea, foi esse regadio que promoveu a fixação de população.

É perceptível que o desenvolvimento desta comunidade se baseou na água que conseguiram retirar, muitas vezes furtivamente, à levada e que lhes permitia regar os socalcos. Os terrenos de cultivo apresentavam-se pequenos, íngremes e contínuos ao longo das curvas de nível da encosta, transformando a paisagem num mosaico reticulado de paredes de xisto, outrora bordejadas por videiras, associadas a bastantes oliveiras e algumas, poucas, árvores de fruto.

Pesa também na escolha o motivo de nesta aldeia se situar um dos empreendimentos agrícolas mais arrojados da região, conhecido como “as obras”. Estes espaços agrícolas foram implantados no leito das duas maiores ribeiras da região, aproveitamento agrícola possível devido ao desvio do seu curso natural e à construção de uma complexa, mas eficaz, rede de drenagem subterrânea que salvaguarda os solos agrícolas durante as enxurradas de Inverno.

Revela-se, então, a aldeia de Muro com o património cultural necessário para a instalação do núcleo dedicado aos regadios tradicionais e aos socalcos. As boas acessibilidades rodoviárias, associadas à passagem pela aldeia de um percurso pedestre, de pequena e de grande rota, integrado na Rede de Aldeias de Montanha, poderão ser elementos potenciadores na procura por turistas com diferentes interesses na região.

Por sua vez, para a aldeia de Baiol, perspectiva-se o Núcleo Museológico da Resina e da Floresta. À imagem do que, provavelmente, terá ocorrido noutras regiões, a actividade da resina marcou, a partir da década de 1920, uma mudança no contexto económico e social, que se manteve até à década de 1980.

Pela importância que teve nas vivências passadas deste território, assim como no impacto socioeconómico que modificou a vida de muitos habitantes, não poderia deixar de ser dada uma atenção diferenciada à actividade da resinagem na freguesia de Vide.

O conseqüente desenvolvimento económico atingiu de forma diferente as várias aldeias do território, pois que, na verdade, nem em todas elas se mobilizaram homens ou mulheres para essa nova profissão, a de resineiro. Os homens dessas povoações “espalharam-se” para toda a região da Beira Serra, da Beira Baixa e da Beira Alta, fazendo as campanhas da resina, de Fevereiro a Novembro, com poucas vindas a casa.

A falta de meios de transporte, rápidos e acessíveis, concorreu para que em determinadas comunidades passassem a ser as mulheres a cultivar as propriedades agrícolas realizando todas as tarefas, inclusivamente cavando os terrenos com enxadas. Por exemplo, a aldeia de Casal do Rei revelava-se como o local onde mais tarde se procedia à apanha da azeitona na freguesia de Vide, pois que, devido ao elevado porte das árvores, tinha que se aguardar o regresso dos homens da época da resinagem, sendo eles a subir às oliveiras.

A resina, como matéria-prima, foi tão importante para a freguesia que, na década de 1950, foi construído na aldeia de Vide um entreposto onde era recolhida a gema explorada em toda a região da Ribeira de Alvoco.

Como foi dito, o desenvolvimento desta actividade impulsionou directamente a melhoria do parque habitacional do território, permitindo também a compra de algumas propriedades agrícolas, sendo muitas vezes essas as primeiras preocupações de quem trabalhava na silvicultura.

De certa forma, a resinagem veio ainda inverter a tendência de pobreza das famílias

numerosas, transformando esse facto numa mais valia. Um maior número de pessoas num determinado agregado familiar deixara de significar “mais bocas para alimentar”, passando a constituir “mais mão-de-obra disponível” para ampliar a secção de resinagem a explorar¹⁰⁵⁴. Daí resultava que, nas décadas de 1960 e de 1970, se conhecessem resineiros que, com o rendimento da extracção de resina, compraram apartamentos em Lisboa para arrendamento.

A resina acompanhou a melhoria das condições de vida das comunidades proporcionando dinheiro não só a quem se ocupa desta profissão como aos proprietários das árvores. Se, por um lado, a resina garantia na íntegra o sustento de muitas famílias, por outro, o dono dos pinheiros complementava os seus rendimentos com o arrendamento das árvores.

Outra actividade, há muito extinta, e ligada à floresta que importará recuperar memórias era a da serragem, actividade de relevo na componente arquitectural do território, desenvolvida pelos “serradores”. Estes artífices transformavam as árvores em materiais indispensáveis à construção, sendo possível encontrar nas várias aldeias testemunhos directos relacionados com este ofício.

Dedicar atenção à floresta, enquanto património paisagista e económico, garantirá preservar memórias indispensáveis do património cultural do território uma vez que, a floresta, se revela como o principal recurso económico endógeno com potencialidade de desenvolvimento económico. O espaço não intervencionado com infraestruturas representa a maior fatia dos 52 km² que integram a freguesia de Vide.

Importa também salvaguardar elementos da acção desenvolvida pelo Estado Novo nos baldios destas comunidades, procurando perceber qual o impacto que a reflorestação desses espaços, essencialmente com pinheiro bravo, teve na vida social e económica das várias aldeias. Importa, também, perceber qual a fruição que as comunidades desenvolviam nesse território: o pastoreio, o corte de mato para estrume, a recolha de lenhas ou a recollecção de pequenos frutos e cogumelos.

Não menos importante, revela-se a salvaguarda da memória aliada à divisão dos terrenos baldios e logradouros comuns entre aldeias. De certa maneira, de forma “tácita”, essa segmentação determinava os locais onde cada comunidade poderia aceder, sem risco de conflito com os seus vizinhos de outras povoações.

¹⁰⁵⁴ - Uma secção de resina correspondia ao número total de árvores que o resineiro responsável explorava por sua conta, independentemente da quantidade de proprietários que as detinham.

Não poderá ser esquecida a importância da paisagem enquanto património cultural de um território. Motivo pelo qual um ordenamento cuidado e responsável obrigará a uma atenção aturada, na tentativa de garantir a sua salvaguarda minimizando os riscos. Este núcleo pretenderá ser também um instrumento de divulgação do trabalho que a componente produtiva, que se defende como parte integrante do Museu, e que se explana mais à frente, vá desenvolvendo no espaço florestal.

A escolha da aldeia de Baiol para a instalação do Núcleo Museológico da Resina e da Floresta prende-se, pois, com razões similares às apontadas a outras aldeias para onde se indica a instalação de pólos do Museu Território de Xisto, uma ligação forte dessa comunidade com o património a apresentar.

Provavelmente, acreditando nas informações obtidas durante o trabalho de campo desenvolvido nesta localidade, não terá havido família que não tenha tido elementos resineiros. Embora se tenha feito sentir nesta comunidade uma acentuada emigração para França, na décadas de 1960, 1970 e 1980, os jovens que foram ficando para completar a escolaridade obrigatória, ingressavam após a escolaridade na resinagem transitando mais tarde, sempre depois de resolvido o serviço militar, para Lisboa ou para um país do Norte da Europa. Pode dizer-se que a resinagem marcava um ciclo da vida desta comunidade, antes do abandono definitivo para outras paragens.

Uma vez mais, também aqui, se procurará utilizar o antigo edifício da escola primária, que apresenta arquitectura modelada pelo Plano dos Centenários, para a instalação física do núcleo museológico apresentado.

Curiosamente, esta construção encontra-se rodeada de pinheiros bravos situando-se num recanto florestal da aldeia. A paisagem de montanha que dali se vislumbra revelar-se-á, também, como um precioso auxiliar na contextualização do discurso expositivo, seja na componente florestal ou de resinagem.

Por último, importa referir a facilidade que existirá em envolver actores locais nas actividades a desenvolver com os visitantes.

Por sua vez, a aldeia de Gondufo, apresenta-se como a povoação com melhores vestígios da arquitectura convencionalmente chamada de vernacular. Essa razão impulsionou a escolha dessa comunidade para instalação de um Centro de Interpretação de Arquitectura Rural.

Centrando-se o presente estudo num território sem construções de cariz monumental ou de grande valor histórico, residirá na arquitectura tradicional o maior recurso patrimonial para atracção de visitantes e como potenciador do desenvolvimento local. Aparentemente, as edificações com pedra de xisto tradicionais mostram-se aos olhares menos atentos como algo rudimentar, com aspecto tosco, em que os conhecimentos técnicos dos seus impulsionadores se revelariam escassos.

No entanto, a acontecer, trata-se de uma visão redutora de todo o conhecimento técnico que foi necessário para se conseguir uma variada rede de construções, urbanas e agrícolas, que permitiram a conquista de terrenos agrícolas marcados por acentuados declives típicos de montanha. Os artesãos que dominavam essas técnicas foram, simultaneamente, repositórios e transmissores de um saber fazer com séculos que se alinhava na utilização de materiais alcançáveis no território.

A aldeia de Gondufo possui um bairro, conhecido localmente como “Povo”, onde se preservam traços de uma arquitectura urbana vernacular que remontará a vários séculos: as esquinas redondas, com uma aparente influência da arquitectura castreja; as portas com pé direito reduzido, por vezes confinando num balcão com poleiro; as janelas de pequena dimensão sem vidros ou as ruas estreitas com um traçado labiríntico. Características que poderão fornecer ao visitante uma percepção da evolução nas técnicas de construção em todo o território, provavelmente desde o século XVI.

Pode dizer-se que este núcleo do Museu Território de Xisto procurará “dar voz às pedras” através de um discurso museológico que explique ao turista aquilo que, podendo à primeira vista parecer um amontoado de pedras de xisto, num determinado período da história destas comunidades exerceu uma função específica no quotidiano dos seus habitantes.

Na verdade, uma análise rudimentar da paisagem urbana da aldeia de Gondufo deixa a convicção de se tratar de um local de origem remota que, devido ao isolamento que sofreu, se manteve inalterada no tempo.

Este núcleo museológico não terá qualquer edifício de apoio. Pretende-se a marcação de um percurso pedestre, simultaneamente urbano e rural, com especial enfoque na zona mais antiga da aldeia. Ao longo do circuito serão colocados pontos de informação sobre os edifícios, os arruamentos, as edificações agrícolas ou tudo o que se considere relevante informar. Procura-se, dessa forma, que seja uma espécie de sítio arqueológico acessível ao

turista visitar ou, se assim o desejar, com acompanhamento de técnicos do museu ou habitantes da aldeia.

Os restantes núcleos, sempre que possível, organizar-se-ão com base na recolha de objectos, de ferramentas ou de alfaias ligadas às temáticas abordadas, com a colaboração da comunidade de toda a freguesia. Reconhecesse, dessa forma, o objecto museológico como facilitador da comunicação com o público.

Complementando as vertentes de investigação e divulgação patrimonial, patentes nos vários núcleos do museu, considera-se essencial outro tipo de intervenções, fora dessa área. Por exemplo, a preservação de actividades produtivas tradicionais, poderá garantir a salvaguarda do património rural e o desenvolvimento local auxiliando na missão do Museu Território de Xisto que se pretende como uma estrutura museológica assente num território vivo com gente activa e participativa.

Na verdade, pode revelar-se como essencial manter as actividades do sector produtivo primário: por um lado, previne-se o risco ambiental através das actividades tradicionais que promovem a manutenção da vertente vegetal e arbórea, por outro, o cultivo dos terrenos agrícolas, criam “anéis” de segurança às aldeias contra os incêndios florestais evitando-se, de forma sustentada, a degradação paisagista e ambiental.

Manter o território povoado será uma mais valia para a salvaguarda do património cultural sendo, no entanto, necessário criar condições de sobrevivência e de acesso aos padrões modernos de vida. Tal permanência de pessoas passará pela capacidade de reconversão do potencial produtivo, inovando nas práticas tradicionais, encontrando novas culturas agrícolas que se adaptem à característica predominante de pequenos socalcos. Por sua vez, recuperação das artes e ofícios tradicionais, poderão reactivar actividades viabilizadas pelo artesanato. Também o saber fazer pode permitir que as comunidades transmitam os saberes tradicionais através da realização de work shop's garantindo, por um lado, que o turista tenha uma permanência mais constante e, por outro, que seja uma fonte de receita.

Poder-se-á pensar que o sector produtivo primário deve ser da responsabilidade de privados, que se deva antes apelar ao empreendedorismo e ao investimento particular, garantindo dessa forma o desenvolvimento económico do território. Na verdade, um museu poderá suprir lacunas características de territórios de baixa densidade demográfica em que o elevado índice de envelhecimento, como o que aqui se apresenta, retira dinamismo ao

território. Revelando-se a componente humana escassa, tem implicação directa no número de jovens que, apresentando-se como uma minoria, optam pelo abandono dos terrenos e das práticas agrícolas. A falta de estratégias políticas para este rural interior faz da saída de pessoas uma solução obrigatória e, de certa forma, sensata.

O museu poderia ser um elo de ligação, um facilitador no acesso a novos projectos, o gerador de caminhos renovados que garantissem a sustentabilidade socioeconómica do território simultaneamente com a salvaguarda do património cultural local.

O trabalho de campo desenvolvido no panorama do presente estudo, deixa transparecer que a freguesia de Vide, à semelhança do que ocorreu com a maioria das freguesias limítrofes, nada beneficiou com os fundos comunitários disponibilizados pelos vários quadros comunitários, financiados pela União Europeia. Os projectos ligados à produção, à indústria transformadora, ao comércio e ao turismo, limitaram-se a duas aldeias e a outros tantos empresários, revelando-se na criação de quatro ou cinco postos de trabalho. Não se procurou saber qual o investimento público e comunitário nesses projectos, pois não se mostrava relevante para o presente estudo, no entanto, apresentar-se-á um rácio investimento/posto de trabalho muito semelhante ao que foi contabilizado para a Aldeia Histórica de Piódão.

A realidade mostra que os habitantes que vão “resistindo” no território, sem qualquer organização institucional que os incentive, não encontram soluções para inverter a actual situação de abandono da componente produtiva tradicional. Sozinhos não abraçarão estratégias que confrontem a alteração da tendência de declínio demográfico, principal causa da fragilidade do património associado ao tecido produtivo primário.

Encarar a salvaguarda do património cultural rural sob a perspectiva produtiva não será tarefa inédita nem destituída de estudo científico. Na verdade, o Livro Branco para a Valorização das Actividades Tradicionais, procura encontrar novos caminhos para a valorização de produtos tradicionais centrando-se, neste caso concreto, nos Bordados de Castelo Branco¹⁰⁵⁵. Esse estudo apresenta caminhos para a reconversão e valorização daquela

¹⁰⁵⁵ - *Livro Branco para a Valorização das Actividades Tradicionais*, Edição da Parceria “Ex-Libris”: Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul; Museu Tavares Proença Júnior; Câmara Municipal de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Castelo Branco, 1.ª Edição, 2008. Esta é uma obra conjunta da Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, da Associação de Desenvolvimento das Terras Alto do Homem, Cávado e Ave, do Município de Marvão, da

actividade tradicional, procurando o envolvimento e a participação dos actores territoriais, assim como de outros públicos¹⁰⁵⁶.

Efectivamente são sobejamente reconhecidas pela museologia as vantagens da participação das comunidades nos processos de salvaguarda do património cultural. Isso reforça a convicção que o envolvimento dos actores locais deve passar, também, pela manutenção, pela reconversão e pela valorização do tecido produtivo de determinado território, o que levará ao estímulo da identidade cultural colectiva. Por outro lado, sabe-se que “Os laços identitários dos públicos em relação às artes tradicionais, seja pela inserção territorial, pelos laços afectivos ou pela via profissional, são factores determinantes e exploratórios para a mobilização desses públicos”¹⁰⁵⁷.

Porém, os incentivos financeiros traduzem-se numa necessidade em qualquer projecto em contexto rural de baixa densidade: por um lado, para garantir a viabilidade de manutenção das pessoas num determinado território; por outro, para a reconversão, ou conservação, das actividades produtivas, tradicionais ou não. As vantagens serão múltiplas e, essa espécie de “subsidição”, revelar-se-ia a curto prazo como um investimento com inúmeras contrapartidas: equilíbrio na distribuição demográfica no país; redução de situações de riscos naturais, que ciclicamente afectam esses territórios.

No entanto, convirá não esquecer que qualquer projecto museológico deve procurar a auto sustentabilidade, pelo que os incentivos financeiros devem servir para criar as condições necessárias ao arranque de actividades, mas que devem desaparecer para dar lugar à sustentabilidade económica das mesmas.

Yoshihiko Oyama apresenta o que se fez no Japão para salvaguarda dos territórios, património e práticas agrícolas tradicionais. Em 1999, é introduzida naquele país a "Lei Fundamental sobre a Alimentação, a Agricultura e as Zonas Rurais" numa tentativa de travar a tendência negativa de despovoamento e abandono dos campos agrícolas de pequena dimensão. Essa lei introduziu novos conceitos que defendiam o papel multifuncional da

Câmara Municipal de Castelo Branco, do Instituto Politécnico de Castelo Branco e do Centro de Formação Profissional do Artesanato.

¹⁰⁵⁶ - “O Livro Branco foi concebido para ser utilizado por entidades territoriais diversas, comunidades de práticas, indivíduos ou grupos que pretendam, em parceria ou individualmente, encetar processo análogo relativo à concepção de procedimentos e mecanismos associados à reconversão, adaptação e valorização de actividade ou produto tradicional, através da implementação de metodologias participativas e de co-responsabilização”.

¹⁰⁵⁷ - *Livro Branco para a Valorização das Actividades Tradicionais, ob. cit.*, pp. 62-66.

agricultura, associada à necessidade de uma política efectiva de desenvolvimento rural. O antigo sistema de apoio aos preços dos produtos foi então substituído pela introdução de “pagamentos directos aos agricultores das regiões desfavorecidas em troca do seu trabalho ao serviço da protecção dos recursos ambientais e culturais”¹⁰⁵⁸.

Segundo a opinião de Yoshihiko Oyama, o futuro das regiões rurais desfavorecidas deve contar mais do que nunca com uma colaboração campo/cidade, para garantia da auto sustentabilidade dos territórios rurais de baixa densidade demográfica, relatando algumas experiências japonesas orientadas nesse sentido. Uma delas consiste em famílias urbanas que se organizam em cooperativas, adquirindo produtos agrícolas cultivados de forma tradicional por agricultores. Essa experiência mobiliza no Japão centenas de milhares de pessoas registando o grupo maior, o Seikatsu Club, mais de 250 mil membros. Essas pessoas viabilizam a manutenção das práticas agrícolas em pequenas parcelas de terreno, dispostas em terraço, muito semelhantes ao que ocorre na freguesia de Vide. Dessa forma, conseguem aliar a sua preocupação com a segurança alimentar e, simultaneamente, com a qualidade do ambiente.

Um outro exemplo assenta em fórmulas do tipo “terraços de uso partilhado” em que os cidadãos apostam nas culturas praticadas em terraços para assegurar a sua manutenção. As condições de funcionamento não são estanques e, normalmente, traduzem-se pelo pagamento de uma renda por parte dos habitantes das cidades a fim de cultivarem arroz com o auxílio e os conselhos dos agricultores locais. Em troca, além de recebem o produto da colheita, vivenciam novas experiências associadas às actividades agrícolas tradicionais.

Um projecto cultural pensado para a globalidade de um território terá obrigatoriamente de ser pensado por um lado, congregando as necessidades da intervenção para a valorização da região e, por outro, indo ao encontro dos anseios, não só da população residente, dos turistas que potencialmente a visitem. A União Europeia, na hora de fazer balanços sobre as intervenções financeiras em contexto rural, reconhece que é necessário alterar o modelo seguido pelo programa LEADER. Este permitiu, a muitos territórios, apoio financeiro a

¹⁰⁵⁸ - Yoshihiko Oyama, *Agricultura e Desenvolvimento Rural no Japão*, in <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/art03d.htm>, 28/08/2013. Yoshihiko Oyama estuda as questões rurais, tanto no Japão como no Reino Unido. Coordena grupos de estudos japoneses na Europa, informa regularmente o público japonês sobre as iniciativas de desenvolvimento rural na Europa e adquiriu uma vasta experiência neste domínio, devido ao seu envolvimento nos Groundwork Trusts britânicos, parceiros locais ao serviço do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

projectos dispersos, devendo os apoios “concentrarem a sua intervenção em torno de um certo número de eixos estratégicos, de temas federadores, concebidos à volta dos elementos específicos, através de uma integração inteligente dos recursos disponíveis”¹⁰⁵⁹.

No documento citado é reconhecida a complexidade do capital potencial de um território rural. Esse capital abarca vários elementos, por norma intercomunicáveis entre si, que vão: dos recursos físicos à cultura e identidade do território; dos recursos humanos ao saber fazer ou das instituições e administrações locais à “imagem e à percepção do território, tanto internas como externas”.

Na verdade, o potencial económico, social e cultural do território rural de baixa densidade ancora principalmente na componente identitária local. No entanto, tal como defendem Zoran Roca e Jorge Mourão “é bastante difícil, se não mesmo política, cultural e ambientalmente irresponsável, investir na competitividade do meio rural sem antes avaliar e conhecer em profundidade o carácter complexo e mutável da sua identidade e tomar consciência dos interesses, frequentemente contraditórios, dos actores locais e dos actores globalizados”¹⁰⁶⁰. O esforço que foi feito no sentido da caracterização em longa duração da comunidade de Vide visou este objectivo.

A apresentação de uma componente produtiva e de promoção comercial, dinamizada pelo Museu Território de Xisto, procurará facilitar a avaliação e conhecimento que cada projecto tenha do território. No entanto, não se defende um papel centralizador do museu, ou mesmo a sua participação nas várias iniciativas de produção agrícola ou comercial que devem começar e manter-se dentro de iniciativas de empreendedores que acreditem no projecto proposto. O que se pretende com esta parte do projecto museológico será garantir o apoio técnico que viabilize, por um lado, a manutenção das pessoas em todo o território e, por outro lado, a ocupação do espaço físico com actividades que garantam a sustentabilidade das populações e a salvaguarda do património cultural e ambiental.

Embora seja sucinta a forma como se apresentam as várias vertentes desta parte do projecto, ele respeita uma pesquisa aturada sobre as tendências e os projectos regionais que se

¹⁰⁵⁹ - *Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*, in <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/compet/sub22.htm>

¹⁰⁶⁰ - MOURÃO, Jorge Carvalho; Zoran Roca, *Identidade Local, Globalização e Desenvolvimento Rural: à Procura de Verificação Empírica*, 1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS 'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO, pp.1-17, in <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/1001.PDF>

conhecem implementados, ou que são considerados pelas políticas públicas para o sector agrícola, em territórios de características semelhantes em Portugal.

O espaço florestal e a silvicultura revelam-se como sectores estratégicos e de futuro para a economia nacional. Segundo dados recentes, a floresta contribui actualmente com dois mil milhões de euros para o PIB, vale 10% das exportações nacionais sendo também responsável pela manutenção de 100 mil postos de trabalho¹⁰⁶¹.

A parcela de território da Freguesia de Vide ocupada com floresta é superior a 75% da sua área total. No entanto, o seu abandono tem acompanhado a degradação associada à desactivação da agricultura tradicional, situação fortemente agravada pela ocorrência de incêndios florestais de colossais dimensões, de acaso regular desde 1976¹⁰⁶². A floresta, tanto como espaço natural, ou florestal, associado aos terrenos de cariz agrícola, apresentam-se como dos principais recursos do projecto museológico do Museu Território de Xisto: a importância verifica-se na componente económica, através das múltiplas actividades que poderá proporcionar; também nas vertentes ambiental e cultural em que a paisagem se revela como o principal recurso a explorar junto de movimentos turísticos.

Além das espécies florestais com potencial comercial para a indústria, haverá outras árvores que poderão fazer parte de um reordenamento integrado e agregador dos espaços. No entanto, na verdade, o regime de micro propriedade não facilita a gestão comum da floresta esbarrando, maioritariamente, nos proprietários que não descortinam quais as vantagens em cooperar na constituição de associações de produtores florestais.

A constituição de Zonas de Intervenção Florestal, existem duas na freguesia, embora se revelem como um método interessante de gestão do espaço florestal, têm desempenhado um papel inverso à sua origem, devido à dificuldade do “emparcelamento de gestão” que não é bem aceite pela maioria dos proprietários¹⁰⁶³. Na verdade, tendo sido pensadas para resolver os problemas das micro propriedades, elas têm sido mais úteis a territórios onde imperam os

¹⁰⁶¹ - *Florestas já dão emprego a 100 mil pessoas*, Expresso, Edição de 18 de Janeiro de 2014, p.19.

¹⁰⁶² - O primeiro grande incêndio florestal, após a campanha de reflorestação do Estado Novo, ocorreu em 1975 no local conhecido como Abelheiras. O espaço ardido atingiu os logradouros tradicionais de três freguesias, de Vide, de Loriga e de Cabeça. No território da freguesia de Vide os incêndios atingem os mesmos espaços florestais dentro de uma mesma década.

¹⁰⁶³ - *Como mosaicos e cabras podem acabar com os fogos*, Expresso, Edição de 31 de Agosto de 2013, p.19. Segundo este artigo foram criadas até agora 161 Zif's, com uma área total de 846.127 hectares, sendo 57 de iniciativa de produtores florestais, 7 são de empresas privadas. Entretanto, do total apontado, foram canceladas 87 ZIF's por vontade dos promotores.

grandes proprietários florestais¹⁰⁶⁴.

A orografia do terreno, associada às diferenças significativas da manta vegetal que o cobre, aconselha a um aproveitamento múltiplo do espaço florestal associando diversas actividades produtivas.

A prática da pastorícia poderá, em parte, resolver o problema da rentabilização dos terrenos florestais, com fraca aptidão para a plantação de árvores. Com a introdução de rebanhos de caprinos poderá promover a limpeza e, simultaneamente, evitar os incêndios florestais.

O projecto desenvolvido pela Assembleia de Compartes da freguesia vizinha de Piódão é paradigmático em relação ao que é possível fazer com os recursos florestais. Um rebanho de 300 caprinos promove a limpeza de 2000 hectares de terreno baldio, revelando-se um empreendimento que contempla a produção de carne, de lacticínios e a gestão florestal¹⁰⁶⁵.

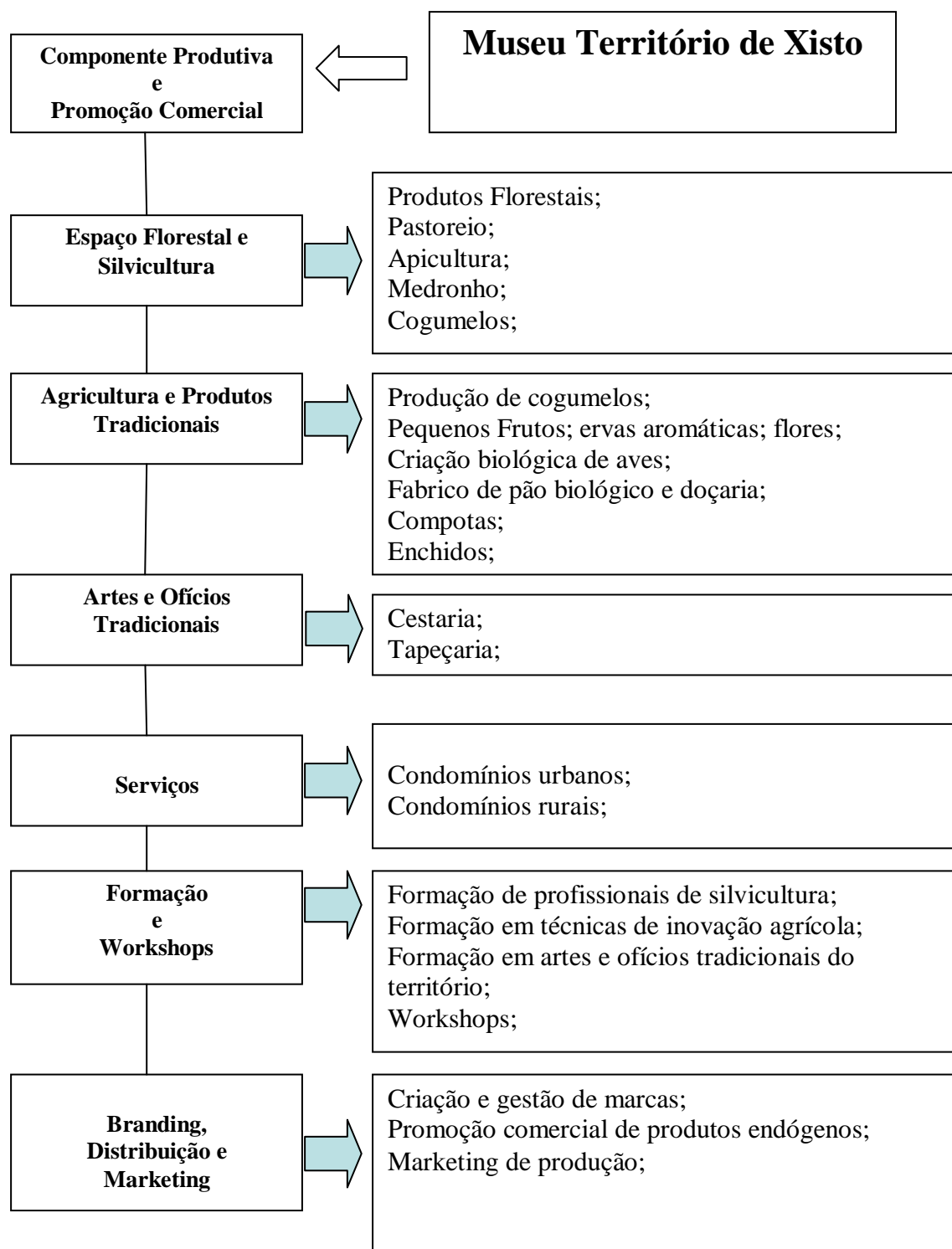
Embora o Ministério da Agricultura e do Mar reconheça que o uso de gado caprino para a gestão de combustíveis, pode ter êxito em algumas situações, alerta, no entanto, que tal não se apresenta como “uma solução aplicável a todos os espaços florestais, devendo apenas enquadrar-se numa estratégia de defesa da floresta contra incêndios”¹⁰⁶⁶. Tendo em conta as características dos terrenos agrícolas, em torno das várias aldeias, seria de toda a conveniência a constituição de rebanhos de ovinos que garantissem a limpeza dos socalcos não reconvertidos ao cultivo de produtos agrícolas. Na verdade, o anel de segurança dessas povoações contra incêndios florestais passará por manter os terrenos circundante limpos. Os ovinos revelam-se animais mais adaptados a essa função pois que, devido às suas características, revelam-se menos prejudiciais para as árvores de fruto e culturas que os caprinos.

¹⁰⁶⁴ - Na verdade é mais fácil reunir em torno de um objectivo comum 10 proprietários, detentores de 10 mil hectares de terreno florestal, do que 500 proprietários, com 5 mil hectares.

¹⁰⁶⁵ - *Como mosaicos e cabras podem acabar com os fogos*, Expresso, Edição de 31 de Agosto de 2013, p.19.

¹⁰⁶⁶ - *Como mosaicos e cabras podem acabar com os fogos*, Expresso, Edição de 31 de Agosto de 2013, p.19.

Quadro n.º55: Componente produtiva e promoção comercial do museu.



Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, a introdução do pastoreio poderá garantir o fornecimento de carne e lacticínios de produção biológica, tanto a unidades hoteleiras e restaurantes do território como a mercados externos. Pode ainda ser uma mais valia como “branding” na promoção das aldeias e do museu.

A recollecção de frutos silvestres, dos quais se destaca o medronho, representa hoje uma importante fonte de receita para a comunidade local. A sua valorização poderá ser alcançada destilando o fruto após a fermentação, e comercializando a aguardente ou, uma prática muito comum no território, vendendo a recolha de medronho a destiladores, locais ou de outras regiões do país¹⁰⁶⁷. Ainda no âmbito da recollecção, a valorização dos cogumelos silvestres pode impulsionar os ganhos económicos das populações.

A apicultura revela-se como outra actividade com forte ligação à floresta que, presentemente, se encontra num estado de abandono. Na verdade, não existem apicultores com efectivos apícolas para produzirem mel em grande quantidade que permita a sua “industrialização” e comercialização. Uma pequena empresa de embalamento tem que recorrer a mel de produtores fora da freguesia de Vide para satisfazer as necessidades de consumo dos seus clientes. A organização de pequenos apicultores em associação local poderia fortalecer esta actividade, criar postos de trabalho e ser uma mais valia económica para o território. Curiosamente, a qualidade da flora das suas florestas, maioritariamente urze, alicia os apicultores de outras regiões que, durante o período de Primavera e de Verão, vêm colocar as suas colónias em terrenos baldios da freguesia para produção de mel.

Por seu turno a agricultura, sendo revitalizada com a recuperação de culturas tradicionais, que se revelem economicamente viáveis, salvaguardaria os socalcos e outras edificações que suportam os terrenos agrícolas hoje praticamente abandonados: o cultivo biológico de milho tradicional poderia abrir portas à confecção de pão de qualidade superior, destinado a mercados específicos; alguns terrenos agrícolas, devido à abundância de água para rega, testemunham aptidão para o sector hortícola. O cultivo tradicional, assente na fertilização por estrumes, garante produtos com elevada qualidade.

Segundo um estudo dinamarquês, apresentado no “The City 2050”, citado pelo jornal Expresso, “apesar das cidades continuarem a ser um poderoso e inexorável pólo de atracção,

¹⁰⁶⁷ - Actualmente a maior parte dos medronhos apanhados pelas populações são vendidos ao quilo para destilarias algarvias. Existem receptores em algumas localidades onde as pessoas entregam o produto e recebem os valores acordados. Na safra de 2013/14 cada quilo de medronhos foi pago a 0,80€.

prevê-se que vai haver um renascimento e uma valorização das zonas rurais. As aldeias e as quintas retomarão o seu papel de fornecedores de proximidade de alimentos frescos e energia dos centros urbanos”.

O abandono dos terrenos agrícolas assentes em micro propriedade pode, então, revelar-se um processo reversível, permitindo o seu reaproveitamento para produzir produtos alimentares. A tradicional dureza da actividade agrícola nestes socalcos poderá ser atenuada com o desenvolvimento de robots agrícolas, totalmente automáticos e controlados à distância. Segundo a notícia citada, pensa-se que o agricultor do ano 2050 irá gerir processos de produção que incorporam alta tecnologia, adaptável às dificuldades que o mosaico agrícola apresentar.

Essa almejada evolução tecnológica de certo permitirá uma reconversão das técnicas tradicionais, podendo as culturas aproveitar micro climas existentes permitindo a cultura de pequenos frutos, mirtilos ou framboesas, de morangos ou mesmo a produção de flores ou pequenos arbustos para decoração. A produção de determinadas espécies de cogumelos revela-se como uma cultura a introduzir face à sua adaptabilidade às características do espaço agrícola existente. A par da floricultura, que se apresenta na última década como um dos sectores que assiste ao aumento das suas exportações¹⁰⁶⁸, a aposta na produção de plantas aromáticas, medicinais e condimentares¹⁰⁶⁹, poderá revelar-se uma mais valia para o processo de reconversão desses espaços utilizados na produção agrícola de cariz tradicional.

O sector agrícola previsto para integrar a missão do Museu Território de Xisto apenas se anuncia viável se a aposta for centrada na produção de produtos que se diferenciem pela sua qualidade. No entanto, alguns produtos de cultura biológica, que se apresentam como passíveis de produzir, encontram na logística um dos principais problemas. Uma das dificuldades que se apresentam deriva da distância que separa o território do museu aos grandes centros urbanos, local onde se encontram os mercados e os potenciais consumidores.

Convirá recordar as potencialidades que os produtos tradicionais transformados representam para a economia local: o pão de broa elaborado com farinha moída tradicionalmente, produzida com milho biológico; as compotas características da gastronomia

¹⁰⁶⁸ - *Fruticultura e floricultura investem nas exportações*, <http://www.vejaportugal.pt/fruticultura-e-floricultura-investem-nas-exportacoes-e-novas-tecnologias/>, 14/03/2014, 15h56m.

¹⁰⁶⁹ - *As plantas aromáticas medicinais e condimentares, Portugal Continental 2012*, <http://epam.pt/as-plantas-aromaticas-medicinais-e-condimentares-portugal-continental-2012-gpp-2013/>, 17/03/2014, 21h 34m.

local; o fornecimento de aves criadas em regime extensivo, alimentadas apenas com cereais e verduras.

Propositadamente, não foram referidos os recursos cinegéticos enquanto potenciadores do projecto museológico e da economia local. Embora o espaço florestal, assim como os vários cursos de água, tenha condições para a prática de actividades lúdicas como a caça e a pesca desportiva, essa componente encontra-se já desenvolvida por associações constituídas para o efeito.

Por sua vez, o Plano Estratégico 2020 para o Concelho de Seia, relata da seguinte forma a importância do sector primário para o desenvolvimento do território: “Mais do que actividades económicas, a agricultura, a silvicultura, a pecuária e a indústria alimentar representam para Seia a base do modo de vida tradicional, o fundamento maior da cultura e da identidade local e são indissociáveis da imagem exterior do concelho”¹⁰⁷⁰. Defende a implementação, dentro das várias estratégicas, acção 24, de uma “Agência de Produtores Agro Alimentares de Seia”.

As artes e os ofícios tradicionais representam também um elemento potenciador do tecido económico local e uma ferramenta para a salvaguarda do património cultural presente no território. A cestaria em madeira de castanheiro e em vime, bem como a arte da forja, representam aquelas que mais intimamente conviviam com as práticas agrícolas.

Por outro lado, o ofício de sapateiro e de alfaiate representava, muitas das vezes, a capacidade de inovação dos artesãos, face à escassez de materiais e ao diminuto poder de compra dos clientes. O artífice tanto executava obra nova como restaurava material usado, dando largas à imaginação de forma a conseguir fazê-lo de uma forma acessível à carteira do freguês. Na verdade, estes artistas desempenhavam as suas actividades de acordo com uma sensibilidade baseada no conhecimento pessoal que tinham da comunidade.

Outra actividade, entretanto extinta, e com elevado potencial de reabilitação para a manufactura de produtos artesanais, é a tecelagem de fitas de tecidos usados. Esta prática, provavelmente uma evolução da tecelagem de fio de lã, permite produzir vários tipos de tapeçarias e mantas decorativas, reutilizando materiais têxteis que perderam a utilidade original.

O artesanato desempenha um papel importante nos projectos de salvaguarda de

¹⁰⁷⁰ - *Seia 2020, Plano Estratégico, Relatório Final*, Município de Seia, 2009, p.92.

património cultural pois que, através destas actividades, reabilitam-se produtos e práticas tradicionais.

Outra vertente que poderá revitalizar o tecido económico do território prende-se com o sector de serviços. Este poderá extravasar o “convencional” ligado a projectos de salvaguarda do património cultural: o comércio, os guias e operadores turísticos, a restauração e a hotelaria. Como foi dito noutra parte deste estudo, o projecto de reabilitação da Aldeia Histórica de Piódão criou emprego apenas nessas áreas havendo, provavelmente, espaço para alargar o potencial de emprego em outras áreas. Uma actividade que poderia ajudar os proprietários passa pela criação de “condomínios rurais”.

Na verdade, o parque habitacional do território abrangido pelo Museu Território de Xisto, está, na sua maioria, desabitado durante a maior parte do ano, existindo aldeias que já não mantêm gente durante todos os meses, registando uma ocupação sazonal. Esses condomínios zelariam pela manutenção do parque habitacional ao longo do ano, garantindo o bom funcionamento das redes de águas, dos logradouros e jardins ou fiscalizando os efeitos nocivos do mau tempo... Dessa forma garantiam, em parceria com a Junta de Freguesia, as condições necessárias para que os proprietários desfrutassem de uns dias de descanso e lazer na aldeia de origem, sem terem de se preocupar com a resolução de problemas, muitas vezes, de evolução lenta.

Outra estrutura que deverá ser perspectivada, quem sabe numa parceria com as entidades públicas responsáveis pelas áreas do emprego e da formação profissional, é a criação de uma Escola de Artes e Ofícios tradicionais. Este seria um local de aprendizagem, um mote para a transmissão de saberes, e formação das gerações mais novas, que ainda residam na região, ou que venham de outros locais. O principal objectivo passaria por manter vivas as heranças que o Museu Território de Xisto pretende transmitir evitando que se extinga o saber fazer em perigo face ao desvanecer da população mais idosa.

Para que tal aconteça perspectiva-se: o desenvolvimento de acções de formação em ofícios tradicionais; a realização de workshops; o cultivo dos espaços agrícolas, à semelhança das experiências japonesas. Acções que, simultaneamente, podem ser geradoras de emprego e dinamizadoras do quotidiano das aldeias. As actividades desenvolvidas, quando destinadas a públicos externos, podem fixar temporariamente pessoas nas várias povoações devolvendo-lhes a componente humana entretanto perdida, ou fortemente diminuída.

Tanto a parte de formação/workshops como a de serviços aqui traçados, embora de forma ligeira e genérica, percorrem um caminho ao encontro do que, aparentemente, se preconiza no Guia de Práticas Promissoras, Animação Territorial e Criação de Actividades em Meio Rural¹⁰⁷¹. Esse plano resulta do trabalho conjunto de três associações de desenvolvimento local de Portugal, em Espanha e em França: a ADRACES (Beira Interior Sul - Portugal), AVAPA (Província de Palencia-Espanha) e ELAN (Franche-Comté – França).

Essas associações, em conjunto, partilharam experiências, “diagnósticos, necessidades e expectativas e implicaram-se profundamente em estratégias de animação dos respectivos territórios”. Como objectivo comum tinham o surgimento de iniciativas locais dinamizadoras e impulsionadoras de novas “visões sobre o desenvolvimento pessoal e territorial”. As organizações envolvidas confrontaram métodos, metodologias e estratégias na tentativa de otimizar procedimentos que fizessem despoletar projectos inovadores. Ao reunirem as suas experiências no “guia de práticas promissoras” transformaram-nas num valioso instrumento de trabalho, não só para cada país ou parceiros envolvidos, mas, também, para outros actores do desenvolvimento local em territórios rurais.

Os promotores defendem então que a tendência de “desertificação humana e de envelhecimento”, que afecta o mundo rural tradicional, apenas poderá ser contrariada se surgirem novas dinâmicas, se aparecerem novos serviços e se “forem mobilizadas novas competências, pois que, só dessa forma, o espaço rural terá a oportunidade e a capacidade para influenciar o seu destino”¹⁰⁷².

Por último, em jeito de conclusão da vertente produtiva e comercial preconizada para o Museu Território de Xisto, defende-se a criação de um departamento que trate das relações com o exterior. O anglicismo “branding”, que significa marca, torna-se indispensável para a fundação e gestão de um cunho potenciador de toda a componente produtiva e cultural. Uma marca revela-se no mundo globalizado como um ponto de referência e de divulgação essencial para promover o património cultural assim como os produtos agrícolas, o artesanato, a produção de bens alimentares ou de outros vectores de valorização territorial que sejam

¹⁰⁷¹ - *Guia de Práticas Promissoras, Animação Territorial e Criação de Actividades em Meio Rural* <http://www.adraces.pt/ficheiros/conteudos/1195044543GuiaPraticas.pdf>, 12/05/2014, 11h34m.

¹⁰⁷² - *Guia de Práticas Promissoras, Animação Territorial e Criação de Actividades em Meio Rural* <http://www.adraces.pt/ficheiros/conteudos/1195044543GuiaPraticas.pdf>, 12/05/2014, 11h34m.

entendidos.

Os exemplos no terreno auscultados junto da Rede das Aldeias Históricas, da Rede das Aldeias do Xisto ou da, mais recente, Rede das Aldeias de Montanha, dão a perceber as vantagens na criação de uma marca para a promoção de projectos culturais ou comerciais. O mesmo parece defender Elisabeth Kastenholtz quando escreve que “a imagem de marca tem uma grande importância para a tomada de decisão na hora de compra, quando essa compra implica algum risco, quando o produto é de difícil avaliação, quando o produto é usado em público ou quando tem um valor de prestígio associado”¹⁰⁷³.

Por outro lado, revela-se essencial um departamento dedicado à distribuição e ao marketing comercial. Garantir a colocação dos produtos produzidos localmente sem a necessidade de recurso a intermediários permite elencar prioridades sem dependência de terceiros. Essa necessidade resulta da localização periférica que o território regista, em relação aos grandes mercados consumidores. Se o futuro dos meios rurais se alicerçar no fornecimento de produtos frescos aos mercados urbanos, a entrega célere revela-se fundamental. Outra vantagem, sobre um sistema de escoamento de produtos sem intermediários, assentará na optimização dos recursos produzidos em pequena escala, como se revelará a economia local da região: a possibilidade de transportar diferentes produtos numa mesma viatura poderá viabilizar pequenas produções, de diferentes produtores, que de outra forma se tornariam economicamente pouco viáveis.

Quanto ao marketing, ele revelar-se-ia como o veículo de venda do território nas suas variadas componentes, a produtiva, a comercial e a cultural. Ele é muitas vezes apresentado como o único caminho a seguir para garantir a competitividade num mundo globalizado. Rui Baptista hesita entre a designação de marketing de território, ou de marketing rural, no entanto é claro ao explicar que fazer marketing é analisar, delinear uma estratégia, proceder à sua implementação, verificar a estratégia e, finalmente, fazer ajustes à sua implementação¹⁰⁷⁴. Ainda segundo o mesmo autor, é essencial o conhecimento daquilo que temos e “saber o que queremos fazer com isso”.

Efectivamente uma vez conhecidos os recursos disponíveis, será necessário saber o

¹⁰⁷³ - KASTENHOLTZ, Elisabeth, “Dinamizar e valorizar territórios rurais por intermédio do Marketing”, *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LIDER +*, II Série, n.º 53, 2008, p.3.

¹⁰⁷⁴ - BAPTISTA, Rui Veríssimo, “E o marketing rural?”, *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LIDER +*, II Série, n.º 53, 2008, p.2.

que fazer com eles e agregar, de preferência num objectivo comum, a diversidade de elementos potenciadores do desenvolvimento local. No presente, os territórios do interior competem entre si não só pela atracção de habitantes como pela captação de actividades ou recursos. Essa competitividade prolonga-se na venda de produtos endógenos, na rentabilização cultural dos recursos naturais e no desenvolvimento de actividades locais direccionadas aos interesses de consumidores alvo.

Ainda segundo Elisabeth Kastenholtz, o marketing pode ser utilizado no contexto do planeamento e da gestão dos territórios, sejam eles aldeias, cidades, regiões, países ou até continentes, abrangendo um múltiplo conjunto de áreas de actuação, sejam elas económicas, sociais ou culturais¹⁰⁷⁵.

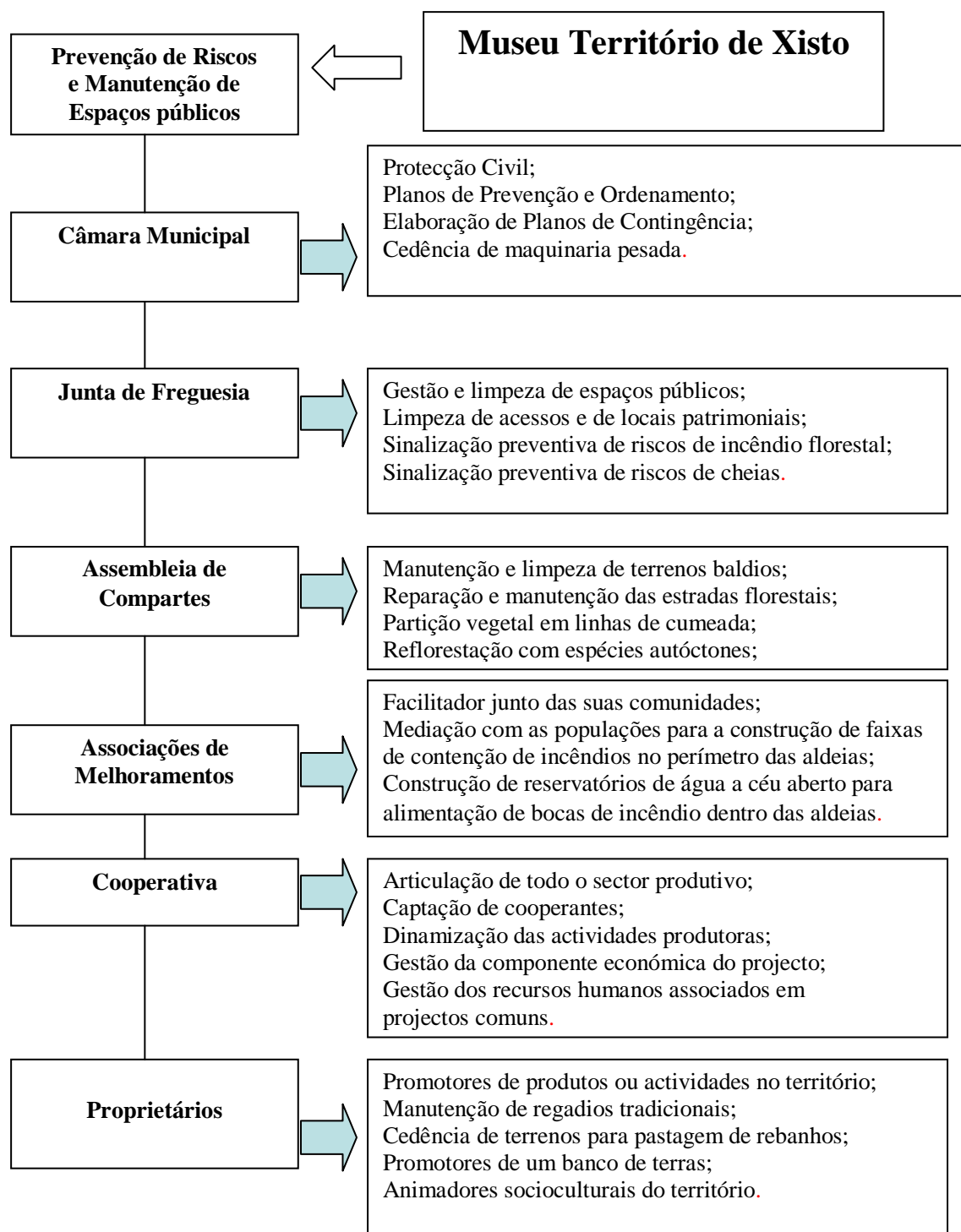
Como nota final, importa realçar a importância da utilização desses mecanismos proactivos para a salvaguarda do património cultural e para a valorização de territórios. A concorrência feroz na tentativa de captar fluxos turísticos gerando, como foi dito, concorrência entre territórios conduzem a políticas que aconselham a não esperar pelo visitante/cliente desenvolvendo estratégias que conduzem à sua procura. Para tal é necessário dar a conhecer tudo o que se pode oferecer sendo o marketing, provavelmente, a melhor ferramenta para captar o público que se ambiciona.

Um museu de território, com a área daquele que aqui se apresenta, revela problemas de prevenção de riscos e de manutenção dos espaços públicos. Tarefas em que se revela necessária a mobilização de todas as instituições existentes no terreno, sendo o papel do Museu Território de Xisto o de elo de ligação e facilitador de contacto entre todos os parceiros envolvidos. A viabilidade do projecto passa pelo planeamento e pelo ordenamento de todos os espaços de uso comum, assim como de todo aquele que, pertencendo a particulares, se revelem potenciadores para o património cultural, em especial o paisagístico e o natural.

Na verdade, não poderá ser esquecido o papel importante que a propriedade privada representa no território: seja em terrenos agrícolas, com capacidade produtiva; ou em parcelas florestais, que oferecem maior ameaça devido ao seu abandono.

¹⁰⁷⁵ - KASTENHOLTZ, Elisabeth, “Dinamizar e valorizar territórios rurais por intermédio do Marketing”, *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LIDER +*, II Série, n.º 53, 2008, p.3.

Quadro n.º56: Prevenção de riscos e manutenção de espaços públicos



Fonte: Elaboração própria

Elege-se a Câmara Municipal de Seia como entidade parceira do Museu Território de Xisto e como responsável por todas as políticas públicas de ordenamento, que visem uma gestão integrada do território. A preocupação desta autarquia deve centrar-se no desenvolvimento económico, cultural e social da freguesia de Vide.

Em situações de catástrofe é o Presidente da edilidade quem assume a figura máxima dos Serviços de Protecção Civil no Concelho de Seia. Será desejável que em situações de calamidade, ou de riscos evidentes de que algo com gravidade possa acontecer, seja a Câmara Municipal a tomar as medidas necessárias, sempre com a colaboração dos agentes públicos ou privados presentes no território do museu.

Os incêndios florestais representam o flagelo de maior risco, situação que se pretende tornar reversível através das actividades produtivas a desenvolver, entretanto elencadas: a agricultura, a pastorícia e a silvicultura. Por outro lado, a vasta rede hidrográfica disseminada pelo território, revela-se bastante caudalosa durante os Invernos muito chuvosos o que poderá, em condições excepcionais, originar cheias que coloquem em risco as pessoas e os seus bens, assim como as infraestruturas públicas.

Competirá igualmente a este organismo a elaboração de Planos de Prevenção que visem evitar as situações atrás descritas. Por outro lado, revela-se necessário um papel interventivo, por exemplo através da cedência de maquinaria pesada para limpeza de aceiros florestais, ou promovendo a limpeza das margens das linhas de água existentes, para um perfeito escoamento das águas.

Deverá, ainda, liderar a elaboração de Planos de Contingência para fazer face às situações mencionadas no parágrafo anterior, desenvolvendo mecanismos de simulacro, com os recursos mobilizados em situação de catástrofe envolvendo a população residente. No grande incêndio florestal de 2005, o primeiro que obrigou à evacuação de algumas aldeias, o factor “sorte” contribuiu em muito para que não tivesse havido perda de vidas humanas. Não existia um plano de evacuação, não estava determinado o local para onde dirigir as pessoas, não se garantiram meios eficazes de acolhimento dos deslocalizados.

Noutra componente do projecto museológico conta-se com a Câmara Municipal enquanto detentora de património escolar edificado na freguesia de Vide, que se pretende reabilitar como núcleos museológicos. O único edifício construído no âmbito da campanha de reflorestação promovida pelo Estado Novo no território do museu, a Casa Florestal dos

Covões, é também propriedade do município. Essa edificação encontra-se situada num local edílico, rodeada por frondosos castanheiros, com uma vista privilegiada para a Torre, na Serra da Estrela, revelando condições naturais e paisagistas para a sua valorização, viável através de um alojamento local com relação íntima com a natureza.

Outra entidade da administração pública que se revelará como parceira obrigatória é a Junta de Freguesia, responsável de proximidade pelos espaços públicos do território. O trabalho desta organização na salvaguarda do património cultural já se faz sentir no terreno, nomeadamente no auxílio a proprietários na limpeza e manutenção de regadios tradicionais. É ainda detentora de um lagar de vara de azeite tradicional e de uma casa do século XVIII, edifícios destinados à instalação do núcleo sede do Museu Território de Xisto, na aldeia de Vide.

Possui, igualmente, a “Quinta Nova”, um terreno ribeirinho da Ribeira de Alvoco, doada à autarquia para a construção de uma praia fluvial, local potenciador do papel sociocultural que aquele curso de água representa para as comunidades.

O papel desta autarquia, na salvaguarda do património local, revela-se fundamental quando se verifica que arruamentos outrora calcetados com pedra da região vão dando, de forma desordenada, lugar a ruas cimentadas sem qualquer preocupação na salvaguarda do alinhado tradicional.

Por outro lado, acreditando nas vantagens de proximidade à comunidade que esta autarquia tem, relativamente por exemplo ao município, poderá a Junta de Freguesia incentivar os proprietários para que as obras de conservação ou reabilitação urbana respeitem, no seu exterior, a feição antiga do xisto, incrementando simultaneamente, dessa forma, as artes e ofícios tradicionais.

Revela-se a sua missão igualmente importante na limpeza e conservação dos espaços públicos, assim como das vias de comunicação rodoviárias ou pedonais. Na verdade, o papel desta autarquia, revela-se insubstituível assumindo-se como uma parceira privilegiada do Museu Território de Xisto.

Importante será ainda a sua ajuda na limpeza de acessos aos locais de floresta onde se situam os painéis de gravuras rupestres, assim como na manutenção dos espaços envolventes às mesmas. Deseja-se, também, que o trabalho desenvolvido por esta instituição na limpeza de regadios tradicionais se possa manter, constituindo uma grande acção na salvaguarda do

património cultural do território e das comunidades rurais.

De certa maneira, a Junta de Freguesia representa o poder público junto do grupo, trabalhando em estreita parceria com a Câmara Municipal. Dessa forma será o interlocutor privilegiado junto do município.

Outras associações se revelam importantes na área de intervenção do museu também necessárias ao projecto de salvaguarda patrimonial que se apresenta. Embora, na generalidade, todas se mostrem imprescindíveis, as assembleias de compartes dos baldios posicionam-se em complementaridade face ao município e à Junta de Freguesia. O vasto território de floresta que está sob a sua gestão representa, por um lado, um potencial de desenvolvimento económico e cultural e, por outro, um foco de risco elevado, que poderá colocar em perigo o património cultural.

Recorda-se que a colonização do território ocorreu a partir do sopé da montanha, moldando com socalcos as encostas mais próximas às linhas de água. Contíguos a esse espaço surgiram os terrenos florestais, maioritariamente de particulares, deixando os locais a maior altitude para espaços de terra baldia. Na verdade, as cumeadas são os principais locais de responsabilidade das assembleias de compartes e, hoje, esses locais revelam-se como os mais rentáveis do território, encontrando-se ocupados com cerca de 16 torres eólicas de produção de energia eléctrica. Pretende-se, pois, que a limpeza e o ordenamento da floresta pública seja a sua principal missão. A constituição de largas linhas sem vegetação, separando os terrenos baldios dos particulares, revela-se mais facilitada que nas propriedades privadas sendo essa a estratégias mais sensata para minimizar o risco de incêndios florestais.

As primeiras vias rodoviárias que chegaram às aldeias, e que permitiram às populações o acesso a novas formas de transportes e comunicações, percorreram as encostas com acentuado declive, criando novas oportunidades de exploração da serra e dos terrenos baldios. Numa fase posterior, já depois de Revolução de Abril, chegaram a essas povoações novos acessos rodoviários, agora asfaltados, a partir do sopé dos vales. Desta forma, tornaram-se ligações mais curtas e rápidas, podendo afirmar-se que estas vias foram, para as gentes serranas, os maiores melhoramentos do século XX¹⁰⁷⁶. As estradas florestais

¹⁰⁷⁶ - Noutro ponto deste estudo explica-se que, por exemplo, a aldeia de Gondufo, hoje servida através de uma estrada alcatroada com uma extensão de 6 km a partir da aldeia de Vide, teve como primeira via rodoviária uma estrada florestal, através das cumeadas da serra do Açor, que percorria 52 km para vencer a distância entre a sede de freguesia, Vide, e esta povoação.

representam um dos aspectos importantes do património construído, no território em estudo pelo que, a sua boa conservação, representa uma mais valia para a promoção turística do património paisagístico, permitindo que sejam percorridas por quem procure o território, proporcionando-lhe vistas privilegiadas sobre a paisagem e o contacto íntimo com a natureza.

Além disso, o bom estado dessas estradas, concorre para o acesso de meios de combate a incêndios florestais, permitindo maior eficácia na luta contra aquele flagelo. Será, pois, do interesse de todos os actores presentes no território que as antigas estradas em terra continuem a servir as pessoas, contribuindo para a protecção dos seus bens, para o seu desenvolvimento económico e continuando a fazer parte da história das gentes serranas.

Espera-se, também, que a sua acção percorra um caminho em que a reflorestação do espaço, com espécies de características autóctones, seja uma preocupação. Estará assim garantida a continuidade de espécies arbóreas que praticamente desapareceram na Freguesia de Vide e na região¹⁰⁷⁷.

Existem outras instituições no território que podem revelar-se como facilitadores da acção do museu junto da comunidade, papel a ser desenvolvido pelas associações de melhoramentos. Identificam-se nove comissões de melhoramentos, que actuam em 15 aldeias, algumas agregando três ou quatro povoações diferentes, mas contíguas.

Constituídas a partir do início da década de 1960, têm sido protagonistas ao longo destas décadas da chegada de melhoramentos considerados essenciais aos padrões de vida actuais: a água ao domicílio, a electrificação das aldeias, os primeiros acessos rodoviários, a melhoria da circulação dentro dos núcleos urbanos. Será meritório o papel destas associações na fixação de alguma população, que à falta das infraestruturas mencionadas não teriam permanecido nas aldeias.

Por outro lado, no campo da salvaguarda do património cultural, têm operado diversas iniciativas que mantêm vivas alguma tradições ligadas à vivência rural que, de outra forma, provavelmente, já teriam desaparecido: a morte do porco, o magusto, a festa do padroeiro da aldeia.

Estas associações de progresso locais podem ser os melhores facilitadores na implementação das estratégias, que atrás se atribuíram serem missão das autarquias ou das

¹⁰⁷⁷ - Os carvalhos e os sobreiros, árvores que outrora ocuparam uma área significativa, têm uma representação residual no território.

assembleias de compartes dos baldios. Também a componente produtiva que se apresentou depende, de certa maneira, do envolvimento das comissões de melhoramentos. Podem ser as mediadoras junto de proprietários para que estes cedam as suas propriedades para novas experiências na exploração agrícola, pecuária e silvícola. Estas instituições podem merecer maior confiança da parte dos actores locais para a implementação de acções que, mesmo na área do património cultural, nem sempre geram consensos.

Outra organização presente no território que se revela importante na salvaguarda do património cultural, principalmente o edificado e artístico, é a Igreja Católica. Na verdade, o património cultural artístico da freguesia pertence à Paróquia de Vide. Encontra-se distribuído um pouco por toda a freguesia, albergando 14 locais de culto religiosos implementados em diferentes aldeias e outros locais. Pequenos templos construídos a partir do século XVII convivem com outros mais recentes, construídos até ao final do século passado, permitindo uma leitura evolutiva das manifestações de fé das comunidades.

Algumas dessas construções foram de iniciativa particular transitando, entretanto, para o domínio da paróquia. Outras revelam-se como repositórios da fé de uma determinada aldeia. A Igreja Matriz de Vide revela-se como um empreendimento, não só de todos os paroquianos espalhados pelas diferentes povoações, como dos “filhos” emigrados em diferentes partes do Globo¹⁰⁷⁸.

Neste tipo de património a componente imaterial é complementar à edificada e à artística, revelando-se ainda agregadora dos modos de vida das aldeias: o calendário anual das comunidades era marcado pelas quadras festivas religiosas; havia um santo específico a quem recorrer para solucionar problemas que colocassem em risco o normal decorrer das suas vivências.

Duas outras instituições que se podem revelar essenciais para o Museu Território de Xisto trabalham com a população sénior do território. Um Lar de Terceira Idade, que acolhe actualmente nas suas instalações cerca de 20 pessoas, e um Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário, que presta apoio a aproximadamente 80 utentes, em 16 aldeias

¹⁰⁷⁸ - Segundo uma placa comemorativa afixada na Igreja Matriz houve emigrantes, principalmente no Brasil e Argentina, que contribuíram para obras de melhoramento e conservação.

diferentes¹⁰⁷⁹.

Tratando-se de uma freguesia rural, sofre de mal “endémico” que afecta o Interior de Portugal, o envelhecimento acentuado da população. No entanto, essa aparente condicionante do desenvolvimento económico, pode revelar-se como uma mais valia na produção de valores de memória e dos saberes fazer tradicionais, preocupação do museu para a salvaguarda do património cultural.

Poderá, então, perspectivar-se uma estreita colaboração das duas associações na implementação e dinamização do projecto patrimonial através de actividades desenvolvidas com os seus utentes, dentro ou fora das respectivas instalações. A colaboração dessas pessoas garantirá valores de memória e de identidade genuínos, representando simultaneamente valiosos repositórios das actividades tradicionais e da forma como estas eram executadas.

No âmbito económico do Museu Território de Xisto deseja-se a criação de uma cooperativa. Toda a componente produtiva que se apresentou anteriormente apenas será viável se for feita uma gestão conjunta de toda a componente económica. Poderá ser questionado porque não se incluiu esta vertente na parte produtiva e comercial do projecto. Tal acontece porque, na verdade, a missão cooperativista pode centrar-se na minimização dos riscos associados ao abandono das práticas produtivas do território.

Não se revelará tarefa fácil congregar em torno de um mesmo projecto diferentes produtores quando não existe tradição associativa nestes territórios. Tem sido o carácter individualista quem prevalece, e predominou durante séculos, na organização produtiva das várias aldeias. Podem exceptuar-se duas ou três situações concretas em que os habitantes se organizaram para levar a efeito a construção de infraestruturas ou equipamentos colectivos: os regadios tradicionais; os moinhos de cereais e alguns fornos de pão. Parece não ter existido muita propensão para a partilha de meios de produção. O ocorrido, já no século XXI, para a constituição de zonas de intervenção florestal parece paradigmático da falta de espírito associativo entre os detentores dos meios de produção locais.

Uma cooperativa teria a seu cargo variadas funções, das quais se destaca a dinamização de todo o sector produtivo, principalmente o primário, articulando acções de entreaajuda entre diferentes sectores da agricultura, da criação animal ou da vertente silvícola.

¹⁰⁷⁹ - Como unidade de acolhimento permanente existe o Lar de Terceira Idade, D. Guiomar de Almeida Abreu, e como instituição de apoio em Centro de Dia e em Serviço de Apoio Domiciliário a Casa do Povo de Vide, ambas Instituições Particulares de Solidariedade Social, tendo sede na aldeia de Vide.

Dar a conhecer ao agricultor o que existe em incentivos à produção, quais as condições de acesso, ou conceder apoio técnico na elaboração de projectos na reconversão do tecido produtivo local, pode considerar-se como políticas de salvaguarda patrimonial. A procura de alternativas para a ocupação tradicional dos socalcos agrícolas, bem como a garantia de manutenção de estruturas de apoio, encontram-se nas atribuições determinadas para esta cooperativa.

Outro papel importante a desempenhar, atendendo à falta de gente jovem nas aldeias que possa retomar a actividade económica, centra-se na captação de cooperantes externos ao território promovendo a sua participação numa actividade produtiva. Para tal, à semelhança do que presentemente se mostra uma preocupação governamental, revela-se primordial a organização de um banco de terras, para quem as pretenda explorar.

Será importante haver uma instituição que projecte para o exterior a vertente produtiva do território mostrando, por um lado, o que ali se produz e, por outro, aquilo que se poderá produzir, organizando em portfólio os terrenos disponíveis para operacionalizar e desenvolver essa oferta.

Os recursos humanos dessa cooperativa devem abarcar todo o território, participando na pluralidade do seu desenvolvimento sociocultural.

Por último, não querendo isso dizer numa escala menos importante, o museu elege como parceiros os proprietários, pois que, na verdade, eles são os herdeiros directos de grande parte do património cultural do museu. Actualmente, embora sejam possuidores de um vasto património edificado e paisagístico, na vertente rústica são maioritariamente absentistas pois não cuidam das suas propriedades. Na verdade, esse panorama é contrastante com o que acontece com o património construído nas áreas urbana das aldeias, em que as casas se apresentam bem cuidadas.

Um projecto de salvaguarda do património cultural com as características aqui apresentadas, que assenta não em valores monumentais mas num conjunto vasto de pequenas edificações e socalcos, fazem dos detentores legais destes elementos patrimoniais os parceiros que mais poderão impulsionar, ou travar, o seu desenvolvimento e a desejada viabilidade. O seu contributo pode, então, ser operacionalizado de diversas formas, sejam eles residentes no território ou apenas habitantes temporários ao longo do ano. Por iniciativa própria podem promover actividades lucrativas nas suas propriedades, para consumo directo, para venda em

mercados ou para transacções com os visitantes culturais.

Por outro lado, a sua acção revela-se indispensável na manutenção de espaços e de infraestruturas comuns, como por exemplo os regadios tradicionais. O conhecimento ancestral das técnicas e usos associados de que são portadores será essencial para a conservação desse património.

Outra vertente da sua colaboração passará pela cedência dos seus terrenos florestais, seja para uma gestão integrada dos mesmos na componente silvícola, seja para que terceiros os possam utilizar como locais de pastos para rebanhos que se constituam.

Na mesma sequência, poderão ser os proprietários os principais impulsionadores na organização do banco de terras que anteriormente se referenciou. Estes apresentam-se como os principais interessados em manter as suas propriedades devidamente tratadas. Os novos agricultores, que explorem essa terra, recebem como incentivo terrenos agrícolas sem pagamento de uma renda.

Por outro lado, os proprietários que se mantiverem nas aldeias, podem assumir um papel de animadores socioculturais ligados às actividades do museu. Dessa forma participam nos mecanismos de salvaguarda do património cultural local colocando o saber fazer associado ao dispor de visitantes que procurem desenvolver actividades práticas.

Definitivamente, parece mais fácil elaborar um projecto de salvaguarda do património cultural que garantir a sua exequibilidade financeira ou sustentabilidade futura. O panorama museológico nacional é povoado de exemplos onde bons projectos se revelam grandes dores de cabeça na operacionalização. Um caso bem conhecido será o Museu do Côa, que tem trazido a público as dificuldades na gestão partilhada desse equipamento cultural de grande relevo patrimonial.

Quando se situam nas regiões do interior de Portugal, os museus ou projectos de salvaguarda de património cultural, continuam em frequentes situações a servir interesses alheios ao património. Servem muitas vezes para assinalar alguma data especial sendo esquecidos após a inauguração, por vezes, “abandonados à sua sorte”¹⁰⁸⁰. A escassez de recursos económicos torna difícil transmitir a uma comunidade a importância de um museu em relação à construção de uma estrada, quando as pessoas têm dificuldade em vencer um

¹⁰⁸⁰ - RODRIGUES, Sandra, *EM TEMPOS DE CRISE, O QUE FAZ COM QUE UMA CÂMARA INVISTA EM MUSEUS?* [http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-22_Set-Nov13\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-22_Set-Nov13(1).pdf), 18/03/2014, 18h 23m.

isolamento permanente.

No entanto, pesando todas as contingências alertadas no parágrafo anterior, facilmente se constata que as autarquias locais e as associações através da implementação de variados projectos culturais têm conseguido evitar que uma vasta parte territorial de Portugal seja um imenso deserto cultural.

Defende-se, então, que a tutela do Museu Território de Xisto seja da Câmara Municipal de Seia. Essa escolha alicerça na convicção de que o município, como entidade detentora de uma rede de unidades culturais, constituída pelo Museu do Brinquedo, Museu Natural da Electricidade e pelo Centro de Interpretação da Serra da Estrela, poderá apresentar e impulsionar o Museu Território de Xisto como um projecto patrimonial que retrata a vertente rural concelhia. Ao implementar este projecto, cuja abordagem às vivências retrata de certa forma a realidade rural de todo do concelho, acredita-se que seja, simultaneamente, um factor de desenvolvimento sociocultural e de consolidação da identidade territorial.

Na verdade, o Museu Território de Xisto pode revelar-se um veículo de desenvolvimento económico, social e cultural do território Sul do Concelho de Seia, constituído pelas freguesias de Loriga, Alvoco da Serra, Teixeira e pela União de Freguesias de Vide e Cabeça. Esta região, apesar da predominância que o sector têxtil e de lanifícios desempenhou na Vila de Loriga, caracterizou a sua existência nos aspectos socioeconómicos que enformam o território abordado no presente trabalho.

Ao assumir a tutela deste museu, o Município passará a dispor de uma unidade cultural que potencia a oferta turística já existente, promovendo uma maior permanência dos visitantes, dinamizando economicamente as actividades tradicionais, o sector hoteleiro e do comércio, impulsionando uma maior coesão territorial.

6. Conclusão

Pretendeu o presente estudo registar, para memória futura, edificações e modos de vida de um território que assentou a sua estrutura económica e social numa agricultura de subsistência. Uma realidade que se repetirá noutras regiões do interior de Portugal onde o Homem, impondo-se às limitações do meio, ali firmou o seu “império” durante centenas de anos.

Quando se olha a imponente de uma catedral, a magnificência de um convento ou a robustez de um castelo facilmente se tem a percepção do esforço e do compromisso que esses empreendimentos resgataram aos seus obreiros. Lugares de culto para agradar a deuses, edificações para percorrer uma vida dedicada às questões da fé, construções que deram segurança às populações, permitindo defender a independência e singularizar a identidade de um país. Percebe-se também o elevado investimento financeiro que foi necessário mobilizar para levar a bom termo esses projectos.

Por sua vez, também o rural edificado poderá apresentar na sua simplicidade igual esforço de construção, embora com diferentes motivos para o impulsionar: não só poderia decorrer da abundância económica e financeira de um proprietário, da necessidade de sobrevivência de uma comunidade como da afirmação de autarcia económica de uma nação. Entre os exemplos apontados destaca-se a significativa diferença entre a monumentalidade da arquitectura de uns sobre a simplicidade construtiva de outros. Porém, se comparados como valores de identidade e de memória, poderão colocar-se em patamares semelhantes.

O património edificado na Freguesia de Vide, conquistado a pulso ao longo de muitos séculos, enquadra-se na simplicidade do mundo rural que se desenvolveu em torno da busca de autarcia económica e que não é exclusivo desta região das serras da Estrela e do Açor. A sua diversidade, construtiva e funcional, desafiou ao levantamento exaustivo das múltiplas edificações que moldam a paisagem e que paulatinamente, pelos motivos enunciados no estudo, se vai esboroando.

O estudo que aqui se apresenta tem a expectativa de contribuir para contrariar esse desaparecimento através do trabalho de pesquisa no terreno ao longo de cinco anos e da inventariação conseguida de componentes do património edificado. Também a contextualização histórica e socioeconómica do território ajudaram na compreensão da

componente imaterial associada. Hugues de Varine afirma que “ o património, por si só, é essencialmente complexo, pois está na confluência de inúmeros factores, materiais, humanos, culturais ou históricos”¹⁰⁸¹.

Procurou-se, também, através de uma planificação metódica, determinar o que representa o património rural na Freguesia de Vide para os actores locais. Foi recolhida a versão de quem vive, viveu ou recorda as formas como o edificado foi construído, usufruído e, também, abandonado. Esses diferentes estádios do património rural, na verdade, têm conduzido à degradação acentuada, impulsionada por diversos factores, de certa forma, externos ao território: a característica intrínseca ao Homem em procurar melhor condição de vida e de riqueza; a concentração em metrópoles urbanas de parte substancial da população mundial; o desenvolvimento industrial e a sua necessidade de mão-de-obra intensiva; não podendo ser esquecidas as causas decorrentes do processo de globalização da economia mundial. Por outro lado, no caso específico da Freguesia de Vide, também foram as limitações físicas e geográficas características dos territórios de montanha que tornaram obsoletas as tradicionais formas de vida e que, à falta de uma política de incentivos adequados, têm conduzido ao abandono de espaços agrícolas outrora produtivos e economicamente viáveis.

Na primeira parte deste estudo pretendeu-se dar a conhecer a forma como a comunidade local, residente ou ausente, sentia e interpretava o património cultural de que é detentora. No caso dos indivíduos que não permaneceram no local de nascimento procurou-se entender, e determinar, qual a percepção do património cultural que reconheciam na sua ligação ao território. Por outro lado pretendeu-se, também, determinar se as vivências de infância e de juventude se mantiveram na construção da sua identidade ou se foram trocadas pelas novas dinâmica de vida quando saíram das aldeias.

Ficou a percepção de que, em todas as aldeias da Freguesia de Vide, o património rural se encontra numa fase de esquecimento relativamente a muitos dos seus elementos. Com a desactivação da componente agrícola e pastoril vai-se descuidando todo o edificado que permitiu as actividades ligadas à terra e à floresta. Consequentemente, essa omissão tem promovido o abandono e a destruição de muito património construído do qual, em certas

¹⁰⁸¹ - VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, o Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, ob. cit, p.23.

circunstância, apenas resta o valor de memória¹⁰⁸². Se nada for feito, poder-se-á admitir que dificilmente se verificará um retrocesso, exceptuando situações pontuais, e que essa perda pode ser encarada como uma “fatalidade” contra a qual não é possível lutar.

A comunidade residente que vai resistindo pelas várias aldeias, face à impossibilidade de trabalhar os socalcos, começa a olhar para a terra como uma carga de trabalhos que sorve recursos retirados às suas, quase sempre pequenas, pensões de reforma. A falta de cultivo faz com que os terrenos que outrora significaram um complemento no seu rendimento agora produzam ervas que é necessário limpar sem receber nada em troca. Essa situação levou a que determinadas comunidades rurais da região da Serra da Estrela tenham vendido, principalmente para Espanha, as pedras que faziam parte dos socalcos, ou de vedações aos mesmos, perdendo-se irremediavelmente elementos significantes desse património rural edificado.

À semelhança do que acontece quando um “velho” morre, quando alguma edificação rural desaparece será também, de certa forma, uma “biblioteca” que arde. Aparentemente são essencialmente os valores de memória que o património cultural consagra e, no caso concreto do património rural estudado, destituído de valor artístico ou de monumentalidade, o imaterial assume uma importância redobrada. O seu valor patrimonial, de memória e de identidade, ancora no saber fazer, nos comportamentos sociais ou na ritualização das práticas diárias que davam protecção ao trabalho e vivência do dia a dia. A matriz identitária deste território de montanha decorre não só do edificado como de outros elementos móveis do património cultural material e imaterial, na verdade, esta fundamentou-se no conjunto de todos esses elementos característicos que lhe deram forma.

A montanha revela-se certamente como um elemento comum e unificador a todos as aldeias da Freguesia de Vide. Foi em terreno escarpado, que se eleva dos 270 aos 1350 metros de altitude, onde o elemento humano dominou os recursos hídricos disponíveis e edificou o seu pequeno “império”. A identidade deste território funda-se numa mistura das vivências do sopé com a usufruição dos espaços nas encostas e nas cumeadas sendo a realidade económica das populações uma mistura de agricultura, pastorícia e silvicultura.

¹⁰⁸² - Os locais conhecidos como “portos” são um exemplo que se poderá mencionar. Outrora eram pontos das aldeias onde, pela manhã, se juntavam os gados para ir para a montanha e, pelo anoitecer, se separavam os animais para irem para a corte de cada proprietário. Não foi possível encontrar qualquer estrutura edificada nestes pontos, outrora tão importantes ao quotidiano das aldeias.

O património cultural se poderá resgatar dessas vivências apodera-se também do abandono dos espaços e, provavelmente, pela perda de memórias associadas. A morte das actividades produtivas, aquelas que durante séculos deram sentido ao território, acaba, de certa forma, por branquear a identidade associada. Se assim for, como parece defender Paulo Peixoto, a identidade que se firma no valor da função ou da produção não fará parte do processo de patrimonialização de um território em acelerado declínio¹⁰⁸³.

Convirá reforçar que a parte urbana que molda esse rural tem condições para se conservar no tempo. De certa forma em contra-ciclo, as aldeias estão sem gente mas constata-se a melhoria do parque habitacional. Ter uma casa na “terra” continua a ser uma necessidade afectiva para quem valoriza as suas raízes. Mesmo que a ocupação se limite a algumas semanas durante o ano, essa residência representa o seu “norte magnético”, um local de referência para quando se sentir perdido no “mundo” ou a fundação das suas “raízes”. Como afirma Jesus Oliva, “ter raízes num determinado lugar é ter um porto seguro de onde se pode olhar o mundo”, tratando-se de um local especial com o qual se tem uma vinculação significativa do ponto de vista espiritual e psicológico¹⁰⁸⁴. Prova disso mesmo será, também, o desejo de muitos em serem sepultados no cemitério da aldeia natal. Não será descabido pensar que, contrariamente ao que se perspectiva para a parte agrícola e florestal deste território, a malha urbana das povoações vai continuar como guardiã e como repositório do património rural que lhe deu forma e vida.

Ao dar-se a conhecer o contexto socioeconómico que acompanhou a evolução histórica da Freguesia de Vide, reproduz-se uma realidade, de certo comum, a muitas outras regiões agrícolas em Portugal. A realidade socioeconómica coeva da Beira Alta ou da Beira Baixa, em Trás-os-Montes ou no Minho, retratam de certo algumas vivências comuns: as dificuldades para sobreviver num espaço que se revelou frugal em recursos económicos; a aptidão dos seus habitantes para ultrapassar obstáculos físicos locais ou, ainda, a capacidade em promover, dentro das limitações conhecidas, formas de convívio e de lazer. No entanto, a característica mais arreigada, provavelmente característica a todos eles, será o sentimento de pertença à sua aldeia. O resultado das recolhas de campo deixa claro que, independentemente

¹⁰⁸³ - PEIXOTO, Paulo, *O património mata a identidade*, em *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, ob. cit., pp.65-74.

¹⁰⁸⁴ - OLIVA, Jesus; CAMARERO, Luís A., *Paisages sociales y metáforas del lugar, Una exploración de la ruralidade itinerante en Navarra*, ob. cit., pp.66-77.

do seu estatuto social, todos gostam de frisar que são de determinada povoação, por mais singela que ela se apresente, ou por mais dura que tenha sido a vida quotidiana nesse local.

O edificado revela-se como a principal referência da estratificação social de cada uma das aldeias da Freguesia de Vide em diferentes épocas. A arquitectura, os materiais utilizados, o posicionamento em relação às principais vias de comunicação demonstram que seria através da casa de habitação que se procurava assumir um lugar de destaque na sociedade local. Por vezes, esse empreendimento superava os recursos económicos dos impulsionadores, produzindo obras inacabadas que ficavam na paisagem urbana como provas do insucesso de determinada “elite”.

Porém, uma grande casa de habitação, com acabamentos de “luxo”, nem sempre foi vista pela comunidade como uma referência de estatuto social. Esther Sousa, uma escritora natural de Vide, refere no seu romance os “Rendeiros”, obra com forte cariz etnográfico que relata a vida na aldeia na década de 1940, o seguinte: “Os Diogos vão construir uma casa nova caiada de branco! Como será possível fazer uma casa branca com o dinheiro ganho no mercado negro!”¹⁰⁸⁵. Aparentemente chocavam-se aqui diferentes interesses entre famílias: uma com marca de uma espécie de estirpe “aristocrática”, que faz o comentário, e outra da burguesia local, os Diogos, que através da construção de uma grande casa pretendia afirmar o seu poderio económico, mesmo que tenha sido amealhado através de actividades menos lícitas.

O estudo apresentado não prescindiu descrever, por vezes de forma exaustiva, todos os elementos do património identificados em trabalho de campo. Utilizaram-se os termos locais que foram sendo ouvidos juntos das fontes orais, e procurou-se aproximar essa terminologia com a realidade das vivências retratadas. Ficou claro que um socalco não surgia apenas pela vontade do impulsionador: poderia necessitar da compreensão do vizinho para partilhar as águas para rega; do saber-fazer do mestre pedreiro que o construía; ou do enxertador de árvores que ali seriam plantadas. De igual forma também poderia depender de factores sagrados para conseguir boa produção e, para que tal acontecesse, no dia de Santa Cruz, antes de o sol nascer, ali seria colocada uma pequena cruz em madeira acompanhada por uma oração associada à tradição.

¹⁰⁸⁵ - SOUSA, Esther Nobre de, *Rendeiros*, Lisboa, Portugália Editora, 1948.

Efetivamente, o património rural “apenas” se poderá considerar integral se na sua apreciação forem englobados todos os elementos que o enformam ou corporizam. Uma recolha metódica e rigorosa abalçou este estudo para a elaboração de um glossário que interpreta expressões da comunicação oral local demonstrando, uma vez mais, a importância do património cultural imaterial. Os termos, por vezes as entoações da voz, representavam um referencial da identidade específica de uma determinada aldeia. Através da pronúncia seria fácil a um habitante da freguesia de Vide perceber quando um visitante era da vizinha vila de Loriga, ou da aldeia limítrofe de Sobral de S. Miguel, já no concelho da Covilhã. De igual forma os termos locais diferiam de terra para terra mesmo entre aquelas que eram contíguas, um “tolo” em Vide seria um “maloio” na aldeia de Balocas.

O presente estudo, como foi dito, firma-se em histórias narradas por actores locais dispersos pela Freguesia de Vide. Pessoas que se sentiram úteis e orgulhosas das suas vivências e das suas povoações. Por mais simples que estas se revelem, na arquitectura ou nas infraestruturas, representam, de igual forma, motivo de orgulho para os seus habitantes. Uma vez solicitada a sua colaboração não regatearam esforços para reavivar memórias e contribuir no “arrotear” de um caminho que conduzisse aos valores da sua identidade.

Trata-se, pois, de uma história de vidas formadas no contexto rural, contada por pessoas de “olhos” e mãos calejados pela dureza do meio e robustecidos na luta pela sobrevivência. Uma “parceria” que revelou nomes, rostos, tradições, anseios mas, principalmente, preocupação com o futuro do seu “património”.

Por sua vez, a proposta museológica elaborada, procurando colaborar na salvaguarda do património cultural rural apresentado, pretendeu ser coerente com a investigação realizada. A partir de 2009, espreitou-se o conhecimento assíduo com a existência social, económica e cultural visível pelo território cruzando-o com a complexidade de outros locais em que o património rural marca a identidade.

Constatou-se que existe uma preocupação, veiculada por pessoas e por instituições, com a patente ameaça de desaparecimento que o mundo rural apresenta à escala global. Têm sido elaborados projectos, desenvolvidas e aplicadas políticas de incentivo que tentam contrariar essa mesma “evidência” com resultados distintos nos diversos países. Essa desigualdade parece assentar, essencialmente, nos diferentes níveis de consciencialização das comunidades urbanas para as adversidades que pode significar o abandono do rural de baixa

densidade: a perda de valores de memória associados à matriz socioeconómica de uma determinada época da história de uma nação que, de certa forma, moldou a sua identidade actual. Na verdade, o sustentáculo das sociedades actuais, a indústria, a agro-indústria ou a tecnologia, encontra-se numa fase muito incipiente face ao longo período da história rural que remontará ao tempo Neolítico da História humana.

A preocupação com a perda de referências do mundo rural revela-se antiga, provavelmente contemporânea da chamada 2.^a Revolução Industrial. Como foi dito, em finais do século XIX e princípios do século XX, os países escandinavos fundaram os primeiros museus com enfoque rural. Começa a ganhar forma a possibilidade de, num futuro próximo, designadamente nos países “economicamente desenvolvidos”, o mundo rural tradicional, ou de baixa densidade, se venha a manter unicamente como valor de memória através do acervo encerrado em museus ou centros interpretativos de paisagem. A “evolução” que em cada país tem marcado esses territórios, de forma mais célere a partir da 2.^a Guerra Mundial, tem sofrido uma mutação que parece anunciar o desaparecimento da sua matriz produtiva, humana e tradicional em poucas décadas.

Ainda no presente estudo foi considerado o que se tem feito, na prática e na teoria, para garantir a salvaguarda do património cultural em contexto rural. Esses projectos e programas, face à sua raridade e particularidades, apresentar-se-ão, de certa forma, mais como experiências do que como realidades económicas e sociais concretas e auto-sustentáveis. Por outro lado, confirmam a morosidade que envolve a reabilitação dos componentes do património cultural, mesmo em contextos distintos do meio rural.

Este trabalho de investigação, muito provavelmente, não passará de um contributo para um melhor conhecimento do património cultural gerado em comunidades com baixo poder económico, detentoras de pouca mecanização e com limitações no acesso a recursos económicos naturais. No entanto, servirá, também, como repositório daquilo que a capacidade humana poderá erigir utilizando os materiais que a natureza lhe proporciona num determinado contexto local.

Através do contacto directo com as visitas de campo foi possível compreender como a componente edificada se revela frágil na construção, constituindo, por esse motivo, um risco elevado de erosão e de perda definitiva. Foram as práticas associadas a cada uma das actividades desenvolvidas nesse mundo agro pastoril que, ao longo de centenas de anos,

garantiram a manutenção dessas infraestruturas. O abandono da agricultura tradicional significará, em certo sentido, uma dupla perda: por um lado, desfaz-se uma economia de base auto-sustentável, assente em modos de vida respeitadores do ambiente e da natureza que, mantendo as pessoas espalhadas por determinadas regiões, contribuía para um melhor ordenamento territorial; por outro lado, desaparecerá todo um saber-fazer e de memórias associadas que salvaguardavam uma característica importante da identidade das comunidades agrícolas, ou seja, uma consciência empreendedora e a capacidade em vencer dificuldades.

Será difícil avaliar se o património rural em territórios de baixa densidade se perderá irremediavelmente no futuro. No entanto, reportando à Freguesia de Vide, e no contexto que o enforma, tudo indica que não havendo uma inversão das políticas de incentivos à produção nem novas formas de encarar o ordenamento do território promovendo a permanência de pessoas nas aldeias, a sua perda afigura-se inevitável.

Foi a falta da certeza na salvaguarda de todo o património material que despoletou o interesse e a urgência em proceder à investigação e à inventariação dos valores de memória e dos elementos julgados representativos da identidade do território aqui apresentado. No entanto, uma dúvida se levanta sobre a quem caberá a responsabilidade, ou quem poderá levar a bom termo, a manutenção dos valores em risco, uma tarefa que se afigura hercúlea. Decerto que deve ser um desígnio do poder público, enquanto impulsionador de programas específicos para a salvaguarda do património, e como patrocinador de projectos de particulares e de associações de desenvolvimento.

Nunca como hoje se terá utilizado tantas vezes, e em diferentes contextos, o termo de património. De tal forma, que começa a banalizar-se o conceito e a palavra, a revelar-se, muitas vezes, como um mero instrumento de circunstância. Significativamente revelam-se esclarecedoras as palavras do senhor Presidente da República, no âmbito das Comemorações do Dia de Portugal, de 2014, na cidade da Guarda: “compete aos municípios, em articulação com o poder central, desenvolver o seu território (...) utilizando o património histórico e as tradições para atrair turistas”.

No entanto, a actual conjuntura económica tem relegado para um plano secundário a cultura e, dentro desta, o panorama cultural do interior de Portugal. Estar fora da rota dos grandes fluxos turísticos, principalmente absorvidos pelas regiões de Lisboa e do Porto, significa maiores dificuldades na salvaguarda do património cultural. É também sabido como

o desinvestimento público na cultura tem, inclusivamente, colocado em risco o património classificado como património mundial.

Existem exemplos em que o património cultural serve como suporte a inaugurações de circunstância política em que, numa primeira fase, se reabilitam elementos patrimoniais, sem haver preocupação com a viabilidade económica e sustentabilidade e, após esse período, se abandona face às dificuldades financeiras dos organismos públicos que os impulsionaram.

Apesar de tudo, o que menos optimista foi escrito neste estudo é convicção, desejo e vontade que o passado das comunidades seja uma preocupação que acompanhe as gerações herdeiras desse valor histórico. Que a salvaguarda do património rural se posicione como uma missão prioritária a levar a cabo e que, através dele, se entenda melhor o presente servindo como ponto de comparação para preparar melhor o futuro.

Provavelmente o maior problema do património rural de baixa densidade fica expresso nas palavras de boas vindas do Presidente da Câmara da Guarda aos convidados das comemorações do Dia de Portugal, em 2014: “Não há político que não se apaixone pelo Interior mas, a paixão esmorece quando toma posse no governo”.

7. Glossário regionalismos (Freguesia de Vide)

À cabeça: Carregar produtos à cabeça.

Acincho: Objecto feito em folha de zinco, utilizado para transformar a coalhada de leite em queijo.

Adufa: Peça feita em madeira, utilizada no lagar. Colocada no topo da massa enseirada, servia de base à pilha de malhais que eram usados para ajudar a espremer a azeitona ou o engarço de vinho.

Agulha: Peça em ferro ou madeira que servia de eixo, e simultaneamente fixava a vara, ou trave, dos lagares de vinho ou azeite, a uma parede.

Agulheiro: Orifício por onde o liquido saía, no fundo das represas de água.

Afoguear: Colocar muito calor na destilação de aguardente.

Almotacél: Responsável pela repartição de água nos regadios e vigilante das normas previamente acordadas pelos proprietários.

Amorrinhar: Adormecer, ficar dolente.

Andada: Período de tempo que a água demorava num regadio a dar a volta, por todos os proprietários até voltar ao primeiro.

Andadeira: Mó superior de um moinho.

Ao tição: Colocação na diagonal, em relação ao alinhamento da muralha, de uma pedra de xisto rectangular num muro de suporte.

Aparelhos: Conjunto de pedras que formam a entrada de um forno tradicional a lenha. Normalmente eram trabalhadas simetricamente, eram aparelhadas.

Apiário: Construção de uma base dura, com muros de protecção, para colocação de colmeias.

Arrasto: Inclinação conferida às paredes de suporte em xisto, nos socalcos. Garantia maior resistência à pressão feita pelo terreno.

Arrochoar: Calafetar uma parede de xisto, com pequenas pedras colocadas sob pressão.

Às costas: Carregar produtos no dorso humano.

Atenrar: Trabalho de ferreiro. Recuperar uma alfaia agrícola gasta, através da adição de material ferroso, derretido na fornalha, recebendo depois nova têmpera.

Atestada: Extrema de uma propriedade.

Aziabre: Águas ruças resultantes da preparação do azeite nas tarefas.

Bacelo: Planta de videira brava.

Bandola: Parte superior da planta de milho maíz.

Barbacã: Muralha que separava uma levada do curso de água, na sua origem. Destinada a evitar a entrada de caudais torrenciais, que poderiam destruir o canal.

Baturéu: Socalco muito pequeno.

Beirada: Propriedade florestal particular, devidamente demarcada com marcos.

Belisco: Marca feita no pão.

Biscalhar: Repartir excessivamente uma propriedade agrícola, por herança.

Bolear: Moldar a massa de farinha numa tigela, à entrada do forno. Conferir forma ao pão.

Borda d'Água: Região do Ribatejo.

Botelha: Abóbora.

Bouchas: Locais florestais onde se praticava a cultura de centeio e de batata.

Breda: Caminho estreito de circulação pedonal exclusiva.

Bucha: Pequena refeição constituída por pão e algum conduto, queijo, chouriça ou simplesmente azeitonas curtidas.

Cabaço: Recipiente para utilizado para retirar a água quente da caldeira do lagar, na preparação do azeite.

Cachiço: Resíduos de uva, depois de fermentada e destilada em alambique. Utilizado na fertilização dos solos.

Cadeias: Elementos em ferro enleados. Permitiam suspender panelas de ferro, ou baldes em zinco, sobre a lareira na cozinha.

Caldear: Processo de purificação do azeite, através da mistura com água a ferver.

Canáda: Medida de capacidade, utilizada nos lagares da região, até finais do século XX. Corresponde a dois litros.

Caniço: Local onde, sobre as lareiras, se colocavam as castanhas a secar. Situava-se sobre o fumeiro da casa, aproveitando o calor e o fumo produzidos.

Canões: Metade inferior da planta de milho maíz, onde se fixa a massaroca.

Canotes: Galerias subterrâneas feitas pelas toupeiras.

Capas: Placas, ou lajes de xisto, colocadas no topo dos muros para os consolidar.

Evitavam o desmoronamento, e as infiltrações da água da chuva.

Caroleiro: Permitia partir grãos de milho. Semelhante a um moinho.

Ceitoiro: Foice.

Cesto barreleiro: Cesto de base rectangular, executado com correias de castanheiro, utiliza para transportar mercadorias.

Chambaril: Objecto curvo, em madeira de medronheiro. Utilizado para pendurar o porco depois de morto, permitindo abrir o animal e retirar-lhe as entranhas.

Coiceiro: Pequenas saliências nas extremidades de porta ou janelas, em madeira. Permitia o seu funcionamento sem recorrer a dobradiças metálicas.

Coço: Pequeno socalco, raramente incluído em zona de regadio.

Concha: Peça em madeira, com rosca fêmea. Era colocada na ponta da vara, de um lagar, onde entrava o fuso.

Conduto: Produtos alimentares de origem animal, puros ou transformados, como queijo, presunto, carne, peixe.

Copos: Equipavam, no lagar, a roda motriz. O seu enchimento com água permitia a produção de energia motora, para moer a azeitona.

Corrida à pedra: Hábito de se correr à pedra, ou à fragada. Atirar pedras contra pessoas, para fugirem de um determinado local.

Cravelha: Ou cravelho, em madeira. Servia de fechadura às portas de palheiras, currais, alambiques e fornos.

Crestar: Retirar o mel das colmeias.

Crestadeira: Peça em metal, utilizada para cortar os favos de cera, com mel, colados às paredes dos cortiços.

Deitar a poça: Libertar a água armazenada para rega.

Desencarrasca: Alisamento da casca do pinheiro, com o objectivo de o preparar para a exploração de resina.

Desmanchar o porco: Cortar o animal em pedaços, depois de limpo e escorrido. Separar a carne em diferentes categorias: para salga, enchido ou consumo imediato.

Dias de troco: Em certas regiões conhecido como torna-jeira. Retribuição de dias, em que se recebeu apoio de um vizinho ou familiar, nas lidas da terra.

Dobadoira no lagar: Roda da peneira de um lagar. Recebia a força motriz da roda

hidráulica e transmitia-a à roda da galga, para moer a azeitona.

Dorna: Recipiente em madeira, com capacidade variável, onde se pisavam ou esmagavam e fermentavam as uvas.

Empalhar: Envolver a base das plantas de cultivo com ervas ou estrume, nos terrenos inclinados. Evitar o arrastamento da manta de cultivo, com as águas de rega.

Enchó: Alfaia agrícola utilizada para trabalhar madeira. Destinada à execução de pias destinadas a animais, ou cales para lagares e moinhos. No princípio do século XX, também utilizada na resinagem dos pinheiros, para fazer o corte no tronco onde se pretendia que escorresse a resina. Armadilha artesanal, utilizada pelos agricultores para apanhar pássaros, com o mesmo nome.

Engarço: Ou cachiço.

Enleira: Primeira rega de uma cultura. Destinava-se a fixar o empalho ao solo arável, evitando que não sofresse de erosão, com as regas que se seguiriam ao longo do ano agrícola.

Enlodar: Ocorrência comum nos moinhos de cereais, durante as enchentes de Inverno. Inundação do rodízio devido à subida dos caudais. Provocava a paragem dos moinhos.

Entrosga: Roda em madeira que transmitia à dobadoira ou peneira, de um lagar de azeite, a velocidade produzida pela roda hidráulica.

Erguer o milho: Libertar, de eventuais lixos, os grãos de milho, antes de ser armazenado em arcas.

Erva de semente: Qualidade de erva para forragem. Era semeada apenas onde fosse possível rega de lima, durante o Inverno e Primavera.

Estrar: Colocar mato, ou erva, nos currais onde se estabulavam animais.

Espicho: Peça em madeira utilizada como torneira nas tarefas do lagar de azeite, nos pipos, numa adega.

Estacoar videiras: Ou estacões. Colocar estacas de madeira para suportar as videiras e as uvas.

Estrumeira: Local específico para produção de estrume, através da compostagem de vários materiais, resíduos agrícolas ou dejectos humanos.

Falheira: Tábua de madeira, aparelhada de um só lado.

Fargoeiro: Pinheiro, ou outra árvore jovem, utilizado para suportar plantas de feijão

trepador.

Folha de caldo: Folha de couve galega.

Forro de parede: Interior de uma parede em xisto, normalmente constituído por pedras de xisto de qualidade inferior.

Funda: Quantidade de azeite produzido, por cada 100 kg de azeitona. Quando a azeitona tinha “fundido a 15” significava que, em cada 100 kg de azeitona, se recebera 15 l de azeite.

Gamela: Alfaia agrícola composta por tábuas de madeira, utilizada para amassar farinha com água, no processo de fazer pão. Utilizada também no transporte de produtos semi-líquidos, como restos de uvas após a fermentação, para o alambique. Em determinados lagares, onde não havia balança, era utilizada na medida da azeitona.

Gateira: Abertura existente nas portas de palheiras, ou habitações, para a livre circulação de gatos.

Guergolo: Pescoço. Era habitual a expressão “apertar o guergolo”.

Guilho: Alfaia agrícola em ferro destinada a, com o auxílio de uma marreta, desencravar messeiras de xisto.

Junça: Espécie de junco muito utilizada para atar varas de videira, ou palha de milho. Desenvolve-se ao longo dos cursos de água.

Lambicada: Quantidade de vinho, ou engarço, destilados de uma só vez no alambique, e sobre a qual se pagava a maquia.

Lanheiro: Trabalhador responsável pelo fornecimento de lenha a um lagar de azeite, trabalho quase sempre acumulado com a função de lagareiro

Limar: Inundar uma propriedade com o objectivo de regar ininterruptamente erva, para produção de forragem de Inverno, conhecida como feno.

Malha: Debulha. Retirar os grãos do milho, ou do centeio, batendo com manguais, ou pequenos paus.

Malhais: Peças de madeira que, colocadas entre a massa da azeitona ou das uvas, permitiam a pressão das varas, para extracção de azeite ou vinho.

Merendeiro: Pequena broa utilizada como pagamento da maquia na cozedura do pão, quando a quantidade de farinha era meio alqueire. Pagava-se um merendeiro por meio alqueire, uma broa por um alqueire, uma broa e um merendeiro por um alqueire e meio de

farinha.

Messador: Trabalhador especializado em retirar, de uma rocha compacta, pedra de xisto destinada à construção.

Messeira: Pedreira escolhida para retirar pedra de xisto.

Moer: A farinha no moinho, ou a azeitona no lagar.

Moinho de azeitona: Quantidade total de azeitona a ser moída de uma só vez. Dependia de vários factores: água disponível, estado de conservação da azeitona, frio que se fazia sentir, ou da quantidade de massa suportada pela seira.

Nagalho: Corda feita com juncos.

Novidade: Produto agrícola temporão. As primeiras batatas, ou feijão verde, colhidas no ano.

Odre: Recipiente em pele de cabra curtida, utilizado para transportar azeite, vinho ou aguardente. Na freguesia de Vide esta pele de cabra era curtida pelo seu enterramento no estrume, até perder totalmente o pêlo.

Papa labeça: Especialidade gastronómica de tempos de crise. Confeccionada com couves galegas e farinha de milho. A farinha substituí a falta da batata ou feijão no creme da sopa.

Pavieira: Torças das portas e janelas.

Pejadouro: Elemento que permitia parar um moinho de cereais.

Pedra seca: Técnica de assentamento de pedras de xisto, sem qualquer material de ligação.

Pistolo: Barra de ferro utilizada pelos mineiros na abertura de furos, destinados a rebentar explosivos.

Pouso: Pedra em granito utilizada no sistema de prensagem do lagar.

Quartel: Refeições oferecidas aos lagareiros, durante o período de tempo que demorasse o processamento da azeitona.

Raizeiro: Árvore arrancada com raiz, destinada a servir de vara num lagar.

Raspa: Resina, acumulada ao longo do ano, retirada do tronco do pinheiro, no final de cada época de extracção.

Rebola: Pedra de forma arredondada, adquirida pelo efeito da erosão. Utilizadas na construção de socalcos, edifícios de habitação, e de apoio às actividades agrícolas.

Rega a oito: Sistema de rega que beneficia vários proprietários. Rega continua de propriedades.

Rega a pé: Sistema de rega baseado numa poça ou poço, quando a água da nascente é suficiente, sem ser necessário proceder ao seu represamento.

Roçar: Cortar mato ou erva com um podão.

Salgadeira: Arca em madeira destinada a acondicionar carne de porco envolta em sal.

Sangrar as tarefas: Retirar as águas ruças das tarefas.

Seira: Bolsa esferoidal em sisal, ou nylon, destinada a albergar a massa da azeitona moída, durante o processo de prensamento.

Serrador: Artífice itinerante que tinha como função serrar troncos de árvores, transformando-as em tábuas, ou barrotes, de acordo com a necessidade do contratante.

Sobradinho: Andar cimeiro de uma habitação, com pé direito curto, servido por uma água furtada, com ou sem varanda.

Surribar: Arrotear. Transformar um terreno maninho, em local de cultivo.

Talha: Designado também por Pote. Recipiente em barro utilizado para guardar azeite ou acondicionar enchidos e carnes, conservadas no mesmo líquido.

Talhadoiro: Abertura na espalda de um canal de rega. Servia para direccionar a água para uma determinada propriedade.

Tanques do inferno: Depósitos ligados em série, com um sistema de sifão, para tratamento das águas ruças, nos lagares de azeite.

Tapador: Homem contratado para tapar buracos nas levadas de terra, e assim garantir a boa circulação da água de rega.

Tapador de beiras: Artífice especializado em compor telhados em lousa, evitando a infiltração de água em edifícios.

Tenta: Pequena vara de lantrisco. Utilizada no lagar para determinar a quantidade de azeite presente nas tarefas antes da sua medição.

Terra Chã: A região do Planalto Beirão.

Tibornada: Especialidade gastronómica, confeccionada no lagar de azeite. Na sua confecção eram utilizadas batatas, couve branca e bacalhau que, depois de cozidos, eram esmagados e fervidos em azeite novo, resultando numa pasta homogénea.

Travamento: Disposição das pedras de xisto numa parede, uma pedra acamada sobre

duas.

Trempe: Pequena plataforma em ferro para a colocação de tachos, e panelas sem asa, sobre a lareira.

Troco: Torna jeira. Partilha de dias de trabalho.

Tulha: Armazenamento, a granel, de um determinado produto agrícola.

Ve: Ter dia ou hora marcada para moer num moinho, para usar um alambique ou para cozer num forno.

Vidrum: Alfaia agrícola, em aço, utilizada na extracção de resina, antes de surgir a prática do uso de ácido, para auxiliar a saída da gema.

Virar o lascado: Virar as lajes do telhado, passando a face inferior para o exterior, contra o acumular de líquenes e limos na parte superior das coberturas em lousa.

Virgens: Prumos em madeira, que ladeavam a vara no lagar, impedindo o seu desvio e consequente acidente.

Vírus: Peças manufacturadas em madeira de urgueira, de pequenas dimensões, que eram utilizadas como pregos na construção de uma colmeia, em cortiça.

Zorra: Atrelado em madeira, sem rodas, que permitia o transporte de objectos pesados, com tracção de bois.

8. Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT):

Memórias Paroquiais de 1758, n.º 481.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC):

AUC – Documentação do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

AUC – Ordenações Sacerdotais: Cota D.III-S.1.ª E-E.9-T.2-n.º13 cx.587.

AUC – Ordenações Sacerdotais: Cota D.III-S.1.ª E-E.9-T.1-n.º13 cx.571.

AUC – Ordenações Sacerdotais: Cota D.III-S.1.ª E-E.17-T.5-n.º 1 cx.1683.

AUC – Ordenações Sacerdotais: Cota D.III-S.1.ª E-E.17-T.5-n.º2 cx.1684.

AUC – Cabido da Sé e Mitra, Cx III, n.º1.

AUC – Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, cx. XXII, n.º38.

AUC – Cabido da Sé, Cx XXII, n.º37.

AUC – Cabido da Sé, Cx XII, n.º39.

AUC – Cabido, Cx V, n.º39.

Arquivo Distrital da Guarda (ADG):

ADG – Livros Paroquiais de Vide, ANTT/SGU, Rolo 894.

ADG – Notarial de Vide, PT/ADGRD/NVide/1.

ADG – Judicial de Seia, Inventário Orfanológico, Maço n.º 9, Pacote 108.

ADG – Matrizes Prediais Rústicas de Seia, 1903-1989, PT/ADGRD/AC/RFSEI/001.

ADG – Governo Civil da Guarda, Emissão de Passaportes, Cx. 541.

ADG – Obras Públicas do Distrito da Guarda, Cx 59, Ref. Sc IV/Sr. 02/069, D.O.P. - Cx 59.

Arquivo Histórico Municipal de Seia (AHMS):

AHMS – Extinto Concelho de Vide, Cx. VII, 1798-1836, Livro de Autos da Câmara Municipal de Vide.

AHMS – Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.90 vs.- 91.

AHMS – Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.80 vs.- 81 e 147. ?

AHMS – Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, 1853-58, n.º4, fl.76 e 87.

AMS – Cx. XIII/XIV, Livro dos Expostos.

AHMS – Livro de Actas da Câmara Municipal de Seia, 1858-62, n.º5, fl.137 vs.

AMS – Extinto Concelho de Vide, Livro de Determinações da Câmara Municipal de Vide, fl.8.

AMS – Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro das Sessões da C.M. de Loriga, fls.38 a 40 vs.

AMS – Autos de Testamentos da Freguesia de Vide, 1856-1882.

AMS – Cx. XIII/XIV, Extinto Concelho de Loriga, Livro de Posturas Municipais, fl. 19.

Junta de Paróquia de Vide:

Livro de actas 1879-1937.

Junta de Freguesia de Vide:

Livro de actas 1937-1959; Livro de actas 1959-1969; Livro de actas 1977-1983.

Junta de Freguesia de Alvoco da Serra:

Livro de Fintas, fl.5 vs.

Documentos de particulares ou de colectividades:

Casa do Povo de Vide.

Liga Recreativa dos Amigos de Barriosa.

Arquivo pessoal de Joaquim Augusto dos Santos.

Arquivo pessoal do Professor Homero Gouveia Pacheco.

Escritura da Levada da Francelha, aldeia de Barriosa, documento cedido pelo senhor José Abranches Borges Mendes.

Escritura da Levada do Coiço Torno, aldeia de Frádigas, documento cedido pelo senhor Mário Freire.

Comissão Fabriqueira da Igreja de Teixeira. Consulta do documento original outorgado pelo rei D. João VI fundando a paróquia nesta freguesia do concelho de Seia.

Fontes Impressas:

IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Tipografia Portuguesa, Lda, 1952.

Almanach Burocrático, Geral, Districtal e Concelhio, Lisboa, Empreza Editora – Carvalho & C.^a, 1875.

“A importância das florestas e a necessidade de as submeter a um regime jurídico”, *A Comarca de Arganil*, Número 440, 14 de Outubro de 1909, 1.^a página, cl. 1, 2 e 3.

A População de Portugal em 1798 – O Censo de Pina Manique, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

Anuário Comercial de Portugal, 1901, Províncias e Colónias, Empresa do Anuário Comercial, pp. 1084-1085.

Anuário Comercial de Portugal, 1905, Províncias e Colónias, Empresa do Anuário Comercial, pp. 1663-1668.

Anuário Comercial de Portugal, 1910, Volume II, Províncias e Colónias, Empresa do Anuário Comercial, pp. 1818-1824.

Anuário Comercial de Portugal, 1920, Volume III.º, Províncias e Colónias, Empresa do Anuário Comercial, pp. 2379-2388.

Anuário Comercial de Portugal, 1924, Volume II, Províncias e Colónias, Empresa do Anuário Comercial, p. 2195.

Anuário Comercial de Portugal, 1930, Volume II, Províncias, Empresa do Anuário Comercial, p. 2506.

Anuário Comercial de Portugal, 1945, 65.^a Edição, Volume II, (Províncias e Ilhas), Lisboa, Propriedade da Empresa Nacional de Publicidade, pp. 3039-3053.

“Aqui Nasceu o Turismo”, *Revista Visão*, Edição 1070, 5 de Setembro de 2013, pp.78-81.

BAPTISTA, Rui Veríssimo, “E o marketing rural?”, *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LIDER +*, II Série, n.º 53, 2008, p.2.

Boletim Paroquial de Vide, Nordeste, Ano LIV, n.º597, p. 4, artigo da autoria de Joaquim Augusto dos Santos.

Brochura da inauguração da beneficiação da Levada de Cima, Vide, Coimbra, Direcção Hidráulica do Mondego, Tipografia Lóio, 1962.

Brochura da inauguração da Estação de Correios de Vide, Serviços Culturais dos CTT, Execução Gráfica de Ramos, Afonso & Moita Lda, 1965.

CABRAL, José, “Piódão”, *Penedos Altos*, Ano I, N.º 5, pp.1-3.

Cartas Militares de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, n.º222; 223; 233; 234, Trabalhos de Campo de 1946, Papelaria Fernandes.

Cartas Militares de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, n.º222; 223; 233; 234, Série M 888, Reimpressão de 1999.

Casal do Rei, Tradição e Mudança, Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale de Loriga, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986.

CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel, “Os Vales de Loriga e de Alvoco na Serra da Estrela, Estudo de Geografia Humana”, *Finisterra*, Vol. I, N.º2, Lisboa, 1966, pp. 188-239.

“Como mosaicos e cabras podem acabar com os fogos”, *Jornal Expresso*, Edição de 31 de Agosto de 2013, p. 19.

CORREIA, Eugénio, “Piódão, porque não lhe dar a categoria turística que merece?”, *Penedos Altos*, Ano II, N.º 21, pp. 1-2.

Diário da República, 1.ª série, n.º 113, 15 de Junho de 2009, pp. 3647-3653.

Diário da República, 1.ª série, n.º 69, 9 de Abril de 2010, pp.1163-1167.

“Florestas já dão emprego a 100 mil pessoas”, *Jornal Expresso*, Edição de 18 de Janeiro de 2014, p.19.

Jornal Porta da Estrela, Ano XXXVI, N.º 971, 15 de Julho de 2013, p. 6, col.4.

O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1.ª Região, Normais Climatológicos da região de “Entre Douro e Minho” e “Beira Litoral”, correspondentes a 1951-1980, Lisboa, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1990.

Penedos Altos, Ano II, N.º 216, pp. 1,3,4,5.

Reconhecimento dos baldios do Continente, Vol. II, Parte II, pp. 390-391.

SANTOS, Joaquim Augusto dos, “O primeiro automóvel em Vide”, *Boletim Paroquial Nordeste*, Ano LIV, n.º 597, pp. 4.

“Uma questão de água de rega entre os povos de Muro e de Vide”, *A Comarca de Arganil*, Ano XLVII, n.º 3.350, p. 3.

Fontes Orais:

Nome	Aldeia	Data de recolha
Manuel Dias	Baiol	Janeiro de 2012
António Dias da Silva	Balocas	Março de 2011
Herculano dos Santos	Balocas	Abril de 2009
Mabília Preciosa dos Santos	Balocas	Abril de 2009
João da Silva Dias	Baloquinhas	Agosto de 2009
João Luís dos Santos Freire	Baloquinhas	Julho de 2010
José Abranches Borges Mendes	Barriosa	Junho de 2011
Maria Freire de Brito	Barriosa	Junho de 2001
Joaquim José Marques †	Casal do Rei	Janeiro de 2009
António Jorge de Brito	Casal do Rei	Janeiro de 2009
Abel Santos de Brito	Casal do Rei	Julho de 2012
João Reis	Casal do Rei	Julho de 2012
Manuel Francisco da Costa	Casas Figueiras	Setembro de 2008
Manuel Inácio da Silva †	Vide	Julho de 2013
João Abílio Simão	Cide	Outubro de 2009
José Nunes Freire	Coucedeira	Outubro de 2009
Joaquim José dos Santos	Frádigas	Novembro de 2009
António Cândido †	Fontes do Cide	Novembro de 2010
Joaquim Gonçalves Pereira †	Gondufo	Abril de 2010
José Joaquim Freire †	Gondufo	Janeiro de 2009
Joaquim Freire Cardoso †	Muro	Janeiro de 2009
Maria Rosa Pereira Nunes	Malhada Cilhas	Setembro de 2009
António Santos Marques	Ribeira	Outubro de 2009
Joaquim Garcia †	Silvadal	Janeiro de 2008

Joaquim Augusto dos Santos

Vide

Junho de 2012

Américo de Moura

Cide

Maio de 2014

Bibliografia e webgrafia:

ABRANCHES, Esther, *No Tempo dos Almocreves*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

ABRANCHES, Esther, *O Ajuste da Soldada (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Edição de Autor, 1990.

ABRANCHES, Esther, *Três Velhas na Noite Escura, (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Edição de Autor, 1990.

ABRANCHES, Esther, *O Cordão, as Arrecadas, Figa, Anéis e Trancelim – e o mais que se lerá – (No Tempo dos Almocreves)*, Coimbra, Ediliber Lda., 1991.

ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, 3.^a Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995.

ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao Estudo da História e Patrimónios Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

ALARCÃO, Jorge de, *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas, Instituto da Conservação da Natureza, Parque Natural da Serra da Estrela, 1993.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal”, *A cidade e o campo, Estruturas e Paisagens*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, pp. 145-167.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, “O mundo rural e os novos desafios”, in *Periferias e Espaços Rurais, Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*, Estoril, Editora Principia, 2007, pp. 295-297.

ALMEIDA, Vasco dos Santos, *A alma do meu velho Piódão e da minha Vide, com história vividas e salpicos de natureza política*, Arganil, Tipografia da Empresa a Comarca de Arganil, 2007.

ALVAREZ, José Gomes, *inventário do património cultural construído*, Lisboa, Edição da Secretaria de Estado do Ambiente.

AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta, dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 2003.

APARÍCIO, António Mendes, *Monografia de Alvôco da Serra*, Alvôco da Serra, Edição de Autor, 2007.

Arquitectura Popular em Portugal, Lisboa, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980.

Arquitecturas de Terra, Trunfos e Potencialidades, Materiais e Tecnologia, Lógica do Restauro, Actualidade e Futuro, Conímbriga, Comissão de Coordenação da Região Centro/Alliance Française de Coimbra/Museu Monográfico de Conímbriga, 1992.

BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Declínio de um tempo longo*, em *O voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1996, pp. 36-73.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *O Rural depois da Agricultura*, in, *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós – Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa, Edição do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2006, pp. 88-91.

BARRETO, Patrícia Salvação, “A Bem ou a Mal: As Incógnitas da Protecção Jurídica dos Bens Imateriais”, in *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

BRANDÃO, Augusto Pereira, *Estradas e Pontes Romanas a Norte do Tejo*, I Volume, Almada, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Junta Autónoma de Estradas, 1995.

BRITO, Joaquim Pais de, *Retrato de uma aldeia com espelho, Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.

BRITO, Joaquim Pais, *Museu, Memória e Projecto*, em *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003.

CAFÉ, Daniel Calado, *Património, Identidade e Memória, Proposta para a criação do Museu do Território de Alcanena*, Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia no Curso de Mestrado em Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

CALDAS, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Edição do Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

CAMPOS, Vasco de, *Serra, caminhos de um médico*, Arganil, Empresa de “A Comarca de Arganil” Lda., 1983.

CARMO, Bárbara Palla, (Coord.); GIL, Júlio, *As mais belas Igrejas de Portugal I*, Lisboa, Editorial Verbo, 2006.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da Investigação, Guia para a auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CARMO, Hermano, *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

CARVALHO, Ana, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial, estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.

CARVALHO, Joaquim Ramos de; NETO, Margarida Sobral (Coord.), “A rede de correios na Segunda Metade do século XVIII”, *As Comunicações na Idade Moderna*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

CARVALHO, Paulo, *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O exemplo da Serra da Lousã*, Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã, 2009.

CARVALHO, Paulo; CORREIA, Juliana, “Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança”, in *Cultura, Inovação e Território, O Agroalimentar e o Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2009, pp. 78-94.

CASCÃO, Rui, “Demografia e sociedade”, História de Portugal, dir. de José Mattoso, vol. V – O Liberalismo, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 425-439.

CAVACO, Carminda, *Portugal Rural, da Tradição ao Moderno*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1992.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008.

CLAVAL, Paul, *Changing conceptions of Heritage and Landscape*, em *Heritage, Memory and politics of Identify, New perspectives on the Cultural Landscape*, Hampshire, England, Ashgate Publishing, 2007.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “As confrarias medievais portuguesas: espaços na solidariedade na vida e na morte”, in *Confradias, grémios, solidariedades, en la Europa*

Medieval, XIX Semana de Estudos Medievales, Estella'92, Navarra, Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1992.

COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Cadastró da População do Reino (1527)*, *Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa, 1931.

CORREIA, Juliana Bento, *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha. O exemplo do Piódão*, Piódão, Edição da Assembleia de Compartes do Piódão, Junta de Freguesia do Piódão e Câmara Municipal de Arganil, 2010.

CORTESÃO, Jaime, *As Beiras*, Coimbra, Edição da Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Coreografia Portuguesa e Descrição Topográfica*, Tomo II, p. 235.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Coreografia Portuguesa e descrição topográfica*, Tomo III.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado, *A população e o povoamento da Gândara (Génese e Evolução)*, Coimbra, Edição da Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992.

CUNHA, Arlindo, *O Desenvolvimento do Mundo Rural*, em, *Actas do 1.º e 2.º Encontro Sobre Modernidade e Ruralidade*, Tormes, Edição da Fundação Eça de Queiroz, 1999.

CUSTÓDIO, Jorge (Coord.), *100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, 2.ª Edição, Lisboa, IGESPAR, 2011.

DATTA, Saikiran, *Preservar e Sensibilizar, O património em três aldeias do Concelho de Óbidos*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2008.

DAVEAU, Suzanne, *Portugal Geográfico*, 3.ª edição, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2000.

DIAS, António, *Vista Bela, Ensaio Monográfico das Terras de Seia, Freguesia da Vide*, Coimbra, Edição de Autor, 1942.

DIAS, António, *Vista Bela, Ensaio Monográfico das Terras de Seia, Freguesia da Teixeira*, Coimbra, Edição de Autor, 1946.

DIAS, Jorge, *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*, 2.ª Edição, Editorial Presença, 1950.

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal, Moinhos, Azenhas e Atafonas*, Porto, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1959.

DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando, *Aparelhos de Elevar a Água de Rega*, 2.^a Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Volume Beira*, Lisboa, Edição de Autor, MCMLXI.

DINIS, Isabel; MALTA, Miguel, *Da desvitalização da Serra da Lousã à nova realidade, identidades sociais e destinos do território*, em *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 111-127.

DUARTE, Maria Cristina Reis de Lima; ALVES, João Manuel da Silva, *A Vegetação Natural de Casal do Rei (Parque Natural da Serra da Estrela)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1989.

D'ENCARNAÇÃO, José, Cascais: *guia para uma visita*, Cascais, Câmara Municipal, 1983.

D'ENCARNAÇÃO, José, *Cascais e os seus cantinhos*, Lisboa, Edição Colibri, 2002.

D'ENCARNAÇÃO, José, *Cascais: paisagens com pessoas dentro*, Cascais, Associação Cultural D.L., 2011.

ESTEVÃO, João Antunes, “A florestação dos baldios”, *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, p. 1198.

FERNANDES, Ana, (Org.), *Vivências do mundo rural em Portugal*, Viseu, Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira, 2004.

FERREIRA, Pedro Navega, *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal, Um Balanço*, Coimbra, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.

FERRO, João Pedro; MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.), “A economia”, *História de Portugal Contemporâneo, economia e sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

FOLGADO, Deolinda, “Património inclusivo. Das experiências aos desafios”, in CUSTÓDIO, Jorge (Coord.), *100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, 2.^a Edição, Lisboa, IGESPAR, 2011.

FREIRE, António de Oliveira, *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, 4.^a Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GIRÃO, Aristides de Amorim; VELHO, Fernanda de Oliveira Lopes, *Estudos da População Portuguesa III, Migrações Internas (1890-1940)*, Coimbra, Publicações do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1948.

GONÇALVES, Eduardo Osório (Coord.), *À Soleira do Futuro, Plano de Salvaguarda e Reabilitação Urbana de Casal do Rei*, Manteigas, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986.

GONÇALVES, João Ludgero Marques, *O Moinho das Castanholas e o ciclo do cereal no concelho do Cadaval*, Cadaval, Edição da Câmara Municipal do Cadaval, 2006.

GONÇALVES, Severina; LOUÇÃO, Paulo; VICENTE, António, *A Magia das Aldeias de Montanha*, Lisboa, Esquilo edições e multimédia Ld.^a, 2013.

Guia de Observação do Património Rural, Lisboa, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2009.

HENRIQUES, Pedro Castro, *O Grande Livro do Queijo da Serra da Estrela*, Lisboa, Chaves Ferreira - Publicações S.A., 2008.

JANSON, H. W., *História da Arte*, 6.^a Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

JORGE, José Duarte Centeno, “A Matéria do Património” in *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

KASTENHOLZ, Elisabeth, “Dinamizar e valorizar territórios rurais por intermédio do Marketing”, *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LIDER +*, II Série, n.º 53, 2008, p.3.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. II, O Século XIX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, 2005.

LEMA, Paula Bordalo; REBELO, Fernando, *Geografia de Portugal, Meio Físico e Recursos Naturais*, Lisboa, Universidade Aberta, 1997.

LINO, Raúl, *A casa portuguesa pelo Arquitecto Raul Lino, Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Tipografia da Imprensa Nacional de Lisboa, MCMXXIX.

Livro Branco para a Valorização das Actividades Tradicionais, 1.ª Edição, Edição da Parceria “Ex-Libris”: Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul; Museu Tavares Proença Júnior; Câmara Municipal de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2008.

LOPES, Fernando Farelo, “Caciquismo e Política em Portugal, Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 9, 1991, pp.127-137.

LOURENÇO, Luciano (Coord.), *Recuperação de paisagens de socacos e prevenção de riscos naturais nas serras do Açor e Estrela*, Projecto Terrisc, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

MADURO, António Eduardo Veyrier Valério, *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense (Séculos XVIII-XX)*, Coimbra, Tese de Doutoramento, FLUC, 2007.

MARGARIDO, Cristóvão, *Património e Identidade*, Porto, Profedições Ld.ª, 2009, pp. 28-29.

MARQUES, Emília Margarida, “Identidades vidreiras: da Marinha à região?” in *Património e Identidade*, Porto, Profedições Ld.ª, 2009, pp.17-26.

MARQUES, João Orlindo, *Esta vida é uma cantiga, ocasos do viver numa aldeia serrana*, Lisboa, Apenas Livros, 2010.

MARQUES, João Orlindo, *Murmúrios de um tempo...O objecto etnográfico, repositório de memória*, Lisboa, Apenas Livros, 2011.

MARTINHO, Alberto (Coord.) *Casal do Rei, tradição e mudança, Contributo para o estudo sócio-económico de Casal do Rei*, Manteigas, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Parque Natural da Serra da Estrela, 1986.

MARTINHO, Alberto Trindade, *O queijo Serra da Estrela e a Transumância*, Seia, Edição da Câmara Municipal de Seia, 2013.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira, *Património como valor humano, em 100 anos de património e identidade, Portugal 1910-2010*, 2.ª Edição, Lisboa, IGESPAR, 2011.

MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico I*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1986.

MASCARENHAS, Joaquim António, *Vide, Subsídios para um estudo histórico e etnográfico II*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1987.

MASCARENHAS, Joaquim António, *O médio e o Baixo Alvoco I*, Lisboa, Edição de Autor, 1990.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal, Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de, *A Monarquia Feudal (1096-1480), História de Portugal*, Segundo Volume, Direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, 1993.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, *Território, Espaço de Identidade*, em *Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos*, S. Paulo, Brasil, Editora Expressão Popular, 2009, pp. 217-227.

MENDES, José M. Amado, *Estudos do património: museus e educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.

MENDES, Maria Teresa Dias Peralta, *Montemuro um despertar de antanho*, Viseu, Edição Palimage, 2006.

MIRANDA, Jorge Augusto; NASCIMENTO, José Carlos, *Portugal Terra de Moinhos*, Massamá, Chronos Editora, 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *A patrimonialização do espaço social rural e o património edificado*, em *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003.

MONTEIRO, Paulo, *Terra que já foi terra*, Lisboa, Edições Salamandra, 1985.

MORAIS, Maria da Assunção Enes, *Entre quem é! Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no Diário de Miguel Torga*, Coimbra, Pé de Página Editores, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.), *Terras Lusas: A Questão Agrária em Portugal*, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

MOUTINHO, *A Arquitectura Popular Portuguesa*, 3.^a Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

NAVE, Joaquim Gil, *O Rural e os Seus Duplos em Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 129-147.

NETO, Margarida Sobral, *A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do Séc. XIX*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

NETO, Maria Margarida Sobral, “As Estruturas Agrárias: A Força da Tradição”, *Separata da “Revista de História”*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. X, 1990.

NETO, Maria Margarida Sobral, “Introdução e expansão da cultura da batata na Região de Coimbra (Sècs. XVII-XIX)”, *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIX, Coimbra, 1994, pp.55.

NETO, Margarida Sobral, “Biens et usages communaux au Portugal (1750–1950)”. In DEMÉLAS, Marie-Danielle; VIVIER, Nadine (dir.) – *Les propriétés collectives face aux attaques libérales (1750–1914): Europe occidentale et Amérique latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2003. pp. 175–194.

NETO, Margarida Sobral, *O Universo da Comunidade Rural. Época Moderna*, Coimbra, IHES/Palimage, 2010.

NETO, Margarida Sobral, “Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais”, in *Memória e História Local*, João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (coord.), Coimbra, Palimage, 2010.

NETO, Margarida Sobral, *Tocha: Uma História com Futuro*. Coimbra, Palimage, 2013.

NEVES, António Nunes da Costa, “Igreja Matriz e capelas da Freguesia de S. João de Areias (Santa Comba Dão)”, *Beira Alta*, Volume LIX, Fascículos 1 e 2, Assembleia Distrital de Viseu, pp. 129-180.

NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

OLIVA, Jesus; CAMARERO, Luís A., *Paisages sociales y metáforas del lugar, Una exploración de la ruralidade itinerante en Navarra*, Navarra, España, Edition Universidad Publica de Navarra, 2002.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Edição do Instituto de Alta Cultura e do Centro de Estudos de Etnologia, 1969.

OLIVEIRA, J. M. Pereira, “O Turismo segundo uma perspectiva Antropológica”, *Separata da Revista Biblos*, Volume LXV, 1989.

OLIVEIRA, Miguel, *As Paróquias Rurais Portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950.

PACHECO, Hélder, *Portugal Património Cultural Popular I*, Areal Editores, 1985.

PEIXOTO, Paulo, “O património mata a identidade” in *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, 2006, pp. 65-74.

PEREIRA, Augusto Nunes; BRITO, Mário Oliveira de, *História do Santuário de Nossa Senhora das Preces*, Tipografia das Missões Franciscanas, Braga, 1945.

PEREIRA, Benjamim; *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, Idanha-a-Nova, Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2005.

PEREIRA, João Baptista Borges, “Emigração e vida rural em Portugal”, *Revista de Antropologia*, Separata do Volume XXV, São Paulo, 1992.

PEREIRA, José Fontinha, *Piódão, Aldeia Histórica, Presépio da Beira Serra, História, Lendas e Tradições*, Piódão, Edição de Autor, 2004.

PEREIRO PÉREZ, Xerardo, “Turismo Cultural, uma visão antropológica”, *Pasos, Revista de Turismo y patrimonio Cultural*, Tenerife, Asociación Canaria de Antropologia, 2009.

PEREIRO, Xerardo, “Património cultural: o casamento entre património e cultura”, *ADRA, n.º 2, Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*, pp. 23-41.

PESSOA, Fernando dos Santos, “Utilizar hoje a ecomuseologia” in *Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado, X Jornadas Sobre a Função Social do Museu*, Póvoa de Lanhoso, Edição Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso/MINOM, 1998.

PINA, Isabel Castro, *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela, Um Espaço Rural na Idade Média*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1998.

PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de, *Dicionário Portugal Antigo e Moderno, Volume X*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão, 1882, pp. 652-653.

PINTO, Fernando, “Ler o Património” in *A Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 17-21.

PINTO, Manuel, “Da Água de Rega à Água Ritual, (apontamentos sobre o caso da freguesia de Sobrado – Valongo)”, 1983, *Studium Generale, Estudos Contemporâneos. Comunidades Rurais. Estudos Interdisciplinares*, Ministério da Cultura, Porto, pp. 117-149.

Piódão Desafios do Futuro, Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão, Piódão, Edição da Junta de Freguesia do Piódão e Assembleia de Compartes da Freguesia do Piódão, 2004.

POCINHO, Margarida, *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*, Lisboa, Edição Lidel, 2012.

Portugal Contemporâneo, Direcção de António Reis, 6 Vols., Lisboa, Edições Alfa, 1990.

QUELHAS BIGOTTE, Pe. Dr. J., *Monografia da Cidade e Concelho de Seia*, 3.^a Edição, Seia, 1992.

RAMOS, Manuel João, *E tudo o fumo levou*, in *A Matéria do Património, Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de relações geográficas*, 5.^a Edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.

RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia, curso de museologia, texto y testimonios*, Torrójón de Ardoz, Ediciones Akal, 1993.

ROCHA PEIXOTO, António Augusto da, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, 2.^a Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *A Serra e a Cidade, O Triângulo Dourado do Regionalismo*, Massamá, Editora Âncora, 2009.

RODRIGUES, Susete Filipa, *A Arte da Talha no Concelho de Tondela, Do Maneirismo ao Neoclássico*, Tondela, Edição da Câmara Municipal de Tondela, 2005.

RODRIGUES, Carlos Tavares, *A identidade local no contexto europeu*, em *Regionalização e identidades locais, Preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008.

Rotas e Percursos da Serra da Estrela – Planalto Superior, Seia, Edição CISE – Município de Seia, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa, “Tempo, códigos barrocos e canonização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 51, Junho de 1998, pp. 3-20.

SANTOS, João Marinho, *O concelho de Almeida, Esboço Histórico-Sociológico*, Viseu, Palimage, 2005.

SANTOS, Joaquim Augusto dos, *Regadio Tradicional de Vide, Levada de Cima e Levada de Baixo, Sua História e seu Futuro*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2008.

SILVA, Ana Isabel, *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca* 2008, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

SILVA, António Dias da Silva, *Apontamentos da minha terra*, Balocas, Edição da União Progressiva de Balocas, 2000.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da; GOMES, Mário Varela, *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

SILVA, Francisco, *A Importância da Arquitectura Vernacular na Preservação de Património, Memórias de Pedra e Cal*, Vila Franca de Xira, Edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001.

SIMÕES, Viriato, *A Serra da Estrela e as suas beiras*, Lisboa, Edição do Autor, 1979.

SOEIRO, Teresa, *O caso das moagens do rio Sousa no Município de Penafiel*, Penafiel, Edição do Museu Municipal de Penafiel, 2006.

SOUSA, Esther Nobre de, *Rendeiros*, Lisboa, Portugália Editora, 1948.

TAVARES, António Luís Marques, *Património Cultural: Gestão e Programação à Escala Municipal, Uma proposta para o Município de Magualde, contributo para o desenvolvimento local*, Viseu, Edição Arqueohoje, Ld.ª, 2014.

TEIXEIRA, David José Varela, *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*, Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Novembro de 2005.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa; BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de Edificação, estudo de técnicas tradicionais de construção*, 3.ª Edição, Porto, Edição do Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.

TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho, *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em áreas de Montanha, o exemplo da Serra da Lousã*, Coimbra, Edição da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

TORGA, Miguel, *Diário, Vols. I-VIII (1941-1959)*, 2.^a Edição integral, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999.

TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

VAQUINHAS; Irene Maria; NETO, Margarida, “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, Volume V, *O Liberalismo*, Editorial Estampa, pp. 325-337.

VAQUINHAS, Irene, “Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 1, 2001, pp. 315-325.

VARINE, Hugues, *As Raízes do Futuro, O Património a Serviço do Desenvolvimento Local*, Porto Alegre, Editora Medianiz, 2012.

XAVIER, Sandra, “O uso da ruralidade na arquitectura paisagista”, *Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social, (ISCTE)*, Volume 11, N.º1, Ano de 2007, pp. 170-182.

Webgrafia:

ALVES, Carlos Filipe Pereira, *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História. A Sé de Viseu*.
[http://www.academia.edu/648868/As Intervencoes da Direccao Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais na Catedral de Viseu](http://www.academia.edu/648868/As_Intervencoes_da_Direccao_Geral_dos_Edificios_e_Monumentos_Nacionais_na_Catedral_de_Viseu), 14/06/2013, 14h 56m.

CARVALHO, Paulo, *Desenvolvimento Rural: Perspectivas Geográficas*, pp.67-71.
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1260/1260.pdf>, 11/12/2013, 14h32m.

Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER,
<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/compet/sub22.htm>, 23/02/2014, 12h 34m.

Guia de Práticas Promissoras, Animação Territorial e Criação de Actividades em Meio Rural <http://www.adraces.pt/ficheiros/conteudos/1195044543GuiaPraticas.pdf>, 12/05/2014, 11h34m.

LOPES, Maria Antónia, *As mulheres e as famílias na assistência aos expostos, Região de Coimbra (1708-1839)*, pp.290-322, em <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/24684/13742>, 31/03/2014, 19h23m.

MORAIS, Luís Fernandes, *Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local*, Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, pp.1-14. <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/168.pdf>, 20/06/2013, 17h 23m.

MOURÃO, Jorge Carvalho; Zoran Roca, *Identidade Local, Globalização e Desenvolvimento Rural: à Procura de Verificação Empírica*, 1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS 'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO, pp.1-17, in <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/1001.PDF>, 25/02/2014, 23h 12m.

PEIXOTO, Paulo, *Os meios rurais e a descoberta do património*, p.6, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>, 29/06/2013, 16h 37m.

PEREIRA, António dos Santos, *Património rural, ambiente e educação*, pp.1-18, <http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/2010/ubiletraspdf/Pereira-antonio-santos-patrimonio.pdf>, 21/06/2013, 14h 23m.

PEREIRO, Xerardo, *Apontamentos de antropologia sociocultural*, [http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/docencias/manual de antropologia sociocultural 2011_2012/MANUAL%20DE%20ANTROPOLOGIA%20SC%20\(XP\).PDF](http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/docencias/manual%20de%20antropologia%20sociocultural%202012/MANUAL%20DE%20ANTROPOLOGIA%20SC%20(XP).PDF), 21/05/2014, 23h21m.

Relatório sobre a política comunitária para as zonas de montanha, file:///C:/Documents%20and%20Settings/orlindo2/Os%20meus%20documentos/Downloads/GFHA03002PTC_001.pdf, 22/06/2014, 17h23m.

RODRIGUES, Sandra, *EM TEMPOS DE CRISE, O QUE FAZ COM QUE UMA CÂMARA INVISTA EM MUSEUS?* [http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-22_Set-Nov13\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-22_Set-Nov13(1).pdf), 18/03/2014, 18h 23m.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, “*Alexandre Herculano: A Idealização de uma Imagem do Castelo Medieval Português*” [http://www.academia.edu/1128708/Alexandre Herculano A Idealizacao de uma Imagem do Castelo Medieval Portugues](http://www.academia.edu/1128708/Alexandre_Herculano_A_Idealizacao_de_uma_Imagem_do_Castelo_Medieval_Portugues), 12/06/2103, 15h54m.

Seia 2020, Plano Estratégico, Relatório Final, Janeiro de 2009, 139 páginas, <http://www.cm-seia.pt/seia2020.pdf>, 09-09-2013, 15h 32m.

Turismo e Desenvolvimento Rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal),
http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo28_29/JC_117-130_Turismo_e_desenvolvimento_rural.pdf, 21/06/2014, 23h43m.

“*Turismo, Evolução recente e perspectivas*”, Banco Espírito Santo, Junho de 2013, 161 páginas, <http://www.bes.pt/SITEBES/cms.aspx?plg=dba7647a-5127-4302-ac33-45f01a93dae0>, 24/08/2013, 19h 45m.

VARINE, Hugues, *Reflexões sobre um museu de território*, pp.1-8, http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/hugues.pdf, 10/12/2013, 19h23m.

Yoshihiko Oyama, *Agricultura e Desenvolvimento Rural no Japão*, <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/art03d.htm>, 28/08/2013.

Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, <http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=comum&id=50>, 23/12/2013, 22h 23m.

Programa Territorial de Desenvolvimento da NUT III Serra da Estrela, http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PTD_SERRA%20DA%20ESTRELA.pdf, 03/01/2014, 14h 34m.

Eixo – 3 Consolidação e Qualificação dos espaços Sub-Regionais, <http://maiscentro-arquivo.ccdrc.pt/index.php?acao=eixolayout&id=16&m=m1&s=s3>, 23/01/2014, 18h 22m.

<http://www.proder.pt/homepage.aspx>, 23/01/2014, 22h 32m.

Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=380>, 24/02/2014, 10h 23m.

Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=474&exmenuid=380>, 24/02/2014, 19h 12m.

Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=473&exmenuid=380>, 25/02/2014, 22h 34m.

Valorização de Modos de Produção,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=381>, 03/03/2014, 11h 36m.

Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=470&exmenuid=382>, 10/03/2014, 14h 34m.

Intervenção Territorial Integrada da Serra da Estrela,
http://www.proder.pt/ResourcesUser/Documentos_Diversos/24/ITISERR_DA_ESTRELA_alteracao24julho2012.pdf, 12/03/2014, 18h 43m.

Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=453&exmenuid=385>, 12/04/2014, 12h 35m.

Criação e Desenvolvimento de Microempresas,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=454&exmenuid=385>, 14/04/2014, 19h 25m.

Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=455&exmenuid=385>, 14/04/2014, 22h 46m.

Conservação e Valorização do Património Rural,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=456&exmenuid=386>, 19/04/2014, 10h 27m.

Serviços Básicos para a População Rural,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=457>, 05/05/2014, 18h 42m.

Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento,
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=387>

Consultas on-line:

“Mapas de Vide”: <http://www.fcsh.unl.pt/memorias/atlas.php>, 10/3/2010, 19h 46m.
<http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/exposicoes/Cat%C3%A1logoSistemaM%C3%A9trico.pdf>, 21/3/2010, 19h 43m.

“Nemátodo da madeira do pinheiro”:
http://www.forestis.pt/forestis/multimedia/File/ficha_NMP_1.pdf, 25/11/2012, 18h50m.

“Núcleo Arqueológico de Vide”:
<http://www.apia.pt>, 17/2/2010, 19h 34m.

“Vias romanas em Portugal”:
<http://viasromanas.planetaclix.pt/vrinfo.html#miliarios>, 18/2/2010, 21h46m.

“Fojos”:
<http://www.ecotura.com/fojos.htm>, 15/01/2013, 15h 23m.

“A União Resineira Portuguesa”:

<http://www.avozdeermesinde.com/noticia.asp?idEdicao=112&id=3592&idSeccao=990&Action=noticia>, 28/11/2012, 15.23horas.

“Lei do povoamento florestal”: Diário do Governo, I Série – N.º136, de 15/6/1938, <http://dre.pt/pdfgratis/1938/06/13600.pdf>, 26/12/2012, 12h 34m.

“Memórias Paroquiais”: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4242844>, 02/12/2012, 20h45horas.

“A União Resineira Portuguesa”:

<http://www.avozdeermesinde.com/noticia.asp?idEdicao=112&id=3592&idSeccao=990&Action=noticia>, 28/11/2012, 15h23m.

“Aldeias de Montanha”:

<http://www.cm-seia.pt/aldeias.html>, 19/01/2013, 11h 34m.

“Vila de Loriga”:

<http://www.loriga.de/index3.htm>, 11/01/2010, 23h12m.

“Vide do Monte”:

<http://purl.pt/12393/3/P41.html>, 4/3/2010, 18h34m.

“Plano dos Centenários”: <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/os-edificios-escolares-do-plano-dos-centenarios/as-primeiras-escolas-do-plano-dos-centenarios/>, 24/10/2012, 22.36h.

“Nitreiras”:

<http://www.fao.org/ag/againfo/programmes/pt/lead/toolbox/Tech/21Mansto.htm>, 28/10/2012, 23.25h.

“Cortes artificiais de ribeiras”:

<http://cavaleirosdecima.no.sapo.pt/Vale%20Pardieiro.htm>, 09/03/2013, 22h15m.

“Fundação Focus distribui alimentos em Seia”:

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=318&id=11443&idSeccao=3607&Action=noticia>, 8/03/2013, 20h34m.

“Cooperativa Seikatsu no Japão”: <http://community-wealth.org/content/seikatsu-club-consumers-co-operative-union>, 02/05/2013, 21h53m.

“Carta de Atenas”: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, 06/06/2013, 16h38m.

“*Restauro de monumentos*”: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-restauro-de-monumentos-1931>, 07/06/2013, 13h45m.

“*Carta de Veneza*”: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>, 09/06/2013, 17h 45m.

“*Carta do Património Vernáculo Construído*”: http://www.international.icomos.org/charters/vernacular_sp.pdf, 10/06/2013, 19h 56m.

“*Convenção Europeia da Paisagem*”: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>, 10/06/2013, 22h 35m.

“*Convenção para a Protecção do Património Mundial Natural e Cultural*”: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, 11/06/2013, 16h34m.

“*Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*”: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>, 12/06/2013, 12h 45m.

“*Convenção de Haia*”: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-haia.html>, 12/06/2013, 21h56m.

“*Lei n.º 2032*”: <http://cimbrenet/images/stories/AUTORES/dlopes/castbranco/pt/legislacao/2032-49.pdf>, 14/06/2013, 16h 21m.

“*Carta Europeia do Património Arquitectónico*”: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>, 14/06/2013, 18h36m.

“*Decreto-lei n.º 613/76*”: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19762709%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>, 15/06/2013, 15h 35m.

<http://www.essentia.pt/detalhe.php?idC=23&idA=98#.Uhea4NLYcgc>, 25/08/2013, 10h 34m.

“*O mirtilo*”: <http://www.feiradomirtilo.pt/pt/o-que-e-o-mirtilo>, 29/08/2013, 18h 23m.

“*A Telescola*”: [http://www.infopedia.pt/\\$telescola;jsessionid=BUz2TCu85Fxpay0enD9-Q](http://www.infopedia.pt/$telescola;jsessionid=BUz2TCu85Fxpay0enD9-Q), 18/10/2013, 11h46m.

“*Ecomuseu de Creusot-Montceau*”: <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/>, 01/11/2013, 21h32m.

“*Sons ruraux*”: <http://luisantero.bandcamp.com/>, 17/11/2013, 11h23m.

<http://www.guggenheim.org/>, 02/12/2013, 21h 23m.

“*Ecomuseu do Seixal*”: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_hpage,
03/12/2013, 13h 34m.

“*Ecomuseu Tradições do Xisto*”: <http://lousitanea.org/eco-museu-tradicoes-xisto-cultura>, 03/12/2013, 14h 34m.

“*Entrevista a Hugues de Varine*”: <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>,
04/12/2013, 11h 34m.

“*Parque Cultural Maestrazgo*”: <http://maestrazgo.org>, 05/12/2013, 11h34m.

“*Fruticultura e floricultura investem nas exportações*”:
<http://www.vejaportugal.pt/fruticultura-e-floricultura-investem-nas-exportacoes-e-novas-tecnologias/>, 14/03/2014, 15h56m.

“*As plantas aromáticas medicinais e condimentares, Portugal Continental 2012*”:
<http://epam.pt/as-plantas-aromaticas-medicinais-e-condimentares-portugal-continental-2012-gpp-2013/>, 17/03/2014, 21h 34m.

“*Área Metropolitana de Lisboa*”: <http://www.aml.pt/>, 21/03/2014, 17h15.

“*Degustoteca*”: <http://www.lagustoteka.com/>, 02/05/2014, 11h23m.

“*Turismo Industrial de S. João da Madeira*”: <http://www.turismoindustrial.cm-sjm.pt/contents/view/welcomecenter>, 02/05/2014, 12h34m.

<http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com>, 12/05/2014, 12h34m.

<http://aldeiasdoxisto.pt>, 14/05/2014, 16h34m.

<http://www.qren.pt/np4/qren>, 22/05/2014, 13h 32m.

<http://www.qren.pt/np4/POs>, 22/05/2014, 14h 22m.

<http://www.maiscentro.qren.pt/>, 22/05/2014, 15h 52m.

<http://maiscentro.qren.pt/obrasrealizadas/concelhos.php>, 22/05/2014, 16h 33m.

<http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/incentivos-as-empresas/microempresas-do-interior>, 22/05/2014, 18h 32m.

http://www.pofc.qren.pt/resourcesuser/2013/publicacoes/folheto_sialm.pdf,
22/05/2014, 22h 12m.

http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=projectos_eixos&id=32&m=m7&s=s3, 22/05/2014, 23h 14m.